UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FÁBIO TEIXEIRA PITTA

*As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria
canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*

Versão Corrigida

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FÁBIO TEIXEIRA PITTA

*As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria
canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia Humana da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Doutor em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Anselmo Alfredo

Versão Corrigida

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P688t   Pitta, Fábio T.
              As transformações na reprodução fictícia do capital
              na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à
              crise de 2008 / Fábio T. Pitta ; orientador Anselmo
              Alfredo. - São Paulo, 2016.
              420 f.

              Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
              e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
              Departamento de Geografia. Área de concentração:
              Geografia Humana.

              1. Crise do Capital. 2. Modernização Crítica. 3.
              Agroindústria Canavieira. 4. Superexploração do
              trabalho. 5. Derivativos financeiros. I. Alfredo,
              Anselmo, orient. II. Título.

Resumo

A tese por nós aqui apresentada teve por finalidade principal pesquisar a transformação na forma crítica de reprodução fictícia da agroindústria canavieira paulista, entre o Proálcool (1975 – 1990) e aquela forma de reprodução que começou a se constituir a partir da década de 1990, mas só se estabeleceu no início do século XXI. Para tanto, visitamos teóricos da reprodução e crise do capital que nos auxiliaram a compreender as formas de reprodução fictícia do capital em nível global atualmente, para depois podermos cotejar suas interpretações com a pesquisa por nós realizada acerca da forma atual de reprodução fictícia desta agroindústria canavieira a partir da inflação do preço do açúcar como ativo financeiro nos mercados de futuros internacionais (derivativos). Tal pesquisa nos permitiu abordarmos, também, os impactos da crise econômica do capital de 2007/2008 sobre tal agroindústria, a fim de relacionarmos tal crise com uma discussão sobre a própria crise imanente do capital. As consequências dessa transformação na reprodução fictícia acima mencionada também foram observadas no que diz respeito à terra, conforme características da produção, produtividade e área com cana-de-açúcar; e ao trabalho, por meio da discussão acerca do trabalho do “boia-fria” e da mecanização do corte de cana-de-açúcar. Podermos sugerir a crise da reprodução da sociabilidade capitalista por meio da historicização de suas categorias (capital, terra e trabalho) atualmente em crise, nos fundamentou para desdobrarmos a crítica da forma mercadoria de relação social e do trabalho como fundamento do capital como ponto de chegada da crítica negativa que pretendemos apresentar como basilar para o movimento do texto como um todo.

Termos-chave: Agroindústria canavieira; reprodução (fictícia) do capital; crise do capital; mercado de derivativos financeiros; “boia-fria”; mecanização do corte de cana.

Abstract

The thesis we present here had as its main purpose the research in the transformation of the critical form of sugarcane agroindustry fictitious reproduction, in São Paulo State, between the Proálcool (1975 – 1990) and the form that started to be constituted in the nineties but only was established in the beginning of the twenty first century. Therefore, which helped us to understand the actual forms of global fictitious reproduction of capitalism and then we compared these interpretations with a research about the present form of sugarcane agroindustry fictitious reproduction in the State of São Paulo, which is characterized by sugar price inflation as a financial asset negotiated in international future markets (as a derivative). That research allowed us to approach the impacts in such sugarcane agroindustry of capital economic crisis of 2007/2008 and to relate this crisis with a discussion about capital immanent crisis. The consequences of the mentioned transformation in the sugarcane agroindustry fictitious reproduction in the State of São Paulo also have been observed with regard to land by characterizing sugarcane production, productivity and area; and to labor, through the discussion of “boia-fria” conditions of labor and the mechanization of sugarcane harvesting. Our suggestion of capitalist social reproduction crisis because of the historical character of its categories (capital, land and labor), currently in crisis, allowed us to unfold the critique to commodity form of social relation and labor as the fundament of capital as the ultimate purpose of the negative critique we intended for the totality of this text.

Keywords: Sugarcane agroindustry; capital (fictitious) reproduction; capital crisis; derivative financial markets; “boia-fria”; sugarcane harvesting mechanization.

Agradecimentos

Este momento muitas vezes acaba se tornando ou burocrático ou emotivo, pra não dizer o pior que poderia acontecer que é o cinismo. Isso se dá por termos que reduzir a uma objetificação momentos impossíveis de serem aqui contemplados. Tal sempre leva à abstração e a apagamentos, o que só explicita, por outro lado, as contradições do trabalho que acabamos de finalizar, mas que aqui começa para o leitor.

Mesmo assim se faz imprescindível nos remetermos àqueles que diretamente participaram do processo de elaboração e concretização da pesquisa que segue. Nunca é demais ressaltar o fundamental da formulação coletiva da crítica teórica que nesta tese apresentaremos. Os grupos de segunda e de sexta, de leitura do Krisis / Exit!; e o de quinta, de leitura de *O Capital* (1983) permeiam tudo que vem aí escrito. Não só os textos lidos e discutidos, mas todos aqueles com quem o fizemos. Sintam-se, por favor, agradecidos.

Agradeço as inúmeras conversas sobre os temas aqui apresentados como sínteses insuficientes destas ao Carlão, ao Anselmo, ao Dieter, ao Daniel, à Carol, ao Cássio, à Céci, à Teresa, ao Leo Reis, à Renatinha, ao Allinha, ao Erick, ao Vicente, ao Glauco, ao Bomfim, à Maísa e ao Vinícius.

E também ao Kurz, inclusive em casa, em São Paulo; à Roswitha, em Nuremberg; e ao Bruno Lamas, madrugadas adentro em Lisboa.

Agradeço à paciência da conversa com muitos professores que se abriram para o debate de igual para igual sobre as questões desta tese, como: o professor Thomaz Jr., no mestrado e em encontros; a professora Amélia, na qualificação e em mais de uma conversa de dar nó na cabeça; o professor Jorge Grespan, na qualificação e em inúmeras reuniões em diferentes oportunidades e situações; o professor Pedro Ramos, que me recebeu diversas vezes na Unicamp e em sua casa; o professor Chiquinho (Francisco Alves), principalmente pelas conversas no bar; o professor José Baccarin, em mais de uma reunião em sua sala, em Jaboticabal.

Uma menção especial vai para o Plácido e para a Lenita. Ambos me acolheram em mais de uma oportunidade em sua casa, conversaram sobre a agroindústria canavieira com mais paciência do que o momento lhes concedia, além de terem sido parceiros daquele vinho de fim de expediente diário: saúde e amizade.

O Luís Ferreira e o Luís Carvalho me receberam em seus locais de trabalho, me abriram suas casas e me contaram de suas vidas como se me conhecessem há muito.

Um agradecimento à parte também vai pro Rafael Cardoso que em diversas situações teve a paciência de tentar didaticamente me explicar o funcionamento do mercado de capitais, apesar de toda minha curiosidade crítica que não permitia respostas às minhas perguntas.

Os manuscritos foram lidos – e discutidos, destrinchados, questionados e repensados – pelo Anselmo, pelo Carlão, pelo Cássio, pelo Daniel, pela Renatinha, pela Carol, pela Ana Sylvia, pelo Allinha e pela Céci. As reformulações e a autocrítica continuam...

Os mapas das pranchas no Anexo, ao final, foram elaborados pelo Felipe Bianchetti.

A Céci formatou... Mas não só. Esteve presente como companheira na maior parte do doutorado me enchendo de suas alegrias malucas e alucinógenas que me traziam para a realidade – que não a do trabalho – nos momentos mais chatos e que deveriam ser solitários (mas não o foram) de leitura, campo, reflexão, debate crítico e escrita: “bora lá?”.

A crítica negativa coletiva tampouco se reduz apenas àqueles conscientemente envolvidos com ela, mas foi e continua a ser vivida o tempo todo nas relações pessoais (ainda mediadas por coisas) que estabelecemos: em casa morando coletivamente nos últimos 11 anos, nos bares e festas, nas casas dos amigos, nas quadras e campos de futebol. Ainda quero lembrar também, além dos já acima considerados, a Mamá, a Julia, o Miguel, o Antônio, a Paulinha, o Lú, a Tetê, a Carolzinha, o Fred, o Artur, o Rafa Aragi, o Rafa Zé, o Xavito, o Renato, o Pedro, o Felipinho. Isso não é uma lista e não se esgota tampouco.

A amizade a gente não agradece.

Por último, tenho que agradecer à Elídia, ao Pitta e ao Gu. Sempre estiveram comigo no suporte afetivo mútuo e cotidiano, aceitaram minha dureza e revolta e por isso caminhamos juntos.

***

Esta pesquisa foi financiada por bolsa de estudos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Sumário

Apresentação.....	p. 12
 Capítulo 1 – Os mercados de derivativos financeiros: formulações sobre o capital fictício e a crise do capitalismo em Belluzzo e em Harvey	
Introdução.....	p. 20
1.1 – A “financeirização” em Luiz Gonzaga Belluzzo.....	p. 38
a) Formulações em teoria do valor.....	p. 38
b) As “transfigurações da riqueza” e a forma da “acumulação” capitalista, após os anos 1970.....	p. 55
c) A oposição entre mercado e Estado e a crise de 2007/2008.....	p. 62
1.2 – David Harvey e o capitalismo como processo de acumulação e crise.....	p. 68
a) A centralidade da “acumulação financeira” em David Harvey: mudança qualitativa na forma da acumulação?.....	p. 78
b) A crise do capital em Harvey: “produção do espaço” e ontologia do trabalho.....	p. 86
 Capítulo 2 – O endividamento recente da agroindústria canavieira e sua reprodução fictícia por meio da “inflação de ativos”	
Introdução.....	p. 97
2.1 – A reprodução da agroindústria canavieira, no século XXI.....	p. 103
a) As formas de endividamento de grupos usineiros de sociedades anônimas de capital fechado e dos produtores de cana.....	p. 103
b) Fundos de investimentos e ganhos de capital.....	p. 120
c) Empresas com capital aberto em Bolsa de Valores.....	p. 122
2.2 – Capital a juros e capital fictício na reprodução ampliada contemporânea do sistema mundial produtor de mercadorias.....	p. 127
2.3 – Fetichismo de valor de uso e crítica negativa à lógica identitária.....	p. 134
2.4 – Robert Kurz e o colapso da modernização: reprodução crítica improdutiva do capital em seu momento fictício.....	p. 149
2.5 – As transformações na forma de reprodução fictícia do capital desde os anos 1970, no Brasil	p. 161

Capítulo 3 – Determinações abstratas da crise da forma social da mercadoria sobre a espacialização da agroindústria canavieira paulista: a ficcionalização da renda da terra

Introdução.....	p. 185
3.1 – A concepção fisicalista de espaço como coisa em si.....	p. 187
3.2 – Uma hipótese desconstruída e desdobrada: do açúcar à terra como “ativo financeiro”	p. 199
a) A renda da terra diferencial II e a agroindústria canavieira paulista no século XXI.....	p. 212
b) A tentativa de apropriação da renda da terra por meio da agroindústria canavieira paulista: o Proálcool (1975 – 1990).....	p. 222
c) O açúcar como “ativo financeiro” e a especulação imobiliária agrícola no século XXI.....	p. 238

Capítulo 4 – Forma mercadoria em processo e crise do trabalho: do “boia-fria” à mecanização do corte de cana

Introdução.....	p. 261
4.1 – As interpretações sobre a modernização agrícola brasileira e a formação do trabalhador “boia-fria”	p. 270
4.2 – A crise da sociedade do trabalho na particularidade da modernização retardatária brasileira.....	p. 297
4.3 – A mecanização da lavoura canavieira paulista a partir da década de 1960.....	p. 319
4.4 – A mecanização do corte de cana, em São Paulo, neste início de século XXI.....	p. 337
a) A mecanização do corte de cana e a reprodução do corte manual	p. 342
b) As mudanças na forma do trabalho concreto na lavoura canavieira e as explicações baseadas na acumulação por meio de mais-valia absoluta e relativa.....	p. 358
c) Thomaz Jr. e o capital fictício como reprodução da luta de classes.....	p. 379
Considerações Finais.....	p. 394
Referências.....	p. 402
Anexos.....	p. 416

Lista de tabelas:

Tabela 1 – Produção da agroindústria canavieira no Brasil, no século XXI.....	p. 98
Tabela 2 – Área de produção da lavoura canavieira, 2004 – 2012.....	p. 213
Tabela 3 – Intensidade da expansão canavieira por área (ha): Região Administrativa – SP, 2003 – 2012.....	p. 213
Tabela 4 – Produtividade da lavoura canavieira (ton/ha), 2003 – 2012....	p. 215
Tabela 5 – Produtividade agrícola da lavoura canavieira por Região Administrativa, São Paulo, 2003 – 2014.....	p. 216
Tabela 6 – Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha), por DIRA – São Paulo: 1970/71 – 1990/91.....	p. 225
Tabela 7 – Produção, área colhida, produtividade da lavoura canavieira paulista; não-residentes e total de trabalhadores da agropecuária em São Paulo: 1970/71; 1980/81; 1990/91.....	p. 326
Tabela 8 – Evolução do salário do trabalhador volante, do pagamento, do rendimento físico e monetário do corte de cana e do salário mínimo, 1969-2013, São Paulo (todos os valores monetários expressos em R\$ de julho de 1994).....	p. 331
Tabela 9 – Taxa de mecanização do corte de cana por Região Administrativa, São Paulo, 1989 – 2012.....	p. 343
Tabela 10 – Evolução da área colhida mecanicamente e do número de trabalhadores manuais na agroindústria canavieira do estado de São Paulo, 2007 – 2012.....	p. 344

Lista de Mapas

Mapa 1 – Áreas canavieiras: processo de interiorização da atividade (2010).....	p. 193

Lista de Gráficos:

Gráfico 1 – Magnitude da expansão da cana por Região Administrativa, São Paulo, 2003 – 2012.....	p. 215
Gráfico 2 – Evolução do preço pago ao produtor de cana-de-açúcar (R\$/tonelada), 2003 – 2008.....	p. 247

Lista de Planilhas:

Planilha 1 – Pagamento de uma frente mecanizada de um grupo de fornecedores de cana, São Paulo, junho de 2009.....	p. 368

Holerites:

Holerite 1 – Luís Carvalho de Sousa: 16/04/2009 a 30/04/2009.....	p. 360
Holerite 2 – Luís Ferreira de Araújo: Julho de 2014.....	p. 384

Pranchas de Mapas (Anexos):

Prancha 1 – Intensidade da expansão canavieira por área (ha): RA – SP, 2003 – 2012.....	p. 417
Prancha 2 – Produtividade agrícola da lavoura canavieira (t/ha) por RA – SP, 2003 – 2014.....	p. 418
Prancha 3 – Evolução da área total plantada com cana-de-açúcar por DIRA – SP, 1970/71 – 1990/91.....	p. 419
Prancha 4 – Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha), por DIRA – SP: 1970/1971 – 1990/1991.....	p. 420

Apresentação

“A crítica não é injusta quando destrói – esta ainda seria sua melhor qualidade –, mas quando, ao desobedecer, obedece” (ADORNO, 1998, p. 11).

A tese que agora apresentamos é o resultado de um longo percurso, entremeado por muitas rupturas e algumas aparentes continuidades. Tal percurso ocorreu fundamentalmente de maneira coletiva.

Algumas das questões que aqui abordaremos nos perseguem mais ou menos desde as graduações em História e em Filosofia. Tais questões, apenas agora assim formulamos, vieram a ser abordadas em âmbito teórico como desdobramento de nosso engajamento passado no movimento estudantil autonomista, crítico da sociabilidade mediada por relações de hierarquia e de poder. Naquele momento, de início do século XXI, buscávamos em grupo uma prática crítica da sociabilidade capitalista que já era por nós entendida como historicamente constituída e passível de ser transformada.

No transcorrer desta experiência, uma importante inflexão teórica pôde ser feita por alguns daqueles que se vinculavam coletivamente à prática supramencionada e que se mostrou insuficiente para responder àquilo que nos atormentava naqueles anos, apesar de ter sido esta experiência que permitiu tal tormento.

Referimo-nos aqui à crítica da mercadoria, preocupação com a qual já nos deparávamos, apesar de termos necessitado romper com o processo anterior na busca de distintas formulações. Naquele momento, ainda entendíamos a mercadoria como algo exterior à nossa vontade, com a qual pensávamos nos defrontar apenas quando submetêssemos nossas atividades ao mercado. Como ruptura a tal entendimento, a crítica negativa na forma da teoria passou a ser uma das tentativas de nos confrontarmos com os fundamentos da sociabilidade capitalista – fundamentos não fáceis de serem tematizados, dada suas características contraditória e complexa –, confrontos que também tinham na mercadoria, agora como forma social, o sentido de sua crítica. Nesta nova formulação, a partir da concepção de forma mercadoria, como uma dominação abstrata e impessoal, pudemos inserir a nós mesmos como parte da sua sociabilidade contraditória e entender por que, mesmo contra nossa suposta vontade de transcendência, acabávamos por reproduzir as próprias contradições com as quais

acreditávamos estar rompendo.

Novos problemas, assim, puderam ser tematizados e antigos reformulados. A crítica negativa que aqui apresentamos é apenas uma parte deste processo, não acabado, inclusive, dada a continuidade da própria sociabilidade capitalista. A crítica do trabalho, crítica desdobrada daquela da forma mercadoria, permitiu-nos a autocrítica do próprio critério volitivo que usávamos para avaliar o que era reprodução e o que era transformação nas nossas práticas que supúnhamos “anticapitalistas”.

Foi em grupo, agora como grupos de estudos não hierarquizados e dedicados à leitura, discussão e formulação coletiva da crítica da mercadoria e do trabalho, que pudemos dedicar nossos últimos anos, tanto no Laboratório de Geografia Urbana (da FFLCH – USP), quanto em outros círculos de sociabilidade fora da academia.

A preocupação com a crítica do trabalho nos colocou a questão acerca de seu processo histórico de formação e crise (conforme a apresentou KURZ, 1999) e o caminho contraditório, já que feito também como trabalho, pela pós-graduação nos permitiu aprofundar o debate sobre a crise imanente do capital, temática que já esteve presente em nossa dissertação de mestrado (PITTA, 2011), quando estudamos o Proálcool (1975 – 1990), em São Paulo, e suas formas de reprodução fictícia. Para nós, a crítica da mediação social da mercadoria, então, passou pela necessidade de compreensão da forma de reprodução do capital no último quarto do século XX, quando localizávamos o início da determinação de processos de ficcionalização, o que nos permitia também pesquisar acerca desta determinação em relação às relações de produção capitalistas. A formulação de uma crise histórica fundamental da reprodução do capital, e consequentemente do trabalho como o fundamento da valorização do valor, a partir dos anos 1970, nos levou a aprofundar a crítica teórica do trabalho e da forma mercadoria, crítica que apresentaremos ao longo da presente tese e que sugerimos tematização significativa para a suplantação da sociabilidade capitalista aqui em questão.

Iniciamos nossas pesquisas de mestrado justamente quando os fenômenos de crise capitalista de 2007/2008 se explicitavam socialmente, e daí nosso interesse em acompanhar seus desdobramentos, assim como em tentar compreendê-los na relação com a teoria marxista da crise sobre a qual vínhamos nos debruçando, o que fez com que nosso percurso entre o mestrado e o doutorado tenha se tornado uma tentativa de relacionar tais fenômenos com tal teoria. O estudo do capital fictício e da aparente causa da crise iniciada em 2007 estar no chamado mercado de derivativos, que ao colapsar

levou à falência de diversas usinas de açúcar e etanol, no Brasil, nos fez pesquisar a agroindústria canavieira, tanto no mestrado, quanto na presente tese. A relação entre endividamento de décadas por parte de fornecedores de cana-de-açúcar e grupos usineiros, rolagem das dívidas, intermediação por diversos meios técnicos do capital a juros e processos de falências, tanto ao final do Proálcool quanto de 2008 até hoje; assim como o processo de aumento da composição orgânica dos capitais nos últimos mais de 50 anos por parte da agroindústria aqui em questão permitiu que nos debruçássemos sobre uma particularidade de certa forma “privilegiada” para nos perguntarmos acerca da própria crise fundamental do capital e de seus desdobramentos.

Se no mestrado não pudemos realizar a tentativa de relacionar os fenômenos de crise iniciados em 2007 com uma discussão sobre a crise imanente do capital de maneira satisfatória, nosso recorte temporal no Proálcool nos serviu de preparação, no que diz respeito ao estudo e às pesquisas, para levar tal tentativa adiante na presente tese. Assim, tal tese também é uma ruptura com nossa pesquisa de mestrado.

Desde nosso mestrado não nos dedicamos apenas aos grupos de estudos, no que diz respeito à prática teórica da crítica negativa em grupo, mas também a conversas continuadas, muitas conflituosas, mas francas e amistosas, com professores, pesquisadores, estudiosos e/ou críticos da reprodução do capital, da agroindústria no Brasil e/ou particularmente da agroindústria canavieira brasileira, fosse em reuniões formais, fosse em informais.

As discussões com outros professores mais próximos, como a professora Amélia Luisa Damiani, o professor Antonio Thomaz Júnior, o professor Jorge Grespan, o orientador Anselmo Alfredo, o professor Heinz Dieter Heidemann e o professor Carlos de Almeida Toledo, também nos ajudaram a formular perguntas que tentaremos ao longo da tese diretamente abordar, como para eles ficará claro, assim esperamos.

Desta maneira, o que a seguir apresentamos pretendeu açambarcar e considerar diversos destes momentos e formas de crítica supracitados e justamente por isso os capítulos a seguir também foram pensados para se apresentarem, em termos de sua forma, distintamente entre si.

Os capítulos 1 e 2 compõem um conjunto. O capítulo 1, “Os mercados de derivativos financeiros: formulações sobre o capital fictício e a crise do capitalismo em Belluzzo e em Harvey”, inicia justamente com os desdobramentos diretos dos fenômenos da crise de 2007/2008 na particularidade da agroindústria canavieira. Para que conseguíssemos observar tais desdobramentos concretos necessitamos nos remeter

a outros estudos teóricos sobre a crise de 2007/2008, tanto no que diz respeito à chamada “inflação de ativos financeiros” que a empresa capitalista realizava até aquele momento para sua acumulação fictícia crítica, quanto na relação desta com a questão da crise do capital como totalidade. Dialogamos ali principalmente com dois autores – Belluzzo (2012) e Harvey (2011) – que nos auxiliaram a compreender a forma da acumulação capitalista global ocorrer para os anos anteriores aos de início da explicitação social da crise (2007/2008). O recurso a eles neste primeiro momento buscou se subsidiar em suas formulações, justamente para posteriormente podermos problematizá-las.

Em razão disso, a forma deste capítulo 1 é predominantemente a de uma revisão bibliográfica que pretendeu passar pelos argumentos de Belluzzo (2012) e Harvey (2011) e apresentá-los para o leitor, considerando-os em seus próprios termos. Tais autores estavam preocupados em apreender os mecanismos fictícios de reprodução crítica do capital que pareciam ser o cerne da causa dos fenômenos da crise de 2007/2008, como os mercados de derivativos – justamente aqueles com os quais algumas usinas brasileiras de açúcar e etanol especulavam (mas também o faziam empresas de diversos outros ramos) e que foram as primeiras desta agroindústria a irem à bancarrota naquele momento. Assim, a mobilização dos autores para podermos melhor compreender este chamado mercado de derivativos também foi uma preocupação inicial do texto.

Para além da nossa necessidade mais imediata de apreensão destes meios técnicos de reprodução fictícia do capital, recorremos aos autores supracitados a fim de explicitar suas interpretações em relação a uma teoria geral da crise capitalista, já que interessava-nos também compreender como estas os conduziram a formulações de reforma ou superação do capitalismo, formulações que caracterizamos para podermos nos relacionar com as mesmas ao longo do texto.

O capítulo 2, “O endividamento recente da agroindústria canavieira e sua reprodução fictícia por meio da “inflação de ativos”, por sua vez, nos serviu tanto como problematização dos autores estudados, quanto como reformulação das nossas apreciações apresentadas em nosso texto de mestrado (PITTA, 2011). Pudemos ali, após estarmos a par de significativas formulações acerca da ficcionalização da reprodução capitalista, enveredarmos pela pesquisa da particularidade concreta acerca da forma de reprodução contemporânea da agroindústria canavieira. Apresentamos, então, no início deste segundo capítulo, os resultados desta pesquisa. Ao mobilizarmos a particularidade

da forma crítica de reprodução fictícia da agroindústria canavieira, conforme a apreendemos a partir de nossos “pressupostos” prévios que trazíamos do mestrado, pudemos nos distanciar tanto destas formulações como dos autores supracitados dos quais partimos, o que nos permitiu começar a explicitar a sugestão de crítica negativa que pretendíamos com esta tese por meio da crítica da forma mercadoria e do trabalho.

A preocupação de fundo, neste momento do texto, era a de mobilizar a concepção de totalidade concreta, já que a particularidade da agroindústria canavieira permitia também que, ao abordarmos o devir contraditório do capital, pudéssemos colocar em questão nossas próprias formulações, o que trazia a autocrítica da prática de teórico crítico para a imanência do movimento do próprio texto.

Ademais, o conjunto composto pelos dois primeiros capítulos dialoga com a questão da forma da crítica e em como fazer o diálogo com formulações divergentes. Justamente por isso decidimos passar pelos argumentos dos autores escolhidos e ao mesmo tempo nos apoiarmos neles, apenas para, ao confrontá-los com a particularidade da agroindústria canavieira, podermos nos distanciar dos mesmos. Tal distanciamento, porém, não foi feito considerando as divergências entre nós como erros daqueles com quem dialogávamos, mas como formas de subjetividade pertinentes, em relação às quais apresentamos sugestões críticas que nos levam também à explicitação da diferenciação do que entendemos necessário superar de fundamental no capitalismo. O recurso à crítica negativa por meio da totalidade concreta, por sua vez, nos permitiu assumir um posicionamento que não se pretende absoluto, justamente por não estar acabado, assim como o devir contraditório das categorias da própria forma social da mercadoria na qual estamos inseridos e que, por outro lado, gostaríamos de abolir.

O terceiro capítulo, “Determinações abstratas da crise da forma social da mercadoria sobre a espacialização da agroindústria canavieira paulista: a ficcionalização da renda da terra”, dialoga com duas outras questões que nos foram postas também durante o percurso entre a dissertação de mestrado e a pesquisa de doutorado. Por meio da discussão acerca da atualidade da categoria marxiana de renda da terra para entendermos o movimento de espacialização da capital no campo brasileiro, tentamos tanto problematizar as hipóteses das quais partíamos ao iniciarmos as pesquisas para esta tese, quanto, em razão disso, explicitarmos a necessidade (ali reiterada) de crítica a uma lógica dedutiva, a qual simplesmente aplica as categorias gerais pressupostas sobre a objetividade fantasmagórica da metafísica real capitalista em devir contraditório.

Este capítulo, conseqüentemente, tem a forma do ensaio. Não nos debruçamos

mais detidamente sobre a exposição esmiuçada de outros autores possíveis interlocutores, já que pensamos termos preparado os pressupostos para a crítica dos autores a serem abordados por meio dos dois capítulos anteriores.

O ensaio foi escolhido, por outro lado, justamente porque as bases para uma derivação da forma de reprodução fictícia do capital já estavam formuladas nos capítulos anteriores, mas não podiam ser simplesmente inferidas para abordarmos a *espacialização* do capital, determinada pela crise deste, para a agroindústria canavieira paulista, do Proálcool até os dias de hoje. Necessitávamos, por sua vez, abordar o movimento concreto da categoria de *espaço abstrato* para rebatermos assim nossas hipóteses iniciais (a serem apresentadas no início deste capítulo 3) acerca daquela espacialização. Como veremos, pudemos tematizar algo como uma ficcionalização da renda da terra, o que não pretendíamos como sugestão de um novo conceito mais correto, mas que serviu sugestivamente para nos fazer explicitar onde chegamos com a síntese do movimento de autocrítica de uma hipótese inicial. Pudemos responder, assim, dialeticamente à pergunta acerca da pertinência hodierna da categoria marxiana de renda da terra para a apreensão e crítica da reprodução ampliada do capital.

O último capítulo, o quarto, “Forma mercadoria em processo e crise do trabalho: do “boia-fria” à mecanização do corte de cana”, por sua vez, apresenta justamente a discussão acerca da redução do trabalho produtivo na produção paulista de cana-de-açúcar (apesar de também fazermos tal discussão em relação ao nível nacional, porém com menor detalhamento). Retomamos a discussão desde o Proálcool, revisitando formulações presentes no mestrado, mas com enfoque na hegemonização da mecanização do corte de cana, neste século XXI.

A forma do texto aqui apresentada segue também duas preocupações, em diálogo com o movimento de crítica e autocrítica presente na tese como um todo. O texto novamente não é mais uma revisão bibliográfica “por dentro” dos autores, mas tampouco é um ensaio. Ao mesmo tempo em que desejávamos passar pela possibilidade de apreendermos o movimento de redução do trabalho produtivo em processos de produção de mercadorias por meio de alguns dados, questionamos que tal apreensão fosse suficiente para que os interlocutores com quem dialogávamos naquele momento do texto chegassem às mesmas conclusões que nós em termos de crítica da sociabilidade capitalista.

O texto, então, se apresenta mais direto e crítico aos pesquisadores que enxergaram no trabalho do “boia-fria” no corte de cana-de-açúcar algo como uma

“modernização conservadora” ou “incompleta”, dualismo que consideramos necessário de ser explicitado e abandonado. Por sua vez, reiteramos neste capítulo 4 a necessidade de um movimento de totalidade concreta por parte da crítica, em sua imanência com os desdobramentos da forma social, o que nos permitia uma crítica negativa que destacasse o capital como relação social e em processo. Essa abordagem deveria conduzir à crítica de processos de modernização, para que os interlocutores ali apresentados não incorressem em uma crítica distributivista e reprodutória (ao nosso ver) do que apresentamos como as bases fundamentais desta mesma relação social capitalista.

Este procedimento, por fim, também se mostrou insuficiente já que em nosso franco diálogo com o professor Thomaz Jr. (2009), por um lado, pudemos considerar que o mesmo acabava por seguir uma preocupação com o movimento do capital como totalidade concreta, assim como abandonava a crítica dualista à “modernização conservadora”; e por outro, mesmo partindo da crise do capital e da reprodução crítica deste por meio do capital fictício, chegava a conclusões críticas diversas daquelas que sugerimos ao longo da presente tese, conclusões das quais ainda assim nos distanciávamos.

Ao final, pudemos, conseqüentemente, considerar a possibilidade socialmente posta de formas de subjetividade divergentes, as quais visitamos ao longo de todo o texto, no que diz respeito às críticas teóricas ao capitalismo e, justamente por isso, pudemos afirmar a pertinência de nossa sugestão crítica que pretende inclusive se formular como necessária, porém insuficiente, a ponto de demandar inclusive sua auto implosão, já que estamos determinados na imanência da própria dominação social impessoal abstrata que desejamos criticar.

Em relação ao movimento do texto como totalidade, ficará claro para o leitor a escolha de seguirmos a fórmula trinitária marxiana (1985), partindo da reprodução do capital, para passar pela terra e abordar a categoria de trabalho como ponto de chegada. Tal ordem diz respeito à necessidade de alcançarmos a determinação da reprodução fictícia do capital ao pensarmos a reprodução atual da forma social baseada na mediação da mercadoria, para então discutirmos a pertinência atual da categoria de renda da terra e por último termos embasamento para, ao abordarmos as relações de superexploração do trabalho na agroindústria canavieira, podermos observar nesta superexploração a manifestação da própria crise do trabalho. Sem tal percurso poderíamos recortar a realidade da superexploração do trabalho e observar na mesma apenas os dualismos supracitados dos quais desejávamos nos afastar.

Desta maneira, pudemos adotar ao longo do percurso do texto alguns pontos de vista que nos permitissem falar a partir de uma perspectiva que explicitasse a crise do capital e do trabalho como seu fundamento; ou ainda, melhor dizendo, que pudesse com diferentes abordagens (como uma aproximação em constelação adorniana) da particularidade da agroindústria canavieira (pela historicidade das categorias capital, terra e trabalho) e, a partir do movimento da abstração que se realiza, fazermos as mediações que nos permitissem observar nas várias manifestações ou indícios deste movimento a crise histórica fundamental do capital como forma de sociabilidade.

Justamente em razão do movimento do texto alguns temas que perpassam os quatro capítulos aqui e ali se repetem, a partir das diferentes entradas adotadas por nós. Tentamos, por sua vez, não abordar os temas da mesma forma quando tal necessidade de retomada surgiu. Como o movimento do texto também procurava retomar e avançar ideias conforme as desdobrávamos, vale explicitar que isso ocorreu porque as próprias sínteses formuladas apenas foram se construindo ao longo da pesquisa e a escrita foi pensada como tentativa de expressar em termos formais os momentos da pesquisa. Esperamos que um pouco desse processo apareça também para o leitor.

Por último, apresentamos uma consideração final que buscou levantar algumas problemáticas com as quais podemos nos defrontar como questionamentos às teses aqui sugeridas como, por exemplo, a relação entre as conclusões apresentadas e o movimento da particularidade da agroindústria canavieira nas suas tendências mais recentes; assim como a relação entre particularidade estudada e o movimento do próprio capital a nível nacional e global. Isso já que, como a crítica negativa não se pretende acabada, ela deve incorporar em si mesma a abertura para sua transformação conforme o devir da própria forma social e a manifestação deste devir na historicidade das categorias reais no interior desta forma.

Capítulo 1 – Os mercados de derivativos financeiros: formulações sobre o capital fictício e a crise do capitalismo em Belluzzo e em Harvey

Introdução

Desejamos iniciar esta tese caracterizando alguns fenômenos de crise de reprodução que a agroindústria canavieira paulista e brasileira apresentaram a partir dos desdobramentos do processo de crise fenomênica do capital¹, que se iniciou em 2007 (com a inadimplência das hipotecas de alto risco, *subprime*, nos Estados Unidos da América) e se aprofundou a partir de 2008. Isso nos permitirá abordar o entrelaçamento do setor com as formas contemporâneas assumidas pela reprodução crítica do capital, em seu momento *fictício* (MARX, 1985 e KURZ, 1995). Para apreendermos melhor tais formas de reprodução, passaremos então pelas formulações de alguns expoentes teóricos por nós escolhidos que dissertaram sobre as causas da crise de 2007/2008, assim como das crises do capital em geral, a fim de aprofundarmos uma discussão acerca das questões que suas abordagens podem nos trazer. Tal aprofundamento terá na particularidade das formas de reprodução capitalista da agroindústria canavieira neste século XXI seu ponto de chegada e de crítica das formulações teóricas visitadas.

Diversas são as notícias na mídia brasileira que caracterizam uma crise na agroindústria canavieira, expressa a partir de 2008, em contraposição a um período de crescimento da produção, produtividade e área plantada com cana-de-açúcar, do início do século XXI. Tal crise da agroindústria canavieira pode ser caracterizada em relação a dados econômicos do setor como na redução da produção de cana-de-açúcar em toneladas² (e consequentemente de etanol e açúcar), principalmente a partir da safra 2011/2012. O fenômeno de crise também pode ser observado no aumento da massa da dívida acumulada pelo setor em patamares históricos, que tem como consequência um processo acelerado de entrada de diversas usinas em recuperação judicial e, principalmente, de falências e fusões.

Em notícia recente do jornal *O Estado de São Paulo*, ao destacar a “saúde financeira” das usinas, encontramos apenas mais um exemplo da situação destas:

---

¹ Ver o capítulo 2 desta tese, principalmente os itens “2.3 – Fetichismo de valor de uso e crítica negativa à lógica identitária” e “2.4 – Robert Kurz e o Colapso da Modernização: reprodução improdutiva do capital em seu momento fictício”, para nossa abordagem da diferença entre fenômeno de crise econômica do capital, crise imanente do capital e momento da crise histórica fundamental do moderno sistema produtor de mercadorias.

² Para acessar tais dados, ver Tabela 1, adiante (pg. 98), e também Xavier, Pitta e Mendonça (2012a).

O impasse econômico deve elevar o endividamento do setor sucroalcooleiro para R\$ 56 bilhões ao final da safra 2013/2014, conforme levantamento do Itaú BBA. A dívida deve crescer R\$ 4 bilhões em relação aos valores da safra anterior (R\$ 52 bilhões) e se aproximar do faturamento das usinas do Centro-Sul, estimado em cerca de R\$ 60 bilhões (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18 de fevereiro de 2013).

As análises do Itaú BBA são encaminhadas para seus “investidores financeiros” e “operadores de mercado” e buscam estabelecer os rendimentos e riscos que certos “ativos financeiros” podem oferecer como, no caso, aqueles relacionados à agroindústria canavieira como um todo. A mesma notícia (de início de 2013), a partir de dados da UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), representante de classe dos industriais do setor, já destacava que a crise no setor acarretou, desde 2008, apenas no Centro-Sul (responsável por 90% do processamento de cana brasileiro), a entrada de 36 usinas em processo de recuperação judicial e a falência de 43 usinas, sendo que nenhuma nova usina foi aberta.

Em meados da safra 2012/2013 existiam 330 usinas em funcionamento no Centro-Sul do país, porém, segundo previsões da própria UNICA, 10 usinas parariam de moer na safra 2013/2014 e aproximadamente 60 fechariam ou se fusionariam nas safras 2014/2015³. Considerando que também o ritmo das próprias fusões foi diminuído, tais previsões podiam ser consideradas otimistas, já que importa ressaltarmos que das 495 usinas existentes no Brasil em 2008 (SAMPAIO, 2015, pg. 709), apenas 375 continuavam a existir no final de 2014 (O ESTADO DE SÃO PAULO, “O tamanho da crise do etanol”, 27 de outubro de 2014, pg. 2). Vale lembrar que na safra 1997/1998, após a chamada desregulamentação da agroindústria canavieira e após as falências e fusões de início da década de 1990, existiam no Brasil 338 usinas de açúcar e álcool (THOMAZ JR., 2002, pg. 79), chegando às já supracitadas 495 unidades após a expansão desta agroindústria, principalmente entre 2003/2004 e 2007/2008. Assim, aproximadamente 120 unidades teriam sido fechadas desde a crise econômica de 2007/2008.

Marx, na seção V, “O capital portador de juros”, de *O Capital* (1984c e 1985), desdobra um mecanismo de realização da forma D – D’, ou seja, do dinheiro que parece

---

³ “Das 330 usinas de açúcar e etanol da Região Centro-Sul do Brasil, responsáveis por 90% de toda a cana-de-açúcar processada no País, 60 deverão fechar as portas ou mudar de dono nos próximos dois a três anos, de acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). A entidade tem confirmação de que pelo menos dez deixarão de processar na safra 2013/2014, por dificuldades financeiras” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18 de fev., de 2013). Apesar dos dados serem provenientes de uma fonte tendenciosa, já que representante da indústria do setor em questão, que busca benefícios do Estado para o mesmo, tais dados nos interessam já que servem de ponto de partida para aprofundarmos a discussão que pretendemos neste texto. Vale ressaltar a impossibilidade em obtermos dados desagregados, que permitiriam olharmos para as dívidas das unidades produtivas individualmente.

se autovalorizar, sem ter passado pela extração de mais-valia, e denomina este modo de reprodução do capital de *capital fictício*. Um dos exemplos por ele estudado, da intermediação comercial entre Inglaterra e Índia, evidencia a presença de um capital fictício mediando a produção e circulação de mercadorias. Marx trata da exportação/importação de mercadorias entre a metrópole e sua colônia (Inglaterra e Índia, no caso analisado por ele) e demonstra que o produtor, ao vender a um exportador, recebe uma letra de câmbio que pode descontar em um banco, adiantando dinheiro para retomar sua produção sem necessitar esperar a realização de sua mercadoria no outro continente. Com o desencadear de uma crise de superprodução na Inglaterra essa realização da mercadoria deixa de ocorrer, impondo ao produtor reiniciar o processo produtivo tendo em vista acessar nova letra de câmbio, o que o habilita a conseguir novo empréstimo bancário a fim de compensar o empréstimo anterior, que não poderia ser pago pela venda da mercadoria não ocorrida.

A produção da mercadoria passara a ser realizada com a finalidade de rolagem de dívidas anteriores. A diferenciação entre capital a juros, aquele pago pela realização da mais-valia por meio da empresa do *capitalista funcionante* (MARX, 1984c e 1985), e capital fictício, pago com nova dívida⁴, por exemplo, fica patente no exemplo de Marx (1985). Vale destacar ainda que tal exemplo aborda a transformação fictícia de dinheiro em mais dinheiro ao utilizar o exemplo da mediação de uma produção material de mercadoria, no caso, a indústria têxtil inglesa do século XIX.

A discussão que pretendemos desdobrar aqui deve passar pelos diferentes mecanismos de acumulação por meio do capital a juros que permeiam a reprodução da agroindústria canavieira brasileira e paulista atual e de como é possível interpretá-los. Veremos que diferentes unidades produtivas de diversos setores da economia realizam

---

⁴ David Harvey (2013, pgs. 353 e 354, grifos do autor), a partir da formulação de Marx acerca do capital fictício (1985), também entende este como derivado dos desdobramentos do dinheiro a crédito, temática que aprofundaremos no decorrer da presente tese: “A potencialidade para o ‘capital fictício’ está dentro da própria forma do dinheiro e está particularmente associada com a emergência do dinheiro creditício. Considere o caso de um produtor que recebe crédito em troca da garantia de uma mercadoria não vendida. O dinheiro equivalente à mercadoria é adquirido antes de uma venda real. Esse dinheiro pode então ser usado para adquirir novos meios de produção e força de trabalho. O emprestador, no entanto, detém uma folha de papel cujo valor é apoiado por uma mercadoria não vendida. Essa folha de papel pode ser caracterizada como *valor fictício*, que pode ser criado por qualquer tipo de crédito comercial. Se as folhas de papel (principalmente letras de câmbio) começam a circular como *dinheiro creditício*, então é valor fictício que está circulando. Assim, abre-se uma lacuna entre os dinheiros de crédito (que sempre têm um componente fictício, imaginário) e os dinheiros “reais” diretamente ligados a uma mercadoria-dinheiro. Se esse dinheiro creditício é emprestado como capital, ele se torna *capital fictício*”. As divergências com esta acepção de Harvey também aparecerão ao longo de nossa apresentação do problema, para tanto, ver o Capítulo 2 – “O endividamento recente da agroindústria canavieira”, adiante.

Reinaldo Carcanholo e Mauricio Sabadini, em “Capital fictício e lucros fictícios” (2011) também reconhecem a existência da categoria marxiana de capital fictício na circulação das dívidas como “dinheiro creditício” (2013, pgs. 353 e 354), nos termos do excerto de Harvey, logo acima. Isto fica explicitado quando ambos discutem o mercado secundário de negociação de títulos de dívidas.

investimentos no chamado “mercado financeiro” – aquele que negocia o dinheiro como mercadoria por meio do seu preço, os juros (MARX, 1985) –, relacionados às suas produções de mercadorias. Por outro lado, interessar-nos-emos pela presença do capital a juros mediando diretamente as produções da agroindústria em questão. Isso nos permitirá começar o caminho de problematização do lócus contemporâneo dos *capitais a juros e fictício* (MARX, 1984c e 1985) nas formas de reprodução crítica ampliada do capital, já que nos interessa compreender os papéis de determinação dos mesmos no desdobramento do devir histórico da sociabilidade capitalista.

As consequências da crise econômica de 2007/2008 para a agroindústria canavieira e para a reprodução do capitalismo em sua totalidade explicitam as diferentes formas necessárias de reprodução do capital, já que diversas empresas vão à falência quando formas de investimentos / endividamentos até então existentes deixam de funcionar. Os “mecanismos” de acumulação de dinheiro a partir do próprio dinheiro⁵ que podemos encontrar atualmente mediando as produções na agroindústria canavieira em questão são de diversos tipos, o que poderia levar até que os elencássemos por meio de passagens descritivas. Não pretendemos esgotar tais mecanismos agora, mas escolhemos um caminho determinado e começaremos por abordar aqueles chamados “mecanismos financeiros” que apareceram como sendo a causa direta da crise econômica do setor.

Para iniciarmos, podemos observar a relação de credor que o Estado brasileiro estabelece com a agroindústria canavieira e encontraremos diversos subsídios implícitos neste tipo de investimento. Alguns autores buscam destacar tais formas de subsídios como necessárias para a reprodução do setor. Pedro Ramos (2011) explicita a forma que os financiamentos do Estado assumiram ao longo dos anos 1990 e 2000, o que permitiu que o governo concedesse subsídios quando do financiamento de empréstimos para a modernização do setor em questão – principalmente a partir de 1998/1999, após a crise cambial brasileira –, apesar de não aparecerem como subsídios e nem como insolvência de algumas das unidades produtoras de açúcar e etanol:

Face às dificuldades que o setor vem enfrentando, que decorrem em boa medida dos elevados investimentos que vêm recebendo, principalmente quando relacionados às frustradas expectativas de expansão dos seus dois mercados principais (com destaque no tocante às exportações de álcool carburante), o

---

⁵ A questão acerca da existência de mecanismos de reprodução ampliada do capital por meio da forma D – D’ significar se tal acumulação está baseada na sua ficcionalização ou na extração real de mais-valia pela exploração de trabalho produtivo é de significativa importância. Para tal discussão ver *A Ascensão do dinheiro aos céus*, Kurz (1995). Abordaremos essa questão adiante, já que ela permeia a presente tese como um todo.

Governo Federal tem buscado dar novo apoio aos produtores na forma de novo suporte financeiro para o armazenamento de álcool. [...] Tal financiamento deverá ficar sob responsabilidade do BNDES e do Banco do Brasil, sendo que a diferença entre as taxas de juros de captação e de concessão poderão implicar uma perda de recursos que será coberta com subsídio do Tesouro (RAMOS, 2011, pgs. 17-18).

O Estado, para conceder crédito, necessita captar dinheiro na forma de dívida pública, já que sua arrecadação em impostos não é suficiente em relação ao que gasta. Podemos inferir que a diferença da taxa básica de juros que o Estado paga para esta captação (denominada Taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e os juros cobrados para empréstimo pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), constitui o subsídio, já que aquela é maior que esta⁶, implicando em “uma perda de recursos que será coberta com subsídio do Tesouro”. Não estamos, assim, explicitando somente a necessidade da rolagem das dívidas para a reprodução da agroindústria canavieira, mas a própria transferência de dinheiro ao setor. E não só, pois tal transferência acontece para diversos setores da economia brasileira, ou seja, para todos os empréstimos concedidos pelo BNDES, nas mais diversas taxas de juros, o que coloca o setor como expressão particular de um processo que ocorre em nível nacional e está entrelaçado com formas contemporâneas de ser do capitalismo em nível mundial.

Para além da fundamental relação das unidades produtoras de açúcar e etanol com o Estado, a necessidade de transformação direta (fictícia) de dinheiro em mais dinheiro para reprodução das unidades produtivas da agroindústria canavieira também pode ser encontrada nas aberturas de capital e comercialização de ações em bolsa de valores, nas negociações nos mercados de futuros de *commodities*⁷, assim como nas negociações nos mercados de derivativos de taxas de juros e de derivativos de câmbio.

Após os fenômenos de crise do capitalismo de 2007/2008, muitos economistas, intelectuais e acadêmicos buscaram explicar as causas do processo a partir de então desencadeado. Muito se falou e se pesquisou acerca do chamado mercado de derivativos, principalmente porque ao pesquisarem as causas da crise acreditavam

---

⁶ Ver tal debate em: “Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País” (NOVAIS, 2010). Importa explicitar que não estamos aqui a nos preocupar com um “desenvolvimento sustentável do país”. Tal relatório apenas permite fundamentarmos as afirmações feitas acima.

⁷ Vale lembrar que apenas o açúcar é comercializado no mercado de futuros internacional e nacional, enquanto o etanol apenas o é nos mercados nacionais e apresenta número relativamente reduzido de transações. Pode-se dizer, entretanto, que o etanol está “commoditizado”, já que, se o preço do açúcar estiver “atrativo” nos mercados de futuros, isto influenciará a escolha em transformar mais cana-de-açúcar em açúcar do que em etanol, o que implicaria em alteração dos preços do próprio etanol. O mesmo ocorre com a relação dos preços do etanol e da gasolina, de maneira inversa. Ou seja, se o preço do petróleo estiver baixo a gasolina passa a ser mais “atrativa” para os consumidores, interferindo na realização do etanol como mercadoria.

lograr revertê-la. Tais estudos⁸ localizaram no mercado de derivativos de créditos, os quais negociavam dívidas imobiliárias e suas hipotecas (como as *subprime*), nos Estados Unidos, o (para nós, aparente) epicentro da tal crise:

Numa crise de crédito clássica, o somatório dos prejuízos potenciais (correspondente aos empréstimos concedidos com baixo nível de garantias) já seria conhecido. Na atual configuração dos sistemas financeiros, os derivativos de crédito e os produtos estruturados lastreados em crédito imobiliário multiplicaram tais prejuízos por um fator desconhecido e redistribuíram, globalmente, os riscos deles decorrentes para uma grande variedade de agentes. As próprias características dos mecanismos de transferência de riscos introduziram novas incertezas. Não se sabe se os riscos foram diluídos entre um grande número de pequenos especuladores ou se foram concentrados em algumas carteiras. Dessa forma, um ano e meio após a eclosão da crise, os prejuízos persistem incomensuráveis e sua distribuição continua em grande parte desconhecida, contribuindo para contrair o volume de crédito (*credit crunch*), manter elevadas as taxas de juros para empréstimo, acentuar a incerteza e, por vezes, o pânico entre os investidores, além de provocar o empocamento da liquidez nos mercados interbancários (CINTRA e FARHI, 2009, p. 275).

Os desdobramentos da crise de 2007/2008 sobre países como o Brasil⁹ incidiram diretamente e imediatamente na reprodução capitalista de um conjunto de empresas, expondo e explicitando algumas das formas que estas utilizavam para apresentarem a reprodução ampliada de seus capitais. As falências (ou extrema dificuldade financeira) destas empresas, que não estavam somente localizadas na agroindústria canavieira, demonstram sua necessidade generalizada de investimentos em capital portador de juros que, em uma primeira apreciação, não teriam relação com seu objetivo final de produção de mercadorias, ou seja, estas empresas eram provenientes de setores da economia que não o financeiro. Assim, diretamente seus negócios eram outros, como, por exemplo: Aracruz – papel e celulose; Sadia – indústria alimentícia; Votorantim – papel e celulose; Vicunha – Têxtil; TAM – transporte aéreo; além de diversas usinas de açúcar e etanol; assim como médias empresas de capital fechado (FARHI e BORGUI, 2009). As perdas ocorreram tanto por causa de mecanismos financeiros utilizados nos mercados de derivativos de câmbio (aproximadamente 40 bilhões de reais¹⁰ em

---

⁸ Referimo-nos aqui a um pequeno conjunto de análises que selecionamos e são provenientes de uma economia política crítica com viés regulacionista / keynesiano: são os textos de Cintra e Farhi (2009) e Farhi e Borgui (2009); e os livros de Belluzzo (2009 e 2012). A formulação de crítica marxista acerca da crise de 2008, pelo viés da luta de classes, de David Harvey (2011) aparecerá no momento subsequente de nosso texto. A este último não caberia a acusação de desejar reformar o funcionamento da acumulação capitalista.

⁹ Farhi e Borgui (2009) demonstram os impactos dos investimentos em derivativos cambiais por meio das falências de empresas no Brasil, China, Coréia do Sul, Índia e México.

¹⁰ Ver Farhi e Borgui (2009, p. 12). Os autores ressaltam a impossibilidade de se medir os montantes dos prejuízos, já que muitas empresas são de capital fechado e negociam derivativos nos chamados mercados de balcão, sem mediação e garantia da BM&FBOVESPA S. A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo, criada a partir da fusão da BOVESPA com a BM&F, em 8 de maio de 2008). Destacam que 40 bilhões de reais era o montante de contratos de posição vendida em dólar, em setembro de 2008, mas nem todos estes necessitaram ser compensados quando das

contratos de posição vendida em dólar), assim como em razão dos altos índices de endividamento das empresas em dólares, sendo que os dois elementos podem estar relacionados, conforme veremos a seguir.

Diversas foram as usinas de açúcar e etanol que apresentaram grandes prejuízos com derivativos financeiros, aproximadamente no montante de 4 bilhões de reais¹¹, na safra 2008/2009. Assim como nas empresas destacadas acima, o mecanismo financeiro mais utilizado consistiu em primeiro lugar em captar um empréstimo em dólar por meio de um banco nacional com conta no exterior denominado Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC). Este mecanismo financeiro permite que uma empresa exportadora adiante a conversão cambial dos pagamentos de suas exportações em dólares. Ao receber o pagamento por suas exportações, salda em dólares (ou em produto com seu valor calculado em dólares, como veremos) o empréstimo recebido em real, ou seja, sua dívida é em dólares. Ao receberem o adiantamento as empresas passavam a aplicá-lo no mercado de derivativos de câmbio, assumindo ali uma posição vendida em dólar. Tal significa que se ganhava conforme o dólar se deflacionasse em relação ao real. Muitas empresas, por sua vez, também captaram empréstimos diretamente no exterior aproveitando a baixa taxa de juros oferecida por bancos internacionais em relação aos custos do dinheiro em reais e operaram a mesma aplicação em derivativo cambial¹².

O mais interessante deste mecanismo financeiro de se fazer mais dinheiro por meio de um dinheiro inicial é que ele consistiu em um processo que se retroalimentava. Dadas certas condições assumidas pela economia mundial a partir do início do século XXI, principalmente baseadas na subida dos preços das *commodities* no mercado internacional (DELGADO, 2012), muitos investidores se interessaram em emprestar/aplicar seus dólares em países como o Brasil, exportadores destas mesmas *commodities*. As aplicações podiam ocorrer de diversas maneiras, mas incluíam especialmente investimentos em títulos da dívida interna brasileira, investimentos em ações de empresas em bolsa de valores (os dois primeiros muitas vezes por meio de fundos) e investimentos em derivativos cambiais, os mesmos utilizados para

---

mais altas cotações do dólar. Mesmo assim, os prejuízos das empresas citadas acima beiraram muitas vezes um bilhão de dólares, individualmente falando!

¹¹ Ver levantamento do jornal *Valor Econômico*, de 31 de agosto de 2009, na reportagem “Perdas com derivativos nas usinas atingem até R\$ 4 bi”.

¹² A operação acima descrita é uma simplificação sintética de como ela ocorria concretamente. As empresas na verdade vendiam uma opção de compra de dólares a bancos ou investidores nacionais. Essa opção consiste em um prêmio para quem a oferta, que era o rendimento financeiro das empresas que estavam especulando, como algumas usinas da agroindústria canavieira. Se o dólar continuasse caindo, o comprador da opção de compra não executava a opção e apenas pagava o prêmio. Se o câmbio invertesse a tendência, o comprador executava a opção, com grandes perdas ao ofertante. Ver Farhi e Borghi (2009, p. 13).

rendimentos financeiros por parte das empresas ditas produtivas acima citadas.

O que está em relevância aqui é uma possibilidade de investimento do capital a juros denominada *carry trade*¹³. Este consiste no rendimento por meio do diferencial de juros ou câmbio entre duas taxas distintas. Nos anos que antecederam a crise de 2007/2008 as taxas que eram cobradas para se endividar em dólar (ou algumas outras moedas, como o iene japonês) eram muito menores do que as taxas de juros pagas pelo Brasil, em seus títulos de dívida interna. Com sua conta de transações correntes superavitária – novamente em razão dos inflados preços das *commodities* no mercado internacional (DELGADO, 2012) – tais títulos brasileiros passaram a atrair fortemente investimentos especulativos estrangeiros. O *carry trade*, por sua vez, não estimulava apenas investimentos em títulos da dívida interna, mas também apostas nos mercados de derivativos de taxas de juros e de câmbio, já que mantinha, com a forte entrada de dólares, uma constante “desvalorização” deste e, opostamente, constante “valorização” do real. O movimento parecia se retroalimentar. Quanto maior a entrada de dólares, maior sua “desvalorização” e maiores os rendimentos, o que fomentava mais investimentos provenientes da captação em dólares.

Não apenas investidores internacionais faziam isso, mas também diversas empresas brasileiras, incluindo aí usinas de açúcar e etanol, as quais se aproveitavam de um custo do dinheiro mais baixo no exterior. Assim, quando a tendência de “desvalorização” do dólar frente ao real se reverteu, muitos perderam duplamente: em seus investimentos em derivativos cambiais e no câmbio que tiveram que fazer para pagar suas dívidas em dólares¹⁴.

Após a crise econômica de 2007/2008, diversos foram os impactos mais imediatos na economia mundial: falências das empresas (tanto financeiras quanto

---

¹³ Marx (1985) já destacou a possibilidade de existência deste mecanismo de acumulação fictícia quando analisou o capital portador de juros, na Seção V, do Livro III de *O Capital*, ao falar do comércio de ouro entre diferentes países: “Em 1847, o curso do câmbio entre Inglaterra e São Petersburgo era muito alto. Quando foi promulgada a carta do governo que autorizou o banco a emitir notas bancárias sem ater-se ao limite prescrito de 14 milhões {acima de reserva de ouro} foi imposta a condições de que o desconto deveria ser mantido em 8 %. Naquele momento e com aquela taxa de desconto era negócio lucrativo enviar ouro de São Petersburgo para Londres e, quando chegasse, emprestá-lo a 8 % até o vencimento das letras de 3 meses, sacadas contra o ouro vendido” (MARX, 1985, L. III, t. II, pg. 94 – 95). O termo *carry trade*, por sua vez não foi utilizado pelo autor, obviamente. Tal é o termo corrente utilizado por economistas.

¹⁴ “Os derivativos tornaram-se um tabu para muitas empresas, que viram seu patrimônio ruir durante a crise. No setor sucroalcooleiro, o caso mais emblemático foi da Santelisa Vale, que teve perdas de quase R\$ 380 milhões com empréstimo com duplo indexador, no qual a empresa pagava juros em reais ou a variação do câmbio, o que fosse maior. As empresas tomaram esses empréstimos quando o dólar não parava de cair, em 2007 e no início de 2008, pois conseguiam com eles pagar juros abaixo do mercado em reais. Mas estavam assumindo o risco cambial com derivativos. À época, a companhia negou este tipo de operação, mas fontes da empresa ouvidas pelo Valor afirmam que esse tipo de operação agravou ainda mais a situação financeira da companhia. Procurada, a empresa não comentou o assunto” (VALOR ECONÔMICO, 31 agosto de 2009).

industriais¹⁵), recessão econômica, forte intervenção do Estado ao comprar títulos de dívidas de alto risco de inadimplência (principalmente nos Estados Unidos, mas também em outros países como Inglaterra, Espanha, entre outros) e derrubada das taxas de juros. Além disso, nos países denominados centrais do capitalismo, houve aumento das taxas de desemprego e expropriação das casas das pessoas inadimplentes. Pessoas morando improvisadamente em abrigos, acampamentos e em seus próprios carros passou a ser algo comum nos Estados Unidos (HARVEY, 2011).

Neste momento, foi desencadeada uma reversão da tendência dos investimentos financeiros internacionais, como descrevemos acima. Receosos com os impactos da crise, investidores financeiros e bancos internacionais passaram a reduzir suas apostas em títulos de países com altas taxas de juros, nos empréstimos a empresas destes mesmos países, nos mercados de derivativos (considerado pelas análises causais economicistas como o mecanismo responsável pela crise), entre outros.

No Brasil, a consequência mais direta apareceu na reversão dos investimentos originados em dólares, o que desencadeou a tendência de “valorização” desta moeda frente ao real¹⁶. Levou o dólar a se “valorizar” fortemente, exigindo que o governo brasileiro subisse a taxa de juros, a fim de tentar “conter” este processo. Tal inversão, como já explicitamos, afetou os generalizados negócios financeiros das empresas ditas produtivas, incluindo aí diversas usinas de açúcar e etanol.

A tendência à intervenção do Estado na tentativa de controle do que apareciam como consequências socialmente “catastróficas” da crise econômica de 2007/2008 foi acompanhada por uma forte produção nos meios intelectuais de crítica da política econômica conforme vinha sendo aplicada pelos Estados nacionais até então, entendida como seguidora do que ficou conhecido por “neoliberalismo”. Diversos expoentes desta intelectualidade tentaram tematizar o problema da predominância dos mercados financeiros para a acumulação capitalista – como resultado das políticas ditas neoliberais – ao buscarem propor alternativas de saída do que parecia ser um momento recessivo de um ciclo pelo qual a economia capitalista supostamente deveria passar “periodicamente”. Os fundamentos dessa crítica partiam e partem muitas vezes do que esta supõe ser uma causa imediata para tal momento do suposto “ciclo”, ou seja, a especulação no “mercado financeiro desregulamentado”, que teria nos derivativos seu

---

¹⁵ Ver Harvey (2011), principalmente o capítulo 1: “A Crise”, no qual o autor interpreta as consequências da crise de 2008 sobre o processo produtivo. Estas incluíram a paralisação de capitais “produtivos”, criando ociosidade, inclusive do trabalho.

¹⁶ Na verdade, inverteu a tendência imediatamente anterior, de “valorização” do real frente ao dólar.

expoente “mais perigoso”, dentre as formas mais atuais assumidas pelo capital fictício. Foi justamente por isso que iniciamos explicitando a relação direta entre os investimentos nos mercados de derivativos e a crise de reprodução das empresas capitalistas, particularmente, das usinas de cana-de-açúcar brasileiras.

Esta forma de crítica, geralmente pautada por uma leitura derivada do pensamento de John Maynard Keynes (1883 – 1946), propõe uma maior intervenção do Estado na economia no sentido de diminuir a “alavancagem” das empresas e investidores, assim como outros mecanismos de controle e contenção da “especulação financeira”. Escolhemos três formulações brasileiras relacionadas que seguem esta tendência para podermos questionar os limites destas críticas e de seus desígnios mais fundantes, a saber, a pretensão de alcançar um “equilibrado” funcionamento da acumulação capitalista por meio de políticas econômicas de regulação do fornecimento de crédito e da “acumulação” fictícia, o que supostamente controlaria aquilo que é comumente apresentado por tais autores como as “leis irracionais” do mercado.

A primeira formulação, de Maryse Farhi (FARHI, 2006; CINTRA e FARHI, 2009; FARHI e BORGUI, 2009) aborda a relação entre o mercado de derivativos, a especulação e o chamado “*hedge*”. A segunda, de Ricardo Carneiro (CARNEIRO *et al.*, 2011), tenta relacionar o mercado de derivativos, como forma de acumulação, e a teoria do valor de Marx. A última, de Luiz Gonzaga Belluzzo (2009), sobre a qual mais nos deteremos, de certa forma relaciona as duas precedentes, já que tenta formular uma explicação, por meio da teoria do valor, para a forma de acumulação capitalista após o que chama de “liberalização financeira”, a partir dos anos 1970.

Após isto, passaremos pelas formulações de David Harvey (2011) sobre a crise de 2007/2008 e as crises no capitalismo. Diferentemente do viés keynesiano dos autores supracitados, Harvey escolhe um caminho marxista de crítica ao capitalismo pela crítica à exploração do trabalho e da alienação, no que para ele é o momento de centralidade do sistema financeiro. As formulações de Belluzzo (2009 e 2012) e de Harvey (2011) devem ser então cotejadas entre si.

Selecionamos estas formulações, que agora abordaremos, tanto por nos permitirem compreender como os autores interpretam a forma de ser da reprodução capitalista atual e de sua crise (a atual, mas também, em geral), como para nos auxiliar na apreensão acerca da forma atual de reprodução capitalista da agroindústria canavieira paulista, assim como dos fenômenos de crise que esta vem apresentando (dos quais partimos no início dessa tese). Pretendemos, a partir deste estudo, por outro lado,

problematizar tais formulações mesmas ao confrontá-las com a particularidade concreta da reprodução capitalista da agroindústria canavieira paulista, neste início de século XXI, a qual apresentaremos na sequência, conforme nossa pesquisa realizada. Tal problematização visa nos possibilitar uma sugestão de crítica teórica negativa do capitalismo diversa daquelas críticas feitas por tais autores sobre os quais aqui nos debruçaremos.

Farhi, em seu texto com Borgui (2009), envereda pelo esforço em discernir dois aspectos característicos do chamado mercado de derivativos, a saber, “operações de *hedge*” e “operações especulativas”. Tal diferenciação tem como ponto de partida uma forma de explicar a crise econômica de 2007/2008 que identifica neste segundo aspecto uma possibilidade objetivamente posta pelo processo de acumulação, mas que deveria ser regulamentada, segundo os autores. Assim, processos especulativos não seriam engendrados, nem levariam à crise a suposta (pelos autores) “estabilidade potencial” do processo de acumulação capitalista. Por sua vez, Farhi e Borghi (2009) destacam que rendimentos especulativos eram uma prática generalizada até o momento de inflexão da crise de 2007/2008:

A crise financeira internacional iniciada, em meados de 2007, com a elevação da inadimplência das hipotecas de alto risco (*subprime*) nos Estados Unidos, assumiu contornos sistêmicos, com a falência do Lehman Brothers em setembro de 2008. Seus reflexos estão sendo sentidos no mundo todo, suscitando sucessivas intervenções públicas a fim de garantir a solvência bancária e minorar os impactos recessivos da brusca redução do crédito. Mas ela tem igualmente renovado a discussão sobre o caráter “financeirizado” das operações realizadas por empresas marcadamente produtivas, que se valem de instrumentos extremamente complexos na busca de ganhos suplementares advindos da alavancagem financeira (FARHI e BORGUI, 2009, p.1).

Duas preocupações dos autores chamam atenção no excerto para as causas da crise conforme a concebem. A primeira diz respeito à generalização dos chamados “ganhos financeiros” por empresas “produtivas”, que aqui qualificam como “suplementares”. A segunda é um desdobramento da primeira e está atrelada à “alavancagem” como possibilidade destes “ganhos” financeiros.

A questão, para eles, centra-se na prática da chamada alavancagem. Ela é o elemento comum entre os rendimentos dos bancos múltiplos, de investimentos, e de financeiras estadunidenses que fomentaram a quebra das hipotecas *subprime* (também um tipo de derivativo financeiro, de crédito, no caso); e a especulação com derivativos cambiais das denominadas empresas “produtivas”.

Farhi e Borgui (2009) situam o surgimento dos derivativos na necessidade de

proteção de riscos decorrente da flutuação das taxas de câmbio e de juros dos Estados nacionais, consequência do fim do chamado lastro do dólar no ouro, que já vinha sendo percebido pelos mercados, mas só foi anunciado por Richard Nixon, em 1971:

Com o fim dos acordos de Bretton Woods e a maior volatilidade dos juros e do câmbio, derivativos financeiros foram criados e difundidos, com a finalidade inicial de cobertura de riscos. Contudo, a utilização desses mecanismos não se restringiu a esse propósito, tornando-se um instrumento privilegiado de especulação, dada a possibilidade de elevados ganhos de capital. Assim, faz-se necessário diferenciar e entender os conceitos de *hedge*, arbitragem e especulação, diante da existência de mercados de derivativos, nos quais as empresas alavancaram suas posições (FARHI e BORGUI, 2009, p.2).

Derivativos são, assim, para tais autores, justificáveis por uma necessidade conjuntural, contextualizável historicamente, que está vinculada ao fim de um acordo supostamente regulador da economia internacional desde a Segunda Guerra Mundial¹⁷. Não seriam bons nem ruins em si mesmos, conforme tal interpretação, por apresentarem um propósito em princípio positivo (proteção), porém deturpável pela especulação. De passagem, por enquanto, vale destacar que a crítica proposta pelo texto em questão não se dirige à acumulação capitalista como finalidade tautológica da forma social do capital como totalidade, mas somente ao rendimento especulativo.

Os derivativos são, por meio de contrato financeiro, a negociação no presente de preços, índices e taxas a se realizarem no futuro¹⁸. Ou seja, não necessariamente se negocia a compra e venda futura de certas mercadorias, mas muitas vezes apenas seus preços. Empresas exportadoras e importadoras passam a ter de negociar preços futuros para “garantir” que mínimas flutuações nos preços de suas *commodities*, assim como em certas taxas como de câmbio e de juros, não arruinem seus lucros. Vale a ressalva de que foi apenas a partir de certas transformações na forma de acumulação capitalista, principalmente a partir de década de 1970, como veremos, que tais taxas passaram a ser flutuantes e, assim, a impactar a acumulação.

Uma empresa exportadora, como as usinas de açúcar e álcool, negocia a venda com entrega de açúcar para seis meses adiante, por exemplo, por certo montante em dólares. Os custos de produção desta empresa são calculados em reais. Uma desvalorização do dólar em relação ao real no espaço de tempo entre o momento de

---

¹⁷ Veremos, ao discutirmos o livro de Luiz Gonzaga Belluzzo (2009), que o fim da relação dólar x ouro como fim dos acordos de Bretton Woods é tratado por esta vertente de economistas brasileiros como rompimento unilateral e favorável aos Estados Unidos. Ela é tida como negativa por eles por desestruturar um suposto “equilíbrio” entre as nações centrais do capitalismo, responsável por crescimento econômico prolongado e pelo surgimento dos Estados de Bem-Estar Social, o que pra eles foi positivo.

¹⁸ Para uma discussão acerca da caracterização do mercado de derivativos ver Farhi e Borgui (2009), principalmente o item 2: “*Hedge*, arbitragem, especulação e os mercados de derivativos”.

assinatura do contrato e o momento de realização do pagamento pela entrega da mercadoria pode levar a que tal exportador tenha prejuízo em real, ao fazer o câmbio com o dólar “desvalorizado”. Para garantir que tal “desvalorização” não o afete, tal exportador faz um contrato de derivativo. Este pode ser cambial, para termos um exemplo. Ele firma um contrato de venda de dólares, para o período de realização de seu contrato de venda da mercadoria exportada, o açúcar, no caso de nosso exemplo. Se o dólar se “desvaloriza” frente ao real, ele perderia no câmbio de dólares para reais, já que recebe em dólares pela exportação de açúcar, mas ganharia no contrato de derivativos. Uma operação compensaria a outra. A isto o mercado financeiro denomina *hedge*, “proteção”. Para que seja um *hedge* “perfeito”, como alguns gostam de encontrar, o montante de dólares negociados deve ser igual ao montante a ser recebido e com um valor de referência do câmbio conforme o da previsão que balizou o preço do açúcar no contrato futuro firmado. Farhi (1999) define a diferença entre *hedge* e especulação em derivativos por meio de outros exemplos:

As operações de cobertura de riscos (*hedge*) consistem, essencialmente, em assumir, para um tempo futuro, a posição oposta à que se tem no mercado à vista. [...] Tanto o industrial que tem uma dívida em divisas e compra contratos de câmbio no mercado futuro ou adquire opções de compra, quanto o investidor que deverá dispor de uma soma em dinheiro num prazo dado e compra contratos de índice de valores estão realizando *hedge* de compra, embora suas posições no mercado à vista no momento das operações sejam distintas (FARHI, 1999, pgs. 94-95).

A especulação com derivativos, por sua vez, é caracterizada por Farhi como “...o fato das posições serem mantidas líquidas, sem cobertura por uma posição oposta em outra temporalidade e no mesmo ativo ou num ativo correlato [...]” (Farhi, 1999, p. 104). O critério que, para Farhi (1999), separa o chamado *hedge* da chamada especulação está, assim, na alavancagem, ou seja, na possibilidade de se conseguir rendimentos capitalistas fictícios, sem um investimento “produtivo oposto correlato” que pudesse cobrir os contratos em caso de perda neste mercado de derivativos:

A amplitude dos mercados de derivativos aliada a algumas das contemporâneas formas de gestão financeira (em particular de certos tipos de fundos de investimento e de carteiras administradas) trazem à baila outra questão que encerra importantes repercussões macroeconômicas. Trata-se da possibilidade de estabelecimento de diferentes graus de especulação que variam na função direta do grau de alavancagem das carteiras. [...] toda carteira composta de ativos financeiros não cobertos por uma posição oposta em um mercado de outra temporalidade é uma carteira especulativa. Mas, uma carteira que investe até o limite de seu patrimônio será ‘menos’ especulativa que uma carteira alavancada em várias vezes seu patrimônio. O risco máximo de prejuízo da primeira está limitado ao seu capital, enquanto o da segunda não é dimensional *ex ante* e pode vir a ser um múltiplo do patrimônio (FARHI e BORGUI, 2009, p. 4).

A partir do caso das usinas brasileiras de açúcar e etanol, conforme já destacamos, podemos formular algumas questões que nos ajudariam a desdobrar melhor o caminho crítico da gama de economistas teóricos centrada especialmente na herança keynesiana de defesa de uma “eutanásia do rentista” (BELLUZZO, 2009). Aos olhos destes, as crises do capitalismo seriam “cíclicas”, ou seja, ocorreriam entre os períodos de “bonança e estabilidade”, e poderiam ser controladas. A principal causa destas crises se deveria a um descolamento entre rendimentos “financeiros especulativos” (personificados para eles pelo rentista) e o lucro “produtivo” das empresas, sendo o primeiro representado pela forma $D - D'$, e o segundo pela forma $D - M - D'$, aquela que faz uma passagem pela produção e realização de uma mercadoria para poder lucrar. Após certo grau de descolamento entre ambas as formas de acumulação, haveria a necessidade de um novo “recolamento”, o que levaria à “deflação de ativos”, com impacto na reprodução das empresas capitalistas, configurando o momento de crise¹⁹ do ciclo capitalista (por tal formulação assim entendido).

Por que as usinas de açúcar e etanol estariam, no momento que antecedeu a crise de 2007/2008, fortemente alavancadas em derivativos cambiais? Por que passaram a fazer tais aplicações? Ou seja, por que pegavam empréstimos em dólares, a uma taxa menor que a taxa de juros brasileira e aplicavam este dinheiro no mercado de derivativos na aposta de que o dólar continuaria caindo em relação ao real, em um montante de negociação do preço do câmbio sem relação com sua venda de açúcar no mercado internacional? Por que estas empresas estavam se utilizando de formas fictícias de acumulação que não eram de sua exclusividade, mas sim uma prática generalizada?

Sendo a alavancagem, como vimos, o elemento comum que permitiu a Farhi e Borgui (2009) vincularem o que causou a crise econômica de 2007/2008 com o que causou as falências de diversas empresas “produtivas” brasileiras no mesmo período, a crítica dos autores se centrou no processo de desregulamentação e de flexibilização dos mercados financeiros que permitiu aumentar exponencialmente os graus de alavancagem das empresas, sejam financeiras, sejam industriais, como forma destas realizarem uma acumulação de capital e se reproduzirem ampliadamente. É a partir daí que apreenderemos as intenções dos autores no que diz respeito ao objeto de suas críticas.

---

¹⁹ Para tal formulação ver Belluzzo (2009), principalmente a “Introdução”, onde o economista sintetiza tal entendimento sobre a crise de 2008 e as demais crises do capitalismo. Visitaremos a formulação do autor adiante.

Os derivativos podem ser utilizados como uma forma de se obter acumulação de capital a partir de uma relativamente baixa quantia de capital inicial, se comparada a outras aplicações financeiras:

Com efeito, os derivativos são mecanismos de alta alavancagem, que permitem multiplicar o tamanho tanto das perdas como dos ganhos possíveis em relação ao capital inicial. Nos mercados de derivativos, pequenas margens iniciais ou depósitos de garantia possibilitam operar imensas quantias (FARHI e BORGUI, 2009, p. 2).

Assim, como são formas de investimentos financeiros para rendimentos fictícios de grande potencial de alavancagem, fomentadores de elevado risco de perdas e prejuízos para os que delas se utilizam, o mercado de derivativos aparece como expressão do resultado de políticas de fomento à acumulação especulativa, potencialmente crítica:

A partir da década de 1970 e, notadamente, 1980, expandiram-se os processos de liberalização e desregulamentação dos mercados financeiro e cambial, em escala nacional e internacional. Isso permitiu a intensificação do processo de “financeirização” da economia [...]. Embora os desdobramentos desses fenômenos tenham permitido elevados ganhos especulativos e patrimoniais [...], o sistema tornou-se mais instável, sujeito a riscos sistêmicos, dado o elevado grau de alavancagem, e a flutuações mais frequentes e intensas nos preços dos ativos (FARHI e BORGUI, 2009, pgs. 16 – 17).

Após o desastre induzido pela “racionalidade dos agentes” presente no arcabouço teórico dos mercados eficientes, é indispensável repensar os mecanismos regulatórios e de supervisão, que se mostraram eivados de falhas no ambiente das finanças desregulamentadas (FARHI e BORGUI, 2009, p. 18).

Aqui chegamos ao cerne da crítica dos autores, crítica que aparece em outros textos de Farhi (CINTRA e FARHI, 2009; FARHI, 1999; e 2006, para citar os utilizados em nossa tese). O que está em questão é uma recorrente disputa economicista entre os que defendem que o mercado e a racionalidade de seus “agentes” podem se autorregular, mantendo o processo de acumulação em níveis ascendentes; e aqueles que criticam o mercado como irracionalidade movida pela ganância individualista dos capitalistas, que, se não for regulado por um Estado provedor, modernizador e distributivista, levaria às crises, entendidas como momentos de recessão econômica.

Esta segunda concepção, que aparece aqui na crítica à “falta de regulação dos mercados financeiros” por parte do Estado, se posiciona disputando sentidos de uma política econômica ufanista, que fomenta um crescimento econômico nacional de longo prazo, em oposição à “dependência” econômica em relação às nações “dominantes” do capitalismo financeiro internacional. Está aqui presente uma vertente de defesa da

continuidade da acumulação capitalista, implicitamente uma atualização da teoria da dependência, dependência esta que continuaria ocorrendo, agora, porém, centrada no âmbito financeiro. O que está em disputa é qual a melhor forma para a estabilidade do próprio processo de acumulação.

O processo de “desregulamentação” e “flexibilização” das finanças, entendido historicamente por tal vertente, foi realizado pelo que ficou conhecido por período de predominância de políticas neoliberais da economia internacional – que teve seu expoente no Brasil nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) – com impactos nos âmbitos produtivos, mas também, nas finanças internacionais e nacionais.

Maryse Farhi explicita suas críticas ao “neoliberalismo” ao destacar a “desregulamentação” financeira promovida pelos governos FHC, em seu texto “O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária” (2006):

Nas economias que adotaram a livre circulação de capitais e o câmbio flutuante, as súbitas mudanças de humores e expectativas que caracterizam a lógica desses mercados engendraram forte volatilidade das principais variáveis financeiras e acentuaram a inter-relação entre taxa de juros e taxa de câmbio. Como essas economias são vulneráveis às alternâncias dos ciclos de liquidez internacional, com períodos de forte restrição ou virtual fechamento dos mercados e outros de farta liquidez, a taxa de juros resultante da política monetária sofre influência direta do regime cambial adotado.

No Brasil, o elevado grau de abertura financeira e a adoção do câmbio flutuante ampliaram consideravelmente os canais de transmissão desta dinâmica cíclica devido ao aumento da participação estrangeira no sistema financeiro, aos fluxos de capitais de portfólio e ao desenvolvimento e aprofundamento de mercados de derivativos financeiros *onshore* e *offshore* que permitem a realização de elevado volume de operações especulativas e de arbitragem (FARHI, 2006, p. 152).

Para nos determos apenas nos impactos da desregulamentação dos mercados de derivativos, discussão que viemos trazendo até aqui, é importante ressaltar no excerto acima as noções de “vulnerabilidade” e de “canais de transmissão”. Desregulamentação financeira, para Farhi (2006) implica em retirada dos controles, por parte do Estado, passando a permitir tanto investimentos estrangeiros diretos nos mercados nacionais quanto remessa dos rendimentos financeiros destes capitais ao exterior. O chamado “aprofundamento de mercados de derivativos financeiros *onshore* e *offshore*” é justamente destacado pela autora como a ligação (“transmissão”) que gera os impactos, ou melhor, transforma em “vulnerável” o mercado nacional em relação às mudanças na intensidade dos investimentos estrangeiros internamente. É na relação entre mercados

de derivativos *onshore* e *offshore* que se torna possível o que descrevemos como *carry trade*, aproveitamento financeiro da diferença nas taxas de juros e câmbios de diferentes moedas. O Estado, ao permitir tais operações financeiras, estaria, conforme os expoentes desta perspectiva, abrindo mão de “proteger” a economia nacional, fomentando a “dependência” desta em relação aos desígnios do mercado internacional, predominantemente financeiro atualmente.

Tal transmissão, assim, interferiria, inclusive, como destacamos anteriormente, diretamente nas taxas de câmbio e juros nacionais. Para a crítica feita pelos autores com quem dialogamos até aqui, isso faria com que estas taxas deixassem de refletir “condições reais da economia nacional” e passassem a representar preços e índices atrelados às demandas especulativas do mercado financeiro internacional, o que “distorceria tais taxas”. Para eles as taxas não deveriam estar “distorcidas”.

A crítica à distorção de preços e taxas por meio dos contratos de futuros e de derivativos também foi posta como central no texto “A quarta dimensão: os derivativos em um capitalismo com dominância financeira” (CARNEIRO, *et al.*, 2011). Resultante da “desregulamentação dos mercados financeiros”, as reforçadas características especulativas, em razão da alta alavancagem que os mercados de derivativos especialmente apresentam, acabam por transmitir para o presente os preços negociados para *commodities*, ações, taxas e índices futuros. Ou seja, os mercados à vista, passam a refletir preços futuros, apostas feitas com a intenção de se alcançar rendimentos fictícios, se não forem protegidos, e se a alavancagem e a especulação não forem controladas.

O objetivo dessa construção é destacar o mercado de derivativos como um desdobramento do capital fictício e como uma esfera particular da acumulação financeira.

[...] Nos mercados de derivativos sem entrega física, as transações são puramente monetárias, portanto, sem mudança na propriedade dos ativos subjacentes. [...] busca-se argumentar que os mesmos [derivativos] se tornam a locomotiva da valorização da riqueza quando os mercados de derivativos assumem a prerrogativa da formação de preços. Nesse momento, alguns dos principais mercados à vista tornam-se dependentes dos mercados de derivativos e a variação de preços é transmitida por arbitragem na direção oposta do usual. Pode-se dizer, de forma contraditória, que os preços à vista ‘derivam’ dos preços futuros (CARNEIRO *et al.*, 2011, p. 2).

A transmissão da variação especulativa dos preços, segundo a perspectiva apresentada no excerto acima, aumentaria ainda mais a instabilidade dos preços à vista, e ampliaria a possibilidade especulativa de rendimentos com flutuações destes mesmos preços, índices e taxas, transformando a economia em dependente de tais rendimentos e

de sua instabilidade. A crítica feita pelos autores (CARNEIRO *et al.*, 2011) incide principalmente sobre a instabilidade dos preços causada pela especulação financeira, que auferir renda aos investidores conforme manipula tal instabilidade.

As formulações apresentadas por nós até aqui dissertam acerca de uma interpretação e de uma crítica às causas e impactos da crise do capitalismo, iniciada a partir da crise nos mercados financeiros, em 2007/2008. O cerne desta interpretação está em localizar nos processos de flexibilização e de desregulamentação do sistema financeiro os motivos da aceleração de uma forma de acumulação especulativa, aprofundando os potenciais de crise do sistema capitalista. Tal crise é entendida deste ponto de vista como reversão do crescimento econômico, sendo este positivo e aquela negativa para esta interpretação.

Das análises visitadas é importante, para nós, retermos que o aprofundamento do mercado de capitais ampliou os graus de alavancagem das empresas e proporcionou a busca por acumulação fictícia de maneira generalizada, enquanto rendimentos financeiros, sem relação direta com sua produção de mercadorias. Retomando um excerto já anteriormente citado: a crise tem “[...] renovado a discussão sobre o caráter ‘financeirizado’ das operações realizadas por empresas marcadamente produtivas, que se valem de instrumentos extremamente complexos na busca de ganhos suplementares advindos da alavancagem financeira” (FARHI e BORGUI, 2009, p.1).

Empresas brasileiras, incluídas aí a agroindústria canavieira, puderam se aproveitar da possibilidade de acumulação propiciada pela “transmissão” de preços que o mercado de derivativos cria, por meio da reiterada “desvalorização” do dólar em relação ao real – reiteração causada também por todo investimento financeiro estrangeiro nas mesmas operações. Tal “desvalorização” foi, assim, aprofundada ainda mais pela alavancagem das operações. A vulnerabilidade de tais investimentos se explicitou quando da reversão da tendência, levando a imensos prejuízos (na casa das dezenas de bilhões de reais) e à falência de diversas empresas.

A crítica a tais práticas financeiras, destinadas a rendimentos fictícios, por parte das formulações com as quais tomamos contato até aqui, assim, não incide sobre o próprio mercado de derivativos ou sobre demais operações características dos mercados financeiros. Começamos esta problematização destacando que para tal interpretação o mercado de derivativos não é ruim em si mesmo. Farhi diferencia a proteção (*hedge*) da especulação, sendo as operações especulativas o problema, e “não o fato de serem resultantes de uma expectativa concernente aos preços, já que esta permeia todos os

tipos de operações realizadas nos mercados financeiros contemporâneos” (Farhi, 1999, p. 104). Para a autora, a “financeirização” da economia aparece como necessidade, mas apresenta características potencialmente negativas, que poderiam ser controladas por um Estado mais interventor e protecionista. Este deveria buscar tanto uma autonomia do sistema financeiro nacional em relação à sua atual dependência internacional, como deveria regular rendimentos especulativos financeiros para que este mercado servisse à acumulação “produtiva”, evitando um descolamento crítico dos rendimentos fictícios em relação ao que denominam “produtivo”. Segundo tal argumento se evitaria, assim, as crises potenciais da acumulação.

Veremos que tal interpretação – e a consequente crítica que esta permite – está fundamentada por uma determinada leitura do funcionamento do capitalismo e de suas formas de acumulação e derivam implicitamente de uma apropriação particular das formulações de Karl Marx²⁰ acerca do próprio capital. Partimos aqui do pressuposto de que o texto de Luiz Gonzaga Belluzzo, *O capital e suas metamorfoses* (2012), é expressão de tal interpretação, da qual os autores anteriormente apresentados são adeptos. Tentaremos, agora, percorrer os nexos que mais nos interessam de sua compreensão acerca da forma atual de acumulação capitalista, o que também nos permitirá explicitar como o mesmo se apropria de *O Capital* (1983), de Karl Marx.

1.1 – A “financeirização” em Luiz Gonzaga Belluzzo

a) Formulações em teoria do valor

Os textos de Luiz Gonzaga Belluzzo que circulam desde a crise de 2007/2008 tentam apresentar mais do que a localização das causas de tal crise (como o fizeram os estudos que apresentamos até aqui), mas sim, formula uma interpretação do que considera serem seus pressupostos, fundamentando-os na sociabilidade capitalista. A caracterização destes pressupostos a partir do que o autor denominou de “transfigurações da riqueza” (BELLUZZO, 2009), ou seja, a centralidade da acumulação fictícia de capital na mediação dos mercados financeiros, foi desenvolvida tendo em consideração os desdobramentos do próprio capitalismo. A preocupação principal do autor, cabe adiantar, está em embasar sua leitura acerca da crise econômica

---

²⁰ Importa mencionar que para nós, já adiantando, Marx (1983) não fez uma teoria do valor mais aprimorada em comparação aos clássicos da economia política, mas uma crítica do valor como forma da relação social sob o capitalismo.

de 2007/2008 de forma a justificar intervenções que recolocuem a acumulação capitalista em níveis de “crescimento econômico” equilibrado, tendo como paradigma histórico a aplicação da formulação de Keynes, conforme sua realização no Estado de Bem-Estar Social como possibilidade para um suposto “bom” funcionamento do capitalismo.

A acumulação fictícia de capital, na qualidade que atingiu a partir da década de 1960/1970 nos países centrais do capitalismo e sua generalização universal (como veremos), passou a ser parte essencial da reprodução capitalista, mas se relegada às forças da concorrência de mercado, conforme Belluzzo (2012), criaria um “descolamento” entre a acumulação fictícia e a acumulação “real” / “produtiva”, que conduziria às crises, entendidas por ele como “cíclicas”. A questão, para ele, passaria por estabelecer políticas de contenção deste “descolamento” dos chamados “fundamentos”. O sentido de sua formulação teórica tem como ponto de chegada a disputa acerca de qual seria a política econômica mais adequada por parte dos Estados nacionais, que para Belluzzo deveria conter a criação de bolhas especulativas, as quais trazem consequências “catastróficas”, contrárias à sua idealização da reprodução “equilibrada” da sociedade capitalista.

Na verdade, o que distingue esta forma de capital financeiro das que a precederam historicamente é o caráter universal e permanente dos processos especulativos e de criação contábil de capital fictício, práticas ocasionais e “anormais” na etapa anterior do “capitalismo disperso”. A natureza intrinsecamente especulativa da gestão empresarial, nesta modalidade de “capitalismo moderno” traduz-se pela importância crescente das práticas destinadas a ampliar “ficticiamente” o valor do capital existente, tornando necessária a constituição de um enorme e complexo aparato financeiro (BELLUZZO, 2009, p. 41).

Belluzzo parte aqui da formulação acerca de uma mudança qualitativa na forma de reprodução ampliada do capital, a saber, baseada em rendimentos especulativos como prática “universal e permanente” por parte das empresas, incluindo aí as por ele chamadas “produtivas”. Está em pauta a possibilidade de diferenciação em relação a como Hilferding e Lênin formularam o capital financeiro do início do século XX²¹.

Para além da formação dos trustes e cartéis das maiores corporações capitalistas do início do século XX, Belluzzo destaca que ambos os autores acima mencionados formularam um lugar proeminente para o chamado “capitalismo financeiro”. Este passou a ser estritamente necessário para que uma empresa conseguisse acessar os

---

²¹ Ver a distinção em Belluzzo (2009, pgs. 40 e 41).

grandes investimentos em capital fixo, a fim de disputar a concorrência do mercado capitalista, conforme a necessidade para reprodução a partir daquele momento histórico. Para Belluzzo, porém, o lugar do capital financeiro para a acumulação capitalista teria se transformado a partir do início do processo de desmonte do Estado de Bem-Estar Social, localizado pelo autor nos mesmos marcos históricos indicados por Cintra e Farhi (2009) – ou seja, no fim do lastro do dólar nas reservas de ouro entesouradas nos cofres públicos estadunidenses, anunciado por Nixon, em 1971.

Se no momento anterior os bancos concentravam os montantes necessários para a continuidade da reprodução ampliada dos capitais, cobrando um custo do dinheiro para conceder tais montantes na forma de empréstimos a empresas demandantes, após a década de 1970, os desdobramentos da própria acumulação capitalista parecem colocar o capital financeiro em um lugar central para a realização desta, ao gerar rendimentos por meio de investimentos financeiros especulativos. Vale um destaque desde já, com o qual teremos de nos confrontar: para Belluzzo, os capitais produtores de mercadorias, que, no momento atual, só realizam seus lucros com a mediação do capital fictício (D – D’), não deixam, por isso, de ser “produtivos”. Para ele, o capital fictício não é apenas uma das formas assumidas pela circulação do dinheiro no capitalismo, como vimos em Marx (1984c e 1985), mas é a própria forma de ser do “capital produtivo”, contemporaneamente.

José Carlos Braga (1997) descreve diversas formas de rendimentos financeiros que as empresas apresentam para compor seus lucros, destacando, assim, a centralidade destes como forma da acumulação:

Sua manifestação mais aparente está na crescente e recorrente defasagem, por prazos longos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza – moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral – e os valores dos bens, serviços, e bases técnico-produtivas em que se fundam a reprodução da vida e da sociedade. Analisaremos alguns indicadores que evidenciam este fenômeno, tais como a subida da relação, em valor, entre ativos financeiros e ativos reais; a elevação das operações cambiais totais sobre aquelas relativas ao comércio internacional; a superioridade das taxas de crescimento da riqueza financeira em comparação com as do crescimento do produto e do estoque de capital; a escalada das transações transnacionais com títulos financeiros como percentual do Produto Interno Bruto dos países avançados; a expressiva participação dos lucros financeiros nos lucros totais das corporações industriais (BRAGA, 1997, p. 196).

Braga destaca que o que denomina “riqueza financeira” promoveria uma acumulação extra em relação ao que denominou “riqueza real”, ou seja, as empresas capitalistas realizariam rendimentos financeiros, muitos especulativos, que comporiam

seus “lucros reais”, permitindo-as se reproduzirem, o que é justamente o tipo de operação que vimos Farhi e Borgui (2009) criticarem ao fazerem a separação entre *hedge* e rendimentos especulativos no mercado de derivativos de câmbio.

O caminho que Braga (1997) e Farhi e Borgui (2009) empreendem, porém, tenta ao mesmo tempo demonstrar que a própria formação do que chamam de “preços reais”, ou o que aparece como âmbito estritamente “produtivo” do capitalismo atual, está permeado pela especulação com estes mesmos preços²². Então, é necessário não confundirmos rendimentos financeiros e fictícios que compõem os rendimentos das empresas “produtivas” – como os investimentos especulativos que a agroindústria canavieira realizava nos mercados de derivativos cambiais – com uma lógica financeira e especulativa que permeia todos os momentos da reprodução capitalista hodierna, inclusive seu nível industrial, chamado “produtivo” por esta vertente de autores.

Isso fica bem mais claro na formulação de Belluzzo, conforme a vínhamos percorrendo. Ele demonstra como os próprios preços denominados por ele “reais” das empresas e produtos são constituídos de forma especulativa:

[...] a estimativa real do valor dos ativos é efetivamente calculada a partir de sua capacidade de ganhos. Se os ativos tangíveis podem ser avaliados pelo seu custo de produção ou reposição, aqueles de natureza não tangível só podem sê-lo através de sua capacidade líquida de ganho. Esta, por sua vez, só pode ser estimada como o valor capitalizado da totalidade dos rendimentos futuros esperados, menos o custo de reposição dos ativos tangíveis. É aqui, neste último elemento (ativos não-tangíveis) que reside a elasticidade do capital, comumente utilizada pela “classe financeira” para ampliar a capitalização para além dos limites da capacidade “real” de valorização. Desta forma, a capacidade estimada de ganho de uma grande companhia, independentemente de como seja financiada, repousa fundamentalmente no controle dos mercados, na força de suas armas de concorrência e é, portanto, mesmo amparada em métodos avançados de produção, altamente especulativa no cálculo de seu valor presente (BELLUZZO, 2009, p. 41).

Interessa-nos aqui destacarmos que a “estimativa” feita sobre o montante de rendimento que um investimento pode “capitalizar”, ou seja, uma especulação para o futuro, influencia o preço presente da mercadoria, ação de uma empresa, índice ou taxa negociada²³. Assim, em tal preço passa a estar embutida a expectativa de rendimentos futuros a serem realizados, mas que, ao ser capitalizado no presente por meio de sua negociação nos mercados de capitais, acaba criando rendimentos especulativos

---

²² Terminamos justamente nosso item anterior com um excerto de Farhi destacando que rendimentos financeiros especulativos com derivativos eram o problema, “não o fato de serem resultantes de uma expectativa concernente aos preços, já que esta permeia todos os tipos de operações realizadas nos mercados financeiros contemporâneos” (Farhi, 1999, p. 104).

²³ Vale lembrar como, em nosso primeiro item do presente texto, explicitamos como o mercado de derivativos cambiais, negociação do preço do câmbio para o futuro, determinava o preço presente do câmbio.

presentes relacionados a tais expectativas, retroalimentando a determinação de seu preço presente e consequentemente futuro.

Importa-nos então explicitarmos que a possibilidade da reprodução capitalista ensejar tal tipo de relação entre preços presentes e futuros, negociados em mercados dos chamados “ativos financeiros”²⁴, é resultado dos desdobramentos contraditórios do fundamento mais simples da relação social capitalista, a forma mercadoria. Tais estruturas mercantis financeiras foram estruturadas ao longo do tempo, com um momento de inflexão bem demarcado a partir dos anos 1970, após um processo universal que ficou conhecido como de “financeirização” do capitalismo. Tal processo fomentou a criação de diversos tipos de empresas financeiras e de mercados de negociação que aceleraram ainda mais a circulação / comercialização destes papéis. A seguir, passaremos por como Belluzzo descreve tal processo histórico, para, posteriormente tentarmos desdobrar nossas divergências na crítica em relação à sua interpretação.

Assim, podemos dizer que os rendimentos acima mencionados não estão relacionados necessariamente à produção de valor, por meio da exploração de trabalho produtivo e apropriação de mais-valia, mas a uma capacidade de atração de montantes cada vez maiores de investidores para certo ativo financeiro, determinando seu preço e promovendo rendimentos cada vez mais ampliados sobre sua negociação, até o limite em que esta possa continuar a atrair tais investimentos²⁵.

---

²⁴ Mercados de negociação de papéis que representam a propriedade de empresas e mercadorias, assim como preços, índices e taxas, os quais Marx (1985) chamou de títulos de propriedade e duplicatas de mercadorias, incluídas aqui as letras de câmbio, por exemplo.

²⁵ Em conversas com o professor Jorge Grespan (História – FFLCH/USP) nos foi sugerido uma apreensão do conceito de capital fictício (MARX, 1984c e 1985) que levasse em conta a capacidade dos títulos de se precificarem, relacionados à taxa de juros corrente, o que promoveria uma mudança em seu preço, não relacionada diretamente com a produção real do valor por meio da exploração de mais-valia. Neste sentido o capital fictício seria uma forma do capital a juros que poderia ser remunerada conforme a categoria marxiana de renda da terra, a partir da distribuição da mais-valia global produzida socialmente – ou seja, estaria com esta relacionada indiretamente, mas substancializada como promessa de valorização do valor que logra se realizar no futuro –, como quando da capitalização de uma propriedade se tomamos a própria terra negociada como mercadoria como exemplo. Apesar de compreendermos tal formulação como uma interpretação possível, aqui preferimos ficar com a concepção de capital fictício de Robert Kurz (1995 e 2014) a partir de sua apropriação da seção V, do Livro III, de *O Capital* (1984c e 1985), conforme já destacamos anteriormente ao tratarmos da rolagem de dívidas, a qual inclusive pode permear a reprodução de uma determinada produção de mercadorias, sem passar pela produção e valorização do valor, ficcionalizando assim processos produtivos de mercadorias. A mesma autonomização entre capital fictício e valorização do valor ocorreria na precificação das duplicatas de mercadorias e títulos de propriedades e seria desta autonomização que adviria o descolamento entre ambos (capital fictício e valorização do valor). Assim, o capital fictício não se referiria apenas a certas formas do dinheiro como meio de pagamento como as duplicatas de mercadorias e os títulos de propriedades, mas ao descolamento mesmo, que pode ocorrer claro, por meio do acúmulo (fictício, sem valorização do valor no futuro) de tais instrumentos de criação de dinheiro, mas não só. No caso da formulação acima, de Belluzzo (2009 e 2012), na qual a inflação de certos títulos paga a promessa de valorização promovida pela inflação destes mesmos títulos anteriormente feita, poderíamos falar de capital fictício na acepção que estamos procurando utilizar. Já no caso de uma inflação de títulos como promessa de valorização futura que se realiza, ou seja, se remunera por meio da valorização do valor ocorrida em uma produção de mercadorias produtiva (que explora trabalho produtivamente), estaríamos diante de um capital a juros, conforme acepção de Marx

O que está em relevância aqui é uma das formas de ser própria da forma do dinheiro, enquanto metamorfose do processo de reprodução social capitalista. O capital fictício pode funcionar como possibilidade de adiantamento de uma valorização futura que pode não se realizar, mas que atua como ampliação, em dinheiro, de uma quantia de dinheiro inicial – expressa por Marx, como vimos, na forma $D - D'$, na qual D é um montante de dinheiro e D' é este montante acrescido de uma soma qualquer (MARX, 1984c, L. III, t. I, seção V). Isto só é possível em relação ao que Marx considerou o momento mais desdobrado do fetichismo próprio ao capitalismo, a crença na capacidade do dinheiro se transformar em mais dinheiro.

Com os mercados de capitais e a expansão dos negócios com títulos de ações, mercadorias, dívidas, índices e taxas, e com a maior capacidade dos bancos por meio do capital a crédito de suprir as demandas por dinheiro para tais negociações, ampliou-se cada vez mais a possibilidade das especulações com rendimentos futuros sobre tais negociações determinarem os preços presentes.

Importa, conseqüentemente, entendermos a implicação deste movimento especulativo para com o mercado de dinheiro, o capital a juros. Isso porque, para empresas e também consumidores, tais títulos de propriedades passaram a determinar o montante de riqueza que podem utilizar para consumo a fim de realizar investimentos industriais, bem como consumos privados. Isso passa a ocorrer já que tais títulos permitem o endividamento sobre seus montantes, como se tais títulos fossem uma máquina de “sacar dinheiro”. Um dinheiro inicial, imobilizado em ações de uma empresa, com a simples subida dos preços desta, por expectativas de que esta empresa venha a realizar rendimentos, cria a possibilidade deste dinheiro se tornar mais dinheiro. Ampliadamente este processo retroalimenta o aumento presente dos preços de tais ações, levando a que a acumulação $D - D'$ se perpetue, como se pudesse fazê-lo sem a criação de valor no processo de exploração do trabalho e apropriação de mais-valia, como capacidade de autovalorização do dinheiro.

[...] os estoques de direitos sobre a riqueza e a renda ganham maior participação na riqueza total ao longo dos sucessivos ciclos de criação de *valor*. No ciclo financeiro recente, esses estoques passaram a ter maior peso no balanço das empresas e no patrimônio da massa de pequenos e médios *poupadores*, agora incluídos no rol dos beneficiários da valorização dos estoques de riqueza financeira [...] A valorização ou desvalorização do patrimônio total afeta as decisões de consumo das famílias e de investimento das empresas [...] (BELLUZZO, 2012, p. 120, grifos do autor).

[...] É preciso explicar que o “efeito riqueza” não se realiza mediante uma venda dos ativos para a conversão do resultado monetário em consumo, senão mediante uma ampliação da demanda de crédito por parte dos consumidores “enriquecidos”. (BELLUZZO, 2009, pgs. 133 – 134).

Assim, empresas, bancos e também famílias abastadas – através dos investidores institucionais – passaram a subordinar suas decisões de gasto, investimento e poupança às expectativas quanto ao ritmo do seu respectivo “enriquecimento” financeiro (BELLUZZO, 2009, p. 132).

Cabe ressaltarmos, como conclusão parcial, a explicitação por meio dos excertos de Belluzzo (2009) acima destacados de que mesmo os investimentos aparentemente “produtivos”, ou seja, que buscam a valorização do valor por meio da produção de mercadorias e sua realização, estão permeados pela possibilidade de apropriação de rendimentos financeiros ou até fictícios, em suas palavras. Os investimentos “produtivos” das empresas ocorrem baseados em empréstimos relativos ao montante de títulos de propriedade em seu nome, propriedade de ações desta mesma empresa, ou das de outrem, além de sua capacidade instalada em capital fixo. O interesse na produção de mercadorias estaria em retroalimentar um processo de ascensão dos preços de tais títulos, enquanto expectativa dos rendimentos futuros destes, o que determinaria a expansão de sua produção de mercadorias. Quanto maior o preço e o montante de seus títulos, maior o tamanho da empresa e sua capacidade de criar expectativas de rendimentos, com relação à capitalização de seus títulos.

A especulação financeira, assim, não faz parte dos lucros de uma empresa aparentemente “produtiva” somente como um negócio à parte da própria empresa, ou seja, a empresa apresentaria seus lucros aparentemente “produtivos” e, além disso, “lucros financeiros” advindos de negócios nos mercados de derivativos cambiais, por exemplo, como no caso das usinas de açúcar e etanol brasileiras que destacamos anteriormente: a ascensão dos preços dos títulos de propriedades, ações e mercadorias de uma empresa é desejável em relação ao que diz respeito à capacidade de expansão de seu próprio capital, que será posto na e determinará a própria produção de suas mercadorias. A especulação financeira está no cerne da própria reprodução ampliada de uma empresa dita “produtiva” de mercadorias, por meio de rendimentos fictícios. Aliás, são estes que permitem e determinam sua reprodução. É isto que Belluzzo (2009) nos auxilia a apreender em relação à atual acumulação fictícia da empresa capitalista até aqui.

Belluzzo (2012) faz uma tentativa teórica de explicar a constituição do que denomina “financeirização” da economia como possibilidade para a realização da

reprodução ampliada do capital como um todo. Como veremos, o autor parte de seu entendimento da forma da mercadoria e de suas contradições, para chegar no dinheiro e na forma $D - D'$ da acumulação.

Ressaltemos de início, porém, para explicitarmos sinteticamente discordâncias fundamentais com Belluzzo, que sua interpretação busca fazer uma separação entre um capital “produtivo”, tido por positivo, e o capital especulativo / fictício, visto por ele como negativo. O autor centrará neste último a causa das crises sob o capitalismo, como “exagero” dos rendimentos fictícios sobre os “produtivos”, apesar da necessidade daqueles para realização destes. A formulação de Belluzzo (2012), apesar de nos ajudar a discutir as formas que o capital fictício assume para a reprodução da sociabilidade capitalista contemporânea; ao mesmo tempo leva adiante uma crítica à criação fictícia “exagerada” de dinheiro e positiva a acumulação “produtiva”. Para Belluzzo (2012), a especulação move processos fictícios de acumulação que acarretam na necessidade, em algum momento do processo, do que chama de “deflação de ativos”, ou seja, de uma queda brusca e significativa dos preços, levando a falências generalizadas. Capitais ociosos, massas falidas destes, incapacidade de acesso ao consumo e desemprego, como consequências mais diretas da crise, serão entendidos pelo autor como mazelas das leis irracionais do mercado. Estas, segundo ele, poderiam ser controladas e reguladas por políticas econômicas estatais, com a finalidade de manter em níveis “equilibrados” o descolamento da “acumulação” fictícia em relação àquela entendida por ele como “produtiva”. Assim, as contradições próprias à forma social baseada na mediação da mercadoria aparecem para Belluzzo, como veremos, como características do mercado, em oposição à racionalidade estatal, que para ele seria capaz de contenção daquele.

Conforme Belluzzo, crescimento econômico de longo prazo, como ampliação da riqueza produzida; pleno emprego dos fatores de produção; e ascensão fictícia do preço dos ativos de forma moderada, seriam pontos de chegada ideais que o planejamento econômico de um país deveria alcançar. Sua compreensão é, no limite, desenvolvimentista. O autor não busca uma crítica das contradições do que aparece como desenvolvimento econômico na própria imanência deste. Se, por um lado, a crítica que o “marxismo tradicional”²⁶ fez ao capitalismo buscava explicitar que, com o desenvolvimento econômico, as desigualdades sociais levariam à pauperização extrema de uma classe social – a saber, o proletariado –, o que poderia ser um momento

---

²⁶ Para tal crítica ao aqui denominado “marxismo tradicional”, ver Moishe Postone (2014).

impulsionador do processo revolucionário de superação do capitalismo (como veremos com Harvey, 2011); por outro, leituras marxistas que se centraram nas contradições imanes à própria forma da mercadoria, formulam que estas se desdobrariam determinando o devir do processo histórico capitalista e sujeitando seus participantes à acumulação como finalidade tautológica e crítica.

Não há, por parte de Belluzzo, como veremos, uma formulação crítica que vislumbre nem o desejo nem a necessidade de superação da *reprodução das relações sociais de produção capitalistas* (LEFEBVRE, 2006), mas sim, o que se apresenta é uma formulação de tentativa de controle das tendências “individualistas” postas pela concorrência e “ganância” das trocas do mercado, fomentadores das rendas especulativas que desequilibrariam a sociedade. O que, em Marx (1983), aparece como contradição, em uma interpretação dialética do devir sob o capitalismo, será em diversos momentos entendido por Belluzzo como uma antinomia (baseada em uma ontologia do trabalho como tentaremos abordar), na qual o Estado ou o “capital produtivo” se opõe à concorrência e à ganância dos agentes do mercado, que não colocariam amarras para o descolamento da acumulação fictícia de capital.

Não podemos deixar de ressaltar que a dialética e o movimento desta pela negação foi apropriada por Belluzzo (2012) para desdobrar a forma da mercadoria em forma dinheiro e capital fictício, como poderemos perceber ao passar pelas formulações do autor, a seguir. Sua interpretação e seu julgamento dos processos sociais, porém, dizem respeito ao lugar e uso que confere à dialética. Esta o serve como instrumento de entendimento do desenvolvimento lógico e histórico do capital, ou seja, funciona como instrumento do conhecimento: para entender o papel da acumulação de capital com o “auxílio” do capital fictício. O autor deseja compreender como o capital pode acumular atualmente. Porém, abandona a dialética ao se posicionar politicamente, cindindo uma forma positiva da acumulação capitalista de outra negativa, que deveria ser “controlada”, o que vamos aqui denominar por antinomia²⁷.

Belluzzo, em seu texto *O capital e suas metamorfoses* (2012), começa sua interpretação acerca da teoria do valor de Marx, assim como este, pela própria

---

²⁷ A este segundo movimento realizado por Belluzzo de posituação de um dos polos da contradição e abandono da dialética denominaremos aqui por *antinomia*, em referência às formas kantianas de diferenciação entre dois elementos, que se opõem, mas podem existir em autonomia um em relação ao outro; o que constitui uma diferença fulcral em relação à dialética hegeliana – que Marx retoma com as devidas críticas (ou seja, fundamentando a dialética socialmente na contradição do capitalismo) –, na qual a negação de um elemento por seu par contraditório só pode ocorrer com a coexistência de ambos os polos, enquanto unidade na contradição. Para a crítica das antinomias kantianas ver Roswitha Scholz (2009).

mercadoria. O desdobramento de suas explicações, como dissemos, passa por um movimento dialético, no qual a forma fundamental da mercadoria é negada, assumindo a forma do dinheiro e, depois da negação deste, a de capital. O autor elabora um movimento expositivo que destaca o desenvolvimento lógico destas categorias a partir das contradições fundamentais da própria mercadoria, contradições baseadas em seu duplo aspecto, o abstrato e o concreto²⁸, sob predominância do primeiro sobre o segundo.

Em Belluzzo, a sociedade capitalista seria aquela fundada na relação entre produtores mediados pelo mercado, assim, mercadoria e mercado são por ele identificados. A generalização das trocas (a partir da revolução comercial do século XV) – que em outros momentos históricos também existia para Belluzzo, mas não era hegemônica – teria passado a determinar o sentido do movimento da sociedade. Operada pela racionalidade abstrata, a centralidade da troca significou, para Belluzzo, a própria negação da racionalidade:

A ampliação do espaço das trocas, a mercantilização geral, impôs o predomínio absoluto dos critérios de mensuração da riqueza sob a forma abstrata (BELLUZZO, 2009, p. 16).

Isso exige não só a subordinação real dos produtores diretos à disciplina da fábrica onde se realiza o processo de criação de valor, mas impõe limites insuperáveis ao desenvolvimento livre do indivíduo - burgueses e proletários - ao transformá-los em meros executores das leis que comandam a valorização do capital. A questão central é a da abolição do comando e do despotismo do capital sobre as relações entre os homens e sua substituição pela escolha livre dos produtores associados (BELLUZZO, 2012, p. 15).

Belluzzo mobiliza sua interpretação do conceito de fetichismo da mercadoria, aqui, para direcionar uma crítica às leis impessoais da concorrência, entendidas como leis de mercado, que, ao se utilizarem de critérios racionais, mas abstratos, acabam por fazer parecer aos sujeitos da troca que estes tenham pleno controle sobre o processo de devir da sociedade capitalista:

Marx era um admirador do caráter progressista da burguesia e do capitalismo, ao mesmo tempo em que é crítico da estrutura social que desenvolve formas de dominação econômicas cada vez mais abstratas e distantes do alcance do indivíduo despossuído, mutilado e cerceado em sua atividade criativa (BELLUZZO, 2012, cap.1, p. 3).

Belluzzo (2012), assim, aprofunda sua crítica ao mercado como o lugar social dos desdobramentos contraditórios da mercadoria, os quais levam à acumulação de

---

²⁸ Ver Belluzzo (2012), principalmente o item “Mercadoria, equivalente geral e dinheiro”, do capítulo 2, “*O Capital e a ontologia do ser social*”.

capital como fim em si mesmo e à determinação de uma lógica abstrata sobre outra concreta, que permaneceria subsumida. Para isso, porém, não se detém nas formulações de Marx, mas busca um elemento comum entre este e Keynes ao fazer uma positivação do momento concreto do duplo da mercadoria, algo que teria se transformado em meio do processo social capitalista, mas que seria a finalidade fundamental em sua interpretação das outras formações sociais:

Keynes conferia tamanha importância ao dinheiro na economia capitalista, que entendia a esta como *economia monetária de produção*. Usava este conceito para designar um sistema social de produção em que o objetivo dos produtores é a acumulação de riqueza sob a forma monetária e não a maximização do produto material mediante a utilização de recursos escassos (BELLUZZO, 2009, p. 18, grifo do autor).

Apenas adiantando, o caminho escolhido pelo autor busca como ponto de chegada uma forma de “controle” do impulso acumulativo desenfreado posto em movimento por esta racionalidade abstrata. O Estado regulador e distributivista, no lugar da lógica irracional/contraditória do mercado, aparecerá como forma de contenção de tal impulso, como pretendemos desdobrar.

O argumento acerca de como Belluzzo entende o papel do mercado e de sua constituição está difuso em alguns dos textos de *Os antecedentes da tormenta* (2009) e *O capital e suas metamorfoses* (2012). Tentaremos encadeá-los, com a intenção de explorar, no autor, a relação entre a formulação dialética de desenvolvimento do “mercado” e sua legitimação positiva para momentos do capitalismo que pensa deverem ser reproduzidos, conforme uma antinomia.

O capitalismo supõe o mercado, mas o mercado apenas anuncia a possibilidade do capitalismo, que só se efetiva quando a produção se organiza sob a forma adequada ao propósito do ganho monetário – e não só para a troca eventual de mercadorias, destinada simplesmente a diversificar o consumo dos produtores independentes. A produção organizada diretamente para a troca, isto é, o intercâmbio generalizado de mercadorias só pode existir sob o capitalismo (BELLUZZO, 2009, p. 13).

À primeira vista tais afirmações parecem bastante convincentes e um tanto neutras: a partir de certo ponto de vista se dizer que o mercado sempre existiu mas que sua importância e função nas diferentes sociedades variaram ao longo da história. Por meio desta interpretação poder-se-ia pensar que uma função básica do mercado, conforme a mesma crê estar presente em diversas sociedades que seriam de troca simples de mercadorias, tinha um papel muito útil, a saber (conforme o argumento de Belluzzo): a de diversificar o consumo dos produtores. Nas sociedades em que a

consciência moderna enxerga ter existido a troca de algumas mercadorias por outras, comumente denominada escambo, mas mesmo em outras em que enxerga ter existido a função do dinheiro como meio de circulação, o que a economia política observou foi a existência da passagem M – D – M, ou troca simples. Ou seja, o dinheiro serviria para facilitar a intermediação entre produtores de diferentes mercadorias que poderiam, assim, acessar aquelas que os mesmos não produzissem.

Nesta concepção de metafísica da história está subjetivada como pura positividade a reprodução simples destas sociedades, já que não estariam impelidas a trocar mercadorias com a finalidade abstrata de acúmulo infinito de dinheiro, mas sim, apenas, de acessar valores de uso conforme suas necessidades concretas. Apenas quando, a partir de dado momento histórico, o mercado teria se expandido de tal forma que o dinheiro, como representante geral da riqueza, teria passado a ser a finalidade do processo social e os valores de uso o meio para alcançar esta finalidade, haveria um problema de fundamento desta sociedade.

O dinheiro como finalidade se converte aqui em meio da laboriosidade universal, a riqueza universal é produzida para que alguém se aproprie de seu representante, de modo que se abrem as fontes reais de riqueza. Por ser a finalidade do trabalho, não um produto particular que está em relação com as necessidades particulares de um indivíduo, que é o caso da sociedade mercantil, - senão o dinheiro, ou seja, a riqueza em sua forma universal; a laboriosidade do indivíduo passa a não ter nenhum limite (MARX, 1983 *apud* BELLUZZO, 2012, pg. 68).

A leitura que Belluzzo formula para cindir sociedades pré-capitalistas (incluía aí a que chama por mercantil) das capitalistas nos traz elementos de relevância significativa para entendermos suas formulações sobre o que denomina, a partir de Keynes, “economia monetária de produção”. O que está em questão é a possibilidade de diferenciar uma forma positiva do trabalho, na qual o homem produziria coisas e mercadorias para atender suas necessidades, podendo se mediar de maneira positiva pelo mercado para acessar tais coisas; daquele trabalho entendido como negativo, cujo fim tautológico em si mesmo está em questão.

É para nós importante ressaltar a característica de dominação que incide sobre o trabalho como um fim em si mesmo, que pretende se perpetuar ao infinito sob o capitalismo, e neste sentido, a crítica que Belluzzo remete ao acúmulo de dinheiro como finalidade do processo social tem nossa concordância. Por outro lado, importa atentarmos para sua defesa da capacidade das coisas satisfazerem “necessidades humanas” como uma formulação positivada pela subjetividade “humana” e que se

realizaria em passadas formas de sociedade. Tal ponto de vista não se resume a uma interpretação, mas é uma tomada de posição política, da qual discordamos, e que traz consequências para como Belluzzo defende a continuidade da produção de mercadorias sob o capitalismo, a perpetuação do crescimento econômico como finalidade social e, consequentemente, a perpetuação do próprio trabalho. Tal continuidade ampliaria positivamente, em Belluzzo, em número e em qualidade as coisas que os homens potencialmente poderiam acessar, mas por ocorrer sob as leis do mercado capitalista, gerariam a desigualdade distributiva de tais coisas, e é neste ponto que a intervenção estatal deveria planejar, atuar e transformar.

Continuemos com o movimento lógico que Belluzzo percorre para explicar a passagem da reprodução simples como característica do mercado em formações sociais não-capitalistas para a centralidade do mercado e da mercadoria sob o capitalismo, a fim de chegar a um entendimento da forma da acumulação capitalista baseada nos mercados financeiros.

O aprofundamento e a difusão das relações de troca, provocados pelo processo histórico de constituição e consolidação da economia mercantil capitalista, estimularam e foram estimulados pelo crescente [...] processo de divisão do trabalho, de especialização das atividades e de ganhos de produtividade, que não seriam possíveis numa economia de intercâmbio de mercadorias por mercadorias (BELLUZZO, 2009, p. 14).

A partir daqui, para realizar sua análise, Belluzzo (2012) recorre ao movimento de autonomização e negação entre os diferentes momentos das formas de aparecimento do valor, sob o que denomina “economia mercantil-capitalista” (o capitalismo e seu movimento já constituídos). Aqui já, cada forma exigiria seu subsequente desdobramento lógico. Partindo do trabalho produtor de valor, passa-se pela mercadoria como “encarnação” deste, para se chegar ao dinheiro como sua forma acabada. Segundo a exposição de Belluzzo (2009 e 2012) é impossível, já sob o capitalismo, cindir um momento de reprodução simples de outro de reprodução ampliada (expresso sob a forma $D - M - D'$), estando o primeiro apenas contido no segundo, o qual nega aquele e dele se autonomiza²⁹. Chega-se, por fim, para Belluzzo (2012), na forma $D - D'$, com a

---

²⁹ No limite, para Belluzzo, o mercado sob o capitalismo é a negação do valor de uso das mercadorias, produtos do trabalho humano: “Ao produzirem diretamente para a troca, os produtores são obrigados a chegar ao ponto final do processo - chegar ao objetivo final, o dinheiro. Nesse sentido, o circuito M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria) é auto-contraditório, na medida em que, nesse circuito, o objetivo da troca é a recomposição da cesta de valores de uso dos produtores. A contradição abrigada no circuito M-D-M revela que só na economia capitalista, cujo objetivo é a acumulação de riqueza abstrata e não a recomposição da cesta de valores de uso, a atividade dos produtores se destina diretamente para o mercado. No processo de intercâmbio generalizado o caráter útil de cada trabalho submerge na indiferença imposta pela expansão do *valor*. Mas a *expansão do valor* só pode se realizar mediante o movimento do capital: *valor que se valoriza*, ele impõe seus ditames à força de trabalho” (Belluzzo, 2012, pgs. 56 – 57, grifos do

valorização do valor acontecendo de forma direta, sem passar pela exploração do trabalho e, portanto, de acumulação de mais-valia:

Ao longo dos séculos, a sociedade mercantil realizou a escolha de uma mercadoria particular cuja função era exprimir o *preço* das demais, encarnando, portanto, em sua materialidade a forma geral do valor, aceita universalmente como unidade de medida, meio de troca e meio de pagamento. O dinheiro exprime o valor das diferentes mercadorias e forja, ademais, um padrão convencional de mensuração de seus valores monetários (preços) que podem, assim, ser aferidos e comprados [...].

A moeda, como forma geral do valor, como mercadoria universal, adquire autonomia em relação ao movimento das mercadorias particulares. A numeração das mercadorias na unidade de conta permite a dissociação da troca em duas operações distintas, a venda e a compra [...]. O avanço das relações mercantis suscita, assim, a possibilidade de interrupção do processo de circulação de mercadorias: vender sem comprar, ou seja, a busca da acumulação de riqueza sob a forma líquida. Por outro lado, o inevitável batismo monetário das mercadorias engendra o desenvolvimento de operações de compra sem venda. Aí o dinheiro exerce a função de meio de pagamento, fundamento lógico e histórico do crédito, cujo desenvolvimento ao longo dos três últimos séculos acelerou a acumulação de capital e o progresso tecnológico (BELLUZZO, 2009, p. 15).

Segundo a análise apresentada, com o aprofundamento da “economia mercantil-capitalista”, da função do dinheiro como medida de valor, decorrem a função de meio de troca, meio de pagamento e reserva de valor. Logicamente, para Belluzzo (2012), a própria possibilidade do valor estar “contido” em uma mercadoria permite a existência autonomizada do dinheiro como expressão de seu valor e deste não estar mais “contido” no dinheiro³⁰. A existência do dinheiro, por sua vez, possibilita a realização de transações de troca de mercadorias sem que aquela ocorra de uma só vez. É possível adquirir uma mercadoria, sem ter realizado a venda de outra, por meio do crédito, função do dinheiro como meio de pagamento³¹. A autonomização do dinheiro possibilita, assim, por sua vez, que se realizem processos de se fazer mais dinheiro a partir de uma determinada quantidade de dinheiro, o que negaria a necessidade imediata de produção de mercadorias como fundamento mais simples de tal processo. A concepção de autonomização apresentada por Belluzzo assume aqui papel primordial:

[...] a autonomização do dinheiro permite a circulação de mercadorias sem ele estar presente, mas, ao mesmo tempo, permite que ele exerça sua função antes que as mercadorias estejam presentes (BELLUZZO, 2012, p. 56).

---

autor).

³⁰ “A forma material se submete às determinações funcionais, ou seja, as moedas eram socialmente aceitas pelo valor que diziam portar. A quantidade de ouro que elas de fato carregavam foi se tornando indiferente, produzindo uma dissociação de seu papel monetário do conteúdo material que a constituía” (BELLUZZO, 2012, p. 52).

³¹ “Pode haver uma operação de compra e venda sem que haja a participação direta, imediata do dinheiro. O dinheiro assume, enquanto mercadoria universal, a função de meio de pagamento. A função de meio de pagamento pressupõe a realização de uma compra em troca de uma promessa de liquidação da operação em dinheiro. Faz-se uma transferência de propriedade da mercadoria com uma promessa de pagamento posterior, o que dá origem às relações de débito-crédito” (BELLUZZO, 2012, p. 56).

Na troca de mercadorias é o valor, como abstração, que permite a troca de dois valores de uso distintos, abstraindo-os e igualando-os. Sob o capitalismo, tal processo assume características de dominação da abstração em relação ao momento concreto das mercadorias, permitindo inclusive o apagamento da diferença entre estas e trabalhadores, podendo a tudo mensurar.

Desejamos desde aqui diferenciar os fundamentos dos quais partimos em relação a estes que levantamos em Belluzzo (2012). Para nós, a relação contraditória entre os polos do duplo da mercadoria não implica em que um dos lados seja positivado, como o valor de uso, no caso de Belluzzo, mas sim, que existe uma relação de aparecimento e apagamento entre os dois, que apenas existem em relação um ao outro. Poderemos tensionar esta diferenciação quando passarmos a cotejar as formulações de Belluzzo com a forma de reprodução atual da agroindústria canavieira, conforme nossos trabalhos de campo.

Na passagem teórica crucial do processo de mercantilização, a força de trabalho se transforma em mercadoria e o dinheiro em capital. Nesse momento teórico, o dinheiro passa de resultado a pressuposto da circulação. Não se trata de uma evolução histórica, mas de uma demonstração lógica: a produção e circulação dos produtos do trabalho destinados diretamente para a troca são fenômenos do capitalismo constituído, ou seja, quando a finalidade da produção é a acumulação de riqueza abstrata pelos detentores dos meios de produção (BELLUZZO, 2012, p. 56).

Tal processo, de transformação de tudo em mercadoria, ao ser transposto para o dinheiro, permite que este, finalidade do processo social, possa ser comercializado, como meio de pagamento. Sua função, como mercadoria, é a de se autovalorizar, autonomização (ou seja, parece independer, mas não é independente) deste do processo social que realiza sua valorização.

Sendo o mercado o local em que se realiza a intermediação entre produtores privados e o dinheiro, na finalidade desta intermediação está posta, para Belluzzo, a existência da concorrência como impulso desencadeador do aprofundamento destas mesmas relações mercantis entre os homens. A racionalidade abstrata como forma do pensamento sob a “égide do mercado” (BELLUZZO, 2009), por sua vez, só logra apreender a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas a fim de poder realizar, na média social, suas mercadorias. A realização destas, porém, apenas ocorre *post festum*:

A passagem do equivalente geral para o dinheiro-mercadoria é um procedimento lógico-genético que exprime de maneira teórica a “natureza

social” e o “desenvolvimento” das relações mercantis observadas no regime do capital já constituído. As mercadorias não podem circular sem exprimir o seu valor na mercadoria universal e perdem a condição de valores se “fracassarem” no momento do salto mortal, ou seja, na conversão da mercadoria em dinheiro. Elas foram produzidas pelos trabalhos privados com o objetivo de realizar seu preço em dinheiro, mas é permanente o risco da recusa do mercado, entendido como um processo incessante de totalização das relações sociais que se realiza às costas dos produtores, independentemente de suas preferências ou escolhas. [...] O mercado comanda a “liberdade” dos produtores individuais e opera como um movimento constantemente renovado de totalização das relações entre os trabalhos privados, permanentemente sujeito à incerteza e ao colapso. Não há, portanto, na análise de Marx, a possibilidade de se estabelecer *a priori* as condições de equilíbrio nas relações de intercâmbio entre os valores definidos pelos trabalhos privados. A realização dos valores pretendidos pelos possuidores das mercadorias só pode ser verificada *a posteriori* (BELLUZZO, 2012, pgs. 48 – 49).

A interpretação que Belluzzo desenvolve sobre a natureza da sociabilidade capitalista se apresenta permeada por sua concepção sobre como se deveria lidar com a mesma. A centralidade nas relações mediadas pelo mercado faz com que sua crítica incida sobre suas determinações sociais. Assim, a “racionalidade abstrata” deste, e sua “liberdade individualista”, são, para Belluzzo, a não realização dos potenciais ideais burgueses. Somente uma racionalidade, por meio do Estado e da liberdade da democracia, seria capaz de controlar e limitar o movimento desenfreado de sujeição dos sujeitos pelo mercado, “libertando-o” da “irracionalidade abstrata” das relações mercantis.

Ao legitimar, inclusive, sua interpretação de potencial positivo das próprias relações capitalistas a partir dos textos do próprio Marx, Belluzzo fundamenta a positivação dos ideais burgueses proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico por meio da grande indústria e concebe Marx como um “democrata radical” (!?) (BELLUZZO, 2012, “Introdução”):

[...] Marx tentou mostrar que a história é a luta dos homens na constituição da subjetividade livre e criativa. A práxis coletiva trouxe a humanidade até o ponto em que essa aspiração pode ser realizada. Mas ao realizar a crítica da economia política e examinar a natureza das relações de produção capitalistas, ele desvendou uma incompatibilidade entre o caráter despótico, centralizador e coletivista do capitalismo e as promessas de autodeterminação do indivíduo que acompanharam a ascensão da burguesia. Os valores fundamentais da liberdade, da igualdade e fraternidade estão incrustados no projeto marxista da autonomia do indivíduo (BELLUZZO, 2012, pgs. 14 – 15).

Assim, em conformidade com o julgamento que Belluzzo aplica aos desdobramentos negativos das formas de ser do valor, o autor busca na expressão histórica de tais desdobramentos a demonstração de sua interpretação. Sua intenção: explicitar o lado negativo da acumulação desenfreada de dinheiro e defender a

necessidade de se fomentar um tipo de liberdade concreta, conseguida sob maior acesso dos homens aos valores de uso, que deveriam, conforme Belluzzo (2012), passar a ser a finalidade de um processo social mais “equilibrado”. A análise do autor do papel do Estado, no momento do *boom* fordista posterior à crise de 1929, mas principalmente posterior à Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945); e a comparação deste momento com o subsequente, de desmonte do papel deste Estado e de desregulamentação das finanças, podem ser entendidas como expressões históricas do que Belluzzo defende e do que critica respectivamente.

O processo de desregulamentação teria permitido a exacerbação dos processos de acumulação desenfreada, que propiciaram uma ascensão da acumulação de capital nos circuitos fictícios de reprodução, o que produziu uma crise para a forma predominante da acumulação capitalista, após 2007/2008. Para Belluzzo (2009 e 2012), na crise, o acesso às mercadorias por parte da maior parte da população fica ainda mais restrito, levando ao desemprego, à ociosidade dos fatores de produção e à instabilidade social. Características que o autor entende serem distantes de como ele idealiza o que foi o Estado de Bem-Estar Social, seu paradigma de bom funcionamento da ordem capitalista:

O capital financeiro, ao se tornar transnacional, não realiza o sonho dourado dos que viam na cartelização mundial a formação de uma ordem supranacional. Este capitalismo transnacional provoca, na verdade, a ruína da velha ordem, sobretudo de seu edifício monetário, símbolo maior de seu poder hegemônico. Propõe a concorrência desenfreada do “capital livre”, numa espécie de *laissez faire* sem o apoio nem o endereço visível de uma velha potência imperial que dele se beneficie. Deste modo, o domínio da forma mais geral do capital reinstaura o predomínio do particularismo dos interesses contra a ordem capitalista (BELLUZZO, 2009, p.48).

Belluzzo não parece estar aqui defendendo a hegemonia de um país frente aos demais, ao compreender que a internacionalização da financeirização promoveria a perda das possibilidades do Estado regulamentar a acumulação capitalista. Está a defender a perpetuação dos Estados e seu equilíbrio... O processo que o autor percebe como desdobramento do desmonte das políticas econômicas keynesianas existentes nos centros do capitalismo do pós-segunda guerra seria o responsável por promover as bolhas especulativas que antes de “estourarem” fomentaram a acumulação capitalista desde então e que promoveram a crise de 2007/2008.

b) As “transfigurações da riqueza” e a forma da acumulação capitalista, após os anos 1970

Em Belluzzo (2012), os homens ao se socializarem sob as relações permeadas pelo mercado estariam determinados a seguirem suas leis irracionais. Como já mencionamos anteriormente, a lei da concorrência entre produtores independentes que são levados a desenvolverem as forças produtivas de maneira inexorável a fim de realizarem suas mercadorias e poderem acessar as demais (logrando se reproduzirem) atua como impulso impessoal desta forma de sociabilidade. Assim, ao aparecer para os homens como liberdade de realizarem suas trocas no mercado, sua inserção neste escamoteia que não produzem com a finalidade de satisfazerem suas necessidades, mas sim estão dominados por um fim em si mesmo, o acúmulo de riqueza abstrata, representada no dinheiro.

Belluzzo, ao analisar a concorrência como determinante de sentido do devir histórico, sob a “economia mercantil – capitalista” (BELLUZZO, 2009), busca demonstrar quais são os resultados de tal sentido, de acordo com sua posituação dos valores de uso das mercadorias. O “acúmulo de riqueza abstrata” (BELLUZZO, 2012) está posto como necessidade do desenvolvimento da produtividade, o que retroalimenta tal acúmulo. Este processo não ocorre, porém, de maneira sempre idêntica, mas desdobra as formas de reprodução da acumulação capitalista como viemos destacando.

No seu processo de valorização o capital é obrigado a submeter simultaneamente massas crescentes de trabalho e, no processo de concorrência, superar seus sócios-competidores e desvalorizar continuamente o valor da força de trabalho, tornar o trabalho redundante. A construção das formas se desdobra, como veremos, do universal abstrato – a mercadoria – para a vida concreta em que predominam as relações de débito e crédito, a moeda bancária, o capital fictício, a concorrência em suas determinações definitivas (BELLUZZO, 2012, p. 66).

Este processo, que visa ao infinito, porém, não se desenvolve sem percalços. Se para Belluzzo, como vimos, sob o capitalismo ocorre a subjugação do concreto pelo abstrato, a contradição entre os dois termos será, em diversos momentos da história do capitalismo, o descolamento do segundo em relação ao primeiro. A crise aparece assim, em Belluzzo, como a alternância “cíclica” entre momentos de crescimento econômico e sua estagnação, ou seja, momentos de acúmulo de riqueza abstrata e de necessário “recolamento” desta à produção concreta de materialidade. A crise surgiria quando tal acúmulo ocorresse em si mesmo, sem passar pelo que denomina “processo produtivo”.

Assim encontramos no caminhar de nosso estudo o recorte de Belluzzo em

relação a um capital fictício necessário e outro prejudicial, uma riqueza abstrata controlada e outra descontrolada.

Para formular tais afirmações, Belluzzo (2012, Capítulo II) recorre a uma construção histórica do desenvolvimento do capital a juros, momento essencial da possibilidade de criação de mais dinheiro a partir de certa quantia de dinheiro (a forma $D - D'$, de Marx) mover o descolamento do abstrato em relação ao concreto da forma social.

[...] o processo de concorrência generalizada e a forma capital a juros [...] “executam” as leis de movimento desse modo de produção e, portanto, tornam efetivo seu impulso natural à expansão ilimitada. (BELLUZZO, 2012, p. 87).

O capital a juros, como forma de existência do capital, realiza a necessidade de perpétua expansão e valorização do capital para além dos limites de seu processo mais geral e “elementar” de circulação e reprodução. Para revolucionar periodicamente a base técnica, submeter massas crescentes de força de trabalho a seu domínio, criar novos mercados, o capital precisa existir permanentemente de forma ‘livre’ e líquida e, ao mesmo tempo, crescentemente centralizada (BELLUZZO, 2012, p. 88).

O capital a juros aparece, aqui, como forma de aceleração da expansão capitalista. Por meio do recurso ao endividamento (dinheiro como meio de pagamento) o capitalista não necessita esperar a realização de suas mercadorias para recomeçar a produzi-las. Não necessita tampouco, esperar o desgaste completo de seu capital fixo, ou seja, do dinheiro aplicado em máquinas, para substituí-las por outras mais produtivas. O impulso da concorrência e o capital a juros promovem a valorização para além da circulação e reprodução do capital.

A centralização dos capitais nas mãos dos bancos colocou problemas de análise àqueles preocupados com a reprodução da acumulação capitalista sempre em novos patamares tanto quantitativos como qualitativos. Belluzzo recorre à clássica formulação de Hilferding – em *O Capital Financeiro*, de 1910³² – acerca do papel do capital a juros para a acumulação capitalista em fins do século XIX e começo do XX, na Europa, para destacar as mudanças que sua necessidade promoveu no sentido dos desdobramentos do devir da economia mercantil – capitalista (BELLUZZO, 2012).

A mobilização dos capitais impulsionada pelo sistema de crédito se transforma em uma força do capital industrial na medida em que promove a supressão das barreiras tecnológicas e de mercado, nascidas do próprio processo de concentração – em particular daquelas que decorrem do aumento das escalas de produção, com imobilização crescente de grandes massas de capital fixo. As

---

³² “Em seu movimento de expansão, o sistema de crédito promove a fusão de interesses entre a alta finança e a indústria, constituindo o que Hilferding chamou de capital financeiro (...). A análise de Hilferding tem caráter geral e não se prende, apenas, à descrição morfológica do capitalismo monopolista alemão (...)” (BELLUZZO, 2012, p. 103).

instituições financeiras que participam da constituição e gestão das grandes empresas ao estimular a “concorrência” promovem a centralização do capital e, portanto, reforçam o caráter monopolista dos empreendimentos capitalistas. Na verdade, ao estimular a conquista de novos mercados, provocam o acirramento da concorrência entre blocos de capital e impulsionam a internacionalização crescente da concorrência capitalista (BELLUZZO, 2012, p. 96).

Em razão do exponencial aumento dos montantes despendidos em capital fixo, o recurso ao capital financeiro teria se tornado cada vez mais necessário, inclusive em termos quantitativos. A formação dos blocos de capital, incluindo aí os bancos, que se tornaram inclusive proprietários dos grandes trustes, levou a interpretações que colocavam a continuidade do regime de concorrência em questão³³. Tomando partido claro, Belluzzo defende que o que ocorreu foi um aprofundamento da concorrência, levando a que os chamados blocos de capital dessem continuidade ao impulso de aumento da produtividade, o que teria fomentado a internacionalização da concorrência. Tal momento da participação do capital a juros na acumulação capitalista foi significativo de que seu papel foi se tornando cada vez mais proeminente. Belluzzo formula, a partir daí, um aumento do poder daqueles que detêm o controle do capital a juros frente ao processo de produção de mercadorias.

O sistema de crédito, ao realizar as tendências à concentração das escalas de produção e a centralização do capital, promove a *concentração do poder de decisão e de influência nas mãos dos bancos*. O controle da riqueza sob a forma *líquida* reforça o poder do capital em geral sobre a força de trabalho e engendra consequências de natureza política (BELLUZZO, 2012, p. 97, grifos do autor).

A realização histórica dos desdobramentos lógicos do processo de acumulação capitalista teria promovido, como tentamos desdobrar no item anterior, o aprofundamento das autonomizações das formas particulares de manifestação do capital. Belluzzo (2012) está preocupado em demonstrar como o desenvolvimento do sistema financeiro e do capital a juros passaram a constituir uma ampliação da possibilidade de criação fictícia de acumulação capitalista, a partir de uma mudança qualitativa de sua participação na forma da própria acumulação.

Belluzzo (2012), assim, descreve diversos processos de possibilidade de autonomização do dinheiro em relação ao que entende por “processo produtivo” conforme os rendimentos passam a fazer parte da própria configuração da riqueza. Recorre, para isso, desde a possibilidade que os bancos têm de criação de dinheiro, algo já destacado por Marx, em *O Capital* (1984c e 1985, L. III, Tomos I e II, seção V), por

---

³³ Ver Belluzzo (2012, p. 98).

meio de depósitos e empréstimos³⁴; até chegar às formas contemporâneas de circulação do capital financeiro, como os denominados “mecanismos de securitização de dívidas” que permitem ampliação das “alavancagens” e de novas formas de criação de capital fictício.

Desta forma, dois processos se fazem presentes na análise de Belluzzo que estamos a percorrer. Um diz respeito a uma mudança qualitativa da acumulação capitalista por meio dos mercados financeiros, a partir de finais do século XIX, e o segundo, como consequência do primeiro, versa sobre o aumento da possibilidade especulativa e de seu potencial de crise como aumento do descolamento dos processos de acumulação fictícia de riqueza em detrimento daqueles denominados “produtivos”, por Belluzzo, a partir da década de 1970.

Retornamos aqui ao nosso ponto de partida da formulação da teoria do valor de Belluzzo. Inicialmente, diferenciamos os rendimentos e prejuízos apresentados por empresas produtoras de mercadorias brasileiras (em particular as usinas de açúcar e etanol) com investimentos financeiros nos mercados de derivativos e apostas especulativas daqueles rendimentos e prejuízos de empresas chamadas “produtivas” e que, segundo Belluzzo, também são “financeirizados” e “especulativos”.

As relações entre a “economia real” e a economia monetário-financeira não são de exterioridade, mas nascem dos desdobramentos das formas assumidas pelo capital em seu movimento de expansão permanente. Nesse movimento estão inscritas, como já foi dito, a concentração e centralização do controle do capital líquido em instituições de grande porte e cada vez mais interdependentes. O circuito D-D’ nasce das tendências centrais do regime do capital: um processo necessário e inexorável, porque a acumulação capitalista é acumulação de riqueza abstrata e, ao mesmo tempo, um movimento de *abstração real* que transfigura o dinheiro, a encarnação substantivada do valor e da riqueza, nas formas “desenvolvidas” do dinheiro de crédito, do capital a juros e do capital fictício (BELLUZZO, 2012, p. 109, grifo do autor).

Para Belluzzo (2012), após o período de “trustificação” e composição dos blocos de capitais, a concorrência intercapitalista teria promovido o aumento de produtividade e de consequente desvalorização do trabalho. Este por si só, em relação ao montante de capital inicial requerido para se iniciar e reproduzir nos níveis de produtividade internacionalmente exigidos aos capitais do pós-segunda guerra mundial, não seria mais capaz de valorizar o valor.

---

³⁴ Ver como Belluzzo aborda a questão (2012, pgs. 103 – 106). E também: “Nos complexos sistemas monetários engendrados por esse processo, instituições financeiras privadas são capazes de criar meios de pagamento. Os bancos comerciais recebem depósitos à vista do público. Sabedores da reduzida probabilidade de que todos venham reclamar seus depósitos ao mesmo tempo, esses bancos emprestam o dinheiro a outros agentes mediante pagamento de juros. Cada depósito feito gera para a economia um valor adicional, na ordem da porcentagem que os bancos comerciais podem emprestar” (BELLUZZO, 2009, p. 12).

A dominância da forma financeira, ao contrário do que pretende a vulgata de esquerda, não denuncia o “descolamento” da valorização fictícia dos estoques de riqueza já produzida em relação à geração de valor na esfera produtiva, senão acusa o desenvolvimento das formas avançadas, isto é, mais *socializadas e contraditórias* de geração do valor e de avaliação da riqueza (BELLUZZO, 2012, p. 123, grifo do autor).

Isso não significaria, por sua vez, o fim do processo de valorização do valor, na perspectiva do autor. Belluzzo (2012) destaca uma nova forma de “acumulação”, com centralidade nos capitais financeiros e na própria criação fictícia de dinheiro como mediação para a reprodução de empresas produtoras de mercadorias, de forma que estas continuariam a ser “produtivas”, segundo sua aceção acerca da forma hodierna da acumulação capitalista, necessitada de mecanismos de ficcionalização.

Marx, em “O Capital” (1984c e 1985), já no terceiro Livro, chega ao capital portador de juros como sendo a forma acabada do fetichismo da mercadoria. Se a mercadoria aparece socialmente como se contivesse immanentemente propriedades para supostamente satisfazer o que seriam necessidades humanas em geral, a propriedade em si do dinheiro, como mercadoria, seria a de fazer mais dinheiro. Os juros, o custo do dinheiro, independentemente do que o devedor faça com o empréstimo, é a garantia do retorno do capital inicial acrescido de um montante³⁵. O capital acionário é, para Marx, por sua vez, desdobramento do capital a juros. Poderíamos assim dizer que estamos hoje perante outra forma de “acumulação”? Se Marx já se preocupou em relacionar a “acumulação” fictícia como parte da acumulação capitalista, qual a diferença entre a reprodução ampliada capitalista que antecedeu as transformações no capitalismo na década de 1970 daquela que a precedeu? Como seria possível um capital produtivo, sem a valorização do valor realizada pela exploração de trabalho?

Belluzzo (2012), acompanhando os desenvolvimentos da autonomização das formas de ser do capital, apresenta o capital por ações para demonstrar como a possibilidade da especulação e a criação de capital fictício permeiam a “lucratividade” das empresas produtoras de mercadorias, reproduzindo-as “produtivamente”, conforme as interpreta.

Esse é o resultado do processo de *abstração real* que acentua o caráter cada vez mais socializado da criação de valor no regime do capital, que, ao mesmo tempo, impõe a substituição da moeda mercadoria pela moeda-crédito como forma geral da riqueza (BELLUZZO, 2012, pgs. 107 – 108, grifo do autor).

---

³⁵ “No capital portador de juros, a relação – capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí D – D’, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos” (MARX, 1984c, L. III, tomo I, capítulo XXIV, p. 293).

O desenvolvimento do capital financeiro depende da constituição dos mercados secundários de negociação dos títulos de dívida e ações que “regulam” a transferência da propriedade entre os capitalistas. O regime do capital – compreendido em todas as suas determinações – supõe o desenvolvimento dos mercados financeiros e de capitais incumbidos da avaliação dos títulos de dívida e dos direitos de propriedade sobre a riqueza e a renda (BELLUZZO, 2012, p. 108).

Isto faz com que a remuneração do capital em geral “apareça” sob a forma de juros e dividendos. Formas aparentes são, ao mesmo tempo, formas ilusórias, no sentido de que ocultam as conexões fundamentais desse modo de produção, mas também formas necessárias enquanto expressões das relações de produção “transformadas” pelo processo de abstração real. Os juros aparecem como forma de remuneração do capital *sans phrase* e sua formação nos mercados de riqueza mobiliária depende da demanda e oferta de capital dinheiro transfigurado na forma de capital a juros, capital-propriedade. Essa é a forma mais geral de existência do capital, a sua forma “verdadeira”, no sentido de que é a mais desenvolvida (BELLUZZO, 2012, p. 112 – 113).

O aprofundamento da acumulação, principalmente daquela ocorrida durante o *boom* fordista do pós-segunda guerra mundial, teria necessitado cada vez menos da mais-valia apropriada do trabalhador, e teria passado a depender dos desenvolvimentos dos mercados de capitais, de precificação presente a partir de especulação futura do rendimento dos ativos financeiros (BELLUZZO, 2012), que são os direitos de propriedade constantemente capitalizados, a “moeda – crédito” do excerto acima.

No movimento da acumulação, ao longo do processo de expansão do valor, ampliam-se os estoques de ativos reais e financeiros, ao mesmo tempo em que o progresso tecnológico “desvaloriza” continuamente a força de trabalho e o estoque de capital produtivo existente (BELLUZZO, 2012, p. 121).

Existiria a partir de então um novo risco para a estabilidade desta “economia mercantil-capitalista” aos olhos de Luiz Gonzaga Belluzzo. A capacidade do capital se reproduzir sob novos mecanismos de comércio de dinheiro teria engendrado, concomitantemente, o aprofundamento do risco especulativo e da potencialidade de criação de bolhas financeiras proporcionadas pelo acúmulo de dinheiro nos circuitos deste mesmo mercado. Ou seja, se os capitais não retornam ao “processo produtivo”, mas se “autovalorizam” na circulação D – D’, necessariamente adviria um momento em que ocorreria a “desvalorização” destes ativos:

As façanhas do capital fictício – a avaliação e negociação dos direitos de propriedade e de dívidas – abre espaço para episódios especulativos. O capital financeiro em sua fúria de dominação e de valorização fictícia da riqueza tende a empurrar a economia capitalista para sucessivas crises de superacumulação e de crédito, provocando com violência a “reunião do que não deveria estar separado”. Esse “retorno” aos fundamentos se efetua mediante a desvalorização dos títulos que representam direitos à apropriação da renda futura e do patrimônio: títulos de dívida e de propriedade, mercadorias não

vendidas e sem valor, capacidade produtiva excedente. Nas crises fica demonstrado que não é possível preservar o capital em função das escaladas de valorização da riqueza capitalista na esfera financeira (BELLUZZO, 2012, pgs. 108 – 109).

A partir de tal momento lógico da argumentação de Belluzzo, que percorreu um caminho ao desdobrar da forma mercadoria o capital a juros e seus potenciais de crise, agora mais iminentes do que nunca, é possível que o autor formule o que das características de tal forma social desejaria que fosse manipulado e controlado, a fim de contenção desta capacidade especulativa e de criação de instabilidade sob o capitalismo.

Do último excerto podemos evidenciar algumas afirmações explicitadoras acerca dos limites do que é aceitável ser conservado na reprodução capitalista, para Belluzzo, em relação àquilo que não o é. Sua compreensão da forma social de reprodução capitalista serviu até aqui para que o mesmo pudesse sedimentar uma análise da maneira de “acumular” do capitalismo em sua forma atual. Conforme já mencionamos, a explicação para as crises da reprodução ampliada do capitalismo estaria, para Belluzzo, no descolamento da riqueza abstrata de seu suporte material, os valores de uso. O capital financeiro e sua potencialidade de criação de acumulação fictícia, promoveriam o descolamento entre estes dois polos contraditórios. Portanto, Belluzzo sedimenta o lócus da crise no mercado financeiro.

Segunda consequência de tal formulação: já que o capital fictício é forma imanente dos desdobramentos do fundamento mais simples da sociabilidade capitalista – o mercado, em Belluzzo (2012) – a possibilidade de tal descolamento ocorrer sempre existiu e continuará a existir enquanto houver capitalismo. Assim, para Belluzzo, as crises sob o capitalismo são cíclicas e têm uma causa explicitável, a superacumulação financeira-fictícia. Estas, porém, só surgem quando “estoura a bolha”, ou seja, quando ocorre “a reunião do que não deveria estar separado” (BELLUZZO, 2012), ou quando o valor dos ativos despenca, promovendo a paralisação do crescimento econômico, a ociosidade produtiva e o desemprego.

Belluzzo, ao desenvolver uma análise histórica da “economia mercantil-capitalista”, formulou o aprofundamento das possibilidades de criação de capital fictício, a partir da década de 1970, dada a natureza da atual “acumulação” capitalista baseada na valorização dos ativos nos mercados de capitais – ou seja, uma causa imanente vinculada ao desdobramento lógico da forma social capitalista – e a concomitante desregulamentação e criação de mercados de capitais (secundários, de negociação de ativos) mais profundos, velozes e generalizados, promovidos pelo

período de políticas econômicas conhecidas como “neoliberais” (BELLUZZO, 2009, cap. 1, p. 37 – 48). Teria sido a conjugação destas duas características que teria acelerado a acumulação fictícia de capital e criado maior instabilidade para a reprodução da vida sob o capitalismo. Esta conjugação teria potencializado, como nunca antes, o descolamento da acumulação de riqueza abstrata em relação à produção de materialidade, e isso como resultado de escolhas de determinadas políticas econômicas.

Concluimos aqui parcialmente nossas apreciações iniciais acerca da formulação lógico-dialética de Belluzzo (2009 e 2012) e de sua tomada de posição como tratamento antinômico desta dialética. O caminho que empreende a fim de compreender a natureza da acumulação capitalista em sua forma atual recorre a uma interpretação da teoria do valor. Busca, epistemologicamente, um conhecimento positivo acerca da sociedade capitalista, tomando como método a negatividade das formas de aparecer do capital, conforme contradições e autonomizações entre elas (trabalho, mercadoria, dinheiro, capital), para desvendar para si uma sociedade centrada nas relações mediadas pelo mercado assim como ela aparece ao autor. Os fundamentos desta sociedade não poderiam, assim, ser transformados: sua teoria do valor funciona como legitimação desta forma da sociabilidade, já que inclusive devemos aceitar o que o autor entende serem seus “males naturais”, a saber, a tendência ao descolamento entre abstrato e concreto, próprio a relações capitalistas propensas a crises cíclicas. A partir daí Belluzzo pensa poder conceber manipulações do planejamento econômico mais corretas do que as demais, já que compreenderia no âmago a natureza dos processos sociais por meio de sua dialética como método de interpretação e julgamento do real para a identificação de quais são seus problemas.

c) A oposição entre mercado e Estado e a crise de 2007/2008

Belluzzo (2009) dirige suas críticas às políticas econômicas que para ele seriam as causadoras da crise de 2007/2008, as quais remontam ao processo histórico de desmonte dos acordos de Bretton Woods (1944). Este desmonte é apontado pelo autor por meio de marcos históricos, sendo o principal deles o fim da relação dólar x ouro, em 1971, como já mencionamos. O fim de tal relação teria permitido o aumento do déficit dos EUA, que passaram a devedores mundiais na década de 1970 (BELLUZZO, 2009), ao mesmo tempo em que imprimiam a moeda em relação à qual todas as demais estariam referidas. A partir de 1973, a flutuação cambial foi liberalizada pelo Fundo

Monetário Internacional – FMI (fruto de Bretton Woods), e a criação de mecanismos financeiros como parte dos mercados de capitais em ascensão foi entendida como necessidade de tentativa de estabilização por meio dos próprios mercados.

Depois da grande Depressão dos anos 30 do século passado, as políticas monetárias e fiscais anticíclicas inspiradas no keynesianismo cumpriram o que prometiam: bloquearam a recorrência de crises de deflação de ativos e de “desvalorização do capital”. A reiteração de intervenções de última instância dos Bancos Centrais e a geração de déficits fiscais, ao aumentar a dívida pública de ‘boa qualidade’, impediram a desvalorização da riqueza já existente e ampliaram o peso dos ativos financeiros na riqueza total. Ironicamente, as ações de estabilização do Estado Keynesiano, não só decretaram a obsolescência da “repressão financeira”, como ademais, favoreceram o avanço do processo de “securitização” e de desregulamentação dos mercados. Ao promover a salvação sem castigo a inocentes e pecadores, os governos intrometidos fortaleceram a fé na eficiência dos mercados e, muito melhor, promoveram o ganho sem risco (BELLUZZO, 2009, p. 22).

A crise financeira atual exhibe as dissonâncias do “grande desmonte”, prelúdio à utopia dos mercados financeiros autorregulados, peça de ficção ensaiada pelos fanáticos do livre mercado (BELLUZZO, 2009, p. 23).

O que está em questão nos trechos acima citados é a passagem do crescimento econômico estável, por meio do “Estado keynesiano”, para o “neoliberalismo”, baseado na ampliação da acumulação fictícia por meio do mercado de capitais. Belluzzo formula a negação histórica do Estado de Bem-Estar pelo “neoliberalismo” como sua própria consequência: a estabilidade promovida por aquela causa uma “ilusão” de potencial de auto-regulação dos mercados. Esta estabilidade, na realidade, segundo o autor, se deu em razão das intervenções do Estado como “devedor de última instância”, que acabou por “salvar” os “pecadores”, a fim de reproduzir a estabilidade do sistema.

A avaliação utilizada por Belluzzo, baseada em uma ontologia (como desdobraremos adiante), aparece aqui mais explícita. Os “pecadores” são os especuladores, que, em busca dos maiores rendimentos, promovem investimentos mais arriscados. O Estado, ao sanar inclusive tais investimentos, incorre no chamado “risco moral”, ou seja, permite que inclusive os especuladores sejam “salvos”. Tal prática teria historicamente conduzido à “ilusão” de que investimentos baseados nas análises “(ir)racionais” dos agentes do mercado não promoveriam o descolamento entre a acumulação de “riqueza abstrata e seus fundamentos produtivos”.

Ao longo dos últimos 30 anos, a complacência disseminou-se entre bancos, empresas e consumidores. Sob a liderança de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, foi desacompanhada a ofensiva global (ideológica e política) contra práticas do Estado regulador e os direitos criados pelo Estado de Bem-Estar (BELLUZZO, 2009, p. 22).

Desde os anos 1970 do século passado, os ideólogos liberais proclamavam que “era preciso terminar com tudo aquilo”. A palavra de ordem era desarticular os controles sociais e políticos criados para administrar o capitalismo após a Grande Depressão dos anos 30 [...].

A ação racional dos agentes, diante das informações existentes, seria capaz de orientar a melhor distribuição possível dos recursos entre os diferentes ativos. [...] Estava criado o ambiente para a “exuberância irracional”: alavancagem imprudente e afrouxamento dos critérios de avaliação do risco. A (des)repressão financeira promoveu a supremacia dos critérios de avaliação dos Mercados Secundários da Riqueza na formação das decisões de empresas, consumidores e governos (BELLUZZO, 2009, p. 23).

O desmonte e a flexibilização daí posteriores, que se disseminam nos anos 1980 e 1990, fomentaram o aprofundamento dos mercados de negociação de ativos financeiros (negociação do preço do dinheiro, o capital a crédito): preços, taxas, índices. A criação de dinheiro a partir do próprio dinheiro, incentivada pela liberalização e descumprimento das “regras de alavancagem”, ampliaram e muito a capacidade do sistema circular capitais financeiros ociosos em busca de valorização, retroalimentando a comercialização e a subida dos preços dos ativos negociados, que passam a proporcionar lucros baseados nesta mesma precificação.

A exacerbação das expectativas de valorização de ativos provoca, de fato, uma explosão de preços cuja continuidade é sustentada pela atração de recursos da circulação industrial para a circulação financeira. A confirmação dos ganhos de capital antecipados reforça a febre especulativa e estimula as famílias, as empresas, os bancos e demais intermediários com posições próprias a aumentar o seu grau de “alavancagem” nos mercados de ativos financeiros e imobiliários, favorecendo a progressão do surto “inflacionário” (BELLUZZO, 2009, p. 27).

O tratamento que Belluzzo (2009) dá em relação ao que ficou conhecido como processo de “securitização das dívidas” é elucidativo de sua crítica à racionalidade dos mercados. Tal processo parece buscar diminuir o risco de inadimplência ou de prejuízo causado pela deflação de algum ativo financeiro por meio do empacotamento das dívidas e da venda destes pacotes a diversos investidores, o que aparentemente diluía o risco de perdas em relação a um investimento com menor número de investidores para um menor número de ativos.

A criação de mercados para tais papéis, de negociação financeira “dinâmica” – inclusive cada vez mais veloz em razão do desenvolvimento das telecomunicações³⁶ –

---

³⁶ O que há de mais recente neste processo de desenvolvimento das forças produtivas para circulação de informações nos mercados de capitais é o chamado *high frequency trading*, correspondente a robôs que investem nos mercados de derivativos, comprando e vendendo para obter rendimentos que dizem respeito à sua velocidade de processamento e circulação da informação. Para tanto, ver o artigo de Alberto Toscano, “Gaming the plumbing: high frequency trading and the spaces of capital” (2013). Ali o autor elabora uma explicação por meio da concepção de “produção do espaço” de David Harvey para dissertar sobre a concorrência pelo desenvolvimento das forças produtivas no sistema financeiro na tentativa de sugerir uma acumulação “produtiva” neste setor.

nos chamados mercados de futuros e mercados secundários, ampliou exponencialmente a criação de dinheiro e a possibilidade de retroalimentação dos investimentos, conduzindo à precificação dos papéis, que ficticiamente valorizados, parecem reproduzir tal processo ao infinito.

A ampliação dos investimentos em títulos cada vez mais arriscados, estimulados pelo empacotamento cada vez mais diversificado em fundos de investimentos, foi movido pela concorrência interbancária. Tal concorrência criou uma dinâmica de aprofundamento dos processos de securitização em busca da atração de cada vez maiores quantidades de capital e, por isso, necessitava oferecer taxas de juros cada vez mais vantajosas aos capitais. Os pacotes podem conter desde títulos de dívida de consumidores (imobiliária, automobilística), mas também derivativos de crédito, ou seja, o empacotamento de seguros feitos sobre títulos de dívida³⁷.

A criatividade dos mercados concentrou-se nas tentativas de reduzir os riscos de mercado, isto é, de se proteger das variações abruptas dos preços dos ativos e, portanto, minimizar as perdas de rendimento ou de capital. Os chamados derivativos são na verdade instrumentos de repartição de risco. Sua existência sob forma padronizada, em mercados específicos, amplia a possibilidade de proteção dos agentes. Mas, como é óbvio, esses instrumentos apenas repartem o risco, não o eliminam.

[...] Os derivativos, de fato, acrescentam instabilidade aos mercados financeiros. [...] Assim, no momento de stress, o contrato de derivativo rearranja a incerteza existente ou cria incerteza adicional ao juntar seus próprios riscos de inadimplência aos dos ativos subjacentes (BELLUZZO, 2009, p. 25).

Para Belluzzo, foi tal desenvolvimento histórico do processo promovido pelo “neoliberalismo” que engendrou a crise de 2007/2008. A ampliação da circulação de dinheiro nos mercados financeiros criou rendimentos especulativos e consequentemente fictícios capazes de ampliar a massa de dinheiro em circulação em nível mundial. Estimulados pelo processo de inflação dos ativos, novas dívidas eram feitas sobre a base destes como patrimônio, inclusive das próprias famílias, como já destacamos em nossa exposição. Vale considerar que estas dívidas eram empacotadas e revendidas como novos ativos...³⁸.

O veloz desenvolvimento de inovações financeiras nos últimos anos (técnicas de *hedge* por meio de derivativos, técnicas de alavancagem, modelos e algoritmos matemáticos para “gestão de riscos”), associado

---

³⁷ Para entendimento de tais mecanismos consultar Cintra e Farhi (2009).

³⁸ “A valorização crescente do mercado de ações pode servir como fita métrica desse endividamento: exprime a riqueza fiduciária que as famílias e as empresas pensam ter. Na medida em que as ações se valorizam, famílias e empresas adquirem mais papéis e ações; imaginando que sua riqueza patrimonial se elevou, endividam-se ainda mais, com as ações servindo como garantia (mais recentemente o mecanismo se transferiu para a valorização do mercado imobiliário). Bancos livres das regras prudenciais acumulam ativos de empréstimos a famílias ancoradas em uma base patrimonial anabolizada especulativamente” (BELLUZZO, 2009, pgs. 288 - 289).

à intensa informatização do mercado, permitiu acelerar espantosamente o volume de transações com prazos cada vez mais curtos. Essas características, combinadas com a alavancagem baseada em créditos bancários, explica o enorme potencial de realimentação dos processos altistas (formação de bolhas), assim como os riscos de colapso no caso dos movimentos baixistas (BELLUZZO, 2009, p. 133).

Temos aqui, assim, para retomarmos, dois movimentos a serem destacados. O primeiro é que o processo de liberalização que Belluzzo descreve ocorreu fundamentado no desdobramento lógico da acumulação capitalista que, a partir da segunda metade do século XX, passa a acontecer baseada na negociação de títulos nos mercados financeiros (conforme Belluzzo, 2009 e 2012).

O processo de inflação dos ativos financeiros passaria a ser de interesse global da sociedade, segundo Belluzzo, inclusive dos trabalhadores (!). Sua formulação aponta para um caminho que o permitirá justificar políticas econômicas de intervenção estatal que seriam, para ele, de interesse de todos já que lograriam conter a especulação exacerbada nos mercados financeiros e sustentariam crescimento “equilibrado” do preço dos ativos, fomentando a continuidade de um capitalismo “positivo”, mais “distributivista” e “democrático”.

A “financeirização” não contrapõe imediatamente e diretamente os interesses dos bancos e das instituições financeiras aos interesses da classe operária e demais trabalhadores e assalariados dependentes. No capitalismo plenamente investido em todas as suas formas, a contradição está abrigada nas próprias relações entre as *formas de posse da riqueza* (BELLUZZO, 2012, p. 121, grifo do autor).

Isso só é possível se o Estado, conforme a defesa de uma certa política econômica por parte de Belluzzo, controla a alavancagem, regula os investimentos financeiros e as taxas de juros, de forma que não fomentem que a “ganância” e os interesses de acumulação nos mercados financeiros se sobreponham à produção de mercadorias, realizadora de lucros “produtivos” ou “criadora de rendas monetárias”. O Estado deveria garantir a não separação “do que não deveria estar separado”. O processo de produção de mercadorias, como circuito $D - M - D'$, mesmo que permeado por rendimentos especulativos, conforme o próprio autor, realizaria a “valorização do valor” já que passaria pela produção de um valor de uso (a mercadoria, “M”) e não permitiria o descolamento entre abstração e concretude, que levaria necessariamente às crises de deflação, ociosidade de capitais, desemprego. Aliás, para Belluzzo, o desemprego estrutural cada vez maior nas economias centrais do capitalismo seria fruto da migração dos capitais para obtenção de rendimentos na circulação “financeira”, em

detrimento da aplicação nos mercados “industriais – produtivos”³⁹.

O capital a juros é a forma que reflete por excelência a natureza invertida desse sistema, no sentido de que em seu funcionamento concreto, o capitalismo parece negar as determinações de seus fundamentos. Quando Marx diz que “parece negar” está dizendo que as formas ilusórias são ao mesmo tempo, as formas concretas, aquelas que, em “aparente” contradição com os fundamentos, informam as decisões dos capitalistas. Assim, o capital, em sua forma suprema, mais desenvolvida, insiste em obter mais valor do seu próprio processo de circulação (D-D’), prescindindo dos “fundamentos” que possibilitam a valorização do valor, ou seja, a utilização da força de trabalho pelo capital em funções e a criação de renda monetária mediante o gasto originário da classe detentora dos meios de produção e controladora do crédito, ou seja, mediante o circuito D-M-D’ (BELLUZZO, 2012, p. 113).

O segundo movimento a ser destacado é por sua vez histórico e se realizou como o oposto da defesa que Belluzzo veicula como função do Estado, em termos de políticas econômicas de regulação. Como vimos, o “neoliberalismo” ampliou as possibilidades de rendimentos fictícios, o que teria causado um processo especulativo de inflação de ativos e seu estouro, o “recolar aos fundamentos” (BELLUZZO, 2012), a partir da inadimplência no pagamento de títulos imobiliários estadunidenses, o que gerou a deflação de ativos nos mercados financeiros e “produtivos”, a partir de 2007/2008.

Um dos pontos centrais que buscávamos explicitar em nossa apreciação era a formulação de Luiz Gonzaga Belluzzo acerca do que é a crise sob a sociabilidade capitalista. Passamos por seus textos de análise dos acontecimentos históricos e por sua apreensão da teoria do valor para embasar tais análises. Os primeiros autores que analisamos na presente tese buscavam explicitar as causas imediatas da crise de 2007/2008 (por exemplo, FARHI e BORGUI, 2009), a partir de uma concepção crítica à possibilidade de obtenção de rendimentos especulativos nos chamados mercados de derivativos financeiros. A passagem de compreensão que fizemos pelas formulações de Belluzzo, por sua vez, abre a possibilidade de discutirmos como este faz uma teoria do valor e a partir dela compreende as formas da “acumulação” capitalista no momento contemporâneo. É a partir destas formulações, inclusive, que o autor pode desdobrar seu entendimento acerca das crises sob o capitalismo e acerca das particularidades da crise financeira de 2007/2008.

O que está em pauta nesta interpretação, aliás, é uma atualização da perspectiva nacional-desenvolvimentista, crítica do imperialismo. Não entraremos agora nessa questão. Cabe ressaltar, por enquanto, que Belluzzo (2009 e 2012) representa um

---

³⁹ “Os ciclos de prosperidade e depressão são mais curtos, as taxas de investimento são sensivelmente cada vez mais modestas, o desemprego estrutural se amplia e é cada vez mais estreito o intervalo entre os distúrbios nos mercados financeiros e cambiais” (BELLUZZO, 2009, p. 58).

corolário da teoria da dependência, com uma compreensão acerca de como a dominação econômica de uma ou mais nações hegemônicas ocorre no momento contemporâneo, ou seja, por meio da centralidade da “acumulação” nas formas fictícias de sua realização.

Para Belluzzo (2009 e 2012), assim como para Maria da Conceição Tavares (1980 e 1997), por exemplo, o fomento à industrialização brasileira, com elevação dos níveis de produtividade, levaria à possibilidade de redução da “dependência” do Brasil aos momentos de ampliação e diminuição dos investimentos financeiros internacionais no país e dos perigos de criação de uma “bolha” que rendimentos fictícios do capital a juros poderiam criar. O “imperialismo financeiro” dos países centrais passa a ser criticado por meio da tomada de posição em relação a quais políticas econômicas caberiam ao Estado brasileiro para promover a modernização e a aceleração de uma acumulação nacional, sem sua dependência do capital fictício internacional como momento da circulação especulativa deste.

Nossa crítica ao nacional-desenvolvimentismo atualizado nos discursos que por ora abordamos se faz, assim, mister. Tal crítica deve passar por uma caracterização do papel do Estado como fomentador da reprodução fictícia do capital no momento atual; por uma formulação distinta das concepções de crise e acumulação de capital; e daí derivar uma crítica à própria sociabilidade capitalista. Este movimento de negação não pode buscar cindir momentos positivos de negativos, hipostasiando um polo supostamente positivo como bom e ontológico, como podemos encontrar em uma formulação da contradição dialética como antinomia. O *sistema mundial produtor de mercadorias* (KURZ, 1999), em seu devir contraditório, pode e deve ser negado em sua imanência, conforme desejamos sugerir adiante. Este movimento crítico é parte fulcral de nossas preocupações, o que, por sua vez, tentaremos realizar ao longo desta tese.

1.2– David Harvey e o capitalismo como processo de acumulação e crise

Pretendemos aqui fazer um percurso semelhante ao que empreendemos para abordar as formulações de Belluzzo (2009 e 2012), porém agora acerca das concepções de David Harvey, conforme apresentadas em seu livro *O enigma do capital* (2011)⁴⁰. A escolha por este texto justifica-se por duas características ali presentes e relacionadas, as

---

⁴⁰ Tentaremos aqui nos deter nas formulações apresentadas no livro supramencionado de David Harvey, assim, não pretendemos esgotar as formulações do autor para a totalidade de sua obra. Achamos, porém, que seja possível estabelecermos certos parâmetros críticos que poderão ser, no futuro, cotejados com o conteúdo de outros de seus textos.

quais consideramos centrais para os estudos que pretendemos desdobrar. São elas a categoria de trabalho, central para os processos de acumulação e que leva Harvey a explicitar a luta de classes que permeia a sociabilidade capitalista; e de espaço, já que a preocupação do autor incide em entender a importância da “produção do espaço” (HARVEY, 2011), tanto para a acumulação capitalista, como para suas crises.

A principal característica da formulação apresentada por Harvey (2011) parece ser uma tentativa de explicitação da necessidade de tomada de consciência por parte da humanidade acerca da possibilidade de superação do capitalismo. Seu texto, construído de modo estratégico, permeado por elementos históricos e concretos, sem estritamente incorrer em uma apresentação teórica, se concentra no momento de crise pela qual o capitalismo passa desde 2007/2008. O autor, assim, busca abordar os processos históricos que causaram a crise de 2007/2008, explicita seus impactos sobre o controle que as pessoas têm de suas vidas cotidianas, relaciona a crise à própria essência do capitalismo e cobra a tomada de consciência por parte de seus interlocutores, objetivo principal de seu texto, para a urgência, contextualizada historicamente, da não aceitação da continuidade de se viver sob tal sistema.

Assim, a relação entre exploração do trabalho e “produção do espaço” passa pela concepção de Harvey de acumulação e crise capitalistas “periódicas” (HARVEY, 2011, p. 46).

Neste livro tento restaurar algum entendimento sobre o que o fluxo de capital representa. Se conseguirmos alcançar uma compreensão melhor das perturbações e da destruição a que agora estamos expostos, poderemos começar a saber o que fazer (HARVEY, 2011, p. 8).

Se interrompemos, retardamos ou, pior, suspendemos o fluxo, deparamo-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo a que estamos acostumados (HARVEY, 2011, p. 7).

Os excertos acima demonstram que o que está posto como finalidade do texto é a exposição da concepção de Harvey (2011) acerca da imanência da crise ao capitalismo, conforme seu entendimento determinado de imanência. Diferentemente da interpretação do capitalismo e das consequências desta para Belluzzo (2009 e 2012), interessado em regulamentar por meio do Estado as leis impessoais do mercado, as quais produziram as crises, Harvey desdobra, a partir do movimento de acumulação e crise, a exploração do trabalho e a produção das desigualdades sociais como resultados do processo social, assim como a perda do controle do mesmo e a deterioração das condições da vida cotidiana quando da “deflação dos ativos” (HARVEY, 2011).

A concepção de “fluxo” acima apresentada se refere, por meio de uma metáfora fisiológica, ao movimento incessante da acumulação, que só se realizaria mediante o “sugar” do sangue dos explorados do mundo: “[...] as instituições internacionais e ambulantes de crédito continuam a sugar, como sanguessugas, a maior quantidade que podem do sangue de todos os povos do mundo [...]” (HARVEY, 2011). Para o autor, o movimento de acumulação incessante conduz a que uma minoria se beneficie das conquistas positivas⁴¹ que o capitalismo pôde promover e na crise, posta a necessidade da acumulação desenfreada, aumentariam as taxas de exploração, o que conduziria à desestruturação do cotidiano. Tal desestruturação significa a perda, para as pessoas, da capacidade de controlar os sentidos de suas próprias vidas.

Posto isso, Harvey necessita demonstrar a crise como própria ao capitalismo por meio de sua concepção de crises “periódicas”, vinculadas à “produção do espaço”:

Não há, portanto, nada de anormal no colapso atual, além do tamanho e alcance. Também não há nada de anormal sobre seu enraizamento no desenvolvimento urbano e no mercado imobiliário. Há, temos de concluir, alguma conexão inerente em jogo aqui, que exige cuidado na reconstrução (HARVEY, 2011, p. 16).

Crises associadas a problemas nos mercados imobiliários tendem a ser mais duradouras do que as crises curtas e agudas que, às vezes, abalam os mercados de ações e os bancos diretamente. Isso porque, como veremos, os investimentos no espaço construído são em geral baseados em créditos de alto risco e de retorno demorado: quando o excesso de investimento é enfim revelado [...], o caos financeiro que leva muitos anos a ser produzido leva muitos anos para se desfazer (HARVEY, 2011, p. 14).

Poderíamos dizer que estes dois excertos sintetizam, de certa forma, o argumento de Harvey sobre como ele interpreta o processo capitalista e onde localiza o elemento comum que permeia a formação das “crises periódicas do capitalismo” (HARVEY, 2011), assim como o elemento mais específico da crise econômica iniciada em 2007. Fica claro que o autor pretende demonstrar, por um lado, que esta é mais uma crise, comum ao “processo social capitalista” (HARVEY, 2011) e que, como as grandes

---

⁴¹ “No lado positivo, alguns de nós vivemos em um mundo onde os padrões de vida material e o bem-estar nunca foram maiores, onde as viagens e as comunicações foram revolucionadas e as barreiras espaciais físicas (embora não sociais) das interações humanas foram reduzidas, onde os conhecimentos médicos e biomédicos oferecem para muitos uma vida mais longa, onde cidades enormes e espetaculares, que seguem se alastrando, foram construídas, onde o conhecimento prolifera, a esperança é eterna e tudo parece possível (da auto clonagem à viagem espacial)” (HARVEY, 2011, p. 102).

De nossa parte, vale pontuar novamente que não cabe uma interpretação que cinda entre um lado positivo e outro negativo no que parece ser inerente às próprias coisas, como propriedades em si mesmas. Na tentativa de veicular um discurso que concede ao interlocutor o que parece ser consensual do que seriam avanços sociais do próprio capitalismo, Harvey (2011) faz transparecer uma leitura bem particular acerca da dialética capitalista: o lado positivo deveria ser assim preservado na superação do capitalismo e o negativo suplantado. À nossa maneira positivo e negativo não serão aqui tratados desse modo, mas sim como contradições imanentes à forma de ser das mercadorias, próprias à forma social capitalista, não existindo um sem o outro.

crises do passado, tem seu início na especulação imobiliária, ou seja, na própria “produção do espaço”⁴². Por outro lado, Harvey (2011) também destaca que a diferença desta crise frente às anteriores reside em seu tamanho, ou seja, a diferença é estritamente sua profundidade quantitativa.

As formulações de Harvey (2011) nos importam, pois permitirão que nos preparemos para tematizarmos a passagem das formas de reprodução que a agroindústria canavieira assumiu, do Proálcool (1975 – 1990) à crise de 2007/2008, para como estas formas se concretizaram de maneira determinada no espaço, ou seja, como elas se expressaram em termos de contradição entre abstrato (formas da acumulação) e concreto, o que para nós constitui um movimento de *espacialização*⁴³ como uma *abstração concreta* (DAMINANI, 2008). Não pretendemos, por sua vez, fazer uma transposição da interpretação de Harvey para nossos estudos mais particulares, mas, sim, abordarmos uma leitura marxista das mais relevantes ao relacionar trabalho, “produção do espaço” e crise, e com a qual devemos estabelecer uma discussão crítica a partir da agroindústria canavieira como expressão e parte dos desdobramentos contraditórios e, por isso, immanentemente críticos da totalidade da forma social baseada na mediação da mercadoria (KURZ, 1999).

Seguiremos assim, aqui, o caminho de exposição de Harvey (2011), o qual passa pelos desenvolvimentos históricos do capitalismo que desencadearam a crise de 2007/2008 para, após isso, formular sua concepção de “produção do espaço” como lócus da acumulação e das crises históricas do capitalismo. Vale desde agora anteciparmos que para a interpretação de Harvey acerca da crise de 2007/2008 não está em questão, como ponto de chegada, descobrir suas causas mais imediatas. Entendê-las

---

⁴² É importante diferenciarmos a forma do texto de Belluzzo (2012), que já apresentamos, da de Harvey (2011). Enquanto o primeiro desdobrava logicamente, a partir do movimento de negação e autonomização, as categorias do capital, em diálogo direto com seu entendimento de uma teoria do valor de Marx, o segundo elabora, como tentaremos apresentar, um movimento textual que não explicita seus pressupostos teóricos, já que, conforme destacado, a própria apresentação histórica desdobra os processos de acumulação e crise no capitalismo. Isso posto, se faz mais claro que o caminho que empreenderemos para nos aprofundarmos nas formulações críticas de Harvey (2011) terá mais dificuldade em encontrar os fundamentos onde embasa sua interpretação do processo histórico. Tentaremos, porém, fazê-lo, para apresentá-los na medida do possível.

⁴³ Os conceitos acima não serão neste momento desdobrados, mas sim ao longo do movimento do próprio texto. Uma concepção de “produção do espaço” como a de Harvey (2011) não poderia ser por nós estritamente utilizada, já que em si não é suficiente para explicitar as formas de determinação abstratas fictícias e críticas da espacialização que vamos abordar nesta tese, por meio da particularidade da agroindústria canavieira. Tal espacialização enquanto *abstração real* (MARX, 1983) determinada pela ficcionalização será aprofundada no capítulo 3, “Determinações abstratas da crise da forma social da mercadoria sobre a espacialização da agroindústria canavieira paulista: a ficcionalização da renda da terra”. Damiani (2009) formula o *espaço (abstrato)*, por sua vez, como mercadoria e, por isso, como mediação social capitalista. Por isso, conforme abordarmos a forma mercadoria, no desdobrar da tese, estaremos sugerindo que esta nossa abordagem também tem validade no que diz respeito à própria categoria de espaço. Assim, ao formularmos, adiante, que processos de ficcionalização repõem a identidade entre valor e valor de uso na unidade da mercadoria, será a explicitação destes processos que nos permitirão criticar o fetichismo das concepções de espaço como fisicalidade, coisa em si, ou resultado positivo de um suposto trabalho humano em geral.

significa acessar o próprio processo de desdobramento das contradições capitalistas.

Harvey (2011) inicia sua interpretação do processo histórico da crise de 2007/2008 na década de 1970, principalmente quando da elevação dos preços do petróleo, em 1973, como agravamento da estagflação⁴⁴ da economia no centro do capitalismo mundial, com principal foco nos EUA. Conforme o autor, este anterior momento de crise econômica expressou a necessidade do capitalismo se reestruturar a fim de desencadear novas formas de acumulação de capital, o que formou o famigerado “neoliberalismo”:

Será que a crise sinaliza, por exemplo, o fim do neoliberalismo de livre-mercado como modelo econômico dominante de desenvolvimento capitalista? A resposta depende do que entendemos com a palavra neoliberalismo. Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista (HARVEY, 2011, p. 16).

O ponto de inflexão para o início do processo de gestação da crise de 2007/2008 é encontrado por Harvey na derrota da classe trabalhadora frente à classe capitalista, no que diz respeito às disputas por interesses antagônicos entre tais classes realizadas no âmbito da política. Tal argumento embasa o entendimento do autor inclusive acerca daquilo que consiste o próprio capitalismo. Para Harvey, o “neoliberalismo” significou uma relação entre sistema financeiro e Estado com os “lucros” capitalistas ocorrendo por meio da combinação entre exploração e superexploração do trabalho, denominada por ele “acumulação por despossessão” (HARVEY, 2011, p. 48).

A possibilidade dos direitos conquistados sob a relação dos sindicatos dos trabalhadores com o Estado de Bem-Estar Social (1933 – 1973) serem desarticulados se deu, conforme Harvey (2011), com o aumento da repressão aos movimentos sociais, com a cooptação dos próprios sindicatos e consequentemente com o aumento do desemprego, capaz de reduzir os salários da classe trabalhadora a partir da reconfiguração de um exército industrial de reserva que atendessem às necessidades de elevado grau de acumulação para a reprodução ampliada dos capitais naquele momento.

[...] havia pessoas como Ronald Reagan, Margaret Thatcher e o general Augusto Pinochet à espera, armados com a doutrina neoliberal, preparados para usar o poder do Estado para acabar com o trabalho organizado. Pinochet e os

---

⁴⁴ “A tendência de monopolização e a centralização do capital produzem necessariamente [...] uma crise de estagflação do tipo que assombrou os anos 1970. A contrarrevolução neoliberal que então ocorreu não só veio para quebrar o poder do trabalho, mas também para estabelecer as leis coercitivas da concorrência como ‘executoras’ das leis da acumulação sem fim do capitalismo” (HARVEY, 2011, p. 96).

gerais brasileiros e argentinos o fizeram com o poderio militar, enquanto Reagan e Thatcher orquestraram confrontos com o grande trabalho, quer diretamente [...], quer indiretamente pela criação de desemprego (HARVEY, 2011, p. 21).

A estruturação do capitalismo em monopólios, o que reduzia a concorrência como forma das empresas capitalistas auferirem sobrelucros baseados na exploração de mais-valia relativa, também teria sido desfeita a partir da década de 1970, segundo o argumento de Harvey (2011). A defesa e realização de “liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio”, significariam, para o autor, a própria ampliação do exército industrial de reserva necessário à acumulação, já que teriam promovido desemprego e o não repasse dos ganhos de produtividade como poder aquisitivo para a classe trabalhadora:

[...] Outra forma foi buscar tecnologias que economizassem trabalho, como a robotização na indústria automobilística, o que criou desemprego (HARVEY, 2011, p. 20).

A “flexibilização” e a “desregulamentação” chegaram, inclusive, ao sistema financeiro. Os montantes de capital necessários para sua reprodução ampliada exigiam e ampliavam a concentração e a velocidade dos processos de circulação financeira. Capitais especulativos, em busca das melhores taxas de juros e menores graus de risco podiam realizar rendimentos especulativos nos mercados de futuros e de derivativos, conforme descrevemos ao analisarmos as formulações de Belluzzo (2009 e 2011).

Foi a partir da possibilidade de ampliação da capacidade de criação de dinheiro por parte da circulação “financeira”, que se ampliou, concomitantemente, o crédito pessoal e se aprofundou a “produção do espaço”, expressa na subida constante dos preços dos imóveis nos países centrais do capitalismo:

A lacuna entre o que o trabalho estava ganhando e o que ele poderia gastar foi preenchida pelo crescimento da indústria de cartões de crédito e aumento do endividamento [...]. As dívidas familiares dispararam, o que demandou o apoio e a promoção de instituições financeiras às dívidas de trabalhadores, cujos rendimentos não estavam aumentando. Isso começou com a população constantemente empregada, mas no fim da década de 1990 tinha de ir mais longe, pois esse mercado havia se esgotado. O mercado teve de ser estendido para aqueles com rendimentos mais baixos. [...] As instituições financeiras, inundadas com crédito, começaram a financiar a renda de pessoas que não tinham renda constante. Se isso não tivesse acontecido, então quem teria comprado todas as novas casas e condomínios que os promotores de imóveis com financiamento estavam construindo? O problema da demanda foi temporariamente superado, no que diz respeito à habitação, pelo financiamento da dívida dos empreendedores, assim como dos compradores. As instituições financeiras controlavam coletivamente tanto a oferta quanto a demanda por habitação! (HARVEY, 2011, p. 22).

Podemos dizer que, tanto para Belluzzo (2009 e 2012) como para Harvey (2011), o processo mais direto, causador da última crise econômica do capitalismo, a de 2007/2008, decorreu das transformações promovidas pelo “neoliberalismo” na forma do capital “acumular”, ou seja, se reproduzir ampliamente. Entretanto, se os processos de flexibilização dos mercados financeiros fomentaram a ampliação da especulação e o descolamento entre a circulação fictícia do capital ($D - D'$) da exploração da mais-valia ($D - M - D'$), o entendimento que os dois autores em questão têm de tal descolamento é diverso. Enquanto para Belluzzo o capital fictício move processos de acumulação “produtiva”, ou seja, medeia a própria reprodução ampliada do circuito $D - M - D'$, para além da própria extração de mais-valia, sem fazer com que tais capitais deixassem de ser considerados “produtivos” pelo autor, veremos que esta não é a compreensão de Harvey. A diferença que apresentaremos em relação a tal questão se desdobra na diferença de concepção em termos de: teoria do valor, acumulação e crise capitalista, momento de “financeirização” da economia e consequências políticas a que ambas as interpretações conduzem.

Para Harvey (2011), conforme excerto anterior, o “neoliberalismo”, como forma de “acumulação”, combinou o aumento da exploração do trabalho e a gradativa perda dos direitos trabalhistas com a ampliação da circulação do dinheiro como meio de pagamento, aquele capaz de adiantar a realização das mercadorias e postergar ao futuro o pagamento destas por parte de seus consumidores. Desta forma, se o aumento da exploração conduziu a uma pauperização generalizada da classe trabalhadora, ela só pôde consumir à custa do crédito pessoal, que se ampliava constantemente em razão dos novos mecanismos de criação e circulação de dinheiro, também resultado da desregulamentação dos mercados financeiros promovidos pelo próprio “neoliberalismo”.

Acima de tudo, uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido, para onde fosse usado de modo mais rentável. A desregulamentação das finanças, que começou no fim dos anos 1970, acelerou-se depois de 1986 e tornou-se irrefreável na década de 1990.

A disponibilidade do trabalho não é mais problema para o capital, e não tem sido pelos últimos 25 anos. Mas o trabalho desempoderado significa baixos salários, e os trabalhadores pobres não constituem um mercado vibrante (HARVEY, 2011, p. 22).

A formulação de Harvey (2011) para a crise do capitalismo de 2007/2008 traz para o centro de sua análise uma discussão acerca das diversas interpretações presentes nas leituras marxistas para a noção de crise no capitalismo e entrelaça esta com o

movimento empreendido pelo capital a crédito nesta última crise em particular. Assim, Harvey não assume uma das leituras canônicas possíveis para tentar explicar as causas da crise de 2007/2008 e embasa sua interpretação em uma combinação de fatores. O autor parte de duas interpretações para a existência de crises, a do subconsumo e a da superprodução⁴⁵. Se nos detemos na primeira acepção, poderia parecer que Harvey (2011) adere à teoria da crise de subconsumo, já que, como explicitamos, para ele aumentaram os níveis de exploração do trabalho, a partir da crise de estagflação dos anos 1970. O que o faz não se engajar nesta análise é o processo concomitante de capital excedente existente em circulação no sistema financeiro, que o repõe em níveis ampliados a partir da criação de dinheiro por parte do mercado de capitais e de sua valorização por meio do fomento que instaura no processo de produção de mercadorias:

Há, no entanto, duas ideias importantes a serem discutidas sobre o nexo Estado – finanças. A primeira é que ele extrai juros e impostos em troca de seus serviços. Além disso, sua posição de poder em relação à circulação do capital lhe permite extrair rendas de monopólio de quem precisa de seus serviços. [...] os bancos também podem emprestar mais do que tomam emprestado. Faz uma diferença se os bancos emprestam três ou trinta vezes o que eles têm em depósito. O aumento da dinâmica significa muito simplesmente a criação de moeda dentro do sistema bancário e o rápido aumento dos lucros. Na trajetória de crise atual, a rentabilidade do setor financeiro subiu. A porcentagem dos lucros totais nos EUA imputável aos serviços financeiros subiu de cerca de 15% em 1970 para 40% em 2005 (HARVEY, 2011, p. 50).

Harvey (2011) despende grande esforço para demonstrar como o cerne da acumulação ocorre sob intermediação do mercado financeiro e que os mecanismos de acumulação do mercado de capitais se constituem, por meio dos juros, em uma forma particular de apropriação da riqueza socialmente produzida. Por outro lado, a capacidade de tal mercado de capitais em criar excedentes de dinheiro, ou seja, por meio de sua circulação promover acumulação fictícia, não significa que esta, em Harvey, não esteja sendo considerada substancializada pelo valor produzido pela classe trabalhadora, em razão da combinação entre exploração do trabalho (com desenvolvimento das forças produtivas) e superexploração do trabalho, por meio do rebaixamento dos salários dos trabalhadores no processo “produtivo”.

Para Harvey, teria sido justamente a combinação de superprodução de dinheiro (capital ocioso que busca se valorizar) e empobrecimento aprofundado da classe trabalhadora o que teria permitido os altos níveis de acumulação de capital no sistema

---

⁴⁵ Para uma discussão sobre a crise de subconsumo, em Rosa Luxemburgo, e a de superprodução em Lênin, ver Kurz (1999). Não entraremos neste momento do texto na divergência importante entre estes dois autores marxistas para podermos nos deter no caminho argumentativo de Harvey, inclusive porque o autor não faz referência direta à divergência histórica, apesar de sabermos que o diálogo está inteiramente embasado por ela.

financeiro, mas não apenas aí, já que também empresas “produtivas” – indústrias, agroindustriais e, fundamentalmente, aquelas responsáveis pela “produção do espaço” – também teriam logrado compor seus lucros por meio de rendimentos baseados em investimentos nos mercados de capitais. Como Belluzzo, Harvey (2011) descreve a importância dos mecanismos de “securitização das dívidas”, assim como o aprofundamento dos mercados de derivativos promotores da inflação de ativos, para a realização dos “lucros” das empresas capitalistas. A diferença da “acumulação” capitalista atual em relação aos demais momentos históricos do capital estaria justamente na capacidade ociosa dos créditos que passaram a financiar tanto o empreendimento capitalista como o consumo dos trabalhadores, permitindo, de acordo com Harvey (2011), uma ampliação exponencial dos “lucros”.

Harvey centra sua análise nos crescentes montantes de dinheiro recebidos pela empresa capitalista e, assim, olha para o nível do preço. Ou seja, os “lucros” em ascensão significariam, para ele, que a reprodução ampliada do capital lograva se realizar no “neoliberalismo” como forma da acumulação, até a crise de 2007/2008. A ampliação quantitativa dos rendimentos do sistema financeiro é uma das maneiras de Harvey demonstrar este argumento. O problema da crise de subconsumo teria sido momentaneamente resolvido por meio da criação de excedente com o aprofundamento da circulação financeira, ou seja, com superprodução de dinheiro e com o crédito por meio do mercado de capitais.

Harvey (2011) desdobra uma série de argumentos para demonstrar a reprodução ampliada do capital sob o “neoliberalismo”, até sua crise. O primeiro aparece na formulação de que o capital precisa crescer a uma taxa média de 3% ao ano para poder se reproduzir. Qualquer entrave para tal crescimento levaria à desvalorização do capital e à crise deste. Se o capital em nível mundial, da década de 1970 até 2007, não entrou globalmente em crise, isso significaria que crescia exponencialmente no período, o que, para o próprio autor quer dizer que não havia problema nas taxas de lucro das empresas capitalistas:

Os capitalistas estão sempre produzindo excedentes na forma de lucro. Eles são forçados pela concorrência a recapitalizar e investir uma parte desse excedente em expansão. Isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas [...]
O consenso atual entre os economistas e na imprensa financeira é que uma economia saudável do capitalismo, em que a maioria dos capitalistas obtém um lucro razoável, expande-se em 3% ao ano. Quando se cresce menos que isso, a economia é considerada lenta. Quando se obtém abaixo de 1%, a linguagem de recessão e a crise estouram (muitos capitalistas não têm lucro) (HARVEY, 2011, p. 30).

A discussão que Harvey desdobra a partir da constatação de que o capital vinha se reproduzindo estavelmente sinaliza sua crítica às formulações que vêem a queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 1984c, L. III, tomo I, Seção III) como fundamento da(s) crise(s) sob o capitalismo. Ao observar estritamente o lucro, Harvey parece comprovar que não pode haver queda da taxa de lucro, em razão da combinação entre exploração do trabalho por meio de mais-valia relativa e superexploração do trabalho por meio da precarização de suas condições a comporem os lucros e os rendimentos financeiros das empresas:

A história da mudança tecnológica e organizacional dentro do capitalismo tem sido nada menos que notável. Mas é, evidentemente, uma faca de dois gumes que pode ser tão perturbadora e destrutiva como progressiva e criativa. Marx achava que tinha identificado um meio fundamental para explicar a queda da taxa de lucro [...]. Deslocar o trabalho da produção era contraproducente para a lucratividade a longo prazo. A tendência de queda dos lucros [...] e as crises a que inevitavelmente daria origem eram internas ao capitalismo e não eram explicáveis em termos de limites naturais. Mas é difícil fazer a teoria de Marx sobre a queda da taxa de lucros funcionar quando a inovação é tanto para economizar capital ou meios de produção (por exemplo, pelo uso mais eficiente de energia) quanto para economizar trabalho. O próprio Marx, na verdade, listou uma série de influências de contratendência para a queda da taxa de lucro, incluindo as taxas crescentes de exploração do trabalho, a redução dos custos dos meios de produção (inovações de economia de capital), o comércio externo que reduziria os custos dos recursos, um enorme aumento do exército industrial de reserva de mão de obra que inibe o estímulo ao emprego de novas tecnologias, juntamente com a constante desvalorização do capital, a absorção do excedente de capital na produção de infraestruturas físicas e, finalmente, a monopolização e a abertura de novas linhas de produção com trabalho intensivo. Essa lista é tão longa que torna a explicação de uma “lei” sólida de queda de lucros uma resposta mecânica à inovação para economizar trabalho, que permanece uma proposta insuficiente (HARVEY, 2011, p. 82).

É importante explicitarmos que para Harvey (2011) atualmente todas⁴⁶ as chamadas contratendências parecem estar em funcionamento, de maneira combinada: exploração do trabalho, redução de custos, exército industrial de reserva, monopolização, trabalho intensivo. Até agora abordamos estas categorias na fundamentação que faz o autor.

Temos que considerar mais proeminentemente aqui o papel que Harvey atribui à acumulação por meio da comercialização do dinheiro sob o “neoliberalismo”. O argumento de Harvey faz com que o desenvolvimento tecnológico que economiza trabalho no processo produtivo levando a uma diminuição da taxa de lucro funcionasse,

---

⁴⁶ O investimento em infraestrutura ainda não apareceu em nossa análise, estamos deixando a discussão acerca da “produção do espaço” para um momento posterior. Para isso, ver tanto o item b), “A crise do capital em Harvey: ‘produção do espaço’ e ontologia do trabalho”, a seguir; assim como o capítulo 3, “Determinações abstratas da crise da forma social da mercadoria sobre a espacialização da agroindústria canavieira paulista: a ficcionalização da renda da terra”, adiante.

atualmente, com consequências opostas a esta diminuição, ou seja, como aumento dos “lucros”. Tal economia teria levado à ampliação do exército industrial de reserva, que combinada com as perdas de direitos trabalhistas promovidas pela vitória do “consenso neoliberal” frente à luta dos trabalhadores, teria conduzido à possibilidade do não repasse dos ganhos em produtividade para a classe trabalhadora, explorada.

O “neoliberalismo”, como forma contemporânea da acumulação, combinação de diversas formas de exploração do trabalho, garantiria a reprodução da sociabilidade capitalista, fazendo com que Harvey se oponha às formulações clássicas acerca da crise no capitalismo. Nem queda tendencial da taxa de lucro, nem apenas subconsumo, nem somente superacumulação.

Como vimos anteriormente, a queda tendencial está por Harvey descartada como fomentadora da crise de 2007/2008; as causas serão estabelecidas por uma combinação do subconsumo e da superacumulação, realizada sob a intermediação financeira de reprodução capitalista no “neoliberalismo”.

a) A centralidade da “acumulação financeira” em David Harvey: mudança qualitativa na forma da acumulação?

O papel do capital financeiro que teria promovido os maiores níveis históricos de exploração do trabalho tem de ser em nosso caminho aprofundado para podermos problematizar tal concepção de exploração do trabalho. O que está em questão, para nosso interesse de pesquisa, é destacar qual é para David Harvey (2011) o papel da intermediação financeira na acumulação capitalista sob o “neoliberalismo”.

Em Belluzzo, como vimos (2009 e 2012), a intermediação do capital fictício no que o mesmo denominava “capitalismo produtivo”, não significava necessariamente descolamento do dinheiro em relação à materialidade da produção capitalista, o que garantia a reprodução da mesma, mas também não significava exploração do trabalho. Tal argumento acabava por dissolver a luta de classes: tanto proprietários dos meios de produção como os trabalhadores dividiam dos mesmos interesses sob o capitalismo, a saber, a acumulação estável, baseada na ascensão “equilibrada” dos ativos financeiros a ser garantida pelo controle do Estado sobre as leis do mercado.

Em Harvey (2011) toda a formulação se encaminha para conclusões bem distintas daquelas de Belluzzo. Por isso mesmo, o papel da intermediação financeira para a “acumulação” também é distinto. Se por um lado a reprodução capitalista

centrada nos mecanismos da circulação “financeira” assumiu características anteriormente inexistentes, esta também teria reproduzido categorias da “acumulação” capitalista imanentes ao seu processo social. As inovações criadas pelo sistema financeiro, a partir da década de 1970, são tratadas, assim, em termos fenomênicos, de maneira muito parecida com aquelas descritas por nós a partir de Farhi e Borgui (2009) e Cintra e Farhi (2009) e Belluzzo (2009 e 2012). Primeiramente, Harvey demonstra a necessidade estrutural da acumulação para com os altos níveis de investimento em capital fixo, o que exige o pressuposto da centralização de tais montantes no sistema financeiro, disponibilizando-os na forma de crédito, em franco diálogo com Hilferding e Lênin. Em um segundo momento, a partir da crise do petróleo de 1973, Harvey explicita a crise de acumulação capitalista daquele período em razão do excedente nas mãos do sistema financeiro na forma de petrodólares, sem investimentos possíveis, desencadeador de uma crise de superacumulação. A partir daqui, Harvey formula o início do “neoliberalismo” nos moldes que vínhamos apresentando, como a possibilidade de novas formas de “acumulação financeira” a partir da própria circulação do dinheiro na forma de capital fictício: acumulação de dinheiro a partir de uma quantidade prévia de dinheiro.

Os novos mecanismos financeiros são formulados, desta forma, também por Harvey, como capital fictício:

Os ricos apostaram alto em todo tipo de ativos, incluindo ações, propriedades, recursos, petróleo e outras mercadorias futuras, bem como o mercado de arte. [...] Novos mercados estranhos surgiram, liderados pelo que se tornou conhecido como “sistema de banco às escuras”, permitindo o investimento em trocas de crédito, derivativos de moeda e assim por diante. O mercado de futuros abarcou tudo desde comércio de direitos de poluição até apostas sobre o tempo. De quase nada em 1990, esses mercados cresceram e passaram a circular aproximadamente 250 trilhões de dólares em 2005 (a produção total mundial foi então de apenas 45 trilhões de dólares) e talvez algo como 600 trilhões de dólares em 2008. Os investidores puderam investir em derivativos de ativos e, finalmente, até mesmo em derivativos de contratos de seguros de derivativos de ativos. Esse foi o ambiente em que fundos de cobertura floresceram, com enormes lucros para quem investiu neles. Aqueles que o administravam acumularam grandes fortunas (mais de 1 bilhão de dólares em remuneração pessoal por anos para vários deles em 2007 e 2008, e algo de 3 bilhões de dólares para os que mais receberam) (HARVEY, 2011, p. 26).

Poderíamos a partir daqui imputar a Harvey as formulações que anteriormente criticamos acerca do papel do sistema financeiro como criador de um sobrelucro que as “especulações financeiras” por parte de empresas ditas “produtivas” gerariam. Isso porque Harvey dá ênfase aos novos mecanismos de criação fictícia de lucros, inclusive por meio da inflação de ativos, mas os coloca como lucro das indústrias produtoras de

mercadorias, para além de seus “lucros” provenientes de suas produções convencionais:

A tendência de investimentos em ativos se tornou generalizada. De 1980 em diante vieram à tona periodicamente relatórios sugerindo que muitas das grandes corporações não financeiras geravam mais dinheiro de suas operações financeiras do que fazendo coisas (HARVEY, 2011, p. 28).

Todo mundo foi pego nessa inflação de ativos, incluindo as classes trabalhadoras, cujos rendimentos não aumentavam. Se os super-ricos podiam fazê-lo, porque não um trabalhador que pode comprar uma casa em condições de crédito fácil e tratá-la como uma máquina de sacar dinheiro em processo de valorização [...] (HARVEY, 2011, p. 30).

Apesar disso, a todo o momento Harvey tenta destacar como a especulação financeira se aprofundou ao longo do “neoliberalismo”, e consequentemente, postergou a realização de uma crise “periódica”, por meio da criação fictícia de dinheiro. O dinheiro, porém, se manteria, conforme entendimento do autor, substancializado pelo valor, seja porque a circulação “financeira” representava um montante de valor produzido no que entende por “processo produtivo”, seja porque continuava a promover valorização do valor nas empresas produtoras de mercadorias, com centralidade na “produção do espaço” como mercadoria.

A deflação de ativos que se segue a um momento de alta nos mercados de capitais pode levar a uma pequena crise financeira. Porém, para Harvey, não teria sido apenas isso o que teria ocorrido em 2007:

A circulação do capital é inerentemente arriscada e sempre especulativa. Em geral ‘especulação’ se refere a uma situação em que excesso de capital é aplicado em atividades nas quais os retornos são potencialmente negativos, mas que a euforia do mercado permite disfarçar.

[...] De vez em quando, porém, as expectativas se tornam tão excessivas e o financiamento é tão perdulário que dão origem a uma crise financeira distinta dentro do próprio sistema financeiro (HARVEY, 2011, p. 51).

Apesar de Harvey (2011) não aprofundar uma interpretação em termos de uma teoria do valor que embase sua concepção acerca dos processos capitalistas causadores de crise, podemos destacar que a crise ocorreria, para utilizar seus próprios termos, por meio da separação entre “representação” e “realidade” no capitalismo:

A relação entre representação e realidade no capitalismo sempre foi problemática. Dívida refere-se ao valor futuro de bens e serviços. Isso sempre envolve um palpite, que é definido pela taxa de juros, descontando no futuro (HARVEY, 2011, p. 30).

A criação de dinheiro por meio da sua circulação no mercado financeiro ampliaria, segundo Harvey (2011), a necessidade de produção de mercadorias, incluindo como cerne desta a “produção do espaço”, para poder se realizar como valorização do

valor: infraestrutura, casas, produção agrícola... A “produção do espaço” deve ser acelerada para lograr valorizar os investimentos financeiros, considerados o adiantamento presente de valorização futura, conforme renda capitalizada. Tal substancialização ocorreria com o cumprimento de todo o circuito de valorização do capital que não envolve apenas a “produção do espaço” e sua realização pelo crédito no presente, mas o pagamento dos adiantamentos destes (produção e realização), no futuro. Quanto maior o capital adiantado a ser valorizado (como capital financeiro e fictício), maior a necessidade de “produção do espaço” e maior a possibilidade desta relação entre representação e realidade não se estabelecer, não se realizar.

O sucesso da política de repressão salarial depois de 1980 permitiu que os ricos ficassem muito ricos. Dizem-nos que isso é bom porque os ricos vão investir em novas atividades [...]. Bem, sim, eles investem, mas não necessariamente na produção. A maioria deles prefere investir em ações. Por exemplo, eles colocam dinheiro no mercado de ações e o valor das ações sobe, então colocam ainda mais dinheiro, independentemente de quão bem as empresas em que investem estão de fato (HARVEY, 2011, p. 25).

Harvey está interessado em evidenciar uma crise que se iniciou nas dívidas imobiliárias de alto risco (*subprime*), nos EUA. A criação de dinheiro, “representação”, como processo especulativo sobre a “realização” de juros, no futuro, teria gerado investimentos no mercado imobiliário que não foram capazes de serem pagos. Ou seja, casas, como mercadorias, foram compradas por bancos junto a imobiliárias e financiadas por aqueles a seus proprietários, que em um dado momento não conseguiram saldá-las. A criação de dinheiro (fictícia inclusive, como no excerto acima) antecipou a produção (exploração do trabalho) e realização das mercadorias, que posteriormente não foram pagas. Tal antecipação impulsionava construtoras a continuarem a ofertar casas, em um processo que se retroalimentava, para além da capacidade real dos compradores em saldar suas dívidas. Assim, a realização completa da mercadoria, com o pagamento dos créditos adiantados, não se efetivou:

Da mesma forma que o capital pode operar em ambos os lados da oferta e demanda da força de trabalho (via emprego tecnologicamente induzido), ele pode operar em ambos os lados da relação produção-realização, pelo sistema de crédito. Uma fonte cada vez mais liberal de crédito para futuros proprietários, acoplada a uma fonte igualmente liberal de crédito para os promotores imobiliários, leva a um crescimento maciço em habitação (...). Poderia então se imaginar que o problema da produção e realização continua dos excedentes estava resolvido. Isso concentra imenso poder social e econômico dentro do sistema de crédito. Mas, para se sustentar, também exige que o crédito se expanda a uma taxa composta, como de fato aconteceu nos últimos vinte anos. Quando a bolha de crédito estoura, o que inevitavelmente ocorre, a economia toda mergulha em uma espiral descendente do tipo da que começou em 2007 (HARVEY, 2011, p. 98).

O que estaria proeminente na formulação para a crise de 2007/2008 de Harvey seria, assim, a impossibilidade do capital fictício, da criação de dinheiro, continuar promovendo “acumulação” por meio inclusive da realização da capacidade de consumo da classe trabalhadora. Harvey trata esta contradição como aquela entre o fluxo do capital, “abstração, representação” e a “materialidade” das mercadorias produzidas que contêm (para ele) valor, “realidade”, que aquele precisa dominar para se reproduzir. A impossibilidade da continuidade de realização das casas, por meio do consumo, teria travado o “fluxo” do capital, e conseqüentemente sua reprodução ampliada.

A questão, aqui, é colocada por Harvey de forma transversal e distinta em relação ao caminho que percorremos com a interpretação feita por Belluzzo (2009 e 2012). Harvey vem estabelecendo uma crítica às formulações que explicam a crise por meio da existência de uma queda da taxa de lucro e, por isso, para ele, as formas fictícias de criação de dinheiro são inovadoras até certo limite. Elas não mudam qualitativamente a compreensão de que o lucro ou os juros sejam apropriação do valor produzido pelos trabalhadores no processo produtivo.

Desta maneira, é possível dizer que, em Harvey (2011), os rendimentos baseados na criação de dinheiro acabariam por realizar a apropriação, por parte dos proprietários do dinheiro, da mais-valia produzida pela classe trabalhadora no processo dito “produtivo”. Isto significaria que, para o autor, apesar de maneira diferente àquela abordada por Belluzzo (2009 e 2012), também a acumulação baseada nos novos mecanismos de circulação financeira não são apenas sobrelucros para além daqueles apropriados pela produção de mercadorias, mas são formas de mediação financeira essenciais para fomentarem a produção e apropriação da riqueza abstrata produzida por meio da exploração do trabalho da classe trabalhadora, atualmente.

Para entendermos tal formulação necessitamos retomar certos argumentos de Harvey (2011). Para ele, é relevante ressaltar e demonstrar que os proprietários do dinheiro, centralizado em suas mãos (tanto financeiros quanto industriais), têm o poder e logram aproveitar das benesses que este lhes proporciona, para, nos mercados de capitais, realizarem rendimentos que significam a expropriação dos investidores menores, ou seja, a forma da “acumulação por despossessão” (HARVEY, 2011) central do sistema financeiro. Para além da “flexibilização” do trabalho, capitalistas realizariam juros, que teriam por conteúdo o valor produzido nos “processos produtivos”. A inflação de ativos, por exemplo, possibilidade para aqueles detentores de grandes fortunas,

permitiria a incorporação de empresas menores a um preço menor que seu “valor real” e venda de seus ativos em alta, o que incluiria muitas vezes a perda do investimento por parte de um conjunto de pequenos investidores, papel que também foi assumido pela classe trabalhadora:

As perdas de ativos que muitos têm experimentado durante a crise recente podem ser vistas como uma forma de despossessão, que pode ser transformada em mais acumulação na medida em que os especuladores comprem os ativos mais baratos hoje, pensando em vendê-los com lucro quando o mercado melhorar.

[...] No caso das sociedades limitadas e de capital casado, além de outras formas organizacionais corporativas que surgiram no século XIX, enormes quantidades de poder de dinheiro são reunidas e centralizadas (...) sob o controle de alguns diretores e gerentes. Aquisições (...), fusões, e compra da maioria das ações de uma empresa com capital emprestado também têm sido um grande negócio. Atividades desse tipo podem acarretar novas rodadas de acumulação por despossessão. Nos últimos tempos, grupos privados de capital [...] normalmente adquirem empresas públicas, reorganizam-nas, tiram-lhes ativos e demitem funcionários antes de vendê-las de volta para o domínio público com um lucro substancial. [...]. A despossessão dos pequenos operadores (lojas de bairro ou agricultura familiar) para abrir caminho para grandes empresas (cadeias de supermercados e agronegócio), frequentemente com a ajuda de mecanismos de crédito, também tem sido uma prática de longa data (HARVEY, 2011, pgs. 48 – 49).

Como destacamos anteriormente, a formulação de Harvey se afasta daquela que apresentamos por meio da leitura de Belluzzo (2009 e 2012). Harvey constantemente tenta demonstrar como a “acumulação” baseada no aprofundamento da participação do sistema financeiro para a reprodução capitalista acaba por beneficiar alguns poucos, em detrimento da classe trabalhadora. Não há conciliação dos interesses de ambas as classes, como ocorre em Belluzzo (2012). Desta forma, também os pontos de chegada das conclusões de Harvey são estritamente distintos daqueles apresentados por Belluzzo (2012).

Como desdobramos anteriormente, Belluzzo (2012) enxerga na inflação dos ativos da empresa capitalista uma forma de ser do capital fictício que não deixa de se realizar “produtivamente”, ao passar pelo circuito $D - M - D'$, mesmo sendo sua característica a de repor o lugar que a apropriação do valor produzido pelo trabalho tinha no “processo produtivo”, no momento anterior ao da “transfiguração da riqueza” (BELLUZZO, 2009). Ou seja, para ele a reprodução ampliada “produtiva” da empresa capitalista não mais depende do valor produzido pelo trabalho. Harvey, por sua vez, nega a diferença qualitativa que Belluzzo observa no papel do capital a juros e fictício para a “acumulação” capitalista. Para Harvey, a crise econômica iniciada em 2007 combinou formas de criação de dinheiro e de exploração do trabalho que não mudaram

em nada a reprodução do capital, no sentido de que esta continuaria a ocorrer por meio da apropriação do valor produzido pelo trabalho na produção de mercadorias. Incluída aí está a “produção do espaço”, sendo o espaço mercadoria que exige grandes investimentos financeiros. Por isso, a diferença que o “neoliberalismo” apresenta como forma de acumulação em relação às existentes anteriormente diz respeito ao tamanho global do capital que necessita se reproduzir ampliadamente e aos arranjos entre Estado, capital “produtivo” e capital financeiro para lograr fazê-lo. Isso apenas ocorreu com a combinação de extração de mais-valia relativa e absoluta dos trabalhadores e com a distribuição de crédito pessoal a fim de manter o consumo de mercadorias, o que teria evitado que uma crise de subconsumo surgisse anteriormente.

Daí que, para Harvey, como bom marxista atrelado à defesa dos interesses da classe trabalhadora explorada à custa da manutenção dos benefícios que a acumulação propicia aos capitalistas, a crise de 2007/2008 deva ser atribuída aos níveis inéditos de apropriação, realizados pelos últimos, do valor produzido pela classe trabalhadora no “processo produtivo”, somente possíveis por meio dos mecanismos financeiros hoje atuantes:

A visão sinóptica da crise atual diria: embora o epicentro se encontre nas tecnologias e formas de organização do sistema de crédito e do nexos Estado-finanças, a questão subjacente é o empoderamento capitalista excessivo em relação ao trabalho e à consequente repressão salarial, levando a problemas de demanda efetiva acentuados por um consumismo alimentado pelo crédito em excesso em uma parte do mundo e por uma expansão muito rápida da produção em novas linhas de produtos na outra parte (HARVEY, 2011, p. 100).

As causas da crise, conforme tal formulação, dizem respeito à excessiva exploração do trabalho por meio da excessiva “produção do espaço”, fomentada inclusive por uma criação mais excessiva de capital fictício, resultando em inédita superacumulação dos capitalistas. A criação de dinheiro teria proporcionado reprodução ampliada do capital, mas teria ocorrido mais rapidamente que o valor produzido pela exploração de mais-valia nos processos para ele “produtivos”. O que está em questão é a possibilidade desta criação de dinheiro se reproduzir acumulativa e ampliadamente, já que teria postergado ao futuro, por meio do crédito imobiliário, uma incapacidade de realização das mercadorias, ou seja, teria levado a acumulação ampliada de valor até suas consequências mais extremas. A inadimplência generalizada da sociedade estadunidense, no momento da crise de 2007/2008, seria a expressão da dificuldade de continuidade desta forma de exploração do trabalho para a reprodução ampliada capitalista.

Harvey (2011) não deseja de forma nenhuma a reprodução do que denomina processo de acumulação capitalista. Toda a construção e entendimento da crise de 2007/2008 e dos processos de acumulação e crise capitalistas têm por finalidade explicitar que o mesmo se baseia na produção de desigualdade social de forma imanente (em que concordamos, obviamente), seja ao acumular capital, seja sob uma crise de acumulação, momento inclusive em que as condições de expropriação dos trabalhadores se deterioram ainda mais. Não cabe, assim, reformar o sistema, mas sim, suplantá-lo.

Em relação ao papel do Estado, o capital fictício significa, sim, para Harvey (2011), apropriação na forma do dinheiro, de valor produzido por meio da exploração do trabalho e o Estado atua justamente neste sentido. Assim, a crítica ao processo de acumulação capitalista se desdobra aqui em uma defesa da classe trabalhadora como aquela capaz de produzir, em termos do valor de uso das mercadorias e do espaço (incorporados de valor), as benesses da sociedade moderna, das quais é expropriada, tanto em momentos de acumulação, como nos de crise.

Harvey (2011) deixa em aberto, entretanto, qual a forma adequada para se suplantarmos o capitalismo, diferentemente das conclusões propositivas em termos de política econômica do Estado moderno que Belluzzo estabelece. A concepção de crise capitalista de Harvey, apesar de imanente ao capital como processo de acumulação, se caracteriza por uma leitura particular, que nos interessou desdobrar. Isso porque, conforme essa interpretação, para o funcionamento da reprodução capitalista contemporânea, assim como para as causas da crise de 2007/2008, mudaram os mecanismos financeiros de criação de dinheiro e consequente apropriação do valor, mas não a valorização do valor como forma atual da “acumulação” capitalista, agora, porém, com cerne na “acumulação financeira”. As consequências destas formulações nos levam a reconhecer que Harvey sugere a possibilidade futura de retomada da acumulação capitalista por meio da valorização do valor, ou seja, a partir de novas configurações para a exploração da força de trabalho em processos “produtivos”, o que traz consequências fundamentais para o que entende como aquilo que é próprio do capitalismo e aquilo que não o é. As implicações disto aparecerão, assim, no que Harvey concebe como necessário de ser suplantado do capitalismo; assim como no que deve ser mantido, já que exógeno ao capitalismo porque natural e ontológico ao próprio homem, e que permaneceria em outra forma de sociedade, em um hipotético outro “modo de produção”.

b) A crise do capital em Harvey: “produção do espaço” e ontologia do trabalho

Desejamos iniciar este item considerando que Harvey (2011) defende a necessidade de suplantação do processo de acumulação capitalista por achar que tanto os montantes de capitais existentes necessitados de serem valorizados, assim como as taxas de exploração do trabalho a estes correlatas sejam tão grandes que ficou praticamente impossível imaginar como o capital voltaria a realizar sua produção de mercadorias e de valor para acumular, retomar o crescimento econômico e sair de seu momento atual de crise para além destes montantes.

Nos itens anteriores percorremos a interpretação de Harvey acerca do processo histórico que produziu a crise capitalista de 2007/2008. Desejamos desdobrar agora a formulação mais geral de Harvey (2011) sobre crises “periódicas” do capitalismo. Assim, abordaremos suas leituras sobre os fundamentos do capitalismo, sua concepção de “produção do espaço”, assim como a saída que propõe de tal modo de produção. Muitos dos elementos aqui abordados já foram acima tematizados, porém, o faremos a partir de outra perspectiva, principalmente no que tange à sua compreensão da contradição e da crise capitalistas.

Harvey (2011) entende o modo de produção capitalista como um “processo” de acumulação de dinheiro: “O capital não é uma coisa, mas um processo em que dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro” (Harvey, 2011, p. 41). Ou seja, o capital não é estático, mas se reproduz e se transforma, a fim de acumular dinheiro.

Quem move o capital como tal processo social? Para Harvey, o sujeito de tal processo são os capitalistas, que buscam valorizar seu próprio dinheiro, por meio da exploração do trabalho, ou da apropriação da mais-valia produzida no processo produtivo. São aqueles que se beneficiam da reprodução do modo de produção capitalista: “os capitalistas – aqueles que põem esse processo em movimento – assumem identidades muito diferentes”⁴⁷ (HARVEY, 2011, p. 41). Os capitalistas, assim, sujeitos do processo, detentores dos maiores montantes de dinheiro, lograriam acessar os valores de uso das mercadorias para satisfação individual de suas necessidades, em detrimento de uma imensa camada da população mundial, pauperizada e privada de acessar mercadorias, a qual deve vender sua força de trabalho, numa reprodução de uma sociedade desigual.

Se a classe capitalista não lograr realizar a acumulação de capital, pode

---

⁴⁷ Harvey faz, aqui, uma caracterização das diferentes identidades dos capitalistas: financistas, comerciantes, proprietários, rentistas, o Estado, e por fim, o industrial. Ver Harvey (2011, p. 41).

experimentar uma crise “periódica”, que Harvey formula como interrupção do fluxo constante de dinheiro que deve se tornar mais-dinheiro. Tal formulação, que aparecia logo no início de *O Enigma do capital*, da acumulação capitalista como “fluxo sanguíneo”, se desdobra agora na explicação para as crises “periódicas” do capital como “processo”. Interrompida a realização da acumulação, ou o crescimento econômico, advém uma crise de reprodução:

O capitalismo tem sobrevivido até agora apesar de muitas previsões sobre sua morte iminente. Esse êxito sugere que tem fluidez e flexibilidade suficientes para superar todos os limites, ainda que não, como a história das crises periódicas também demonstra, sem violentas correções. Marx [...] contrasta o ilimitado potencial de acumulação monetária, por um lado, com os aspectos potencialmente limitadores da atividade material (produção, troca e consumo de mercadorias), por outro. O capital não consegue tolerar tais limites, ele sugere. ‘Cada limite aparece’, observa, ‘como uma barreira a ser superada’. Há, portanto, dentro da geografia histórica do capitalismo, uma luta perpétua para converter limites aparentemente absolutos em barreiras que possam ser transcendidas ou contornadas (HARVEY, 2011, p. 46).

A crise capitalista, na interpretação que Harvey faz das formulações de Karl Marx, se desdobra em razão de uma contradição entre dinheiro e produção de mercadorias – sendo esta entendida como materialidade contida de valor –, conforme apresentamos anteriormente ao tratarmos da explicação de Harvey para a crise de 2007/2008, no que se referia à contradição entre “representação” e “realidade”: o excedente produzido de dinheiro necessitava da realização da exploração do trabalho por meio da produção das mercadorias e do espaço (também mercadoria), produtos do trabalho, para que continuasse a acumular. No que diz respeito à crise de 2007/2008, o excedente de dinheiro criado por meio do sistema financeiro teria permitido a aceleração da acumulação nos ramos “produtivos” (produção imobiliária), mas também teria promovido um descolamento entre “representação” e “realidade” própria da desregulamentação para tal criação de dinheiro. Em Harvey (2011), o não acompanhar da “produção do espaço” em relação à escala de ampliação do dinheiro como representação teria levado à crise de 2007/2008.

Até às crises periódicas, a “produção do espaço” é percebida, pelo autor, como superação de um limite “aparentemente absoluto”, materialidade trabalhada pelo trabalhador para realizar a valorização do valor. Neste sentido, a materialidade do espaço não é sempre igual (absoluta), mas trabalhável pela atividade material (trabalho concreto), sendo prehe de valor (forma do trabalho sob o capital) e sempre passível de

realizá-lo⁴⁸.

Assim, esse esquema é, por sua vez, visualizado por Harvey (2011), em todos os momentos da história das crises capitalistas. Como ressaltamos anteriormente, para o autor, “não há [...] nada de anormal no colapso atual, além do tamanho e alcance” (HARVEY, 2011, p. 16). A crise se configura como momento de realização da contradição capitalista, enquanto descolamento entre dinheiro, “acumulação monetária”, e “atividade material”, “barreira” e “limite” para a própria acumulação. Aparece também como impossibilidade do capitalista, como sujeito do processo, em superar tais barreiras e limites. A acumulação, por sua vez, se configura, em Harvey, como momento positivo, de solução temporária da contradição, em certo sentido, que só se repõe quando de uma nova crise:

[...] as crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente resolvidas (HARVEY, 2011, p. 65).

Detenhamo-nos um pouco no desenrolar dos argumentos apresentados até aqui. A concepção de Harvey (2011) referente à contradição da acumulação capitalista ocorre em termos de “representação” e “realidade”; dinheiro e limite material à sua acumulação. Quando o capitalismo está em crescimento econômico a taxas compostas, a contradição está temporariamente resolvida, porque a contradição da acumulação capitalista se apresenta de maneira diferente da contradição de classes, daquela entre o detentor dos meios de produção, o capitalista que move o processo de acumulação, e a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho. Quando do momento de crescimento econômico e solução das contradições existentes nos momentos de crise capitalista, a exploração da classe trabalhadora é positiva ao sujeito classe capitalista. De um ponto de vista que se fundamenta na contradição de classes, os capitalistas são os beneficiados pois, na condição de sujeitos da dominação, ao acumularem valor, logram acessar valores de uso das mercadorias produzidas pelos trabalhadores, os quais ficam delas alienados por meio da dominação exercida pelos primeiros. Vale explicitar mais um elemento já anteriormente destacado. Para Harvey, nos momentos de “crise periódica” do capitalismo, a “acumulação” continua parcialmente a ocorrer como

---

⁴⁸ Não cabe aqui uma discussão acerca dos resultados de um suposto “trabalho imaterial” também estar contido ou não de valor, sendo que o fetichismo de materialidade das mercadorias como positividade na sua capacidade de satisfação de necessidades humanas em geral é o fundamento da discussão desdobrada da produtividade do “trabalho imaterial”. Ou seja, este não existe sem aquele. Cabe assim ressaltar a identidade, em Harvey, entre trabalho e seus produtos, garantido inclusive pela naturalização da materialidade deste e de seus valores de uso.

concentração dos capitais, já que mesmo com a falência de muitas empresas, outras continuariam a se reproduzir ampliamente e de maneira a concentrar capital, promovendo rendimentos a uma parte da classe capitalista.

A dificuldade que supomos encontrar na formulação apresentada por Harvey parece justamente estar localizada em sua concepção da contradição entre dinheiro, com poder ilimitado de acumulação, e uma limitação quase ontológica da materialidade (mesmo que esta não seja sempre igual, absoluta) do mundo, que vai dos valores de uso das mercadorias ao espaço, como locus da produção, circulação e consumo destas mesmas mercadorias. A barreira própria da natureza da materialidade do espaço e das coisas (valores de uso) – enquanto idêntica à produção de valor pelo trabalho – deve ser constantemente superada para a continuidade dos processos de valorização empreendidos pelos capitalistas a fim de se satisfazerem e continuarem seu domínio sobre o resto da sociedade.

A continuidade do fluxo na circulação do capital é muito importante. O processo não pode ser interrompido sem incorrer em perdas. Há também fortes incentivos para acelerar a velocidade da circulação. Aqueles que podem se mover mais rapidamente pelas diversas fases da circulação do capital acumulam lucros superiores aos de seus concorrentes. As inovações que ajudam a acelerar as coisas são muito procuradas (HARVEY, 2011, p. 42).

Ao longo da história do capitalismo tem havido uma tendência para a redução geral das barreiras espaciais e a aceleração. As configurações do espaço e do tempo da vida social são periodicamente revolucionadas [...]. O movimento torna-se mais rápido e as relações no espaço cada vez mais estreitas (HARVEY, 2011, p. 43).

Tais formulações, as quais abordam as características dos valores de uso e da materialidade do espaço e do tempo como em si destes, como propriedades destas materialidades, impedem Harvey, inclusive, de reconhecer a devida importância que a concorrência tem, para Marx, na sujeição dos capitalistas, considerados por aquele, sujeitos do processo de acumulação capitalista. Mesmo que Harvey (2011) formule que é a necessidade de concorrência que possibilita o capitalista a acumular, a dominação social que a acumulação de capital viabiliza para tal classe social, a ser exercida por meio de sua propriedade do dinheiro e dos meios de produção, tem muito mais ênfase em sua explicação do que a concorrência como aquilo que o impele à acumulação.

Há, contudo, uma outra motivação para reinvestir. O dinheiro é uma forma de poder social que pode ser apropriado por particulares. Além disso, é uma forma de poder social que não tem limites inerentes. Há um limite para a quantidade de terra que posso ter, de ativos físicos que posso comandar (HARVEY, 2011, p. 43).

O dinheiro permite o controle, por parte do capitalista, tanto das mercadorias e do espaço (como mercadoria) a fim de aumentar seu poder social, quanto das pessoas postas a produzir as mercadorias e o espaço. Tal formulação acerca dos “limites” e “barreiras” inerentes à materialidade do mundo parece advir de uma concepção de que esta é externa ao capitalismo, enquanto a capacidade ilimitada de acumulação do dinheiro não é externa. Valor como qualidade que o trabalho (entendido o trabalho por Harvey como trans-histórico) assume sob o capitalismo poderia ser infinitamente acumulado, mas para isso o capital deve dominá-lo e a seu produto material (consequentemente também entendido por Harvey como trans-histórico). Isto acontece justamente pela formulação de Harvey de dinheiro como capital, mas não da concepção da materialidade do mundo como específica ao capitalismo como forma de relação social:

Se não é da própria acumulação de dinheiro que surgem os limites da acumulação de dinheiro, estes apenas podem surgir externamente à lógica da acumulação de dinheiro [...].

Aqui, a contradição inerente ao processo de produção capitalista entre produção de valores de uso e geração de valor de Marx é tratada como um contraste entre o “ilimitado potencial de acumulação monetária” e “os aspectos potencialmente limitadores da atividade material (produção, troca e consumo)” (PRADO, 2012a, p. 6)⁴⁹.

Assim, a materialidade é entendida como apropriada pelo processo de acumulação capitalista, mas externa e resistente a ele, formulação própria ao entendimento do conceito de subsunção, muito utilizado pelo marxismo tradicional (POSTONE, 2014) para entender, inclusive, o conceito marxista de trabalho. Tal formulação é justamente a que desejamos aqui problematizar.

Retomemos novamente o caminho percorrido por Harvey (2011) para compreender as crises chamadas por ele de “periódicas” do capitalismo. Sob o afã de manterem seu poder social e satisfazerem suas necessidades nas mercadorias produzidas pelos trabalhadores, os capitalistas devem ampliar o processo de acumulação de dinheiro investindo fundamentalmente na “produção do espaço”. “Produção do espaço” inclui não apenas a produção de máquinas (Departamento I) e bens de consumo (Departamento II) da economia, mas também a tentativa por parte dos capitalistas de promover a aceleração dos processos de circulação e realização destas mercadorias, que,

---

⁴⁹ Vale apenas destacarmos que concordamos em parte com a crítica que Eleutério Prado (2012a) faz às formulações de Harvey (2011). No que diz respeito ao entendimento de Prado (2012a) acerca da contradição basilar imanente à forma da mercadoria entre valor de uso e valor, consideramos este um caminho importante para a crítica à aceção de contradição de Harvey. Porém, Prado (2012a) não explicita uma crítica ao trabalho ontológico em que a determinada interpretação da contradição da forma mercadoria que Harvey (2011) utiliza poderia implicar.

como escrevemos, são essenciais para a superação dos limites e barreiras à acumulação que a materialidade (preche de valor) própria ao espaço pode promover. A não realização da reprodução ampliada do capital a taxas compostas leva à desvalorização dos capitais, à perda de poder por parte de seus proprietários.

As possibilidades de “produção do espaço” passariam, assim, não apenas pela produção industrial das mercadorias, mas moveriam projetos de produção de infraestrutura para fornecimento de energia elétrica a essas produções, por exemplo, assim como ampliação e dinamização da circulação das mercadorias para se realizarem mais rapidamente. Para Harvey, a “produção do espaço” envolve processos de criação de desigualdades entre diferentes regiões do globo, na medida em que promoveriam ampliação da capacidade de “acumulação” daquelas a oferecerem as melhores possibilidades para o capital. Projetos de reurbanização das cidades seriam, desta forma, essenciais maneiras de ampliação e aprofundamento das potencialidades da “acumulação” capitalista, e por isso são destacados por Harvey como estratégias privilegiadas nos momentos de crise capitalista.

Enquanto a “produção do espaço” acontece a taxas compostas o capital acumula sem entraves. Seu processo de acumulação, entretanto, ocorre no espaço de modo a sempre adiantar trabalho futuro a ser realizado para se pagar as produções realizadas no presente. Isso, para Harvey, provém da natureza da própria “produção do espaço”. Obras de infraestrutura, assim como no setor imobiliário para consumo da população urbana sempre crescente, envolvem a necessidade de grandes investimentos, com retornos de longo prazo. Os investimentos financeiros são, aí, estritamente necessários. A propensão à existência de uma “superprodução do espaço”, ou seja, investimentos que apenas no futuro seriam percebidos como impossíveis de serem pagos, promoveriam a chamada deflação de ativos, e a crise na realização do espaço produzido. Não foi por acaso, segundo a concepção de crise de Harvey, desta maneira, que a crise de 2007/2008, que começou no setor imobiliário dos EUA, estava permeada pelo financiamento financeiro:

O ambiente construído que constitui um vasto campo de meios coletivos de produção e consumo absorve enormes quantidades de capital tanto na construção quanto na manutenção. A urbanização é uma forma de absorver o excedente de capital.

Mas os projetos desse tipo não podem ser mobilizados sem reunir um enorme poder financeiro. E o capital investido nesses projetos deve estar preparado para esperar por retornos a longo prazo. Isso implica ou o envolvimento do Estado ou um sistema financeiro robusto o suficiente para reunir o capital e implementá-lo com os efeitos desejados a longo prazo e esperar pacientemente pelo retorno (HARVEY, 2011, p. 75).

Como já mencionamos anteriormente, as crises capitalistas, em Harvey (2011), seguem algumas características comuns. Para relacioná-las, o autor analisa algumas delas, tais como: a crise, na França, posterior à reurbanização do Barão de Hausmann (a partir de 1853), e que culmina na comuna de Paris (1871); a especulação imobiliária que antecedeu a crise de 1929; bem como a moratória de Nova York, posterior à sua urbanização, na década de 1970. O que todas essas crises apresentam, para Harvey (2011), é a aplicação de excedentes de capital na “produção do espaço” urbano, proporcionador de um momento significativo de crescimento econômico e de “acumulação” do capital, que busca se valorizar com a continuidade desta “produção”, mas que ao mesmo tempo se descola do processo de produção de valor capitalista e passa a se “valorizar” a partir da própria circulação de dinheiro no mercado de capitais. Isso conduziria à necessidade de aprofundamento ainda maior da “produção do espaço” a fim de acelerar a realização dos processos “acumulativos”, que não lograriam ocorrer, justamente em razão da contradição que passaria a existir entre os montantes de capitais excedentes que necessitam se valorizar (dinheiro como representação) para não entrarem em crise e o ritmo da realização da valorização do valor possível com a “produção do espaço” (realidade, materialidade), que, apesar de continuar a ocorrer em cada vez maiores montantes e de promover “acumulação”, não o fariam conforme o necessário para a reprodução do capital. A partir de dado momento, isto significaria reversão do ciclo de crescimento, ou seja, crise e suas consequências, no sentido que Harvey (2011) dá a estas.

Ao tratar da suburbanização dos EUA, a partir da década de 1970, Harvey sintetiza a relação crescimento econômico / crise com a “produção do espaço”:

Para realizar ganhos especulativos eles tinham de garantir investimentos públicos em estradas, esgotos, abastecimento de água, e outras provisões em infraestruturas materiais para tornar a terra ainda mais valiosa. (...) As engrenagens da suburbanização rápida foram untadas espetacularmente por tais atividades, e claro, o processo de suburbanização se tornou autopropulsor, ancorado por esse esforço conjunto para valorizar a terra. Valorização excessiva, é claro, sempre ocorre. (...) Chega-se a uma queda com a mesma facilidade com que se chega ao topo, bastando deslizar sobre o óleo que se usou para subir (HARVEY, 2011, p. 148).

Deve-se destacar, assim, que a questão, em Harvey, não se põe na impossibilidade do capital dito “produtivo” em explorar trabalho e acumular, mas, sim, na incapacidade da produção de valor – mesmo se tal produção está em ascensão por meio da ampliação da “produção do espaço” – se realizar nos montantes necessários

para pagar o capital a crédito previamente utilizado para tal produção, ou seja, a valorização não teria logrado realizar o capital fictício criado para tanto. Assim, limites e barreiras materiais da produção de mercadorias e do espaço (no caso, como vimos, inclusive com superexploração do trabalho) não permitiriam que tal produção se realizasse para que a valorização do valor ocorresse na velocidade e profundidade da exigência de valorização do montante de dinheiro (em Harvey, 2011) existente. Em 2007/2008, dadas as inovações que a desregulamentação financeira promoveu, esta exigência teria fomentado a inflação dos preços dos ativos em tal nível (derivativos de crédito) que teria inviabilizado a realização das mercadorias que representavam, desdobrando a contradição entre representação e realidade, conforme processo de constituição da crise.

O entendimento que Harvey apresenta em relação aos momentos periódicos de acumulação e crise no capitalismo explicita sua concepção de contradição. Para ele, enquanto o capitalismo acumula a taxas compostas, a contradição fica resolvida e é postergada. Precisamos agora aprofundar e desdobrar as implicações desta formulação. Isso porque, como já dissemos, se Harvey está preocupado com a suplantação do processo social capitalista tentemos compreender o que para ele deve ser superado.

Como vimos, Harvey apresenta uma formulação acerca do lado material da contradição capitalista que parece ser externa ao próprio capital, o qual, este último, o autor relaciona com o dinheiro e com sua acumulação. O espaço como materialidade produzida pelo trabalho que contém propriedades em si para satisfação de necessidades humanas em geral, produzido como mercadoria sob o capitalismo, oferece resistência à acumulação desenfreada de capital. O espaço deve ser manipulado a fim de fomentar a acumulação. O espaço assim formulado, ao se tratar do momento de acumulação, suspensão da contradição do capital, se apresenta como controlado, planejado, construído, “produzido”. Não é um espaço absoluto, mas uma materialidade que é concebida como resultado do trabalho humano em geral, em processo para satisfação (positiva) das necessidades humanas em geral. A ganância e vontade de poder do capitalista, no afã de se satisfazer por meio do acesso às mercadorias, o fazem se apropriar desta materialidade produzida, controlando-a, dominando-a. A classe trabalhadora fica alienada, por sua vez, dos produtos e do espaço por si produzidos. A contradição, quando Harvey trata do momento em que o capital parece acumular produtivamente, se dá entre classes, entre aqueles que se beneficiam da “produção do espaço” e de mercadorias, e aqueles que estão privados de acessá-los. Não há, por parte

de Harvey, uma formulação crítica a uma concepção positiva de “produção do espaço” como potencialidade do trabalho humano em geral, mas somente à apropriação por parte de alguns do trabalho da maioria da população.

Desta forma, poderíamos dizer que nas formulações de Harvey a relação concreta de trabalho dos homens com seus objetos (que para nós é forma de ser da subjetividade, formada esta com o capitalismo, como veremos) aparece como positiva e não contraditória. Já que esta seria externa ao capital, “da natureza dos homens e animais” (!), tal acepção estaria para Harvey (2011) justificada. Isso fica mais claro ainda nas formulações que faz sobre a relação entre trabalho humano e natureza, anteriores e concomitantes ao modo de produção capitalista. Seu texto (2011) explicita tais formulações em diversos momentos:

A natureza tem sido modificada pela ação humana ao longo dos tempos. [...] Há pouco na superfície do planeta terra que possa ser imaginado como uma natureza pura e intocada, ausente de qualquer alteração humana. Por outro lado, não há nada de não natural em as espécies, incluindo a nossa, modificarem seus ambientes nas formas que lhes são propícias à sua própria reprodução (HARVEY, 2011, p. 75).

O trabalho é fundamental para todas as formas de vida humana, porque os elementos da natureza têm de ser convertidos em produtos de utilidade para os seres humanos. Mas, nas relações sociais que dominam o cerne do capitalismo, o trabalho assume uma forma muito particular em que o trabalho, as tecnologias de produção e as formas de organização estão reunidos sob o controle do capitalista por um tempo predeterminado de contrato para fins de produção lucrativa de mercadorias (HARVEY, 2011, p. 88).

A pura positividade do trabalho humano pode ser destacada, em Harvey (2011), inclusive quando nos atentamos para como concebe o momento de crise de acumulação capitalista. Aí, a contradição entre dinheiro a ser reproduzido de forma ampliada e produção de mercadorias (forma capitalista da “atividade material” resultante “em produtos de utilidade para os seres humanos”) pelo trabalho para a realização daquele processo aparece de uma maneira própria. Como vimos, mesmo na crise, Harvey mantém a explicação de continuidade de acumulação capitalista para alguns capitais, que expropriam até mesmo outros capitalistas, assim como continuam a se apropriar do valor do trabalho produtor de mercadorias que continuaria a se realizar no “processo produtivo”, embora não em ritmo suficiente para manter o crescimento global do capital a taxas compostas, necessário à continuidade da inflação de ativos. Ou seja, o trabalho, entendido por Harvey como produtor de materialidades em geral (incluído aí o espaço, não absoluto, mas manipulado, transformado), continuaria sempre a produzi-las como “produtos de utilidade” (ontologia que pretendemos criticar), característica que seria,

segundo o autor, assim, própria à natureza humana em geral, para qualquer momento histórico, conforme excerto acima (HARVEY, 2011). Sob o capitalismo o trabalho assumiria a forma do valor e da mercadoria e por isso – quando inserido no “processo capitalista” – o trabalho sempre produziria valor ao produzir materialidades / mercadorias / espaço. Nestes momentos de crise, aliás, os níveis de exploração do trabalho seriam ainda intensificados o que justificariam a certeza da necessidade de suplantação do processo de acumulação, porém não do trabalho produtor de materialidade útil: deveria se suplantam a “produção capitalista do espaço”, e se criar outra forma de “produção do espaço”.

Harvey concebeu o texto que viemos desdobrando como uma tentativa de promover a tomada de consciência de seus interlocutores acerca da necessidade de se transformar o modo de produção capitalista. O próprio lugar social do autor, como professor universitário que pretende que as pessoas saibam como tomar a frente do processo de produção capitalista que é controlado por alguns em detrimento dos demais, configura de antemão uma crença na potencialidade do sujeito determinar por si mesmo o sentido de suas escolhas, o sentido do resultado de seu trabalho. A relação entre trabalho e seus produtos úteis para satisfação de necessidades humanas permanece ontológica e positiva. Inclusive a do trabalho de professor acadêmico e intelectual que cabe a Harvey.

Sob o capitalismo, que permitiria o acesso, por meio do valor, aos valores de uso das mercadorias para satisfação de alguns em detrimento da maioria, o que está em primeiro plano, para Harvey (2011) é que apenas alguns são sujeitos do processo social. Em coerência com sua formulação de que ao beneficiar estes poucos, o capitalismo engendra “crises periódicas”, as quais afetam inclusive alguns destes sujeitos, o autor demanda a destruição de tal modo de produção. Esta não passaria, enfim, por uma simples redistribuição das mercadorias produzidas de modo capitalista, já que a acumulação desenfreada reproduziria as crises. Harvey deseja a distribuição equânime dos meios de produção e, conseqüentemente, do dinheiro.

Harvey, por sua vez, não defende necessariamente a estatização dos meios de produção, bandeira histórica dos revolucionários socialistas e também de alguns de seus textos anteriores. Ele busca estar em consonância e quer dialogar com os movimentos autonomistas e anti-capitalistas surgidos no final da década de 1990, na chamada ação global dos povos, com continuidade de interesses apresentadas em manifestações pós-crise de 2007/2008 (como os movimentos Occupy, Anonymous, entre outros); assim

como com os zapatistas mexicanos do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), todos críticos à manutenção do Estado-nação. A reivindicação que aparece ao final de *O enigma do capital* (2011), postula que a população, majoritariamente a classe trabalhadora (que inclui os trabalhadores a produzirem o espaço), se aproprie do processo de produção capitalista, o que, conforme o argumento, extinguiria a relação entre proprietários do dinheiro e dos meios de produção e aqueles trabalhadores que têm como mercadoria a colocar à venda apenas sua força de trabalho.

Já que o trabalho é da natureza humana e o trabalho assalariado apenas a dominação do que é natural por uma sociedade injusta e controlada por poucos, a suplantação do capitalismo deveria conduzir à realização do trabalho como dominação da materialidade e do espaço para satisfação útil e positiva universal das necessidades humanas, assim como para a realização da sua liberdade em geral.

Consideramos até aqui o caminho de apreensão das formulações de Belluzzo (2009 e 2012) e Harvey (2011) sobre a crise econômica de 2007/2008 e sua relação com a forma de ser da acumulação capitalista hodierna. Tal caminho visou adentrar e expor a intrincada apropriação que os autores fizeram em termos de teoria do valor marxista para formulação da crítica que assumem frente ao capitalismo. Assim, adiante poderemos retomar ambas formulações, apoiando-nos sobre elas, a fim de estabelecermos outra sugestão de crítica teórica ao capitalismo.

Como pensar a reprodução da agroindústria canavieira neste momento de crise econômica capitalista, com expressão da crise na particularidade desta própria agroindústria? A necessidade de renovada continuidade da “produção do espaço” sobre as áreas plantadas com cana-de-açúcar impõe o concomitante aprofundamento da mecanização do corte de cana e a consequente continuidade de redução dos postos de trabalho em tal agroindústria. Tal aprofundamento nos permite perguntar acerca da possibilidade de produção e valorização do valor por meio do trabalho localizado nos processos produtivos – inclusive naqueles de “produção do espaço” relativos ao setor em questão – os quais apresentam exponencial redução do próprio trabalho. Cabe nos próximos capítulos observarmos as determinações atuais do movimento de reprodução da agroindústria canavieira em crise e sua relação com a circulação dos capitais a juros em sua imanência a tal processo, assim como – em relação ao que denominaremos momento de reprodução fictícia crítica do capital –, as consequências tanto nas formas de espacialização (como abstração real) desta agroindústria (em São Paulo) como nas relações de produção estabelecidas na produção de mercadorias da mesma.

Capítulo 2 – O Endividamento recente da agroindústria canavieira e sua reprodução fictícia por meio da “inflação de ativos”

Introdução

Iniciamos o presente texto percorrendo alguns mecanismos de mediação de reprodução crítica da agroindústria canavieira paulista e brasileira que remontam à expressão sintética $D - D'$, presente na compreensão de Marx (1984c e 1985) de capital portador de juros, que se desdobra em capital fictício. Detivemo-nos principalmente nos derivativos cambiais utilizados pela agroindústria em questão anteriormente à crise de 2007/2008, e que foram responsáveis (se observados de um ponto de vista causal) pela falência de algumas usinas de açúcar e etanol.

Indicamos também que os empréstimos estrangeiros em dólares que as usinas se utilizaram para fazer *carry trade* retroalimentavam a desvalorização do dólar em relação ao real. Essa formulação é, porém, parcial. Não foi apenas este tipo de intermediação do capital a juros que levou à continuada “desvalorização” do dólar em relação ao real. Muitos são os estudos que destacam uma “conjuntura econômica internacional favorável”⁵⁰ (para usarmos um termo do economicismo), neste início de século XXI, a países periféricos como Brasil, China, Índia e Rússia, para citar alguns exemplos.

A entrada de dólares no Brasil ocorreu por diversos meios. Muitos investidores internacionais a promoveram em busca de rendimentos em bolsa de valores, em títulos da dívida interna brasileira, em fundos de investimentos, e também no mercado de derivativos, aplicando nos diferenciais de taxas de juros internacionais e brasileira. A entrada de capital estrangeiro no Brasil tem influência direta sobre a retomada da expansão da agroindústria canavieira, no século XXI. Fiquemos, portanto um pouco nas usinas de açúcar e etanol. A possibilidade de que, por meio de bancos nacionais, estas empresas adquirissem empréstimos em dólares a taxas de juros melhores do que as oferecidas no mercado de capitais brasileiro foi responsável em grande medida pelo fenômeno de “expansão” da agroindústria canavieira brasileira, apresentado a partir de 2003. Observemos a tabela abaixo:

---

⁵⁰ A partir da posição que tomamos aqui, nada pode ser “favorável” enquanto reprodução crítica do capital. “Favorável” no caso diz respeito a um juízo de valor ufanista e nacional desenvolvimentista, que subjetiva positivamente investimentos estrangeiros no país como possibilidade de modernização do Brasil.

Tabela 1 – Produção da agroindústria canavieira no Brasil, no século XXI

Ano-Safra	Área de produção de cana (ha)	Cana produzida (toneladas)	Produção de açúcar (toneladas)	Produção total de etanol (mil litros)
2004/05	5.625.300	415.694.500	26.621.221	15.416.668
2005/06	5.840.300	431.413.400	26.713.539	16.997.433
2006/07	6.163.200	474.800.400	30.223.600	17.471.138
2007/08	6.963.600	495.723.279	31.279.800	22.526.824
2008/09	7.057.800	571.434.300	31.049.206	27.512.962
2009/10	7.409.600	604.513.600	34.636.900	25.866.061
2010/11	8.056.000	623.905.100	38.675.500	27.699.554
2011/12	8.368.400	571.471.000	36.882.600	22.857.589

Fonte: CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra - CONAB (sempre de acordo com o 3º levantamento de cada ano/safra).
Org. XAVIER, C. V. (XAVIER, PITTA e MENDONÇA, 2012a).

Os fenômenos da crise atual desta agroindústria – representados pelo alto índice de endividamento e falências, a partir de 2008 e redução da produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol, principalmente a partir da safra 2011/2012, com aumento apenas da área com cana a partir de então –, por sua vez, também não ocorreram apenas determinados pelos investimentos que as empresas do setor realizaram especulativamente nos chamados derivativos cambiais. Os prejuízos que diversas empresas realizaram com estes mecanismos são apenas parte das consequências da atual crise econômica desta agroindústria.

Não desejamos aqui nos concentrar em discorrer sobre os motivos que promovem o que estamos denominando crise econômica do setor, incorrendo em algum tipo de análise ou argumentação causal destes. O que tentaremos nesta parte do texto será, por meio da pesquisa acerca das formas de reprodução atuais da agroindústria canavieira brasileira e paulista, problematizarmos as formulações de Belluzzo (2009, 2012) e Harvey (2011) sobre a crise de 2007/2008 e sobre a acumulação e crise capitalistas, as quais viemos desdobrando anteriormente.

Parece-nos, previamente, que este percurso nos permitirá questionar as formulações de lógica identitária⁵¹ que podemos observar nestes autores, as quais embasam suas concepções e proposições sobre a crise no capitalismo e legitimam seus respectivos lugares na divisão social do trabalho. Assim, não nos interessa contrapor as

⁵¹ Partimos aqui da crítica que Roswitha Scholz (2004 e 2009) desdobra à negatividade da categoria de *objetividade fantasmagórica* de Marx (1983, L. I, T. I, cap. 1). Em Marx, valor e valor de uso não são idênticos, mas uma contradição na identidade da mercadoria. Porém, como o valor se objetifica na corporeidade da mercadoria aparece aos sujeitos sujeitos (KURZ, 1999) ao processo social como contido nesta, apesar de não o sê-lo, como veremos. Tal objetificação, que parece uma verdade social, é subjetivada de forma trans-histórica, como capacidade do trabalho humano em controlar a natureza, uma ontologia do trabalho. A necessidade de crítica negativa por meio dos desdobramentos contraditórios (e por isso imanentemente críticos) da forma social como sendo a própria forma da dominação se fundamenta nesta fantasmagoria.

leituras que ambos os autores apresentam a outra mais correta ou verdadeira, mas partir das determinações da crise de 2008 na agroindústria canavieira como parte concreta da reprodução capitalista como totalidade em processo para confrontá-las com as interpretações apresentadas.

Em recente declaração, Elizabeth Farina, presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA)⁵² formulou a existência de uma crise na agroindústria canavieira e fez incidir nas políticas de preços da gasolina atuais do governo federal a principal causa para o alto endividamento e inadimplência desta.

Ela acrescentou que existe um nível de ociosidade industrial que ainda permite ampliar o processamento de cana, mas o nível de endividamento resultante desse esforço já é altíssimo, chegando a quase 15% do faturamento das empresas só com os juros. “A receita das indústrias é abocanhada em 25% só com despesas financeiras. Mesmo com a situação financeira preocupante, as empresas têm feito um grande esforço para não parar os investimentos e nem comprometer a competitividade”, explicou.

[...] Para uma retomada sustentada de novos investimentos, Farina voltou a defender um marco regulatório e planejamento estratégico da matriz energética, por meio de medidas, especialmente tributárias, que reconheçam os benefícios ambientais e sociais do etanol frente à gasolina e definam o crescimento desejado e a participação de cada um dos combustíveis na matriz. Uma definição clara e estável sobre a precificação da gasolina, bem como incentivos reais à bioeletricidade, por meio de leilões públicos por fontes de energia, também foram abordadas como questões essenciais (UNICA, 10 de setembro de 2013).

Apesar de Farina apresentar um discurso permeado pela discussão setorial, próprio da disputa por políticas públicas federais, o que está em pauta é questão canônica, inclusive para os estudos acadêmicos que fazem incidir suas críticas sobre as benesses históricas dos governos para com a agroindústria canavieira. A formulação de que o governo federal vem favorecendo a comercialização de petróleo e derivados, pautando aí as causas para o endividamento do setor em razão da impossibilidade de competitividade entre os preços do etanol em relação aos da gasolina, remete-nos a outros problemas.

Desde 2003, a partir dos governos Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva (2003 – 2010), o Estado oferece expansiva e distinta política de créditos subsidiados à agroindústria canavieira⁵³ (DELGADO, 2012). O advento do carro *flex-fuel*, incorrendo na possibilidade de ampliação da produção de cana-de-açúcar e etanol, também permitiu a

---

⁵² A UNICA é a principal entidade patronal da agroindústria canavieira e reúne os proprietários e representantes das principais usinas.

⁵³ Como já mencionamos, podemos considerar que haja subsídio implícito nos empréstimos que o governo federal concede (pelo BNDES, por exemplo) com taxas de juros médias abaixo das taxas que ele oferece na venda de seus títulos de dívida interna (taxa SELIC, por exemplo).

especulação de Lula e da agroindústria canavieira acerca da transformação do etanol em *commodity*. O ex-presidente, aliás, vislumbrando tal possibilidade, ampliou os fomentos ao setor, que se expandiu com vistas a tal garantia de ampliação do consumo de seus produtos, o que não aconteceu nos montantes esperados.

O açúcar, por sua vez, é comercializado no mercado internacional, como uma *commodity*, e está sujeito às flutuações de preço dos mercados de futuros, permitindo que estes ocorram por meio de especulação financeira, o que pode tanto aumentar, quanto reduzir os rendimentos de usinas.

Em momentos de baixos preços do açúcar no mercado internacional, balizador da quantidade de etanol e de açúcar que uma usina irá escolher produzir, nada mais convencional, conforme os interesses setoriais, do que se pedir pelo aumento dos preços da gasolina para que o etanol pudesse competir com a mesma⁵⁴.

O governo federal, por sua vez, sustentou não repassar a elevação dos preços do mercado internacional para a gasolina até 2014, mantendo o que para o Estado aparece como queda nos lucros da Petrobrás (que inclusive importa grandes quantidades desta *commodity*) com a finalidade de conter o processo inflacionário que vem se acentuando, principalmente, desde o início do primeiro governo Dilma Rousseff (2011 – 2014). A partir de 2014, a queda no preço das *commodities* fez o preço do petróleo ficar mais barato do que o comercializado internamente no Brasil.

O etanol aparece como a possibilidade de “salvação” do setor que, desde o Proálcool, aliás, necessita se expandir, expansão justificada na promessa de compensação de seu endividamento. No início da safra 2013/2014, por volta de março de 2013, o governo reimplementou políticas de fomento à agroindústria canavieira para que esta pudesse concorrer com a gasolina. Decretou a isenção fiscal de PIS / COFINS⁵⁵ sobre o etanol, estabeleceu o aumento de 20% para 25% da quantidade de etanol anidro a ser acrescentado à gasolina e baixou taxas de juros específicas para o setor (VIEGAS, 2013).

Os pedidos por parte de empresários do setor para o planejamento e implemento de políticas à agroindústria canavieira nos permitem perguntar sobre a possibilidade desta se reproduzir sem diversas políticas econômicas que garantam a “acumulação” das empresas por meio de incentivos fiscais, subsídios, garantia de preços e de realização de

---

⁵⁴ Vale ressaltar que o etanol rende menos do que a gasolina em termos de quilômetros por litros. Calcula-se que se o preço do etanol estiver acima do patamar de 70% do preço da gasolina é mais vantajoso abastecer um automóvel *flex-fuel* com gasolina (OGATA, 2009).

⁵⁵ Programas de Integração Social (PIS) / Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

suas mercadorias. Isso porque, se partimos de uma interpretação que cinde momentos de crescimento e de crise de um setor, de uma economia, ou até mesmo do capitalismo, pode nos parecer que a agroindústria canavieira apresenta um alto nível de endividamento recente somente após a crise econômica de 2007/2008, mas que no ciclo de crescimento que esta apresentou no período imediatamente anterior, a partir de 2003 (ver Tabela 1, acima), a situação seria diferente.

Em nossa dissertação de mestrado (PITTA, 2011), por sua vez, discutimos o endividamento das usinas de açúcar e etanol, entre os anos 1960 e 1990, seus montantes e suas principais características. A principal fonte de crédito para a agroindústria canavieira era proveniente indiretamente da dívida externa brasileira e chegava às empresas do setor por meio do Proálcool. Lançado em 1975 pelo governo de Ernesto Geisel (1974–1979), o Proálcool – Programa Nacional do Alcool – foi um dos principais projetos de industrialização da agricultura promovido pela ditadura civil-militar (1964 – 1985), já que destinou créditos subsidiados (a juros reais negativos) ao setor sucroalcooleiro (assim então chamado) no montante de aproximadamente 7 bilhões de dólares até 1990 (TCU, 1990, p. 49), com o objetivo de ampliar a produção de álcool, fomentando a mecanização do setor e a industrialização do refino de cana-de-açúcar, que teve sua produtividade, produção e área plantada no Centro-Sul do Brasil também ampliadas⁵⁶. Tal expansão ocorreu ao longo das duas primeiras fases do Proálcool, sendo a primeira de 1975 a 1979, com fomento à produção de álcool anidro; e a segunda de 1980 a 1985. Nesta última, a expansão para o oeste de São Paulo de destilarias para produção de álcool hidratado levou a uma redução de produtividade média da terra, medida em toneladas por hectare.

A partir de 1983 (quando se deflagrou a chamada crise das dívidas da América Latina), a capacidade de endividamento do Estado brasileiro se esgotou, o que levou à redução da possibilidade de fornecimento de créditos subsidiados à agroindústria canavieira nos anos posteriores, aparecendo como resultado deste processo a falência e fusão de diversas destilarias e usinas, com relevante diminuição na produção de álcool anidro e hidratado a partir daquele momento. Argumentávamos ali (PITTA, 2011) que a capacidade das usinas e dos fornecedores de cana rolares suas dívidas como forma crítica de sua reprodução capitalista parecia ter chegado a um limite, conforme esgotamento de rolagem da dívida externa do Estado brasileiro (que decretou moratória

---

⁵⁶ Para detalhamento dos dados e da análise ver Pitta (2011).

em 1986), a qual sustentava a reprodução das unidades produtivas brasileiras. A incapacidade das usinas saldarem seu endividamento apenas se mostrou socialmente após o fim dos empréstimos estatais, principalmente a partir de 1984/1985.

O que desejamos a partir de agora desdobrar deverá passar por nos perguntarmos acerca das mudanças ocorridas na forma fictícia de reprodução crítica do capital, em relação ao final da década de 1980, por meio do estudo da agroindústria canavieira atualmente. Após 1986, com a moratória brasileira, a forma de rolagem da dívida externa que antes prevalecia para o Brasil se esgotou. E teve de ser transformada. A crise das dívidas dos países da América Latina significou, na verdade, a necessidade de criação de novos mecanismos de circulação do capital a juros, por parte dos países centrais, credores dessas dívidas. Tais mecanismos, como em parte já vimos anteriormente, permitiram exponencial ampliação da circulação de dinheiro, o que criou um processo de precificação dos títulos, possibilitando assim, novas rodadas de capital a crédito, que voltou a ser emprestado para o Brasil, já no início dos anos 1990, mesmo antes das renegociações da dívida externa brasileira em moratória (o que só foi feito em 1994, por meio do Plano Brady⁵⁷).

A criação de mercados secundários de negociação de títulos de dívidas e o processo de securitização destes aprofundou as possibilidades do capital fictício de criação de mais dinheiro a partir de certa quantia inicial de dinheiro. Já nos anos 2000, o que podemos ressaltar é uma mudança na própria forma da dívida brasileira, que se internalizou e cresceu exponencialmente. Paralelamente, a retomada da expansão da agroindústria canavieira em termos de área plantada com cana, e em termos de quantidade de açúcar e etanol, assim como da própria produtividade do setor⁵⁸ (o que pode ser observado em diversos setores da agroindústria brasileira), nos faz perguntar acerca do entrelaçamento entre esta recente forma de ser da reprodução fictícia do

---

⁵⁷ Em abril de 1994, sob governo de Itamar Franco (1992 – 1994), com Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda, o Brasil assinou um acordo de renegociação de sua dívida externa: “... esse acordo representou a aplicação ao caso brasileiro dos princípios estabelecidos no chamado Plano Brady, lançado em 1989 pelo Secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, e aplicado à renegociação das dívidas de diversos países latino-americanos, tais como México, Venezuela e Argentina. Embora apresente algumas diferenças em relação aos anteriores, o acordo brasileiro de 1994 segue, no essencial, a orientação geral estabelecida pelo Tesouro americano em 1989.

Relativamente às negociações realizadas entre 1982 e 1988, o Plano Brady constituiu, inegavelmente, um progresso, posto que consagrou a aceitação por parte dos credores de que os acordos de reestruturação deveriam envolver alguma redução do valor presente da dívida externa, ou seja, um desconto concedido sob a forma de redução do principal ou das taxas de juros. Além disso, passaram a ser admitidas uma extensão considerável dos prazos de pagamento e a substituição de obrigações com taxas de juros flutuantes por títulos com taxa fixa” (RANGEL e JÚNIOR, 1994, pg. 40). Vale aqui lembrar apenas que se o principal da dívida externa foi reduzido com o Plano Brady, para aquele momento, isso não significa que ao longo dos anos a aplicação de juros sobre juros não tenha feito seu montante total voltar a crescer.

⁵⁸ Para acessar tais dados, ver: Xavier, Pitta, Mendonça (2012a).

capitalismo no Estado brasileiro, conforme passagem da dívida externa para a interna, no século XXI, e os fenômenos apresentados pela agroindústria canavieira, para o mesmo momento.

Como a reprodução fictícia desta agroindústria se transformou conforme as formas de se reproduzir do próprio circuito D – D’? Anteriormente já mencionamos que as falências e fusões das usinas após 2008 estavam relacionadas aos fenômenos de crise do capitalismo a nível mundial e às determinações destes no Brasil. O Brasil também apresentou, após 2011/2012, redução da produtividade e da produção de cana-de-açúcar e aumento da área plantada com cana (ver Tabela 1). Interessa então pensarmos as diferenças concernentes à forma de reprodução capitalista da agroindústria canavieira a partir de 2003 para podermos diferenciá-la daquela que sustentou seu crescimento ao longo do Proálcool.

2.1 – A reprodução da agroindústria canavieira, no século XXI

a) As formas de endividamento de grupos usineiros de sociedades anônimas de capital fechado e dos produtores de cana

As principais fontes que utilizaremos para acessarmos as formas atuais de financiamento e reprodução crítica das usinas canavieiras vão das entrevistas realizadas com participantes do setor a notícias da mídia especializada. As entrevistas foram feitas com gerentes de bancos que financiam o agronegócio (Banco do Brasil e COCRED – Cooperativa de Crédito); administradores de empresas produtoras de cana-de-açúcar (Bulle Arruda S/A Agropastoril e o produtor Ivan Aidar), gerentes de usinas (Grupo Tonon S/A); operadores de fundos de investimentos em participações (FIP Terra Viva); corretores de açúcar, etanol e cana-de-açúcar, que trabalham nos mercados de futuros (Financeira Isis Negócios); e técnicos agrônomos (Casa de Agricultura de Monte Azul – SP). Em razão da atualidade dos fenômenos fica difícil investigarmos mais a fundo os discursos destes participantes do mercado, tanto por inacessibilidade aos dados, quanto por ausência de interesse em divulgarem a situação financeira das usinas e empresas. O segredo dos negócios traz a aparência de um passo à frente na concorrência de mercado.

Com a intenção de alongar e renegociar dívidas, diversas são as empresas que buscam instituições financeiras, nacionais e internacionais, públicas e privadas, interessadas em fornecer crédito a elas. O BNDES e instituições bancárias brasileiras

por meio do Crédito Rural⁵⁹, também fazem este tipo de oferta de crédito. Os financiamentos do BNDES e do Crédito Rural, por sua vez, só são repassados às empresas com Certidão Negativa de Débitos (CND). Assim, aqueles já inadimplentes não conseguem acessar suas taxas diferenciadas (muitas vezes subsidiadas) daquelas de mercado para rolarem as dívidas anteriores.

As formas de acesso a financiamento por parte de empresas exportadoras de *commodities* ou fornecedora de produtos agrícolas no mercado de capitais é bastante variada. Iniciemos essa parte do texto tratando das usinas de pequeno e médio porte, assim como de fornecedores de cana-de-açúcar. Os maiores grupos usineiros, apesar de também realizarem contratos como os que trataremos logo a seguir, ainda acessam outras formas de capital a juros para mediar seus negócios (abertura de capital em bolsa de valores e fusão ou aquisição por parte de fundos de investimentos ou multinacionais).

Normalmente, a instituição credora exige algum tipo de “garantia”, que parece ser uma contrapartida jurídica, mas é, na verdade, uma promessa de realização futura de rendimentos com aquele empréstimo. Tomemos exemplos atuais de usinas que tentam novos financiamentos para conseguirem saldar anteriores.

Duas notícias recentes nos permitem um ponto de partida. A primeira delas, de 18 de setembro de 2013 (VALOR ECONÔMICO), destaca as formas de financiamento que a Usina Vale do Tijuco, de Minas Gerais, realizou em agosto para financiar a continuidade de sua produção. A segunda, de 15 de abril de 2013 (VALOR ECONÔMICO), explora o lançamento de bônus no mercado internacional, por parte do Grupo Aralco, com quatro usinas em São Paulo.

[Uma] operação feita pela Vale do Tijuco e o Banco Votorantim foi a emissão de outra CPR financeira no valor de R\$ 10 milhões, com custo ao ano de 13,24%. A emissão ocorreu em 23 de julho e o vencimento será no dia 27 deste mês. Como garantia da operação, a companhia concedeu o penhor de 8,5 milhões de litros de etanol anidro ao preço de R\$ 1,31 por litro, o que equivale a um valor de cerca de R\$ 11,154 milhões (VALOR ECONÔMICO, 18 de setembro de 2013).

A Usina Vale do Tijuco utiliza a CPR como principal forma de financiamento. A CPR é uma Cédula de Produto Rural e se refere a um título emitido pela empresa a contrair uma dívida sobre este documento. Ele se refere a uma produção futura a ser realizada pela empresa. A empresa pode ter um contrato de entrega desta produção

---

⁵⁹ Os bancos múltiplos devem ofertar 25% de seus depósitos à vista para o Crédito Rural, o que diz respeito a normas relativas às determinações do Banco Central do Brasil.

futura com algum comprador e adquirir um empréstimo como adiantamento, sob o compromisso de produzir, entregar e receber essa produção, compensando a dívida contraída. O termo no mercado é o de “penhor” da produção. Ou seja, a usina que adquire o empréstimo deve produzir para pagar sua dívida, além de ficar com o risco da operação, no sentido de que se o preço do etanol cair substancialmente ela não conseguirá saldar sua dívida.

Outro negócio financeiro realizado pela Usina Vale do Tijuco envolveu um ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio), mecanismo de capital a juros que já mencionamos anteriormente ao passarmos pelo endividamento em dólares por parte das usinas de açúcar e etanol.

Em 5 de agosto, a CMAA também autorizou a Vale do Tijuco a fazer um contrato de Adiantamento de Câmbio (ACC), com o Banco Panamericano, de R\$ 4,55 milhões equivalentes ao valor em dólar americano conforme cotação da moeda no dia do fechamento com deságio de 1,3% ao ano acima do CDI. A empresa deu como garantia nessa operação 10 mil toneladas de açúcar bruto, vendidos à Copersucar (VALOR ECONÔMICO, 18 de setembro de 2013).

Neste caso, o risco cambial é da Usina Vale do Tijuco. Ou seja, a usina a ser financiada já tem um contrato de venda, em dólares, no caso com a Copersucar S/A. Esta produção será entregue no futuro. O contrato permite que a usina, para a data do recebimento de sua venda, estabeleça um contrato de câmbio com um banco (no caso o Panamericano), autorizado a trocar dólares por reais, para poder acessar o preço da venda de seu açúcar (“10 mil toneladas”), no valor do câmbio da data do contrato. Este contrato de câmbio permite que a Usina realize um empréstimo, um Adiantamento de Contrato de Câmbio. Ela adianta, em reais, em valores do câmbio de mercado (da data do adiantamento), os reais que ela só acessaria quando recebesse por sua venda de açúcar ao câmbio daquele momento futuro.

A produção de açúcar, tanto para venda em reais, como em dólares, já está comprometida e a usina deve realizá-la para cobrir financiamentos que já foram despendidos. Caso os preços e o câmbio de suas produções faça com que o que tem a receber fique com preços abaixo de suas dívidas, como fará para saldá-las?

A segunda notícia é relevante por mostrar formas de usinas se financiarem em dólares. O ACC é um tipo de financiamento em dólar, já que o risco de câmbio fica com a usina. Porém, usinas podem buscar financiamentos sobre seus contratos de exportação com instituições e/ou investidores internacionais.

A Aralco, produtora de açúcar e álcool do Estado de São Paulo, termina hoje uma rodada de encontros com investidores no exterior com a expectativa de levantar pelos menos US\$ 200 milhões com a emissão de bônus, e com isso melhorar seu perfil de endividamento e ganhar fôlego para novos investimentos. Mais da metade de sua dívida líquida de cerca de R\$ 620 milhões vence até 2014, mesmo após recente alongamento. Do total, cerca de 60% estão nas mãos dos bancos Votorantim (R\$ 141 milhões), Credit Suisse (US\$ 55 milhões), Itaú BBA (R\$ 87,2 milhões), HSBC (R\$ 25 milhões) e Pine (R\$ 37,6 milhões), os coordenadores da operação [...]. A Aralco está sujeita aos riscos do setor, como oscilação de preços de commodities e interferência do governo no preço da gasolina [...] (VALOR ECONÔMICO, 15 de abril de 2013).

A notícia destaca a emissão de bônus de dívidas em dólares. Os bônus são vendidos com um preço e com uma taxa de juros. A intenção da usina é poder ter dinheiro para pagar dívidas que irão vencer e que ela não conseguirá pagar com a venda de suas mercadorias a serem produzidas. Esta produção já está comprometida com a compensação de dívidas adquiridas anteriormente e que deverão ser saldadas. Um bônus é uma promessa de pagamento futuro que pode ser comprado e negociado no chamado mercado secundário de capitais a juros. Ou seja, um mercado que renegocia títulos e bônus (entre outros), inclusive títulos da dívida externa brasileira, por exemplo. Esta forma de endividamento permite ao credor poder vender o bônus caso queira receber pelo seu empréstimo antes da data combinada. Isso aumenta e muito a possibilidade de uma usina conseguir vender seus bônus no mercado e lograr rolar suas dívidas.

Por fim a matéria ainda nos permite mencionar mais uma forma de endividamento das usinas, ao ressaltar que “[...] a perspectiva é que os recursos sejam levantados, especialmente, com fundos focados em empresas *high yield* (de alto risco e retorno), caso contrário, os bancos coordenadores devem encarteirar os títulos (...)” (VALOR ECONÔMICO, 15 de abril de 2013).

O tal “encarteiramento” de títulos, por sua vez, faz parte do que ficou conhecido como processo de “securitização das dívidas”, no mercado de capitais a juros, a partir de início dos anos 1980. Tentaremos aprofundar este processo no momento oportuno, adiante. Aqui, cabe apenas ressaltarmos que a assim chamada securitização das dívidas permite que a instituição credora venda o título que possui para terceiros, que passam, em número elevado, a investir em títulos com diferentes características, os quais compõem um chamado “pacote”, de dívidas. Apesar da instituição credora se responsabilizar pela administração do recebimento das dívidas, ela passa o risco de inadimplência para outros investidores e recebe rendimentos pelo serviço de fazê-lo. É importante dizer que se ninguém comprar os bônus e títulos que o Grupo Aralco está

oferecendo este ficará inadimplente e terá de fechar ou ser comprado a preços considerados como prejuízo por seus sócios acionistas.

Em entrevista, realizada em 10 de setembro de 2013, com Márcio Borella, da corretora Isis Negócios, de Bebedouro, o mesmo nos descreveu o que considera a principal forma de financiamento, em dólares, das usinas exportadoras de açúcar e etanol.

Márcio Borella: – *Quem tem dívida em dólar pode estar em uma situação complicada. Toda usina, sem exceção, trabalha com duas, três safras de açúcar vendido para fora, para a trading.*

Pesquisador: – Ou seja, ela precisa do dinheiro antes da produção dela?

Márcio Borella: – *Exatamente, muito antes. Isso é a dívida em dólar dela. Ela está se financiando com adiantamento na própria produção futura dela. Se você pega uma situação, eu quero um adiantamento de 10 milhões de dólares. Quanto equivale isso em açúcar? Bom, hoje, pelo preço de hoje do açúcar, na Bolsa de Nova York, equivale a, sei lá, 50 mil toneladas. E se esse açúcar cai?*

Pesquisador: – Você precisa produzir mais açúcar pra entregar no futuro?

Márcio Borella: – *Exatamente. Ou seja, a trading vai adiantar dinheiro. Ela vai fixar em dinheiro, não em açúcar, mas o crédito a ser pago é em açúcar.*

Pesquisador: – Ela quer açúcar por ser seu negócio...

Márcio Borella: – *Exatamente.*

O endividamento de uma usina é contratado em dólares, junto à *trading* que lhe adianta um pagamento, e será pago no futuro pela entrega de açúcar. Este mecanismo, denominado Pré-pagamento, tem prazo mais longo que o ACC (até 1 ano), e sua dívida é paga em produto. Interessa percebermos que o risco da variação cambial, assim como o risco de queda do preço da *commodity* contratada, no caso do exemplo, o açúcar, também fica com a usina. Ela adianta o recebimento em dólar de uma produção de açúcar a realizar. O adiantamento se refere ao preço presente do açúcar. Já a quantidade de açúcar a ser entregue, no futuro, deve corresponder ao preço em dólar deste na data a ser entregue. A necessidade de a usina expandir sua produção de cana e de açúcar para pagar seu endividamento faz com que haja casos de comprometimento em até cinco safras adiante ao crédito contratado (como no caso do Grupo Tonon, como abordaremos

adiante). Um Grupo como o Aralco, que busca se financiar por meio da emissão de bônus, já está endividado em dólares e reais e não irá conseguir saldar tais compromissos, por isso deve buscar outras formas de pagá-los. O faz por meio de novas dívidas.

Iniciamos nosso texto dissertando sobre os rendimentos e prejuízos das usinas de açúcar e etanol no mercado de derivativos de câmbio como uma das formas de mediação da reprodução destas empresas com o que Marx categorizou como *capital fictício* (MARX, 1984c e 1985, L. III, Tomos I e II, Seção V, Capítulo XXV), expresso na forma $D - D'$, conforme acumulação de dinheiro a partir do próprio dinheiro, como se pudesse fazê-lo sem passar pela valorização do valor em processos produtivos. O capital fictício, por sua vez, em Marx, é uma possibilidade lógica crítica dos desdobramentos do capital portador de juros.

Em Marx, o capital portador de juros pode ser expresso pela fórmula desdobrada $D - D - M - D' - D'$ (MARX, 1984c, Livro III, Tomo I, p. 257). Aqui, o primeiro D se refere ao proprietário do dinheiro, que o empresta a um capitalista funcionante, proprietário de meios de produção (ou que os compra com o empréstimo), que se utiliza do empréstimo adquirido como capital produtivo. Este capital produtivo é representado pelo segundo D, na fórmula. O capitalista funcionante empreende uma produção de mercadoria, a qual, por meio da exploração do trabalho, valoriza o valor, auferindo lucro com ela. Este lucro é representado pelo primeiro D'. Parte do lucro paga os juros do empréstimo, o segundo D'.

Para o capitalista credor, aquele que inicia o processo de produção do capital ao emprestar o dinheiro do qual é proprietário, este pode aparecer apenas como capacidade de autovalorização do dinheiro, como sua potência em se tornar mais-dinheiro. A contradição mais simples da *forma mercadoria* (Marx, 1983, L. I, tomo I, capítulo I) como forma da relação social capitalista, se desdobra aqui, agora em relação ao dinheiro. O duplo contraditório logicamente mais simples da mercadoria, o valor de troca e o valor de uso, no dinheiro aparece como o próprio valor de troca, mas também como capacidade do dinheiro de funcionar como capital, sendo este seu o valor de uso.

Dinheiro – considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor, exista ela de fato em dinheiro ou em mercadorias – pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. [...] Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria (MARX, 1984c, L. III, t. I, p. 255).

Estamos aqui ainda em uma forma particular do capital denominado por Marx por *capital portador de juros*, sendo os juros o preço do valor de uso do dinheiro, do dinheiro como mercadoria. Apesar de o valor de uso do dinheiro ser o de funcionar como capital, este provém de sua função no processo produtivo de valor, como vimos, mas daí pode se autonomizar, ou seja, pode parecer independender deste processo.

A expressão sintética $D - D'$, dinheiro que se transforma em mais dinheiro, em Marx, não é apenas a abstração da mediação produtiva necessária para tal realização (conforme expressão $D - D - M - D' - D'$), mas uma possibilidade lógica e crítica da sociabilidade mediada por mercadorias. Ou seja, às personificações participantes do processo social, parece que dinheiro pode se tornar mais-dinheiro, independentemente de explorar trabalho e se apropriar da mais-valia assim produzida. O proprietário do dinheiro, que cobra pelo uso de sua mercadoria, espera receber seu preço, independentemente do que aquele a quem empresta faça para conseguir pagá-lo, seja por meio da valorização do valor no processo produtivo, seja por outras formas de criação de dinheiro.

[...] o juro aparece, portanto, como mero fruto da propriedade do capital, do capital em si, abstraído o processo de reprodução do capital, à medida que ele não “trabalha”, não funciona [...] (MARX, 1984c, L. III, t. I, p. 280).

Aqui, o fetichismo da mercadoria se desdobra em fetichismo do dinheiro e este em fetichismo do capital. A forma mercadoria que faz parecer como propriedade em si das coisas algo que é uma mediação social, algo que não independe da sociabilidade capitalista e da forma de subjetividade desta sociabilidade, permite que o dinheiro funcione como se tivesse a propriedade em si de se autovalorizar. Isso, por sua vez, não pode acontecer sem desdobramentos contraditórios imanes e, por isso, críticos à própria sociabilidade capitalista, como iremos considerar.

O fetichismo da mercadoria realiza socialmente a positivação subjetiva da satisfação das necessidades humanas que aparece como capacidade do trabalho humano em geral de controlar seus objetos. O fetichismo apaga a determinação social de valorização do valor como finalidade tautológica da sociabilidade capitalista, que se efetiva ao passar pela subjetividade das personificações sociais. A tautologia da acumulação, por sua vez, se realiza na exploração da força de trabalho no processo produtivo, vendável como qualquer outra mercadoria para que o trabalhador possa acessar dinheiro e consumir demais mercadorias. Ou seja, para que possa se inserir na sociabilidade capitalista. É este mesmo fetichismo que agora funciona em relação ao

dinheiro, apesar de concomitante e contraditoriamente não poder existir trabalho, mercadoria e dinheiro em autonomia absoluta entre si⁶⁰.

A passagem do dinheiro que se metamorfoseia em mais-dinheiro pode ocorrer por meio da exploração do trabalho ou não. Se a exploração ocorre, há valorização do valor, se não, há apenas sua simulação, ou melhor, sua *ficcionalização*. Realizá-la de uma forma ou de outra não ocorre sem desdobramentos contraditórios próprios à sociabilidade capitalista, e não independe das determinações críticas próprias ao processo de reprodução do capital em seu movimento de valorização.

Dentre as formas do capital que Marx analisa, em *O Capital* (1983), está o capital a juros, desdobramento do dinheiro como *meio de pagamento* (MARX, 1983, L. I, t. I, cap. 3):

[...] a partir da circulação simples de mercadorias, se forma a função de dinheiro como meio de pagamento e, com isso, uma relação de credor e devedor entre os produtores de mercadorias e os comerciantes de mercadorias. [...] O dinheiro funciona aqui, em geral, apenas como meio de pagamento, isto é, a mercadoria é vendida não contra dinheiro, mas contra uma promessa escrita de pagamento em determinado prazo. Para maior brevidade, podemos reunir todas essas promessas de pagamento na categoria geral de letras de câmbio (MARX, 1984c, L. III, t. I, p. 301).

A promessa de pagamento funciona como capital a juros, autonomizado do processo produtivo, que tem a capacidade de render juros a quem o empresta. A própria letra de câmbio, duplicata da promessa de pagamento futuro pode passar a ser negociada no mercado de capitais a juros. Ela cria uma distensão temporal entre o crédito que o proprietário do dinheiro ou de uma mercadoria oferece e o pagamento deste crédito, que pode incluir juros. Marx, ao escrever sobre o comércio colonial entre Inglaterra e Índia, abordou que as letras de câmbio circulavam no mercado de capitais. Um comerciante, ao embarcar sua mercadoria para a Índia, recebia uma letra de câmbio, como promessa de pagamento futuro, mas trocava esta letra em um banco, conseguindo adiantar o recebimento pela venda de suas mercadorias. Ao fazê-lo devia realizar o que o mercado denomina por “deságio”, ou seja, uma taxa de juros descontada em relação ao que tem a receber, pelo tempo que o banco deve esperar para receber o dinheiro que adiantou.

Marx (1984c, L. III, T. I, Seção V, cap. XXV), ao escrever sobre o desconto de

---

⁶⁰ Desejamos, assim, enfatizar a possibilidade de abordarmos a categoria trabalho negativamente. A possibilidade lógica e crítica de criação de dinheiro *per se* é um desdobramento da valorização do valor por meio da exploração do trabalho como condição social capitalista. As determinações tanto lógicas quanto históricas da valorização do valor portam a necessidade crítica das contradições que a exploração do trabalho no processo produtivo desdobra na necessidade social de simular exploração de trabalho por meio da criação de dinheiro, quando da impossibilidade capitalista de realizar produtivamente tal exploração.

letras de câmbio, desdobra a possibilidade de criação de dinheiro a partir do dinheiro, mas com a passagem pela produção de uma determinada mercadoria. Se o comerciante que emitiu a letra de câmbio não pagar ao exportador inglês, como este fará para pagar ao banco? Ou seja, o que acontece se a valorização do valor não se realizar como promessa de pagamento futuro?

Marx demonstra que o exportador pode ao descontar uma letra de câmbio como capital portador de juros adiantado, investi-lo no início de uma nova produção, antes mesmo da realização da sua produção anterior. Ao embarcá-la, adquire uma nova letra de câmbio, podendo novamente descontá-la. Ao fazê-lo, pode pagar o adiantamento / empréstimo anterior com este novo empréstimo. Marx formula então uma inversão na relação de necessidade entre um empréstimo destinado à produção de mercadoria que valoriza o valor e a necessidade de produção de mercadoria para aquisição de um empréstimo para o pagamento de um outro empréstimo anterior. Esta última necessidade passa a ser determinante da produção da mercadoria quando da dificuldade de realização desta, sendo que quanto maior for a produção maior será o acesso ao adiantamento.

Quanto maior a facilidade com que se pode obter adiantamentos sobre mercadorias não vendidas, tanto mais esses adiantamentos são tomados e tanto maior a tentação de fabricar mercadorias ou lançar as já fabricadas em mercados distantes, somente para obter sobre elas de início adiantamentos em dinheiro (MARX, 1984c, L. III, T. I, p. 307).

A este movimento de criação de dinheiro a partir de certa quantia de dinheiro, uma possibilidade da fórmula $D - D'$, teríamos uma das formas de reprodução, crítica, do capital por meio de sua ficcionalização⁶¹. Por exemplo, para o banco que adianta a letra de câmbio, o pagamento desta ocorre por meio do adiantamento sobre uma segunda letra de câmbio. Para o emprego de meios de produção e força de trabalho para início de um processo produtivo, que permite o lançamento de uma segunda letra de câmbio, o capital fictício foi utilizado, movendo inclusive a produção de novos meios de produção.

Se consideramos que Marx (1985, L. III, t. II, p. 16), em relação ao capital bancário, formula que a totalidade dos depósitos de um banco representado pela rubrica em seus passivos nunca corresponde à existência em circulação dessa quantidade de

---

⁶¹ A ficcionalização pode ou não significar o desdobramento da fórmula sintética $D - D'$ na fórmula $D - D - M - D' - D'$, algo que necessariamente deve acontecer no capital a juros que, após emprestado, é empregado produtivamente. O exemplo acima de Marx justamente diz respeito a um capital fictício que passa por uma produção de “M”, mas que não realiza valorização do valor. Além disso, importa lembrarmos que a ficcionalização é um desdobramento lógico contido na segunda fórmula, como vimos.

dinheiro, mas apenas significa que um mesmo dinheiro passou mais de uma vez como depósito no mesmo banco e foi reemprestado, fica claro que a capacidade do sistema bancário em criar dinheiro complica e muito o que mencionamos acima acerca do capital fictício e das formas para criação de dinheiro.

O que acontece em relação às particularidades da agroindústria canavieira que mencionamos acima – casos em que usinas acessam endividamento em dólares por meio de ACCs; de contratos de adiantamento do pagamento da produção (Pré-pagamentos), com endividamento em açúcar; ou de emissão de bônus e títulos – seriam apenas modalidades atuais dos exemplos com letras de câmbio que Marx conhecia a seu tempo? Mesmo as CPRs, em reais, partem da mesma lógica de reprodução do capital por meio da determinação de pagamento de dívidas contraídas com novas dívidas.

No exemplo do grupo Aralco, sua incapacidade de arcar com o endividamento e sua necessidade de buscar vender títulos de dívida (bônus) no mercado de capitais a juros internacional explicita que irá pagar dívidas anteriores com novas. Já nos exemplos que mencionamos de formas de financiamento da Usina Vale do Tijuco, assim como no depoimento de Márcio Borella, o que difere em relação ao que Marx desdobra é apenas que, no caso, ocorre o penhor de uma produção de açúcar futura: o adiantamento é realizado pelo próprio comprador da mercadoria e a dívida paga em mercadoria. A necessidade de penhorar diversas safras futuras, com produção sempre crescente, permite-nos justamente observar que a expansão da produção de açúcar por parte da usina visa pagar dívidas anteriores com nova produção e esta está determinada criticamente por aquela. O ACC, portanto, é muito próximo à letra de câmbio.

Marx (1985), por sua vez, ao escrever sobre o capital fictício, aborda-o como um desdobramento lógico, imanente aos processos de autonomização e negação das formas de ser do capital, mas não como a forma determinante da reprodução ampliada do capital se realizar. Para ele, o capital fictício é uma das formas possíveis da reprodução (movida pela crise imanente) do capital e que pode ocorrer em determinados momentos, não sem contradição, como exemplificam a crise de superprodução do comércio entre Inglaterra e Índia, no século XIX, e as consequentes falências e paralisação da produção inglesa.

Para as usinas de cana-de-açúcar que estamos a caracterizar, neste século XXI, achamos possível destacar que o pagamento de dívidas com novas dívidas, ou com promessas futuras de valorização que são pagas por novas promessas que nunca se

realizam, seja parte e expressão da própria forma hodierna da reprodução capitalista⁶². Sugerimos que uma das possibilidades contraditórias e críticas dos processos de acumulação, sua ficcionalização, tenha se tornado o fundamento da própria reprodução capitalista, com consequências particulares para esta reprodução.

Retomemos um pouco as entrevistas feitas nas quais abordamos as condições financeiras da reprodução da agroindústria canavieira atualmente. Ainda em conversa com o corretor Márcio Borella, era bem presente uma fala acerca da necessidade do endividamento atual sobre a produção e a entrega futuras sempre crescentes de açúcar:

Márcio Borella: – *Trabalhar com duas ou três safras vendidas é um problema. Isso espelha uma situação financeira de aperto. Ele não tem dinheiro e precisa do dinheiro muito antes de produzir. Isso implica em que ele tenha que expandir, sempre. Se você pegar qualquer usina, nenhuma tem uma situação financeira redondinha.*

Pesquisador: – Agora, se eles ficam inadimplentes? O que acontece?

Márcio Borella: – *Se eles não entregam, por exemplo? A usina para, não consegue dinheiro nem pras operações. É uma situação que ela fecha, simplesmente para. Ela não consegue vender seus ativos. A Albertina fechou. A Campestre é outra que simplesmente parou. Ela não consegue caixa pra tocar a indústria, ela não fecha a folha de pagamento!*

Pesquisador: – Ela quebra...

Márcio Borella: – *Ou seja, ela não consegue cumprir o compromisso dela, ela não consegue adiantamentos pras próximas safras... Se você pegar o passivo de uma usina, o que ela deve, ela não paga nunca. Ela vai rolando...*

Pesquisador: – E a dívida com o governo?

Márcio Borella: – *É mais fácil no banco privado. Tem um cara com autonomia para negociar. Com o governo tem dívida de impostos, ela não paga. Se você deve sempre pro banco ele negocia, faz cinquenta vezes de parcela, no governo, não. Você vai ficar inadimplente, você vai no Cadin⁶³ e não consegue mais empréstimos, aí travou a vida do cara.*

Pesquisador: – Fala da Usina Campestre pra gente?

Márcio Borella: – *A Campestre é bem antiga. Não teve nem início de conversa, no ano seguinte ele não teve como tocar.*

---

⁶² Não estamos aqui defendendo que esta reprodução seja produtiva ou acumulativa, já que para uma reprodução ser considerada produtiva ela deva realizar valorização do valor por meio da apropriação da mais-valia produzida pelo trabalho. Estamos sugerindo uma reprodução ficcionalizada determinada criticamente, sem superação do capitalismo e de suas contradições, o que abordaremos nos próximos itens deste texto, após retomarmos como Belluzzo (2012) e Harvey (2011) conceberam esta forma contemporânea da reprodução do capitalismo.

⁶³ Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público (Cadin).

Pesquisador: – Quando é isso?

Márcio Borella: – *Dois mil e sete. Ele colocou um player lá. Um cara que falou, eu assumo a indústria, eu vou tocar. Só que é o seguinte, o cara entra na indústria, ele toca da seguinte maneira, ele não paga um centavo de imposto, ele entra como diretor financeiro, põe nego dele dentro da indústria, roda a indústria, não paga ninguém, tira o lucro dele, e o resto... Ele entra pra explorar a indústria, mas isso aí é vida curta, vai ter fiscalização, aí para. Não consegue pegar área pra plantar, o custo fixo dele sobe, aí trava.*

Pesquisador: – E o que faz as usinas começarem a quebrar nesse momento? O que tem a ver com a crise e a “revalorização” do dólar, todas faziam os arriscados derivativos de câmbio?

Márcio Borella: – *Na minha visão, o dólar complicou, a gente pode fazer um gráfico do dólar e do preço da commodity. Em 2008, 2009 você tem uma dívida em dólar que é sua safra futura compromissada. O dólar sobe e a mercadoria cai, você está f*****. É um descompasso na sua dívida do tamanho do mundo. Quem fez derivativo só complicou isso ainda mais.*

Pesquisador: – E quando começa todo este endividamento?

Márcio Borella: – *Ele já vem desde o começo do boom de 2003. A maioria a partir de 2005, 2006. A expansão que as usinas fazem significa a promessa de entregar mais açúcar no futuro e é com o dinheiro dessas promessas que elas expandem. Com endividamento maior. Todas, sem exceção, todas as indústrias familiares tinham uma unidade nova abrindo.*

Pesquisador: – Então, o endividamento e a necessidade de expansão para fazer novos endividamentos é de antes?

Márcio Borella: – *Sim, é de antes. Não existe nenhuma empresa que não funcione assim, na soja, no algodão, no eucalipto...*

Pesquisador: – O que muda, que coloca as empresas em dificuldades, são os preços do dólar e do açúcar?

Márcio Borella: – *É por aí, porque você não consegue adiantar um montante de dinheiro pra pagar a produção futura...*

Fica claro na fala de Márcio Borella que a necessidade de a empresa se endividar para pagar a dívida anterior é a forma da agroindústria canavieira se reproduzir criticamente. Isso não ocorre apenas após a inacessibilidade das usinas a este crédito quando da crise do capitalismo de 2007/2008. Após 2008, como vimos, diversas usinas deixam de conseguir se financiar. O caso do Grupo Aralco, que emite bônus para acessar novo endividamento, é um exemplo de uma empresa que terá de fechar se não

conseguir compradores para os bônus.

Porém, isso é consequência de uma inadimplência já provocada pela impossibilidade de pagamento de um adiantamento feito sobre o açúcar, já que em 2008 e 2009 seu preço caiu e o dólar subiu⁶⁴. Isso fez com que as dívidas em dólares das empresas tenham subido e que com o preço do açúcar caindo não tenha se conseguido pagar essa dívida, mesmo com a promessa de aumento da produção. As usinas não conseguiam acessar novas dívidas para saldar as anteriores.

Por sua vez, não cabe dizer que foram essas condições de preços do dólar e do açúcar que colocaram as usinas em endividamento. A impossibilidade de novo endividamento é que não se fez mais presente em muitos casos. O endividamento é anterior. A diferença estava na possibilidade de acessar novas dívidas ou não.

Deparamo-nos, portanto, com uma forma de reprodução sempre crítica da empresa capitalista que não diz respeito apenas à necessidade especulativa nos mercados de capitais com negócios que não se relacionam diretamente à produção de uma mercadoria particular por parte de uma dada indústria, no caso as usinas de açúcar e etanol. Também não estamos nos referindo a uma necessidade de tentativa de rolagem de dívida, ou seja, de ficcionalização de sua produção de forma pontual, para se sair de uma crise de superprodução de açúcar, como era o caso no século XIX, de Marx, quando ele tratou de abordar os rendimentos fictícios $D - D'$ na produção de tecidos ingleses, exportados para a Índia.

Achamos interessante colocar em relevo que a necessidade de expansão da produção e realização de açúcar e etanol passa pela determinação do endividamento, que a antecede. A possibilidade sempre iminente de não lograr saldar o endividamento coloca a necessidade de aumento da produção, o que inclui aí aumento inclusive da produtividade, justamente o que ocorreu entre 2003 e 2008, na agroindústria canavieira e em outras agroindústrias brasileiras. Ou seja, são as determinações de crise imanente à forma social da mercadoria que se desdobram até alcançar as características aqui destacadas.

A subida dos preços das *commodities* em geral, no mercado de futuros internacional, ampliou a capacidade de endividamento das usinas, fazendo com que esta

---

⁶⁴ Sobre este momento ver Farhi e Borgui (2009): “Contudo, o aprofundamento da crise gerou fortes quedas dos preços das *commodities* e nova tendência de apreciação internacional do dólar. Foi neste momento que os prejuízos das empresas provocadas pelas apostas especulativas vieram à tona”.

“Destaca-se o fato de muitas dessas empresas serem exportadoras, ou seja, aquelas que mais sofrem o impacto de uma apreciação da taxa de câmbio de suas moedas nacionais” (FARHI E BORGUI, 2009, pg. 6).

capacidade, aos olhos das personificações do setor, aparecesse como investimento. Delgado (2012) formulou a existência de um ciclo especulativo com preços de *commodities*, de 2003 até a crise de 2007/2008, o qual teria seguido a quebra das ações das chamadas empresas “ponto com” (BRENNER, 2003), negociadas na bolsa estadunidense de tecnologia NASDAQ (National Association of Securities Dealers Automated Quotations) – e aqui também encontramos a determinação da crise imanente do capital –, como possibilidade de rendimentos de capitais financeiros ociosos que migraram de uma bolsa a outra. A determinação da oscilação dos preços das *commodities*, com o açúcar aí incluído, também está atrelada a processos de criação de dinheiro (D – D’), e fomentou a capacidade de reprodução crítica da agroindústria canavieira até aquele momento. Teria sido essa alta especulativa que teria constituído inclusive a possibilidade de uma bolha das *commodities*, conforme Kurz:

Assim, a prosperidade brasileira dos últimos anos assenta em pés de barro. O sucesso de exportação baseia-se principalmente em matérias-primas industriais e agrícolas, como minério de ferro, açúcar, etanol (biocombustível a partir de cana de açúcar), café e carne. A forte subida dos seus preços estimulou o crescimento e as reservas de divisas. Com uma recessão global esse processo pode ser rapidamente revertido (KURZ, 2011, p. 1).

Quando da crise fenomênica de 2007/2008, adveio a subida dos preços do dólar e a redução dos preços do açúcar, fazendo com que as usinas se achassem impedidas de continuar com suas formas de endividamento/financiamento, o que levou às falências e fusões, não apenas daquelas empresas alavancadas nos derivativos cambiais. Em razão da crise, a oferta dos financiamentos internacionais também diminuiu consideravelmente. Porém a necessidade de expansão determinada pelo endividamento não cessou, ela é tanto anterior, quanto permanece após a crise de 2007/2008.

Aliás, é muito importante lembrarmos que o endividamento como determinação da produção das mercadorias açúcar e etanol é muito anterior ao início do século XXI. Em nossa dissertação de mestrado (PITTA, 2011), já tentávamos argumentar que a incapacidade do Estado brasileiro rolar sua dívida externa na década de 1980, assim como de repassar os subsídios para a agroindústria canavieira havia levado muitas unidades à falência ou fusão⁶⁵. O que parece ter ocorrido, a partir de 2003, seria apenas um acirramento e aprofundamento do processo em outras formas, que já era anterior.

---

⁶⁵ Para a discussão sobre o endividamento da agroindústria canavieira, ver Thomaz Jr. (2002) e Ramos (2011). Ambos os trabalhos são de importante relevância para a discussão que estamos tentando realizar.

Assim, importa também compararmos as formas de rolagem de dívidas que estamos tematizando. Se o cerne desta, ao longo do Proálcool, foram os créditos subsidiados que a União fornecia à agroindústria canavieira, esse não o é atualmente. A forma hodierna de reprodução capitalista parece passar por outras mediações, o que de maneira nenhuma exclui o lugar que a dívida pública e a dívida das unidades produtivas ocupam neste processo.

Conforme já mencionamos, o BNDES, por meio de linhas que oferecem juros abaixo dos de mercado, financiou pelo FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) a mecanização da colheita de cana-de-açúcar; ofereceu linhas também para capital de giro e custeio (tratos culturais e comercialização) das empresas; e ofertou créditos especiais para a agroindústria canavieira, após a crise de 2007/2008, principalmente o Prorenova (Programa de Renovação de Canaviais), assim como melhores condições de juros no FINAME e nos financiamentos para a produção de cana-de-açúcar e de instalação de usinas e destilarias, pelo PSI (Programa de Sustentação do Investimento)⁶⁶.

As condições especiais de financiamento após a crise de 2007/2008 justamente tentavam cobrir a falta de credores nos mercados nacional e internacional provocada por aquela. Porém, dadas as falências e fusões do setor, o que se pode observar é a insuficiência destes créditos públicos. O que demonstra que a par da utilização deste meio de endividamento, antes da crise as empresas do setor se utilizavam e muito das outras formas privadas de endividamento que viemos mencionando até aqui. Além do mais, para acessarem os créditos públicos, as empresas necessitam da Certidão Negativa de Débitos, o que muitas atualmente não possuem, tendo de procurar no mercado novos financiamentos. O próprio Márcio Borella já nos contou das renegociações e alongamento das dívidas que os bancos privados promovem junto a empresas em dificuldades.

Em entrevista, realizada em 8 de setembro de 2013, com Plácido Boechat, produtor de cana-de-açúcar da Bulle Arruda S/A Agropastoril, de Bebedouro – SP, ao perguntarmos sobre as formas de financiamento das empresas canavieiras, ele esclareceu:

---

⁶⁶ Ver por exemplo notícia do *Valor Econômico* “Desembolsos do BNDES para aportes agrícolas de usinas já superam 2012” (VALOR ECONÔMICO, 30 de julho de 2013). A notícia aborda os programas aqui mencionados e ressalta que eles foram criados com a intenção de contribuir com a retomada de crescimento da agroindústria canavieira, após as determinações da crise de 2008 sobre esta.

Plácido Boechat: – *Os melhores financiamentos são do BNDES mesmo e os do Crédito Rural do Banco do Brasil. Mas como estes podem demorar mais que os de mercado, muitos acessam os dos bancos privados e depois esperam sair o estatal. Os juros do estatal são menores, daí trocam um pelo outro.*

Pesquisador: – E como se dão estes financiamentos, qual é a garantia?

Plácido Boechat: – *As principais são a terra e a produção futura, com CPRs.*

Pesquisador: – E antes da crise, as usinas e fornecedores fizeram muito financiamento?

Plácido Boechat: – *Só dá pra existir fazendo os financiamentos. Muitos cresceram demais e depois não conseguiram pagar. E como ficaram inadimplentes, não puderam acessar as linhas públicas.*

Em notícia do *Valor Econômico* (24 de maio de 2013) já mencionada encontramos:

No mercado, estima-se que entre 18% e 25% da dívida total do segmento seja com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), somente nas operações diretas de crédito. Nas operações indiretas, o risco é transferido a instituições financeiras parceiras [...].

A maior parte do endividamento é reflexo dos numerosos investimentos feitos durante o "boom" do etanol, iniciado em 2006, e que teve seu ápice dois anos depois, quando em um único ano (2008) foram inauguradas 30 novas usinas processadoras de cana-de-açúcar.

Grande parte desse movimento teve o suporte do BNDES que, entre 2008 e 2012, desembolsou R\$ 30,5 bilhões para projetos de construção de novas usinas, cogeração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar e outros investimentos.

Em entrevista com Célio Recco, da COCRED⁶⁷ (Cooperativa de Crédito), de Severínia – SP, em 09 de setembro de 2013, buscávamos entender as formas de financiamento (em reais) de bancos privados nacionais e do BNDES para a agroindústria canavieira. Além das CPRs como forma de endividamento privado em reais, o que já mencionamos acima, os bancos privados, assim como o BNDES, fazem empréstimos sobre títulos de propriedades agrícolas:

Célio Recco: – *As garantias têm de ser garantias reais, hipotecárias. Muitas vezes pode ser uma cédula rural pignoratícia ou hipotecária, penhor e hipoteca. Tanto a produção como bem próprio.*

---

⁶⁷ A COCRED foi fundada em 1969, por produtores de cana-de-açúcar de Sertãozinho – SP. A partir de 1997 passou a estar filiada ao BANCOOB (Banco Cooperativo do Brasil), criado com a intenção de centralizar e financiar as cooperativas de crédito agrícola em nível nacional. A COCRED possui filias em diversas cidades do estado de São Paulo e, atualmente, não financia apenas a produção de cana-de-açúcar, mas sim qualquer produção agrícola que acredite poder lhe render juros.

Pesquisador: – O principal perfil dos clientes são produtores rurais?

Célio Recco: – *Usinas também. As maiores usinas captam direto no BNDES ou no Itaú BBA. A garantia é a própria terra, compatível com o valor que ele está tirando. No caso dos financiamentos do BNDES são 130% do valor que estão tirando.*

Pesquisador: – E para compra de terras, vocês financiam?

Célio Recco: – *Sim, por meio de CPRs. Você tem os recebíveis da usina e tem uma área interessante para você. A área custa 5 milhões, você tem 2 milhões e está faltando 3 milhões. E você tem os contratos com a usina que suprem esses 3 milhões que você vai tirar. E você tem a garantia real e financia de acordo com o período do contrato de fornecimento de cana que você tem com a usina.*

Pesquisador: – O produtor compra uma terra e implanta uma produção lá?

Célio Recco: – *Exatamente.*

O que podemos apreender do movimento aqui descrito diz respeito a formas de endividamento e de pagamento de dívidas com novas dívidas que não são mediadas majoritariamente por subsídios do BNDES no momento prévio à crise de 2007/2008, apesar de este ter se tornado o principal financiador direto da agroindústria canavieira e do agronegócio brasileiro conforme a maior entrada por parte do governo federal no mercado de capitais, após a crise econômica de 2007/2008.

A terra pode ser hipotecada para permitir um endividamento, assim como a produção de cana, açúcar e etanol pode ser penhorada. A capacidade de acessar maiores montantes de capital fictício e rolar dívidas anteriores ocorre sobre o preço destes títulos, terra, mercadorias / *commodities*, capital fixo. A subida dos preços destes títulos interessa e ocorre já na promessa de ampliação dos investimentos como promessa de rendimentos futuros, retroalimentando o processo. Quanto maior seus ativos, ou seja, duplicatas sobre suas propriedades, maior o acesso a novos créditos. Assim, a necessidade de ampliar a massa de mercadorias produzidas deve promover o aumento da produtividade – tanto agrícola quanto industrial – e a possibilidade de aumento cada vez maior das dívidas, justamente o fenômeno que antecedeu e também sucedeu a crise de 2007/2008. A deflação dos preços destes títulos de propriedade reverte o processo, determinando os fenômenos de crise.

b) Fundos de investimentos e ganhos de capital

Para explicitarmos que o caso do grupo Aralco não é um caso isolado, assim como para destacarmos uma possibilidade intermediária nas formas atuais de reprodução fictícia de capital na agroindústria canavieira, em São Paulo e no Brasil, se faz interessante pensarmos no exemplo dos negócios do Fundo de Investimento em Participações (FIP) Terra Viva. Dizemos intermediário porque estamos entre a forma de reprodução fictícia das usinas canavieiras individualmente ou em pequenos grupos por meio de ACCs e Pré-pagamentos e a abertura do capital de um grupo de usinas em bolsa de valores, nosso próximo item, o que fecha as formas usuais de tal reprodução.

Um Fundo de Investimento em Participações (FIP) tem como cerne de seu negócio, já podendo nos adiantar, um rendimento financeiro que é denominado no mercado de capitais por “ganho de capital”. Este, no caso particular do Fundo Terra Viva, consiste nos rendimentos fictícios gerados pela atividade bem sucedida de rolagem de dívida de uma determinada empresa “produtiva” e a venda com precificação dos títulos de propriedade desta empresa, gerando os juros que remuneram o capital aplicado no fundo de investimento.

O FIP Terra Viva começou sua captação de recursos financeiros em 2007, pouco antes da crise financeira de 2007/2008, mas em um momento em que diversas usinas apresentavam comprometimento em dívidas de suas safras de açúcar. Importa destacarmos aqui, para nossas análises posteriores, que os principais investidores deste fundo nada mais são que os fundos de investimentos e de pensão públicos e privados: BNDESPar (braço de investimentos financeiros em participações do BNDES), Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil), Petros (fundo de pensão da Petrobrás), Banesprevi (fundo de pensão privado do Santander, antigo banco público Banespa), Fundação Itaipu (fundo de investimentos do Grupo Itaipu), entre alguns outros.

Todos estes investidores estão interessados nos rendimentos de seu capital investido, ou seja, na metamorfose $D - D'$, passagem que aparentemente poderia vir da produção e realização de mercadorias como açúcar e etanol. Como veremos, e isto é mais que significativo, o surgimento dos fundos de investimento, mas principalmente dos fundos de pensão (privados nos anos 1990, e públicos nos anos 2000, no Brasil), formam as maiores poupanças do mercado de capitais, dinamizando os negócios financeiros e a disponibilidade de capital a juros a circular e criar capital fictício, principalmente a partir da década de 1990.

A função financeira do FIP Terra Viva não está em pagar os juros destes fundos investidores com os lucros de um processo supostamente “produtivo”, que aparentemente seriam provenientes da valorização do valor, da produção e realização de açúcar e etanol. O FIP Terra Viva capta tal capital a juros com a finalidade de comprar algumas usinas com dificuldades de rolar suas dívidas e o faz em seu lugar. Assim, tal fundo comprou o Grupo Tonon (usinas em Bocaina-SP e em Vista Alegre-MS), a usina Paraíso (Brotas), e a usina Araporã (Triângulo Mineiro). A partir de então passou a tentar fazer o mesmo procedimento de rolagem de dívidas que o Grupo Aralco, o de lançamento de bônus no mercado secundário de capitais. Tais bônus fariam com que as dívidas atuais das usinas do FIP Terra Viva pudessem ser alongadas, ou seja, estas seriam pagas por dívidas a vencerem com prazos mais longos, como vimos no item anterior ao destacarmos tal tipo de endividamento.

O FIP Terra Viva tem ciclo de vida de oito anos. São quatro anos para investir e quatro anos para agregar valor. Pode haver, se aprovado pelos acionistas, a prorrogação por mais dois anos. A meta, diz Casagrande, é formar um *pool* de indústrias que somem moagem de 15 milhões a 20 milhões de toneladas, reunir essas empresas sob o guarda-chuva de uma S.A. e lançá-la ao mercado de capitais (DGF NOTÍCIAS, 11 de março de 2010).

Ao lograr a rolagem das dívidas de suas usinas, o fundo poderia fazer a passagem de uma forma de reprodução fictícia do capital com promessas de pagamentos futuros caracterizadas pelo endividamento direto das usinas para outra forma de ficcionalização de sua reprodução, aquela da inflação dos títulos de propriedade de suas usinas no mercado de bolsa de valores. Ao fazer a abertura em bolsa dos capitais de suas usinas, os títulos destas, poderiam ser negociados, sendo precificados logo quando de seu lançamento no mercado (denominado no mercado de capitais “ganho do fundador”). Tal lançamento poderia, inclusive, promover a precificação altista dos bônus emitidos pelo FIP Terra Viva nos mercados secundários, fazendo com que tal dívida pudesse ser paga simplesmente e suficientemente pela inflação inicial da abertura das ações!

Em entrevista, realizada em 22 de outubro de 2013⁶⁸, com Humberto Casagrande, sócio-diretor da DGF, financeira que gere o FIP Terra Viva, pudemos entender quais eram os planos para os próximos anos para a venda das participações e fechamento do fundo. Após a crise econômica de 2007/2008, a possibilidade de investidores comprarem ações de usinas canavieiras havia diminuído muito. A abertura

---

⁶⁸ Não pudemos gravar a entrevista, mas apenas tomar notas; por isso, relatamos a entrevista aqui, ao invés de transcrevê-la.

de capitais era então remota, apesar de terem conseguido uma emissão de bônus no mercado internacional relativamente bem-sucedida. Contou-nos Casagrande que a alternativa seria tentar vender as usinas em grupo, ou até mesmo separadas. A primeira alternativa seria mais interessante financeiramente, proporcionaria maior “ganho de capital” com a precificação do grupo em relação ao preço pelo qual haviam comprado as usinas. O FIP Terra Viva, por sua vez, não garante nenhum retorno aos seus investidores, sendo destes todo o risco do investimento. Caso, após os dez anos de existência do fundo, a venda das usinas proporcione prejuízo, são seus investidores que arcam com o mesmo. Poderá até ocorrer a falência de uma ou mais usinas do grupo.

Uma observação final de suma relevância, quando indagamos sobre o que deveriam fazer os novos proprietários do grupo de usinas FIP Terra Viva após a saída deste fundo, fosse uma sociedade de capital aberto ou fechado, Casagrande nos indicou que deveriam continuar se expandindo para garantir a inflação de seus títulos de propriedade por meio de promessas futuras de precificação de seus títulos (uma forma de ser da dívida como capital a juros) a pagar anteriores promessas. É esta a forma de reprodução da empresa capitalista, na particularidade da agroindústria canavieira, atualmente falando.

c) Empresas com capital aberto em Bolsa de Valores

No caso dos grupos que concentram a propriedade de mais de uma usina com capital aberto na BM&FBOVESPA S. A., inclui-se aí mais um elemento em relação à capacidade de endividamento da empresa, a saber, o preço de suas ações.

A Cosan S/A, maior grupo brasileiro da agroindústria canavieira, foi o primeiro a fazer a abertura de seu capital em bolsa com lançamento público de ações (OPA – Oferta Pública de Ações), na então BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), em novembro de 2005. São relativamente poucos os grupos canavieiros que possuem capital aberto em Bolsa atualmente no Brasil. Dentre eles, além da Cosan S/A, estão a Biosev S/A, da Louis Dreyfus Commodities, produtora de etanol de milho nos EUA; a Coopersucar S/A; a Tereos S/A (proprietários das Usinas Guarani, de Severínia, de quem o Grupo Bulle Arruda S/A é fornecedor de cana), e a São Martinho S/A.

No momento de aumento acentuado do número de usinas de etanol e açúcar (de 2005 a 2008), assim como de fusões, alguns grupos passaram a buscar se financiar por meio do mercado de capitais em bolsa de valores. Após a crise de 2007/2008, diversos

desses grupos tiveram seu capital acionário vendido para transnacionais, outra forma de acesso a financiamento que as usinas recorrem para acessar capital. As fusões e incorporações não significam a mudança na forma de reprodução da empresa, em relação ao que vínhamos mencionando, mas apenas outra possibilidade de acesso, maior, ao mercado de capitais a juros. A Louis Dreyfus Commodities adquiriu a Santelisa Vale, em 2009, fusão das Usinas Santelisa e Vale do Rosário, duas das maiores usinas do setor. A Santelisa Vale foi o grupo que teve os maiores prejuízos nos mercados de derivativos cambiais após a crise de 2007/2008, tendo seus ativos vendidos após isso⁶⁹, consequentemente.

Em julho de 2011, a Cosan S/A se fundiu com a Shell S/A, transnacional anglo-holandesa do petróleo, criando a Raízen S/A. A fusão incluía a compra de 2,5 bilhões de dólares em dívida e o aporte da Shell de mais 1,6 bilhões de dólares para novos investimentos⁷⁰.

Ao abrir capital em bolsa de valores uma empresa aumenta o número de seus sócios e com o capital por estes aportado pode expandir seus negócios. Ao mesmo tempo, as ações desta empresa passam a ser negociadas na própria bolsa de valores, conforme os títulos de propriedade que representam partes da empresa também representem promessa de rendimentos futuros. Neste mercado, chamado secundário, os preços das ações (como títulos de propriedade) passam a ser negociados autonomizadamente em relação ao próprio empreendimento da empresa, em um mercado à parte. Ou seja, eles podem se vincular com as promessas de rendimentos futuros da empresa conforme pagamento de dividendos, por exemplo, ou podem estar relacionados apenas aos rendimentos provenientes da negociação do preço da própria ação de uma empresa no mercado de capitais. Os preços podem, assim, inclusive, simplesmente oscilar devido a investidores que começam a comprar estes títulos para fazer seu preço subir e depois revendê-los, a fim de realizar seus rendimentos, levando tal preço a cair. O mesmo ocorre com preços de terra e *commodities*, interessando às empresas a subida especulativa destes a fim de aumentar sua capacidade de endividamento e os rendimentos na própria comercialização destes índices, o que pode até gerar um processo prolongado de sustentação desta inflação⁷¹ (até a inevitável

---

⁶⁹ Ver nota 14 da presente tese: os prejuízos da Santelisa Vale naquela ocasião chegaram a 380 milhões de reais.

⁷⁰ Para maiores informações sobre a fusão ver Moreira (2013).

⁷¹ Não por acaso, surgiu no final do século XX uma vertente de apologetas do livre mercado baseado na inflação de ativos nos mercados de capitais denominada por *new economy* (ver BRENNER, 2003). Esta acreditou poderem os preços de certos ativos, como as ações de empresas comercializadas em bolsa de valores, por exemplo, – principalmente aqueles ativos referentes às empresas de tecnologia denominadas por “ponto com”, negociados na

deflação).

Marx, ainda na Seção V de *O Capital* (1984c e 1985), faz dois movimentos lógicos em relação à sociedade anônima capitalista. Primeiro ele aborda o capital acionário de uma empresa como uma relação de autonomização entre capital financeiro e capital produtivo para, em seguida, lidar com a existência dos mercados de negociação destas ações das empresas. Ao escrever sobre as consequências da formação da sociedade por ações, Marx diz que esta leva a:

1) Enorme expansão da escala de produção e das empresas, que era impossível para capitais isolados. Tais empresas, que eram governamentais, tornam-se ao mesmo tempo sociais.

[...]

3) Transformação do capitalista realmente funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. Mesmo se os dividendos que recebem incluem o juro e o ganho empresarial, isto é, o lucro total (pois o ordenado do dirigente é ou deve ser mero salário por certa espécie de trabalho qualificado, cujo preço é regulado no mercado de trabalho, como o de qualquer outro trabalho), esse lucro total passa a ser recebido somente na forma de juro, isto é, como mera recompensa à propriedade do capital, a qual agora é separada por completo da função no processo real de reprodução, do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, é separada da propriedade do capital [...] (MARX, 1984c, L. III, T. I, p. 332).

No que se refere à autonomização da propriedade do capital em relação ao processo produtivo, os títulos de propriedade deste capital funcionam como rendimentos relativos a promessas de trabalho futuro e podem ou não ser remunerados pela metamorfose do dinheiro (D) – mercadoria (M) – dinheiro (D), acrescentado de mais-valia produzida no processo produtivo. O capitalista monetário, o proprietário do dinheiro que aparece como tendo a propriedade de funcionar como capital, recebe pelo preço deste como mercadoria. Como vimos, a negociação da propriedade da mercadoria dinheiro de funcionar como capital rende a seu proprietário o juro. Assim, segundo Marx, o capital acionário de uma empresa auferia ao seu proprietário juro como rendimento.

De alguma maneira, a fórmula sintética $D - D'$ aparece aqui como algo em potencial, para o capital da sociedade por ações. A promessa de rendimentos para os proprietários de títulos faz inclusive com que os preços destes títulos se descolem dos rendimentos produtivos conforme promessas de rendimentos futuros levem a uma ampliação da busca pela propriedade destas ações nos mercados de capitais, o que eleva

---

bolsa estadunidense NASDAQ – subir indefinidamente, sem qualquer relação com as determinações de crise imanente da contradição basilar da forma mercadoria. O livro de Robert Brenner, *O boom e a bolha* (2003), aliás, investiga justamente o “estouro” da bolha da NASDAQ, o que a seu ver demonstrou a falência das explicações economicistas da *new economy*.

seus preços, assim como o preço de mercado da empresa representada por estas ações.

A esta autonomização do preço da empresa em relação à sua capacidade de produzir valor podemos também vincular a categoria de capital fictício, já que a criação de dinheiro a partir de dinheiro pode ocorrer sem correspondência com os processos de exploração da força de trabalho de forma produtiva de valor. Este descolamento é fundamentalmente crítico, já que, por seu lado, vale ressaltar mais uma vez, não ocorre sem atritos e após um certo período de acumulação fictícia, a deflação dos preços dos títulos deve ocorrer.

Marx sabia particularmente disso e ao desdobrar logicamente o capital acionário como capital que rende juros, escreveu:

Os títulos de propriedade sobre empresas por ações, ferrovias, minas etc. são, de fato, conforme igualmente vimos, títulos sobre capital real. Entretanto não dão possibilidade de dispor desse capital. Ele não pode ser retirado. Apenas dão direito a uma parte da mais-valia a ser produzida pelo mesmo. Mas esses títulos se tornam também duplicatas de papel do capital real, como se o reconhecimento de carga recebesse um valor além do da carga e simultaneamente com ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. Pois o capital existe a seu lado e não muda de mãos pelo fato de essas duplicatas mudarem de mãos. Tornam-se formas do capital portador de juros, não apenas por assegurar certos rendimentos, mas também porque, pela venda, pode ser conseguido seu reembolso como valores-capitais. Na medida em que a acumulação destes papéis expressa a acumulação de ferrovias, minas, navios, etc., ela expressa a ampliação do processo real de reprodução, do mesmo modo que a ampliação de uma relação de impostos sobre, por exemplo, bens móveis indica a expansão desses bens. Mas, como duplicatas que são, em si mesmas, negociáveis como mercadorias e, por isso, circulam como valores-capitais, elas são ilusórias e seu valor pode cair ou subir de modo inteiramente independente do movimento de valor do capital real, sobre o qual são títulos (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 20).

Chegamos aqui na possibilidade de apreendermos um processo complexo e que se retroalimenta. A subida dos preços das ações de uma sociedade de capital aberto no mercado de ações pode propiciar, atualmente, maior capacidade de acesso a capital a juros por parte destas empresas. Empresas com capital aberto em bolsa também acessam endividamento sobre o preço de mercado de suas ações, o que nos permite desviar as formulações de Marx sobre o capital acionário em sua época para apreendermos as empresas capitalistas mediadas criticamente pelo capital fictício e sua relação com a subida dos preços de seus títulos de propriedade, conforme particularizamos na agroindústria canavieira, para a atualidade.

Passa a haver uma relação de determinação entre a ampliação da produtividade e produção das empresas como promessa de rendimentos futuros e a subida dos preços de suas ações como possibilidade desta ampliação. Isso promove a retroalimentação da

subida dos preços das ações da empresa e uma circulação do dinheiro que é uma forma de ser do capital fictício, segundo a categoria de Marx (1984c e 1985). Como desdobramento deste processo temos que: a abertura de capitais de uma empresa como promessa de rendimentos futuros leva à própria expansão como possibilidade de acesso a novo endividamento (em terras, açúcar, cana), ou seja, nova promessa de expansão, o que faz as ações da empresa subirem no mercado de ações, permitindo a empresa rolar suas dívidas e reiniciar o processo.

Mesmo que não ressaltássemos que a subida dos preços das ações permitisse à sociedade por ações acessar novas dívidas, poderíamos fazer a passagem por outro caminho.

Um grupo como a Cosan S/A, como vimos, abre seu capital em bolsa. Este capital a juros pode ser investido na compra de terras, na construção de usinas, na mecanização de sua colheita de cana, em suma, no aumento de sua produção de cana-de-açúcar (ver MOREIRA, 2013). Tal capital funciona como capital a juros, ou seja, ele deve ser remunerado no futuro. Terras, cana, açúcar e etanol podem ser utilizados como hipotecas e penhores para realizar novos endividamentos, que poderão potencialmente remunerar os acionistas da empresa. A subida dos preços das duplicatas destas mercadorias (títulos de propriedades) influencia o processo de forma direta. Como vimos, também, maiores dívidas podem ser feitas sobre promessas de ampliação futura da produção de dado grupo, a fim de pagar as dívidas anteriores, o que promove nova aquisição de maquinário, terras, a subida do preço destes e a continuidade determinada criticamente da expansão. No caso da Cosan S/A, após tal movimento de ampliação de seu endividamento – expansão – maior endividamento, parte de seu capital acionário foi adquirido pela Shell S/A, retroalimentando o processo de subida dos preços de suas ações e a passagem $D - D'$.

Entre 2003 e 2008, a subida dos preços do açúcar no mercado de *commodities* (DELGADO, 2012) e a promessa de “commoditização” do etanol permitiram um alto endividamento das usinas canavieiras, que estavam especulando com a produção de *commodities*, esperando a continuidade de precificação altista no mercado de futuros destas mercadorias. Neste último caso, é justamente a especulação com uma mercadoria – mercadoria que se realiza ao ser consumida – que faz parecer não haver descolamento entre ficcionalização e valorização do valor, já que a produção teria percorrido todo o caminho $D - M - D'$. Mas lembremos, tal mercadoria está sendo comercializada como *commodity*, ou seja, é sua duplicata que é negociada nos mercados secundários,

podendo seu preço oscilar conforme o final do excerto de Marx logo acima nos mostra, ou seja, descolado da produção de valor quando da produção concreta desta mercadoria.

A necessidade de continuar a se expandir para acessar novas dívidas, após a crise de 2007/2008, com a queda no preço do açúcar em dólares e a subida do dólar em relação ao real, levou à sua fusão com a Shell. Por esta ter acontecido, ou seja, por lograr acessar novos endividamentos e rolar os anteriores, a Raízen S/A não apareceu ao mercado como um dos grupos a falir, mas sim como um dentre os poucos que parecem se reproduzir.

2.2 - Capital a juros e capital fictício na reprodução ampliada contemporânea do sistema mundial produtor de mercadorias

Como viemos até aqui problematizando, a relação necessária entre endividamento e expansão na agroindústria canavieira, com novo impulso a partir de 2003, parece não se modificar após a crise de 2007/2008, mesmo quando abordamos a propriedade sob a sociedade por ações, como o faz Marx, explicitando a mesma como forma de capital portador de juros. Diferentemente de Marx, porém, o que tentaremos aqui ressaltar é a prevalência histórica atual desta forma de ser do capital para sua reprodução crítica em relação a outras formas.

Se dissemos anteriormente que a criação de letras de câmbio e de capital fictício era uma possibilidade e uma exceção nas formas de reprodução ampliada do capital, no século XIX, como nos mostrou o exemplo da relação comercial entre metrópole e colônia (Inglaterra e Índia) (MARX, 1984c e 1985), o mesmo poderíamos dizer sobre esta relação especulativa para com o capital acionário das sociedades anônimas, para aquele período. Para Marx, o descolamento da acumulação fictícia em relação à produtiva tornando a primeira central e determinante para a reprodução do capital era um fenômeno referente a momentos de crise da acumulação produtiva de capital, ou seja, de crise da valorização do valor pela exploração do trabalho assalariado.

O que estamos a ressaltar aqui, ao apresentarmos os discursos das diferentes personificações participantes da agroindústria canavieira, pelo contrário, parece ser a predominância atual das formas fictícias de acumulação na reprodução ampliada do capital. Ao partirmos da mediação do endividamento anterior (desde a segunda metade do século XX, como veremos) ao início daquilo que apareceu como fenômeno recente de crescimento desta agroindústria, a partir de 2003, e notarmos sua ampliação como

forma de ser da expansão de sua produção de mercadorias; e, além disso, destacarmos a inviabilidade de reprodução de diversas unidades produtivas quando da impossibilidade de ampliação de seu acesso a novo capital fictício, a partir de 2007/2008, poderemos problematizar as formulações tanto de Belluzzo, quanto de Harvey, no que diz respeito ao entendimento de ambos acerca de suas concepções de crescimento e crise capitalista.

Como já mencionamos anteriormente, Belluzzo (2009 e 2012) e Harvey (2011) puderam nos ajudar a formular como a intermediação do capital fictício se realiza atualmente nas empresas capitalistas. Ambos tentaram analisar os processos de criação de dinheiro pelo mercado de capitais e a relação destes com a reprodução ampliada capitalista. Tais autores formularam, cada um a seu modo, como ocorre esta mediação.

Belluzzo (2012), assim como Farhi (1999) e Braga (1997), entende que o capitalismo pode ser considerado “produtivo”, mesmo ao parecer acumular por meio da criação fictícia de capital. Isso, conforme visto, ocorreria no caso de o dinheiro mover uma produção de materialidade enquanto mercadoria (M), mesmo que esta se realizasse sem exploração produtiva de trabalho de forma a valorizar valor, ou seja, por meio de inflação dos ativos financeiros.

Ao abordarmos alguns aspectos da forma de reprodução da agroindústria canavieira apresentamos a compreensão de que tais mecanismos de criação fictícia de dinheiro e de inflação de ativos dizem respeito antes de mais à necessidade de endividamento das empresas. Vinculamos, por meio de discursos encontrados na mídia especializada e nas entrevistas realizadas, a criação de dinheiro como sendo necessidade de realização de promessas de rendimentos futuros, que se retroalimentam. A determinação desta necessidade em relação inclusive à produção e aos preços de mercadorias concretas, açúcar e etanol, no caso, complexifica ainda mais a questão. Desejamos, aqui, problematizar a formulação de Belluzzo de que, se a mediação do capital fictício passar pela forma $D - M - D'$, produzindo mercadoria, o descolamento entre o que entende por abstração e concretude não se efetivaria (Belluzzo, 2012).

Tentaremos, então, aprofundar a tensão entre uma elaboração sintética da qual Belluzzo parte, ao elaborar suas críticas aos movimentos de reprodução do capitalismo, e as formas que encontramos possíveis de serem subjetivadas a partir dos movimentos contemporâneos da agroindústria canavieira, conforme nos apropriamos destes. Posteriormente, tentaremos fazer o mesmo com as formulações de David Harvey (2011).

Em Belluzzo (2012), a dialética é utilizada como procedimento analítico, ou

forma de se alcançar a verdade acerca das formas de reprodução capitalistas. Assim, para ele, o movimento da abstração do valor se realiza no sentido de apropriar-se da materialidade do mundo e de a transformar contraditoriamente, ou seja, é de negação e autonomização. Em sua formulação, tal processo de autonomização é de descolamento entre abstração e materialidade, levando à dominação do segundo termo pelo primeiro. É esta dominação que é entendida negativamente por meio da ontologia do trabalho concreto de Belluzzo.

A formulação acerca da contradição basilar da forma social da mercadoria conforme expôs Marx em *O Capital* (1983), de contradição entre valor e valor de uso, é compreendida por Belluzzo de uma maneira particular, uma vez que ele entende as categorias lógicas de contradição e negação de maneira metodológica e hipostasia um dos polos. Ao servirem para conhecer a “economia monetária de produção”, as categorias permitem que o mesmo postule a necessidade de controlar o lado abstrato da contradição, o valor, por Belluzzo entendido como negativo; a fim de desfrutar do acesso às mercadorias, cada vez mais desenvolvidas, entendidas como lado concreto e positivo desta sociedade. A apropriação, por parte do autor, da dialética como método do conhecimento, o faz se apropriar dos movimentos lógicos de negação das formas do capital para interpretar como tal sociedade funciona, hipostasiando-a.

Esta formulação, inclusive, permite ao autor positivar a autonomização contraditória das formas assumidas pelo capital. Se para Belluzzo a abstração é negativa e a materialidade é positiva, compreende-se porque o autor propõe a existência de um capitalismo fictício controlado e industrializado. Nos movimentos de autonomização das formas de ser do capital, Marx (1983), por sua vez, procede a uma separação social lógica entre mercadoria e dinheiro, explicitando que a contradição aparece autonomizada. A mercadoria seria portadora do valor de uso e o dinheiro forma do aparecimento social do valor. Se Belluzzo positiva o lado concreto da contradição, então é provável que o mesmo subjetive a mercadoria como sendo este lado. O desejo da passagem $D - M - D'$, como forma de produção de materialidade, a qual, conforme Belluzzo, impediria o descolamento do capital fictício da produção de mercadorias, fica então desvendado.

O que o pensamento de Belluzzo logra propor como solução para o desdobramento contraditório das formas do capital, compreendido por ele como dominação da sociedade pelas leis abstratas do mercado, nada mais é que a continuidade da modernização em sua forma de industrialização ($D - M - D'$) planejada, com

intermediação do capital fictício de maneira controlada. Somente assim Belluzzo pode salvar a suposta capacidade de produção de materialidade da sociedade capitalista e ainda assim imaginá-la pautada pelo Estado, sujeito capaz, para ele, de ter controle sobre a dominação das abstrações capitalistas, que o mesmo imputa somente às “leis irracionais do mercado”. Devemos, porém, problematizar que nunca se produziu tantas mercadorias, em termos absolutos e relativos, como se produz agora, e, para nós, isso é justamente expressão da crise, e não a salvação dela.

Importa aqui retomarmos um momento fundante da formulação teórica de Belluzzo que embasa sua ontologia do trabalho, a saber, seu entendimento da forma mercadoria. O autor afirma:

Mas o intercâmbio de mercadorias não pode ser realizado diretamente pela equivalência dos tempos de trabalho. Os produtores de mercadorias não trocam seus tempos de trabalho. Eles trocam os produtos de seu trabalho que se oferecem no espaço das trocas como mercadorias, encarnações do trabalho para outrem (BELLUZZO, 2012, p. 46).

Para ele, o valor está “contido” na mercadoria, como resultado do trabalho que a produz. Assim, a relação de identidade entre o trabalho e seu produto está garantida e não há tematização da contradição entre ambos. O produto do trabalho humano, que o planeja, existe para satisfazer suas necessidades. Essa ontologia apenas seria “desvirtuada” em razão do movimento da própria abstração valor, que se autonomiza da mercadoria e a nega (BELLUZZO, 2012, p. 47), dominando-a e paralisando a produção de mercadorias quando do descolamento “exagerado” entre abstração e concretude.

Conforme nosso entendimento desta formulação de Belluzzo (2012), que consideramos possível de levarmos adiante, os ciclos de crescimento da produção e produtividade mediados pelo capital fictício, sem falências e fusões na agroindústria canavieira – como de 1975 até 1985, e de 2003 até 2008 –, seriam considerados momentos de acumulação “produtiva” do capital, momento que apresentaria, em Belluzzo, um lado positivo. Tal positivo está relacionado, como escrevemos, à concepção de uma relação de identidade entre o homem e seus objetos, como positividade de uma capacidade daquele de manipulá-los a fim de se satisfazer. Momento positivado, então, de controle por parte do trabalho humano dos objetos que planeja produzir e consumir. Justamente por isso, Belluzzo enxerga aí acumulação puramente “lucrativa” das empresas e não enfatiza que nestes momentos que denominamos de crescimento fenomênico da agroindústria canavieira as empresas partem criticamente de seu endividamento como determinação de sua produção de mercadorias e da relação

deste endividamento com a inflação de seus títulos de propriedades para se reproduzirem. Os momentos de crescimento econômico são assim hipostasiados e deveriam ser retomados num futuro ideal, para Belluzzo.

A lógica identitária da qual parte Belluzzo o faz acreditar que o movimento de desdobramento contraditório da forma mercadoria pode ser apreendido epistemologicamente de forma correta, permitindo assim que seja manipulável pela ação racional e consciente de um sujeito trabalhador do planejamento (talvez ele mesmo), o qual passaria a ser o verdadeiro sujeito da sociabilidade capitalista, então hipostasiada para o futuro.

É possível encontrarmos em Harvey (2011) uma lógica identitária próxima à de Belluzzo (2012), relação entre ambos da qual nos aproximamos ao desdobrarmos os argumentos dos autores sobre suas concepções de crise e sobre o descolamento entre “representação e realidade/materialidade”, no caso de Harvey; e de “abstração e concreção/materialidade”, no caso de Belluzzo; apesar de ambos chegarem a conclusões diferentes para superação do capitalismo ou saída da crise, respectivamente, como vimos.

Já mencionamos que para Harvey, mesmo com a mediação do capital fictício, o período de crescimento da acumulação capitalista, em oposição ao de crise, também é compreendido pelo autor como de reprodução “produtiva” do capital. Tal reprodução ocorreria por meio do aprofundamento tanto da mais-valia relativa como da superexploração do trabalho, em suas diversas formas contemporâneas. Ou seja, diferentemente de Belluzzo, a explicação de Harvey para denominar de “produtiva” a reprodução capitalista atual passa por conceber os processos de ficcionalização como contidos de valor ao empreenderem a aceleração da exploração e da apropriação do valor produzido pelo trabalho, principalmente por meio da “produção do espaço”.

Harvey conceberia, desta forma, o ciclo de aparente crescimento dos rendimentos da agroindústria canavieira como sendo possível pela valorização do valor nesta agroindústria. Apesar da formulação de Harvey nos ajudar a entendermos a expansão da “produção do espaço” no setor como necessária à reprodução do mesmo, também podemos aqui tensionar com tal sentido de “produção do espaço”. A expansão da agroindústria canavieira, entre 2003 e 2008, conforme descrevemos, passou pela rolagem do endividamento de suas unidades “produtivas” por meio da mediação do capital fictício, determinando esta forma de reprodução capitalista a expansão da produção, da produtividade e da área com cana-de-açúcar. Tal forma de reprodução se

manteve após a crise de 2007/2008, mas desdobrou falências e fusões de empresas. A espacialização (como abstração real) da produção (como veremos no próximo capítulo) e a necessidade de continuidade de expansão da massa de mercadorias que tal agroindústria produz como promessa de aumento da produção futura se manteve após a crise econômica de 2007/2008. Aqueles que não o fazem vão à bancarrota. Seria possível, por sua vez, entendermos este momento de aparente crescimento, de 2003 a 2008, como sendo de acumulação “produtiva” de capital?

Como escrevemos a partir de Eleutério Prado (2012a), Harvey (2011) parte de uma concepção de realidade/materialidade produzida pelo trabalho que parece ser exterior ao capitalismo; em oposição à de representação e abstração, encarnada no dinheiro, a qual seria imanente ao capitalismo. Estamos novamente perante um desdobramento do duplo contraditório da mercadoria, duplo este apresentado por Marx (1983). Porém, é possível, agora, explicitarmos que o fundamento do qual parte David Harvey (2011) também está baseado em uma concepção de identidade sujeito – objeto, compondo assim uma lógica identitária. Tal identidade parte de uma ontologia do trabalho, a qual concebe a transformação da natureza – e de sua materialidade, também ontológica, mesmo que não absoluta, no caso de Harvey – pelo trabalho humano como trans-histórica e positiva, vale repetir a citação: “o trabalho é fundamental para todas as formas de vida humana, porque os elementos da natureza têm de ser convertidos em produtos de utilidade para os seres humanos” (HARVEY, 2011, p. 88).

A autonomização entre mercadoria e dinheiro, conforme desdobramos para a crítica a Belluzzo, acima, também cabe para uma crítica a Harvey (2011). Parece que no autor, tal autonomização, cinde o lado negativo do duplo da mercadoria, a acumulação abstrata, no dinheiro; e o outro, o lado positivo, no valor de uso da mercadoria, entendida como fruto de um suposto trabalho humano em geral.

Para Harvey, a questão está em que o acúmulo do dinheiro, representação do valor, nas mãos de poucos permitiria que estes controlassem o processo social a fim de acessarem as mercadorias produzidas pelos trabalhadores para benefício e satisfação próprios. Enquanto o capitalismo estiver acumulando isso significa que a classe dominante (a burguesia, os financistas) estaria se beneficiando às custas do trabalho da maioria da população. Já mencionamos inclusive que Harvey (2011) dá muito maior ênfase às estratégias “conscientes” concebidas pela burguesia para se perdurar no “poder”, continuar a explorar trabalho e manter a acumulação como, por exemplo, a desregulamentação e flexibilização do neoliberalismo; do que aos mecanismos

impessoais do devir contraditório da concorrência como determinante da continuidade da reprodução capitalista e de dominação da forma social abstrata (que para nós não se reduz apenas à instância do mercado) sobre os homens.

A lógica identitária (SCHOLZ, 2004 e 2009) presente nas formulações de Harvey (2011) entre trabalho e valores de uso, que garante uma relação trans-histórica entre ambos, exige que o autor encontre uma positividade nesta relação. Tal positividade compreende a noção de que o trabalho planeja e se realiza nas mercadorias, as quais devem servir em sua utilidade para a satisfação das necessidades humanas. Se o valor é a forma de ser do trabalho no “processo social capitalista” (HARVEY, 2011), enquanto ocorrerem processos de produção de mercadorias sob o capitalismo, ou seja, de objetificação de trabalho, ele estará contido nestas, aparecerá no dinheiro e será apropriado pela burguesia, proprietária dos meios de produção. Justamente por essa formulação, Harvey concebe a possibilidade do capitalismo voltar a acumular “produtivamente”, caso a classe dominante forje uma nova forma de exploração dos trabalhadores, mesmo por meio do papel central que a criação fictícia de capital teria neste processo.

A continuidade, neste caso, da relação social mediada por coisas / mercadorias não parece ser o cerne do problema em Harvey (2011), como tampouco o é para Belluzzo (2012). Se os trabalhadores passassem a ser os proprietários do valor, do qual seriam os “verdadeiros sujeitos”, acabariam com a alienação do valor do trabalho do trabalhador por parte da burguesia (somente neste último caso a abstração valor seria negativa). Parece que a determinação da valorização do valor como sujeição social de finalidade tautológica de acumulação sob as determinações das contradições da mercadoria (que ocorre, para nós, seja lá sobre qual classe) não necessitaria ser superada, devido à hipostasia da forma mercadoria da medição social, agora com a propriedade dos meios de produção nas mãos dos trabalhadores.

Uma epistemologia própria à relação entre sujeito/trabalho e objetificação deste nos seus produtos permite a percepção de se estar diante de um conhecimento positivo do real e de um discurso de verdade em Harvey para formular o que é positivo e negativo no capitalismo e o que é necessário ser feito para se sair dele, superando o que entende por seu momento negativo, a alienação do produto do trabalho. Sua epistemologia, entretanto, leva à hipostasia justamente de características centrais para a continuidade da reprodução capitalista, mesmo apesar de seus desejos de que o capitalismo fosse conduzido a seu fim. Podemos sugerir, inclusive, que sua hipostasia

da forma mercadoria conduz logicamente, inclusive, à continuidade de processos de concentração dos meios de produção nas mãos de uma parte da sociedade e à exploração do trabalho da outra parte, como veremos.

Ainda aqui é relevante para nós reconhecermos a importância das abordagens de Belluzzo (2009 e 2012) e Harvey (2011) para apreendermos as contradições dos desdobramentos da mediação do capital fictício para a reprodução crítica capitalista hodierna, o que se relaciona com os fenômenos de aparente crescimento e crise que a agroindústria canavieira apresentou neste início do século XXI. Isso também nos ajudou a comparar tais formas de mediação fictícia com aquelas existentes ao longo do Proálcool.

Perguntamo-nos agora como seria possível sairmos de uma formulação de lógica identitária, a qual se apresenta como positiva. Como estabelecer a sugestão de uma concepção negativa e crítica em relação à mercadoria (inclusive a seu polo de valor de uso), o que nos permitiria abordar a relação de determinidade entre expansão do endividamento da agroindústria canavieira relacionada à expansão da mediação do capital fictício e à de sua produção de mercadorias, além da relação destes com os fenômenos de crise após 2008?

Pensamos que assim talvez seja possível desdobrarmos uma problematização do lugar social do crítico em ciências humanas no sistema mundial produtor de mercadorias por meio da crítica às determinações sociais que movem a produção de objetualidades, não entendida por nós como polo de fundamento de uma verdade epistemológica do conhecer, mas como lugar do fetichismo que move as formas de subjetividade da forma de sociabilidade contraditória negativa capitalista. Estariam incluídas aí as formas de subjetividade do teórico crítico e das objetificações dos produtos resultantes de seu trabalho.

2.3 – Fetichismo de valor de uso e crítica negativa à lógica identitária

Tentamos neste último momento de nosso texto contrapor as formas de reprodução capitalista que observamos contemporaneamente na agroindústria canavieira brasileira às formulações sobre a crise de 2007/2008 e as crises no capitalismo, conforme repassamos as apresentações feitas de Luiz Gonzaga Belluzzo (2009 e 2012) e David Harvey (2011).

Forçamos as contradições entre o que ambos os autores entenderam como

reprodução ampliada “produtiva” do capitalismo mundial, mesmo com a centralidade, para eles, da mediação fictícia do sistema financeiro, após os anos 1970; e como esta mediação se concretizou nos anos de expansão e crescimento da agroindústria canavieira neste começo de século XXI, até sua crise, após 2008.

Supomos termos conseguido desdobrar as determinações atuais dos processos críticos de ficcionalização da acumulação das empresas da agroindústria canavieira brasileira e paulista, principalmente ao ressaltarmos a precedência do endividamento e a possibilidade de pagamento de antigas dívidas com novas por meio da inflação dos títulos de propriedades nos mercados de capitais a juros.

A determinação desta necessidade sobre a expansão da produção de mercadorias, no caso, cana, açúcar, etanol e energia elétrica (mais recentemente), permite-nos agora aprofundar a relação entre abstração e concretude de modo a questionar as formulações de lógica identitária fundamentadas nas concepções de positividade do produto do trabalho humano nas mercadorias conforme apareceram em Belluzzo (2012) e Harvey (2011), como escrevemos anteriormente.

Parece possível destacarmos que tanto Belluzzo quanto Harvey, cada qual a seu modo, hipostasiam positivamente o lado concreto / a materialidade, ou o valor de uso, da contradição da forma mercadoria, o que os leva a conceberem a reprodução fictícia capitalista como momento, até a explicitação da crise, de reprodução “produtiva” desta. É possível derivarmos daí que a produção de mercadorias – o que para nós é próprio da forma social capitalista – é concebida como a produção de coisas passíveis de serem apropriadas pela humanidade, já que essas coisas possuiriam a propriedade de satisfazer necessidades humanas, o que é por eles entendido positivamente.

Conforme esta concepção, o trabalho assumiria a forma do valor sob o capitalismo, valor que se cindiria dos valores de uso que o trabalho produz, dominando-o, daí a negatividade do capitalismo. Nos momentos lógicos mais simples da reprodução capitalista, segundo a concepção que estamos problematizando, a identidade entre o trabalho e seu produto estaria garantida pela natureza da mercadoria que “conteria” valor, ou seja, conforme tal acepção seu valor estaria “contido” em seu valor de uso, em sua corporeidade. Conforme já mencionamos, inclusive, é a autonomização do valor no dinheiro que desdobraria a subsunção deste sobre os valores de uso. A identidade entre trabalho produtor de valores de uso, entendidos sob este argumento inclusive como a materialidade das mercadorias, deixa de ter controle sobre o seu resultado, já que este controle está determinado pelas leis da valorização do valor. Em

Belluzzo (2012) tais leis são entendidas como o próprio mercado, que beneficiam os rentistas; enquanto em Harvey (2011) as leis da acumulação permitem o domínio social do trabalho pela burguesia (industrial e financeira).

Desconfiamos ser necessário rompermos com esta perspectiva de lógica identitária ao questionarmos não apenas a necessidade de reprodução da acumulação para a manutenção do que parece ser a dominação social de alguns sobre a maioria da sociedade, mas também a forma como as determinações dos desdobramentos contraditórios entre valor e valor de uso se sobrepõem inclusive às classes que apareceriam como os sujeitos beneficiados e dominantes dos processos de acumulação. A mediação particular contemporânea do capital fictício como continuidade sempre ampliada da criação de dinheiro e de inflação dos títulos de propriedade, a necessidade de crescimento exponencial dos empréstimos para que o processo se reproduza (com aparência de estabilidade no crescimento da “produção” de mercadorias), assim como a determinação destes sobre a “produção” de mercadorias que necessitam ser consumidas detêm uma relação de imanência entre si, que nos faz questionar o lugar e a existência de um polo positivo deste movimento contraditório / crítico e as possibilidades postas aos *sujeitos sujeitos* (KURZ, 1999) a tal processo. Estes desdobramentos já determinam o que produzir, quanto, como e para quê, definindo inclusive as possibilidades de consumo por parte das pessoas.

Marx, em *O Capital* (1983), dá ênfase à sujeição às formas abstratas do capitalismo desde o capítulo I, “A mercadoria”, ao explorar criticamente a relação social sob a forma da mercadoria. Sugeriremos aqui, assim, outra abordagem, a partir de Marx, desta forma da relação social. A preocupação de Marx não está em demonstrar como o trabalho humano se identifica com a mercadoria, como sua finalidade, nem como o planejamento do trabalho como meio a se realizar se positiva nos valores de uso, em uma relação útil de dominação do trabalho sobre seus produtos: o meio e seus fins. Antes, a mercadoria é a forma assumida pela relação social e é, por isso, negativa. Tal forma é justamente a que põe o trabalho como necessidade e violência social: homens e mulheres devem produzir coisas para acessar outras e se reproduzirem sob os ditames de crise imanente relacionada à contradição em processo da forma social da mercadoria. Podemos encontrar em Marx a necessidade de criticar esta forma social:

De onde provém o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos do trabalho, a medida do dispêndio da força de trabalho do

homem, por meio de sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho (MARX, 1983, L. I, vol. 1, p. 71).

Marx desdobra logicamente da forma mercadoria o que categorizou por *fetichismo da mercadoria* (MARX, 1983), forma de *subjetividade* (POSTONE, 2014) das *personificações* (MARX, 1983) inseridas no processo social capitalista. O fetichismo coisifica suas personificações e seus produtos, ao aparecer-lhes como controle sobre suas ações e resultados, assim como uma capacidade natural em deter este controle, como hipostasia do sujeito, ou seja, sua coisificação⁷². Tal aparecer, estabelecido pela mediação social das mercadorias, que por isso não é uma coisa em si, com propriedades imanentes, fundamenta objetivamente a percepção social de existência fetichista de trabalhadores e suas mercadorias, sujeitos e objetos, homens e coisas e, assim, os cria socialmente.

O duplo da mercadoria, valor e valor de uso na produção, que no ato da troca aparece como entre valor de troca e valor de uso (MARX, 1983), apesar de aparecer na materialidade/corporeidade do fruto do trabalho como capacidade em si das coisas de satisfazerem necessidades humanas, é uma relação de contradição na sua identidade sob a forma social da mercadoria. Assim, ambas possibilidades de se subjetivar os polos da relação sujeito-objeto, como identidade ou como contradição, são imanentes a esta forma social, como resultado da real separação entre eles. Partimos de uma crítica que estabelece que sujeito e objeto (e não só a separação de ambos) – abstrações filosóficas para se referirem à relação trabalho-produtos, assim como o senso comum se refere à abstração homens-coisas – só existem sob o capitalismo e correspondem a categorias fetichistas desta forma de relação social. A hipostasia de uma relação positiva entre ambos para outros momentos históricos é um anacronismo, pois aplica uma forma de subjetividade fundada nas formas de ser da forma social da mercadoria, no sentido de que se embasa (a relação) na aparência positiva de identidade entre trabalho e

---

⁷² É neste sentido estrito que utilizamos e utilizaremos o conceito de subjetividade na presente tese: conceito que abarca as formas sociais de se subjetivar a coisificação do sujeito baseadas no fetichismo da mercadoria. “É essa reconsideração da importância do conceito marxiano de trabalho que fornece a base da minha reinterpretação de sua análise do capitalismo e coloca em seu centro considerações de temporalidade e uma crítica da produção, preparando o terreno para uma análise da moderna sociedade capitalista como sendo direcionalmente dinâmica e estruturada por uma forma historicamente única de mediação social que, apesar de socialmente constituída, tem um caráter abstrato, impessoal e quase objetivo. Essa forma de mediação é estruturada por uma forma historicamente determinada de prática social (o trabalho, o capitalismo) e, por sua vez, estrutura ações, visões de mundo e disposições das pessoas. Essa abordagem redefine a questão da relação entre cultura e vida material em termos da relação entre uma forma historicamente específica de mediação social e formas de “objetividade” e “subjetividade” sociais. Como teoria de mediação social, ela é um esforço para superar a dicotomia teórica clássica entre sujeito e objeto, enquanto explica historicamente essa dicotomia” (POSTONE, 2014, p. 19).

mercadoria. Para nós esta aparência resulta na compreensão fetichista de que o valor estaria de fato contido na concretude da corporeidade do valor de uso da própria mercadoria⁷³. Tal forma de aparecer do valor no corpo da mercadoria presente no fetichismo da mercadoria no momento de sua produção e explicitada no momento da troca de equivalentes é a própria identidade na contradição.

Ainda neste Capítulo 1 (MARX, 1983), Marx analisa a relação entre dois produtores diferentes de mercadorias, proprietários dos meios de produção, da terra e que são também trabalhadores. Para que consigam trocar uma mercadoria por outra se *abstrai realmente* (MARX, 1983), já na produção, as diferentes qualidades sensíveis das mercadorias sob a necessidade de equiparação entre estas, daí que o valor é sob esta forma social o fundamento comum das mercadorias:

A igualdade de trabalhos *toto coelo* diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem como trabalho humano abstrato (MARX, 1983, L. I, vol. 1, p. 72).

Neste momento lógico da análise de Marx não está em questão a apropriação de classe dos meios de produção, nem a mais-valia, mas os fundamentos sociais destes. Em uma sociabilidade de produtores de mercadorias, o valor de uma mercadoria se mede pelo tempo de trabalho médio socialmente necessário para sua produção (MARX, 1983). A importância desta apreensão de Marx é para nós central se desejamos aprofundar uma crítica à lógica identitária posta pela forma social capitalista.

Em primeiro lugar, para se mediar socialmente, o produtor / trabalhador deve produzir mercadorias. Em segundo, deve produzir na média social. Se produzir acima dela, só conseguirá trocar sua mercadoria abaixo do tempo que consumiu para produzi-la, o que o levará à falência (aqui, sem a mediação do capital fictício ainda). É esta a determinação de crise imanente do duplo contraditório da forma fundamental da relação social da mercadoria. Se produzir abaixo da média, poderá auferir para si um sobrelucro, mas, a longo prazo, tais produções poderão criar uma crise de

---

⁷³ “A separação entre sujeito e objeto é real e aparente: verdadeira, porque no domínio do conhecimento da separação real consegue sempre expressar o cindido da condição humana, algo que surgiu pela força; falsa, porque a separação que veio a ocorrer não pode ser hipostasiada nem transformada em invariante. Esta contradição na separação entre sujeito e objeto comunica-se à teoria do conhecimento. É verdade que não se pode prescindir de pensá-los como separados; mas o *psêvdos* (a falsidade) da separação manifesta-se em que ambos encontram-se mediados reciprocamente: o objeto, mediante o sujeito, e, mais ainda e de outro modo, o sujeito, mediante o objeto. A separação torna-se ideologia, exatamente sua forma habitual, assim que é fixada sem mediação. O espírito usurpa então o lugar do absolutamente subsistente em si, que ele não é: na pretensão de sua independência anuncia-se o senhoril. Uma vez radicalmente separado do objeto, o sujeito já reduz este a si; o sujeito devora o objeto ao esquecer o quanto ele mesmo é objeto. Mas, a imagem de um estado originário, temporal ou extratemporal, de feliz identificação de sujeito e objeto, é romântica; por longo tempo, projeção da nostalgia, hoje reduzida à mentira” (ADORNO, 1995, pgs. 182 e 183).

superprodução desta mercadoria. Em terceiro lugar, assim, o valor que aparece, na forma de preço, como contido na mercadoria ao ser trocada é diferente do valor consumido no processo produtivo desta mercadoria. Ele é uma média e por isso não pode estar contido em materialidade alguma, apenas aparece através da corporeidade da mercadoria: a esta forma fetichista do aparecer social Marx denominou *fantasmagoria* (MARX, 1983). Como vimos, tal é subjetivada positivamente como trabalho ou como sujeito e sua liberdade de criar, produzir, se satisfazer por uma suposta utilidade em si das coisas.

Podemos ressaltar aqui que diferentemente de uma identidade entre valor e valor de uso, temos uma contradição imanente, que aparece na própria forma da mediação social capitalista, a mercadoria. Não é a utilidade da mercadoria que confere seu valor, mas sim o tempo médio social de trabalho para sua produção. O valor, porém, apenas aparece no momento da troca na forma de preço, ou seja, ele necessita da corporeidade material de outra mercadoria – que se desdobra lógica e historicamente na mercadoria dinheiro – para ser percebido socialmente.

O impulso social para que os homens produzam mercadorias no tempo médio socialmente necessário, por sua vez, funciona como uma determinação impessoal de crise que se passa *às costas dos sujeitos* (Marx, 1983). Para se reproduzirem, os produtores estão *a priori* impelidos a reduzirem o tempo de trabalho consumido para produzirem mercadorias sob a possibilidade de sempre estarem acima deste. O desenvolvimento das forças produtivas é determinado pela crise imanente à contradição fundamental da forma social da mercadoria, mas aparece fetichistamente àqueles mediados por ela como progresso humano na expansão da produção de coisas.

A objetificação social do valor nas mercadorias, *abstração real* (Kurz, 1999), procede inclusive à igualação entre o que aparece (positivamente) somente para esta sociedade como homens e coisas⁷⁴ e que permite a mensuração da força de trabalho em tempo de trabalho médio socialmente necessário para produzi-la. A acumulação de mais-valia por meio da exploração da força de trabalho, como diferença entre o custo de reprodução da mercadoria força de trabalho e o quanto de tempo tal força de trabalho consome no processo produtivo fundamenta assim os processos de desenvolvimento das forças produtivas como consequência do impulso impessoal da concorrência⁷⁵. A

---

⁷⁴ Sujeitos e objetos formados no capitalismo que, como argumentamos, se fundam na forma da mercadoria como forma capitalista da relação social.

⁷⁵ Não estamos aqui negligenciando os processos históricos de expropriação realizados pelos cercamentos ingleses, conforme exemplo de Marx, nem as chamadas leis sanguinárias de imposição violenta do trabalho, na Inglaterra, dos

valorização do valor, finalidade tautológica da sociabilidade capitalista, define quais produções de mercadorias logram se reproduzir e quais vão à falência ou são concentradas pelas concorrentes. A produção de valores de uso das mercadorias, está, segundo esta formulação marxiana, determinada pela possibilidade de dada mercadoria ser produzida no processo produtivo e se realizar no mercado por um preço superior àquele consumido como custo de reprodução da força de trabalho. São as determinações do valor que definem o que produzir e o que deve ser consumido.

O que podemos colocar em relevância a partir de Marx é uma relação entre os polos contraditórios da mercadoria de necessidade e negatividade. Desde o capítulo 1, dessa maneira, Marx (1983) não se preocupa em criticar apenas o lado abstrato da contradição, mas sim a imanência da relação entre abstrato e concreto. Se a finalidade da mediação social determina a valorização do valor pela exploração do trabalho como seu fundamento crítico, ela não se separa definitivamente do seu lado útil de valor de uso da contradição.

Poderíamos desde aqui problematizar as formulações de Belluzzo (2012) e Harvey (2011) e a crítica que fazem à predominância do lado abstrato da contradição da forma mercadoria em relação ao seu valor de uso, que positivam. Para ambos os autores, como vimos, enquanto momento que entendem por acumulação “produtiva” capitalista, tal polo positivo ainda se realizaria, na produção de mercadorias.

Marx, porém, centra sua ênfase na contradição a ponto de que esta seja a própria determinação crítica da expansão dos produtos do trabalho. Isso nos permite inverter as formulações que dissertam sobre períodos de acumulação que levam a períodos de crise da produção de mercadorias. A própria objetificação porta a necessidade de crítica subjacente a ela. Podemos, assim, considerar possível encontrar um Marx no qual tanto o valor quanto o valor de uso são categorias negativas. A categoria de valor de uso é necessária para dar continuidade aos processos de acumulação, impulsionados e determinados criticamente. A expansão da produção de produtos / materialidade / mercadorias está determinada por uma forma de relação social que impele as suas personificações a aumentar a produtividade e consequentemente a produção, sob a

---

séculos XIII e seguintes. Tal desdobramento histórico, por sua vez, aparece apenas no capítulo XXIV, “A assim chamada acumulação primitiva”, de *O Capital* (1984a), como penúltimo capítulo do Livro I. Este processo histórico possibilitou a valorização do valor, garantindo que os custos de reprodução da mercadoria força de trabalho fossem menores que o valor produzido por esta nos processos produtivos. Aqui, por outro lado, pretendemos enfatizar a possibilidade de derivação lógica da valorização do valor a partir da própria forma fundamental da sociabilidade capitalista, a mercadoria. Assim, o processo de concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe já estaria pressuposto na forma mercadoria de mediação social.

ameaça de não se socializarem. O que aparece como capacidade de satisfação das necessidades humanas por propriedades imanentes à materialidade das coisas, o *fetichismo da mercadoria* (MARX, 1983), é uma dominação social – a qual impõe o trabalho, como violência, que precisa produzir coisas para se relacionar e se reproduzir – que assim nos determina em seus desdobramentos contraditórios de finalidade tautológica de acumulação e que desde já só se realizam criticamente. Apesar de a finalidade ser esta, o fetichismo move a subjetividade de que a finalidade do trabalho ou é a relação utilitária entre meios e fins de produzir coisas, materialidade, ou então deveria ser em um futuro ideal. Esta última formulação, muito próxima de como Harvey (2011) hipostasia certos fundamentos do capitalismo, deseja a realização de algo que já ocorre, não explicitando que esta realização, ao aparecer como finalidade, escamoteia que é mediação necessária à acumulação como devir da própria forma social fetichista.

Marx inicia *O Capital* destacando que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias” (Marx, 1983, L. I, T. I, pg. 45). O desdobramento problematizador desta forma de aparecimento social conduz à sua formulação de fetichismo da mercadoria como categorial própria à consciência moderna. O valor, ao aparecer na corporeidade da coisa, promove uma subjetividade identitária entre sujeito e objeto, o que apaga a contradição imanente e a negatividade do valor e do valor de uso. O fetichismo na capacidade da materialidade da mercadoria de satisfazer a humanidade não diz respeito ao apagamento de que as coisas estão, no capitalismo, satisfazendo apenas uma parcela da humanidade, mas sim a uma formulação de que esta coisificação das pessoas, nas coisas, como capacidade do trabalho humano, assim também coisificado, é própria desta forma de relação social aparecer aos seus participantes.

Esta, em sua condição coisificada de valor de uso é o que determina a consciência objetivada da subjetividade sob o capital. Em última instância, trata-se de, nesta consciência concreta, não se permitir observar a crise de valorização do valor, porque o aumento de tal monstruosa coleção *aparece* como mero crescimento da riqueza e da capacidade de o capital acumular. A contradição basilar entre acumulação e crise, nesta consciência coisificada se apresenta como crescimento material do capital (ALFREDO, 2010, p. 4).

Se isto [a coisificação], no capital, passa pela consciência da mercadoria como objeto, e não como contradição entre valor de uso e valor de troca, o próprio objeto, enquanto materialidade, é uma forma de consciência, mas não objeto mesmo que, então, é mercadoria. Isto é, faz parte do modo de ser da mercadoria a consciência que dela se toma como objeto e não como identidade pela contradição, que a *desobjetificaria* (ALFREDO, 2010, p. 3 e 4, nota 1).

Quando enfatizamos a coisificação como negativa e contraditória, desejamos deslocar o objeto da crítica, aqui nossa sugestão, para a relação social mediada por coisas, ao invés de buscarmos uma lógica identitária que legitime nosso lugar como crítico social, o que a aparência social de identidade entre valor e corporeidade da mercadoria permitiria.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (MARX, 1983, L. I, Tomo I, pg. 71).

A necessidade social de se explorar trabalho para se estar na média ou de vender a força de trabalho para poder acessar mercadorias, como dominação da mercadoria sobre os sujeitosujeitados, é apagada pela positivação do trabalho humano. Forma de subjetividade unicamente moderna, a ontologia do trabalho passa a ser entendida trans-historicamente conforme certas formas de crítica ao capitalismo, o que hipostasia o trabalho para formas sociais do passado e do futuro. Tal hipostasia é problemática, já que pretende enxergar como potência propriamente humana de planejamento e satisfação da liberdade, da igualdade e das necessidades algo que é forma de dominação social, de violência sobre os homens com esta sociedade constituídos. Assim, propriamente, tais conceitos abstratos, não deixam de terem sido criados sob essa forma de relação social, como potenciais abstratos de capacidade humana (vinculados à abstração real utilitarista do uso), que como vimos é uma forma de subjetividade positiva da coisificação e só existe sob o capitalismo. Nenhuma outra forma social teria concebido tais abstrações coisificadas: capacidade humana de produzir em geral para usar e se satisfazer; para realizar o humano.

O capital é, portanto, o objeto autonomizado da ação fetichista dos sujeitos, que apenas por isso o são, e nesta autonomização inverte-se a relação ideologicamente suposta: não é o objeto que é trabalhado pelos sujeitos; pelo contrário, é a estes próprios que ele “trabalha”, e é exatamente por isso que se torna o ‘sujeito automático’, do qual os sujeitos funcionais empíricos apenas são os objetos. A intencionalidade livre no plano ‘micro’ converte-se num exercício mecânico da objetividade no plano macro [...] (KURZ, 2014, p. 237).

A pergunta que parece aqui nos caber não passa por como devemos nos realizar de outro modo nas coisas, mas, sim, passa pela necessidade de implodir tal relação social mediada por coisas, relação que faz com que subjetivemos que devamos nos realizar nelas. A relação social deve ser o objeto contraditório da crítica.

Moishe Postone (2003), ao criticar a crítica de Lukács (2012) ao apagamento que as formas abstratas produzem sobre a concretude do trabalho, chama atenção para o fetichismo que é imanente ao polo concreto do duplo contraditório da mercadoria, então positivado também por Lukács. Para ele, Lukács:

[...] grasps capitalism essentially in terms of the problem of formalism, as a form of social life that does not grasp its own content. This suggests that, when he claims the commodity form structures modern, capitalist society, he understands that form solely in terms of its abstract, quantitative, formal dimension – its value dimension. He thereby posits the use-value dimension, the “real material substratum”, as a quasi-ontological content, separable from the form, which is constituted by labor, trans-historically understood (POSTONE, 2003, p. 14)⁷⁶.

So, for example, the commodity appears to be an object – and not, at the same time, a social mediation. Similarly, the process of production in capitalism appears to be a labor process – and not, at the same time, a valorization process. This [our] notion of the fetish, however, is based on an understanding of the categorical forms as two-sided in ways that differ from Lukács’s dualistic opposition of abstract (capitalism) and concrete (ontological) (POSTONE, 2003, p. 15, nota 44)⁷⁷.

A posituação do valor de uso e, conseqüentemente, do produto do trabalho, como uma das possibilidades de subjetividade fetichista da forma social, impede que se conceba que esta categoria é também uma abstração e está relacionada com a contradição na identidade entre valor e valor de uso que a mediação social pela mercadoria, e conseqüentemente pelo valor, constitui⁷⁸.

---

⁷⁶ Lukács “apreende o capitalismo essencialmente em termos do problema do formalismo, como uma forma de vida social que não alcança seu próprio conteúdo. Isto sugere que, quando ele alega que a forma mercadoria estrutura a sociedade moderna, capitalista, ele entende esta forma apenas em termos da dimensão abstrata, quantitativa e formal desta sociedade – sua dimensão do valor. Ele, assim, coloca a dimensão valor de uso, o ‘*substratum* material real’, como um conteúdo quase-ontológico, separável da forma, que é constituído pelo trabalho, compreendido de maneira trans-histórica” (tradução nossa).

⁷⁷ “Assim, por exemplo, a mercadoria parece ser um objeto – e não, ao mesmo tempo, uma mediação social. Similarmente, o processo de produção, no capitalismo, parece ser um processo de trabalho – e não, ao mesmo tempo, um processo de valorização. Esta [nossa] noção de fetiche, entretanto, está baseada em uma compreensão das formas categoriais como sendo de dois lados de maneira a diferir da oposição dualista de Lukács entre abstrato (capitalismo) e concreto (ontológico)” (tradução nossa).

⁷⁸ “Para Lukács (2012), o fetiche da mercadoria leva ao apagamento do que considera o verdadeiro sujeito histórico, o proletariado, produtor das mercadorias, sobre quem incide o trabalho apropriado pela burguesia. O fetichismo faria com que os interesses dos indivíduos se voltassem para a aquisição das mercadorias como forma de satisfação das necessidades humanas, sendo o crescimento econômico, para a consciência fetichista, positivo. Tal movimento acabaria por esconder a exploração do trabalho alheio por uma das classes sociais. O proletário sem consciência de classe seria individualista, já que ao invés de lutar pelo fim desta exploração, buscaria a ascensão social, o enriquecimento e o acúmulo de mercadorias. Seria parte do fetiche como mecanismo de subjetividade mostrar a mercadoria como possuidora de propriedades que, na “verdade”, seriam propriedades do trabalho de uma classe. A forma de aparição dessa propriedade estaria em um dos lados do duplo aspecto da mercadoria [...], em seu valor, sua parte abstrata; e o acúmulo desta parte abstrata seria do interesse da burguesia que o realizaria através da extração de mais-valia. A ideologia, em Lukács, é entendida, assim, como “tomar a parte pelo todo”, ou seja, a ideologia faz com que o valor seja percebido como se determinasse o lado qualitativo da mercadoria (quanto maior seu valor, melhor sua qualidade) e sua hipostasia determinaria os interesses da sociedade no capitalismo: o acúmulo desse aspecto abstrato, contido nas coisas, seria a finalidade social.

Tal argumentação tem como intenção a tomada de consciência da classe proletária sobre sua condição de explorada para que possa acabar com essa exploração. O trabalho dessa classe está positivado, sendo o desdobramento do duplo da mercadoria entendido como aquele que possibilita ao proletariado se constituir como classe, o que,

Lukács (2012), assim, por sua vez, ainda mobiliza a categoria de fetichismo da mercadoria como uma subsunção do valor sobre o valor de uso da mercadoria como apagamento da alienação do trabalhador dos objetos por ele produzidos (forma distinta da que estamos aqui buscando apresentar para o fetichismo, como identidade sujeito – objeto). Em seguida, formula o desejo de um processo revolucionário em que a classe trabalhadora se realize plenamente como o verdadeiro “sujeito – objeto idêntico” (Lukács, 2012) ao se apropriar dos meios de produção e da sua produção de valor para acessar valores de uso de seu próprio interesse, o que, conforme problematizamos, não parece superar o fetichismo próprio à forma mercadoria de mediação social.

À formulação de “sujeito – objeto idêntico” de Lukács (2012) podemos contrapor uma crítica à dialética positiva ali presente (conforme crítica de Adorno, 2009). Isso porque Lukács (2012) não defende tal identidade imediata entre sujeito e objeto, mas uma relação contraditória, posta como transformação do trabalho sobre seus objetos para satisfação plena de suas necessidades como uma dialética de constituição do humano por meio do trabalho, para além da dominação de classe que fundamentaria a forma social da mercadoria. Sob dominação da abstração do valor sobre o valor de uso do produto do trabalho, o último não realizaria tal sentido de modo completo, totalizante. Lukács, assim, não questiona a hipostasia da categoria do uso para outros momentos históricos.

Apenas retomando, temos que valor, ao parecer contido na corporeidade da mercadoria, cria por meio da materialidade desta a percepção social genérica de identidade positiva entre trabalho e objetos. Destacamos, porém, que por meio das formulações de Marx (1983) é possível concebermos que valor e valor de uso são contraditórios numa identidade, e que um não existe sem o outro, como polos da contradição que se desdobra. Tal contradição, para nós, é própria do capitalismo e não de um sujeito ou de um humano transcendentais (KURZ, 2014), sendo estes, inclusive, subjetivações possíveis apenas nesta forma social. A identidade na mercadoria, presente na produção, acaba por se realizar por meio da objetificação da contradição na própria efetivação da troca. A positivação do valor de uso, como apagamento ou dominação deste sobre a abstração valor em um momento pretérito ou futuro idealizados, assim, aparece como capacidade do trabalho humano concreto se realizar na concretude dos objetos, como se isso não fosse imanente somente à forma social da mercadoria, mas

---

consequentemente, abre a possibilidade para esta classe de se apropriar, conforme seus interesses, do valor de uso de seu trabalho” (PITTA, 2011, pgs. 60 e 61).

sim proveniente de fora dela; como a materialidade do produto do trabalho em Harvey (2011), para ele uma capacidade humana positiva do trabalho concreto em geral, *ontologia do trabalho* (KURZ, 1999).

A categoria valor de uso apenas se refere a uma utilidade abstrata (mais uma definição realmente paradoxal) e nessa medida ela própria é parte integrante da abstração real moderna; não é um conceito do ponto de vista das necessidades, mas sim um conceito de representação da mediação da forma do valor (o valor de uso de uma mercadoria como forma equivalente apenas exprime o valor de troca da outra mercadoria).

O valor de uso como designação apenas faz sentido na mediação com o valor de troca, como a polaridade da relação de valor, e por isso está longe de ser “uma condição existencial do Homem, independente de todas as formas de sociedade”. Na medida em que o “trabalho” estabelece o “valor de uso”, não se trata de uma definição ontológico-trans-histórica para lá da abstração do valor, mas nada mais que o modo específico como a abstração real se apodera dos objetos, que em si nada têm de abstratos. O que Marx designa paradoxalmente como “trabalho concreto” não constitui por isso uma “necessidade natural eterna”; pelo contrário, não é outra coisa senão o modo material específico de o “trabalho abstrato” se apropriar da “matéria” natural ou social. Uma vez que isto esteja clarificado, talvez possamos continuar a usar os conceitos de Marx, consagrados como estão, no entanto com uma compreensão alterada (KURZ, 2004, p. 10).

A crítica que isola o polo abstrato da contradição da forma mercadoria pode servir para a formulação do desejo de que a mercadoria não reproduza a exploração do trabalho de uma classe social por outra, que se beneficia disso. Tal crítica, porém, não formula a continuidade dos desdobramentos contraditórios entre valor e valor de uso em razão da reprodução de elementos fundantes da sociabilidade baseada na mercadoria. A apropriação da concepção de que o trabalho concreto se materializa nas coisas cria aí a própria concepção de matéria, e do uso desta, abstração (a utilidade do objeto) proveniente da abstração real. Conceber que o trabalho não se realiza plenamente por causa da dominação da forma abstrata do valor não permite tematizar negativamente os processos de autonomização entre forma mercadoria, dinheiro, capital e ficcionalização, processos que discutimos anteriormente. A autonomização diz respeito justamente ao aparecimento da forma social coisificada como propriedade em si das coisas como matéria manipulável (e por isso, não absoluta), e do trabalho a se realizar nelas como coisificação do trabalho, este o fetichismo da mercadoria. O desdobramento do fetichismo da mercadoria em fetichismo do dinheiro e do capital não pode ser cindido, no sentido de uma autonomia, que anularia seu fundamento logicamente mais simples. O fetichismo da propriedade em si do dinheiro em se autovalorizar, ou do capital em sempre acumular por mover trabalho (na forma do valor), são derivações do fetichismo da mercadoria, do qual se autonomizam, ou seja, parecem se independer dele, apesar de

imanentemente relacionados.

O fetichismo de capital, forma de se subjetivar uma suposta capacidade do trabalho em geral de produzir valor sob o capital nos objetos concretos em geral para se satisfazer de forma progressiva e cumulativa, é fundamental para a concepção que embasa a forma de ser da reprodução fictícia de capital como viemos explicitando com o recurso à agroindústria canavieira. É tal fetichismo que faz com que a expansão em materialidade das mercadorias seja também contemplada como algo em si, apesar de ser tanto qualitativa quanto quantitativamente diferente em relação a outros momentos de reprodução ampliada capitalista ao ser movida pela determinação da reprodução fictícia do capital. Neste momento do devir contraditório do capital sua reprodução fictícia ficcionaliza a aparência social da materialidade do valor de uso da mercadoria conter valor e impele que esta não seja problematizada enquanto momento contemporâneo e crítico da reprodução da *sociedade do trabalho* (KURZ, 1999).

Vale novamente lembrar, para concluirmos, que Harvey (2011) e Lukács (2012) realizam uma problematização possível, mas que não nos contempla, da questão da crítica à forma social. Enxergam que tal acumulação de mercadorias é negativa por ser guiada para beneficiar uma parte da sociedade capitalista, sendo tal o sentido do acúmulo. Se este o fosse para o todo da sociedade, constituída por trabalhadores, parece que não haveria problema na continuidade da determinação social pela contradição da mercadoria⁷⁹ e sua consequente finalidade tautológica, a valorização do valor, já que a crítica não incide sobre esta sociedade da forma que viemos propondo, mas sobre a propriedade dos meios de produção pela burguesia. Vale dizer, como crítica à formulação de superação do capital proposta por estes autores, que a perpetuação, com a socialização dos meios de produção, da forma mercadoria de relação social contraditoriamente se desdobra desta forma logicamente mais simples em concentração dos meios de produção nas mãos de uma parte da sociedade e na exploração do trabalho como sentido da valorização do valor. Tal sentido, para nós, constitui um processo impessoal de dominação proveniente da contradição basilar que move a concorrência como critério de crise para nos sociabilizarmos sob o capitalismo. Assim, sugerimos aqui que não superação da forma mercadoria é reprodução da relação social capitalista⁸⁰.

---

⁷⁹ Já que neste caso, para eles, a abstração uso subsumiria a abstração valor, o que, para nós, não supera a forma mercadoria de dominação social.

⁸⁰ Em Kurz (2014), historicamente a constituição do valor é a passagem da forma mercadoria do capitalismo de um momento de acumulação baseado na expropriação na forma de dinheiro (fisco, por exemplo) sobre relações de

Importa também problematizarmos a reposição da forma mercadoria desdobrada historicamente pelo processo crítico que a conduz às suas características atuais. Como os trabalhadores proprietários idealmente dos meios de produção se relacionariam com o aumento da composição orgânica do capital movido pela concorrência, que desdobrou a necessidade do capital a juros para os cada vez maiores montantes em capital fixo para se iniciar uma produção de mercadorias, assim como o capital fictício para repor os processos de produção de mercadorias atualmente? Aqui, apenas um exercício especulativo...

Desde o início deste capítulo estamos problematizando que o crescimento da riqueza, seja subjetivado em termos de valor, seja em quantidade de mercadorias, é a forma da dominação social impessoal e abstrata se realizar por meio do próprio aparecimento social de positividade das necessidades humanas (todas estas abstrações reais modernas) se satisfazerem com o uso das coisas (mais abstrações reais modernas). Isso nos permite uma recolocação do problema da produtividade e da reprodução da acumulação do capital.

A crítica à lógica identitária do valor nos levou a formular a partir de Marx (1983) e de outras leituras possíveis a partir dele, a contradição imanente entre valor e valor de uso. A crítica do valor, ao não ser este entendido como contido na mercadoria, mas como fantasmagoria (MARX, 1983), permite enfatizarmos a necessidade de desontologização do trabalho. É a própria forma social da mercadoria – e sua crise imanente – que nos determina a trabalhar e a acumular e por isso o trabalho apresenta-se em devir, conforme devir dos desdobramentos contraditórios do processo de acumulação, em sua relação entre acumulação de capital e produção de mercadorias.

Assim, a relação entre trabalho que produz valor, histórico, e a produção de objetividade do trabalho na mercadoria, histórica, assume características distintas ao longo do devir crítico da sociabilidade capitalista. Se ressaltamos a necessidade socialmente posta de mediação pelas coisas por meio ou da produção de mercadorias e exploração do trabalho no tempo médio ou pela venda de força de trabalho como mercadoria, a relação contraditória entre valor e valor de uso se desdobra enquanto determinação dos participantes desta sociedade no devir histórico destes polos.

---

produção de não-assalariamento para um momento posterior de surgimento das mais-valia absoluta e relativa como necessárias à continuidade da acumulação ampliada e crítica de capital. As primeiras formas de acumulação teriam sido superadas pelo movimento da concorrência, já que passaram a ser insuficientes para a continuidade do processo capitalista. A mais-valia seria forma desdobrada da forma mercadoria, mediação social capitalista, tanto lógica quanto historicamente.

Não teríamos mais aqui apresentada uma crítica ao capitalismo que sustentasse a reprodução do resultado do trabalho e consequentemente da produção de mercadorias, mas que se desdobrasse de outra forma. Teríamos aqui a crítica de que o trabalho que produz valores de uso (sempre enquanto mercadoria, relacionado a seu polo oposto de valor) é uma realidade imanente ao capitalismo. Assim, trabalho produtor de mercadorias não seria sempre de alguma maneira idêntico a trabalho “produtivo”, por produzir coisas / mercadorias. As categorias de produtivo e improdutivo são categorias próprias ao capitalismo e dizem respeito ao capital se realizar na valorização de valor (MARX, 1983 e KURZ, 1995), a qual deve necessariamente passar pela produção de mercadorias para realizar exploração e apropriação de mais-valia do trabalhador. Potencialmente, assim, é possível haver inclusive produção de mercadorias (trabalho objetificado), podendo aí haver ou não produção de valor, sem valorização do valor (mesmo com produção de valor), sendo o trabalho improdutivo realidade sob o capitalismo. Isso exige que o fetichismo de produção seja posto como historicamente determinado, fundamentando, então, uma crítica ao fetichismo de capital ou à naturalização da capacidade de valorização do valor pelo capital como consequência de uma ontologia do trabalho.

Ressaltamos ao escrevermos sobre a agroindústria canavieira brasileira no século XXI que a própria produção de mercadorias em expansão está determinada pela necessidade crítica das empresas do setor em acessar novas e mais presentes formas de capital fictício para poderem pagar as promessas de rendimentos futuros adquiridas por elas anteriormente, no que antecede e sucede a crise fenomênica de 2007/2008. Este movimento, apesar de passar pela exploração do trabalho, parece explicitar a insuficiência desta para a reprodução social em termos de valorização do valor, necessitando repor os pressupostos de sua “acumulação” com capital fictício.

A crítica negativa à forma hodierna de acumulação do capital só se fundamenta na crítica ao fetichismo da mercadoria e de seus correlatos do dinheiro e do capital como crítica à lógica identitária e à ontologia do trabalho como formas de subjetividade que reproduzem os fundamentos mais simples (e seus desdobramentos) da forma mercadoria de relação social. É contra esta forma da mediação social e seu fetichismo que concebemos a “crítica da economia política” de Marx, subtítulo de *O Capital* (1983), diferentemente de uma leitura que vê um Marx somente crítico ao mercado ou à propriedade privada dos meios de produção, por exemplo. A crítica à lógica identitária é em si autocrítica. Parte da negação de um positivo como resultado do processo de

trabalho e da crítica ao lugar social ocupado inclusive pelo intelectual crítico da sociedade. A crítica à lógica identitária atinge seu limite ao constatar que fazer crítica negativa ainda significa estar sob mediação social das mercadorias, que nos determina a trabalhar, inclusive como críticos, daí a negatividade da própria crítica...

2.4 – Robert Kurz e o colapso da modernização: reprodução crítica improdutiva do capital em seu momento fictício

Marx (1983) destaca que a necessidade de redução crítica do tempo de trabalho por unidade de mercadoria para que esta concorra no mercado e realize a sociabilização de seus proprietários se desdobra em dois movimentos de crise que aparecem interdependentes ao longo dos três livros de *O Capital*. Estes movimentos se relacionam como que em uma espiral que se aprofunda.

Um primeiro movimento expressa o fenômeno de não-realização de uma mercadoria em particular, razão de seu valor estar fora do tempo médio socialmente necessário, que pode ser um fenômeno concomitante a diversas unidades produtivas e conduz a paralizações, falências e fusões na produção global das mercadorias, relacionadas a crises de superprodução de mercadorias. A impossibilidade de valorização do valor determina, aqui, a não-realização do valor de uso de uma mercadoria por meio de sua comercialização e consumo. Essa forma de aparecer da crise é abordada em *O Capital* ao longo de diversos momentos da exposição. Ela acompanha os processos de autonomização das formas de ser do valor, conforme desdobramentos contraditórios apresentados ao longo do texto.

No capítulo XXIII, “A lei geral da acumulação capitalista”, por exemplo, Marx (1984a) formula uma crise de acumulação que passa pela elevação dos salários dos trabalhadores em razão da expansão da produção sem aumento da massa de trabalhadores disponíveis no mercado, o que reduz as taxas de lucro do capital (*mais-valia absoluta*, Marx, 1983). A contradição entre dinheiro (autonomizado) a se valorizar e valor produzido no processo produtivo de mercadorias é neste momento formulada como determinação da acumulação como devir do capital, desdobramento da contradição mais simples da forma mercadoria, entre valor e valor de uso, conforme anteriormente destacamos. O desdobramento lógico deste momento de paralisação da acumulação passa pela realização de processos de desenvolvimento das forças produtivas baseados na *mais-valia relativa* (MARX, 1983), com redução do custo

relativo de reprodução da força de trabalho em razão do barateamento das mercadorias produzidas em menor tempo.

Tal processo, por sua vez, move a redução relativa dos postos de trabalho no processo produtivo, o que mantém um número de trabalhadores ociosos e garante o rebaixamento dos salários a fim de não travar a acumulação. Logicamente, Marx está formulando o processo de constituição da *superpopulação relativa* (MARX, 1984a).

Já no Livro II, Marx (1984b), ao tratar do processo de circulação e metamorfose do capital, aborda fenômenos de paralisação da produção e crise de valorização do valor pela superprodução do Departamento I da economia, aquele produtor de máquinas. No Livro III (MARX, 1984c e 1985), os fenômenos de crise se desdobram logicamente já que envolvem a reprodução global do capital, na relação entre as taxas de lucro e de juros, com intermediação do capital a juros, autonomizado e fomentador dos processos de produção de mercadorias para valorização do valor. O que está implícito na formulação dos momentos de crise e de paralisação dos processos produtivos neste nível da análise de Marx é a incapacidade de valorização do valor por meio da exploração do trabalho em tais processos.

Um segundo movimento de crise que Marx apresenta em *O Capital* perpassa transversalmente este acima apresentado e o desdobra em um processo que nunca se repete nos mesmos termos, mas sempre de maneira aprofundada, daí a imagem da espiral, nunca igual, sempre desdobrada. Este segundo movimento diz respeito ao aumento da composição orgânica do capital, referente justamente ao processo de desdobramento contraditório do devir crítico da concorrência sobre os capitais individuais, que se sintetiza na exploração do trabalho por meio da mais-valia relativa. Conforme Marx (1984c, L. III, T. I, Seção III: “Lei da queda da taxa de lucro”), com o aumento da composição orgânica do capital, a relação entre capital necessário a ser empregado nos processos produtivos e a mais-valia passível de ser apropriada cai tendencialmente:

A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente

em relação ao volume de capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente (MARX, 1984c, L. III, T. I, p. 164).

A imanente contradição capitalista se apresenta em tal tendência com toda sua profundidade. Os desdobramentos da contradição crítica mais simples da forma mercadoria se efetivam em um movimento necessário da ampliação inexorável do desenvolvimento das forças produtivas, o que resulta em aumento da massa de mercadorias a serem produzidas e consumidas, assim como em uma dificuldade cada vez maior do capital se reproduzir por meio da valorização do valor. O valor individual da mercadoria cai e a necessidade de aumentar a produção para incorporar trabalho produtivo que compense a dispensa promovida pelo aumento da composição orgânica engendra um processo contínuo de aprofundamento dos potenciais de paralisação da acumulação.

Vejamos, não estamos aqui mencionando somente uma relação entre dinheiro e mercadorias / materialidade, mas entre dinheiro e valor (mais-valia produzida), o qual pode ou não ser produzido no processo de produção destas mercadorias. Isso para podermos destacar que existem produções de mercadorias improdutivas, ou seja, o valor (que pode ser cada vez menor), que por meio da materialidade da mercadoria aparece socialmente, pode estar no tempo médio de trabalho ou não. A não-realização da mercadoria implica em sua produção ser improdutiva⁸¹. A realização da mercadoria produzida acima do tempo médio, também implica, em certo sentido, em que ela seja improdutiva. É possível, além disso e conseqüentemente, a reprodução, limitada no tempo e crítica, de produções de mercadorias improdutivas.

Passamos, anteriormente, pela discordância de Harvey (2011) sobre a queda da taxa de lucro como cerne para a crise fenomênica de 2007/2008. Ressaltamos que o que aparecia para Harvey como rendimentos das produções de mercadorias atuais e do sistema financeiro significaram para ele capacidade de valorização do valor. Para Harvey (2011), no capitalismo, valor está sempre contido na materialidade e a produção e a realização da mercadoria envolveria sempre apropriação de valor por parte do capitalista. Em Harvey (2011), como vimos, a crise estaria na não-realização da mercadoria e do valor em razão da superprodução aliada ao subconsumo, ou seja,

---

⁸¹ Marx ressaltara isso na sua “Complementação à análise do processo de produção” (1985, Cap. II): “Aliás, o mais-trabalho não será realizado inteiramente, porque com a constante alteração da magnitude do trabalho socialmente necessário para a produção de dada mercadoria que se origina da constante alteração na força produtiva do trabalho, uma parte das mercadorias sempre terá de ser produzida sob condições anormais e, por isso, vendida abaixo de seu valor individual” (MARX, 1985, pg. 282).

exploração desenfreada do trabalho.

Ressaltamos anteriormente também a necessidade da intermediação do capital fictício para a reposição dos pressupostos de reprodução da agroindústria canavieira brasileira e nos perguntamos sobre se isso significava ou não valorização do valor por meio da exploração da mais-valia da força de trabalho.

Marx (1983), conforme mencionamos logo acima, ao exemplificar fenômenos de paralisação da acumulação capitalista, também apresentou que a retomada (assim, sempre criticamente determinada) da acumulação move necessariamente novo salto qualitativo de aumento da composição orgânica do capital, determinando a necessidade sempre crescente de expansão da produção de mercadorias, que move relativamente cada vez menor valorização do valor. Daí a imagem de uma espiral que se aprofunda de maneira nunca idêntica:

Assim, cada um dos elementos que se opõem à repetição das velhas crises traz dentro de si o germe de uma crise futura muito mais violenta (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 28, nota 8, comentário de Friedrich Engels).

Ao estudarmos o último impulso de modernização como *modernização retardatária*⁸² (KURZ, 1999) brasileira empreendida pela ditadura civil-militar (1964 – 1985) por meio das particularidades da agroindústria canavieira como parte desta modernização (PITTA, 2011), destacamos que tal agroindústria não conseguia pagar os créditos subsidiados fornecidos pelo Estado como tentativa de fomentar uma acumulação. Tais créditos eram provenientes, por sua vez, de empréstimos internacionais tanto ao setor público quanto ao privado e compunham a dívida externa brasileira, que desde meados da década de 1950 iniciou uma escalada em sua ampliação (ALFREDO, 2013). O Sistema Nacional de Crédito Rural (1965 – DELGADO, 1985) foi constituído como promessa de industrialização da agricultura, o que transformou a composição orgânica dos capitais no campo brasileiro. Preocupou-nos estudar também a relação desta modernização com as relações de produção que o campo brasileiro

---

⁸² Conceito crítico formulado por Kurz (1999) para designar um momento de planejamento da intervenção do Estado na economia para o aprofundamento das relações sociais baseadas na forma mercadoria para uma mobilização do trabalho que pudesse acelerar o processo de valorização do valor com a finalidade de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo. A adoção desses níveis como parâmetro ocorreu em um momento particular do processo global de acumulação capitalista, já que o momento de acumulação primitiva (MARX, 1984a, I, t. II, cap. XXIV), percorrido primeiramente pela Inglaterra, se localiza em um passado remoto e não tinha nenhum nível de produtividade como pressuposto a ser alcançado. Ou seja, tal modernização deve percorrer um processo de acumulação muito maior – já que o nível de desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais é mais elevado do que foi aquele necessário para a Inglaterra colocar a acumulação sobre seus próprios pressupostos – e em muito menor distensão temporal do que aquele inglês. Por isso tal modernização é denominada “retardatária”, e daí deriva que atingir tais patamares de produtividade fosse praticamente impossível de se realizar. Retomaremos a formulação deste conceito a partir de outras abordagens nos capítulos seguintes.

passava a apresentar por meio do trabalhador assalariado volante, conhecido por “boia-fria”, e do aprofundamento do desemprego urbano e rural, no Brasil.

A crise das dívidas da América Latina, de 1983, e a moratória brasileira, de 1986, mostravam que o acesso a tais credores internacionais fazia parte de um momento particular do capital financeiro. Diversos dos países ditos “em desenvolvimento” acessaram esses créditos, sem depois lograr saldá-los.

Perguntávamo-nos sobre os desdobramentos críticos da acumulação capitalista que se sintetizavam na pletora de capitais ociosos nos cofres do sistema financeiro dos países centrais do capitalismo e na necessidade destes serem exportados para se reproduzirem por meio dos juros.

Não cabe aqui apresentarmos a formulação que empreendemos como a única possível, mas ressaltar a tomada de posição que ela confere. Como entender o advento do capital fictício para a reprodução das empresas do agronegócio brasileiro, para as contas públicas do Estado brasileiro, mas também o entrelaçamento destes com a necessidade de reprodução de capitais a juros internacionais? Nem com a superexploração do trabalhador “boia-fria”, nem com as diversas reestruturações dos canaviais para torná-los cada vez mais produtivos e mecanizados, as unidades produtivas da agroindústria canvieira se reproduziram após o fim dos créditos subsidiados. Parece que podemos dizer que enquanto foi possível o pagamento de dívidas com mais dívidas havia reprodução improdutiva crítica das empresas em questão, mesmo que produtoras de mercadorias / valores de uso / materialidade. Podemos a partir destas particularidades da reprodução capitalista questionar a formulação de Harvey (2011) acerca da capacidade de o trabalho valorizar o valor em tal momento histórico do capitalismo. Tal nos permite fundamentar uma crítica à relação identitária entre trabalho e seus produtos por meio da qual derivaríamos uma crítica aos fundamentos fetichistas do processo de reprodução social capitalista.

Robert Kurz (1999), para desdobrar uma crítica à ontologia do trabalho fundamentadora do marxismo tradicional (POSTONE, 2014) partiu de um entendimento de *O Capital* (1983) de crítica ao fetichismo da mercadoria, relação social coisificada, inclusive como materialidade, hipostasiada pelo pensamento. Por centrar sua crítica contra o trabalho, podia desdobrar as contradições da forma mercadoria de maneira que o levou a pensar no movimento de seu devir por meio dos processos de formação e crise do trabalho, que, assim, só existiria no capitalismo, desnaturalizando-o.

Para Kurz (1999), as formulações de Marx sobre a queda tendencial da taxa de

lucro teriam engendrado movimentos de reprodução do capital para além dos momentos fenomênicos de crise econômica e acumulação global de capital, no sentido de que a cada paralisação da produção o novo desenvolvimento das forças produtivas aumentaria a composição orgânica do capital e aprofundaria a crise fundamental da reprodução capitalista.

Kurz, assim, interpretou o *boom fordista* (1995) pós-Segunda Guerra Mundial como momento particular da acumulação crítica dos países centrais do capitalismo baseada na mais-valia relativa, conforme conceito marxista (MARX, 1983). O aumento da composição orgânica do capital, apesar de fomentar uma queda da taxa de lucro, pôde ser compensado por meio do barateamento das mercadorias, consumidas pelos trabalhadores, os quais teriam aumentado em número em razão da expansão também extensiva tanto do trabalho produtivo como desta mesma produção de mercadorias.

Kurz (1995), porém, destacou que concomitante a esse processo ocorreu o aprofundamento da criação fictícia de capital, para sustentar a demanda por capital inicial necessária ao investimento em bens do Departamento I (capital constante), assim como para permitir os gastos públicos com o próprio “bem-estar social”.

A expansão do modo de produção capitalista, como pressuposto da expansão fordista da massa de lucro e portanto da compensação da diminuição da taxa de lucro, implica a necessidade de ampliar permanentemente a produção e consequentemente os mercados. [...] Só enquanto esta relação foi mantida pelo menos até certo ponto, foi possível manter viva a expansão fordista “em bola de neve”, apesar da presença duma parcela desproporcional de setores improdutivos, e pagar com uma massa real de valor os juros da montanha de créditos que crescia em simultâneo.

Essa decisiva distinção está ausente da maioria dos discursos, tanto burgueses como marxistas, relativos à “teoria do crescimento”: quase sempre, o “aumento da produtividade” ou o crescimento da produtividade são identificados diretamente com o crescimento dos mercados, com a criação de valor e logo com a acumulação de capital. No entanto isso só é válido em condições bem determinadas e bastante precárias, a saber: que o aumento da produtividade seja menor do que a ampliação dos mercados internos e externos por ele possibilitado. O salto de produtividade na indústria automobilística organizado por Henry Ford fez com que para cada automóvel se empregasse muito menos força de trabalho; mas a consequente transformação do automóvel num produto de consumo de massas desenvolveu a produção automobilística de tal forma que, no conjunto, apesar da racionalização e do aumento da produtividade, mais força de trabalho pudesse ser empregada produtivamente na indústria automobilística, aumentando assim a própria produção real de valor. (...) é inevitável chegar a um ponto em que a relação se inverte: perante mercados relativamente saturados, novos saltos no crescimento da produtividade têm o efeito inverso, isto é, superam a ampliação dos mercados de trabalho e das mercadorias por eles proporcionada (KURZ, 1995, p. 18).

Para Robert Kurz (1995 e 2014), porém, a mudança qualitativa no que se refere à relação entre capital produtivo e capital fictício ocorreu a partir das décadas de 1970 e

1980, na chamada terceira revolução industrial, caracterizada pela generalização da automação dos processos produtivos com a microeletrônica, a qual teria passado a dispensar força de trabalho dos processos produtivos em números absolutos. Não estaríamos aqui nos referindo a um processo como aquele percebido por Marx, de redução relativa do trabalho vivo na sua relação com os montantes de capital fixo empregados no processo produtivo⁸³, mas sim de uma redução em termos absolutos do capital variável e da produção de valor a compor os processos produtivos.

Kurz passa a formular, então, a preponderância de um patamar de queda da taxa de lucro qualitativamente distinto dos anteriores, e passa a questionar a possibilidade da exploração da força de trabalho valorizar o valor, a partir daquele momento.

Em suma, pode-se dizer que com a revolução microeletrônica, cujo potencial está longe do esgotamento, a partir do início dos anos 1980, juntamente com a expansão fordista estagnou também a ampliação do trabalho produtivo e, portanto, da criação real de valor; assim, a partir de agora o trabalho produtivo retrocede à escala global. Isto significa que hoje já não existe o mecanismo histórico de compensação, que sustentou a expansão simultânea do trabalho improdutivo em termos capitalistas. Na verdade, a base da reprodução capitalista já alcançou seu limite absoluto, ainda que seu colapso (no sentido substancial) não se tenha realizado no plano fenomênico formal. [...] o processo de acumulação continua ainda formalmente por um certo período (e assim são auferidos lucros em termos formais), mas já sem nenhum vínculo com a substância real do valor (em queda), guiado apenas pela agora incontrolada criação de “capital fictício” e de dinheiro sem substância, nas suas diversas formas fenomênicas (KURZ, 1995, p. 20).

O que Kurz (1995) está aqui sugerindo diz respeito a uma forma de reprodução da forma mercadoria como relação social – reprodução sempre crítica – que passa pela metamorfose $D - M - D'$, mas que, por sua vez, não ocorre realizando valorização do valor. Ou seja, não deixam de existir processos de exploração do trabalho e de apropriação de mais-valia, porém, estes não ocorreriam nos montantes necessários para repor os pressupostos necessários à acumulação e à continuidade do processo social de acumulação de capital, o que configuraria uma *crise da sociedade do trabalho* (KURZ, 1999)⁸⁴. Trabalho, assim, é entendido em suas determinações históricas e pode deixar de

---

⁸³ Uma interpretação para a crise de 2008 que segue a formulação de Marx de uma queda da taxa de lucro com redução relativa do capital variável em relação ao capital constante, apesar do crescimento de ambos, pode ser encontrada em Andrew Kliman, *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession* (2012). Importa nos perguntarmos acerca de uma ontologia do trabalho que fundamentaria a perspectiva de Kliman, aprofundamento que não será possível realizarmos na presente tese.

⁸⁴ Uma variante de tal argumento pode ser encontrada no livro de Ernst Lohoff e Norbert Trenkle, *Die Grosse Entwertung: warum spekulation und Staatsverschuldung nicht die Ursache der Krise sind* [A grande desvalorização: por que a especulação e a dívida pública não são as causas da crise (tradução nossa)] (2012). Ambos os autores participam do grupo alemão Krisis, do qual Robert Kurz e Roswitha Scholz fizeram parte até 2003, quando dele se separaram para fundar o Exit!. As formulações dos dois grupos, a partir de então, passaram a ser feitas independentemente, apesar de muitos pontos centrais partirem de pressupostos parecidos que formularam e compartilharam enquanto estavam juntos, desde a década de 1980.

existir. A reprodução capitalista, a partir deste momento, poderia ser considerada improdutiva porque fictícia, apesar da continuidade determinada criticamente da “produção” de mercadorias, aliás, “produção” em níveis nunca antes alcançados.

No limite, Kurz (1995) nos possibilita pensar uma forma crítica de ser do capitalismo, que se reproduz, não indefinidamente, mas também, não produtivamente. Daí a necessidade de crítica da sociedade do trabalho e de seu moderno sistema produtor de mercadorias. Estamos diante de uma maneira de formular a reprodução hodierna do capital diferentemente de como vimos em Belluzzo (2012), que entende a reprodução fictícia do capital como “produtiva” quando empreende processos de produção de materialidade; e de como vimos em Harvey, já que para ele o trabalho é ontológico e, ao produzir mercadorias ou o espaço, é sempre “produtivo” por sempre produzir valor (forma do trabalho no capitalismo), estando a questão da crise na não-realização da mercadoria ou do espaço (como as crises imobiliárias que antecederam todos os períodos de crise do capitalismo, conforme o autor) e não na produção social de valor.

Assim, em Harvey (2001), a realização da mercadoria, independente se permeada por processos de ficcionalização, sempre significaria apropriação de mais-valia por parte da burguesia rentista, produzida a mais-valia nos processos ainda assim “produtivos”. A intermediação do capital fictício teria levado a uma aceleração dos processos “produtivos” (para Harvey) e ao descolamento dos montantes de dinheiro em relação à sua realização pela produção de mercadorias, do espaço e de valor. Estaríamos ainda aqui diante do problema do descolamento entre abstração e realidade (Harvey, 2011), já que esta continuaria a produzir valor; mas não diante de uma crise do trabalho, momento em que se produz cada vez menos valor (KURZ, 2014):

Um conceito de crise completamente diferente resulta quando nos concentramos na formulação marxiana do problema, no terceiro volume, que não parte da existência de uma contradição no âmbito da substância do valor como mero “problema de realização”, mas dessa contradição muito mais profunda e fundamental entre riqueza material ou concreta, por um lado, e substância do valor enquanto tal, por outro. A falta de procura como falta de poder de compra na forma do dinheiro não é outra coisa senão o reverso de uma falta de substância do valor dos próprios produtos enquanto mercadoria, ou seja, de uma falta geral de produção de valor. Nesse caso, porém, também o papel do desenvolvimento das forças produtivas tem de ser concebido de um modo completamente diverso, a saber, como o movimento da própria contradição interna [...] (KURZ, 2014, p. 234).

Podemos destacar que Kurz formula a predominância atual de uma forma de reprodução da sociabilidade da mercadoria que já apareceu nas formulações de Marx

(1984c e 1985, L. III, seção V), em *O Capital*, como um momento possível de ser do próprio capital. Marx, ao tematizar o que caracterizamos como uma das formas fenomênicas de crise e acumulação do capital, estudou a relação entre taxa de lucro e taxa de juros. Ali, formulou a possibilidade de, com baixa taxa de lucro porém ainda com crescimento da produção de mercadorias, a taxa de juros se manter alta e o endividamento ser pago com capital fictício, proveniente da comercialização de títulos de propriedade, muitos referentes à promessa de produção e comercialização destas mercadorias.

Uma taxa de juros elevada pode ser paga com taxa de lucro elevada, mas com ganho empresarial decrescente. Ela pode ser paga – e isso é parcialmente o caso em épocas de especulação – não a partir do lucro, mas a partir do próprio capital alheio emprestado, e isso pode perdurar por algum tempo.

[...]

Em tempos de crise, a procura por capital de empréstimos e com ela a taxa de juros atinge seu máximo; a taxa de lucro e com ela a procura por capital industrial praticamente desaparecem. Nesses tempos, cada um toma dinheiro emprestado somente para pagar, para saldar obrigações já contraídas (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 46).

Estamos diante da possibilidade de uma forma de reprodução fictícia capitalista, reprodução sempre contraditória e crítica, e que no caso ocorre como processo de dessubstancialização (KURZ, 2014) e sem valorização do valor nos níveis necessários para reprodução ampliada global do capital. Kurz (1995 e 2014) parte desta possibilidade lógica e formal, presente em outros momentos do processo histórico de desdobramento das contradições do duplo da mercadoria, para formular que a continuidade da expansão da massa de mercadorias produzidas não significa necessariamente produção e muito menos valorização do valor. Um capital individual, fora do tempo médio, que não realiza sua reprodução de forma ampliada, pode ser considerado, como já mencionamos, improdutivo. Produtivo se refere assim à capacidade de exploração do trabalho em montantes suficientes para pagar os custos de reprodução de uma unidade produtiva e garantir que no próximo ciclo produtivo ela esteja no ou abaixo do tempo de trabalho socialmente médio.

Kurz (1995), por sua vez, ao formular que a reprodução do capitalismo hodierno ocorre por meio de sua ficcionalização está ressaltando que o aumento inexorável da composição orgânica do capital (MARX, 1984c) diminui o trabalho explorado no processo de produção de mercadorias, o qual não pode mais ser considerado produtivo em sentido categorial. Com isto, o acesso do trabalhador ao dinheiro com a venda de sua força de trabalho também tende a ficar impossibilitado, fazendo com que o

momento de diminuição de trabalho vivo do processo produtivo apareça como uma crise de subconsumo em razão do trabalhador não ter salários para acessar mercadorias, a não ser por meio do crédito. Justamente por isso, para Harvey (2011), como vimos, a crise aparece como causada pela superacumulação e pelo subconsumo em razão da superexploração do trabalho, o que parece impedir a realização das mercadorias. Estamos destacando, em oposição a tal concepção, que além do processo produtivo produzir cada vez menos valor com produção cada vez maior de uma massa de mercadorias, este só seria considerado produtivo se produzisse valor suficiente para valorizar o valor e o reproduzir ampliamente. A questão está justamente na produção de valor e não em sua realização.

Com isto, porém, fica estabelecida uma contradição fundamental objetiva no seio do “sujeito automático” do fetiche do capital e da sua dinâmica histórica: por um lado, o fim-em-si da “riqueza abstrata” assenta única e exclusivamente no dispêndio cada vez maior de energia de trabalho humana, que de acordo com Marx, é a “substância do capital”, da qual o dinheiro não é mais que a forma de manifestação palpavelmente reificada. Por outro lado, o aumento constante das forças produtivas torna precisamente esta substância cada vez mais supérflua, retira-a do processo produtivo e acarreta assim a desvalorização lenta e, por fim, dramática das “objetualidades do valor” cada vez mais formais (paulatinamente dessubstanciadas) da mercadoria e do dinheiro (KURZ, 2014, pgs. 234 e 235).

Isso não significa de forma alguma que o trabalho tenha deixado de existir, o que é uma tragédia. O trabalho concebido acriticamente como produtor de materialidades para satisfação de necessidades humanas, como formulamos anteriormente, é uma necessidade, como forma de violência, posta pela forma de relação social capitalista baseada na forma mercadoria. Para nos sociabilizarmos é necessário vendermos nossa força de trabalho para acessar dinheiro e nos reproduzirmos. Ao fazê-lo estamos submetidos ao devir dos desdobramentos contraditórios desta forma social, inclusive ao momento de crise de seu próprio fundamento, o trabalho.

No momento de sua *dessubstancialização*⁸⁵ (KURZ, 2004), a sociedade produtora de mercadorias se subjetiva mais rica: nunca se produziu tanta mercadoria / valores de uso como atualmente. Os níveis de produtividade do trabalho nos processos

---

⁸⁵ Vale lembrar que a afirmação acerca do processo de dessubstancialização não implica em que tal substância seja positiva. Todo caminho que percorremos tentou demonstrar a relação entre valor, como substância do capital, em sua relação contraditória com o valor de uso da mercadoria, como corpo por meio do qual o valor se apresenta socialmente como preço. As duas categorias são negativas. O momento de dessubstancialização do capital se sustenta como desdobramento de um processo anterior, quando este ainda se apresentava substancializado, momento crítico e negativo assim como o atual, sendo a valorização do valor a finalidade tautológica de determinação da sociedade capitalista que, assim, não se reproduz sempre da mesma maneira. Ver Kurz (2004). Assim, aqui não há produção de mercadorias passível de ser defendida e conseqüentemente há crítica do trabalho/sujeito produtor de valor/mercadorias/objetos/materialidades/imaterialidades/valores de uso, assim como da valorização do valor, obviamente.

industriais movem diminuição da produção de valor e não promovem valorização do valor, que é ficcionalizada no mercado de capitais, com criação fictícia de dinheiro, inclusive negociando mercadorias provenientes de processos industriais, simulando a realização (com capital fictício) do valor por meio da realização fictícia das mercadorias. Ao mesmo tempo o aprofundamento da exploração e da precarização das relações de trabalho se generaliza universalmente. A concorrência pelos postos de trabalho que subsistem, como única possibilidade de sociabilização nesta forma, faz com que as pessoas se submetam às formas mais produtivas e de longa duração das relações de trabalho.

O aparente movimento direto D – D' só se torna fictício em sentido estrito quando o malogro do processo substancial de valorização é maquiado, pagando-se créditos que se tornaram malparados com novos créditos. É o que acontece hoje em grande escala, não só com créditos do terceiro mundo, mas também com uma grande massa de créditos às empresas e ao consumo (KURZ, 1995, p. 3).

A necessidade da ficcionalização determina a expansão da produção de mercadorias, mesmo em processo de redução de produção de valor, retroalimentando a crise de valorização, momento que Kurz concebeu como da *crise fundamental do moderno sistema produtor de mercadorias* (KURZ, 1999). Estamos nos referindo a uma crise da própria forma social, desdobramento de suas contradições críticas e não de fenômenos de crise e expansão, como aqueles de paralisação e crescimento da produção. Assim, as atuais crises fenomênicas aparentes ao nível da economia estão referidas e determinadas pela crise histórica fundamental do capital, como o fenômeno de crise de 2007/2008, por exemplo, iniciado com o “estouro da bolha” imobiliária, produção de mercadorias improdutiva e sujeita à inflação e deflação dos títulos de propriedade. Como ponto parcial de conclusão, queremos ressaltar que a lógica de inflação e deflação das duplicatas de mercadorias e dos títulos de propriedade passou a ser a lógica da determinação subjacente relacionada ao devir crítico da sociabilidade do sistema produtor de mercadorias em seu momento atual, fictício.

Ganhar e perder pelas flutuações dos preços desses títulos de propriedade, bem como sua centralização nas mãos dos reis das ferrovias etc. torna-se virtualmente mais e mais resultado do jogo, que toma o lugar do trabalho, como modo original de adquirir propriedade do capital, e também o lugar da violência direta (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 20).

Poderíamos destacar, assim, que as crises fenomênicas não são sempre qualitativamente iguais e se referem aos diferentes momentos das formas de reprodução

do capital. O atual fenômeno de expansão e crise da agroindústria canavieira também, consequentemente, estaria referenciado à atual forma de ser do capital fictício para a reprodução crítica capitalista.

Não estamos dizendo, inclusive, que tal crise signifique o fim desta forma social (nem que não possa vir a significar...), mas que estamos submetidos aos seus processos qualitativamente particulares de devir crítico. A necessidade inexorável de expansão, por sua vez, impede o retorno lógico a momentos de acumulação de valor por meio de processos produtivos, já que a composição orgânica dos capitais só tende a aumentar inexoravelmente e a produção de uma massa de mais-valia social a diminuir. A consciência reificada na concretude da objetificação do trabalho não tematiza tal ficcionalização, justamente o fundamento que contemporaneamente determina e reproduz tal forma de consciência⁸⁶, e enxerga na retomada dos processos de produção de mercadorias a retomada dos fenômenos de acumulação capitalista. Tal concepção de lógica identitária, ontológica e positiva de trabalho produtor de valores de uso ou de materialidades se repõe pela ficcionalização da acumulação e não reconhece seus próprios fundamentos sociais e históricos que atualmente estão a ruir.

A formulação da opção por estruturas sociais de controle da ficcionalização por meio do Estado ou do controle social dos meios de produção aprofunda o apagamento da proveniência da determinação crítica e conduz, na maioria das vezes, inclusive a proposições modernizadoras. Estas estruturas, ao se realizarem, reporiem seus fundamentos sociais na forma mercadoria de mediação social e se desdobrariam relacionadas justamente à reposição de tal ficcionalização – desdobramento desta forma de mediação social no atual momento histórico do sistema produtor de mercadorias.

Reconhecer a necessidade de crítica negativa ao fetichismo da mercadoria é reconhecer o limite da própria objetificação da crítica, que inclusive está submetida (estamos submetidos) ao aprofundamento da concorrência, da precarização e do aumento da produtividade do trabalho de críticos.

A necessidade de uma crítica à ontologia do trabalho, ontologia que o fetichismo da mercadoria promove, nos permite especular sobre os desdobramentos contraditórios da forma social em relação ao seu processo de realização histórico. Determinada pela

---

⁸⁶ Conforme escrevemos é a aparência de que a abstração valor estaria contida na mercadoria que move uma subjetividade reificada na formulação abstrata de que o trabalho concreto se realiza positivamente na produção dos valores de uso das mercadorias, capazes de satisfação de suas necessidades, subjetividade que apaga as determinações contraditórias e críticas sociais do fetichismo ao qual estamos sujeitados. Se esta própria objetificação está em crise, por que repô-la como ideal a ser alcançado, sendo que ela já se realiza como a própria forma da mediação social *aparecer* (MARX, 1983) sob o capitalismo?

ficcionalização crítica do processo de acumulação, a reprodução da violência do trabalho como necessidade de produção de mercadorias assumia, a partir dos anos 1970, o sentido histórico que a relação imanente para com o devir social da forma da mercadoria lhe impingia para aquele momento.

2.5 – As transformações na forma de reprodução fictícia do capital desde os anos 1970, no Brasil.

Ao estudarmos o Proálcool (1975 – 1990) (PITTA, 2011) e a determinação da expansão da produção, produtividade e área plantada com cana-de-açúcar pelos créditos subsidiados à agroindústria canavieira pesquisamos também a proveniência destes créditos. O processo de industrialização da agricultura brasileira se iniciou na década de 1950, principalmente a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955 – 1961). Tal momento do processo de modernização retardatária somente foi empreendido após a constituição das categorias do capital a nível nacional brasileiro⁸⁷, conforme autonomização de capital, terra e trabalho (MARX, 1985). Concomitantemente a tal processo de constituição, a industrialização da agricultura também apenas ocorreu a partir do aprofundamento das possibilidades de endividamento brasileiro no mercado internacional de capitais a juros.

O processo de gênese de capitais financeiros ociosos que passaram a buscar remuneração nos juros, ao invés de buscá-la no lucro da produção produtiva de mercadorias, esteve relacionado a uma superacumulação de capital nos países centrais sem alternativas lucrativas de investimento. Assim, a tentativa de modernização retardatária brasileira esteve determinada pela disponibilidade destes capitais ociosos que buscavam se valorizar. Trataremos das relações nacionais com este processo nos capítulos adiante. Em termos globais, tal disponibilidade pode ser relacionada ao esgotamento da capacidade de valorização de valor que o *boom fordista* (1945 – década de 1970) pós-Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) proporcionou (KURZ, 1995). Kurz interpretou a “estagflação” do início da década de 1970 nos EUA como síntese crítica daquela acumulação precedente baseada na formação dos mercados de circulação de dinheiro e criação de capital fictício e de exploração de mais-valia relativa (como vimos anteriormente).

O esgotamento deste processo, como decorrência da queda tendencial da taxa de

---

⁸⁷ Para aprofundamento de tal discussão ver os próximos dois capítulos do presente texto.

lucro, a partir da década de 1970 (MANDEL, 1990 e KURZ, 1995 e 2014), repôs, em outras formas, a própria produção de mercadorias. A modernização retardatária brasileira esteve vinculada a tal processo. Entendemos, assim, seus desdobramentos, como próprios ao devir de crise do próprio sistema mundial produtor de mercadorias e não como possibilidade positiva de inserção concorrencial do Brasil nas trocas internacionais.

A industrialização da agricultura brasileira, que já fora iniciada anteriormente, mas que então se aprofundou a partir do denominado “milagre econômico” brasileiro (1969 – 1973) movido por tais capitais financeiros ociosos, teria promovido a substituição de força de trabalho vivo utilizada nos processos de produção de mercadorias agrícolas, por meio de forte mecanização dos processos de trabalho.

Tal processo de mecanização também ocorreu na indústria de base (Departamento I) e de bens de consumo (Departamento II). A queda da taxa de lucro que tal financeirização promoveu, apesar de industrializar os processos produtivos, atualizando-os em relação à concorrência internacional, também ocorreu sob queda da taxa de lucro no que se refere às produções industriais e de queda de taxa de renda da terra no que se refere às agrícolas (MARX, 1985, L. III, T. II, Seção VI, Cap. XLII). A industrialização da agricultura, apresentada como “revolução verde”, buscava compensar a queda na taxa de lucro com o sobrelucro da apropriação da renda da terra, movendo, assim, também a queda tendencial desta taxa (ver próximo capítulo). A síntese crítica do processo de modernização retardatária brasileira pode ser apreendida sob os fenômenos da hiperinflação e da desindustrialização ao longo da década de 1980.

O desemprego nas cidades, formando as periferias, assim como no campo brasileiro, pode ser considerado por nós como uma superpopulação relativa em níveis absolutos, ou seja, incapaz de se mediar integralmente pelo assalariamento ou fazendo-o apenas de forma precária. Os que conseguiam se empregar se submetiam a condições de aumento da produtividade do trabalho e de precarização de suas condições e é no bojo deste processo que olhamos para o “boia-fria”, trabalhador manual assalariado do campo, e da lavoura canavieira brasileira em particular, como abordaremos no Capítulo 4 da presente tese.

Entendemos, assim, que a incapacidade de saldar o endividamento tanto privado quanto público, no Brasil, na década de 1980, esteve relacionada com a insuficiência de rendimentos em termos de taxa de lucro e de renda da terra das unidades produtivas implantadas pela modernização retardatária brasileira. Estas se reproduziram intensiva e

extensivamente, sem apresentar fenômenos de crise, somente enquanto sua produção de mercadorias era movida por processos de ficcionalização que permitiam saldar dívidas anteriores com novos endividamentos. A partir da crise das dívidas da América Latina, de 1983, esta possibilidade se tornou cada vez mais inacessível.

Até então o endividamento externo era a forma crítica desta reprodução ser determinada ficticiamente. A incapacidade de remuneração destes capitais ociosos por parte da periferia do capitalismo parece ter transformado a forma crítica de reprodução fictícia do capital. Concomitantemente a este processo, nos países centrais, origem do crédito, a automação dos processos produtivos também promoveu um processo de desemprego estrutural (KURZ, 1999). Muitos dos títulos de dívida externa foram “reciclados” pela dívida pública dos EUA, o que permitiu que estes capitais ociosos se liberassem para serem emprestados novamente (BELLUZZO, 2009). O crédito pessoal pôde compor o consumo das famílias que obtinham cada vez menores salários (HARVEY, 2011).

Processos de criação fictícia de capital também foram fomentados e alimentaram os rendimentos de títulos por meio de sua inflação, justamente os processos que denominamos por securitização das dívidas (BELLUZZO, 2009), iniciados a partir dos anos 1970, no centro do capitalismo (EUA, Inglaterra, Alemanha), e significativamente desenvolvidos e universalizados nos anos 1980, como tentativa de saída da crise das dívidas da América Latina. O comércio destes títulos representativos de índices, taxas, preços e dívidas no mercado secundário de capitais também promoveu acumulação fictícia e a inflação dos preços (inclusive de *commodities*) passou a ser fundamental na reprodução fictícia sempre crítica de unidades produtoras de mercadorias (BELLUZZO, 2012).

Marx (1983; 1984c; 1985), ao tematizar a paralisação produtiva durante os fenômenos de crise, em seu tempo, problematizou as políticas de manipulação da moeda na tentativa de retomarem uma suposta normalidade do “crescimento” econômico. Como vimos, para ele, cada novo momento de crescimento nos montantes da produção de mercadorias significava novo patamar de desdobramento da contradição imanente e determinante das relações sociais capitalistas. Marx se contrapôs ao argumento fetichista corrente entre burgueses e o Estado inglês que via na paralisação da produção a consequência da falta de dinheiro disponível no mercado nos momentos de crises econômicas, o que hoje correntemente se denomina “falta de liquidez”. Ao tratar da legislação bancária inglesa de 1844, que regulamentava o descolamento entre dinheiro e

quantidade de ouro nos cofres do sistema bancário inglês e as consequências desta legislação para a crise, escreveu:

Que nos períodos de crise fáltem meios de pagamento é evidente por si mesmo [...]. Uma legislação bancária ignorante e errada, como a de 1844 / 45, pode agravar essa crise monetária. Mas nenhuma espécie de legislação bancária pode eliminar a crise.

[...] Todo esse sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser curado pelo fato de um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, dar a todos os caloteiros, em seu papel, o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais (MARX, 1985, L. III, T. II, p. 28).

Podemos adentrar na possibilidade de relação que o excerto acima permite (guardando a diferença fundamental entre as formas de reprodução críticas do capital naquele momento histórico em relação ao atual, conforme estamos desdobrando), no que diz respeito à política de compra dos títulos inadimplentes (“podres”) promovida pelo *Federal Reserve* (Fed) estadunidense, que disponibilizou trilhões de dólares para a economia mundial (*quantitative easing* – KLIMAN, 2013), na tentativa de “solucionar” a crise econômica de 2007/2008. Importa-nos mais aqui, entretanto, aprofundar as consequências críticas da criação de novos mecanismos de reprodução fictícia do capital, como políticas de ampliação da “liquidez” do sistema capitalista, ao longo de seu momento de reprodução fictícia, a partir dos anos 1970. Por exemplo, para uma inflexão em tal período, podemos justamente apreender o contraditório planejamento econômico do dinheiro e da produção por parte do Estado, assim como do desenvolvimento do sistema de crédito por parte do capital a juros, como sujeitados à tentativa de “resolver” a crise de reprodução de uma pletora de capitais a partir da crise das dívidas da América Latina, de meados da década de 1980, o que teria aprofundado ainda mais tal crise.

Marx, ao tratar da circulação do dinheiro e da criação fictícia de capital, tenta autonomizar tais processos dos processos de acumulação de capital, inclusive para demonstrar a possibilidade dos primeiros não resolverem os momentos fenomênicos de crise, nem a contradição imanente capitalista. Assim, em diversos momentos da seção V (“O capital portador de juros”) do Livro III de *O Capital* (1984c e 1985), temos formulações como a que segue:

[...] a expansão da parte do rendimento, que é destinada ao consumo [...], apresenta-se, antes de mais nada, como acumulação de capital monetário. Entra, portanto, um momento na acumulação do capital monetário que é essencialmente diferente da acumulação real do capital industrial; pois a parte do produto anual destinada ao consumo não se torna de modo algum capital. [...] O mesmo dinheiro, que representa o rendimento, que serve como simples

mediador do consumo, se transforma regularmente, por algum tempo, em capital monetário emprestável (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 41).

Marx destaca o mesmo, inclusive, para a transformação da poupança dos trabalhadores em capital de empréstimo:

E isso vale para todos os rendimentos, à medida que se consomem pouco a pouco, portanto para a renda fundiária, o salário em suas formas superiores, as receitas das classes improdutivas (MARX, 1985, L. III, T. II, p. 39).

A centralização do capital de empréstimos nas mãos do sistema bancário promove a ampliação do capital a juros a funcionar na procura por rendimentos, e pode fomentar a valorização do valor, disponibilizando dinheiro para capitalistas empreenderem produções de mercadorias capazes de valorizar o valor, mas não garante necessariamente que isso ocorra, apesar da possibilidade de ampliação da remuneração do próprio capital a juros. Como formulamos com Marx, a valorização de valor apenas pode ocorrer em produções de mercadorias com exploração de trabalho produtivo e não nos processos de circulação de mercadorias e dinheiro (MARX, 1983):

[...] pode haver acumulação do capital de empréstimos sem qualquer acumulação real, por meios meramente técnicos, como expansão e concentração do sistema bancário, economia nas reservas de circulação ou também no fundo de reserva dos meios de pagamento particulares [...]. A massa do capital monetário emprestável [...] cresce, assim, na realidade de maneira totalmente independente da acumulação real (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 34).

[...] se essa nova acumulação encontra dificuldades para ser aplicada, por falta de esferas de investimento, havendo, pois, saturação dos ramos de produção e oferta excessiva de capital de empréstimo, essa plethora de capital monetário emprestável mostra unicamente os limites da produção capitalista. A fraude creditícia subsequente demonstra que não existe obstáculo positivo à aplicação deste capital excedente. Ela revela, porém, um obstáculo em virtude das leis de sua valorização, em virtude dos limites em que o capital pode valorizar-se como capital (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 42).

Marx (1985) reconhece, nos excertos acima, a possibilidade de acumulação de capital de empréstimos desvinculado da valorização do valor, assim como a possibilidade crítica de sua reprodução, inclusive sem passar por processos produtivos de valor. Queremos ressaltar que foi a criação de “meios meramente técnicos” de “acumulação de capital de empréstimo” que caracterizaram a reprodução (sem “obstáculo positivo”) ampliada fictícia do capital (determinada pelos “limites em que o capital pode valorizar-se como capital”) a partir dos anos 1970 e seu aprofundamento em processo para os anos subsequentes. Tais “meios meramente técnico” não devem ser tratados como capacidade dos sujeitos controlarem o devir crítico e contraditório da acumulação capitalista, mas sim como sujeição destes sujeitos (enquanto tais, formados

no e pelo próprio devir) às determinações de crise de tal devir.

Diversos destes *meios técnicos* (MARX, 1985) foram entendidos pelos críticos do neoliberalismo como desregulamentação. Formulamos que, por sua vez, tais meios fomentaram a circulação do dinheiro e criação fictícia de capital, tendo centralidade nos seguintes mecanismos: a chamada securitização das dívidas e a criação dos denominados mercados secundários e dos instrumentos chamados de derivativos (conforme destacamos com Belluzzo, 2009).

Todos estes meios técnicos ampliaram significativamente a denominada “alavancagem” geral da economia capitalista e foram fundamentais para a inflação estrutural secular que já Mandel (1982)⁸⁸ e Kurz (1995 e 2014) reconheceram para meados do século XX até os dias de hoje.

Marx, novamente, aliás, já havia reconhecido a capacidade do capital portador de juros, centralizado no sistema bancário, de promover a atualmente denominada “alavancagem”, ou seja, um descolamento entre suas reservas e sua capacidade de conceder créditos:

Mas o crédito medeia e aumenta assim a velocidade da circulação. A peça monetária individual pode, por exemplo, efetuar apenas cinco ciclos e permanece mais tempo em cada mão – como mero meio de circulação, sem interferência do crédito – se A, seu possuidor original, compra de B, B de C, C de D, D de E, E de F, sendo portanto sua passagem de uma mão para outra mediada somente por compras e vendas reais. Mas, se B deposita o dinheiro recebido em pagamento de A com o seu banqueiro e este o despende no desconto de uma letra de C, este compra de D, D o deposita com seu banqueiro, este o empresta a E, que compra de F, então sua velocidade como mero meio de circulação (meio de compra) é mediada por várias operações de crédito: o depósito de B com seu banqueiro e o desconto deste para C, o depósito de D com seu banqueiro e o desconto deste para E; portanto, quatro operações de crédito. Sem essas operações de crédito, a mesma peça monetária não teria efetuado cinco compras sucessivas no dado período de tempo. O fato de que mudou de mãos sem mediação de compra e venda real – como depósito e pelo desconto –, acelerou aí sua mudança de mãos na série de transações reais (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 54).

Na medida em que o Banco emite notas, que não são cobertas pela reserva metálica guardada em seus cofres, ele cria signos de valor que constituem para ele não apenas meios de circulação, mas também capital adicional, ainda que fictício, no valor nominal dessas notas sem cobertura. E esse capital adicional proporciona-lhe lucro adicional (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 69).

---

⁸⁸ O argumento de Mandel (1982), no capítulo 13 de *O capitalismo tardio*, denominado “A inflação permanente”, segue em linhas gerais a tese de que processos de criação fictícia de capital se iniciam com a necessidade concorrencial que resulta no financiamento de guerra da economia capitalista, desde a I Guerra Mundial (1914 – 1918). Concebe o autor que diversas regulamentações, como a Lei Bancária de 1844, supracitada, a qual dissertava sobre o limite para a criação fictícia de dinheiro por parte do sistema bancário, vão sendo destituídas como necessidade imanente à acumulação capitalista, movendo uma inflação permanente cada vez mais explícita. Esta inflação vai sofrendo “manipulações” de política econômica na tentativa fetichista de controlá-la, ora ficando centrada na inflação de títulos no sistema financeiro, ora aparecendo nos preços das mercadorias em geral.

Marx está justamente tematizando a chamada “alavancagem” que o capital a juros pode promover. Ao receber um depósito, emprestá-lo e o mesmo meio de circulação voltar a seus cofres podendo ser reemprestado, tal meio de circulação move-se como um mesmo signo de valor multiplicado. Naquele momento em que Marx escrevia, ainda assim, as reservas de ouro de um banco pareciam “lastrear” a alavancagem do sistema financeiro e das empresas. A coisa parece ainda mais fantasmagórica, hoje, quando o suposto lastro dólar x ouro já nem existe mais⁸⁹.

Ao abordarmos a crítica que a escola brasileira keynesiana da Universidade de Campinas – UNICAMP (em FARHI, 1999; BELLUZZO, 2009; e CARNEIRO, 2011) fazia aos mercados de derivativos como especulativos devido ao grau de alavancagem que estes mecanismos permitiam, era sobre tal “permissividade” dos mercados que sua crítica incidia. A crítica do marxismo à desregulamentação, como a de Harvey (2011), como forma de criar maior instabilidade no sistema, consequência da nova forma de “acumulação” que seria o “neoliberalismo”, também incidiu sobre os processos de alavancagem do capital a juros e das empresas capitalistas (como quando dos investimentos nos mercados de derivativos).

A chamada “securitização de dívidas” foi um processo que permitiu, em primeiro lugar, ampliar os montantes de capital de empréstimo disponíveis, já que a poupança de diversos investidores, incluídos aqui os fundos de pensão dos trabalhadores, podiam ao mesmo tempo investir em um fundo que reemprestava tal capital a juros para diversos devedores. O risco da inadimplência, assim, em segundo lugar, não ficava mais nas mãos dos intermediários que administram tais investimentos, que passaram a se remunerar pela administração e rentabilidade do fundo de investimento como negócio.

A criação dos mercados secundários também fomentou a ampliação dos

---

⁸⁹ Vale lembrar ainda assim da crítica que Marx (1983) remete à fantasmagoria fetichista de materialidade que o ouro como reserva metálica produz, já que não contém “valor” em si, no sentido de que valor esteja contido na materialidade do ouro, apesar deste aparecer como garantia da solvência dos bancos e empresas que o possuía como reserva. Importa e muito a citação, apesar de longa:

“Certo quantum de metal, insignificante em comparação com a produção global é reconhecido como eixo do sistema [...]. Mas, por meio de que se distingue o ouro e a prata das outras configurações da riqueza? Não é pela grandeza do valor, pois esta é determinada pela quantidade do trabalho neles objetivado. Mas como encarnações autônomas, expressões do caráter *social* da riqueza. Essa sua existência social aparece, pois, como algo do além, como coisa, como objeto, mercadoria, ao lado e por fora dos elementos reais da riqueza social. Enquanto a produção flui, isso é esquecido. O crédito, como forma igualmente social da riqueza, expulsa o dinheiro, e usurpa seu lugar. É a confiança no caráter social da produção que faz com que a forma-dinheiro dos produtos apareça como algo evanescente e ideal, como mera representação. Mas, tão logo o crédito é abalado – e essa fase sobrevém sempre, necessariamente, no ciclo da indústria moderna – pretende-se que toda riqueza real seja efetiva e subitamente transformada em dinheiro, em ouro e prata, uma existência louca, mas que necessariamente emana do próprio sistema. E todo o ouro e prata, que devem bastar para essas exigências imensas, limita-se a alguns poucos milhões nos porões do Banco” (MARX, 1985, L. III, T. II, p. 92 e 93, grifo do autor).

negócios com capital a juros, já que títulos de propriedade podiam ser negociados para além de seus preços de face (como no caso de títulos de dívida, bônus, debêntures, entre outros). Diversos índices passaram a ser negociados nestes mercados. Foi sua ampliação que permitiu a rolagem dos títulos das dívidas externas de países inadimplentes, já que tais títulos passaram a ser negociados antes de seus vencimentos, podendo o credor obter rendimentos com a negociação do preço do título. Tal mecanismo aumentou e muito a possibilidade dos países inadimplentes conseguirem compradores para seus novos títulos.

As bolsas de valores e de mercadorias e futuros também são mercados secundários, que negociam derivativos, ou seja, preços de duplicatas de títulos, índices e taxas. Elas permitem, dada a ampliação do capital de empréstimo disponível, a precificação, ao presente, de preços futuros, levando a inflação dos títulos e duplicatas a passar a determinar criticamente a produção e realização das mercadorias. A própria negociação dos preços dos títulos e duplicatas se autonomiza das promessas de produção futura, constituindo, em si, rendimento do capital a juros. Marx, surpreendentemente, também, já havia formulado, para o seu momento histórico, a possibilidade disso acontecer, sendo que hoje tal se tornou a própria determinação de crise da reprodução social capitalista:

[...] não obstante, a acumulação desses direitos ou títulos difere, como tal, tanto da acumulação real, da qual deriva, quanto da acumulação futura (do novo processo de produção), que é mediada pelo empréstimo do dinheiro (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 44).

Como vimos, os processos de automação, aprofundados a partir da década de 1970, parecem não ter significado, assim, retomada dos processos de valorização do valor, os quais, conforme Kurz (1995), passaram a reduzir, cada vez mais, a força de trabalho nos processos produtivos em termos absolutos, dessubstancializando (KURZ, 2004) a criação fictícia de dinheiro. Se a rolagem da dívida externa, que passava pela produção improdutiva (de valor) de mercadorias nos países devedores, havia deixado de ser a forma de reprodução fictícia do capital nos anos 1980, podemos formular que a partir de então tal forma se transformou com os novos mecanismos de circulação financeira e de criação de capital fictício.

O aumento da produtividade e da produção de mercadorias teria passado, assim, a ser determinado e impelido pela possibilidade que os títulos de promessas de rendimentos futuros criam, elevando os preços de suas duplicatas como títulos de

propriedade nos novos mercados secundários, o que permite o acesso a novos endividamentos e retroalimenta os processos de desenvolvimento das forças produtivas e de produção de mercadorias, sem valorizar o valor. Tal movimento justamente aprofunda a própria crise de valorização. Parece que a forma de mediação pela reprodução fictícia do capital propriamente se metamorfoseou (na passagem da década de 1980 para a de 1990) e estendeu sua possibilidade de determinação crítica enquanto momento do sistema mundial produtor de mercadorias.

Em relação aos países da periferia do capitalismo, para abordarmos ao nível dos Estados nacionais, a securitização das dívidas e a negociação de seus títulos no mercado secundário permitiu a retomada das possibilidades de endividamento. Isso ocorreu com o Brasil, a partir do Plano Brady, de abril de 1994 (RANGEL e NOGUEIRA JR., 1995), de renegociação, empacotamento e securitização dos títulos de dívida externa, o que fomentou a possibilidade de retomada do pagamento de dívidas com novas dívidas. Foram justamente os títulos Brady aqueles que Lula pagou em 2007. Apesar disso, o endividamento interno brasileiro, a partir do governo Lula (2003), aprofundou-se significativamente em relação ao endividamento externo.

As interpretações que dissertaram sobre este primeiro momento de determinação fictícia da reprodução capitalista, de início dos anos 1970 até a crise das dívidas da década de 1980, ressaltam a passagem do endividamento das empresas privadas para as estatais e para as contas dos Estados nacionais na forma de dívida externa (DAVIDOFF, 1984). Ricardo Carneiro (2002), inclusive, defende que o aumento da dívida interna dos países da “periferia” do capitalismo, como no caso do Brasil, não ocorreu como política monetária de contenção do processo inflacionário, ao longo dos anos 1980, inflação que teria sido causada pelo afluxo de capital a juros que aqui foi aplicado; mas sim, como necessidade e tentativa de manutenção das políticas de subsídios por meio da impressão de dinheiro para a reprodução das empresas tanto privadas quanto estatais, após a estagnação dos empréstimos estrangeiros, também naquela década.

Assim, pode-se dizer que o endividamento das empresas individualmente falando – que se iniciou nos anos 1950 para a modernização retardatária brasileira e aumentou substancialmente ao longo dos anos 1970 (DAVIDOFF, 1984) –, passou a aparecer nas contas do Estado na forma da dívida externa (CARNEIRO, 2002). Por meio do BNDES, aliás, foram diversas as formas de subsídio, políticas de preços e desonerações fiscais (aqui por parte do Estado), como o Proálcool, que fizeram com que o endividamento das empresas parecesse “contido” ou “natural” em termos de um

suposto “ciclo” de investimentos “produtivos”, como muitos interpretaram o “milagre econômico” (1969 – 1973). A ascensão da dívida interna a partir dos anos 1980, por sua vez, para Carneiro (2002), fomentou propriamente a inflação generalizada da economia brasileira já que não significava mais a necessidade de compensar a entrada de investimentos internacionais no Brasil, mas a própria impressão descontrolada de papel moeda na tentativa de manter a reprodução capitalista nacional ficticiamente.

No que se refere à “acumulação financeira” nacional, Carneiro (2002) destacou a persistência de uma indexação dos títulos de propriedade e de dívidas a fim de compensar a inflação, o que acabava se adiantando a esta e retroalimentando a mesma, ao que denominou “financeirização dos preços”. A suspensão da indexação durante o Plano Real (1994) levou diversos bancos à bancarrota, pois seus rendimentos estavam estritamente baseados nos diferenciais entre taxas de juros na captação e na aplicação de seus débitos. O programa de reestruturação destes bancos, o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), vigorou de 1995 a 2001, e fomentou uma transformação da anterior forma de “acumulação financeira” por meio da estruturação do mercado de capitais. A criação dos mercados secundários e securitizados promoveu a expansão dos fundos de investimentos e das corretoras, intermediadores nos mercados de capitais.

Dois movimentos podem aqui ser destacados. Em primeiro lugar foi o câmbio fixo que “ancorou” (CARNEIRO, 2002) o real ao dólar, estabeleceu uma paridade entre as moedas, e promoveu a entrada de investimentos internacionais nas empresas a serem privatizadas; em segundo foi a inflação dos títulos de propriedades (ações) negociados em bolsa de valores e as altíssimas taxas de juros básicos da dívida interna brasileira (taxa SELIC) (CARNEIRO, 2002), agora desindexados em relação à inflação, que promoveram e garantiram os rendimentos baseados na criação fictícia de capital do sistema financeiro nacional, a partir dos anos 1990. Foi, inclusive, a redução dos impostos sobre importações que impulsionou a entrada no mercado brasileiro de produtos importados e que, em concorrência com os produtos anteriormente subsidiados fabricados nacionalmente, permitiu a redução da inflação das mercadorias em geral. Aliás, as privatizações parecem ter garantido os chamados “ganhos de capital”, ou seja, a compra, a preços baixos das antigas estatais e sua precificação.

A crítica, a partir de uma perspectiva keynesiana, feita por Belluzzo de que é a produção de mercadorias que garantiria uma solução à especulação financeira (cerne das crises, para tal formulação), também está aqui presente no argumento de Ricardo

Carneiro, em sua análise do Plano Real e do “neoliberalismo”, no Brasil, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Sua crítica às privatizações se centra na venda das estatais a preços deflacionados e à sua precificação nos mercados de capitais, que teriam fomentado a entrada na economia nacional de capitais ociosos em busca de rendimentos fictícios, assim como nos rendimentos em *carry trade*, ou seja, no diferencial de taxas de juros e de câmbio (nos mercados de derivativos) que a alta da taxa de juros da dívida interna (em reais) garantiu ao capital a juros. Os rendimentos do sistema financeiro teriam inclusive passado a ocorrer sobre os investimentos relativos aos mecanismos supracitados e não mais em relação à inflação geral da economia brasileira precedente, conforme ocorrido nos anos 1970 e 1980.

A quase exclusividade dos recursos do Anexo IV foi direcionada para compra de ações de empresas estatais em processo de privatização, o que leva a inferir que, mais do que a preocupação com o fluxo de rendimentos futuros proporcionados pela distribuição de lucros e dividendos [...], a motivação principal desses investimentos residiu no ganho patrimonial resultante da valorização das ações (CARNEIRO, 2002, p. 282).

Poderíamos dizer que capitais a juros se direcionaram para um âmbito de circulação no mercado de capitais, sem passar, em um primeiro momento do Plano Real, pela ampliação significativa em termos de produção e produtividade (improdutivas de valor e por isso críticas) de mercadorias e, assim, a inflação ficou restrita a este âmbito do preço das duplicatas e títulos de propriedades nos mercados secundários, diferentemente da inflação generalizada dos preços dos anos precedentes.

A crítica de Carneiro (2002) está em demonstrar a ausência do que chama de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) de longo prazo, que, conforme seus pressupostos, garantiria a “estabilidade da economia nacional” que não seria dependente da “liquidez” de recursos financeiros internacionais. Sua crítica exige a continuidade de processos de modernização – para nós sempre criticáveis por fomentarem a reprodução das determinações da forma social da mercadoria –, porém, atualizados, ou seja, com criação fictícia de capacidade nacional para produção de mercadorias (inclusive a partir do que chama de IDE).

Assim, o que denominou desregulamentação, teria permitido, conforme seu argumento, a ampliação da dependência internacional já que teria retirado instrumentos de política econômica protecionistas e teria permitido investimentos financeiros (para ele especulativos) no mercado financeiro brasileiro, assim como suas respectivas remessas de lucros. Sua crítica, então, centra-se essencialmente nos mecanismos de

política econômica, como se estes fossem um sujeito quase-absoluto do processo social. Sua análise do Anexo IV e da CC-5 – instrumentos de regulamentação da entrada e saída de investimentos internacionais na economia brasileira, com desoneração fiscal, inclusive para tais movimentações – defende que estas teriam aumentado a dependência brasileira para com a especulação financeira:

O tipo de pressão que estes processos impõem sobre o balanço de pagamentos é evidente. Mesmo em períodos de relativa calma, a rotatividade elevada de recursos pode ocasionar instabilidade na taxa de câmbio. Por outro lado, a rápida valorização dos investimentos, que é fruto dos mercados estreitos, ocasiona, nos momentos de reversão, sérios constrangimentos cambiais, desencadeando e aprofundando crises (CARNEIRO, 2002, p. 283).

Outra mudança profunda que estabeleceu a passagem da garantia da dívida externa para a interna como locus do endividamento da economia brasileira foi a criação, tanto no Governo FHC quanto no governo Lula, dos fundos de pensão das empresas privadas e das estatais respectivamente (PAULANI, 2008).

Aliás, aqui podemos cotejar as críticas que expoentes da interpretação keynesiana nacional ao “neoliberalismo” fizeram com aquelas que alguns expoentes do marxismo tradicional nacional realizaram para estes mesmos instrumentos de política econômica. O que ambos denominaram por desregulamentação – e seus mecanismos principais, como a CC-5 e a criação dos fundos de pensão – também são o cerne de até onde as interpretações críticas de Leda Paulani (2008) e Francisco de Oliveira (2003) alcançaram.

Vale iniciar esta breve⁹⁰ apresentação dos autores ressaltando que podemos vinculá-los a uma interpretação da reprodução capitalista hodierna com pressupostos que se relacionam à interpretação que apresentamos para David Harvey (2011). Não é escuso o destaque de que Leda Paulani e Francisco de Oliveira apresentam particularidades nas interpretações tanto em relação à David Harvey, como entre si.

Ademais, importa, para a crítica que viemos sugerindo, destacar que podemos encontrar por parte desta interpretação marxista para o momento atual de reprodução capitalista uma semelhança de lógica identitária, como fundamento em comum, que a sustenta. Paulani (2008) e Oliveira (2003) reconhecem a predominância do capital a juros para a reprodução do capitalismo hoje, porém, a entendem como projeto “neoliberal” para sua reprodução ampliada “produtiva”, ou seja, com ampliação da

---

⁹⁰ Não iremos aqui enveredar pela profundidade exigida para uma compreensão das formulações de ambos os autores. Ver a crítica à concepção de Francisco de Oliveira de capital fictício por meio de sua idealização dos “direitos do antivitor” (OLIVEIRA, 1997) que realizamos mais detalhadamente em nossa dissertação de mestrado, Pitta (2011).

capacidade de valorização do valor por meio da exploração da mais-valia em processos ditos “produtivos”. Reconhecem também a possibilidade de descolamento entre a criação fictícia de capital em mercados financeiros e a ampliação da valorização do valor nestes processos de produção de mercadorias, que interpretam como sendo “produtivos”.

Leda Paulani (2008), por sua vez, elabora um corolário à teoria marxista da dependência para este momento de “mundialização financeira” (PAULANI, 2008, p. 95). Assim, para ela, a “desregulamentação neoliberal”, por meio de mecanismos como a CC-5 e a criação dos fundos de pensão, viabilizou a ampliação do que chamou de “servidão financeira”, vinculando as políticas econômicas nacionais às oscilações do mercado financeiro internacional.

Conforme sua interpretação, também baseada em uma ontologia do trabalho⁹¹, o sistema financeiro mundial estaria a se apropriar do valor supostamente produzido pelo trabalho, em nível nacional. Daí a crítica à “servidão financeira”. Paulani, desta forma, se arraiga a uma crítica da satisfação de necessidades pela mercadoria por parte de uma camada privilegiada, para ela sujeito dominante do capitalismo mundializado financeiramente, que se beneficia à custa do trabalho explorado na periferia do sistema.

Ainda que parcela considerável – e crescente – das transações financeiras não tenha nenhuma contrapartida no nível real da economia, a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento na produção e pela mobilização de nova força de trabalho (PAULANI, 2008, p. 87).

Esboça, assim, inclusive, uma interpretação modernizadora e nacionalista, que se desdobra na formulação de políticas econômicas que pudessem manter na fronteira do Estado-nação o valor produzido pelo trabalho para que tais políticas pudessem supostamente “beneficiar” a classe trabalhadora explorada. A perspectiva de fundo não incide criticamente sobre a forma social da mercadoria e seus desdobramentos contraditórios até sua ficcionalização como forma de dominação, mas à exploração da mais-valia de uma classe social por outra. A retomada da mais-valia por parte dos trabalhadores como idealismo de identidade sujeito-objeto é ponto de chegada fetichista de tal crítica.

Como ficaria, no caso, a interpretação para a realidade de que os fundos de pensão enquanto capital a juros são acionistas das maiores empresas capitalistas nacionais e são credores do Estado, o qual move a reprodução fictícia do capitalismo

---

⁹¹ Ver Paulani (2008), cap. 5: “Investimento e servidão financeira”.

nacional e internacional (conforme ressaltamos acima), “beneficiando-se” desta forma de reprodução? Sua crítica incide apenas na articulação do entrelaçamento destes fundos com a reprodução financeira nacional tendo por finalidade a “servidão financeira” internacional, sem desdobrar a contradição presente no capital acionário das maiores empresas privadas e públicas do país estar nas mãos da poupança de setores dos assalariados brasileiros como desdobramento das contradições da própria forma da mercadoria. Vale lembrar que tal contradição já havia sido reconhecida por Marx, justamente ao tratar do capital a juros, na seção V, do L. III, de *O capital* (1985, pg. 334).

Francisco de Oliveira, em *O ornitorrinco* (2003), utiliza-se da metáfora deste animal para tentar justamente compreender a contradição acima formulada. Sua crítica, fundamentada em uma concepção muito próxima à ontologia do trabalho conforme desdobramos em Lukács (2012), segue a interpretação deste autor acerca do fetichismo da mercadoria, muito próxima à de alienação. Ou seja, sob o capitalismo, o fetichismo da mercadoria serviria como forma de falsa consciência, atualmente reprodutória da exploração capitalista por meio do capital financeiro, por bloquear uma suposta “verdadeira” “consciência de classe” que levaria o proletariado a se apropriar dos meios de produção para realizar uma idealidade sujeito-objeto (ou seja, realizar seus “verdadeiros interesses”), por tal interpretação pressuposta.

Os fundos de pensão como acionistas do capitalismo financeiro atual, para Oliveira (2003), seriam justamente o fetichismo da mercadoria – nesta concepção de Lukács (2012) (diferente da que viemos nos apropriando a partir de Marx, como anteriormente desdobramos) – atuando sobre a consciência da classe trabalhadora, que se veria acessando mercadorias, de maneira que reproduziria a alienação do trabalhador em relação ao valor produzido por este nos processos produtivos e perpetuaria a exploração de classe e o benefício de uma parte da sociedade (incluída aqui esta parte dos trabalhadores acionistas) à custa de outra parte, sua maioria.

A estrutura de classes também foi truncada ou modificada [...]: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 146).

[...] não se trata de equívoco, [...], mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 147).

Oliveira enxerga, assim, o ornitorrinco como esta contradição, truncada, na qual a periferia do capitalismo se inseriu (“o ornitorrinco apresenta a peculiaridade de que os principais fundos de inversão e investimento são propriedades de trabalhadores”, OLIVEIRA, 2003, p. 149), no “domínio do capital financeiro” (OLIVEIRA, 2003, p. 149). “O ornitorrinco está condenado a verter tudo à voragem da financeirização” (OLIVEIRA, 2003, p. 150). Isso porque Oliveira insere o Brasil, conforme sua interpretação, em um meio de caminho em relação ao centro do capitalismo: “não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido [...]; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes (...)” (OLIVEIRA, 2003, p. 150).

Tanto em Paulani (2008) quanto em Oliveira (2003), a continuidade de processos de modernização, de produção de mercadorias – desde que movidos por um Estado socialista proprietário dos meios de produção, capaz de realizar uma idealidade de identidade sujeito-objeto entre trabalhadores e o fruto de seu trabalho, inclusive por meio de capital fictício do “fundo público” – não necessita ser tematizada como a própria continuidade de relações fundamentais do capitalismo conforme reprodução do sistema mundial produtor de mercadorias (KURZ, 1999) e suas determinações contraditórias, tematização crítica que estamos tentando desdobrar no presente texto.

Para nós, como viemos destacando, a criação de meios técnicos de fomento à circulação do dinheiro como meio de pagamento e de criação de capital fictício se deu como sujeição do Estado e do capital às determinações contraditórias e por isso críticas da reprodução da forma mercadoria como forma da mediação social moderna em seu momento de crise – como crise de reprodução da sociedade do trabalho e do valor (KURZ, 1999), sua substância fantasmagórica (MARX, 1983), em momento de dessubstancialização (KURZ, 2004) desta sociedade, desde a década de 1970.

Formulamos, assim, a partir do que viemos desdobrando, que foi a centralização das poupanças nacionais, com a constituição dos fundos de pensão, não necessariamente provenientes da acumulação de capital (como vimos em Marx, 1984c e 1985), que foram dirigidas a se remunerarem por meio de rendimentos do capital a juros, inclusive investidas e fomentadoras da rolagem da dívida interna brasileira⁹². São tais meios técnicos (MARX, 1985) que reproduzem ficticiamente o sistema mundial produtor de

---

⁹² “Sendo assim, esse regime busca maior liquidez no menor período de tempo e com o menor risco possível, o que torna os títulos de renda fixa, particularmente os títulos da dívida pública, os ativos por excelência de seus portfólios” (PAULANI, 2008, p. 98).

mercadorias, sem resolução da contradição basilar, mas, sim, aprofundando o descolamento entre dinheiro e valor, ou seja, como um processo social que domina e sujeita as personificações do capital. A atração de capitais a juros internacionais para investimentos no mercado de capitais brasileiro (CC-5 e anexo IV) foi retroalimentada pela criação crítica fictícia de capital que novo capital de empréstimos realizou, por meio da alavancagem promovida pela constituição dos fundos de pensão. Esta circulação de capitais a juros no sistema financeiro permitiu a rolagem da dívida externa e da interna, em ascensão, até a crise fenomênica da Rússia e da Ásia de 1998 (CARNEIRO, 2002 e BELLUZZO, 2009).

Até aquele momento, diversas empresas nacionais foram à bancarrota devido à concorrência com produtos importados e devido ao fim dos subsídios e benefícios fiscais que os governos Collor e FHC haviam impetrado. Porém, com a crise cambial e a saída dos capitais a juros internacionais, a partir de 1998, o balanço de pagamentos brasileiro não podia mais contar com a possibilidade de rolar seu endividamento e manter a inflação dos títulos de propriedade nos mercados secundários.

O segundo governo de Fernando Henrique retomou uma política de fomento à industrialização da agricultura e de bens intermediários do Departamento I (por meio de créditos subsidiados pelo BNDES, o qual até tal momento havia tentado privatizar) para atrair os investimentos internacionais nos mercados de capitais para produção de mercadorias. Sob o governo Lula, foi a inflação das duplicatas de mercadorias, com centralidade nas *commodities*, que garantiu a passagem da dívida externa brasileira para a interna (BELLUZZO, 2009 e DELGADO, 2012) e manteve os investimentos do capital a juros internacional no mercado de capitais brasileiro, assim como na busca por rendimentos na produção fictícia de mercadorias da agroindústria, das *commodities*, do setor imobiliário e do automobilístico, fomentada a realização das mercadorias pelo crédito pessoal⁹³.

Importa, para nós, aqui explicitarmos que se o capital a juros aparece na empresa individual como inflação do preço de seus ativos, o mesmo não ocorre sem estar relacionado com o endividamento do Estado (MATTICK, 2011), como tentativa de controle daquela inflação. Assim, como vimos, esta forma de reprodução fictícia do

---

⁹³ Aliás, foi este processo que apareceu como suposta “ascensão das camadas pobres” da população brasileira à convencionalmente chamada “classe C”. Não entraremos aqui na questão, mas vale dizer que para além da mensuração de camadas sociais baseada no preço das mercadorias que consome, mesmo com este consumo sendo sustentado pelo endividamento pessoal, nossa crítica se impõe à mercadoria como aparência fetichista da finalidade social e à dominação que tal forma desdobra sobre os sujeitos a ela submetidos.

capital, que apareceu em Belluzzo (2012) e em Harvey (2011), como forma de acumulação, apaga a dívida como uma das formas de aparecer do capital a juros e de seu momento fictício, fundamental para os processos críticos de inflação dos títulos e duplicatas e precificação presente de derivativos referentes aos mercados de futuros.

Vimos desdobrando a constituição destes mecanismos contemporâneos de circulação de meios de pagamento e de criação fictícia de dinheiro para explicitar uma mudança na própria forma de ser da reprodução fictícia do capital, mudança determinada pela própria crise imanente aos desdobramentos contraditórios da forma social da mercadoria. Ao nível da empresa se passou de um endividamento por empréstimos internacionais, de meados dos anos 1950 aos 1970, para um momento de inflação de seus títulos de propriedade, índices, taxas e mercadorias, da década de 1990 em diante. Ao nível do Estado Nacional se passou da estatização das dívidas como dívida externa, na década de 1970 a 1990, para a internalização das dívidas, em meados dos anos 1990 e 2000 (BELLUZZO, 2009).

Dizer que a essência da inflação das duplicatas e dos títulos de propriedade está no endividamento ao nível do Estado tampouco significa apagar o endividamento da empresa capitalista individual (MATTICK, 2011). Como vimos, na agroindústria canavieira, endividamento e lucros conviveram ao longo dos anos de crescimento do setor, tanto na década de 1970 e início dos anos 1980, quanto no começo do século XXI. Quando da incapacidade de rolar suas dívidas e de manter a inflação da mercadoria que produz e de seus ativos, muitas usinas foram à falência e continuam a fazê-lo, o que explicita a determinação fictícia de sua produção de mercadorias e de sua reprodução capitalista, a qual é parte da reprodução fictícia crítica do capital nacional e mundial.

Quanto à acumulação crítica fictícia de capital nos EUA, na década de 1990, esta esteve centrada tanto no setor imobiliário, com seu crescimento entrelaçado com o crescimento do crédito pessoal (ambos derivativos de crédito); quanto na inflação dos títulos em bolsa de valores. As dívidas internas e externas dos Estados Unidos, por sua vez, são as maiores do mundo (BELLUZZO, 2009), ou seja, tal país é o maior devedor do mundo. Países exportadores, como a China, emprestam dinheiro para os Estados Unidos que reemprestam para seus cidadãos consumirem, o que paga as mercadorias importadas, retornando o dinheiro à China que o empresta novamente aos EUA. A isso, Kurz denominou *circuito de déficit do Pacífico* (1995 e 2014). Esta relação apenas pode se ampliar com o endividamento estadunidense sustentando sua capacidade de consumo, assim como tal capacidade sustenta a rolagem de seu endividamento, até a

deflação dos títulos, índices e taxas, como aconteceu a partir de 2007/2008, ou seja, como manifestação das determinações imanentes de crise do sistema mundial produtor de mercadorias.

A quebra da bolsa de tecnologia, NASDAQ, nos EUA, já em 2001 (BRENNER, 2003), parece ter movido a acumulação fictícia de capital para processos especulativos tanto no mercado imobiliário estadunidense que apareceria posteriormente como epicentro da crise de 2008, como no comércio de títulos referentes a *commodities*, sendo uma delas o açúcar (DELGADO, 2012). O crescimento da produção de mercadorias chinesas – baseadas neste entrelaçamento de sua produção de mercadorias com a rolagem das dívidas estadunidenses e a inflação de títulos e duplicatas que o circuito de déficit do pacífico promove – parece ter sido a causa imediata espetacular especulativa para a inflação dos preços nos mercados de derivativos de *commodities*.

O *boom das commodities* (KURZ, 2011) no mercado de futuros internacional foi fundamental para potencializar a negociação de títulos da dívida interna brasileira nos mercados secundários nacionais, o que atraiu a atenção dos investidores financeiros internacionais. A possibilidade de retomada do endividamento da agroindústria canavieira, endividamento este que não havia deixado de existir ao longo da década de 1990, foi pressuposto do novo processo de aumento da produtividade, produção e área plantada com cana-de-açúcar, a partir de 2002/2003. Tal endividamento, como estudamos anteriormente, foi determinado por nova forma crítica de ficcionalização da produção de mercadorias, a partir dos anos 1990, e se fundamentou na inflação dos títulos de propriedades, ao mesmo tempo em que a moveu.

A formulação que aqui tentamos fazer entende, assim, que o período convencionalmente denominado por “neoliberalismo” (inclusive pelos autores que viemos neste texto visitando) com seus processos de flexibilização (das relações de produção) e de desregulamentação (do sistema financeiro) pode ser relacionado, consequentemente, com este processo de transição da queda da taxa de lucro do *boom fordista* para a ficcionalização como sentido do processo de produção de mercadorias, tentativa de “resolver” a “estagflação” dos anos 1970 por meio das transformações nos mercados de capitais. Não podemos entendê-lo, por sua vez, como “nova” forma de acumulação capitalista, já que a reprodução da produção de mercadorias como sociabilidade, como viemos ressaltando, é fictícia, ou seja, não se realiza como valorização do valor.

O termo desregulamentação propriamente carrega uma concepção que pressupõe

a possibilidade de escolha por parte do Estado nacional e da burguesia sobre a própria forma de acumulação capitalista, que, como escrevemos, tem seus próprios desdobramentos contraditórios, incluído no devir destes desdobramentos o próprio Estado e a burguesia, os quais aparecem em várias das interpretações aqui tematizadas como sujeitos que moveriam a acumulação, que escolheriam como realizá-la.

O fim da relação entre dólar e ouro, que já vinham se descolando anteriormente (KURZ, 1995) como processo de alavancagem por meio da criação fictícia de capital por parte do Estado de Bem-Estar Social, foi uma necessidade para a reprodução crítica do sistema mundial produtor de mercadorias ou sociedade do trabalho (KURZ, 1999). Ou seja, não foi causa do que veio a ser denominado desregulamentação, mas sim uma ação de política econômica do Estado como sujeito sujeitado ao processo social capitalista, a fim de continuar se reproduzindo criticamente. A criação dos novos mecanismos de ficcionalização tampouco foi um maniqueísmo para a reprodução do capital por parte do sistema financeiro, mas uma necessidade imposta pela sujeição destes aos desdobramentos de crise do processo social capitalista. Ou seja, foi a criação fictícia de dinheiro que passou a fomentar a reprodução crítica da relação social baseada na mediação da mercadoria.

Em relação ao mercado internacional, a consequente oscilação das taxas de câmbio dos países – que foram autorizadas a flutuar entre si pelo FMI, em 1973, tendo o dólar como referência (BELLUZZO, 2009) –, demandou o aprofundamento e diversificação dos mercados de derivativos (incluídos aqui os mercados de futuros). Primeiramente no que diz respeito às trocas internacionais e depois aos títulos, índices, taxas. Os entraves aos fluxos de capitais entre os países também foram retirados, o que permitiu a circulação dos empréstimos internacionais, inclusive para os países da periferia do capitalismo (DAVIDOFF, 1984). Estes processos de circulação para a criação de meios de pagamento nos mercados de capitais foram fundamentais para a reprodução capitalista, agora com determinação da ficcionalização por meio destes mecanismos, conforme já destacamos.

Os argumentos de que o mercado de derivativos cambiais deveria servir para “proteção” nestas trocas internacionais (FARHI e BORGHI, 2009) e não para especulação, por exemplo, não têm sentido em relação a como estamos desdobrando o devir contraditório da forma social da mercadoria. No mercado de derivativos os negociantes não “travam” o preço que desejam para sua mercadoria, mas apenas um preço de referência dentro de uma banda de preços determinada especulativamente em

sentido financeiro, ou seja, todos são especuladores. Se seu tempo de produção de uma dada mercadoria, por exemplo, está fora desta banda (acima), não adianta “proteger” nada.

Por outro lado, é possível afirmarmos que a produção capitalista é sempre especulativa, também de outro modo. Como já explicitamos, o produtor de uma mercadoria só a realiza se ela estiver no tempo médio social para produzi-la. Porém, o tempo médio é dado *a posteriori*, no mercado, no momento da troca. Até lá, o produtor especula acerca do *preço de mercado* (MARX, 1984c) que permitirá ao mesmo realizar ou não sua mercadoria em relação a seu *preço de produção* (MARX, 1984c).

Podemos arriscar, porém, que tal sentido de especulação é diferente daquele utilizado para o *cassino* (KURZ, 1995) do mercado de capitais, sendo este um desdobramento do primeiro. Neste caso, a negociação direta de taxas, preços, índices como necessidade para a acumulação fictícia na própria circulação do dinheiro nestes mercados, mas, e aqui o mais importante, também para a ficcionalização da acumulação nas próprias unidades produtoras de mercadorias em razão da especulação com títulos de propriedades referentes ao resultado de sua produção propriamente dita (como as *commodities*) é o que determina a produção e a realização ou não dos valores de uso das mercadorias. A especulação financeira passa a ser a necessidade determinante inclusive da possibilidade crítica de realização das mercadorias, sendo a deflação de seus preços – quando da incapacidade de ampliar os rendimentos nos montantes necessários para remunerar o capital a juros por meio da tendência altista de sua inflação – o critério atual para as crises fenomênicas cada vez mais recorrentes.

O próprio Belluzzo (2012) formulou a determinação da inflação dos títulos de propriedades especulativamente negociados nos mercados de capitais para a reprodução das unidades produtoras de mercadorias. Defendeu, porém, que os “males” desta reprodução estariam no exagero especulativo (assim como em Farhi, 1999; Carneiro, 2011; e Harvey, 2011), que fomentariam o descolamento entre abstração (mal) e materialidade (bem). Sua opção seria pela inflação cadenciada de tais títulos, o que seria garantida pela regulamentação e pelo fomento à industrialização da economia capitalista (solução que, como escrevemos, Harvey não defende).

Ora, viemos argumentando, porém, que tal descolamento não ocorre entre um polo positivo e outro negativo, do duplo da mercadoria. Ocorre, sim, que o descolamento entre dinheiro e valor é próprio aos desdobramentos da contradição mais simples da forma mercadoria, entre valor e valor de uso. Esta contradição exige a

relação entre ambos os polos e se desdobra impessoalmente, sujeitando os sujeitos mediados na forma social da mercadoria e em sua contradição logicamente mais simples. O descolamento ocorre não como parte maléfica de um dos momentos da forma social, mas como próprio a ela, como próprio à especulação no sentido que demos ao termo ao nos referirmos à produção e realização de uma mercadoria na sua determinação crítica pela concorrência capitalista. Esta não deixa de sujeitar as personificações sob o capitalismo, ainda mais no momento de sua necessária ficcionalização.

Se a autonomização entre dinheiro e valor atingiu a profundidade que apresenta atualmente, esta é própria ao desenvolvimento da produção de mercadorias, não tendo importância nenhuma, no que se refere a uma crítica da forma mercadoria, desejar um “recolamento” (como em Belluzzo, 2012) entre os termos; nem a manutenção futura da forma mercadoria como identidade sujeito – objeto, como em Harvey (2011), Paulani (2008) e Oliveira (2003), hipostasia de uma idealidade fundada por esta mesma forma social. O desdobramento crítico dos processos de produção de mercadorias apenas fomentou o descolamento, e a reprodução desta forma social somente aprofunda a crise de valorização do valor com aumento da composição orgânica dos capitais, o que aprofunda ainda mais tal descolamento e a reposição cada vez mais crítica da própria necessidade de ficcionalização da reprodução ampliada da produção de mercadorias. Assim, historicamente o descolamento é proveniente da produção de mercadorias e passa a ser necessário para sua reprodução crítica, o que significa que a determina como dominação social abstrata, principalmente a partir do início dos anos 1970.

Não cabe, aqui, de nossa parte, de forma alguma propormos a possibilidade de uma retomada da acumulação produtiva de capital, muito menos como corolário de um ufanismo desenvolvimentista, mas reconhecer que a determinação de processos especulativos financeiros, com sua lógica de cassino⁹⁴, para a produção e realização de

---

⁹⁴ A imagem comum utilizada para descrever esta lógica é a da “bolha especulativa” (BELLUZZO, 2009; HARVEY, 2011; KURZ, 1995). Esta se refere ao movimento de subida e descida dos preços dos títulos de propriedades nos mercados secundários (de negociação destes preços), que como vimos determinam a produção e realização das mercadorias. A imagem de bolha tenta descrever o movimento de oferta e procura nestes mercados: uma tendência de alta é retroalimentada pela perspectiva de rendimentos com a compra destes títulos por um preço abaixo do que ele poderia vir a atingir no futuro, alta desencadeada por esta mesma perspectiva. A venda deste título por um preço maior do que o de sua compra leva ao rendimento do especulador. Na realização destes rendimentos, na venda do título, o preço cai, o que aparece aos críticos do “rentismo” da especulação financeira como “instabilidade” do sistema, estouro da bolha, momento de “recolamento” aos fundamentos. O que estamos argumentando é que tais fundamentos, atualmente, o são apenas como dessubstancialização, ou seja não há possibilidade de “recolamento”... Isto significa justamente que é a crise de valorização do valor que determina que a lógica da “bolha especulativa” – aprofundamento inexorável desta crise – se ponha como forma da reprodução da dominação abstrata da forma social da mercadoria.

mercadorias, é imanente ao devir contraditório de dominação da forma social da mercadoria sobre os homens – que como homens são nela constituídos (por meio da mensuração da mercadoria, que a tudo equipara) – a qual deve ser criticada em sua negatividade e implodida.

Como síntese, podemos dizer que o que tentamos formular acerca da forma contemporânea de reprodução do capitalismo foi sua derivação da necessidade mais simples de ampliação da produção de mercadorias (e de seus valores de uso) para realização da valorização do valor por meio da exploração do trabalho produtivo, em razão do impulso concorrencial – essência crítica imanente a esta determinação social –; para seu desdobrar na necessidade determinada criticamente de promessa de produção de mercadorias como forma de adquirir títulos de promessas de rendimento futuro para pagar títulos anteriores de promessas de rendimento, fomentando a comercialização dos preços destes títulos nos mercados que os negociam (chamados secundários). Ao fim e ao cabo, a determinação última se inverte, sendo que tais títulos são negociados autonomizadamente nos mercados de capitais e são estes negócios que determinam, na sua realidade fantasmagórica, os montantes daquelas tais promessas, a capacidade de produção e a possibilidade de consumo de mercadorias no momento atual da reprodução fictícia do capital, seu momento de crise fundamental⁹⁵.

Podemos, neste momento, incorporar a formulação de Guy Debord sobre a *sociedade do espetáculo* (DEBORD, 2000), conforme a concebeu para tentar descrever o capitalismo da segunda metade do século XX em diante, a fim de complementarmos nossa síntese da forma crítica fictícia da reprodução capitalista contemporânea, conforme apresentamos acima.

4. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediadas por imagens (DEBORD, 2000, p. 14).

34. O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem (DEBORD, 2000, p. 25).

Se estamos dizendo que é a promessa de produção futura de uma mercadoria que leva à possibilidade de especulação com os títulos de propriedade a tal produção atrelados e que é a inflação de tais títulos (ações, terra ou *commodities*, para ficarmos na agroindústria canavieira, como vimos) que ficcionaliza a valorização do valor de tal

---

⁹⁵ Vale explicitar, novamente, que formulamos ter ocorrido uma mudança na forma da reprodução fictícia do capital, a partir da passagem dos anos 1980 - 1990: dos empréstimos diretos de capitais a juros ociosos do sistema financeiro para os Estados (por meio da dívida externa) e empresas capitalistas, para esta última forma da reprodução fictícia conforme acima descrita. Tal formulação se pretende sintética do atual momento de crise de reprodução da forma da sociedade do trabalho.

produção – inclusive determinando as novas promessas de produção (por meio do endividamento sobre a inflação dos títulos) – estamos diante da espetacularização da acumulação, no sentido de que é a imagem projetada da acumulação que a realiza ficticiamente. Ou seja, dizendo de outra maneira, se diversos investidores movem um processo especulativo de inflação dos títulos de propriedade de uma determinada empresa capitalista e de seus produtos, impelidos pela projeção da imagem de que a produção desta empresa pagará os juros de seus investimentos, é a própria inflação dos títulos que se realiza e paga tais juros, até sua deflação como forma de aparecimento social da crise imanente à sociabilidade capitalista e ao momento atual de crise da valorização do valor.

A produção de mercadorias, assim, continua a acontecer como especulação espetacular na inflação de seu preço, que, caso ocorra, a realiza socialmente por um período de tempo por meio de capital fictício. A realização do valor de uso das mercadorias está, assim, determinada pelos ciclos especulativos de inflação e deflação dos títulos e duplicatas a elas relacionados.

O fetichismo da mercadoria e do capital (incluído aqui o espetáculo como forma da mediação social da mercadoria desdobrada em imagem), mesmo tendo o trabalho se tornado improdutivo, continua a operar como forma de subjetividade desta sociedade, já que a realização do trabalho na materialidade sempre crescente da monstruosa coleção de mercadorias continua a aparece aos homens como capacidade humana de realização de necessidades, identidade sujeito – objeto e progresso humano. A crítica negativa à forma social da mercadoria como forma da relação social, que nos sujeita, é o limite da reificação intelectual da crítica e serve a nós de explicitação autocrítica de nossa participação, por meio do trabalho de críticos, nessa forma de mediação, inclusive neste seu momento histórico conforme estamos formulando, em particular.

Temos aqui de ressaltar novamente que a suposição de incapacidade da exploração do trabalho em valorizar o valor não significa, por outro lado, e de modo nenhum, que a opressão da dominação social abstrata por meio da necessidade do trabalho para se mediar socialmente esteja superada e esta é a questão. Muito pelo contrário, com os processos de automação da produção e aumento da composição orgânica do capital mundial, o trabalho foi se tornando, categorialmente falando, supérfluo nos processos produtivos. A continuidade, porém, da forma mercadoria como forma da mediação social determina a necessidade de venda da força de trabalho para que as pessoas se reproduzam por meio do acesso ao dinheiro que as permite consumir

outras mercadorias. A concorrência pelos postos de trabalho leva à necessidade de aceitação por parte dos trabalhadores de cada vez piores condições de trabalho e de aumento de produtividade, resultado da crise da sociedade do trabalho. A necessidade do aumento da produtividade e da produção de mercadorias incide sobre como esta ocorre inclusive na forma da espacialização da agroindústria canavieira atual, como veremos no Capítulo 3, “Determinações abstratas da crise da forma social da mercadoria sobre a espacialização da agroindústria canavieira paulista: a ficcionalização da renda da terra”. As contradições do processo de acumulação se aprofundam conforme o devir capitalista em crise, o que incide sobre a sociedade como um todo, como determinação sobre as relações de produção, conforme abordaremos no Capítulo 4, “Forma mercadoria em processo e crise do trabalho: do “boia-fria” à mecanização do corte de cana”, ambos capítulos a seguir.

Capítulo 3 – Determinações abstratas da crise da forma social da mercadoria sobre a espacialização da agroindústria canavieira paulista: a ficcionalização da renda da terra

Introdução

No capítulo anterior propusemo-nos a abordar a particularidade da agroindústria canavieira nas transformações da forma de sua reprodução fictícia. Acreditamos termos explicitado a transformação das determinações do capital fictício para reprodução crítica da forma social de mediação baseada na mercadoria, na passagem das décadas de 1970 e 1980 para os anos posteriores, aqueles de centralidade dos mecanismos de criação de dinheiro pelos mercados de capitais. Sugerimos, assim, que é a inflação dos preços dos títulos de propriedade e de duplicatas de mercadoria que passou a determinar a acumulação crítica fictícia do capital em termos globais, o que pudemos apresentar de maneira mediada a partir da pesquisa sobre a expressão deste processo na agroindústria canavieira, particularmente a paulista, neste século XXI.

Tínhamos como intenção observar as determinações críticas abstratas de dominação da forma social da mercadoria em seus desdobramentos contraditórios historicamente apreensíveis. O que formulamos como momento fictício de reprodução do capital, a partir da década de 1970, nos permitiu ressaltar uma inversão nas determinações abstratas do próprio processo de reprodução social, sendo que a produção de mercadorias passava a ocorrer não apenas determinada, mas necessariamente possibilitada pelo continuado processo de ficcionalização da valorização do valor. Tal processo retroalimentava (e continua a fazê-lo) o aumento da composição orgânica dos capitais com aumento da produtividade dos processos produtores de mercadorias, assim como a própria produção de mercadorias, ampliando a necessidade e determinação da ficcionalização em razão do aprofundamento da própria crise de valorização do valor.

Desejávamos, assim, ao dirigirmos nossas preocupações para a agroindústria canavieira, ressaltarmos a possibilidade de abordarmos concretamente uma crítica das determinações abstratas da sociabilidade capitalista, com especial interesse nas determinações abstratas das próprias categorias reais de concretude, materialidade, valor de uso, próprios à forma mercadoria e seu fetichismo. Vale dizer, sobre este último, reproduzido ficticiamente na contemporaneidade. Pudemos, então, investigar na particularidade desta agroindústria, uma produção de mercadorias que sugerimos produzir cada vez menos substância de valor – o que não defendemos como única apreensão possível dos fenômenos observados – mas que, sim, nos foi pertinente

afirmar na apropriação de tais fenômenos mesmos e nos possibilita levar adiante uma tomada de posição crítica à forma social da mercadoria, o que desejamos trazer para o debate teórico na forma da crítica negativa.

Fenômenos como a continuidade da necessidade de promessas de produção de mercadorias para pagamento de antigas promessas, a inflação dos títulos de propriedades e duplicatas de mercadorias, assim como a diminuição do número de trabalhadores com aumento da produtividade do trabalho na particularidade da agroindústria canavieira, ao serem entrelaçados com movimentos a nível nacional de regulamentação dos mercados de capitais secundários e de securitização das dívidas e a nível mundial com os mercados de futuros internacionais, nos serviram de ponto de partida para a fundamentação da crítica negativa e autocrítica que viemos formulando até aqui.

Desejamos agora derivar deste movimento primeiro, que observou processos históricos de transformação na forma crítica de reprodução fictícia do capital, a possibilidade de nos concentrarmos em uma discussão que enfoque a *espacialização* (como *abstração concreta* – DAMIANI, 2008) da agroindústria canavieira paulista. Isso, com a intenção de continuidade de crítica às determinações abstratas de categorias como concretude, materialidade, utilidade, imanentes ao duplo contraditório da forma mercadoria.

Nosso interesse em uma determinada crítica do fetichismo da mercadoria visa agora, assim, se debruçar na categoria marxiana de renda da terra (MARX, 1985). Se retomaremos aqui processos históricos, eles o serão na medida em que nos permitam articular as transformações nas determinações abstratas de crise que se realizam espacialmente. Este capítulo não se pretende, porém, essencialmente histórico. Nosso capítulo 4, “Forma mercadoria em processo e crise do trabalho: do ‘boia-fria’ à mecanização do corte de cana”, a seguir, pretende construir um caminho de desdobramento da totalidade concreta com a finalidade de abordar a formação e crise histórica do trabalho assalariado no Brasil, o que nos fará passar pela correlação deste processo com a constituição de um mercado de terras em nível nacional. Assim, algumas passagens históricas poderão se repetir tanto aqui quanto lá, porém, sempre na relação com a categoria que estará em questão, seja a terra, seja o trabalho, respectivamente abordados neste capítulo 3 e no próximo capítulo 4.

3.1 – A concepção fiscalista de espaço como coisa em si

Nos capítulos anteriores mencionamos alguns dados acerca da produção, produtividade e área da agroindústria canavieira brasileira, neste século XXI. A Tabela 1 (ver página 98) nos permitia dividir o período em dois diferentes processos. Um primeiro momento, de 2003/2004 a 2011/2012, apresentou crescimento da área colhida com cana, da produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol, além de significativo aumento da produtividade do trabalho aplicado à terra, em termos de toneladas por hectare de cana-de-açúcar. Significamos tais fenômenos por meio das determinações críticas abstratas da inflação dos preços do açúcar como *commodity*, inflação que se vinculava a uma tendência da subida dos preços das *commodities* em geral nos mercados de derivativos de *commodities* internacionais. Tal movimento do mercado de capitais moveu a especulação da transformação do etanol em *commodity*, promessa que impulsionou o aumento da produção desta mercadoria naquele período, inclusive. Tais relações que fazíamos já indicavam nossa preocupação em estabelecer as determinações abstratas da forma social da mercadoria sobre alguns dados estatísticos.

Vale mencionar apenas que, no Brasil, entre as safras 2004/2005 e 2010/2011 a área plantada com cana teve aumento de aproximadamente 43% (de 5.625.300 ha para 8.056.00 ha); a produção de cana teve aumento de aproximadamente 50% (de 415.694.500 toneladas para 623.905.100 toneladas); a de açúcar cresceu aproximadamente 45% (de 26.621.221 toneladas para 38.675.500 toneladas); e a de etanol cresceu quase 80% (de 15.416.668 mil litros para 27.699.554 mil litros). Tais números mostram também que a maioria do crescimento na produção de cana-de-açúcar foi dirigida para a produção de etanol, resultado da especulação com a inflação dos preços de tal mercadoria, assim como nos mostram também o aumento da produtividade agrícola da agroindústria canavieira em termos de toneladas por hectare, já que a produção de cana cresceu mais rapidamente que a área plantada com cana (crescimento de 50% na produção de cana e de aproximadamente 43% da área plantada com cana)⁹⁶.

---

⁹⁶ Para podermos comparar com o histórico de espacialização da agroindústria canavieira brasileira em momentos anteriores, vale o exercício a seguir. Ao longo dos anos de maior crescimento da agroindústria canavieira, no que diz respeito à área colhida com cana e à produção de cana-de-açúcar durante o Proálcool, ou seja, entre os anos de 1975 e 1985, podemos observar um crescimento de 98% e 170%, respectivamente. Para os dados ver Pitta (2011, p. 140, Tabela 7). Já para o momento que vai da extinção do Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA: 1933 – 1990) e da redução das políticas de subsídios voltadas à agricultura brasileira e à agroindústria canavieira (na primeira metade da década de 1990) até a maxidesvalorização cambial (de 1999) e a retomada de políticas estatais de créditos subsidiados para a agricultura (também a partir de 1999 – DELGADO, 2012), os dados são significativos: entre 1990 e 2000 a área com cana colhida aumentou aproximadamente 14% e a produção de cana-de-açúcar aproximadamente 24%, o que Delgado (2012) classificou como “mediocre crescimento” (dada sua posituação de “crescimento”). Para estes últimos dados e uma análise da crise da agroindústria canavieira no período ver Baccarin (2005). Estes dados

O momento subsequente, entretanto, de significativa redução dos preços das *commodities* nos mercados de futuros internacionais (DELGADO, 2012) nos permitiu observar tanto a bancarrota quanto a entrada em recuperação judicial de diversas unidades produtivas, a partir de 2008 (muitas imediatamente impactadas pelos investimentos em derivativos de crédito), assim como uma redução da produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol, inclusive com queda na produtividade agrícola, a partir de 2011/2012.

Em termos de área, produção e produtividade da lavoura canavieira brasileira apenas a área plantada com cana-de-açúcar continuou a crescer ao longo da safra 2011/2012 em relação à anterior. Enquanto esta última cresceu de 8.056.000 ha para 8.368.400 ha (3,9 %), a produção de cana-de-açúcar recuou de 623.905.100 ha para 571.471.000 ha (aproximadamente 8,5 %), a de açúcar recuou de 38.675.500 toneladas para 36.882.600 toneladas (aproximadamente 4,5 %) e a de etanol apresentou a principal diminuição, de 27.699.554 mil litros para 22.857.589 mil litros (aproximadamente 17,5%). Este último recuo está relacionado à não realização da transformação do etanol em *commodity*, ou seja: à não realização da especulação com a promessa de se poder especular com o etanol nos mercados de futuros internacionais, uma possibilidade que se abriria se o mesmo tivesse se transformado em *commodity*.

Podemos abordar tais fenômenos apresentados pela agroindústria canavieira a partir de como formulamos a forma contemporânea de reprodução crítica global do capital como ficcionalização dos processos de valorização do valor. Ou seja, por mais que estejamos tratando de processos de produção de mercadorias pela empresa capitalista, podemos, a partir do que já estabelecemos como tomada de posição crítica, apreendê-los como fenômenos em relação com o momento de crise histórica fundamental da sociedade produtora de mercadorias. Para tanto, precisamos observar tanto o primeiro momento acima apresentado, de crescimento da produção e produtividade da agroindústria canavieira, como o posterior, de aparecimento da incidência da crise econômica do capitalismo sobre o setor em questão. Ambos os momentos são, assim, formas de manifestação da crise da sociabilidade baseada na forma mercadoria. Sobre este último momento de aparecimento da crise econômica, importa para nossa análise a realização de processos de continuidade do aumento da

---

estão tabulados em Baccarin (2005, pg. 235, Anexo 1, tabela A.1). Vale ressaltar que na década de 1990 a produção de álcool hidratado declinou substancialmente, sendo que a maioria do “pequeno” crescimento da agroindústria canavieira ao longo da década foi dirigida para a produção de açúcar e de álcool anidro (acrescentado à gasolina).

área com cana-de-açúcar. Ou seja, em termos de espacialização do setor, o mesmo continuava apresentando expansão, ao mesmo tempo em que diversas usinas entravam e continuam a entrar em bancarrota ou em recuperação judicial, conforme visto anteriormente. Como, mesmo sob um momento de crise da reprodução fictícia dos capitais, a aparência objetivada espacialmente de produção de cana-de-açúcar poderia se apresentar em crescimento?

O que significa este último momento de crise econômica declarada dessa agroindústria? Significaria a possibilidade de processos de “acumulação flexível” (THOMAZ Jr., 2009) para retomada da valorização do valor, em razão da incorporação de áreas por meio da expropriação de terras de pequenos produtores para uma acumulação primitiva combinada à superexploração do trabalho⁹⁷? Significaria alguma forma de “acumulação por despossessão” (HARVEY, 2011)? Ou, pra dizermos de outra maneira, seria a “produção do espaço” (HARVEY, 2011) agroindustrial uma possibilidade de saída da crise, já que as áreas com cana estão se expandindo sobre antigos pastos de baixa produtividade? Poderíamos, por último, dizer que o que está ocorrendo são processos de “monopolização do território” ou de “territorialização do monopólio” (OLIVEIRA, 2007 e 2010) que fomentem a retomada da valorização do valor na agroindústria canavieira em expansão?

Chegaremos a esta discussão adiante. Uma análise, porém, que não considere a necessidade de crítica da forma social da mercadoria a partir dos desdobramentos abstratos determinantes de sua contradição fundamental acaba por veicular certas apropriações (das quais discordamos) dos fenômenos representados pelos dados estatísticos supracitados como se estes fossem a própria realidade em si. Uma concepção de espaço que o considere em seus aspectos aparentemente físicos, naturais ou como coisa em si pode observar naqueles fenômenos de expansão em termos de área apenas resultados positivos ou neutros do movimento da própria sociabilidade crítica, o que sugerimos ser um discurso de naturalização de diversas características fundamentais e negativas da sociedade na qual estamos inseridos.

Uma expressão significativa de uma interpretação da agroindústria canavieira por meio de critérios baseados estritamente em uma concepção do espaço como coisa em si pode ser encontrada na recentemente defendida e, por isso, muito atualizada tese

---

⁹⁷ Deixaremos a discussão sobre a superexploração do trabalho na agroindústria canavieira para o capítulo 4, “Forma mercadoria em processo e crise do trabalho: do ‘boia-fria’ à mecanização do corte de cana”, a seguir.

de doutorado de Mateus Sampaio (2015)⁹⁸.

Sampaio (2015) parte de uma concepção de “região” que tem na delimitação espacial de uma determinada mercadoria produzida o seu critério, no caso, a cana-de-açúcar. Assim, todas as categorias especificamente capitalistas são transformadas em ontológicas e servem para que o mesmo apresente a história da produção e comércio do açúcar nos últimos 5.000 anos. As diferentes “regiões” produtoras são apresentadas, com dados que dizem respeito às suas quantidades produzidas e maneiras de fazê-lo.

A pesquisa trata o tema por meio de uma proposta de regionalização da atividade açucareira, distinguindo nove macrorregiões de amplitude mundial [...]. A análise é feita com base no estudo da geografia histórica e da história contemporânea de cada uma das áreas, para nas conclusões se estabelecer um panorama de produção mundial de açúcar no momento presente. Conclui-se que no atual período da globalização, a Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil desempenha papel hegemônico no Mercado Mundial de Açúcar (SAMPAIO, 2015, p. 6).

Na realidade, o critério utilizado pelo pesquisador para se estabelecer uma “história universal do açúcar”, assim como das diferentes espacializações do açúcar é o critério de espaço como coisa em si. Assim, se uma dada atividade produtiva está localizada sobre certa parte do globo terrestre, simplesmente se mede as suas quantidades produzidas e a área por esta ocupada e se pode estabelecer um “panorama” desta produção como resultado científico de pesquisa por meio da apresentação de dados estatísticos. A conclusão acerca da hegemonia da macrorregião do Centro-Sul do Brasil na produção de cana-de-açúcar mundial nos faz perguntar inclusive das consequências da suposta neutralidade científica da pesquisa, na qual em nenhum momento estão tematizadas as determinações sociais que fundamentam a própria concepção de espaço, a partir da qual se irá abordar as produções de mercadorias e dissertar sobre elas.

Assim, Sampaio (2015), ao fazer uma história da produção de açúcar trata tal mercadoria (o que ela é aos nossos olhos somente a partir da modernidade) como coisa que sempre foi produzida pelo trabalho, concepção abstrata de trabalho, aqui hipostasiada para a eternidade como trabalho *sans phrase*, trabalho em geral. Além disso, a cana-de-açúcar e o açúcar sempre teriam sido também mercadorias, já que o historicismo de sua perspectiva ao observar a suposta existência de trocas comerciais para momentos históricos de inexistência da forma mercadoria como forma social já faz o autor pressupor o mercado e as relações mercantis como próprias às sociedades em

---

⁹⁸ 360° O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do Centro-Sul do Brasil (SAMPAIO, 2015).

geral. Por último, parece que o valor de uso do açúcar também é algo em si da coisa açúcar, propriedade imanente desta, não tendo historicidade nenhuma. Outro olhar, crítico do fetichismo da abstração utilidade, permitiria questionar inclusive a própria categoria valor de uso, na diferenciação com outras formas de sociabilidade de momentos históricos não-capitalistas.

Como o critério de Sampaio (2015) para definição do panorama da produção de açúcar é estritamente aquele relacionado ao crescimento e decrescimento da produção de sua matéria-prima e dos subprodutos desta, a organização histórica deste “movimento” é estritamente causal. Por exemplo, o pesquisador define a “invenção” dos carros *flex-fuel* como a causa do crescimento da demanda por cana-de-açúcar e etanol verificado no início do século XXI:

Apoiado em um discurso ambientalista antipoluição, em uma campanha de marketing em defesa do direito/liberdade de escolha sobre qual combustível utilizar, amparado também pelo progresso tecnológico verificado no funcionamento dos motores veiculares e pela sazonalidade de preços (traduzida basicamente em período de safra e de entressafra), o consumo de álcool voltou a crescer no país. Em pouco tempo essa nova modalidade de veículo tornou-se um sucesso de vendas, passando a representar, já em 2005, a maior parte dos veículos novos comercializados no país. Em 2010, as vendas de veículos *total flex fuel* representaram 95% do total, participação que aumentou ainda mais nos anos seguintes [...]. Diante desse aumento verificado na demanda por álcool, a partir de 2003 chamado de “etanol”, promoveu novo surto de expansão da atividade canavieira no país, passando-se a defender amplamente a ideia de que o país poderia ser o grande fornecedor mundial desse biocombustível menos poluente à atmosfera quando comparado à gasolina (SAMPAIO, 2015, p. 689).

Em relação ao aumento da demanda por açúcar o pesquisador destaca:

Com a reestruturação do comércio mundial de açúcar, verificada a partir de 1990, e com o aumento de seu consumo por parte de países superpopulosos e tradicionalmente não importadores promoveu-se um incremento exponencial nas vendas do produto brasileiro (SAMPAIO, 2015, p. 698).

A definição de Sampaio (2015) acerca das determinações do preço das mercadorias que o mesmo “investiga” também são reveladoras das naturalizações defendidas na referida tese. A própria existência de mercados de futuros de *commodities* está aqui naturalizada:

O *Raw Sugar* é comercializado por meio do Contrato n. 11, em US\$/lb; enquanto o *White Sugar* é comercializado pelo contrato n. 5, em US\$/metric tonne. Ambos são contratos futuros e teoricamente estão sujeitos às chamadas leis de mercado. Conforme aumenta a demanda, sobe o preço; quando se eleva a oferta, cai sua cotação; se aumenta seu custo médio de produção, este é acompanhado por um aumento de seu preço, e assim por diante (SAMPAIO, 2015, p. 88).

Aqui não se encontra nada acerca dos processos produtivos para valorização do valor por meio da exploração do trabalho, não se diz nada sobre as formas de exploração do trabalho, nem há abertura para um questionamento da noção de progresso como subjetividade que entende positivamente o crescimento da produção de mercadorias. Em Sampaio (2015) não é a exploração da mais-valia enquanto determinação da produção de mercadorias que define tais produções, mas é a “lei da oferta e da procura” que supostamente pautaria o que deve ser produzido para atender supostas necessidades humanas, o que, de resto, se coaduna com uma perspectiva de progresso do fetichismo da *imensa coleção de mercadorias* (MARX, 1983, L. I, T. I, p. 45).

A causalidade das “leis da oferta e da procura”⁹⁹ aparece aqui (SAMPAIO, 2015) como determinação das necessidades humanas a serem satisfeitas pela engenhosidade do trabalho, trabalho que se realiza positivamente e sem contradições naquilo que produz, conforme tal formulação fetichista. Toda essa argumentação, vale dizer, está permeada por gráficos, tabelas, planilhas e mapas indicando com dados e representações cartográficas o crescimento da produção de cana-de-açúcar, de açúcar, de etanol, de carros, de energia elétrica, entra outras mercadorias. Tais abstrações, aliás, são reveladoras no que diz respeito ao apagamento que se opera por tal forma de se relacionar com a forma de sociabilidade como se fosse reles objeto positivista e unitário do conhecimento, ou seja, a forma social e suas determinações contraditórias abstratas reais nunca são tematizadas enquanto tais, ficando assim naturalizadas.

As representações cartográficas apresentadas por Sampaio (2015) reconhecem o aumento na área e na produtividade da cana-de-açúcar, neste início de século XXI, além de observar seu movimento para o oeste (Mapa 1), majoritariamente sobre terras de pastagem, reconhecidamente menos produtivas¹⁰⁰. Porém, sua análise é estritamente descritiva deste movimento, o que se coaduna com sua concepção de causalidade utilizada para interpretação das determinações destas espacializações, assim como com a concepção de espaço que utiliza.

---

⁹⁹ Para uma discussão crítica da “lei da oferta e da procura” a partir da crítica do valor de Marx, ver no próximo capítulo, a nota 159, na página 295.

¹⁰⁰ “A canavieira tem se deslocado em direção às terras de pastagens, onde 60 a 80% dos territórios são classificados como áreas de pecuária. Frequentemente se escuta falar que a cana se expande sobre as ‘pastagens degradadas’. Isso é verdade, porém uma verdade incompleta. A cana se expande também por áreas de cultivos de grãos, de agricultura camponesa, de vegetação nativa...” (SAMPAIO, 2015, p. 751).

Mesmo as representações cartográficas que Sampaio (2015, pgs. 759 e 764, por exemplo) utiliza para explicitar a área ocupada com cana e sua variação no aumento da área que o movimento para o oeste paulista implicou são para nós insuficientes para a formulação que sugerimos desdobrar até o momento, já que meramente descritivas a partir de um ponto de vista que entende o espaço como fisicalidade.

Mapa 1 – Áreas canavieiras: processo de interiorização da atividade (2010)

Org: Sampaio (2015, p. 745).

Reconhecemos a necessidade de abordarmos adiante a espacialização da cana-de-açúcar em São Paulo, neste início de século XXI, e tentaremos fazer isso a partir da relação com a categoria marxiana de renda da terra, para podermos mobilizar uma perspectiva crítica sobre as determinações abstratas deste fenômeno da agroindústria canavieira. Importa destacarmos que a representação cartográfica acima é insuficiente para expressar que tal “interiorização” ocorre ainda hoje sobre produções de mercadorias já existentes, como nas terras com produção de laranja, na Região Administrativa (RA¹⁰¹) de São José do Rio Preto, por exemplo (terras muito

¹⁰¹ Iremos, na presente tese, nos utilizar da divisão regional utilizada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) (da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo) em Regiões Administrativas (RAs), para podermos comparar o movimento de espacialização da agroindústria canavieira paulista atualmente com aquele apresentado ao longo do Proálcool. Para aquele período a regionalização definida pelo planejamento estatal era feita em Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), e foi a partir delas que estudamos a abstração real espacial da agroindústria canavieira paulista para os anos 1975 a 1990, em São Paulo. A substituição das DIRAs pelas RAs ocorreu a partir de meados dos anos 1990. Podemos destacar que a diferença entre ambas as divisões é pequena e, por isso, poderemos tratá-las como equivalentes – até mesmo por se ter partido do mesmo impulso do planejamento modernizador por parte do Estado para se elaborar ambos os recortes. Quando necessário destacaremos as diferenças para que não nos equivoquemos nas comparações. Um estudo do próprio IEA relacionando as duas regionalizações diz o seguinte: “A principal hipótese é que a agregação de dados, tanto por RA como por DIRA, não apresenta distorção para a maioria dessas duas divisões, exceto quando envolve os municípios da Capital e os da RA da Região Metropolitana” (NETO, MOREIRA e COELHO, 1993).

produtivas), ou nas terras de pastagens, como na RA de Presidente Prudente. Tal espacialização, assim, não realizaria uma “abertura de fronteira”, mas ocorre como destruição do capital fixo aplicado à produção de uma determinada mercadoria (laranja ou carne) e como implantação de um novo capital fixo, com a “estruturação do canavial” para a produção de cana-de-açúcar. De tal investimento “produtivo” depende a produtividade do canavial. Quais são as determinações de tal transformação?

Espaço, por outro lado, conforme entendimento que temos das perspectivas de Sampaio (2015), é tratado por ele como objeto a ser conhecido positivamente, como algo concreto. A “região” (SAMPAIO, 2015) é assim utilizada como o recorte que o conhecimento humano faria sobre o espaço, entendido como coisa em si trabalhada pelo homem para lhe satisfazer.

Embasados por essa abordagem teórica, ao longo do texto diferentes regiões são criadas, adaptadas, subdivididas ou ampliadas, de acordo, por exemplo, com as variações ocorridas na produção mundial de açúcar [...]. Aceitamos, ainda, haver uma “indissociabilidade entre os processos de ‘recortar’ o espaço e ‘recortar’ o tempo”, premissa muito importante para uma pesquisa que se inclina em alguns momentos ao estudo de geografia histórica (SAMPAIO, 2015, p. 49).

Já é possível ao interlocutor perceber que discordamos de tal apropriação da categoria de espaço. Viemos desde o início sugerindo a importância de explicitarmos as contradições do que aparece como unidade da mercadoria, contradições entre as abstrações valor e valor de uso; ou abstração e concretude. Sugerimos, também, nos capítulos anteriores, como o processo impessoal e abstrato do devir de crise imanente de valorização do valor atingiu seu momento de crise categorial como dessubstancialização, o que passou a determinar de maneira particular a reprodução dos sujeitos sujeitados na sociabilidade da mercadoria, assim como as formas de reprodução da própria empresa capitalista.

A apropriação da categoria de espaço como categoria crítica, sugerimos aqui, pode o ser de forma a permitir-nos criticar as determinações abstratas dos desdobramentos contraditórios e críticos da forma social da mercadoria na qual nos inserimos como forma de dominação e não como realização positiva de supostos “desígnios” do humano nas coisas que este está determinado atualmente a produzir.

Adorno (1995), ao tematizar criticamente as categorias *a priori* estabelecidas

---

A explicitação cartográfica dos dados que iremos abordar criticamente neste presente capítulo 3 está disponibilizada ao final da tese, nos “Anexos”. A mesma tem por intenção apresentar ao interlocutor a espacialização da agroindústria canavieira paulista a partir do recorte espacial positivista (como forma da subjetividade fetichista) do planejamento do Estado em DIRAs e RAs, base sobre a qual elaboramos aqui nossa crítica.

como abstrações fundamentais do conhecimento humano por Kant – a saber o tempo e o espaço –, já formulara a necessidade de se observar como abstrações do pensamento se coisificam e por isso aparecem ao sujeito também coisificado como propriedades imanentes às próprias coisas, não o sendo, porém. Assim, Adorno exigia da crítica a negação – como *dialética negativa* (ADORNO, 2009) – das formulações de defesa da identidade sujeito e objeto, procedimento que cabia, conseqüentemente, às abstrações que se hipostasiavam sobre os objetos do conhecimento. Em aberta crítica ao problema da coisa em si kantiana, Adorno (1995) se referia ao não-idêntico entre sujeito e objeto, abstrato e concreto, como tal procedimento de negação da coisificação da relação social (*a primazia do objeto* – ADORNO, 1995) quando esta é subjetivada como positivação de um suposto sujeito autônomo.

[...] Aquilo que se pretende mais evidente, o sujeito empírico, deveria propriamente considerar-se como algo ainda não existente; nesse aspecto, o sujeito transcendental é *constitutivo*. Presumidamente origem de todos os objetos, ele está objetificado (*Vergegenständlicht*) em sua rígida intemporalidade, perfeitamente de acordo com a doutrina kantiana das formas fixas e imutáveis da consciência transcendental. Sua fixidez e invariabilidade que, segundo a filosofia transcendental, produz os objetos – ou, ao menos, lhes prescreve as regras – é a forma reflexa da coisificação dos homens, consumada objetivamente nas relações sociais (ADORNO, 1995, p. 186).

As categorias tempo e espaço, podem ser criticadas quando entendidas como abstrações externalizáveis enquanto hipostasias que aparecem ao sujeito do conhecimento como imanentes às coisas, como coisas em si, como físicas, mas podem ser também inclusive criticadas em relação a como Kant as entendeu, como pressupostos do conhecimento trans-histórico do homem em geral.

Adorno (1995) e depois Kurz (2014) e Scholz (2009) elaboraram a crítica ao *sujeito transcendental kantiano* (ADORNO, 1995) ao fundamentá-lo historicamente, enquanto forma de positivação de um sujeito do conhecimento imanente à forma do sujeito surgido da mediação social da mercadoria¹⁰², ou seja, de suas determinações abstratas. A derivação daí possível é a de que o espaço, abstração própria ao moderno

---

¹⁰² Para sermos mais exatos, Adorno (1995) aborda a forma da troca, concepção que Kurz (2014) e Scholz (2009) vão criticar por ser insuficiente para levar à crítica do trabalho que ambos viriam a propor a partir da crítica ao fetichismo da mercadoria. Este não se reduz ao momento da troca, mas já se apresenta no fetichismo que idealiza uma identidade entre trabalho e mercadoria já para o momento da produção desta. Para tal discussão, favor ver Scholz (2009).

“[...] a primazia do objeto significa que o sujeito é, por sua vez, objeto em um sentido qualitativamente distinto e mais radical que o objeto, porque ele, não podendo afinal ser conhecido senão pela consciência, é também sujeito” (ADORNO, 1995, p. 187 e 188).

Adorno, assim, por sua vez, alcança a crítica do fetichismo de sujeito (como sujeito transcendental kantiano) que Kurz (2014) e Scholz (2009) iriam posteriormente derivar do fetichismo da mercadoria. Os três partem, por isso, de apropriações das formulações de Marx (1983), nunca é demais ressaltar. Daqui desdobramos também a crítica ao nosso lugar negativo de sujeitos da crítica teórica como possibilidade da autocritica necessária: “Crítica da sociedade é crítica do conhecimento e vice-versa” (ADORNO, 1995, p. 189).

(assim como o tempo o é), pode ser apropriado como expressão real ou concreta daquelas determinações abstratas e não pode ser considerado como contendo propriedades em si que dados estatísticos abstratos ou representações gráficas ou cartográficas possam a estas supostas propriedades se identificar positivamente.

Anselmo Alfredo (2013) nos sugere que a categoria de espaço deva ser apreendida como aquela que permite a crítica da *simultaneidade negativa* própria à validação da mercadoria pelo tempo médio socialmente necessário sob a sociabilidade capitalista. Conforme já abordamos em nosso Capítulo 2, é da forma mercadoria, por meio de sua equivalência abstrata que, na transformação dos valores em preços, define aquelas mercadorias que se realizarão com lucro e aquelas que não e que, conseqüentemente, ao fim e ao cabo, não se reproduzirão. Tais determinações abstratas da forma do valor impõem o devir por meio da concorrência dos capitais, justamente em razão da possibilidade sempre crítica da reprodução ampliada não ocorrer para aqueles fora do tempo médio necessário, medida que exclui parte daqueles que a compuseram. A exclusão só ocorre *a posteriori*, mas já está definida na produção, daí a simultaneidade negativa. A possibilidade de compreensão fetichista do tempo abstrato como progresso não estaria considerando o espaço abstrato como tal simultaneidade acima explicitada. O devir histórico está, assim, determinado pela crise de reprodução social e não por uma relação positiva entre sujeitos e objetos. Tal devir como desdobramento contraditório conduziria à queda tendencial da taxa de lucro e ao capital fictício como forma da reprodução crítica do capital em seu momento de crise fundamental (ALFREDO, 2013), momento que consideramos termos atingido a partir da década de 1970 (KURZ, 1999 e 1995).

Ou seja, na modernização a linearidade temporal é como desgaste de sua capacidade de acumular, na medida em que se realiza como custos da reprodução, ou detração do valor.

[...] A mercadoria, para se constituir enquanto tal, deve comportar este elemento abstrato do simultâneo como sua identidade. A unidade posta como trocabilidade sob a forma valor, se expressa numa indistinção das unidades simples que, em certa medida, se faz como passagem para a realização de seu conteúdo mediático, enquanto sua abstração. A simultaneidade, elemento que permeia os mais distintos momentos desta sociabilidade, constituindo-se como forma, visa à diferença em segundo grau, pois é uma diferença das mercadorias posta em sua trocabilidade, como aquilo que se põe como identidade do diferente. A simultaneidade lógica efetiva tal irracionalidade pela ilusão de sucessão posta como relação possível nas subjetividades sociais. É nesta relação ilusoriamente racional que torna possível a realização irracional da troca (ALFREDO, 2013, pgs. 42 e 43).

O espaço como simultaneidade negativa da realização crítica da desmedida da

troca de mercadorias não pode, assim, ser entendido em sua fisicalidade. A possibilidade crítica a tal fetichismo já aparecia, por exemplo, na discussão de Marx acerca da função do valor no processo produtivo. Contra a economia política clássica, que entendia os elementos do processo produtivo a partir do que apareciam como propriedades imanentes à sua materialidade, por exemplo, no que diz respeito à separação entre capital fixo e circulante, Marx observava as diferenças existentes entre “as formas pelas quais o capital se transmuta para realizar sua valorização” (ALFREDO, 2013, p. 38). Daí a diferenciação entre capital constante e capital variável. Não seriam as propriedades que aparecem como imanentes às coisas, mas as formas da abstração valor que aparecem na corporeidade das coisas que são o que definem e determinam o lócus da materialidade no processo produtivo, sendo que tal materialidade é forma de consciência fetichista do fim tautológico da valorização do valor:

A fixidez, portanto, não se relaciona à condição imóvel da matéria no sentido estritamente físico que isso poderia levar, mas a não poder pôr todo o seu valor nos montantes da mercadoria que realizam esse mesmo valor, de modo que esta materialidade se explicita, na análise, como ilusão de materialidade, donde sua importância negativa no processo de valorização como um todo. O movimento e a fixidez físicas dos elementos do moderno e da modernização, tão somente são forma de eludir o valor e sua necessária análise crítica, permitindo incorporar a materialidade como ilusão de não abstração (ALFREDO, 2013, p. 39).

Aqui podemos definitivamente nos encontrar com a formulação crítica de Amélia Luisa Damiani (2008), a partir de sua apropriação de Henri Lefebvre (2006). Sua compreensão do espaço como *abstração concreta* (DAMIANI, 2008) permite à autora apreender aquele como mercadoria e, por isso, como a própria mediação social. A *produção do espaço*¹⁰³ (DAMIANI, 2008) como resultado do trabalho abstrato para sua produção como forma mercadoria constituiria uma forma de dominação social impessoal e abstrata dos resultados do trabalho sobre o próprio homem ao se autonomizar deste e se reproduzir fetichistamente como *reprodução das relações sociais de produção* (LEFEBVRE, 2006 e DAMIANI, 2008):

Então o espaço é o antecedente essencial, purificado do real enquanto conceito abstrato, ou pode ser o resultado de uma ação que realiza essa adequação essencial. O eixo de sua superação, da superação dessa concepção, é admiti-lo como *mediação* social fundamental – da vida corporal físico-sensível e simbólica a toda trama de relações sociais. Não só espaço produtivo, do ponto de vista da economia – força social produtiva –, mas espaço vivido, envolvido

---

¹⁰³ Aqui nos aproximamos da concepção de Damiani (2008) de *produção do espaço*, a totalidade como mediação social autonomizada, concepção diversa da de “produção do espaço” de David Harvey (2011), que vínhamos grafando entre aspas, e que consideramos referida à uma hipostasia da capacidade do trabalho humano valorizar valor como “ajuste espacial” por meio da produção do espaço como mercadoria.

na reprodução das relações sociais (DAMIANI, 2008, p. 209).

Estamos falando, então, de uma ideia de totalidade da categoria de espaço enquanto produção do espaço. A categoria de produção do espaço desloca a concepção teórico-abstrata de espaço da ciência espacial [...]. Nesse sentido, é possível recuperar a ideia de espaço abstrato, no interior da produção do espaço, e não como paradigma teórico-abstrato ideal. Ele absorve a historicidade da formação econômico-social capitalista. Esse espaço abstrato, historicamente determinado, se define, portanto, negativamente. Há relação entre alienação social e produção do espaço abstrato. Como mediação concreta para formação e reprodução das abstrações concretas da sociedade moderna – a mercadoria, o dinheiro, o capital, o trabalho abstrato, o Estado, a técnica, o ambiente; em síntese, o valor de troca –, o espaço, enquanto produção do espaço. Ganha a mobilidade dessa economia moderna, mercantilizando-se também, e chega a ter uma mobilidade mais voraz que a do território estatista, que está entre seus instrumentos de apoio. Ele mesmo, o espaço, portanto, vai se pondo como abstração concreta. No interior da produção do espaço, negativamente, e consumindo a vivência, coloca-se a história idealista da teoria do espaço como ideologia tecnocrática eficaz (DAMIANI, 2008, p. 210).

Neste sentido, ao não ser a *produção do espaço* (DAMIANI, 2008) uma categoria de análise positiva, a mesma já carrega a negatividade da autonomização de suas formas concretas de produção como dominação abstrata e crítica. Para nós, este é o mesmo ponto de chegada que almejamos ao sugerirmos a necessidade de crítica da forma mercadoria como mediação social e de seu fetichismo na forma da ontologia do trabalho. Tentaremos neste capítulo desdobrar tal crítica por meio da perspectiva sobre o movimento concreto (como abstração real) de espacialização da agroindústria canavieira em suas diferentes manifestações espaciais como determinação da crise imanente do capital, nos seus distintos momentos de reprodução fictícia, do Proálcool até os dias de hoje. Aqui, assim, mercadoria e espaço não são objetos do conhecimento, que como tal aparecem à subjetividade humana em razão da própria mediação social estar coisificada, mas categorias que possibilitam a crítica desta sociabilidade.

Por não tematizar criticamente as determinações abstratas contraditórias da forma social da mercadoria por meio da crítica da categoria de espaço como abstração real, Sampaio (2015) observa os dados que levanta (representação mental positiva na forma de conhecimento fetichista do real) como se fossem a expressão do próprio espaço, hipostasiado por ele em sua materialidade concreta, ontologia considerada no caso passível de ser apreendida em suas propriedades imanentes. Não casualmente, e não mais nos aprofundaremos em tal debate, o pesquisador não se apropria dos dados que representam o aumento da área plantada com cana de açúcar, mesmo após as falências e impossibilidade de acesso à reprodução fictícia dos capitais por parte da agroindústria canavieira, após 2011, como crise econômica do setor, relacionada à crise da reprodução fictícia do capital, como viemos sugerindo até aqui.

Na primeira metade da década de 2010 o setor vai bem, economicamente, tendo recentemente aberto um novo e importante mercado ao seu produto: a China, que, no jargão coloquial, é tida como “a fábrica do mundo” (SAMPAIO, 2015, p. 770)¹⁰⁴.

Para Sampaio (2015) é incompreensível a possibilidade de crescimento do número de mercadorias – representada na área plantada com essa mercadoria (no caso a cana-de-açúcar) – produzidas pela empresa capitalista e uma crise econômica acontecerem concomitantemente. Sua interpretação parte de um fetichismo de capital, já que naturaliza a produção de mercadorias, o trabalho e, conseqüentemente, apreende positivamente o crescimento em si da produção de coisas, sem questionar as determinações sociais da própria abstração materialidade.

Aliás, já sugeríamos que um momento imediatamente anterior a este de crise econômica, da primeira década do século XXI, também foi determinado pelo momento de crise, porém, da própria forma social da mercadoria, a partir de uma nova forma de reprodução fictícia da sociabilidade capitalista diferente daquela forma de reprodução fictícia que prevalecia do início dos anos 1970 até o final da década de 1980, ao longo da existência do Proálcool, inclusive. Apenas um olhar que considere a contradição entre valor e valor de uso – que se autonomiza em dinheiro e mercadorias e depois em capital e capital fictício¹⁰⁵ – nos permite problematizar as contradições, a partir de fenômenos apresentados pela reprodução da agroindústria canavieira, sobre a relação entre sua forma de reprodução fictícia hodierna e sua espacialização.

3.2 – Uma hipótese desconstruída e desdobrada: do açúcar à terra como “ativo financeiro”

Nos últimos anos viemos, em parceria com Maria Luísa Mendonça e Carlos Vinicius Xavier, nos perguntando sobre as características das determinações abstratas reais do atual crescimento da área com lavoura canavieira e conseqüente queda na produção e produtividade de cana-de-açúcar, no Brasil e em São Paulo. Realizamos trabalhos de campo e publicações próprias pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil (XAVIER, PITTA e MENDONÇA, 2012a). Interessava-nos compreender as determinações do aumento da exploração do trabalho assalariado na

---

¹⁰⁴ Para nós é indiferente um julgamento moral sobre se um setor vai “bem” ou “mal”, já que em termos econômicos, tanto lucro como prejuízo são formas de aparecimento para empresa capitalista do que aqui tentamos criticar como reprodução da fantasmagoria de uma relação social mediada por coisas.

¹⁰⁵ Como já destacamos anteriormente em nosso capítulo 2.

agricultura brasileira (acerca deste tema ver o próximo capítulo) por meio da particularidade da agroindústria canavieira e problematizar a continuidade de processos de expropriação de pequenos produtores pela expansão da lavoura canavieira, mesmo em um momento de crise econômica da referida agroindústria. Perguntávamos acerca da relação entre superexploração, expropriação e valorização do valor, no momento de reprodução fictícia do capital.

Destas pesquisas resultaram o doutorado de Maria Luisa Mendonça (2013) e o mestrado de Carlos Vinicius Xavier (2012), o último com o qual mais dialogaremos a partir daqui. Resultou também o livro *A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial* (XAVIER, PITTA e MENDONÇA, 2012a) como nossa síntese das pesquisas que nos interessavam naquele momento.

A hipótese da qual partíramos e que Xavier (2012) utilizou para suas formulações tinha por pressuposto um entendimento da forma de reprodução fictícia da empresa capitalista da década de 1990 até hoje, forma da qual a agroindústria canavieira é parte e expressão particular. Nosso entendimento dessa forma foi desdobrado nos capítulos 1 e 2 da presente tese e nos apoiaremos nele como sugestão de pressuposto já formulado daqui em diante. Lá, ressaltamos a possibilidade de compreendermos a metamorfose da ficcionalização da reprodução crítica da empresa capitalista de um momento (a partir dos anos 1970) em que uma promessa de produção futura pagava promessas anteriores (o que no momento de crise aparecia como rolagem de dívidas), para outro momento, estruturado a partir de meados dos anos 1980, por meio da inflação das duplicatas de mercadorias e dos títulos de propriedade (no jargão economicista “inflação dos ativos financeiros”).

Neste sentido, a hipótese (XAVIER, 2012 e XAVIER, PITTA e MENDONÇA, 2012a) sugerida era a de que, na tentativa de acessar novos financiamentos, após a crise econômica de 2007/2008, a agroindústria canavieira estava se expandindo em área plantada com cana para poder acessar a terra como ativo financeiro e rolar suas dívidas com lastro na mesma.

No âmbito desse processo, reitera-se uma busca pelo aumento de ativos imobilizados pelas diversas empresas do segmento, com destaque para a intensificação da incorporação de novas áreas de lavoura canavieira. Conforma-se assim um cenário de pressão sobre as médias e principalmente as pequenas propriedades, realidade posta num contexto de concentração de terras sob o controle da agroindústria da cana (XAVIER, 2012, p. 6).

A hipótese poderia se comprovar se verificássemos que as empresas do setor

estavam comprando terras, por exemplo. Na ausência de crédito para pagar dívidas anteriores (realizadas em razão das baixas taxas de juros internacionais e do câmbio favorável até 2008/2009) o acesso a novos créditos para compra de terras que permitissem acesso a estes créditos escassos ficava truncado, mesmo como hipótese. Veremos, porém, que na particularidade da *espacialização fictícia*¹⁰⁶ da agroindústria canavieira no século XXI tal hipótese pôde ser “verificada”, porém, somente em parte.

Para a pesquisa desta problemática realizamos entrevistas com gerentes de instituições financeiras que fornecem créditos para a agroindústria canavieira; gerentes agrícolas de usinas produtoras de cana-de-açúcar, açúcar e etanol; corretores de mercadorias nas bolsas de futuros; fornecedores de cana-de-açúcar; e professores universitários pesquisadores do tema aqui estudado. Pudemos nos indagar e perguntar junto a eles sobre a possibilidade da incorporação de terras como ativos financeiros por parte da agroindústria em questão.

Em entrevista, realizada em 09 de setembro de 2013, em Severínia – SP, Célio Recco, da cooperativa de crédito COCRED, uma das instituições responsáveis por financiar a agroindústria canavieira, nos contou sobre as possibilidades de aquisição de terras com empréstimos de capital a juros, tanto com capital próprio da cooperativa, quanto com linhas do BNDES:

Pesquisador: – Existe crédito para a compra de terras?

Célio Recco: – Sim. A gente faz uma CPR¹⁰⁷, né, que é uma Cédula de Produto Rural Financeira. O que você faz? Você tem os recebíveis da usina ou, quando falamos de uma usina, ela tem os recebíveis de seus compradores, e tem uma área lá que é interessante pra você. A área custa 5 milhões, você tem 2 milhões e está te faltando 3 milhões. Só que você tem os contratos com seus compradores que suprem esses 3 milhões que você vai financiar. E você tem a garantia real, então a gente faz a cessão de direitos creditórios com a usina, por exemplo, e financia de acordo com o período do contrato de fornecimento de cana ou açúcar que você tem com o comprador. Esse é recurso próprio nosso, não dinheiro do BNDES...

Pesquisador: – Assim, o produtor, por exemplo, compra uma terra e implanta uma

---

¹⁰⁶ A ideia aqui não é de forma alguma criar um novo conceito. As categorias marxianas, justamente na sua negatividade, já são suficientes para nos apropriarmos do momento de crise fundamental da sociedade do trabalho; por exemplo, no que concerne à categoria de trabalho, por meio do não-trabalho. Apenas desejamos expressar a impossibilidade de, com os conceitos canônicos, conseguir dar conta do movimento do capital em sua espacialização no atual momento de reprodução fictícia do mesmo. Assim, algo como uma “produção fictícia do espaço” ou uma “reprodução fictícia da produção do espaço” traria apenas um pouco mais do sentido do que estamos tentando formular acerca das determinações críticas do capital fictício para o processo em questão.

¹⁰⁷ Já passamos pela CPR (Cédula de Produto Rural) como forma de garantia – com penhor de produção futura, no caso a cana-de-açúcar, para empréstimos que financiavam a própria produção desta mercadoria – ao abordarmos as formas de reprodução fictícia da agroindústria canavieira brasileira em nosso capítulo 2.

produção lá?

Célio Recco: – Exatamente...

Pesquisador: – Ele tem que implantar uma produção lá, necessariamente?

Célio Recco: – Não, não necessariamente. Ele já tendo os recebíveis que suprem essa necessidade, não tem problema.

Pesquisador: – Você sabe que ele terá que fornecer aquele produto...

Célio Recco: – Eu já tenho a garantia. Ele pode ter outra terra em outro lugar que terá produção. Ele traz os contratos de fornecimento, a gente faz uma cessão, a gente faz uma simulação de fluxo... Por exemplo, a gente faz pra cinco anos esse contrato, essa CPR, ele fala, eu vou pagar em cinco anos, sobre uma garantia real.

Pesquisador: – Vocês sentiram que em algum período nos últimos dez, quinze anos houve uma procura maior por esse tipo de crédito para aquisição de terras?

Célio Recco: – Olha, essa possibilidade é recente, viu, tem mais ou menos uns três anos.

Pesquisador: – Por demanda dos seus clientes?

Célio Recco: – A gente sentiu essa necessidade porque muitas vezes o que acontece muito, por exemplo, eu tenho lá 10 milhões de reais, mas isso é um dinheiro que eu não quero mexer, que eu não vou imobilizar. Só que o negócio que eu vou fazer, eu vou ganhar mais dinheiro do que o juro que eu vou pagar, então pra quê que eu vou mexer naquele dinheiro lá? Eu vou no banco, eu tenho os recebíveis, eu tenho a garantia real, não é? Eu vou ficar com meu dinheiro reservado, rendendo... Então a gente oferece essa linha.

Pesquisador: – Agora, tem tido muita procura por esse tipo de linha?

Célio Recco: – Tem, mas não é tanto, assim. Tem pra entrada em terra de laranja, tem aumentado, mas isso é recente.

Pesquisador: – Você acha que a expansão da cana ocorre mais por arrendamento ou por compra de terras?

Célio Recco: – Aqui, na área da Usina Guarani, Grupo Tereos, né, eles têm arrendado muito. E tem entrado gente que era grande fornecedor de laranja e que nos últimos anos mudou pra cana por causa do preço, passou pra fornecedor de cana, isso aconteceu nos últimos anos, principalmente até 2010, 2011. A usina não compra, não. Agora o preço da cana, dizem que não está tão bom, não. Estão loteando as terras pra fazer casas, inclusive, mesmo. A gente mesmo financia esse investimento também.

Pesquisador: – E a usina está atrás de mais terras pra produzir cana?

Célio Recco: – Não só a usina, cooperados também. A usina tem seus contratos pra

fornecer açúcar, mas álcool também, então, do que ela precisa? Ela precisa de terra pra produzir cana.

A opinião de Célio Recco nos ajuda bastante a nos perguntar sobre a possibilidade de se utilizar a terra como ativo financeiro para se conseguir acessar novos investimentos em um momento de crise econômica na agroindústria canavieira. Fica claro que o agente financeiro disponibiliza crédito pra quem quiser comprar terra com garantia na produção de cana-de-açúcar, de açúcar ou de etanol. Esta disposição, por sua vez, não pode ser utilizada por qualquer empresa, mas, sim, por aquelas com CPRs ainda não comprometidas. Além disso, o banco realizaria uma avaliação dos rendimentos da produção para verificar a capacidade de solvência do tomador de crédito, o que, em um momento de baixo preço da cana-de-açúcar e do açúcar e aumento dos custos de produção – inclusive com juros, como veremos a seguir – não se constata ao longo de boa parte da cadeia “produtiva” em questão.

Consequentemente, além de Célio Recco nos permitir formular que é possível que o crescimento da área plantada com cana-de-açúcar para a indústria aumente concomitantemente à redução de sua produtividade em razão do investimento das empresas do setor em terras, nada diz sobre a relevância da utilização deste mecanismo. Célio Recco propriamente nos informa que a tendência por parte das usinas é da prática do arrendamento ou da incorporação de novos fornecedores. Na Região Administrativa (RA) de Barretos, por nós visitada em 2013 e onde estão localizadas as unidades da Usina Guarani (Grupo Tereos S/A), o processo não é de incorporação da propriedade da terra como ativo financeiro, mas sim, de incorporação de terras anteriormente utilizadas para produção de laranja, com alta produtividade, por meio da incorporação de novos fornecedores e por meio do arrendamento.

Apenas para melhor entrada na questão, vale ressaltarmos que a relação entre produtores de cana-de-açúcar, também chamados fornecedores, e as usinas produtoras de açúcar, etanol e (atualmente também) eletricidade ocorre basicamente de quatro formas (excluídas aí pequenas variações) (XAVIER, 2012): o produtor pode se encarregar de todas as etapas do processo produtivo e receber pela cana entregue na usina; o produtor pode se encarregar da produção de cana e a usina se encarregar do chamado CCT (Corte, Carregamento e Transporte), já que neste momento de intensa mecanização as usinas teriam maior capacidade de aquisição de colhedoras mecânicas, teoricamente mais produtivas do que o corte manual; a usina pode arrendar terras e se

encarregar da produção de cana, pagando um arrendamento pré-fixado em toneladas de cana por hectare para o proprietário rentista; ou a usina pode produzir a cana em terras próprias.

Importa destacarmos, porém, que a abertura do mecanismo que disponibiliza linhas de financiamento para compra de terras, por parte do COCRED, no caso, transformando-as de um título de propriedade de capital fixo em um tipo de título que pode circular no chamado mercado de capitais significa justamente a abertura da possibilidade recente de produtores e usinas da agroindústria canavieira (e isso também vale para a agroindústria em geral) passarem justamente a se financiar por meio da aquisição de terras como forma de especulação com seu preço.

A disponibilidade de financiamentos por parte da COCRED para aquisição de terras tendo como garantia as CPRs, ou seja, uma promessa de produção futura na forma da duplicata de mercadorias, é possível em um momento de inflexão no qual o próprio preço da terra aumentou expressivamente na última década¹⁰⁸ (DELGADO, 2012). De certa forma, a possibilidade da terra funcionar para a especulação com seu preço está posta e destacaremos como ela se realiza criticamente. Por outro lado, não parece que a interpretação de que a terra esteja sendo utilizada como ativo financeiro para permitir a rolagem das dívidas da agroindústria canavieira esteja ocorrendo hegemonicamente no setor. Veremos adiante, por sua vez, que tal precificação inflacionária do preço da terra passou a mover um tipo de investimento do capital fictício até então inédito no Brasil, com o surgimento das multinacionais imobiliárias agrícolas, financiadas por fundos de pensão e de investimentos (PITTA e MENDONÇA, 2014), justamente o que mais concentra terras hoje, no Brasil.

Tentando aprofundar nossas indagações acerca da *espacialização fictícia* da agroindústria canavieira paulista a partir da particularidade de sua expansão em área plantada com cana, após a crise econômica de 2007/2008, também procuramos entender as estratégias de inflação dos títulos de propriedade e duplicatas de mercadorias de um grupo de usinas, no caso, aquelas do Grupo Tonon, pertencentes ao FIP Terra Viva (o qual já abordamos no capítulo 2, dessa tese), perguntando sobre o lócus da propriedade da terra dentre as estratégias de reprodução por este utilizadas.

---

¹⁰⁸ “O movimento de alta no preço das *commodities* agrícolas na última década puxou também o valor da terra no Brasil. O preço do hectare para a agropecuária no Brasil disparou 300%, saltando da média R\$ 2,6 mil para R\$ 10,6 mil entre 2002 e 2013” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 19 de setembro de 2014). Delgado (2012), apenas para podermos ter uma diferenciação entre os dois períodos, ressalta que na década de 1990 o valor da terra declinou no Brasil.

Em entrevista, realizada em 25 de junho de 2014 na Usina Santa Cândida (em Bocaina, que faz parte do Grupo Tonon), com o diretor agrícola (Aluízio Machado) e com os gerentes de Recursos Humanos (Décio Mattos) e Agrícola (Póli) do grupo, pudemos aprofundar a questão da expansão em área com cana-de-açúcar.

Pesquisador: – A gente tem ouvido muito uma queixa do setor em relação ao custo de produção, né? Isso é generalizado? E interessava pra gente saber disso com um pouco mais de detalhe, porque a gente sabe disso por meio de divulgação do setor, né...

Aluízio: – *Olha, o Póli passa todos os custos pra você, como está, como não está. É exatamente isso que eu vou fazer agora.*

Pesquisador: – É... Imagino que este problema esteja pegando pro setor em geral.

Aluízio: *O que eu vou fazer agora? O orçamento não fecha, vou ter que ir lá agora, e achar uma maneira pra que isso feche. É exatamente isso. O que nós vamos fazer, é isso que eu estava passando pra eles. Então as contas hoje não fecham.*

Pesquisador: – Porque interessa bem saber esse processo, porque vem a mecanização, aí parece que muda toda a contabilidade...

Aluízio: – *São duas realidades, existe uma realidade do setor que ela é financeira, e a outra é operacional. A financeira é toda aquela que vocês estão lendo nos jornais aí, de arrocho, de juros altos, de crédito pro setor, de falta de... Então, tudo isso. Existe uma outra que ela é operacional. Operacionalmente os custos são muito altos.*

Pesquisador: – O nosso interesse mais direto é inclusive relacionar as duas realidades, né?

Aluízio: – *Porque esse aumento nos juros é um aumento nos custos generalizado, muitas usinas não conseguem, ou os fornecedores não renovam mais os canaviais, e isso aumenta os custos. Como você colhe mecanizado, com uma queda de tonelada por hectare? Você não paga o seu capital investido, pra você ter essa mecanização.*

(Neste momento Aluízio se retira)

Décio Mattos: – *Então, retomando aí o fio da meada, em cima do que ele estava falando. Então essa questão é assim. Como você passa a ter que ter muito mais controle sobre custo, certo? E consequentemente também, preço a gente precisava de subir, né. Preço a gente vive numa, numa economia, né, de livre mercado. Só que, a gente tem esse problema do preço...*

Pesquisador: – Dos preços administrados?

Décio Mattos: – *Do preço administrado da gasolina, tá? Essa questão aí de gestão, de controle de inflação, isso acaba fazendo uma influência direta no preço, que ele sempre... talvez até eu já tenha adiantado por telefone. Toda usina ela tem um mix de*

produção aí de açúcar e álcool, que ela vai jogando também de acordo com o mercado, e o açúcar, né? Que é a principal produção, você depende muito do mercado internacional. Como são as safras no país, uma safra ruim aqui reflete em preço melhor pra quem produz lá na Índia, China, lá na Europa. E o contrário também é verdadeiro. Então o açúcar você vive em função de estoques de safras, como qualquer questão de outras commodities, de grãos e tudo. Que você depende das safras, uma safra em uma determinada região foi ruim, vai refletir em melhor preço para o outro, e a gente vive em função disso.

Pesquisador: – Vocês exportam para alguma *trading* específica?

Décio Mattos: – *Nós temos um contrato específico na Paraíso [outra usina do FIP Terra Viva, em Brotas] com a Cargill, que faz uma negociação de um açúcar refinado que a gente tem. Na unidade Paraíso a gente tem uma refinaria, então lá tem um contrato de exportação que é via Cargill. O resto não, o resto é diretamente aqui, a gente tem uma área comercial que negocia, entendeu? E faz os contratos diretos.*

Pesquisador: – Pra exportação mesmo?

Décio Mattos: – *Sim. E o que acontece, essa questão da regulação do preço da gasolina. Ou seja, um ano de preços de açúcar não interessantes, como foi ano passado, uma queda já aí esse ano. Você não consegue, não adianta você mudar muito o mix pra álcool, porque não fecha a conta, o preço de venda dele é menor que o preço de produção nosso. O governo sempre rebate dizendo que, não, a gente já incentiva o setor, a gente já tem várias linhas. Mas são insuficientes. Não são relevantes pra... nada que justifique você ter a contrapartida de um controle de preços. Por que se você for olhar hoje o único preço controlado no Brasil é o da gasolina, é o da gasolina. Então você está afetando diretamente o setor em função disso. Porque o etanol deixou de salvar. Porque o setor ele tem isso... eu sou da área de RH, não sou da área comercial, mas o que a gente percebe é exatamente isso. É cíclico, a gente tem dois anos, três anos de preço muito ruim, depois você tem dois anos, três anos de...*

Pesquisador: – Você diz isso no açúcar?

Décio Mattos: – *No açúcar. Exatamente. Então, e sempre o que salvou dos anos muito ruins foi justamente a questão do etanol. Só que ele está ficando, de três anos pra cá, ele deixou de ser a salvação. E aí você passa a ter um setor, que no passado você tinha uma informalidade, entendeu? Você tinha exigências menores, você tinha controles menores, você tinha, até a própria parte de produção de cana, como a gente falou aqui, no manual, muito mais simples. Então você teve que agregar todos esses custos de controle pra agregar eficiência, enquanto você não tem a contrapartida do preço. Então isso é realmente uma coisa que está preocupando muito o setor. E isso inclusive está travando um pouco de... Existe uma expectativa de que têm muitos grupos estrangeiros querendo ainda vir pro Brasil investir no nosso setor, essa é a expectativa que a gente tem. Aquele boom que teve lá em 2008, ele vai voltar. Tem muito investidor que ainda vem visitar o Brasil hoje, continua acompanhando o setor, continua acompanhando os avanços tecnológicos, mas... Ainda não entra porque não sente uma confiança, pela conjuntura macroeconômica do país, ainda está receoso. Mas a gente sabe que numa condição normal, que a gente vivia alguns anos atrás, de novo você vai ter um monte de gente interessado em entrar no país.*

Pesquisador: – Décio, já que os preços têm todo esse condicionamento, como que vocês conseguem dar conta da produtividade, pra não acontecer esse problema dos preços? Do custo alto? Como diminuir esse custo através da produtividade, que aí eu acho que seria mais uma parte do RH. Ferramentas de qualificação...

Décio Mattos: – *Exatamente, aí a gente entra um pouquinho na gente. Uma que você tem, uma das partes, são esses sistemas que estão sendo implantados pra controle da operação. Não existia esse nível de controle da operação pra você identificar, quase que... quase não, em tempo real! Se você tem alguma máquina que está dando uma produção menor que aquilo que você planejou. Então você consegue tomar uma ação mais rápido e consequentemente você já corrige, e você já não perde, o que miseravelmente você levava uma semana. Se você for analisar relatórios, como acontecia no passado. No relatório você vai olhar o histórico de uma semana. Então você vai corrigir, então hoje você corrige em horas, não chega a ser em dias, um problema que você levava uma semana. Isso tudo é produtividade.*

[...]

Pesquisador: – E aí o interesse logístico em relação ao manual e mecanizado, como é?

Póli: – *Nós temos um trabalho já desenhado nas duas unidades, que nós precisamos trocar 10% de área. Qual é a intenção nossa? É zerar o corte manual, nós vamos pra isso aí. Porém, a gente tem as áreas mapeadas que a gente não consegue entrar com máquina. O que eu vou fazer? Vou deixar de ter cana nessa área, e vou buscar uma área que eu consiga colher. Porém tem vários detalhes que você tem que trabalhar, né? Vencimento de contrato, tal. Então até 2017 nós devemos zerar as duas usinas com relação ao corte manual. Na Paraíso...*

Décio Mattos: – *Tem o contrato e o ciclo da cana, você não pode abandonar.*

Póli: – *Tem lá cinco anos pra cortar, não vamos fazer um plantio novo. Então tem o vencimento do contrato, como o Décio falou, tem que fechar o ciclo do canavial. Ano passado nas duas unidades nós renovamos 2 mil e 500 hectares.*

Pesquisador: – Já fazendo o processo de substituição?

Póli: – *No total de quase 8 mil.*

Décio Mattos: – *No total de 8 mil hectares de colheita manual, você já conseguiu renovar 2 mil e 500.*

Póli: – *E conseguimos uma área onde eu consiga colher. Nós temos aqui uma concorrência complicada por área, nós estamos aqui fechados por usinas. E além de usinas, a gente tem a região, principalmente de Brotas. Uma cultura grande com laranja e eucalipto. Então a gente tem essa concorrência lá, por área. Mas a gente tem buscado, e tem os planos aí que a gente vai substituir isso por mecanizado.*

Pesquisador: – E a característica principal pra essa substituição é...

Póli: – *Declive.*

Pesquisador: – E aí vocês dão preferência pra comprar, arrendar ou fornecedor?

Póli: – *Não, pra gente aqui é sempre arrendamento. Não é fornecimento, é arrendamento. Fornecedor nós temos aí, meio que estabilizado nas duas unidades. O crescimento deles aí a gente não vê, que tem aí, uma diferença grande em áreas com fornecedor. Na verdade a gente quer manter eles, e trabalhar o resto que ainda é necessário com o manual. Fornecedor que hoje não colhe mecanizado, eles já estão partindo pra outra cultura. Estão deixando aquele cantinho da fazenda dele, ou está fazendo pasto, ou vai plantar eucalipto. E está realmente só ficando com cana onde a máquina vai colher.*

Pesquisador: – Por que num terreno pequeno não vai entrar?

Póli: – *Pra ele não vale a pena ter corte manual, ele é muito caro, o rendimento dele cai muito e no final ele não consegue pagar a conta.*

Pesquisador: – E mesmo se zerar o corte manual, mesmo assim você acha que precisa manter um grupo de trabalhadores manuais, pra realizar outras atividades como o plantio?

Póli: – *Não, plantio nós também estamos mecanizados.*

Pesquisador: – E catação química?

Póli: – *Catação química é aquela história que a gente brinca, né? Nós precisamos trabalhar pra não ter, porque alguma coisa no processo atrás foi errado. Se for certo, o seu tempo, ou o seu produto, não posso ter catação de mato em uma empresa. A evolução é pra que não tenha...*

[...]

Póli: – *A gente tem sofrido, e hoje a gente está falando de 40% tanto da moagem das nossas duas usinas, ela vem de cana de fornecedor. E como o Décio estava falando, os últimos dois anos foram muito agressivos no aumento da colheita mecanizada. Então nós saímos aí de 45, 50% tinha algumas unidade com 60 e com 90%. Então nós vamos aí dar um tempo, nos próximos três, quatro anos pra que o fornecedor adeque a área dele, o plantio dele pra máquina colher. Ah, nós estamos colhendo hoje? Estamos colhendo hoje, a área dele, mecanizada, porém a máquina está fazendo 300 toneladas. Entendeu? Então a próxima renovação dele, a gente vai sair na mesma área de 300 pra 500. Então é rematação, curva, um monte de coisa que ele vai ter que melhorar.*

Pesquisador: – Mas o arrendamento vai resolver isso porque daí vocês plantam?

Póli: – *Não, o fornecedor vai continuar os seus 40%.*

Décio Mattos: – *O arrendamento vai ser um trabalho pra substituir uma área que tem pouca colheabilidade, por uma com melhores condições pra operação e para que eu não tenha o corte manual de cana crua.*

Pesquisador: – Então o fornecedor vai ter que adequar as áreas dele à colheita mecanizada.

Póli: – *É um trabalho que, até que ano passado eu fui numa reunião, a gente sofre muito. É que essa região nossa aqui ela foi a reforma agrária feita na cama. Que o pai tinha 100 alqueires, e hoje o tataraneto tem 5 alqueires. Então tem muito aqui na nossa região, são áreas pequenas, que, essas pessoas elas vão ter que... Por exemplo, eu, o Décio, você, a Carmen, nós temos nossas áreas uma ao lado da outra. Nós vamos ter que fazer uma cooperativa, vamos ter que preparar nossa área pra que ela seja colhida de uma forma só, pra que a gente ganhe, para poder vender minha cana a um preço melhor. Por que meu custo de colheita é menor, por quê? Porque se não ele vai perder também, vai ficar com os 5 alqueires dele, ao invés de ficar com 50 alqueires. Então a gente vê que pra nossa região...*

Décio Mattos: – *É porque pra gente pegar uma área pequena é terrível, a movimentação de máquinas que a gente tem que fazer pra tirar, é o custo dobrado. Porque isso acaba penalizando o próprio fornecedor, então ele estava falando. Eles vão ter que se juntar pra ter uma área maior, e dividir o bolo.*

Póli: – *Esse é um processo que vai acontecer aí nos próximos anos aqui na nossa região.*

Décio Mattos: – *Que a gente acaba incentivando. A gente tem uma pessoa que faz essa parte de relacionamento com fornecedor, que é quem negocia isso tudo. Que ele fica o tempo todo lá, porque é um trabalho, você vai estar trabalhando com produtor rural, então você tem que ir lá fazendo esse trabalho de convencimento de explicar a necessidade. É um trabalho de mudança de mentalidade.*

Pesquisador: – *É isso o que eu ia perguntar, a cultura da usina, como vocês fazem esse trabalho de conversar, sobre sustentabilidade, mesmo com fornecedores?*

Póli: – *O mesmo trabalho que é feito na área própria é feita com o fornecedor. Até sistematização.*

[...]

Pesquisador: – *Bem, voltando um pouco... E aí? Vai ter que incorporar novas áreas, e o procedimento é o arrendamento. E por que o arrendamento é o mais interessante financeiramente?*

Póli: – *Porque hoje na verdade é o seguinte, a gente tem... eu já não sou financeiro, vou falar mais ou menos... É o seguinte, tudo o que você internaliza dentro do seu caixa, você vai ter um resultado pior financeiramente, e consequentemente você vai ter uma disponibilidade menor pra por dinheiro no mercado. Então, o que eu puder fazer pra que eu não tire do bolso pra comprar terra, por exemplo, e traga um parceiro num preço que eu consiga fazer meu negócio, é a primeira opção. Porque o que está acontecendo? Eu estou mantendo meu caixa, meu balanço que seja, sem 50 milhões. Ah, equipamento, equipamento se a gente for analisar hoje, por exemplo, eu estou falando de uma colhedora, se você fizer todas as contas, payback, vai te dar que você tem um retorno melhor comprando, do que locando. Mas o que nós fazemos hoje? Nós locamos, porque eu não estou me endividando, meu balanço, meu resultado, tudo melhor perante ao mercado. É uma decisão estratégica de cada grupo.*

Décio Mattos: – *O rendimento sempre entra você locar o recurso onde vai te dar um ganho de produtividade, um ganho de resultado. Então eu prefiro dividir, pagar, ter uma parte da despesa, mas eu vou estar implementando a produtividade e sem realmente imobilizar uma área que isso pra mim é pra ter um resultado melhor daqui a uns anos.*

Pesquisador: – 100% da colheita é prestação de serviços?

Póli: – *Não, de 100% da colheita nossa, hoje 10% é prestação de serviço, 90 é própria.*

Pesquisador: – Vocês estão locando as colhedoras?

Décio Mattos: – *A gente loca a colhedora, está dentro dos 90%, se não tem uma máquina a gente loca. Em torno de 10% são prestadores de serviço, que fazem todo o serviço pra gente.*

Póli: – *90% é tudo interno, funcionário, transporte.*

A entrevista com funcionários das usinas do Grupo Tonon S/A nos ajuda a entender mais os resultados econômicos da crise de 2007/2008 justamente como crise da forma atual de reprodução fictícia do capital na forma de deflação dos títulos de propriedade. Em relação a como tal crise impactou os custos de produção do grupo de usinas em questão o que fica claro é a reiteração do que havíamos comentado como impacto sobre o endividamento dos exportadores de *commodities*: subida dos juros (em razão do já alto endividamento das empresas)¹⁰⁹, subida do preço do dólar e baixa no preço do açúcar (e consequentemente no da gasolina, o que impacta a competitividade do etanol no mercado interno). Lembremos que o BNDES só aceita financiar as usinas adimplentes, o que dificulta a rolagem de dívidas de boa parte das usinas da agroindústria canavieira atualmente e, por isso, a necessidade destas buscarem se refinarciar também em dólares, muitas vezes.

Interessante também é a formulação que os entrevistados fazem acerca do etanol como “salvação” que não se realiza mais, justamente em um momento de baixos preços do açúcar. A especulação com a transformação do etanol em *commodity* também está aqui reiterada.

Em relação aos custos operacionais, podemos comentar que são de dois tipos. Um deles diz respeito à produtividade do talhão de cana. Os custos operacionais sobem aqui em razão do aumento com insumos importados, por exemplo, fundamentais para

---

¹⁰⁹ Vale lembrar que em nosso capítulo 2 nos referimos à estratégia adotada pelo Grupo Tonon S/A ao ser vendido para o FIP Terra Viva, o qual iria refinarciar as dívidas do grupo e depois tentar vendê-lo ao abrir seu capital em bolsa de valores, visando as rendimentos de “ganho de capital”. A forma para tal refinarciamento (rolagem das dívidas) foi feita com a emissão de bônus no mercado de capitais internacional, o que somente pôde ser conseguido com aumento dos custos financeiros.

expansão da área com cana e para renovação de canaviais. O processo inflacionário em nível nacional, também resultado direto da crise econômica de 2007/2008, impactou também os preços internos, principalmente quando não são compensados pelas rendas provenientes da realização das mercadorias com as quais se está especulando, como com o que ocorre atualmente com os preços do açúcar e do etanol.

Outro momento dos custos operacionais diz respeito à sua produtividade por hectare em relação à colheita mecanizada, já que dependendo da estruturação do talhão de cana a colhedeira pode gerar perda da cana plantada. Assim, a incorporação de novas áreas com determinadas características que permitam o aumento da produtividade do talhão plantado com cana dependem da capacidade financeira de usinas e fornecedores, justamente o problema que muitas vêm encontrando. Falaremos adiante desta relação entre produtividade do hectare de cana e produtividade da colhedeira mecânica. No próximo capítulo, inclusive, discutiremos isso em relação à produtividade do corte de cana ao discutirmos a substituição do corte manual pelo mecanizado.

Assim, por último, vale explicitar que a incorporação de áreas por meio da compra de terras como ativo financeiro não é uma prática recorrente no caso do Grupo Tonon S/A. O mesmo podemos encontrar em outros casos, como vimos na fala, acima, de Célio Recco. Ou seja, a possibilidade da inflação do título de propriedade com terras está posta, porém, não tem se concretizado e não explica o movimento de expansão da área plantada com cana após a crise econômica de 2007/2008. O que está em questão é uma relação entre a inflação dos títulos de propriedades e duplicatas de mercadorias como forma de ser da reprodução fictícia do capital hodierna com a capacidade de adquirir crédito por parte da empresa capitalista e sua escolha de em qual precificação irá apostar.

No caso das usinas e fornecedores de cana a aposta ocorre sobre o açúcar, o etanol ou a eletricidade (estas as principais mercadorias) e as estratégias para com a terra estão entrelaçadas com as estratégias financeiras referentes a estas mercadorias. Em momentos de baixa “liquidez” nos mercados, parece que interessa para a empresa capitalista não imobilizar seu capital comprando terras, daí o arrendamento como estratégia.

Porém, veremos que o supracitado aumento exponencial do preço da terra, no Brasil, moveu um processo diferente no que diz respeito às estratégias especulativas para com a terra em relação a outro tipo de investidor financeiro, aqueles com grandes poupanças e que necessitam da “segurança” que o título de propriedade da terra

aparenta portar em razão de sua “materialidade”. Aqui encontraremos o papel que a terra como ativo financeiro, ou melhor, título de propriedade a ser comercializado nos mercados do capital a juros tem atualmente nas mãos das imobiliárias agrícolas rurais.

Por mais que neste último momento – a partir de 2011/1012, de queda na produção e produtividade, mas expansão em área da cana-de-açúcar em São Paulo e no Brasil – a espacialização da agroindústria canavieira não tenha ocorrido fundamentalmente por meio da compra de terras como ativo financeiro por parte de usinas e fornecedores de cana, isso não significa que no período anterior, da primeira década do século XXI, de especulação com a precificação altista das *commodities* açúcar e etanol (indiretamente “commoditizado”), não tenha havido incorporação de novas terras para plantio de cana-de-açúcar por meio de compra, arrendamento e contratos de fornecimento. Vamos acompanhar tal movimento e compará-lo com aquele apresentado pela agroindústria canavieira a partir do Proálcool, na tentativa de diferenciarmos as determinações abstratas críticas do capital fictício para com tal espacialização. Voltaremos, após tal percurso, a uma tentativa de nos apropriarmos criticamente da espacialização recente da agroindústria canavieira paulista.

a) A renda da terra diferencial II e a agroindústria canavieira paulista no século XXI

Ao observarmos o movimento da renda da terra (MARX, 1985, L.III, Tomo II, Seção VI) como determinação da espacialização da agroindústria canavieira paulista, no século XXI, temos diversas semelhanças no que diz respeito ao que vínhamos abordando em relação a tal movimento em nível nacional. Sendo São Paulo o principal produtor nacional, com mais da metade da área plantada com cana-de-açúcar (4.370.000 ha, em São Paulo, em relação aos 8.368.400 ha, no Brasil, em 2012), nos interessa agora tentarmos nos apropriar de certas características dessa agroindústria paulista a fim de tentarmos relacionar, mais adiante, tais fenômenos com as suas determinações abstratas críticas de ficcionalização da valorização do valor em termos da renda diferencial.

Começamos assim problematizando a possibilidade de utilizarmos a categoria de renda da terra ao considerarmos a espacialização recente da agroindústria canavieira paulista. Reproduziremos, em seguida, aqui uma tentativa de observar a transformação da forma da reprodução fictícia do capital, dos anos 1970/1980 para os 1990/2000, em relação a esta categoria.

Já ressaltamos uma expansão para o oeste do estado de São Paulo por parte da

lavoura canavieira (SAMPAIO, 2015). Esta apreciação, por sua vez, é insuficiente para entendermos as determinações desta expansão.

Tabela 2 – Área de produção da lavoura canavieira, 2004 – 2012

Ano-Safra	São Paulo	Centro-Sul	Brasil
2004/05	2.951.800	4.481.800	5.625.300
2005/06	3.146.600	4.744.300	5.840.300
2006/07	3.288.200	5.020.000	6.163.200
2007/08	3.679.500	5.735.700	6.963.600
2008/09	3.882.100	5.989.200	7.057.800
2009/10	4.129.872	6.309.800	7.409.600
2010/11	4.357.010	6.923.170	8.056.000
2011/12	4.370.080	7.213.500	8.368.400

Fonte: Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra - CONAB (sempre de acordo com o 3º levantamento de cada ano/safra).

Org.: Xavier, 2012, p. 103.

A expansão também ocorreu para o Centro-Sul do país, compondo a maior parte da expansão nacional, como pudemos observar na Tabela 2, com São Paulo como estado com a maior expansão em área. Demais estados com forte expansão da área com cana-de-açúcar, no Centro-Sul do Brasil, foram o Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Aqui, porém, vamos ficar apenas com o recorte sobre o estado de São Paulo.

Tabela 3 – Intensidade da expansão canavieira por área (ha): Região Administrativa – SP, 2003 – 2012.

RA / Ano-Safra	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Araçatuba	224.483	246.895	262.278	294.830	397.915	512.603	572.055	586.644	597.439
Barretos	219.826	236.329	261.661	295.766	333.037	385.591	397.256	401.254	411.044
Bauru	299.799	314.488	329.911	353.225	422.091	474.151	500.112	499.787	497.712
Campinas	393.862	408.429	436.434	453.052	489.618	511.023	537.824	532.594	531.406
Central	320.410	329.345	341.649	366.443	394.313	432.312	448.550	452.034	465.551
Franca	355.024	376.335	390.467	417.093	449.431	489.061	501.364	500.317	503.605
Marília	241.325	253.262	266.290	289.144	360.020	405.879	434.924	434.831	445.506
Presidente Prudente	116.681	133.281	151.382	179.796	235.155	327.087	408.605	427.780	445.927
Ribeirão Preto	416.882	422.110	433.387	447.351	457.315	471.440	482.832	482.082	482.831
São José do Rio Preto	280.693	303.658	331.878	396.945	502.555	632.039	697.607	723.618	755.715

Fonte: CANASAT – INPE

Org.: Xavier, 2012, p. 112.

Internamente ao estado de São Paulo, podemos observar pela Tabela 3, para o intervalo entre 2003 e 2012, que a Região Administrativa (RA) com maior área plantada

com cana-de-açúcar passou a ser a de São José do Rio Preto, seguida pelas RAs de Araçatuba, Campinas, Franca, Bauru, Ribeirão Preto, Central e Presidente Prudente. Por sua vez, as regiões mais “tradicionais”, ou seja, aquelas com maior área até o período recente e com forte expansão ao longo do Proálcool (como veremos adiante) como Ribeirão Preto, Central e Campinas, apesar de terem crescido em termos de tamanho da área com lavoura de cana, não se expandiram na mesma proporção que as RAs de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente¹¹⁰.

Entre 2003 e 2012, São José do Rio Preto teve sua lavoura canavieira aumentada em aproximadamente 475.022 ha (de 280.693 ha para 755.715 ha), uma porcentagem de aproximadamente 169%. Tal RA passou a ser aquela com maior área de cana-de-açúcar do estado de São Paulo. A RA de Araçatuba teve aumento de 372.956 ha (de 224.483 ha para 597.439 ha) aproximadamente 166% e se tornou a segunda maior área de cana do estado. Por sua vez, a RA de Presidente Prudente teve o maior aumento em cana plantada do estado em relação à sua área anteriormente ocupada com cana, de 329.246 ha (de 116.681 ha para 445.927 ha), aproximadamente 282%. Já Ribeirão Preto, RA mais “tradicional”, já que tinha a maior área de cana no começo do século XXI, teve aumento de 65.949 ha (de 416.882 ha para 482.831 ha), uma porcentagem de 15%; enquanto Campinas aumentou em 71.689 ha (de 393.862 ha para 465.551 ha), aproximadamente 35%¹¹¹.

---

¹¹⁰ Para nossa comparação abordaremos principalmente as RAs Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, dada a distinta espacialização por estas apresentadas na comparação entre o período do Proálcool e aquele deste início de século XXI.

¹¹¹ Para a explicitação cartográfica desta espacialização para o oeste a partir das RAs (recorte fetichista do planejamento do Estado) ver os “Anexos” ao final desta tese.

Gráfico 1 – Magnitude da expansão da cana por Região Administrativa, São Paulo, 2003 – 2012

Fonte: CANSAT – INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)
Org.: XAVIER, 2012, p. 112.

Ao mesmo tempo, podemos observar o movimento da produtividade da terra tanto para o estado de São Paulo em geral, como para as RAs principais produtoras. Assim, poderíamos iniciar uma tentativa de formulação acerca do movimento da renda da terra para a lavoura canavieira na agricultura paulista, neste século XXI.

Tabela 4 – Produtividade da lavoura Canavieira (ton/ha), 2003 – 2012

Ano-Safra	São Paulo	Goiás	Mato Grosso do Sul	Centro-Sul	Brasil
2004/05	81.146	78.744	73.088	78.038	73.897
2005/06	84.390	76.795	70.451	78.776	73.868
2006/07	86.620	79.725	79.250	81.808	77.038
2007/08	86.700	82.100	82.500	82.907	78.969
2008/09	89.040	73.781	75.251	84.473	80.965
2009/10	87.815	84.960	87.785	86.032	81.585
2010/11	83.021	77.100	84.503	80.968	77.446
2011/12	70.496	70.800	70.682	69.506	68.289

Fonte: Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (sempre de acordo com o 3º levantamento de cada ano/safra).
Org.: Xavier, 2012, p. 95.

O estado de São Paulo apresentou um aumento significativo da produtividade de sua lavoura canavieira até a safra 2008/2009, atingindo quase 90 toneladas de cana por hectare (conforme os dados da Tabela 4, acima, da CONAB). Foi justamente esta safra a imediatamente posterior à crise econômica de 2007/2008. Após isso, a produtividade do estado decresceu a níveis inferiores (70 toneladas por hectare) àqueles observados no

início do momento de inflexão da expansão da lavoura canavieira (80 toneladas por hectare, aproximadamente), do início do século XXI, aquele que consideramos impulsionado pelo *boom* dos preços das *commodities* (DELGADO, 2012).

Comparativamente, São Paulo continuou apresentando, para todas as safras, os maiores índices nacionais de produtividade. Assim, continuaremos agora a relacionar a expansão da cana-de-açúcar para o oeste do estado de São Paulo com a produtividade do solo das diferentes RAs, a fim de observarmos se há pertinência em utilizarmos a categoria de renda diferencial para apreendermos tal movimento.

Tabela 5 – Produtividade Agrícola da lavoura canavieira por Região Administrativa, São Paulo¹¹², 2003 – 2014

Região Administrativa / Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Araçatuba	82,3	81,5	82,7	85,1	83	90	83,2	88,2	79,8	77,5	80,2	69
Barretos	90,1	89,7	89	88,8	88	83,2	89,2	87,7	72,7	78	79,1	72,6
Bauru	79,6	79,5	80,1	79,2	80,6	83,1	85,3	83,4	80,7	81,3	83,9	76,5
Campinas	81,5	81,1	80,4	82,3	81	86,5	85	81,7	80,1	83,8	84,8	72,5
Central	73	81,1	84,7	81,4	83,7	84,3	84	81,3	74,5	79	91,6	71,1
Franca	83,9	83,4	84,3	85,1	86,8	87,4	85,3	87,4	76,2	82,3	83,3	80,2
Marília	80,9	81	77,7	80,5	83	83,2	84	78,7	71,3	76,3	77,5	72,2
Presidente Prudente	81,5	84,6	80	83,2	84,5	82,2	83,2	78,5	77,9	73,7	66,7	68,1
Ribeirão Preto	79,1	78,7	78,5	79	80,3	82,5	86,4	84,8	73,8	78,4	79,1	76,3
São José do Rio Preto	78,2	81,8	81	83,6	85,7	87	86,7	88,2	81,1	80,2	82,5	72,4
São Paulo (Estado)	80,9	81,8	81,6	82,9	83,8	85,2	85,6	83,7	77,04	79,3	80,7	73

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)
Org.: Fábio T. Pitta

Uma tentativa preliminar de tentarmos entender os dados referentes à produtividade da lavoura canavieira paulista deve levar em consideração a categoria de renda da terra diferencial II, referente ao *sobrelucro* obtido por produções agrícolas de diferentes níveis de produtividade em razão do desenvolvimento das forças produtivas aplicado ao campo (MARX, 1985, L.III, T. II, Seção VI, Cap. XL). Para Marx (1985), enquanto a *renda diferencial I* dizia respeito às diferentes produtividades naturais de iguais capitais aplicados, por meio do trabalho, a solos distintos, a *renda diferencial II*

¹¹² A diferença entre os dados de produtividade para o estado de São Paulo entre as Tabelas 4 e 5 dizem respeito aos critérios diferenciados utilizados pela CONAB e pelo IEA. O primeiro se utiliza da área colhida e da divisão temporal em safras (de julho de um ano a junho do outro), enquanto o segundo se utiliza da área plantada e de anos cheios, não das safras. Importa para nós, aqui, não observar exatamente qual a melhor maneira de se apurar tais dados, mas sim, atentar para a tendência da produtividade da lavoura canavieira para o estado de São Paulo, tendência muito semelhante para as duas fontes.

tinha naquela seu pressuposto lógico e histórico¹¹³, mas já dizia respeito ao capital atuando sobre solos anteriormente inseridos na produção agrícola capitalista e que já auferiam diferentes sobrelucros nas diversas produções de mercadorias ali realizadas em razão dos seus diferentes índices de produtividade, condicionados pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital aplicado à produtividade agrícola.

Deve ser das determinações da renda diferencial II, assim, que partiremos para observarmos as diferenças de produtividade do capital aplicado à lavoura canavieira, em São Paulo, neste século XXI. Isso porque a expansão da lavoura canavieira, majoritariamente para os RAs de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, ocorreu sobre terras anteriormente não utilizadas para a produção de cana-de-açúcar, mas que já estavam ocupadas tendo por sentido a produção de mercadorias e a obtenção de sobrelucro na forma autonomizada da renda da terra, por meio da produção de laranja, carne bovina, milho, feijão, entre outros.

Xavier (2012, p. 177), ao estudar a RA de Araçatuba (já destacamos o importante aumento da lavoura canavieira para essa RA, acima), formulou que a intensa expansão da lavoura canavieira ocorreu majoritariamente sobre áreas de pastagem, mas também ocorreu, embora minoritariamente, sobre outras produções, como as de milho, de café e de feijão.

De acordo com os dados do IEA, referentes ao intervalo de 2003 a 2011, pode-se verificar que o rebanho de corte sofreu uma redução de aproximadamente 48,2% nesta região, de 1.149.114 para 774.416 cabeças; fenômeno que obviamente se mostra em conexão com os casos de venda de terras, bem como o firmamento de 'parcerias' e/ou arrendamentos entre a agroindústria canavieira e os grandes fazendeiros pecuaristas (processo que novamente pode ser exemplificado com o caso da Fazenda Guanabara, localizada no município de Andradina). Esse processo é salientado nos mesmos termos se considerar o encolhimento de 60,2 % das áreas de pastagens cultivadas (XAVIER, 2012, pgs. 133 – 134).

---

¹¹³ “Ao considerar a renda diferencial II, ainda é necessário destacar os seguintes pontos:

Primeiro: sua base e seu ponto de partida, não só histórico, mas à medida que afeta seu movimento em cada momento dado, é a renda diferencial I, ou seja, o cultivo simultâneo, contíguo, de tipos de solo de diferente fertilidade e localização; portanto, o emprego simultâneo, contíguo, de componentes diferentes do capital agrícola global em terrenos de qualidade diferente.

[...] Além disso, faz parte das próprias leis naturais do cultivo da terra que, atingido certo nível da cultura o correspondente esgotamento do solo, o capital – aqui ao mesmo tempo significando meios de produção já produzidos – torna-se o elemento decisivo da cultura agrária. Enquanto a terra cultivada constitui uma extensão relativamente pequena em comparação à não-cultivada e a força da terra ainda não estiver esgotada (e este é o caso quando prevalece a criação de gado e a produção de carne no período anterior à preponderância da agricultura propriamente dita e das plantas alimentícias), o novo e incipiente modo de produção opor-se-á à produção camponesa especialmente pela extensão do solo que passa a ser cultivada por conta de um capitalista, portanto, mais uma vez, pelo emprego extensivo do capital em uma superfície de terreno maior. Por conseguinte, cabe sustentar desde o começo que a renda diferencial I é a base histórica da qual se parte. Por outro lado, o movimento da renda diferencial II só se produz, em qualquer instante dado, num setor que constitui, por sua vez, o fundamento diversificado da renda diferencial I” (MARX, 1985, L. III, t. II, p. 167).

O mesmo é possível de ser observado em referência à RA de Presidente Prudente, ou seja, amplas extensões de pastagem¹¹⁴ foram incorporadas para a produção canavieira (THOMAZ JR., 2009) desde o início do *boom* das *commodities*, em 2003. No que diz respeito a pequenas produções, Thomaz Jr. (2009) e Xavier (2012) também afirmam que muitas ou foram adquiridas por usinas ou fornecedores de cana ou passaram a arrendar ou fornecer cana para a agroindústria canavieira¹¹⁵. Quando da instalação de uma usina, movimento que determinou essa expansão da área da lavoura de cana, ocorre a aquisição de terras por parte desta, mas outra parte da cana que irá processar provém de fornecedores¹¹⁶. Como a média de 50 quilômetros (BELLENTANI, 2015, p. 83, nota 18) é a distância economicamente considerada “viável” do frete de carregamento da cana entre a lavoura de cana e as plantas processadoras (usinas), vale aqui destacar que essa expansão da lavoura de cana significou a abertura e a instalação de inúmeras novas usinas nas regiões destacadas o que aumentou e muito a capacidade de processamento e produção de açúcar e etanol do estado.

Se São Paulo possuía 146 usinas em 1985 (THOMAZ JR., 2002, pg. 79), no auge dos créditos subsidiados do Proálcool, já em 1997, após a “desregulamentação” da economia brasileira, São Paulo tinha 131 usinas de açúcar e álcool em operação (THOMAZ JR., 2002, pg. 79). Após os investimentos tanto estatais quanto privados no setor, até 2010, São Paulo apresentava 197 usinas (BELLENTANNI, 2015, pg., 61) e hoje, com as falências e redução do ritmo das fusões, de 2008 em diante, São Paulo detém 176 usinas de açúcar, etanol e eletricidade (O ESTADO DE SÃO PAULO, “O tamanho da crise do etanol”, 27 de outubro de 2014), em razão da paralização de 15%

---

¹¹⁴ Diversos são os estudos recentes que verificaram a substituição das pastagens pela lavoura canavieira. Ver, por exemplo, CAMARGO *et al.* (2008). Outro estudo destaca, apenas para o período entre 2001 e 2006, que: “Já a região de Presidente Prudente, em 2005, possuía um rebanho total de 1,81 milhões de cabeças [de gado] em 53 municípios. Sua principal cidade, Presidente Prudente, apresentou aumento de 2,54% na criação de gado de corte, porém, a região toda sofreu um decréscimo de 3,25% contra um aumento de 22,32% na produção de cana-de-açúcar. Segundo dados do IEA, a área de pastagem da região de Presidente Prudente diminuiu em 13,95% enquanto no estado de São Paulo, a queda na área de pastagem foi de 7,56%. Essa queda mais acentuada nas áreas de pastagem, em uma região onde tradicionalmente a pecuária de corte é responsável por parte significativa da produção rural, corrobora para a ideia de que esteja havendo a substituição das lavouras de pastagens cultivadas, pelas de cana-de-açúcar” (TANAKA *et al.*, 2008).

¹¹⁵ Thomaz Jr. (2009) e Xavier (2012) destacam que a expansão da agroindústria canavieira sobre demais culturas teria movido um processo de grilagem de terras devolutas nas RAs de Araçatuba e Presidente Prudente. Essas terras estão ocupadas por pequenos produtores e tal expansão teria movido a expropriação de muitos deles. Abordaremos este processo adiante, e desde já nos perguntamos qual o papel desta expropriação para a reprodução fictícia do capital da agroindústria canavieira atual. Estaremos diante da reposição de processos de acumulação primitiva que permitiriam tal forma de reprodução do capital?

¹¹⁶ Aproximadamente 60% provém de cana própria da usina, seja de terras próprias ou de arrendamento. Essa é uma média da proporção, sendo esta proporção justificada pelo próprio setor em razão da divisão de riscos no cultivo da cana. Para uma análise recente da variação deste percentual ver Bastos (2013).

de suas unidades produtivas (entre 2010 e 2014) – sem contar as que estão em recuperação judicial –, como parte do movimento de expansão e retração de unidades empresarias que já ressaltamos também ter ocorrido em nível nacional.

No que diz respeito às RAs de São José do Rio Preto e de Barretos, seus altos índices de produtividade em relação à média estadual (em toneladas por hectare), conforme Tabela 5, significam que a expansão da lavoura canavieira ocupou terras utilizadas por outras culturas que, quando substituídas pela cana, em razão do capital fixo aplicado à agricultura que nestas terras permaneceu após tal substituição, apresentou nível de produtividade mais alto que aqueles das terras anteriormente ocupadas com pastagens. No caso da RA de Barretos, e em parte da RA de São José do Rio Preto, por exemplo, boa parte do aumento da produtividade da lavoura canavieira ocorreu pela substituição da citricultura da laranja (BOECHAT, 2014)¹¹⁷, em razão da forte centralização dos capitais que apresenta hoje tal agroindústria. Esta centralização é acusada pelos fornecedores de laranja de resultar em um cartel que “regula” os preços e faz com que estes fornecedores não consigam se reproduzir (BOECHAT, 2014). Assim, no momento de intensa expansão da produção e produtividade da lavoura canavieira, muitas destas produções citrícolas teriam optado pela substituição de seus pés de laranja pela cana-de-açúcar.

Muitas das áreas de pastagem das RAs de São José do Rio Preto, Araçatuba e de Presidente Prudente são, pela literatura especializada (THOMAZ JR., 2009), consideradas “latifúndios improdutivos”, ou seja, apresentam baixíssima produtividade agrícola em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas aplicadas à agricultura, na média do estado. Parece, assim, que o alto investimento em capital fixo aplicado à agricultura canavieira nestas terras anteriormente destinadas à pastagem, aumentando sua produtividade quando da substituição de produção agrícola, teria permitido a estas áreas se apropriar, na forma da renda da terra, de sobrelucro em relação ao preço médio da cana-de-açúcar¹¹⁸ que vigorou até a crise econômica de

---

¹¹⁷ Em entrevista não gravada (mas registrada textualmente em caderno de trabalho de campo), realizada em 7 de março de 2015, com Plácido Boechat, produtor de cana-de-açúcar da Bulle Arruda S/A Agropastoril, de Bebedouro – SP, soubemos que as terras anteriormente utilizadas pela citricultura da laranja, ao serem substituídas por cana-de-açúcar, promoviam um crescimento da produtividade da cana-de-açúcar muito superior à média de suas lavouras com cana. Plácido Boechat afirmou também ter arrendado e substituído terras de pastagem na cidade de Lins – SP e que o oposto era verificado, no caso, uma queda acentuada da produtividade, em relação à média de suas lavouras. Isso em razão da diferença do capital aplicado à terra e que nela permanecia na comparação entre as lavouras de laranja e as pastagens. No primeiro caso, a adubação e os tratos no solo eram muito superiores ao existente no solo compactado e plantado com gramíneas das terras de pastagem. Voltaremos a isso a seguir.

¹¹⁸ O preço da cana-de-açúcar em São Paulo é calculado conforme uma série de critérios que levam em consideração a produtividade de sacarose da cana-de-açúcar (os Açúcares Totais Recuperáveis – ATR), por meio de um sistema denominado Consecana (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de S. Paulo),

2007/2008¹¹⁹, já que foram incorporadas para a produção de cana e se reproduziram durante estes anos. Vale também lembrar que solos de menor produtividade são solos mais baratos, teoricamente, tanto para compra – na forma da renda da terra capitalizada (MARX, 1985, L. III, T. II, pg. 161¹²⁰) – como para o arrendamento. Em razão disso, teria sido tal elevação do preço do açúcar e da cana responsáveis pela possibilidade de incorporação destas novas áreas aqui observadas, justamente sobre regiões com menor custo de arrendamento e do preço da terra. As áreas nas RAs de Ribeirão Preto e Central apresentam custo muito elevado nestes aspectos¹²¹.

Podemos inferir, a partir da Tabela 5, acima, que as RAs de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente têm seu nível de produtividade acompanhando a média do estado. Desta forma, parecem se reproduzir por meio da renda diferencial II, já que há expansão extensiva e intensiva da lavoura canavieira no período, de 2003 a 2009. O movimento da produtividade do estado de São Paulo saiu de uma média de 81 toneladas por hectare, em 2003, atingiu quase 86 ton/ha, entre 2008 e 2009, e depois começou a declinar, inclusive, para níveis inferiores àqueles de 2003, já em 2011, conforme Tabela 5.

Como vimos nas entrevistas com funcionários do Grupo Tonon S/A (do FIP Terra Viva), os preços de produção em relação aos preços de mercado da cana-de-açúcar estavam colocando-o em dificuldades financeiras, inclusive em relação à sua capacidade de rolar as dívidas. Isso nos sugere que seu nível de produtividade não conseguia fazer tal grupo de usinas nem se apropriar da renda da terra, nem da taxa de lucro médio da

---

localizado na ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”). Tal conselho é formado por representantes das diferentes categorias patronais de tal agroindústria – os fornecedores e usineiros – a fim de impedir a formação de cartéis e analisar os preços de mercado do açúcar e do etanol, assim como os preços de produção médios da agroindústria em questão, para estabelecer o “preço justo” de mercado do ATR. Assim, a inflação e deflação dos preços do açúcar no mercado de futuros impacta diretamente o preço de mercado da cana-de-açúcar a ser pago em São Paulo para aqueles que adotam o sistema de pagamento do Consecana, adoção majoritária neste estado, no caso. Tal sistema surgiu em 1999.

¹¹⁹ Não nos interessa aqui enveredar por uma análise dos preços de produção e dos preços de mercado (MARX, 1984c) da cana-de-açúcar, no período recente. Veremos, e aqui nos adiantamos um pouco para podermos nos justificar, que abandonaremos o caminho adotado no presente item de análise por meio do sobrelucro transformado em renda da terra, já que a ficcionalização da produção de *commodities* nos exige elaborar a crítica às determinações abstratas da forma mercadoria a nível do processo global de produção do capital (MARX, 1985), processo, como vimos, dessubstancializado. A renda da terra, como categoria real por meio da qual seria possível tal crítica a um momento anterior do próprio processo social capitalista, deve ser desdobrada para apreendemos a reprodução capitalista atualmente. Desta forma, o exercício de, por meio dos dados, apreendemos uma formulação próxima aos cálculos que Marx elaborou na Seção VI de *O Capital* (A metamorfose do sobrelucro em renda da terra) (MARX, 1985) para tematizar a renda da terra não nos parece suficiente para o que pretendemos desdobrar adiante.

¹²⁰ “O preço do solo é efetivamente apenas renda capitalizada” (MARX, 1985, L. III, T. II, pg. 161).

¹²¹ Xavier (2012, pgs. 125-126) analisou efetivamente o diferencial entre preços da terra nestas cinco RAs (Ribeirão Preto, Campinas, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente). Além disso, também pôde verificar a inflação destes preços nas RAs em que vigorou forte expansão, de 2003 até hoje, demonstrando o descolamento entre preço da terra e preço da cana-de-açúcar que a especulação imobiliária agrícola passou a promover nestas RAs após o início de crise econômica da agroindústria canavieira, a partir da safra 2008/2009.

agroindústria em questão, situação que passou a prevalecer para o setor, principalmente a partir de 2011/2012, ou seja, quando a crise econômica de 2007/2008 passou a aparecer significativamente como fenômeno na particularidade da espacialização da produção de cana-de-açúcar em São Paulo.

As falências e recuperações judiciais da agroindústria canavieira em São Paulo nos permitem formular, assim, que diversas são as produções de cana (fornecedores e usinas) e de açúcar e de etanol (usinas) que vêm, ao longo das últimas safras, apresentando preços de produção superiores aos preços de mercado¹²², realidade que não está restrita ao Grupo Tonon S/A, o que pode ser sugerido também ao destacarmos que as médias de produtividade de diversas RAs caíram, nas últimas safras, abaixo da média do estado¹²³.

Podemos sintetizar provisoriamente o seguinte caminho para a espacialização (como abstração real determinada pela crise imanente à forma social) da agroindústria canavieira, para a primeira década do século XXI, em São Paulo. Sua expansão (em área), apesar de ter ocupado solos com menor produtividade em relação às RAs mais produtivas – e, justamente por isso, com preços menores da própria terra –, não fomentou a redução dos níveis médios de produtividade para a lavoura canavieira no estado de São Paulo, já que mesmo as RAs mais ao oeste, as que tiveram maior expansão em área, também apresentavam produtividade perto desta média (e acima da média nacional, inclusive). Perguntamo-nos, assim, se teria isso ocorrido porque os investimentos da agroindústria canavieira no pior solo (em termos de renda diferencial II) foram tais que tornaram as pastagens com baixo desenvolvimento das forças produtivas em solos mais produtivos em relação à própria média social, permitindo-as se reproduzir por meio da taxa média de lucro e de renda da terra.

No momento posterior, após a safra 2011/2012, por sua vez, o que teria

---

¹²² Uma breve consulta no sítio da internet do IEA explicita a queda do preço da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, principalmente a partir de 2011, mesmo sem fazermos a deflação dos mesmos. Para tanto, ver: <ciagri.iew.gov.br/nial/vp.aspx?cod_sis=15>. O estudo já citado de Tanaka *et al.* (2008), já apontava para a tendência de queda no preço da cana-de-açúcar, entre o final de 2006 e o início de 2008. Os preços voltam a subir, a partir de 2008, e se mantêm oscilantes, até retomarem a tendência deflacionária, de 2011 em diante, conforme pesquisa no banco de dados do IEA supracitado. Tanaka *et al.* (2008) analisou justamente a alta dos preços da cana no período de inflação dos preços das *commodities* nos mercados internacionais: “No caso da cana-de-açúcar, o forte crescimento da oferta, ocorrida exatamente em função da expectativa de alta dos preços, fez com que a tonelada do produto fosse comercializada no final de 2007, por R\$ 29,00. Isso significa uma queda de 44% em relação aos preços de janeiro de 2007, e muito próximo aos preços pagos no final de 2003” (TANAKA *et al.*, pg. 12).

¹²³ Sabemos que observar a média de produtividade não é o mesmo que observar o preço de mercado. Mesmo solos com produtividade acima da média podem não estar se reproduzindo, já que os preços pagos nos mercados de futuros podem não pagar nem a taxa média de lucro, mesmo para estes solos. Sabendo, porém, que os mesmos estavam se reproduzindo (mesmo que ficticiamente), é possível dizer que aqueles na média de produtividade recebiam acima dos seus preços de produção.

acarretado na queda generalizada da produtividade, inclusive fazendo com que a queda na produtividade nestas RAs de maior expansão da área fosse ainda maior do que a queda da produtividade média do estado de São Paulo, concomitante à continuidade da própria expansão da área com cana, então com menor intensidade?

Podemos realizar essas formulações sobre o movimento espacial da agroindústria canavieira paulista, neste século XXI, estritamente a partir da acumulação capitalista por meio da renda da terra? Viemos ao longo dos dois primeiros capítulos desta tese sugerindo a necessidade de mediação da ficcionalização da produção de mercadorias como sendo a própria forma contemporânea da reprodução capitalista crítica. Chegamos a tais formulações a partir de uma longa discussão acerca da diferenciação entre redução da taxa de lucro global do capital e redução da massa absoluta de mais-valia (KURZ, 2014), a partir do desenvolvimento das forças produtivas movido pelo devir de crise impessoal da concorrência capitalista como forma de ser da própria dominação social abstrata. Como derivar do que chamamos de crise histórica fundamental da forma social da mercadoria – forma social que hoje só se reproduz atualmente por meio da determinação dos processos de ficcionalização da produção de mercadorias – a possibilidade de continuidade da renda da terra auferir sobrelucro à empresa capitalista, em um momento de diminuição da produção global de mais-valia, sendo tal renda um rendimento ficcionalizado em relação a esta produção mesma? Ainda seria possível utilizarmos a categoria de renda da terra para abordarmos processos de reprodução da empresa capitalista por diferencial de produtividade entre as diversas produções agrícolas, como esboçamos sugerir no presente item, em um momento de ficcionalização da valorização do valor?

b) A tentativa de apropriação da renda da terra por meio da agroindústria canavieira paulista: o Proálcool (1975 – 1990)

Já explicitamos nossa formulação acerca da forma da reprodução fictícia do capital, no Brasil, desde a crise do petróleo (que coincide com a explicitação da crise de valorização do valor também aparente no centro do capitalismo – MANDEL, 1990), em 1973, até meados da década de 1980, baseada na rolagem da dívida externa por meio da promessa de produção futura de mercadorias. A crise das dívidas da América Latina (1983) e a moratória brasileira (1986) são fenômenos de crise daquela forma de ser das determinações fictícias de reprodução da forma mercadoria.

O Proálcool, criado em 1975, com a divulgada intenção de ser parte da tentativa de resolver o déficit da balança comercial brasileira e da balança de transações correntes (PITTA, 2011), impactadas pela supramencionada subida dos preços do petróleo e pela crise internacional de superprodução de açúcar, em 1974, foi sintomático da crise dos processos de modernização retardatária pelos quais passou o Brasil em boa parte do século XX.

A substituição, em São Paulo, do colonato produtor de café pelo assalariado cortador de cana-de-açúcar, na passagem dos anos 1950 para a década de 1960, pode ser considerada a inflexão de uma forma de reprodução regional do capital, no Brasil, em que capital, terra e trabalho não estavam autonomizados; para outra, de formação de um mercado nacional de força de trabalho e de terras, assim como de mediação necessária do capital financeiro internacional ocioso na forma de dívidas para aquisição de capital fixo superproduzido nos países centrais do capitalismo (exportação de capitais), na tentativa destes se valorizarem por meio dos juros¹²⁴ (ALFREDO, 2013). A industrialização brasileira – como continuação da modernização retardatária urbano-industrial e início das agroindústrias – deveria valorizar o valor para pagar tais juros por meio do assalariamento a partir de então hegemônico a nível nacional.

Seguindo o argumento de Cássio Boechat (2014) poderíamos dizer que no momento que antecede aquela inflexão a ocupação da fronteira agrícola brasileira não estava finalizada, ou seja, ainda não estava ocupada pela propriedade privada da terra. A mobilização do trabalho se dava pelo “fechamento” da *região*¹²⁵ (OLIVEIRA, 2008) por meio da não-autonomização entre capitalista, proprietário da terra e exercício da violência (com os coronéis). Assim, a acumulação ocorria sobre formas particulares de se mobilizar trabalho (como o colonato, a agregação e o morador) e se expressava na expansão extensiva da produção de mercadorias, como renda diferencial I (diferença “natural” de produtividade do solo – MARX, 1985, L. III, T. II), com a incorporação de novas áreas para a produção destas mercadorias conforme expansão e formação da

---

¹²⁴ Aprofundaremos nossa interpretação da modernização retardatária brasileira – e da passagem de formas particulares regionais de reprodução do capital para outra forma nacional, já como crise desta – no próximo e último capítulo. A escolha por tal caminho se fez relevante já que ali nos centraremos na discussão acerca da historicidade do trabalho como categoria real capitalista que tem processo de formação e crise. Sendo o trabalho substância negativa do capital (KURZ, 2004), a crítica da sociedade do trabalho embasará nossa interpretação acerca da queda tendencial da taxa de lucro e da crise histórica fundamental da valorização do valor como crise do trabalho, na particularidade da agroindústria canavieira. No capítulo presente partiremos dos pressupostos fundamentados nas nossas sugestões acerca da forma da reprodução capitalista ocorrer ficticiamente em termos do capital global, conforme desdobramos no capítulo anterior e conforme já anunciado.

¹²⁵ Francisco de Oliveira entende o momento regional como forma particular da acumulação capitalista ocorrer por meio de relações de produção também particulares como: o colonato, a agregação e o regime de moradia, todos estes também articulados com os posseiros na abertura das fazendas (OLIVEIRA, 2008).

fronteira. Boechat (2014) estudou a ocupação da fronteira paulista com a pecuária e sua substituição pelo café, por meio do trabalho parcialmente assalariado do colono (com também parcial acesso aos meios de produção). A compra e a venda, ou seja, a renda capitalizada, não era forma hegemônica de aquisição da terra como meio de produção não produzido (MARX, 1985, L. III, T. II, Seção VI), mas sim, a ocupação sem custos da fronteira é que era a forma de incorporação de novas terras. A expropriação do trabalho pretérito do posseiro também estava inserida como momento desta forma da acumulação ocorrer. Um mercado de terras só passou a ser hegemônico, no Brasil, após a autonomização entre capital, terra e trabalho, na passagem de meados dos anos 1950 para os 1960.

Justamente por isso, a industrialização da agricultura só se fez possível a partir deste período – com a conjugação da formação da autonomização dos pressupostos supracitados – e, na centralidade nacional da agricultura paulista, se caracterizou pelo fomento subsidiado à industrialização da produção de açúcar (já com trabalho assalariado) para substituir a centralidade do café na pauta exportadora brasileira, a partir da década de 1960. Isto promoveu o aumento da composição orgânica dos capitais e o aumento da produção e produtividade desta agroindústria, que se constituía como tentativa de apropriação do sobrelucro da renda da terra diferencial II por parte do capital financeiro – industrial (internacional, mas também então internalizado nacionalmente), na tentativa de se reproduzir ampliamente. Aqui, consideramos que a partir da formação de um mercado nacional de trabalho e de terra, em meados dos anos 1950, uma taxa de renda da terra nacional¹²⁶ determinava a concorrência entre as produções agrícolas, e consequentemente, por isso, já o fazia como renda diferencial II (PITTA, 2011).

O Proálcool, de 1975, assim, foi implementado como tentativa de compensação dos fenômenos de crise do processo de modernização retardatária brasileira, no sentido de que os investimentos do capital a juros internacional, transferidos para as empresas nacionais por meio de política econômica modernizadora com créditos subsidiados pela ditadura civil-militar brasileira (o Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1965, é sintomático desta política – DELGADO, 1985), não foram compensados a não ser por meio de novas promessas de valorização do valor, que pagaram as promessas anteriores,

---

¹²⁶ Para Marx, a taxa de renda da terra é composta pela relação entre renda da terra e o capital investido em um determinado espaço, compondo uma taxa que determina, *a posteriori*, quais são as produções agrícolas produtivas e improdutivas e que, consequentemente, no médio e longo prazo, logram ou não se reproduzir. Ver Marx (1985, p. 158): “[...] a taxa de renda [é] calculada em função do capital investido em cada acre [...]”.

como explicitam as novas rodadas de créditos internacionais ao Brasil, de 1974/1975 em diante (DELGADO, 1985).

Naquele momento, de meados da década de 1970, sugerimos aqui, as determinações da capital fictício passaram a ser, então, a mediação central para a reprodução crítica da forma social da mercadoria.

Ao observarmos o movimento de espacialização do capital da agroindústria canavieira, no Proálcool – agroindústria já formada e em crise econômica –, após nova rodada de subsídios creditícios, política de preços que pagavam os custos de produção de produtores e usineiros e fomento ao consumo de álcool anidro até 1979; e de álcool hidratado, de 1980 em diante, o que fomentou a criação do carro a álcool (garantindo a realização da mercadoria produzida); também podemos ressaltar uma expansão para o oeste paulista que, porém, possui determinações abstratas diferentes daquela que viemos destacando ao abordarmos o século XXI, no que concerne ao estado de São Paulo.

Tabela 6 – Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha), por DIRA – São Paulo: 1970/71 – 1990/91

DIRA	1970-71 (t/ha)	1975-76 (t/ha)	1980-81 (t/ha)	1985/86 (t/ha)	1990-91 (t/ha)
Araçatuba	94,8	68,5	77,2	75,3	75,6
Bauru	57,8	57,0	63,1	73,5	76,9
Campinas	59,0	65,6	67,8	71,9	74,6
Marília	62,7	68,4	66,3	73,4	81,1
Presidente Prudente	33,6	66,7	68,0	66,0	65,0
Ribeirão Preto	56,9	62,8	70,9	72,4	80,2
São José do Rio Preto	83,7	90,1	86,3	70,8	76,3
Sorocaba	45,7	65,1	66,9	67,9	70,8
São Paulo	62,8	53,3	55,6	64,3	62,5
Vale do Paraíba	65,1	57,1	51,5	56,4	53,3
Estado de São Paulo	58,3	64,1	69,3	72,1	77,2

Fonte: Yoshii *et al.* (1993, p. 164).

Sabemos (a partir de Yoshii *et al.*, 1993) que a área colhida de cana-de-açúcar em São Paulo aumentou em 70,98 % entre as safras de 1970/1971 e a de 1980/1981 (de 617.000 ha para 1.055.00 ha) e na década seguinte a mesma cresceu em 76,68%, até a safra 1990/1991 (para 1.864.000 ha). Já a produção de cana-de-açúcar apresentou aumento ainda maior. Para os mesmos períodos, tal aumento foi respectivamente de 101,46 % (de 3.630.000 toneladas de cana para 7.313.000) e de 96 % (chegando em 14.389.000 toneladas na safra 1990/1991). Tal crescimento foi acompanhado pelo aumento da produtividade da lavoura canavieira, em toneladas por hectare, de 58,3 ton/ha no início da década de 1970, após início da industrialização subsidiada da agricultura e anteriormente à crise de superprodução do açúcar, de 1974; e chegou a

uma produtividade de 77,2 ton/ha, no momento de extinção do Proálcool.

O aumento da produtividade da agroindústria canavieira ocorreu em razão da mecanização do plantio e dos tratos culturais, assim como em razão da utilização de insumos como herbicidas, inseticidas e adubação química, combinados com a pesquisa com variedades genéticas da cana-de-açúcar.

A mecanização do plantio envolveu, no que diz respeito à implantação de um novo canavial, a utilização de tratores para destruição da cultura anteriormente ali plantada. Por exemplo, a substituição de uma produção de café ou laranja exige a destoca das árvores e a substituição do pasto exige a aplicação de herbicidas. Após isso, a estruturação da terra para comportar a cultura da cana exige, inclusive utilizando-se de distintos tipos de tratores, a subsolagem, a aração e a gradagem, isso apenas para o manejo e preparo do solo para realização do plantio dos toletes de cana.

No que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas em relação às variedades de cana plantadas, dois foram os principais centros tecnológicos de aprimoramento genético da cana-de-açúcar, na forma de ciência aplicada, o que moveu o aumento da produtividade da lavoura, ocorrido a partir da década de 1960. O Centro Tecnológico da Cana (CTC), de uma empresa privada, a Coopersucar; e o Planalsucar, do IAA, hoje Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos, são centros de pesquisa ainda em atuação e que desenvolvem tecnologias no sentido de aumentar a adaptabilidade e produtividade da produção canavieira. Tais pesquisas permitiram, assim, a expansão da área colhida e o aumento do teor de sacarose da cana-de-açúcar, e moveram, por isso, um processo de desenvolvimento biológico na agroindústria canavieira determinado pela modernização retardatária crítica da mesma, vale sempre lembrar.

Importa ainda ressaltar aqui uma distinção que nos interessará abordar adiante. Estamos detalhando o aumento da produtividade do trabalho aplicado à produção agrícola, no que diz respeito à produtividade deste sobre uma área, o hectare. Quando formos destacar o aumento da produtividade do trabalho aplicado ao corte de cana-de-açúcar, seja ele manual ou mecanizado, veremos que isso também implicará em uma diferença na produtividade do hectare de cana, já que a área plantada com cana não é necessariamente toda colhida e aproveitada para processamento, o que depende também da produtividade do corte desta área. Detenhamo-nos, por enquanto, na produtividade do trabalho aplicado ao solo e posteriormente introduziremos o segundo elemento. Isso ocorre já que o aumento exponencial com a hegemonização da mecanização do corte de

cana (apesar de já existir nos anos 1980) se deu apenas no século XXI.

A expansão da área plantada com cana-de-açúcar, em São Paulo, ao longo do Proálcool, seguiu as políticas deste programa, em razão dos subsídios creditícios e da política de preços administrados. Assim, em um primeiro momento, de 1975 a 1979, estava em questão aumentar o álcool anidro acrescentado à gasolina e foram as antigas usinas de açúcar que puderam receber os financiamentos e implementar destilarias anexas a elas. Thomaz Jr. (2002) demonstrou como a maior parte dos subsídios foi para as DIRAs de Campinas, Bauru e Ribeirão Preto¹²⁷, justamente as que tiveram maior acréscimo na área com cana-de-açúcar¹²⁸, assim como aumento de sua produtividade, conforme podemos observar na Tabela 6. Tal aumento de produtividade colocava estas DIRAs como as mais produtivas, aptas a se apropriarem de renda diferencial II.

Na segunda fase do Proálcool (1979 – 1985) a espacialização da cana se dirigiu mais para o oeste das DIRAs supracitadas:

Ao mesmo tempo, as DIRAs de Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente que, conjuntamente participavam com 10,2% em 1970/71, apresentaram um crescimento substancial, situando-se em nível de 25,6%, em 1990/91.

O crescimento da produção de cana nessas quatro DIRAs foi, basicamente, fruto da necessidade de expansão da cultura canavieira, gerada pelo PROÁLCOOL, que vinha substituindo outras culturas das regiões tradicionais. Essas novas regiões foram ocupadas, principalmente, pela substituição da pecuária extensiva [...] e o significativo aumento da produção foi propiciado, fundamentalmente, pela ampliação da área plantada com a cultura no período. [...] Na década de 70, a DIRA de São José do Rio Preto se destacava pela produtividade, bem acima da média do Estado. Na década de 80, o grande crescimento na produção da DIRA não foi acompanhado por aumento, ou mesmo manutenção, dos níveis de produtividade. Isso pode indicar que a expansão de área verificada com a cultura, naquela região, se deu provavelmente em terras de pior qualidade do que as anteriormente ocupadas (YOSHII *et al.*, 1993, pgs. 162 e 164).

Isso ocorreu em razão dos créditos subsidiados terem se concentrado nas DIRAs a oeste daquelas que já haviam recebido financiamentos tanto nos anos 1960 quanto na primeira fase do Proálcool (1975 – 1979). Nesta segunda fase, a intenção do governo era a de ampliar a capacidade de produção do álcool hidratado a ser utilizado nos carros à álcool, que então surgiram. Assim, tanto uma política de preços que remunerasse as DIRAs menos produtivas, como a garantia do consumo de suas mercadorias, no caso, o

---

¹²⁷ Na DIRA de Ribeirão Preto estavam incluídas as DIRAs Central e de Franca, que passam a existir em meados dos anos 1990. Estas posteriormente se tornam RAs, as quais foram por nós abordadas quando analisamos o século XXI, no item anterior.

¹²⁸ Para os dados, ver Yoshii *et al.* (1993, p. 162).

“Na safra 1990/91, a produção se encontrava concentrada nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de Ribeirão Preto, Campinas e Bauru que, juntas, detinham 70,4% do total” (YOSHII *et al.*, 1993, p. 162).

álcool hidratado, fomentou, por um período, de 1979 a 1985, a reprodução das novas destilarias autônomas que então foram abertas.

A expansão sobre novas áreas nas DIRAs de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília significou a queda na produtividade destas DIRAs, já que ocorreu sobre solos piores. Isso só foi possível em razão dos preços administrados ao longo do Proálcool para a cana-de-açúcar, açúcar e álcool, o que permitia remunerar o pior solo que então vinha sendo, por isso, ativado. A produtividade destas DIRAs caiu a partir desta segunda fase do Proálcool em relação à sua produtividade anterior, justamente o período de subsídios para ampliação da produção de álcool com implantação de destilarias autônomas no oeste do estado.

Vale apenas destacarmos que, conforme Yoshii *et al.* (1993), o aumento da área plantada ocorreu mais sobre São José do Rio Preto do que nas demais DIRAs então ativadas para a produção de cana (Araçatuba e Presidente Prudente). Mesmo assim, estas não ultrapassaram a produção de Campinas, Bauru e Ribeirão Preto. Já no século XXI, conforme vimos, a RA de São José do Rio Preto passou a ter a maior área do estado com cana plantada e a expansão em Araçatuba e Presidente Prudente continuou a acontecer, apesar de a produtividade não ter declinado conforme tal expansão ocorreu, até a chegada da crise econômica de 2007/2008.

Parece ter ocorrido, no Proálcool, um movimento de espacialização da agroindústria canavieira, para o oeste paulista¹²⁹, porém distinto daquele que viemos destacando ter ocorrido já no século XXI. Como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) controlava a comercialização do açúcar e do álcool e os preços da cana-de-açúcar¹³⁰ (THOMAZ JR., 2002), a ativação de solos piores fazia com que estes se remunerassem por meio de renda diferencial II em relação ao resto do Brasil, mas também garantia a incorporação da renda diferencial II para os solos mais produtivos das DIRAs de Campinas, Bauru e Ribeirão Preto.

O movimento acima destacado parece buscar compensar a queda tendencial da taxa de renda da terra devido aos altos custos de investimentos. Assim, a redução dessa taxa estaria buscando uma compensação não realizável através da ampliação da área produzida com menor produtividade de modo a compensar a perda da taxa em solos mais produtivos. O estabelecimento do preço – regulado pelo IAA, definindo aí a renda da terra a ser incorporada – devido a um solo regulador menos produtivo acrescentaria sobre-lucro ao mais produtivo, garantindo também a reprodução dos menos produtivos. Trata-se

¹²⁹ Para a explicitação cartográfica de tal espacialização ver os “Anexos” ao final desta tese.

¹³⁰ “[...] a política de preços beneficiou os usineiros paulistas, uma vez que os preços fixados para a matéria-prima levavam em consideração os custos de produção em nível nacional, ou seja, tanto da agroindústria sucroalcooleira nordestina e fluminense como os dos fornecedores de menor área em qualquer região” (YOSHII *et al.*, 1993, p. 179).

daquilo que Marx observa como a expansão da renda da terra em ziguezague (MARX, 1985, L. III, T. II, Seção VI), tanto de solos mais produtivos para os menos, como vice-versa (PITTA, 2011, p. 136).

Anselmo Alfredo (2013), ao formular uma crítica da *economia política do espaço*, apreendeu a crise da modernização retardatária brasileira como expressa na crise fenomênica do capital mundial, de 1973, já como resultante da tentativa de capitais ociosos (financeiros) de se apropriarem da renda da terra como sobrelucro, determinação do devir impessoal da crise da valorização do valor de capitais industriais, em razão de sua queda da taxa de lucro. Isso teria ocorrido tanto em nível internacional, como nacionalmente falando, na forma de exportação de capitais que se internalizaram e que, após isso, constituíram, por meio da chamada “revolução verde”, a industrialização da agricultura e a formação da agroindústria, no Brasil, a partir da década de 1950.

Desta forma, as determinações da crise impulsionavam, já na passagem do anos 1950 para 1960, o aumento da produção e da produtividade agrícola, no Brasil, e a suposta espacialização (como abstração real) dos capitais industriais para o campo na tentativa de se valorizarem por meio da incorporação da renda da terra.

Assim, podemos sugerir que o Proálcool, inserido no SNCR, o qual fomentou outros projetos de desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro (como no caso da soja, do eucalipto e da laranja), a partir dos anos 1970, se mostrou como último impulso naquela tentativa de apropriação da renda da terra agrícola, a fim de lograr pagar capitais financeiros ociosos, o que pautou a continuidade do aumento da produtividade agrícola por meio do aumento da composição orgânica dos capitais agroindustriais. Tal processo retroalimentou a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, que já ocorria desde o início da industrialização da agricultura, nos anos 1950, e a continuidade da queda tendencial da taxa de lucro e de renda da terra¹³¹, no campo brasileiro (ALFREDO, 2013).

A modernização do Proálcool sobre a já existente agroindústria canavieira pôde ser pesquisada por nós (PITTA, 2011) como parte deste processo de crise da modernização retardatária brasileira, na medida em que entrou em crise econômica com o fim da possibilidade de ser subsidiada, a partir da chamada terceira fase do Proálcool (de 1986 – 1990), consequência da incapacidade de o processo de valorização do valor nacional pagar sua dívida externa, mesmo com promessas futuras de fazê-lo por meio da

---

¹³¹ Para a formulação de uma queda tendencial da taxa de renda da terra ver especialmente Marx (1985, L. III, T. II, Seção VI, cap. XLII: “A renda diferencial II – segundo caso: preço de produção decrescente”).

produção agroindustrial.

A expansão em termos de área da agroindústria canavieira paulista revela uma tentativa de, por meio do sobrelucro da renda da terra diferencial II, valorizar capitais ociosos em crise de valorização, sem lograr fazê-lo, mas que se reproduz, esta agroindústria, por meio de promessas futuras de valorização do valor como rolagem de suas dívidas, não significando, assim, capacidade de mobilizar trabalho suficiente para fazê-lo em razão de sua alta composição orgânica do capital, aqui nossa sugestão crítica.

Enquanto a rolagem das dívidas era possível, a produção agrícola, por meio do Proálcool, se realizava, e isso pôde aparecer às interpretações do processo de modernização agrícola brasileira como: forma de reposição de uma acumulação primitiva; superexploração do trabalho; acumulação por despossessão; ou a combinação de várias dessas interpretações. Assim, tais formulações entenderam que a realização de expropriações; contratos “injustos” de fornecimento e arrendamentos de terras de pequenos, médios e grandes produtores de cana (como “monopolização do território” – OLIVEIRA, 2010); e superexploração do trabalho (como “territorialização do monopólio” – OLIVEIRA, 2010) significavam formas de valorização do valor pela apropriação do sobrelucro na forma da renda da terra, as quais foram amplamente utilizadas para a crítica do que convencionou-se chamar de “expansão do capitalismo no campo”.

A expansão da agroindústria canavieira para o oeste do estado de São Paulo, por meio do fomento subsidiado do Estado à industrialização da agricultura, não ocorreu somente sobre fazendas pecuárias, mas moveu também processos de expropriação de pequenos produtores rurais, já inseridos na produção de mercadorias para sua reprodução, o que moveu interpretações acerca da continuidade de processos de acumulação primitiva para mover a reprodução daquele momento do capitalismo, por tais interpretações entendidas como “reprodução financeira”.

Pedro Ramos (1999) enxergou na expansão da agroindústria canavieira para o oeste paulista um processo de concentração de terras que privilegiava uma classe social, a dos proprietários de terras, sob os incentivos do Proálcool, com reprodução do “atraso” do setor. Nesse sentido, Ramos estava preocupado com a expropriação do pequeno produtor rural ou com sua inserção na produção de cana-de-açúcar. A reprodução do atraso à qual se refere seria responsável pela reprodução de estruturas determinantes do que se convencionou chamar de “questão agrária” brasileira com a continuidade do latifúndio, de relações de trabalho interpretadas como “atrasadas” e da

desigualdade social no campo e na cidade em função da própria expropriação do trabalhador em relação à terra.

Para Ramos (1999) importava realizar um processo de industrialização da produção de cana-de-açúcar que aumentasse a produtividade das lavouras, fazendo com que estas pudessem concorrer no mercado internacional frente aos países do centro do capitalismo. Isso, para ele, faria com que sua expansão fosse apenas intensiva e que esta liberasse a terra para os trabalhadores expropriados.

A estrutura do complexo foi resguardada e reforçada pelo Proálcool, já que se tomou o cuidado de se dificultar a instalação de destilarias autônomas onde elas fossem competir com as usinas na obtenção de matérias-primas. Nos locais em que isso não ocorresse, os proprietários fundiários puderam instalar tais destilarias. Assim, convém insistir que, conforme já foi demonstrado, é a propriedade fundiária que permitiu o acesso às benesses do Estado e à constituição de usinas e/ou destilarias (RAMOS, 1999, p. 174).

Como destacamos, porém, a produtividade da lavoura canavieira aumentou, mesmo com sua expansão extensiva. Este aumento da produtividade ocorreu em razão do desenvolvimento das forças produtivas aplicadas à produtividade agrícola. Além disso, ocorreu como processo de *modernização retardatária* (KURZ, 1999), que buscava alcançar os níveis de desenvolvimento dos países do centro do capitalismo, mesmo que não tenha logrado realizar tal alcance. A expansão da agroindústria canavieira, aqui, não ocorreu, assim, sobre produções que não estavam inseridas na forma social da mercadoria e que estivessem autônomas em relação às suas contradições. Ramos (1999) centra os critérios de sua crítica à “modernização conservadora” a partir de categorias da distribuição, no caso, da terra como meio de produção não produzido. A concentração desta como meio de produção garantiria a reprodução de estruturas que para ele eram as mesmas, no Brasil, desde seu período colonial. Seu enfoque não passa pela metamorfose na forma de acumulação do capital, em nível nacional e em nível mundial.

Desta forma, cabe questionarmos se as expropriações ocorridas com a expansão da lavoura canavieira para o oeste paulista poderiam ser compreendidas apenas como reprodução também da forma regional da acumulação capitalista ocorrer no campo paulista e brasileiro, ou seja, se elas podiam ser interpretadas como a reposição de algo como uma acumulação primitiva¹³² (ou “atraso”) capaz de valorização do valor por

---

¹³² Não estamos dizendo aqui, por sua vez, que as expropriações de posseiros como parte da dinâmica de expansão da fazenda pecuária como forma de ser da acumulação no momento regional brasileiro tenha significado exatamente uma acumulação primitiva. Adiante discutiremos este processo como *modernização retardatária* (KURZ, 1999), já que entendemos que a forma de acumulação se transformou com a formação da fronteira agrícola e a hegemonização

meio da incorporação de novas terras, já nos anos 1970, após a modernização da agricultura brasileira e a crise de sua agroindústria. Isso, mesmo após a generalização do assalariamento, o relativo fechamento da fronteira agrícola e a formação de uma taxa média de lucro e de renda da terra nacionais.

Thomaz Jr. (2002 e 2009) abordou a acumulação da agroindústria canavieira ao longo do Proálcool como uma acumulação que combinava a mais-valia absoluta com a relativa¹³³, em razão de processos de “acumulação por despossessão” (THOMAZ JR., 2009, p. 49) e de exploração do trabalho assalariado por meio do desenvolvimento das forças produtivas. Ao analisar a chamada segunda etapa do Proálcool, com expansão para o oeste, Thomaz Jr. ressaltou:

A inversão de recursos do Proálcool rumo ao oeste paulista foi estimulada [...] com o intuito de inserir essa porção do território à agroindústria sucro-alcooleira [...].

[...] Na prática, como já era de se esperar, a Secretaria de Agricultura e o Procana não intencionaram mexer com os grandes produtores paulistas. Prova é que tudo o que estava objetivado na carta de intenções não foi capaz de evitar o processo de expansão da cana-de-açúcar sobre culturas de alimentos e consequentemente o ritmo concentrador de terras nas áreas tradicionais, sob comando das maiores empresas sucro-alcooleiras (THOMAZ JR., 2002, pgs. 94 e 95).

Os produtores mais eficientes não estavam perdendo com a esquematização em prática, ao contrário, eram a referência do menor custo, portanto com possibilidade de auferir um *quantum* de sobrelucro maior.

Assim, ao serem criadas condições para a manutenção de produtores em situação “marginal”, foram, também, dadas as condições para a reprodução ampliada dos produtores “progressistas” (THOMAZ JR., 2002, p. 98).

Thomaz Jr. (2002), ao destacar a acumulação por despossessão não a observou apenas como exploração do trabalho por meio da mais-valia absoluta, mas também como expropriação dos pequenos produtores de suas terras. Esta expropriação, por sua vez, para nós não diz respeito a formas de reprodução de um suposto “atraso” da agricultura brasileira que perpetuaria um processo de “acumulação primitiva” sobre terras não inseridas no mercado de terras, mas seria justamente o resultado de processos de modernização da agricultura, como tentativa de acumulação por meio da renda diferencial II, com diferença no nível de desenvolvimento das forças produtivas para apropriação do sobrelucro por parte das produções mais desenvolvidas quando da

---

do assalariamento, no Brasil, o que moveu a industrialização do país e de sua agricultura, inclusive, porém, o fez em relação concorrencial com os níveis de produtividade dos países do centro do capitalismo.

¹³³ Para Thomaz Jr. (2002 e 2009) a expansão da agroindústria canavieira no campo ocorreu também como processo de “territorialização do monopólio”, ou seja, forma de dominação de classe de um território para poder explorar trabalho por meio do assalariamento e da extração de mais-valia. Acerca da concepção de Thomaz Jr. (2009) sobre a capacidade do trabalho assalariado valorizar o valor, principalmente em relação ao trabalho do “boia-fria” no corte de cana, ver a discussão no capítulo 4 da presente tese.

formação da taxa média de lucro e de renda da terra. Já vimos que tal formação ocorreu depois do processo de modernização retardatária “fechar” a fronteira agrícola, fazendo com que os anteriores processos de uma suposta “acumulação primitiva” no campo brasileiro, ou seja, com expropriação do trabalhador do campo dos meios de produção (mesmo que estes tivessem apenas acesso parcial aos meios de produção) para a acumulação de capital, não fosse mais o cerne da reprodução capitalista em nível nacional.

Desejamos sugerir, ao tentarmos apreender o movimento do capital na agroindústria canavieira paulista, ao longo do Proálcool, estarmos diante de processos de crise da valorização do valor por meio da apropriação da renda da terra diferencial II, já após a formação de um mercado de terras nacional e do mercado de força de trabalho. Assim, a expropriação do pequeno produtor rural assumiria papel diverso daquela que ocorria no momento regional, em que a expansão da fazenda sobre tais produções era a forma da acumulação se realizar, mesmo que criticamente. Já sugerimos que, no momento do Proálcool, a valorização do valor de capitais ociosos, mesmo ao tentar incorporar o sobrelucro por meio de renda diferencial II, não lograva se realizar sem a ficcionalização da renda da terra, o que nos traz como elemento crucial a necessidade de assumirmos um ponto de vista da totalidade do processo de reprodução do capital, sem o qual poderíamos ser levados a observar nas formas de expropriação e acumulação por despossessão ao nível do capital individual a continuidade da exploração do trabalho ser capaz de valorizar o valor.

Guilherme Delgado (1985), ao estudar a “financeirização” da agricultura, nos fornece um ponto de vista que pode sintetizar as concepções acima apresentadas e por nós problematizadas sobre a expansão da industrialização da agricultura no campo brasileiro. Para Delgado, o mercado de terras nacional que veio a se formar no Brasil, a partir dos anos 1950 e 1960, se constituiu impulsionado pelos subsídios do Estado à agricultura, o que permitiu ao capital financeiro a tentativa de se apropriar da renda da terra capitalizada neste mercado de terras. Sua interpretação, assim, da formação da agroindústria no Brasil, a entrelaçava com o capital financeiro ocioso que passava pela expansão da dívida externa brasileira e sua capacidade de ser paga por meio da “modernização conservadora” (Delgado, 1985) do campo. Tal conceito significava, para Delgado, a manutenção da expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, mas em razão, então, da expansão do capital a juros sobre a produção de mercadorias agrícolas na busca pela renda da terra como sobrelucro:

Ora, a integração de que fala Alberto Passos Guimarães não cogita da ideia de conglomeração empresarial, com o fito de realizar uma taxa média de lucro. Na realidade, o autor se refere à *integração técnica* agricultura-indústria. E interpreta economicamente essa integração à luz da teoria da *troca desigual*, onde a agricultura, conduzida geralmente sob a forma da empresa individual, em bases não capitalistas, defronta-se com uma indústria oligopolizada, que lhe estabelece preços e demais condições comerciais (DELGADO, 1985, p. 137, grifos do autor).

Para Delgado (1985), não está em questão algo como uma “monopolização do território” (OLIVEIRA, 2007) por parte das agroindústrias brasileiras, como troca não justa entre produtores e indústria. Para ele, não é isso que explicaria a industrialização da agricultura, mas sim, a capacidade da renda diferencial II, a partir da formação da taxa de lucro e de renda da terra, auferir sobrelucro à indústria e ao capital a juros, como distribuição da mais-valia global produzida pelo capital. Isso após a formação do mercado de terras e do mercado financeiro no Brasil, os quais teriam ocorrido a partir da década de 1950 e 1960, respectivamente, conforme o autor.

Delgado (1985), por sua vez, expressa o entendimento da possibilidade da capitalização da renda da terra ocorrer como realização de promessa futura de exploração de trabalho. Em certa medida, ele pode ser considerado a síntese de uma concepção que observa na reprodução do capital a juros, ao longo da ditadura civil-militar brasileira, a capacidade de explorar trabalho para se valorizar, o que no caso da agricultura brasileira, ocorreria por meio do sobrelucro. Ao se apoiar na explicação de Sérgio Silva (1984) para apreender o mercado de terras como negociação destas como ativo financeiro, Delgado o entrelaça com a exploração do trabalho para produção de mercadorias agrícolas. Por mais que Delgado parta de um ponto de vista que observa na renda da terra uma categoria real da totalidade da reprodução social do capitalismo, esta se assenta em uma hipostasia da capacidade do trabalho produzir mercadorias e valorizar o valor como forma da reprodução capitalista ocorrer:

Aparentemente, nessas condições, assistimos a um movimento autônomo do preço da terra, erroneamente tratado como movimento puramente especulativo. Paradoxalmente, a renda parece ser “puxada” pelo preço da terra de tal forma que o preço parece ganhar autonomia incompatível com sua explicação pela teoria do valor (renda capitalizada). Daí a atração pela explicação via pura especulação.

Na verdade trata-se de um movimento estrutural que se realiza via especulação. O preço da terra não se move por si próprio. Ele apenas reflete as condições do movimento do capital no campo, mas as possibilidades de mobilização do capital-dinheiro via sistema financeiro que esta estrutura atribui ao monopólio da terra resultam em reforço da tendência ao crescimento da renda (SILVA, 1984, p. 44, *apud* DELGADO, 1985, p. 204).

O que está em questão, no excerto acima, é uma leitura que compreende o

movimento do preço da terra como relacionado ao processo de valorização do valor por meio da renda da terra. O descolamento entre especulação e valorização do valor não é entendido como possível, e nem, muito menos, como capaz de se reproduzir enquanto momento de crise de reprodução da forma social da mercadoria e determinação mesma desta reprodução.

Delgado (1985) aborda ainda nesta que é sua tese de doutorado (*Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*) diversos investimentos nos mercados de terras pelos “conglomerados empresariais” produtores das mais diversas mercadorias (DELGADO, 1985). O investimento no título de propriedade da terra como forma de capitalização da renda da terra não se realizava como negócio central de uma dada empresa, naquele momento, mas sim como forma de investimento financeiro dessa empresa, a qual tinha na produção de outra mercadoria, ou no investimento no capital a juros (no caso de bancos), o cerne de seus negócios. Veremos como, atualmente, a especulação imobiliária agrícola se tornou uma forma de investimento que é central nos investimentos especulativos com a inflação dos títulos de propriedade da terra para novas empresas que surgem atualmente, no Brasil, principalmente após a crise econômica de 2007/2008.

A confusão é mesmo difícil de ser tematizada se embasamos o olhar em uma análise que se atem demasiadamente aos fenômenos mais econômicos. Silva (1984) e Delgado (1985) estão observando tanto a subida dos preços da terra como renda capitalizada autonomizada do movimento da renda da terra, mas também estão observando a expansão da produção de mercadorias no campo brasileiro por meio da agroindústria, o que movia consequentemente um processo de “acumulação” (para nós fictícia) e expansão das unidades produtivas das agroindústrias que se formaram no campo, no Brasil. Desta forma, o movimento da especulação com terras parecia, para eles, relacionado com a produção de mercadorias ($D - M - D'$) como se esta fosse sempre capaz de valorizar o valor e pagar, no futuro, a presente capitalização da renda por meio da exploração do trabalho e da apropriação do sobrelucro produzido por tal exploração a ser distribuído aos diferentes capitais por meio da renda diferencial II.

Ao partirmos da necessidade de um ponto de vista que relacionasse a particularidade da agroindústria canavieira à totalidade da reprodução da forma social da mercadoria, pudemos sugerir a possibilidade de observarmos na reprodução do endividamento daquela agroindústria, assim como na relação deste com a inflação de títulos de propriedades e duplicatas de mercadorias, uma forma crítica determinada de

ficcionalização da produção de mercadorias, quando da passagem dos anos 1990 para os anos 2000. Pudemos entrelaçar esta forma de reprodução com um movimento universal da reprodução capitalista, com seus processos de circulação de dinheiro e criação de capital fictício, o que trazia mais elementos para nossa sugestão crítica.

Ao observarmos a crise da modernização retardatária brasileira, na passagem dos anos 1960 para os 1970 e a continuidade da rolagem das dívidas por meio da dívida externa brasileira e seu processo de aprofundamento na agroindústria brasileira, como particularidade deste processo, desejamos enfatizar aqui a sugestão de que naquele momento a reprodução fictícia do capital se fundamentava na determinação de crise da necessidade de promessa de produção futura pagar antigas promessas, o que apareceu, no caso do Proálcool, como expansão da área, produção e produtividade da cana-de-açúcar, promessa da apropriação por meio da renda da terra pagar o endividamento da agroindústria em questão, algo que não ocorreu.

Desejamos também sugerir criticamente, por outro lado, que a incapacidade de apropriação da renda da terra explicitada na crise da agroindústria canavieira, tanto paulista como brasileira, ao final do Proálcool – entre 1986 e 1990, com o fim dos subsídios e da política de preços administrados, que passaram a não acompanhar a inflação que aumentava no Brasil – nos permite formular que a aparência de reprodução desta agroindústria por meio da renda da terra ficcionalizada por processos de circulação de capital a juros revela um processo de autonomização entre renda da terra e valorização do valor que só pode ser apreendido ao nível da reprodução global do capital, ou seja, como totalidade do processo de produção do capital e não ao nível do empirismo do capital individual. Vale ressaltar, por outro lado, que mesmo tal movimento da crítica teórica pela totalidade não é em si suficiente para a crítica que desejamos aqui aprofundar.

Ressaltamos, assim, a importância da crítica negativa por meio da crítica do fetichismo da forma social da mercadoria em seu processo de determinação pela contradição, da autonomização à crise histórica de suas categorias reais (capital, terra e trabalho). A ficcionalização da reprodução de tais categorias repõe o fetichismo (da mercadoria, do capital e do trabalho), o que apaga a possibilidade de suplantação de momentos fundamentais da forma abstrata de dominação social, suplantação essa que a crítica negativa aqui levada a cabo deseja sugerir como necessária.

Os créditos subsidiados pelo Proálcool, que permitiram a expansão da produção e da produtividade da agroindústria canavieira, não ocorreram sobre terras que não

estavam inseridas na produção capitalista de mercadorias, mas, sim, já ocupavam terras para produção de outros produtos agrícolas determinados por uma taxa média de lucro e uma taxa de renda da terra, já que, como destacamos, capital, terra e trabalho haviam se autonomizado desde as décadas de 1950 e 1960. Com menor apropriação de renda da terra diferencial II, novas terras menos produtivas que a média da agroindústria canavieira foram metamorfoseadas para a produção de cana-de-açúcar, como as terras de São José do Rio Preto, na segunda fase do Proálcool, no sentido de materializarem promessas futuras de valorização do valor, valorização que não se realizou.

O que estava em questão era a aparência, em termos de capital individual, no caso da agroindústria canavieira, de acumular por meio da exploração do trabalho na agricultura na forma de taxa de lucro e de renda da terra, sendo que estas categorias já estavam ficcionalizadas. Na verdade, sugerimos que a inversão de determinação do processo de reprodução capitalista pela ficcionalização já havia ocorrido nos anos 1970 e a necessidade de se iniciar uma produção de mercadorias para acessar mais capital fictício a fim de se reproduzir criticamente já estava posta para aquele momento. A baixa produtividade das terras incorporadas pela produção canavieira, em São José do Rio Preto, por exemplo, transferia renda da terra diferencial II para aquelas mais produtivas, mas muitas nem assim se reproduziram ao fim dos créditos subsidiados para tal agroindústria.

David Harvey, ao observar na “produção do espaço” (HARVEY, 2011) a possibilidade de continuidade da acumulação capitalista por meio da exploração do trabalho dedicado a criar diferencialidades espaciais que fomentem que certos capitais vençam outros na concorrência e possam auferir renda em razão de benefícios em infraestrutura e acesso a matérias-primas ou que formas de destruição de um espaço produzido possa produzir outro com capitais fixos mais produtivos, sugere a possibilidade de deslocamento da acumulação capitalista da indústria para o trabalho, para ele “produtivo”, dispendido na “produção capitalista do espaço”. O setor imobiliário, neste sentido, para Harvey, também é primordial para a possibilidade de reprodução ampliada do valor.

Mas por trás de todas as contingências e incertezas envolvidas no fazer e refazer permanente da geografia do capitalismo esconde-se um poder fundamental singular que ainda tem de receber a atenção adequada em nosso entendimento, não só da geografia histórica do capitalismo, mas também da evolução geral do poder de classe capitalista. A realização de novas geografias implica mudanças na terra e sobre ela. Os proprietários de terra têm tudo a ganhar com essas mudanças. Eles podem se beneficiar enormemente com o

aumento dos valores dos terrenos, as rendas das terras crescentes e os recursos “naturais” que possuem. As rendas e os valores das propriedades crescentes dependem tanto de investimentos no lugar quanto de investimentos que mudam as relações de espaço de tal forma a agregar valor à terra, melhorando a acessibilidade [...].

O investimento em rendas sobre terras, minas e matérias-primas se torna, desse modo, atrativo para todos os capitalistas (HARVEY, 2011, p. 148).

Poderíamos nos perguntar se com a reprodução da agroindústria canavieira, ao longo do Proálcool, não estava em questão uma forma improdutiva e fictícia de “produção do espaço” (HARVEY, 2011) se levarmos adiante as sugestões que formulamos anteriormente? No sentido de que a reprodução fictícia da agroindústria canavieira permitiu um aprofundamento da produção de cana-de-açúcar nas regiões já ocupadas, como nas DIRAs de São Carlos (hoje RA Central) e Ribeirão Preto, com reestruturação dos canaviais por meio da mecanização de diversas de suas etapas produtivas; ao mesmo tempo em que demandou a substituição de produções de outras mercadorias agrícolas menos rentáveis pela cana-de-açúcar, como quando da substituição de pastagens e do café na DIRA de São José do Rio Preto, tudo isso determinado por créditos subsidiados, política de preços e garantia de realização da mercadoria produzida.

Para o século XXI, ficará ainda mais interessante de observarmos a reforma estrutural de canaviais que permite o plantio mecanizado e que se utiliza de GPS (Global Positioning System), atualmente, para aumentar a própria produtividade do canavial, o que significaria o entrelaçamento do aumento da produtividade do canavial com aumento da produtividade do corte de cana também mecanizado e dispensa absoluta de força de trabalho do processo produtivo. Abordaremos isso no próximo item e no capítulo a seguir.

c) O açúcar como “ativo financeiro” e a especulação imobiliária agrícola no século XXI

Ao formularmos sobre o movimento de espacialização para o oeste da agroindústria canavieira paulista, no século XXI, esboçamos a possibilidade de apreensão de tal movimento como determinado pela incorporação da renda da terra diferencial II, por meio da substituição de produções com menor produtividade (pecuária) pela lavoura canavieira mais produtiva.

Por sua vez, com a continuidade da expansão da área de cana-de-açúcar com perda de produtividade e de produção da mesma, a partir de 2011, fenômenos diretamente relacionados à crise econômica de 2007/2008, deixamos em suspenso a

formulação de que seria a incorporação de terra como ativo financeiro, como um meio para acessar novas dívidas por parte da agroindústria canavieira, que teria mobilizado tal espacialização.

Vimos, ainda, no item anterior, considerando o Proálcool como parte da derradeira tentativa da agroindústria brasileira de incorporação do sobrelucro – como parte da mais-valia globalmente produzida – na forma de renda da terra, em um momento em que o aumento da composição orgânica dos capitais teria movido a queda da taxa de lucro e de renda da terra, com expulsão do trabalho dos processos produtivos e redução absoluta da massa de mais-valia produzida pelo capital em nível global (KURZ, 2014) e na particularidade da agroindústria canavieira paulista e brasileira. A ficcionalização da reprodução da empresa capitalista e da sociabilidade da forma mercadoria já movia e determinava criticamente, assim, essa tentativa. A moratória brasileira de 1986 apareceu, assim, apenas como fenômeno de realização da crise de valorização do valor já subjacente e determinou que surgissem novas formas de reprodução fictícia do capital, desdobrando esta em um sentido qualitativamente diverso – que passa a ser determinante a partir de então – já formulado por nós ao passarmos pela inflação dos títulos de propriedades e duplicatas de mercadorias dos chamados processos de securitização das dívidas e de constituição dos mercados financeiros secundários. Aí está incluída a constituição dos mercados especulativos com os preços dos derivativos, nos quais os futuros de *commodities* estão inseridos.

Desejamos agora nos perguntar se não deveríamos, então, rever a sugestão que fizemos sobre a incorporação da renda da terra como determinante da espacialização da agroindústria canavieira paulista, no século XXI, já que a renda da terra, na forma da renda diferencial II, estaria ficcionalizada por determinação da crise de valorização do valor que fomentou processos especulativos com preços de títulos de propriedades e duplicatas de mercadorias – entrelaçados estes com a forma do financiamento / endividamento capitalista em geral –, como no caso dos preços do açúcar como *commodity* negociada como derivativo nos mercados de futuros.

Ao indagarmos em entrevistas sobre a crise econômica que a agroindústria canavieira apresentou de 2008/2009 em diante (com falências e recuperações judiciais), ao mesmo tempo que tentávamos relacioná-la com a expansão para o oeste de São Paulo (mas também para o Centro-Sul do Brasil) com aumento da média de produtividade da lavoura canavieira nos anos imediatamente anteriores, pudemos apreender melhor os motivos que fizeram a continuidade da expansão da área, com queda de produção e

produtividade para os anos após 2011 até hoje. Na verdade, o momento de crise econômica da agroindústria, com deflação dos títulos de propriedade e duplicata de mercadorias, é o momento em que a crise de reprodução se explicita como crise econômica para a consciência das personificações objetivadas da forma social da mercadoria, o que nos permite, ao indagarmos sobre fenômenos de crise, reelaborarmos nossas formulações acerca das determinações abstratas da *espacialização fictícia* (como abstração real determinada pela crise de valorização do valor) da agroindústria canavieira paulista, neste século XXI.

A continuidade da entrevista de Célio Recco, da COCRED, realizada em 09 de setembro de 2013, em Severínia – SP, nos sugere um caminho para pensarmos a espacialização da agroindústria canavieira paulista em questão:

Entrevistador: – Como você entende a necessidade da produção de cana se expandir, mesmo com menor produtividade?

Célio Recco: – Deve haver algum problema com o financiamento da produção aí. Mesmo que a usina esteja utilizando terra com pouca produtividade ela tem que aumentar a área. Independentemente daquela área ter menor produtividade. Ela tem os contratos de açúcar dela, mas ela tem que cumprir.

Entrevistador: – Mesmo uma usina inadimplente tem que aumentar a área?

Célio Recco: – Eu não sei direito o que aconteceu com essas usinas, ainda mais porque não ocorreu aqui na Usina Guarani. O que pode acontecer e aconteceu, por exemplo, é a usina passar a responsabilidade da produção para um grande fornecedor entregar cana pra ela, isso por ela estar com problema para se financiar. O fornecedor, com capacidade pra buscar crédito, pode ter condições de entregar cana para usina. O que pode ocorrer? Você tem contrato com quem, você entrega seu açúcar onde? Então, o que o produtor faz, ele pega seu pagamento pela cana em açúcar. Ele mesmo vende o açúcar e ganha muito mais por isso. Então a usina tira uma parte do açúcar pra ela e paga a cana do fornecedor com o açúcar. Dependendo da usina ocorreu isso, eu vou te pagar, mas dessa forma, eu te pago em açúcar. Maravilha pro fornecedor. Eu tive mais de um cooperado nesta situação, ele mesmo vendeu o açúcar, ele ganha muito mais dinheiro. Isso aconteceu com uma usina ali em Penápolis, por exemplo, mas acontece de outras formas em diversos outros lugares neste momento de crise.

Em entrevista não gravada (mas registrada textualmente em caderno de trabalho de campo), realizada em 7 de março de 2015, com Plácido Boechat, produtor de cana-de-açúcar da Bulle Arruda S/A Agropastoril, de Bebedouro – SP, soubemos também dos motivos da expansão para o oeste da lavoura canavieira paulista na primeira década do século XXI. De certa forma, a entrevista de Célio Recco abordava algo que já tínhamos

explicitado, a saber, a dívida de fornecedores e usinas por meio de CPRs, ACCs e Pré-pagamentos que ambos detinham e detêm sobre sua produção futura de cana-de-açúcar e açúcar. Para Plácido Boechat justamente a expansão da área, produção e produtividade da lavoura canavieira estava entrelaçada com a necessidade de se cumprir as promessas de produção de cana-de-açúcar e de açúcar que o setor utilizava para se financiar.

Sabemos que tais promessas penhoravam safras até 5 anos futuros e a expansão do setor foi determinada, tanto pelos subsídios do BNDES, por um lado (DELGADO, 2012), como pela inflação dos preços das *commodities*, por outro. Se o setor se financiou sobre promessa de produção futura, ele necessitava se expandir para poder pagar tais promessas e ainda assim, lograr se financiar por meio de novas promessas de produção futuras. Apenas o aumento da produtividade das lavouras já existentes, conforme Plácido Boechat, não era suficiente para pagar em cana-de-açúcar ou em açúcar as dívidas adquiridas. Fica claro, assim, que o “ativo” central por meio do qual o setor especulava e especula, uma conclusão que parece óbvia (mas que abordaremos mais a seguir), é o açúcar e a cana-de-açúcar como sua matéria-prima, precificada em relação àquela *commodity*. Como já escrevemos, o setor especulou também com a possibilidade de transformação do etanol em *commodity*, mas como isso não ocorreu, a determinação do processo foi a especulação com o açúcar como ativo financeiro.

Com a inflação dos preços das *commodities* (no mercado internacional, claro) e da cana-de-açúcar (nacionalmente), a concorrência entre as empresas era por adquirir maiores dívidas, lastreadas em sua capacidade de expansão, o que significou a ampliação das empresas com maior capacidade produtiva, com maior quantidade de ativos, ou seja, com maior capacidade de promessa de ampliação da produção de cana-de-açúcar e açúcar. Tal processo se retroalimentaria conforme o preço do açúcar continuasse a subir e a capacidade de ampliação deste processo pudesse prometer se ampliar ainda mais por parte dos grupos de usineiros e de fornecedores.

Plácido Boechat relata que, desta forma, várias unidades produtivas, de diversos grupos usineiros¹³⁴ disputaram os financiamentos disponíveis, a grande maioria junto ao mercado financeiro privado, e tiveram de expandir suas áreas de produção, arrendamento e de fornecedores de cana-de-açúcar para solos mais baratos, ao mesmo tempo em que mantinham uma produtividade elevada nestas áreas de expansão. Na deflação dos ativos somente aqueles com os menores custos talvez continuassem a se

---

¹³⁴ Para uma descrição dos grupos que se expandiram e das fusões que aconteceram ver: Sampaio (2015) e Bellentani (2015).

reproduzir criticamente (por meio de novos financiamentos) em relação a muitos outros que não o fariam.

Plácido Boechat destacou ainda que a destruição de uma área de pastagem e sua substituição por outra de cana-de-açúcar implicava em investimentos com altos custos em insumos químicos e tratorização para formação do canavial, os quais só puderam ser realizados nos períodos com bons preços de mercado para os produtos da agroindústria canavieira e com boas taxas de juros. Para ele, a partir de 2008, 2009 e 2010, na tentativa de aumentar sua produção e produtividade, o setor teria passado ainda à hegemonização da mecanização do corte de cana-de-açúcar¹³⁵, o que para se tornar uma colheita com “boa produtividade” implicava em determinadas condições de estruturação do espaço plantado com cana-de-açúcar.

Se na primeira década do século XXI, investimentos na destruição de um espaço de pastagem para produção de carne como mercadoria podia levar ao aumento da produtividade da lavoura canavieira que ali fosse implementada – com a mecanização do corte de cana, hegemônica no estado de São Paulo a partir do final daquela década – eram necessários novos investimentos para reestruturação mecanizada espacial da lavoura canavieira a fim de se adequar às particularidades da colhedeira mecânica para que este tipo de colheita fosse mais produtivo que aquela baseada no corte manual. Sem financiamento disponível para fazê-lo, Plácido Boechat ressaltou que foram diversos produtores que passaram, inclusive, a se utilizar da colheitadeira mecânica em áreas não adequadas a esta, o que também implicou em queda da produtividade do hectare de cana-de-açúcar.

Vimos anteriormente nas falas dos funcionários do Grupo Tonon S/A, entretanto, que mesmo com a mecanização do corte de cana-de-açúcar, após as reformas dos canaviais que passam a estar estruturados para que tal mecanização torne a produtividade do hectare de cana maior do que a do corte manual – com a utilização inclusive de GPS para reestruturação da lavoura e para o corte da cana – os preços de produção continuavam superiores aos preços de mercado da cana-de-açúcar e do açúcar.

Se abríamos mão da formulação de que era a renda diferencial II, estritamente entendida como apropriação por meio do sobrelucro de mais-valia globalmente produzida, que explicava a reprodução e espacialização da agroindústria canavieira, neste início do século XXI, com sua *produção do espaço* (DAMIANI, 2008) agrário

---

¹³⁵ Ocorrida em São Paulo a partir da safra 2008/2009, conforme Baccarin, Gebara e Silva (2013).

para substituição de uma determinada produção de mercadorias por outra mais produtiva, nos perguntamos, assim, qual o papel dessa forma fictícia de espacialização (mas que se realiza como abstração) desta agroindústria. Mesmo com reestruturação dos canaviais com a finalidade de aumentar a produtividade do hectare de cana-de-açúcar, reestruturação totalmente mecanizada para permitir a colheita hegemonicamente também mecanizada, não foi possível para diversas unidades produtivas da agroindústria canavieira se reproduzirem em razão de sua intermediação pela determinação fictícia crítica da reprodução do capital em sua forma atual. Seria uma produção fictícia do espaço o que estaríamos observando no momento de expansão da área, produção e produtividade da cana-de-açúcar até 2011 e uma crise da forma da reprodução fictícia a mover nova expansão em área plantada com cana-de-açúcar? Ou seja, estaríamos diante de uma nova rodada de produção do espaço como resultado de uma forma de espacialização da agroindústria canavieira em crise? Mesmo com nova produção fictícia do espaço tal agroindústria continuava e continua em crise econômica?

Vale lembrar que a inflação e deflação dos derivativos de câmbio e de taxas de juros também estavam entrelaçadas com as dos derivativos de *commodities* e determinaram a expansão e a crise econômica expressas na particularidade da agroindústria canavieira, manifesta esta última nas falências de usinas e fornecedores, a partir de 2008, e na continuidade da expansão em área e redução da produtividade e da produção de cana-de-açúcar, a partir de 2011. Os subsídios do Estado também promoveram a ficcionalização crítica da agroindústria no Brasil, no século XXI, porém, parece ter sido o *boom* das *commodities* que alavancou inclusive a possibilidade de continuidade de tais subsídios até a crise econômica de 2007/2008 (DELGADO, 2012).

Como Célio Recco nos alertou, a continuidade da expansão da área com cana-de-açúcar, após 2011, parece estar relacionada a um problema de financiamento. Em primeiro lugar, a hipótese por nós anteriormente apresentada de que seria o aumento dos ativos financeiros por meio da aquisição de terras que explicaria essa expansão com queda da produtividade e da produção não se confirma, já que com a incapacidade da agroindústria canavieira se financiar não haveria crédito para tais aquisições. Mesmo assim, a necessidade de tentar pagar suas promessas de produção futuras com novas promessas só poderia se realizar se usinas e fornecedores produzissem o que já deviam, inclusive para poderem realizar novo penhor que permitisse expandir a área, a produção e a produtividade ainda mais. Assim, a expansão da área com cana-de-açúcar mesmo com perda da produtividade era e continua sendo uma necessidade.

Sem produzir suficientemente o que devem, uma das estratégias para muitas empresas, como já vimos, passou a ser o lançamento de bônus e debêntures nos mercados secundários internacionais, mesmo com uma alta taxa de juros sobre tais títulos, ou seja, maior custo do dinheiro, o que significa, também, aumento dos próprios custos de produção da agroindústria em questão.

Sobre a determinação fictícia da espacialização da agroindústria canavieira e paulista no século XXI podemos destacar que Guilherme Delgado (2012) pesquisou o chamado *boom* das *commodities* agrícolas e suas consequências em comparação com o movimento da agroindústria no campo brasileiro na década de 1990. Para Delgado, o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995 – 1998) foi caracterizado por redução dos subsídios por parte do Estado tanto para a indústria, como para a agricultura. No caso desta última, isso se refletiu em falências e centralização das empresas (para a indústria também foi assim), assim como redução do preço do arrendamento e da própria terra.

Após a maxidesvalorização cambial de 1999 (BELLUZZO, 2009), com a retirada dos investimentos internacionais em bolsa de valores e em títulos da dívida interna brasileira, o segundo governo FHC (1999 – 2002) tivera de retomar os investimentos para reprodução da industrialização do campo, a fim de lograr compensar o chamado “choque especulativo” com o real por meio das exportações de *commodities* e compensar os recorrentes déficits na balança de transações correntes.

Esse esforço de relançamento¹³⁶, forçado pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrará um comércio mundial muito receptivo na década de 2000 para meia dúzia de *commodities* em rápida expansão nos ramos de *feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta de exportações brasileiras no período 2000 – 2010 (DELGADO, 2012, p. 95).

O processo de reestruturação econômica é notório, não necessitando maiores detalhes. Menos conhecido é o papel do Estado pelo lado do SNCR (fortemente expansivo) e pela política fundiária (completamente desregulada), que deram pela via estatal o beneplácito à acumulação e à especulação fundiária (DELGADO, 2012, p. 111).

Os créditos subsidiados à agroindústria brasileira foram aprofundados nos governos Lula e, conforme Delgado (2012), incidiram especialmente sobre os maiores grupos desse setor da economia. Particularmente, no que se refere à agroindústria canavieira, Milanez *et al.* (2008), Xavier (2012) e Sampaio (2015) também destacaram

---

¹³⁶ Delgado (2012) está se referindo aqui à retomada dos créditos subsidiados do Estado brasileiro para a agricultura, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir de 1999.

que foram os maiores grupos de fornecedores de cana e de usinas produtoras de açúcar, etanol e energia elétrica que receberam os maiores montantes de financiamento, justamente o que deu início ao recente processo de expansão para o oeste paulista e do Centro-Sul do país por parte desta agroindústria¹³⁷.

Tal movimento, por sua vez, foi retroalimentado pelo *boom* dos preços das *commodities* nos mercados de futuros (DELGADO, 2012 e KURZ, 2011), a partir do início do século XXI, o que moveu um processo de acesso a financiamento privado tanto nacional (de bancos que também captavam em dólar) quanto internacional, conforme já destacamos. Tanto o financiamento estatal como o privado se inseriam na lógica de financiar os grupos com maior capacidade produtiva, inclusive relacionando tal financiamento aos montantes de seus chamados ativos financeiros, ou seja, à sua capacidade de expansão no “ativo” sobre o qual especulavam com a expansão, no caso o açúcar (e indiretamente o etanol). A determinação da ficcionalização, por sua vez, vale apenas retomar, não deixa de estar relacionada com a crise de substancialização em razão da impossibilidade de valorização do valor, deste ramo produtivo e do capital a nível global, o que leva necessariamente a uma deflação subsequente do ativo financeiro em questão como determinação da crise imanente do capital sobre a sua produção de mercadorias. A crítica da mercadoria e do valor é crítica do capitalismo de cassino e vice-versa.

Em entrevista ao jornal *Brasil Econômico*, de 07 de dezembro de 2009 (“Bolha de crédito do etanol quebrou usinas”), o executivo Marcelo Milliet, que assumiu a condução da recuperação judicial da Usina Albertina (Sertãozinho – SP), neste mesmo ano, relatou o que denominou de “bolha de crédito” baseada nas garantias fornecidas pelas usinas de açúcar e etanol para se endividarem, justamente a forma de ser do financiamento / endividamento da empresa capitalista para obter rendimentos por meio da inflação de ativos como forma da reprodução crítica fictícia do capital atualmente,

---

¹³⁷ “Segundo Milanez, Barros e Favaret Filho (2008), entre 2004 e 2008 o BNDES aprovou, em sua carteira de investimentos, 111 projetos relacionados ao complexo canavieiro, vinculados a 59 grupos empresariais. Dentre esses projetos, destacavam-se 52 vinculados à criação de novas unidades industriais, cuja capacidade de moagem prevista resultaria num acréscimo de 129 milhões de toneladas de cana às 495 já existentes no país – ou seja, somente os projetos financiados pelo BNDES imprimiriam uma ampliação de 26% sobre a capacidade instalada do parque agroindustrial canavieiro. Essa expansão envolveria a necessidade de formar 1,45 milhão de hectares com canaviais novos, e traria consigo um potencial de cogeração de energia excedente da ordem de 2.280 MW [...]. Diante disso, pode-se afirmar que os investimentos realizados pelo BNDES entre 2003 e 2011 imprimiram o marco inicial de uma nova era para a canavieira nacional, sendo a Macro Região Canavieira do Centro-Sul do Brasil (MRCCSB) a área eleita para a transmutação do setor, que se consolidou enquanto atividade eminentemente moderna e globalizada (o que, evidentemente, não a priva de uma série de contradições internas)” (SAMPAIO, 2015, p. 709). “[...] os valores anualmente investidos pelo banco no setor permaneceram imprecisos, mas pode-se afirmar que, a partir de 2004, estes foram crescentes até 2008, recuando um pouco em 2009 para atingirem seu ápice em 2010, declinando bruscamente já em 2011” (SAMPAIO, 2015, p. 710).

conforme viemos destacando:

Brasil Econômico: – O que levou a Albertina ao processo de recuperação judicial?

Marcelo Milliet: – *A empresa estava muito alavancada: as próximas três safras de cana já estavam comprometidas como garantias para o pagamento das dívidas. Com a crise financeira, o crédito sumiu e a Albertina ficou sem caixa, como muitas outras usinas.*

Brasil Econômico: – A empresa conseguirá gerar caixa para quitar os débitos?

Marcelo Milliet: – *Não. A empresa terá que ser vendida para que os credores financeiros recuperem algum dinheiro. Eram R\$ 250 milhões em dívidas privadas e mais R\$ 150 milhões em impostos. Até o ano passado, os bancos e fundos emprestavam para as usinas sem olhar para a capacidade de pagamento, pensando apenas na garantia.*

Brasil Econômico: – As garantias não eram suficientes?

Marcelo Milliet: – *Longe disso. O que aconteceu no setor de cana foi mesmo uma bolha de crédito. No caso da usina Albertina, por exemplo, não houve uma análise apurada nem mesmo das garantias, que só seriam suficientes para cobrir 60% das dívidas.*

Desta forma, com o processo de *boom* dos preços das *commodities*, incluído aí o preço do açúcar, foi fomentada a expansão da agroindústria canavieira para áreas com preço da terra e do arrendamento mais baratos no oeste do estado de São Paulo, o que moveu uma substituição de produções agrícolas menos produtivas, como principalmente a pastagem extensiva, por outras mais produtivas, o que permitiria a reprodução fictícia e crítica da agroindústria canavieira por meio de novos financiamentos e lastreados em nova inflação de ativos até sua deflação.

Mas o sucesso mais imediato da opção primário-exportadora caberá ao governo Lula no período 2003/2007, quando vigorosos saldos comerciais, oriundos dessas exportações, superaram o déficit de serviços da “Conta Corrente”, tornando-a superavitária. A partir de 2008, contudo, recrudescerá o déficit na “Conta Corrente”, tornando frágil o argumento da via primária como solução estrutural para o desequilíbrio externo (DELGADO, 2012, p. 95).

Apesar do argumento de Delgado (2012) acerca de uma suposta “reprimarização” da economia brasileira, do qual discordamos, já que pressupõe a modernização industrial como ponto de chegada de sua crítica, o pesquisador entrelaça o que apareceu como “crescimento” da economia brasileira à expansão da agroindústria, relacionada à inflação dos preços das *commodities* agrícolas. O superávit da “Conta Corrente” esteve entrelaçado também com a internalização de capital a juros internacional, o que significou “valorização” do real em relação ao dólar e acumulação, por parte do governo Lula, de reservas em divisas. A deflação dos preços das

commodities, relacionada à crise econômica mundial de 2007/2008, reverteu tais características e pode ser observada, tanto em relação aos preços da cana-de-açúcar, quanto do açúcar.

Gráfico 2: Evolução do preço pago ao produtor de cana-de-açúcar (R\$/tonelada), 2003 – 2008

Fonte: IEA
Org.: Tanaka *et al.*, 2008.

O preço da tonelada de cana-de-açúcar, em reais, começou a subir em 2003 e atingiu um pico em meados de 2006, chegando a aproximadamente 45 reais por toneladas. A partir de então começou a cair, acompanhando o preço do açúcar no mercado de futuros internacional, tendência que se mantém até hoje. O preço do açúcar, após a crise econômica de 2007/2008, também passou a cair, com significativa flutuação¹³⁸, demonstrando que nenhum ativo financeiro se fixava como promessa crível aos especuladores de manter longo processo de inflação de seus preços.

Atualmente, quais são os principais fatores que influenciam a formação dos preços agrícolas? Os fundamentos do lado real da economia, isto é, variáveis associadas com as condições de oferta e demanda dessas *commodities*, ou as flutuações nos mercados financeiros, refletindo, principalmente, estratégias especulativas? Essas questões ficaram ainda mais evidentes em razão do aumento da volatilidade dos preços agrícolas na última década: períodos de forte crescimento foram interrompidos por abruptas e profundas quedas que, por sua vez, foram sucedidas por intensos períodos de recuperação. Esta dinâmica fica clara ao se observar a evolução do índice de preços de

¹³⁸ Ver, por exemplo, reportagem do *Valor Econômico*, de 31 de julho de 2013, “Cenário ainda adverso para construção de novas usinas”. Ali podemos acompanhar a flutuação assim como a tendência de deflação do preço desta *commodity* nos últimos anos:

“Os preços deprimidos do açúcar no mercado internacional e outros riscos associados à atividade se juntam à conjuntura negativa que segue turvando a visão do investidor”.

commodities agrícolas e minerais, sem petróleo, divulgado mensalmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Este índice é uma média dos preços das principais *commodities* transacionadas no mercado internacional, ponderados seus respectivos volumes de comércio. Ao analisar o comportamento deste índice de preços, fica claro que, entre 1991 e 2003, os preços das *commodities* agrícolas e minerais apresentaram suaves flutuações, com uma tendência ascendente até 95/96 e descendente até 2003. A partir de 2003, porém, os preços apresentaram forte e constante crescimento até julho de 2008 (durante estes cinco anos, o valor do índice praticamente mais que dobrou). Em razão da crise econômica nos países centrais, com especial destaque para os Estados Unidos e para os países da União Europeia, de agosto a dezembro de 2008, isto é, em apenas cinco meses, os preços das *commodities* caíram em média 30%, retornando aos patamares observados no início de 2006. É interessante observar que esta queda, embora intensa, foi muito rápida; a partir de março de 2009, os preços iniciaram um processo de recuperação, crescendo ininterruptamente até abril de 2011.

É também importante mencionar que em abril de 2010 o índice de preços já tinha superado o pico de 2008 e no começo de 2011 estabeleceu novo recorde. Todavia, novamente, conforme se deteriorava a solvência de alguns países na periferia da zona do euro, os preços das *commodities* voltaram a registrar forte declínio, voltando a crescer somente entre dezembro e abril de 2011, período que coincide com duas rodadas de empréstimos a juros “de pai para filho” que o Banco Central Europeu promoveu para os bancos da região. Após passar a euforia dos empréstimos, os preços das *commodities* voltaram a cair (SERIGATI, 2012).

Com a deflação dos preços das *commodities* agrícolas e do açúcar, em particular, a partir de 2008, a capacidade de investimentos na lavoura canavieira ficou comprometida. Plácido Boechat, na entrevista supracitada, nos alertou que a necessidade de se produzir cana-de-açúcar sem renovação da lavoura¹³⁹ (inclusive que permitisse a mecanização da colheita) e com baixo investimento em variedades de cana¹⁴⁰ e no adequado tratamento químico do solo – inclusive nas novas áreas como as de pastagens substituídas com cana – eram os responsáveis pelo fenômeno de expansão da área e de perda da produtividade da lavoura canavieira paulista e brasileira. A continuidade da expansão se expressou na incorporação de novos fornecedores e na hegemonização da prática do arrendamento, os quais teriam passado a ser “a realidade atual do setor”. O aumento do arrendamento de terras como estratégia para não se

---

¹³⁹ Eduardo Carvalho, consultor da agroindústria canavieira e ex-presidente da ÚNICA (entidade de representação dos usineiros), em entrevista ao periódico *Globo Rural* (“Etanol à deriva”, março de 2015, pgs. 14 e 15), formulou sobre os fenômenos em questão de maneira muito semelhante a como Plácido Boechat nos falou sobre os mesmos:

“O estresse financeiro das usinas as leva quase que invariavelmente ao sacrifício do canavial. Começa economizando no adubo e no controle de ervas daninhas. Os tratos culturais são sacrificados e não se renova o canavial. Também faltam novas variedades de cana – e mais produtivas. É preciso mecanizar o plantio e a colheita, mas todos ainda estão aprendendo, existe muita perda. O tempo necessário para recuperar um canavial, mesmo que se dispusesse de dinheiro, tecnologia, variedade e gestão, não é menos do que seis a sete anos”.

¹⁴⁰ Plácido Boechat nos contou que muitos fornecedores e usinas passaram a utilizar toletes de cana de quinto ou sexto corte para a formação de um novo canavial ou para a renovação de um antigo. Assim, a brotação era prejudicada e muito menos rentável em termos de produtividade em toneladas por hectare do que se realizada com toletes de cana de primeiro corte. A mesma cana-de-açúcar, depois de plantada, é cortada por cinco safras seguidas (na quinta safra cortada se diz que ela é uma cana de “quinto corte”, por exemplo), em média, ficando cada vez menos produtiva com o passar das safras. A renovação dos canaviais se faria, então, necessária para manutenção da produtividade do hectare de cana.

imobilizar capitais – conforme destacaram os funcionários das usinas do Grupo Tonon S/A – e poder produzir cana-de-açúcar em um momento de incapacidade de se financiar por meio de novas dívidas a serem pagas em cana-de-açúcar e açúcar é sintomático das consequências diretas da crise financeira de 2007/2008 e da queda nos preços das *commodities* na forma da espacialização – determinada pela reprodução crítica fictícia – da agroindústria canavieira a partir daquele momento.

Desta forma, não teria sido o investimento em terra como ativo financeiro como tentativa de se rolar dívidas passadas a explicação para a forma da espacialização da cana-de-açúcar, após 2011, mas sim, aqui sugerimos, teria sido a incapacidade da agroindústria canavieira em continuar se financiando por meio da inflação do preço do açúcar e da cana-de-açúcar (com a deflação destes, a partir de 2008) que teria levado tanto à sua crise como à expressão espacial desta crise com as características que viemos ressaltando, tanto para São Paulo, como no Brasil em geral.

Da mesma forma, a expansão em termos de área, produção e produtividade da cana-de-açúcar, em São Paulo e no Brasil, na primeira década do século XXI, esteve determinada pela forma de reprodução fictícia do capital baseada na inflação dos títulos de propriedade e de duplicatas de mercadorias, negociados nos mercados secundários dos chamados derivativos – determinação relacionada à crise de valorização do valor e daí a necessidade de crítica à forma social da mercadoria e seus desdobramentos contraditórios de dominação impessoal e abstrata que aqui sugerimos. Enquanto, ao longo do Proálcool, a expansão e sentido da espacialização da área plantada com cana-de-açúcar, em São Paulo, fora determinada pela política de créditos subsidiados e de preços para realização das mercadorias da agroindústria canavieira; no século XXI, a determinação da reprodução por meio do capital fictício teria sido distinta e estaria determinada pelos processos de circulação de dinheiro e de criação de capital fictício a mover a expansão em área, produção e produtividade da cana-de-açúcar como parte da forma de reprodução crítica fictícia do capital que entrou em crise em nível mundial a partir de 2007/2008.

O que apareceu em nossa formulação hipotética inicial como incorporação da renda diferencial II por parte da agroindústria canavieira em expansão em São Paulo e no Centro-Sul do Brasil, neste século XXI, se explicita agora, para nós, como forma particular e crítica de ser da reprodução fictícia do capital, que determina processos de produção de mercadorias com cada vez menos valor – já que os processos de desenvolvimento das forças produtivas continuam a se aprofundar –, assim como

formas de espacialização, determinadas pelos desdobramentos contraditórios abstratos e críticos do duplo da forma mercadoria até sua ficcionalização, sua forma de ser da dominação social atualmente.

A sugestão que assim aqui alcançamos é a de que a espacialização da agroindústria canavieira paulista, neste século XXI, está determinada pela forma de reprodução crítica fictícia do capital que viemos desdobrando e de que, conseqüentemente, a categoria de renda da terra, por meio da renda diferencial II, não é em si suficiente para a apreensão desta determinação, já que nos permite levantar apreciações críticas frente a outras leituras que veem na apropriação da renda da terra uma forma de ser da valorização do valor se realizar ainda contemporaneamente.

Delgado (2012), apesar de demonstrar a determinação do *boom* dos preços das *commodities* como o que impulsionou a acumulação de divisas pelo Brasil, a partir do início do século XXI, acabou por centrar suas críticas ao que chamava de “reprimarização” da economia brasileira (DELGADO, 2012). Para ele, as políticas econômicas do Estado deveriam se centrar no processo de industrialização, o que faz podermos aproximá-lo de Belluzzo (2009 e 2012) e das críticas que fizemos ao seu ponto de vista keynesiano.

Delgado (2012), assim, positiva algo como uma acumulação nacional, um ponto de vista que privilegia a produção industrial como valorização do valor. Se para Marx (1985, L. III, T. II, Seção VI) a produção agrícola, em razão da renda da terra, ficava aquém do desenvolvimento das forças produtivas da indústria, o que dizer da categoria de renda da terra atualmente, determinada por processos de ficcionalização que retroalimentam a industrialização dessubstancializada da agricultura e o aumento da composição orgânica dos capitais ali aplicados com expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos? Deve-se considerar ainda que essa característica está presente não só na agricultura, obviamente, mas também na indústria.

Sugerimos ser necessário, assim, observarmos a indistinção já explicitada na própria categoria de renda da terra, já que se refere a uma categoria da distribuição do sobrelucro produzido em processos agrícolas e industriais e que com a intermediação do capital fictício se impossibilita a separação empírica de seus elementos.

Tal obscurecimento também estaria presente ao tratarmos dos processos que aparecem como continuidade de algo como uma “acumulação primitiva” que se reproduz no campo ou uma “acumulação flexível” (THOMAZ JR., 2009), não mais relacionada à formação do assalariamento no campo, mas à possibilidade de reprodução

da valorização do valor após a crise do fordismo nos anos 1970.

A continuidade empírica de processos de expropriação, assim como de relações de troca desigual em razão da “monopolização do território” (OLIVEIRA, 2010), não significam que seja o valor produzido pelo trabalhador, no caso o denominado “camponês” (OLIVEIRA, 2007), o cerne da reprodução do capital atualmente. Não estamos aqui negando que uma inflação de ativos signifique que a mais-valia globalmente produzida (mesmo que em diminuição e por isso insuficiente para valorizar o valor) seja apropriada individualmente pelas empresas que logram continuar a se reproduzir ficticiamente, mas estamos afirmando que tal apropriação está descolada da ficcionalização, descolamento que só faz aumentar. O mesmo, por outro lado, não significa dizer que a massa globalmente produzida de mais-valia esteja necessariamente a aumentar e a substancializar a reprodução capitalista.

A espacialização da agroindústria canavieira para o oeste de São Paulo realizou processos de expropriação, como nos mostra Thomaz Jr. (2012) quando relata os processos de grilagem de terras devolutas com o avanço da cana-de-açúcar sobre terras de pastagens, por exemplo; assim como realizou processos que apareceriam como de “monopolização do território”, que podemos reconhecer no estudo de Carlos Vinicius Xavier (2012) sobre os arrendamentos no Assentamento Primavera, em Andradina, os quais resultaram na incorporação da propriedade da terra de assentados por parte de usinas de açúcar e etanol.

Nossa sugestão crítica, porém, de que a determinação fictícia da espacialização aqui estudada repõe o fetichismo de capital e de trabalho pode ser desdobrada ao observarmos a própria categoria de renda da terra. Parece, assim, que a continuidade de tais práticas, como a “expropriação”, e a “monopolização do território” ocorrem já autonomizadamente em relação à sua capacidade de valorizar o valor, mas relacionadas às determinações críticas da reprodução capitalista ficcionalizada. No caso da subida especulativa dos preços de *commodities* (BELLUZZO, 2009 e DELGADO, 2012) esta foi promovida por capitais financeiros ociosos que passaram a investir nestes mercados – após a crise da bolsa de tecnologias NASDAQ, de 2001 (BRENNER, 2003) –, lastreados fetichistamente na promessa (como imagem espetacular – DEBORD, 1997) de aumento da demanda por tais *commodities*, o que alimentou e retroalimentou a própria subida dos preços das mesmas até sua deflação com a crise de “liquidez dos mercados financeiros” (FARHI e BORGUI, 2009), após 2008 (KURZ, 2011).

Assim, a necessidade de expansão da área de cana plantada, após a crise

econômica de 2007/2008, não estaria movendo processos capazes de promover a retomada da acumulação por meio da “expropriação” e “monopolização do território” de camponeses e da superexploração do trabalho de boias-frias (por meio da “territorialização do monopólio”), mas estaria determinada pelo endividamento em açúcar das unidades produtivas da agroindústria canavieira paulista e brasileira na tentativa de se reproduzirem ficticiamente. Dizendo de outra maneira, a expansão em área de cana determinada pela incapacidade de se financiar por meio de novas promessas de produção futura de açúcar (no atual momento da agroindústria canavieira paulista e brasileira) está determinada pela tentativa de reprodução fictícia em crise na expectativa especulativa de que nova subida do preço do açúcar ou da gasolina (para colocar o etanol em concorrência com esta) ou de que novos e mais profundos créditos subsidiados sejam concedidos pelo Estado, o que permitiria a “acumulação improdutiva” e crítica da empresa capitalista por meio de taxa de lucro e de renda da terra fictícios, atualmente inviabilizada.

Por outro lado, se foi a especulação com o açúcar como ativo financeiro que fomentou a expansão em área com cana-de-açúcar plantada pela agroindústria canavieira, neste início de século XXI, e não a compra de terras como ativo financeiro como tentativa desta agroindústria se reproduzir em um momento de crise econômica, isso não significa que a terra não venha a ser também um ativo financeiro determinado pela forma atual de reprodução fictícia do capital.

É no bojo do processo crítico de aumento especulativo dos preços das *commodities* nos mercados de derivativos, a partir do começo do presente século, que podemos inserir os investimentos na propriedade da terra como uma das possibilidades de reprodução fictícia da empresa capitalista no campo brasileiro. Desta forma, podemos concordar com parte da formulação de Xavier (2012), quando o pesquisador afirma que a terra como ativo financeiro havia passado a ser uma das formas da reprodução da empresa capitalista no campo, após a crise econômica de 2007 / 2008.

Isso, porém, como sugerimos, não teria ocorrido como forma da agroindústria canavieira “tentar” sair da crise econômica por meio do acesso a um “ativo” com preço em ascensão, já que tal agroindústria não consegue atualmente suficientemente se financiar nem para rolar suas dívidas em açúcar. Tal tipo de investimento passou a estar presente como outro tipo de especulação como negócio para apenas certas empresas que passam a especular com o preço do título de propriedade da terra.

Vamos abordar aqui, sinteticamente, o caso da Radar S/A, imobiliária agrícola

da qual a Cosan S/A é sócia, justamente porque a Cosan S/A foi o exemplo que utilizamos para falar da abertura de capitais em bolsa por parte de empresas da agroindústria canavieira – como uma das formas desta se reproduzir ficticiamente antes da crise econômica de 2007/2008 – e porque a Radar S/A foi uma das primeiras imobiliárias agrícolas a surgir no Brasil (OLIVEIRA, 2010).

A Radar S/A, criada em 2008 (MOREIRA, 2013), é uma fusão da Cosan S/A (que funciona como *holding*) com a Mansilla S/A. Esta última é uma empresa registrada no Brasil, mas que é de propriedade da TIAA-CREF¹⁴¹ (Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund), fundo de pensão de professores universitários dos EUA. Os rendimentos da Radar S/A provêm da especulação com terras agrícolas, ou seja, da compra e venda de terras com a finalidade de auferir seus rendimentos por meio do diferencial entre o preço de compra da terra e o de sua venda, a partir da especulação com a inflação deste preço.

As condições iniciais do negócio estabeleceram que a Radar seria uma sociedade anônima de capital fechado, ou seja, que não negocia seu capital em bolsa de valores. Além disso, seus documentos de formação determinaram que a Cosan S/A seria a administradora do negócio, o que significa que a propriedade das terras da Radar S/A estaria sob seu controle. Essa característica é fundamental para entendermos o funcionamento da reprodução fictícia por meio da especulação com terras e a participação de capitais financeiros, inclusive estrangeiros, neste tipo de negócio. Tais capitais, em razão de sua autonomização para com a propriedade da terra, conseguem desta forma não serem enquadrados nos limites legais nacionais de propriedade de terra nas mãos de estrangeiros.

Existem algumas maneiras de se fazer a terra subir de preço. Uma delas é comprá-la para depois arrendá-la a outras empresas que produzem mercadorias agrícolas. Esta é uma das estratégias da Radar S/A, que arrenda suas propriedades para os principais produtores de *commodities* no Brasil. Seguindo essa lógica, a Cosan S/A arrenda terras da Radar S/A (de sua propriedade) para produzir cana-de-açúcar. Porém, a

---

¹⁴¹ A TIAA-CREF é um fundo de pensão privado de professores universitários dos Estados Unidos, com aproximadamente US\$ 866 bilhões, em 2015 (disponível em: <<https://www.tiaa-cref.org/public/about-us/who-we-are-at-tiaa-cref/>>), para investimentos financeiros nas mais diversificadas possibilidades de ganho. Um fundo deste montante pode aplicar seus recursos em todo tipo de ativo financeiro com a intenção de “maximizar” seus rendimentos. Para tanto, a TIAA-CREF funciona como *holding* como proprietária de outras empresas capazes de administrar diferentes tipos de aplicações financeiras.

A TIAA-CREF Global Agriculture surge neste bojo, tendo por intenção retirar seus rendimentos financeiros de investimentos agrícolas, ou seja, financiando empresas que ofereçam possibilidades de “ganhos de capital” relacionados à produção agrícola. Seus rendimentos se baseiam, assim, na especulação nos mercados de *commodities* e de terras agrícolas. Daí a criação da Mansilla S/A, no Brasil.

Radar S/A, interessada na precificação de suas terras, também as arrenda para produção de soja, milho e algodão: justamente *commodities* que passaram por processo inflacionário de seus preços na primeira década do século XXI.

As principais áreas de interesse da Radar são as que possuem potencial de expansão para produção de *commodities* agrícolas, com forte possibilidade de precificação. Assim, a Radar não dá preferência aos negócios com terras em regiões do país já pré-estabelecidas, já que seu objetivo é buscar áreas que possam permitir maiores lucros, em qualquer lugar que se encontrem. Dessa forma, uma pesquisa sobre os negócios da Radar S/A deve ter como base a própria expansão do agronegócio no Brasil, principalmente as chamadas “novas fronteiras” de produção agrícola. Assim, a Radar S/A atua em diversos estados onde prevalece o cultivo de cana, soja, milho e algodão, principalmente em São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Piauí e Bahia. Estes estados possuem características diferenciadas de solo, mas se constituíram em centros de especulação fundiária em razão da expansão em área da agroindústria, no século XXI.

Por outro lado, o próprio interesse da Radar S/A pelo negócio com terras e a concretização das suas compras faz com que o preço da terra suba, principalmente em razão dos imensos montantes de capital por ela investidos. A atuação da Radar S/A, ao especular com terras agrícolas, estimula outras empresas a negociarem neste mercado, aproveitando e retroalimentando um contexto de inflação do ativo financeiro terra, sendo esta, na verdade, sua principal forma de precificação inflacionária. Os números abaixo demonstram os montantes de capital e de terra controlados pela Radar S/A:

Um ano após sua instituição, a Radar já havia investido US\$ 400 milhões e administrava 62 mil hectares de terras em 34 propriedades, nas quais se plantava cana e grãos.

Findo o ano fiscal de 2011, a Cosan era proprietária de 106.377 hectares de terras, dos quais 48.481ha (45,5%) de canaviais no estado de São Paulo, e 57.936 hectares (54,5%) de plantações de soja, milho e algodão nos estados da Bahia, Mato Grosso e Maranhão.

Em novembro de 2012, a Radar era proprietária de 392 fazendas, que perfaziam 151.468 hectares – das quais 182 (43.285 hectares) haviam sido comprados no ano fiscal de 2012. Essas terras estavam distribuídas pelos seguintes estados do Brasil: São Paulo (72.911ha); Maranhão (37.654ha); Mato Grosso (29.482ha); Bahia (7.155ha); e Goiás (672 ha) (MOREIRA, 2013, pgs. 58 e 59).

Dados do final de 2012, divulgados em reportagem sobre a Radar S/A, trazem informações adicionais (IG NOTÍCIAS, “Negócio de terras ‘inventado’ pela Cosan já vale R\$ 2,3 bi e pode ajudar ações”, 28 de novembro de 2012). Por exemplo, os 151.468

hectares sob propriedade da Radar eram estipulados no valor de R\$ 2,35 bilhões de reais. Em relação a 2011, a variação do seu “portfólio” foi de 93%, com o mercado de terras tendo uma elevação média de seu preço de 56%. Já em 2012 a variação foi de 117%.

Um exemplo do efeito inflacionário deste processo foi verificado em uma fazenda na Bahia comprada pela Radar S/A em 2010 por R\$ 3.170 por hectare, que em 2012 renderia R\$ 13.910 por hectare caso tivesse sido vendida (IG NOTÍCIAS, “Negócio de terras ‘inventado’ pela Cosan já vale R\$ 2,3 bi e pode ajudar ações”, 28 de novembro de 2012).

A reportagem acima ressalta também que conforme informações da própria Cosan S/A, no terceiro trimestre de 2012, a empresa aportou novos R\$ 550 milhões por meio de 24 mil hectares para a Radar S/A, o que tornou a Cosan S/A sua sócia majoritária, representando isso 37,7% da Radar S/A. Na abertura da empresa a Cosan S/A possuía 18,9% e a Mansilla Participações S/A 79,1%. Assim a Radar S/A, como controlada, iria aparecer no balanço seguinte da Cosan S/A pela primeira vez, se tornando um ativo financeiro capaz de precificar as ações desta última em bolsa de valores. A seguinte citação é emblemática na descrição deste mecanismo:

Segundo analistas, isso deve ajudar no desempenho das ações da companhia, que já valorizaram 63,7% nos 12 meses anteriores a outubro, contra 6,7% do Ibovespa. “A Radar é um ativo escondido dentro da Cosan, que deve puxar uma valorização dos papéis quando for precificada corretamente no valor da companhia”, diz Alexandre Sabanai, da Perfin Investimentos (IG NOTÍCIAS, “Negócio de terras ‘inventado’ pela Cosan já vale R\$ 2,3 bi e pode ajudar ações”, 28 de novembro de 2012).

Por último, a mesma reportagem ainda noticia que a Radar S/A teve como plano para 2013 investir mais R\$ 450 milhões na aquisição de novas terras e, além disso, como desdobramento de seu negócio especulativo com as terras, a Radar S/A pretendia ainda se tornar uma empresa de serviços do ramo em questão, o que ainda não ocorreu. Isso significa que seus rendimentos passariam a prover da cobrança para fazer para terceiros aquilo que faz atualmente: comprar e vender as terras com potencial de precificação.

Tal mecanismo livraria a empresa de aportar grande quantidade de capital próprio nestes negócios fazendo com que seus rendimentos passassem a prover do serviço realizado na especulação e fomento de subida do preço da terra negociável. Interessa notar que este procedimento retroalimenta o negócio e a consequente especulação com terras agrícolas.

A atual especulação com o preço da terra agrícola resultou diretamente da inflação dos preços das *commodities* agrícolas. Desta forma, a venda da terra como renda da terra capitalizada (MARX, 1985, L. III, T. II, seção VI, pg. 161) adquire aqui um sentido diferente daquele formulado por Delgado (1985) ao abordar a compra de terras como ativo financeiro por empresas capitalistas ao longo dos anos 1970 e 1980. Naquele momento Delgado ressaltava o investimento de empresas produtoras de mercadorias em terras, como o exemplo por ele citado da Volkswagen, produtora de automóveis (DELGADO, 2012). Hoje estamos abordando o surgimento de empresas especializadas em negociar com preço do título de propriedade de terras para obterem seus rendimentos.

Além disso, aqui a capitalização não diz respeito ao adiantamento de uma valorização futura que poderia ocorrer por meio da produção na agricultura, apesar de no caso dos anos 1970 tal valorização futura também não ter se realizado, como vimos ao abordarmos a crise do Proálcool ao final dos anos 1980. O impulso para tal subida atual do preço da terra começou no segundo governo FHC (DELGADO, 2012) e se aprofundou com a expansão em área por parte da agroindústria no Brasil: em média tal preço subiu 300% de 2002 a 2014 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 19 de setembro de 2014). A própria gênese do investimento no título de propriedade da terra já ocorre mediada pela determinação da ficcionalização do *boom* dos preços das *commodities*, autonomizado da própria possibilidade da produção agrícola valorizar o valor de tal capitalização. A continuidade da subida do preço da terra, se autonomiza, por sua vez, do próprio preço das mercadorias produzidas pelas agroindústrias, fazendo com que a continuidade do investimento nos títulos de propriedade de terras retroalimente a subida dos preços desses títulos. Isso ocorre justamente hoje, enquanto os preços das *commodities* caem e o preço da terra continua a subir, atraindo ainda mais investimentos neste tipo de “ativo”¹⁴².

Vale percebermos que, apesar da crise econômica de 2007/2008, o investimento no título de propriedade da terra continuou a reproduzir a empresa capitalista que especula com este ativo financeiro, até mesmo porque o fetichismo fisiocrático de que a

---

¹⁴² Sobre a primeira década do século XXI, Delgado (2012) observa o que segue (ressaltamos aqui nossa discordância com sua tese de uma suposta “reprimarização” da economia brasileira):

“O movimento de expansão da exportação na década passada, com destaque à exportação de produtos primários que demonstramos na seção precedente, suporta um processo intenso de valorização das terras agropecuárias e irá propiciar uma clara reversão do ciclo de desvalorização, observado nos anos 1990 [...] (DELGADO, 2012, p. 97).

“O processo de relançamento da valorização fundiária, visto que este mesmo surto fora observado no período 1967/86, reflete o *boom* de *commodities* mundiais da década [de 2000]” (DELGADO, 2012, p. 98).

terra detenha valor em si mesma faz com que muitos capitais acreditem que investir na compra e venda de terras seja um investimento “seguro”, o que eleva o preço da terra apesar da deflação bastante generalizada de outros ativos financeiros. Vale dizer que tal elevação mesma aparece na cabeça desses investidores como “comprovação empírica” de seu fetichismo fisiocrático.

Tal tipo de resultado do capitalismo de cassino de inflação e deflação dos ativos financeiros como determinante da reprodução da mediação da forma mercadoria e de seu fetichismo, hoje ficcionalizado, não se relaciona diretamente com a realização da valorização do valor, mas sim com a crise desta. Neste sentido, poderíamos sugerir que a categoria de renda da terra se realiza, aqui, em sua negatividade, como ponto de chegada de seu processo histórico de formação (com a formação da terra como mercadoria a ser comercializada em um mercado nacional de terras) e crise.

A especulação com títulos de terras nos mercados financeiros por imobiliárias agrícolas é a síntese, no campo brasileiro, da crise da forma de reprodução fictícia do capital baseada na inflação dos títulos de propriedades e duplicatas de mercadorias da qual a crise econômica de 2007/2008 é seu marco fenomênico.

Ariovaldo Umbelino Oliveira (2010) já ressaltara o papel do capital a juros na especulação imobiliária agrícola, no Brasil, ao pesquisar as empresas dedicadas a este tipo de negócio e sua relação com demais empresas do sistema financeiro, como fundos de pensão e fundos de investimento. Dentre tais empresas Oliveira aborda, inclusive, o papel da Radar S/A. Não iremos elencar aqui as demais empresas que se apropriam de rendimento por meio da especulação com terras, mas apenas ressaltar que Oliveira (2010) destacou a centralidade deste tipo de negócio no atual momento da reprodução capitalista no campo, qualificando-o da seguinte forma:

Essas novas empresas de capital aberto, no campo brasileiro, estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalista da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas de renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para a produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal. Além do fato em si de que a negociação de terras passou a chamar a atenção do setor financeiro, a emissão de ações deu opções para os fundos, permitindo assim, que estrangeiros participem desse mercado, independentemente das ações do governo quanto a eventuais restrições às aquisições de terras por estrangeiros (OLIVEIRA, 2010, pgs. 84 e 85).

O “rentismo” no caso, em Oliveira (2010), é criticado por promover a

apropriação de valor por meio tanto da renda capitalizada da terra como do sobrelucro da renda da terra – seja esta segunda apropriação como “monopolização do território” sobre o trabalho de camponeses, seja como “territorialização do monopólio” sobre o trabalhador assalariado expropriado (OLIVEIRA, 2010, pg. 24). A crítica aqui veiculada parte de uma hipostasia da reprodução ampliada do capital ocorrer por meio do “rentismo” como valorização do valor atualmente já que não ressalta a determinação crítica dos processos de ficcionalização que viemos tentando explicitar como fundamentais para a própria ficcionalização de tal reprodução ampliada.

Ao centrar (OLIVEIRA, 2010), assim, o enfoque da crítica na propriedade privada dos meios de produção e não, conforme viemos sugerindo, na relação social da forma mercadoria, que media os sujeitos sujeitados e se desdobra em processo crítico, Oliveira acaba por observar as *categorias reais capitalistas* (KURZ, 2014) sem movimento de formação e crise. Fazê-lo, porém, demanda que não nos atenhamos somente à constatação da reprodução da empresa capitalista na sua exploração de trabalho alheio, mas que passemos pelo processo histórico de constituição e crise do trabalho (produtor do valor como substância do capital – KURZ, 2014), o que faremos no próximo e último capítulo da presente tese, por meio da particularidade (como totalidade concreta) do trabalhador assalariado da agroindústria canavieira paulista.

Desta forma, poderemos tentar discutir a reprodução crítica fictícia dos rendimentos e seu descolamento em relação à própria produção social de valor. Com isso, traremos a crítica para a própria categoria de trabalho, o que nos possibilitará questionar a relação de unidade contraditória entre valor e valor de uso, a qual é historicamente determinada e que, por isso, nos permite uma crítica das leituras positivas da realização do trabalho em seus produtos caso os mesmos não resultassem na apropriação do trabalho de uma classe sobre outra. A crítica de Oliveira (2010) supramencionada acerca da intermediação do capital a juros na reprodução capitalista incide sobre a alienação do fruto do trabalho e não sobre o fetichismo da mercadoria e sua aparência de realização dos trabalhadores nas coisas, inversão da dominação social abstrata e impessoal da mercadoria sobre estes, impelidos a trabalhar para se sociabilizarem. Aliás, para Oliveira (2007) a mediação da mercadoria entre camponeses (entendida como troca simples de equivalentes, por ele) não parece merecer atenção crítica acerca de sua dominação abstrata em razão de sua contradição imanente e objetivada.

Apenas para finalizarmos o percurso do presente capítulo, a título de síntese,

importa a remissão à relação que David Harvey faz entre crise e “produção capitalista do espaço” (HARVEY, 2011), a partir do que formulamos nesta tese até aqui. Diferentemente do Oliveira (2010), Harvey remete uma crítica ao que concebe como dominação do polo abstrato da mercadoria sobre outro, concreto, para ele forma de ser da dominação de classe na sociedade capitalista. Assim, Harvey pode conceber o advento do capital fictício, a partir da década de 1970, como forma da “subsunção” deste polo abstrato sobre o concreto realizar a exploração do trabalho atualmente.

O processo de descolamento entre o capital fictício (abstração) e o produtivo (produção de valor), na forma da “produção do espaço”, em Harvey (2010), é o que permite a continuidade dos ajustes “espacial” e “temporal” (com o dinheiro como meio de pagamento a postergar a crise). Enquanto a crise não chega e o descolamento não se realiza, para Harvey (2011), a acumulação capitalista continuaria a ocorrer já que para ele produção de mercadorias, na forma do espaço como mercadoria, é sempre produção de valor. A isso se deve sua ontologia do trabalho, já que trabalho produtor de coisas é positivo no sentido de realização do trabalhador nos produtos por este produzidos.

A “produção do espaço” para Harvey (2011), como saída temporária para a crise, ao fomentar a produção de mercadorias, moveria o aumento (maior) do capital fictício assim como do produtivo, com aumento da exploração do trabalho. Os lucros rentistas das empresas capitalistas, ao se reproduzirem, o permitiriam assim conceber o processo de reprodução da acumulação capitalista atualmente.

Vimos divergindo, porém, acerca da formulação de que o aumento da produção de mercadorias seja necessariamente aumento da mais-valia global com realização social da valorização do valor. A particularidade da agroindústria canavieira, em sua reprodução fictícia por meio da renda da terra, permitiu que sugeríssemos a possibilidade de concebê-la a se realizar sempre criticamente por meio de uma espacialização determinada por processos de circulação de dinheiro e de intermediação de capital fictício, mesmo que isso tenha movido, na primeira década do século XXI, a reestruturação espacial dos canaviais, com aumento de sua produção e produtividade; assim como no momento subsequente, o aumento da área plantada com cana, mantendo a substituição de mercadorias agroindustriais produzidas, com perda de produção e produtividade de cana-de-açúcar. O que poderia ser entendido por um movimento pautado pela renda diferencial II foi por nós questionado como apagando a redução de trabalho produtivo, incapaz, assim, de substancializar os rendimentos desta agroindústria.

O olhar para o movimento da renda da terra, hipostasiada como substancializada por trabalho produtivo, apesar da intermediação de capital fictício e em razão de que, para Harvey (2011), sempre que há produção de mercadorias há acréscimo na produção de valor global do capital, faz o autor não conceber a possibilidade de que tal processo de ficcionalização esteja a ficcionalizar, inclusive, o aparecimento social da identidade entre trabalho e seus produtos na unidade contraditória entre valor e valor de uso. Até por isso nos parece que a Harvey (2011) não interessa uma implosão do que entendemos serem os fundamentos de tal forma social, mas a subsunção do lado concreto do valor de uso sobre o abstrato, a qual se realizaria na socialização dos meios de produção, o que para nós é insuficiente para a suplantação do capitalismo.

Desejamos, agora, em nosso último capítulo, passar pela relação de trabalho assalariado na agroindústria canavieira paulista no que diz respeito principalmente ao corte de cana-de-açúcar, momento do processo produtivo que pareceu se realizar por meio justamente do aumento da exploração do trabalho do “boia-fria”. Desta forma poderemos questionar como o par abstrato contraditório valor e valor de uso se desdobra em processo histórico de constituição e crise de sua substância negativa, o trabalho (KURZ, 2004), o que nos permitirá sugerir o processo de dessubstancialização dos rendimentos das empresas capitalistas, inclusive da própria renda da terra, categoria cerne na determinação do movimento de espacialização da “produção do espaço” em Harvey (2011). Tal movimento, assim, para nós, passaria a estar determinado de forma immanentemente crítica por processos de ficcionalização da reprodução capitalista, passando a ser esta improdutiva. Isso também nos permitirá reiterar a sugestão de uma crítica da positividade da realização do trabalho em seus produtos caso os mesmos não fossem alienados dos trabalhadores (como em Harvey, 2011). Nossa sugestão crítica, então, poderá se embasar em uma crítica da categoria trabalho, que para nós não se põe como dialética hegeliana positiva do humano (POSTONE, 2014), sendo essa concepção dialética forma de ser própria ao fetichismo da forma mercadoria.

Capítulo 4 - Forma mercadoria em processo e crise do trabalho: do “boia-fria” à mecanização do corte de cana.

Introdução

Em 2009, quando começamos a realizar visitas a diferentes lavouras de cana-de-açúcar, conhecemos Luís Ferreira cortando cana, mais precisamente “abrindo canudos”, no meio de um imenso canavial paulista. Ele estava acompanhado de Luís Carvalho, sua dupla nesta atividade. Ambos nos receberam paralisando seu trabalho a fim de podermos conversar um pouco sobre suas atividades ali na lavoura. O sol era escaldante, não havia nenhuma sombra como refúgio para além dos próprios pés de cana. A água, carregavam em garrafas térmicas que também serviam de assento; a comida, em marmitas que consumiam no momento da fome. Estavam completamente despojados de grandes maquinários ou grandes acessórios auxiliares. Possuíam uma sacola de pano cada, onde guardavam um amolador para o podão, algumas peças de roupa e seus documentos e telefones celulares. Tinham seus podões empunhados e vestiam poucos equipamentos de proteção individuais (uma touca árabe, que cobre os ouvidos e botas com biqueira de ferro, para impedir que cortassem os próprios pés).

A despeito das tão propaladas mudanças no mundo do trabalho na agroindústria canavieira (como a mecanização do corte, o aumento da fiscalização do trabalho e a assinatura de acordos federais por parte de representantes de trabalhadores, empregadores e governo¹⁴³), ambos os cortadores estavam sozinhos e sem nenhum apoio na abertura dos tais “canudos”. Enquanto realizávamos nossos trabalhos de campo a produções de cana-de-açúcar com a perspectiva de escolhermos algumas fazendas para que pudéssemos aprofundar a pesquisa que se tornaria nossa dissertação de mestrado (PITTA, 2011), percorremos cidades no entorno de Bebedouro, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Catanduva. Em diversas situações encontramos turmas de cortadores de cana em número entre 30 e 40 pessoas, acompanhadas por ônibus com banheiro, água gelada, cadeiras, ou seja, uma situação de trabalho relativamente mais “estruturada” do que a dos dois “canudeiros”. Apesar da incrível recepção que tivemos dos mesmos, em pleno processo de trabalho, não queríamos atrapalhar ainda mais e marcamos as entrevistas e conversas que realizamos para as horas de descanso de ambos¹⁴⁴.

---

¹⁴³ Para um detalhamento dos acordos, ver Silva, Bueno e Melo (2014).

¹⁴⁴ Tais entrevistas foram abordadas em nossa dissertação de mestrado (PITTA, 2011). Algumas questões ali

O canudo é o corte de uma ou mais ruas de cana-de-açúcar com a intenção de abrir uma possibilidade para a colhedeira mecânica entrar no talhão de cana a fim de operar. Luís Ferreira (nascido em 1966) e Luís Carvalho (nascido em 1968) eram os dois cortadores de cana mais produtivos de uma fazenda de fornecedores da Usina Guarani (atual Grupo Tereos, francês), localizada em Severínia, próxima à cidade de Bebedouro, em São Paulo. Eles eram os únicos contratados por estes fornecedores após a dispensa de uma turma de mais de 40 cortadores que havia sido utilizada até a safra 2007/2008. A compra de uma colhedeira de cana havia substituído as turmas anteriormente utilizadas. Calcula-se que uma colhedeira possa substituir de 80 a 130 cortadores manuais de cana, sendo que a mesma pode cortar dia e noite (THOMAZ JR. 2002¹⁴⁵), aumentando e muito a produtividade do trabalho no corte de cana. Neste momento de clara hegemonização da mecanização, aos cortadores mais resistentes, produtivos e que não oferecessem grandes complicações relacionadas à luta por direitos, melhores salários e condições de trabalho¹⁴⁶, é possibilitado que permaneçam migrando para trabalhar nas safras subsequentes, em São Paulo, até à prometida (sabe-se lá se realizável ou não) finalização da mecanização da colheita de cana-de-açúcar.

Luís Ferreira e Luís Carvalho migravam da Paraíba, respectivamente de Princesa Isabel e de Juru, e ao longo dos anos em que os visitei trouxeram a família para morar em Novais e Monte Azul, ambas no estado de São Paulo, cidades perto da fazenda em que trabalhavam e que são utilizadas como dormitório por muitos dos migrantes.

Quando retomamos nossas visitas às fazendas destes fornecedores de cana para nossas pesquisas de doutorado, a partir de 2012, nos deparamos com uma nova situação, de estranhamento em um primeiro momento, mas de indagação acerca do processo que a determinava logo na sequência. Luís Carvalho já havia abandonado o corte de cana e havia migrado para trabalhar na indústria de vidros, em Sorocaba, São Paulo. Seus filhos e esposa já estavam em Sorocaba desde o fim da colheita da safra, em novembro de 2010, e o mesmo se mudou definitivamente para lá ao findar daquele ano.

---

formuladas serão por nós revisitadas por meio de outros caminhos no presente capítulo.

¹⁴⁵ “O corte mecanizado é, hoje, de 35% a 40% mais barato, em média, do que o corte manual. Todavia, dependendo da *performance* das máquinas, pode alcançar pouco mais de 800 toneladas de cana por dia (24 horas), uma única máquina, o que substitui mais de 130 trabalhadores. Como a média gira em torno de 500 t a 600 t de cana/dia, cada máquina pode substituir, aproximadamente, de 80 a 100 trabalhadores. Isso sem por em questão a variedade e o tipo de cana: a) se queimada e inteira, b) se queimada e picada, c) se crua; picada; d) a qualidade da operação efetuada pela máquina” (THOMAZ JR., 2002, p. 197, grifo do autor).

¹⁴⁶ Ou seja, que não estão nas “listas negras” (ver SILVA, 1999) dos empregadores. Estas funcionam como uma forma de controle do trabalhador que estabelece um registro, por safra, da produtividade, comprometimento e “problemas” dos trabalhadores (como a saúde) ou “causados” pelos mesmos, o que define aqueles que serão recontratados nas safras seguintes e aqueles que não o serão.

Luís Ferreira, por sua vez, continuou cortando cana. Em nosso reencontro em trabalho de campo para o nosso doutorado, em 2012, após 3 anos desde a última vez que o havíamos visitado, Luís Ferreira morava com sua família, que havia migrado com ele definitivamente na safra de 2010/2011 para a cidade de Monte Azul, perto de Severínia, São Paulo. Estabelecemos contato com Luís Ferreira por celular e, depois da autorização por parte de seus empregadores, fomos ao seu encontro no canavial. Não o encontramos, porém, cortando cana. Ele não portava um podão para sua atividade, mas estava com um enxadão nas mãos, fazendo o controle manual do colômbio. Ele tampouco estava no meio do canavial, mas à beira de um talhão, realizando a tarefa por ali. Junto dele estavam seus dois filhos, já adolescentes, também fazendo a chamada catação manual.

Em entrevista realizada com Luís Ferreira, em 9 de setembro de 2013, o mesmo nos apresentou sua casa e contou como estava o trabalho naquele momento:

Pesquisador: – Como está o trabalho por aqui?

Luís Ferreira: – *Piorou muito viu...*

Pesquisador: – Por que, Luís? Está cortando muito mais que antes?

Luís Ferreira: – *Nada, caiu muito.*

Pesquisador: – Como assim?

Luís Ferreira: – *Não tem trabalho não, tá cortando é pouco. Aí não tem dinheiro não, não dá nem pra aguentar.*

Pesquisador: – Eu achei que você fosse contar que o trabalho estava muito puxado como quando nos vimos da última vez...

Luís Ferreira: – *Tá fácil, não, viu. Não tá dando nem pra pagar o fogão, a geladeira.*

Pesquisador: – Como assim?

Luís Ferreira: – *Tudo no crediário.*

Pesquisador: – Você que montou essa casa aqui?

Luís Ferreira: – *Montei, sim, viu Fábio.*

Pesquisador: – Como foi?

Luís Ferreira: – *Ah, eu fui ganhando, né? Aí vi que dava pra pagar aos poucos.*

Pesquisador: – E o que você comprou daqui?

Luís Ferreira: – *Tudo, tudo...*

Pesquisador: – Geladeira, fogão? O que mais?

Luís Ferreira: – *Ó, essa geladeira, o fogão, os armários, o sofá, a televisão de LCD, o DVD, o som, o computador...*

Pesquisador: – Caramba, tudo mesmo? Tem até computador?

Luís Ferreira: – *Tem, com internet...*

Pesquisador: – E você sabe mexer?

Luís Ferreira: – *Eu não mexo, não, né, num sei ler, não. É pros meninos, mesmo.*

Pesquisador: – Aperto não tem, não?

Luís Ferreira: – *É, mas agora não tá dando não, vamos ver como pagar tudo.*

Pesquisador: – Mas e aí, tá difícil pra você cortar o mesmo tanto que antes?

Luís Ferreira: – *Não, eu corto mesmo, sabe, mas na diária não dá pra tirar nada.*

Pesquisador: – Mas estão te pagando na diária?

Luís Ferreira: – *É. Hoje eu tiro mil e cem, mil e duzentos. Às vezes não tira nem isso, né.*

Pesquisador: – Mas e com a família aqui junto, está melhor?

Luís Ferreira: – *Está, mas gasta também, né, tive que montar a casa.*

Pesquisador: – E quanto é o aluguel da casa?

Luís Ferreira: – *Esse eu não pago, não. É o patrão que paga.*

Pesquisador: – Ah, é? Mas por que está na diária? Está errado isso aí...

Luís Ferreira: – *Mas é pra tirar colonhão (sic), fazer cerca, matar formiga...*

Pesquisador: – Aí você ganha na diária?

Luís Ferreira: – *É, aí é no fixo, mas aí não dá não...*

Pesquisador: – E você vai fazer o quê?

Luís Ferreira: – *Num sei, ué, não sei se volto pra Paraíba ou se fico. O patrão quer que eu fique.*

Pesquisador: – E se acabar o corte?

Luís Ferreira: – *Mas num acaba, não.*

Pesquisador: – Mas tem vários lugares que quase não tem mais corte de cana.

Luís Ferreira: – *Mas não acaba, não. Eles querem que eu fique lá na fazenda e trabalhe na fazenda.*

Pesquisador: – Na diária, daí?

Luís Ferreira: – *É na diária ou na empreita e no corte também.*

Pesquisador: – Mas e na cana?

Luís Ferreira: – *A cana não dá mais, não. Não tem cana, não... Não tá bom, não, viu, não dá nada de dinheiro não.*

Pesquisador: – Mas estão pagando pouco pela cana?

Luís Ferreira: – *É, estão pagando muito pouco mesmo.*

Quando conversamos com Luís Ferreira pela primeira vez, em 2009, o Holerite que nos apresentou calculava por volta de 3 mil R\$ por mês. Em poucos anos ele havia montado uma casa com acesso a diversos bens de consumo, por meio de endividamento pessoal. O cortador se sentia realizado. Havia trabalhado e conseguido o que almejava quando tinha saído pra cortar cana pela primeira vez, em meados da década de 1990: “trazer os filhos pra cidade”, “dar estudo”, “subir na vida”. Mesmo considerando-se ainda “muito pobre”, em suas palavras, tinha acesso às mercadorias conforme nos descrevera. Acessar tais mercadorias, mesmo para o cortador de cana não é mais problema neste momento do capitalismo¹⁴⁷. Parece que o problema é pagar o crédito. A produtividade do trabalho dele não era a causa para a redução de seu salário e não entendemos de imediato o que Luís estava nos contando concretamente. Importa destacarmos que Luís Ferreira era funcionário registrado em regime de contrato

---

¹⁴⁷ Em Guy Debord (1997), sobre o advento da *sociedade do espetáculo*, encontramos: “A abundância das mercadorias, isto é, da relação mercantil, já não pode ser senão a sobrevivência ampliada” (DEBORD, 1997, p. 30). E: “Na fase primitiva da acumulação capitalista, a economia política só vê no proletário o operário, que deve receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho; jamais o considera em seus lazeres, em sua humanidade. Esse ponto de vista da classe dominante se inverte assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige uma colaboração a mais por parte do operário. Subitamente levado do absoluto desprezo com que é tratado em todas as formas de organização e controle da produção, ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce de consumidor. Então, o humanismo da mercadoria se encarrega dos ‘lazer e da humanidade’ do trabalhador [...]” (DEBORD, 1997, p. 31).

permanente, em um grupo de fornecedores de cana-de-açúcar, e quando o canudo para a máquina entrar em um talhão já estivesse cortado, Luís ficava disponível para realizar outros trabalhos necessários para a reprodução da fazenda que não pagavam por produção, mas sim por diária ou empreita, como na catação do colônio.

Pesquisador: – Você não está dando conta de cortar tanto quanto antes mais?

Luís Ferreira: – *Ô, Fábio, eu corto aqui o que me mandarem, sabe! Não é preguiça não, é que não tem trabalho não.*

Pesquisador: – Como assim não tem trabalho? Eles estão pagando menos pela cana hoje do que antes?

Buscávamos uma explicação que tivesse relação com as formulações que havíamos apresentado para as formas de trabalho do cortador de cana conforme conhecemos em nossa pesquisa sobre o Proálcool (PITTA, 2011). Concluíamos ali que com a mecanização do corte de cana os postos de trabalho diminuía para aquele trabalho concreto, o que gerava uma concorrência entre os cortadores que, para se reproduzirem, aceitavam receber cada vez menos por tonelada de cana, mas se tornavam mais produtivos para compensarem essa diminuição relativa dos salários. O que Luís estava nos contando não se encaixava nessa explicação. Ou seja, seria por causa de um acirramento ainda maior na concorrência pelas vagas remanescentes no corte que o preço da tonelada de cana tinha caído tanto que nem com o aumento desumano da produtividade Luís Ferreira estava conseguindo compensar tal queda?

Luís Ferreira: – *Eu num sei direito, não. Mas tão pagando é pouco, viu. Assim não dá, não. Trabalho na cana não dá mais, não.*

Fomos então tentar responder às questões que nos chegavam e que pareciam não se encaixar nas hipóteses que trazíamos conosco. Entrevistamos então, em 11 de outubro de 2013, Zé Luís, gerente do Grupo Bulle Arruda Agropastoril S/A (em Olímpia, Monte Verde e Cajobi – São Paulo), grupo de fornecedores de cana para a Usina Guarani, do Grupo Tereos S/A. Ele nos ajudou um pouco a elaborar a diferença entre a situação que encontramos e aquela que tínhamos conhecido entre 2009 e 2012.

Pesquisador: – Como se combinam as atividades manuais e mecanizadas e quais são as diferentes atividades realizadas pelos trabalhadores manuais na safra e na entressafra?

Zé Luís: – *Nós estamos hoje 100% mecanizados, tá? No caso das curvas, a gente tem que... ao longo do tempo isso já vem sistematizando... já não vai usar o canudeiro. Antes tínhamos necessidade de 100% de abertura de curvas, hoje nós estamos com 50, 60% no máximo que estamos fazendo esse trabalho.*

Pesquisador: – Isso só com a reestruturação da plantação?

Zé Luís: – *Na plantação você já vai sistematizando, eliminando curva. Nós na verdade estamos diminuindo, não eliminando, porque tem gente que eliminou 100%. Nós não. Nós ainda mantemos alguma coisa, procurando plantar em nível pra não ter problema com erosão. Conservação de solo é uma das nossas prioridades, aliada à sistematização, quando você vai conseguir um rendimento maior pra máquina. Então, o facão está em extinção... Eu acho que nós aqui, com mais dois, no máximo três anos, não existirá mais o canudeiro. Já vamos estar 100%. Na verdade o que a gente faz é plantar um pouquinho mais longe só, 50 centímetros da parede da curva já está bom. Não precisa fazer mais nada. Porque pra lá ou pra cá é bem pouco. E hoje o canudeiro é caro. Entendeu? Se você for analisar o que a gente paga. Tem gente que até chegou a largar aquilo que ficou, hoje isso é feito mais por estética.*

Pesquisador: – Como assim, fica por estética?

Zé Luís: – *Porque você deixa, tem gente que não colhe na curva. Porque você tem a curva aqui, aí a gente colhe essa linha, e colhe essa embaixo.*

Pesquisador: – E a de cima fica?

Zé Luís: – *Não, aqui é a curva (gesticulando para que imaginássemos). Então corta no facão essa e essa. Você joga a cana nessa daqui e nessa daqui. Então o cara dá uma desbastada aqui e dá uma desbastada aqui. Você cata essa e joga pra cá e essa joga pra lá. Na hora de pagar, o que você faz: o cara, na verdade, ele cortou inteira essa e essa. Como ele deu umas facãozadas nessa e nessa pra ajeitar a cana, então você paga meia aqui, e meia aqui. Então nós pagamos na verdade por três linhas. Tá certo? Tem gente que está aqui, aí o que ele faz: mete a máquina na curva e aí corta alto, essa da boca da curva amasseta, faz o diabo pra tirar aqui. Essa já é mais complicada, porque você corre o risco de dar o tombo na máquina. Tá? Então aqui na boca, o cara põe a máquina meio torta, ela vai mordendo, corta alto, mas dá. Essa outra já não consegue. Então tem que tirar. Tem gente que tem até largado essa. Isso custa hoje em torno de 9 (nove) reais a tonelada dessa cana, você paga isso por três linhas. É caro. E ela não tão boa. Não compensa mais manter um cara ao longo da safra só pra isso. Que nem nós aqui, hoje mesmo eles não estão fazendo canudo. Porque hoje mesmo a máquina está numa área sistematizada, e eles têm que esperar trocar de área. Então tem que manter eles em outro trabalho, né? Na diária na fazenda, pra poder tê-los aí ao longo da safra.*

Estávamos nos defrontando com um momento de inflexão, de transformação qualitativa nas relações de produção da agroindústria canavieira, o de substituição do

corte de cana-de-açúcar manual para o mecanizado. Não estamos aqui defendendo que não exista mais corte de cana manual, nem muito menos dizendo que processos de superexploração do trabalho deixaram de existir. Como veremos ao longo deste capítulo, que pretenderá caracterizar tal momento no qual a maior parte da cana colhida no estado de São Paulo é realizada pelas colhedeiras mecânicas (BACCARIN, GEBARA e SILVA, 2013), até mesmo condições que podem ser consideradas de superexploração ou de trabalho análogo ao escravo são atualmente encontradas incidindo sobre tratoristas e pilotos de colhedeiras, inclusive. O corte manual coexiste com esta realidade, principalmente em áreas de declive acentuado, por exemplo, nas quais a colhedeira não pode cortar sob o risco de tombar, como explicita a fala de Zé Luís. O “canudeiro” é uma realidade para as produções de cana que não têm acessado financiamento para reformar seus canaviais a ponto de poderem inclusive dispensá-lo. Veremos também que outras formas de trabalho manuais, como para plantação da cana, tratos culturais, ou até para catação de pedras (com trabalho predominantemente feminino), também são encontradas na lavoura canavieira atualmente (ver SILVA, BUENO e MELO, 2014).

Adiante, porém, importa tentarmos engendrar tais formas concretas de trabalho com a forma de ser da reprodução crítica ampliada do capital hodiernamente, conforme viemos tematizando anteriormente, no Capítulo 2 da presente tese. Sem isso, as transformações que se mostram nas relações de trabalho não se articulariam com os desdobramentos contraditórios da própria forma social e poderiam ser entendidas como simples mudanças históricas, como historicismo, sem diferenciação qualitativa entre os distintos momentos do movimento como *totalidade concreta* (SCHOLZ, 2009). Continuamos, aqui, enveredando pela crítica da lógica identitária, a qual ao ser mobilizada determina que não possamos apreender individualmente os fenômenos, estritamente conforme estes aparecem para nós, como coisa em si, mas sempre em relação com a própria mediação social em processo, ou seja, com os desdobramentos contraditórios e críticos da forma mercadoria. A crítica negativa que propomos não se alça para fora dos movimentos concretos da forma que nos determina e por isso tal crítica é também forma de subjetividade, ou seja, de apreensão inacabada (e que deve se criticar) da sociabilidade em seu devir.

Não se trata aqui de uma acepção de procedimento metodológico, mas sim crítico. Partimos da formulação, também conforme já compartilhamos nessa tese, de que é nossa inserção neste momento histórico particular da forma social que determina

nossas formas de apreensão da própria sociabilidade capitalista, fazendo com que o procedimento crítico deva considerar nossa imanência, como crítica negativa, na forma mercadoria de relação social, crítica que deve ser implodida com a implosão de tal forma. Assim, alcançar uma formulação sintética ao final deste capítulo que nos insira no momento atual da reprodução da forma social em crise fica como intenção e ponto de chegada do presente texto.

Por um lado, quando o gerente agrícola Zé Luís nos conta que o corte de cana está acabando ele nos traz elementos para entendermos a fala do trabalhador Luís Ferreira. Assim, por mais que o preço da tonelada de cana de açúcar pago ao cortador venha historicamente diminuindo, sendo o mesmo movimento mais ou menos compensado pelo aumento da produtividade do trabalhador (RAMOS, 2007), o salário que um cortador de cana recebe cai conforme se reformam os canaviais para permitir o máximo de produtividade de uma colhedeira mecânica. Ou seja, não há mais cana disponível para o cortador trabalhar.

Por outro, quando Zé Luís nos diz que o corte de cana-de-açúcar está 100% mecanizado ele está reproduzindo um discurso da agroindústria canavieira que procura passar uma imagem de desvinculação desta agroindústria em relação às condições históricas de trabalho na lavoura de cana. Ele apaga, conseqüentemente, a existência e permanência do trabalhador no corte manual, mas também no mecanizado, assim como em outras atividades. Isso não significa, porém, que a mecanização do corte não gere conseqüências nas relações de produção, assim como na reprodução ampliada dos capitais em questão. Como já destacamos anteriormente, o aumento da composição orgânica dos capitais teria movido uma queda tendencial da taxa de lucro e de renda da terra, fazendo com que a reprodução fictícia destes capitais passasse a ser a forma crítica do capital acumular contemporaneamente. Devemos, assim, nos permitir relacionar processos que aparecem fenomenicamente como caracterizados inclusive pelo aumento da superexploração do trabalho com esta forma fictícia de acumulação do capital, a qual, como viemos argumentando, não se realiza por meio da valorização do valor. Ou seja, se observássemos apenas a forma de ser do corte de cana manual ainda hoje existente, poderíamos inclusive especular que esta seria a mesma daquela realizada por escravos nas *plantations* do Brasil colonial (1500 – 1822) e após isso, até 1888. Poder-se-ia argumentar, conforme muitos o fizeram (como veremos a seguir), que é a superexploração do trabalho que garantiria os imensos “lucros” da agroindústria canavieira, já que para uma formulação que não envereda na crítica do trabalho como

historicamente determinado, com processo de formação e crise, a pergunta posta se restringe em saber quem é a classe dominante e como ela está se beneficiando da exploração do fruto do trabalho do trabalhador (o qual sempre teria existido e sempre deveria continuar a existir, conforme tal concepção).

4.1 – As interpretações sobre a modernização agrícola brasileira e a formação do trabalhador “boia-fria”

Desde a formação do cortador de cana assalariado no Brasil, a qual podemos localizar em meados da década de 1960 (período de sua hegemonização para o campo brasileiro), diversas foram as formulações dentre os estudiosos e pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto acerca das condições desta forma de trabalho, assim como sobre as causas ou processos históricos que a constituíram.

Selecionamos algumas formulações já clássicas sobre a questão a fim de nos apoiarmos nas mesmas para podermos apresentar um percurso histórico e crítico acerca da relação de trabalho no corte de cana-de-açúcar – baseada no trabalhador volante conhecido por “boia-fria” – como expressão das relações de produção capitalistas no Brasil, após a formação do assalariamento (em termos nacionais).

Para além das particularidades de cada uma das formulações que tentaremos abordar (particularidades que apresentaremos a seguir) é possível explicitarmos um elemento comum a elas e que diz respeito a uma crítica à forma de modernização empreendida pelo Estado brasileiro que teria constituído o trabalhador assalariado do campo precarizado ou superexplorado, o “boia-fria”. Assim, Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) se utiliza do conceito de “modernização trágica” para caracterizar o processo em questão; Denise Elias (2003), filiada às formulações de Milton Santos, o classifica por “modernização conservadora”; Graziano da Silva (1981a e 1981b) (a quem Ângela Kageyama, 1985; e Francisco Alves, 1991, se vinculam) fala de uma “modernização incompleta” ou “dolorosa”. De uma perspectiva de luta de classes, como apresentaremos, Thomaz Jr. (2002), a partir de Guilherme Delgado (1985), classifica o processo como uma “modernização conservadora”. Maria Conceição D’Incao (1979), por sua vez, a partir da luta de classes e da formação de um exército industrial de reserva, não incorre em uma classificação dualista do processo de modernização do campo brasileiro, como veremos, apesar de hipostasiar a acumulação capitalista a partir da tese da reprodução da exploração do trabalho.

A partir de uma primeira impressão, tais classificações do processo de modernização da agricultura brasileira deixam transparecer interpretações um tanto dualistas, que pressupõem a possibilidade de outro processo de modernização, mais “positivo”, “distributivista” ou “democrático”. As próprias expressões, se invertidas, nos revelariam o ponto de chegada de uma suposta modernização desejada: “modernização progressista”, “modernização completa”, “modernização democrática”. Tentemos abordar como alguns dos pesquisadores supracitados entenderam a relação de produção do cortador de cana precarizado ou superexplorado e sua constituição pelo processo de modernização da agricultura brasileira. Iremos abordar, neste primeiro momento, as formulações acerca deste processo de constituição. Depois disso, finalizaremos o presente capítulo 4 com a apreciação acerca dos estudos mais recentes, que tematizam o processo de mecanização do corte de cana, neste século XXI.

Maria Aparecida de Moraes Silva, no estudo *Errantes de Fim de Século* (1999), elabora sua interpretação do que formulou como processo de “industrialização da agricultura” (1999). Para se opor às interpretações que fundam apenas no desenvolvimento tecnológico a diferença entre o que foi a agricultura brasileira do final da escravidão (1888) até a década de 1960 e como ela se formatou após esse período, Silva mobiliza o conceito marxista de relações de produção para destacar que uma mudança qualitativa teria ocorrido nestas no que diz respeito ao campo brasileiro. Se no momento anterior prevaleciam relações de produção baseadas no sistema de moradia, no nordeste; de agregação, no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais; e de colonato, no sudeste, principalmente em São Paulo, estas relações não podiam ser compreendidas como de assalariamento pleno, mas sim como outra relação de trabalho, o que a autora entendia como “campesinato” (1999). Tinha o trabalhador acesso parcial à terra como meio de produção para poder se reproduzir. Seu trabalho também poderia se caracterizar como trabalho permanente em oposição ao volante (1999), o assalariado rural que se hegemonizou no campo a partir da década de 1960.

Para fazer frente às consequências que a modernização da agricultura impuseram aos denominados “camponeses” (SILVA, 1999), segundo Silva, diversas foram as formas de reivindicação buscadas por meio das organizações políticas surgidas no período, como os sindicatos e as Ligas Camponesas aos quais estes trabalhadores estavam vinculados. Em consequência a isso, várias legislações teriam sido criadas a fim de regular os conflitos que incidiam sobre aqueles que vinham sendo expulsos de terras que utilizavam secularmente (por meio da agregação, da moradia e do colonato)

ou a fim de legislar sobre as relações de trabalho em transformação para os que nestas terras ainda permaneceram.

Vale ressaltar que com a industrialização da agricultura terras que eram utilizadas pelo trabalhador com acesso parcial a estas como meio de produção passam a ser cobradas deste, já que no cálculo do proprietário estariam deixando de ser ocupadas com a produção de mercadorias que sua fazenda deveria empreender, em um momento de valorização da propriedade da terra, no Brasil. Terras devolutas, como aquelas sobre as quais empresas produtoras de eucalipto se instalaram no Vale do Jequitinhonha (estudado por Silva, 1999), passaram a ser cercadas, a partir dos anos 1960, o que impediu a utilização das mesmas pelos “camponeses” locais, expulsando-os destas. As condições de reprodução nesta forma de relação de produção se tornaram cada vez mais difíceis e miseráveis, impondo o acirramento entre as classes e a migração para venda da força de trabalho destes trabalhadores como assalariados a partir de então. Foi do Vale do Jequitinhonha, justamente, que partiram os primeiros e maiores contingentes de trabalhadores para cortar cana no Estado de São Paulo, a partir dos anos 1960 e 1970 (SILVA, 1999).

Para Silva (1999), assim, teria sido a legislação trabalhista, com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR – 1963) e o Estatuto da Terra (ET – 1964), o marco ou o ponto de inflexão determinante que teria constituído o trabalhador assalariado superexplorado do campo, o volante ou “boia-fria”. A autora personifica no Estado a responsabilidade pela constituição e resolução dos conflitos que se desencadeavam. Acerca do Estatuto da Terra, Silva (1999) analisa a reprodução da garantia da propriedade privada como o que teria levado à necessária submissão dos não-proprietários a estabelecer relações de trabalho com os donos dos meios de produção, seja como agregados, colonos ou assalariados, a partir de então mobilizados para o trabalho. Silva interpreta, assim, que tal legislação, no momento de modernização da agricultura brasileira, teria sido a responsável por fomentar a ocupação privada de terras devolutas ou ocupadas por posseiros sem títulos, movendo processos de expropriação como aquele ocorrido no Vale do Jequitinhonha. Sobre o ETR, de 1963, ela diz:

O Estado, na medida em que polarizou essas lutas, evitou a organização política autônoma, logo, a constituição destas classes como força social. [...] Dessa sorte, o empregador é obrigado a pagar 27,1 % sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais. Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isso é, uma força de trabalho mais barata,

porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação de exploração da força de trabalho (SILVA, 1999, p. 64).

Silva (1999) escolhe a inflexão da legislação e seu âmbito como o decisivo para o desdobramento da luta de classes, com as novas características que assume naquele momento. Ao ter desarticulado a capacidade organizativa dos “trabalhadores”, desenraizando-os de seus locais de trabalho, forçando-os a migrar em busca de se vender como força de trabalho, a legislação teria constituído o assalariamento rural no Brasil, assalariamento caracterizado pelo trabalho temporário, precarizado, análogo ao de escravo; não reconhecido, inclusive, como trabalho:

Em janeiro de 1978, a Lei n. 6019 definiu o trabalhador eventual ou temporário como aquele que não ultrapassava 90 dias. Aqueles contratados por um intermediário para trabalhar nas propriedades do empregado, não teriam direito a nenhum dos benefícios da nova lei. Dessa forma, os trabalhadores eventuais foram excluídos de forma definitiva da legislação trabalhista. Ao proteger os permanentes, a lei deixava a descoberto os eventuais. A única forma de evadir à lei era transformar os primeiros em eventuais (*apud* STOLCKE, 1986, p. 233). Ainda resta um ponto importante. A Lei n. 5.889, de 1973, proibia explicitamente os descontos nos salários por conta dos gêneros alimentícios produzidos pelos próprios trabalhadores. Ora, a base do colonato era o trabalho familiar e a roça de subsistência. [...] Mediante essas leis, têm-se dois resultados: o trabalho das mulheres e crianças tinha que ser individualizado e a produção de subsistência não podia ser descontada do salário. Portanto, o colonato não tinha mais razão de ser. Essas leis, na verdade, regulamentaram a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas. Surge o “boia-fria”, trabalhador volante, eventual, banido da legislação (SILVA, 1999, 66).

O central da problemática na formulação que desejamos aqui colocar em questão está na interpretação da ação do Estado como sujeito que, com “aparência” de legislar sobre os direitos do trabalhador, legislaria, “na verdade”, para garantir a viabilidade da industrialização da agricultura por meio da superexploração do trabalho por parte de uma camada dominante, de proprietários de terras e meios de produção. Ao trabalhador, a partir dos anos 1960, separado dos meios de produção, restaria se submeter a vender sua força de trabalho nas condições do mercado de trabalho. Este tinha muitas vezes que migrar para trabalhar por um dia, uma semana, um mês, passando a buscar novo trabalho, ao ser desligado de seu emprego temporário, daí a expressão volante e “boia-fria” para o trabalhador rural assalariado superexplorado no Brasil (SILVA, 1999). Ao fim da safra, ou ficava desempregado ou retornava para a origem de onde havia migrado. Silva (1999) reconhece o processo de mobilização para o assalariamento de

força de trabalho que a modernização da agricultura brasileira moveu, transformando a própria relação de trabalho que era anteriormente hegemônica, no Brasil. Por outro lado, está embasada em uma formulação que restringe ao âmbito jurídico do Estado o universo do possível da crítica social, já que por meio de outra legislação e de sua aplicabilidade, com fiscalização em prol do dominado, o trabalhador poderia receber um salário justo, condizente ao que é seu por direito como aquele que é a “verdadeira fonte da riqueza social”. Neste sentido, a autora julga como melhor a condição do que classificou como “camponês”, por reter para si maior parte do fruto de seu trabalho, esse o seu critério da crítica. Após o processo de “modernização trágica” (SILVA, 1999), que separou o trabalhador dos meios de produção e criou o “boia-fria”, dever-se-ia estabelecer a luta pelo trabalhador ser reconhecido em seus direitos.

No limite, não está tematizado por Silva (1999) a diferença entre a superexploração do trabalho e uma suposta troca de equivalentes de mercadorias entre trabalhador e empregador, o que em termos de teoria do valor marxista significaria (tal troca de equivalentes) justamente a apropriação, por parte do possuidor dos meios de produção, da própria mais-valia produzida pelo trabalhador no processo produtivo. Ou seja, o empregador estaria pagando, assim, ao trabalhador, o quanto valeria “realmente” sua força de trabalho como tempo médio socialmente necessário para produção daquela mercadoria mesma (força de trabalho) e estaria se apropriando (mais-valia) do tempo que o trabalhador teria despendido para produzir uma dada mercadoria no processo produtivo, caso pagasse ao trabalhador o que é seu “por direito”. Eles estariam estabelecendo uma troca justa de mercadorias, uma troca de equivalentes, o que, a nosso ver, a partir de Marx (1983), não extinguiria nem a mais-valia, nem a exploração do trabalho.

Desejamos aqui sugerir que se tal ponto de chegada da crítica formulada por Silva (1999) se realizasse como outra “modernização”, juridicamente “mais justa”, estaríamos diante da figura da mais-valia relativa, desdobrada por Marx, em *O Capital* (1983 e 1984a, L. I, tomos I e II, Seção IV¹⁴⁸), ao analisar as distintas formas de exploração do trabalho assalariado. Enquanto na mais-valia absoluta a apropriação da mais-valia em relação ao salário necessário se dá ou com extensão da jornada de trabalho ou com a redução do pagamento do próprio salário, na mais-valia relativa seria o desenvolvimento social das forças produtivas que diminuiria o preço das mercadorias

---

¹⁴⁸ Seção IV: “A produção da mais-valia relativa” (MARX, 1983 e 1984a).

na média social e faria com que, mesmo permanecendo a jornada de trabalho no mesmo patamar de tempo, o capitalista pudesse manter ou até mesmo reduzir o salário do trabalhador. Isso já que o preço médio da mercadoria força de trabalho, ou seja, o tempo socialmente necessário para produzi-la, haveria socialmente diminuído.

Como destacamos no capítulo 1 do presente texto ao discutirmos o aumento da composição dos capitais no *boom* fordista do Estado keynesiano de Bem-Estar Social, o advento histórico da mais-valia relativa nos países do centro do capitalismo (KURZ, 1995) pode ser considerado o momento em que ao mesmo tempo em que o capital aumentava sua taxa de mais-valia pela intensificação da produtividade do trabalho e pela extensão da produção, ocorria também certa distribuição de renda. Esse momento foi entendido, por certas perspectivas teleológicas, como avanço etapista dentre supostos estágios do capitalismo em relação ao momento supostamente precedente de prevalência da mais-valia absoluta¹⁴⁹; já que sob certas interpretações, significou melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora com crescimento a longo prazo do que se considera, sob o capitalismo, “riqueza social”.

As interpretações acerca do processo de desdobramento do capital, no Brasil, entendido como periferia do capitalismo, vislumbraram ideologicamente este momento de prevalência da mais-valia relativa como etapa a ser alcançada. Diversas das formulações que tematizaram a modernização da agricultura brasileira permaneceram nessa forma de se subjetivar do processo social. Silva (1999), ao caracterizar a “modernização trágica”, incorreu na crítica da perpetuação do que seriam, a seu ver, características não atualizadas na periferia do capitalismo (a saber, a mais-valia absoluta) diante da própria transformação (modernização) do capital no campo brasileiro (industrialização, aumento da produtividade, generalização do assalariamento). A mais-valia relativa era entendida como realidade que deveria ser atingida, conforme a autora, mediante a disputa pelo Estado por parte dos trabalhadores organizados como classe, a fim de se apropriarem de uma riqueza socialmente produzida pelos mesmos.

Desejaremos, a seguir, sugerir outra possibilidade de entrada crítica, uma que se debruce sobre a crítica da forma da riqueza social como dominação abstrata real da

---

¹⁴⁹ Adiantamos, anteriormente, inclusive, que o momento de determinação da acumulação capitalista por meio da mais-valia relativa, principalmente após 1945, foi aquele exatamente de concomitância à constituição do capital fictício e de processual aumento da composição orgânica dos capitais como desdobramentos da contradição basilar da forma mercadoria, justamente a preparação para o que denominamos de momento hodierno de crise do sistema mundial produtor de mercadorias e de reprodução fictícia do capital...

mercadoria, em razão da exploração e acumulação de valor ser um fim em si mesmo, immanentemente contraditório e crítico.

Não teremos lugar para destrinchar, aqui, o entendimento do processo social capitalista por parte de Denise Elias (2003), mesmo assim, nos valeremos de uma breve apreciação de sua interpretação. Em concordância com sua filiação ao geógrafo Milton Santos, Elias trata o que conceituou como “modernização conservadora” da agricultura a partir do que entende ser uma perspectiva materialista. Analisa a disposição espacial das novas tecnologias, como período “técnico-científico-informacional” aplicado à agricultura, quase de uma maneira neutra. Quase como se a modernização fosse em si positiva por ser fruto do trabalho aplicado ao espaço. A disposição das novas tecnologias em “fixos e fluxos” e o “aumento das rugosidades” (ELIAS, 2003) passa a ser o centro das preocupações da pesquisa de Elias, que as analisa, como se este resultado material do “progresso humano” devesse ser apenas apropriado de outra maneira pela “população” a fim de constituir uma sociedade mais justa e igualitária.

A questão aqui seria a propriedade burguesa dos meios de produção que faria com que se estabelecesse uma relação de desigualdade entre proprietários e uma população pauperizada e miserável. Este seria o critério “materialista” de Elias (2003) para discernir esta forma de sociedade das demais e apenas sobre tal momento é que veicula uma crítica a esta forma de sociabilidade. De certa maneira, para esta concepção, todas as sociedades estabelecem uma relação de produção entre dominantes e trabalhadores, que as perpassa, e o que muda entre elas seria apenas a forma de ocorrer a apropriação do trabalho de outrem na forma da materialidade, como seu resultado.

Uma melhor distribuição da “produção social”, ensejada por uma suposta “modernização mais democrática” (nas nossas palavras), possibilitaria o acesso mais “justo” a uma riqueza comum (havendo aqui, por parte de Elias, uma hipostasia da noção de riqueza). As determinações sociais do que é “riqueza” não são, assim, tematizadas.

Isso fica patente quando Elias (2003) inclusive descreve os resultados sociais do desemprego causado pela mecanização do corte de cana, ainda incipiente para os anos 1990. Políticas públicas, a partir do Estado subentendido como sujeito absoluto do planejamento social, deveriam visar, como ponto de chegada de suas ações, levar em consideração a desigualdade de classes para tentar compensá-la com intervenções, tanto sociais quanto espaciais. Sua crítica social não está centrada em uma crítica do

capitalismo como forma de mediação social, mas sim no modo de distribuição que este apresenta no contexto analisado:

[...] as contradições entre os interesses forâneos e as realidade preexistentes, ou seja, entre o novo e o velho, entre o externo e o interno, este incapaz de absorver a totalidade das inovações e gerar um desenvolvimento sustentável, em benefício da população como um todo, ocasiona sérios problemas sociais e espaciais [...].

O modelo de vida adotado pela humanidade, desde meados do século XX, provocou a modernidade incompleta, acirrando a divisão da sociedade em classes, agrupadas conforme os diferentes extratos de renda. O resultado não poderia ser outro a não ser inúmeros desequilíbrios e defasagens, com o crescimento da pobreza também nas cidades de uma região economicamente tão rica, com variadas possibilidades de acesso aos consumos modernos, aos serviços sociais essenciais, à habitação e a inúmeros outros produtos e serviços. [...] A construção do espaço é reflexo disso e não se avista nenhuma resolução num horizonte próximo, considerando a falta de projetos das instituições públicas de todos os níveis e a acomodação das classes sociais e políticas que se beneficiam dessa situação [...] (ELIAS, 2003, pgs. 326 e 327).

Apologia da produção capitalista, do consumo moderno, do desenvolvimento sustentável e do planejamento estatal que deveria controlar o processo capitalista para reformar essa realidade que gera a desigualdade para a população de um certo Estado nacional... A caracterização do processo de modernização pelo que faltaria o mesmo realizar, ou seja, pela crítica do que está ausente, no caso, a distribuição da tal “riqueza”, compõe um argumento dual, que hipostasia uma suposta formatação de produção de mercadorias em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e o acesso de uma suposta população a bens de consumo, justamente o paradigma idealizado a partir de uma interpretação sem contradições do que foi o Estado de Bem-Estar Social do centro do capitalismo (da Segunda Guerra Mundial até a crise de 1970). Ou seja, vislumbra o momento do que foi o capitalismo sob o advento da mais-valia relativa. A noção de incompletude do processo, que o compara em termos absolutos a um processo modernizador acabado e positivo (para a autora), está observando naquilo que estaria ausente o fundamento da crítica apresentada, o que nos remete a uma defesa da própria modernização. Para nós, isso significa a defesa da reprodução dos fundamentos contraditórios e críticos da forma social, a forma da mercadoria, o que sugerimos importar aqui criticar.

Se Silva (1999) reconhece o âmbito do Estado como um lócus da luta de classes que permitiria inclusive seu acirramento entre proprietários e trabalhadores assalariados (apesar de não reconhecer que acaba por incorrer na defesa da reprodução da forma social da mercadoria em razão de seu distributivismo), Elias (2003) positiviza sobremaneira a produção moderna de mercadorias como forma da riqueza (para nós o

próprio fetichismo da mercadoria) e as políticas públicas na forma do planejamento estatista que deveria, em sua opinião, beneficiar uma suposta população nacional, conceito abstrato e ufanista, para nós também reprodutor da forma social supracitada.

As características da superexploração do trabalhador manual volante, por outro lado, desde sua formação, a partir principalmente dos anos 1960, e que sob alguns aspectos permanecem até os dias atuais, como destacaremos, foram profundamente apreendidas nas pesquisas de Silva (1999). É partindo destas que abordaremos aqui sinteticamente as características do “boia-fria” cortador de cana, o que nos ajudará a formular uma crítica aos desdobramentos contraditórios e negativos da forma social em crise como totalidade concreta, sem os dualismos que acima destacamos. Não pretendemos, por sua vez, nos determos em uma crítica da superexploração do trabalho em si, como esperamos ter deixado claro a partir da abordagem de crítica negativa que viemos sugerindo até o momento. Como tentaremos formular, a superexploração é um fenômeno reconhecível que pode desviar nosso olhar de outras características das relações de trabalho na produção de cana-de-açúcar fundamentais de observarmos¹⁵⁰ e que apresentaremos a seguir a partir da revisão bibliográfica e de nossas pesquisas de campo.

Para Silva (1999) o trabalhador assalariado da agricultura apresentou, a partir dos anos 1960, a característica de poder ser mobilizado para qualquer função. Sua jornada de trabalho podia ser praticamente indefinidamente estendida, de 8 a 14 horas (SILVA, 1999, p. 88) e o trabalho era remunerado por produção. Na lavoura de cana-de-açúcar, o trabalho manual poderia ser empregado em diversas etapas do processo produtivo: plantio, tratos culturais e corte de cana. A predominância ocorria neste último, porém. O aumento constante da produtividade do trabalho do cortador determinaria aqueles que permaneceriam trabalhando ou seriam recontratados nas safras posteriores.

A contratação do trabalhador era feita pelos chamados “gatos”. Eles eram terceirizados dos fornecedores e usinas e ficavam responsáveis pela arregimentação do “volante” em sua cidade de origem, que naquele momento era principalmente localizada no Vale do Jequitinhonha, como já destacamos. Os “gatos” adiantavam o dinheiro para pagar a viagem do cortador até o destino para o trabalho na lavoura canavieira e ganhavam uma porcentagem da produtividade do trabalho no corte de cana. Assim, os

---

¹⁵⁰ O processo recente pode ser caracterizado pela mecanização do corte de cana, com redução absoluta no número de trabalhadores empregados na produção de cana.

mesmos fomentavam o aumento desta produtividade com o interesse direto no aumento da exploração da força de trabalho.

Em muitas situações, o endividamento e a baixíssima remuneração do trabalhador por sua produção que ficava à mercê do repasse pelos “gatos”, que ainda lhe cobravam o alojamento e a comida fornecida, fizeram com que tais relações de trabalho passassem a ser consideradas juridicamente, em anos recentes, como de situação análoga à escravidão. Muitos cortadores até ficavam presos aos alojamentos das fazendas, sem poderem sair por deverem a seus contratantes.

Na própria forma de pagamento Silva (1999), já nos anos 1980, verificou o que denominou por “pulo do gato”, o enganar do trabalhador sobre quanto cortou no momento da pesagem da cana. Isso porque o sistema de corte consiste em o trabalhador manual agarrar um feixe de cana, cortar o mais rente ao solo possível (na base se concentra o maior teor de sacarose) e depositá-lo em montes que depois devem carregar os caminhões que se dirigem até as usinas para moer tal cana. Os fiscais das turmas de cortadores medem, então, quantos metros de cana cada cortador cortou, no sistema de 5 ruas. Na usina a cana é pesada e se estabelece quantas toneladas de cana um metro de cana contém, no respectivo talhão. O talhão é uma divisão de área, que comporta diversas ruas de cana. Na conversão dos metros para as toneladas não há garantia nenhuma do repasse correto para o trabalhador. Tanto a usina quanto o “gato” podiam e podem obter sobrelucro no esquema¹⁵¹, o que fomentou as críticas à presença de superexploração do trabalho, como estamos tematizando nas interpretações que estamos estudando.

Outras características que permitiram a crítica à superexploração do trabalho no corte de cana e que nos interessam aqui levantarmos é a do aumento da produtividade constante do cortador de cana em toneladas cortadas por dia com a redução do valor pago pela tonelada de cana colhida (ver RAMOS, 2007). Mesmo que o trabalhador volante tenha passado a ser contratado, ao longo dos anos 1980, ainda em regime temporário, mas com carteira de trabalho assinada para a safra por uma terceirizada, o aumento da exploração do trabalho apenas se aprofundou. Ao conversarmos com um empreiteiro (a figura na qual o “gato” se metamorfoseou), em entrevista realizada em 28 de julho de 2009¹⁵², em Olímpia, São Paulo, ele nos contou como fazia o pagamento

---

¹⁵¹ A descrição do processo de trabalho no corte de cana foi exaustivamente detalhada por diversos estudos, dentre eles aqueles sobre os quais estamos nos apoiando. Ver principalmente Silva (1999) e Thomaz Jr. (2002). Estamos aqui destacando os elementos que consideramos mais relevantes para o caminho que pretendemos apresentar.

¹⁵² Parte dessa entrevista também foi utilizada em nossa dissertação de mestrado (PITTA, 2011).

pela colheita de cana dos cortadores que contratava. Contou também do aumento da produtividade do cortador:

Pesquisador: – Quando o senhor era cortador, quantas toneladas de cana por dia o senhor conseguia cortar?

“Empreiteiro”: – *Dez toneladas, oito toneladas... Depende da cana. Cana caída, grossa, que a gente chama de primeiro corte é mais difícil de cortar.*

Pesquisador: E se paga mais por ela?

“Empreiteiro”: – *Aí é que está o negócio, a diferença é mínima. Não tem nem base. Porque se você pagar, por exemplo, três reais e trinta [a tonelada] em uma cana em pé, de segundo corte pra frente, e três reais e cinquenta em uma deitada, e reparar na facilidade que a cana em pé tem pra cortar, ele vai ganhar mais cortando cana em pé, mesmo com ela pagando menos.*

Pesquisador: – Fazendo uma média, então, quantas toneladas de cana seu pessoal corta por dia?

“Empreiteiro”: – *O meu pessoal é selecionado, pessoal muito bom. Dos que eu dispensei nesse ano só restaram os melhores. Eu corto onze, doze toneladas/dia. Dá pra cortar até mais um pouco. Tem cabra que corta quinze, dezesseis, mas é difícil manter essa média por muitos dias consecutivos. Ele se cansa, corta menos e depois volta a cortar mais de novo.*

Pesquisador: – E o sistema de corte, como é hoje?

“Empreiteiro”: – *Cinco ruas, por metro linear...*

Pesquisador: – E a pesagem, pra fazer a tonelada por metro?

“Empreiteiro”: – *Na usina.*

Pesquisador: – Quando se fica sabendo o preço da cana que você vai cortar?

“Empreiteiro”: – *Isso eu sempre achei uma grande ignorância. Tem empreiteiro que dá o preço do talhão antes de cortar. Eu vou e peso e pago. Não adianta nada eu falar pra você cortar uma cana e dizer que vou te pagar vinte centavos o metro. Mas amanhã ela não dá os vinte centavos então o que é que vai acontecer. Só porque você deu o preço você vai garantir? Não tem como você garantir. Então você não está pagando o preço exato dela.*

Pesquisador: – Então faz como, daí, hoje?

“Empreiteiro”: – *Eu, eu, eu... Eu corto a cana, talhão. Você veja aquela cana que o meu caminhão está carregando. Aquele é o talhão quatorze. Aquele outro que eles estão cortando é o dezessete. O de baixo é o dezesseis. Entra na usina, tudo etiquetado. Talhão quatorze, quatorze, então. Fechou o talhão, metragem, aí eu fico sabendo o peso. Deu quatrocentas toneladas aquele talhão quatorze, três reais e trinta a tonelada,*

vezes quatrocentas toneladas, dá mil e duzentos reais. Divide os mil e duzentos reais pelos metros que cada um cortou.

Pesquisador: – Como se calcula esse preço da tonelada?

“Empreiteiro”: – Do sindicato. Isso é um acordo. É o que o pessoal faz. E eu não consigo entender. É o que o próprio sindicato quer. Que se dê o preço antes. E não está certo. O que o pessoal precisa é de uma coisa consistente. O certo é você levar na usina, pesar e dar o preço. Você pode dar o preço até três, quatro dias depois. Mas que seja o preço exato. Desse jeito o sindicato atrapalhou. Ele deveria colocar um pessoal pra controlar o peso, não exigir que se dê o preço antes.

Pesquisador: – Mas me deixe entender uma coisa. Ao dar o preço depois não há a possibilidade de se alterar o peso?

“Empreiteiro”: – Mas entre você dar o preço da cana, aí você pesa ela e o peso é maior que aquele que você estipulou pra dar o preço, você acha que o turmeiro vai dar o preço certo?

Pesquisador: – Mas nesse processo de você levar a cana pra pesar não dá pra adulterar o peso na hora de passar pro cortador?

“Empreiteiro”: – Dá também. Não tem ninguém olhando. Mas eu acho mais seguro dar o preço depois. Injusto todo mundo pode ser. É do ser humano. Eu nem dou preço de cana. Mas eles nunca me perguntam. Nunca dizem que errei, mas pode ter erro. Quem faz a contabilidade pra mim pode errar...

Pesquisador: – E você só pega esse pessoal que corta mesmo, né?

“Empreiteiro”: – Claro, tem que abastecer a usina, né.

Pesquisador: – E você ganha quanto por cada cortador que contrata?

“Empreiteiro”: – A gente recebe da empresa uma porcentagem de quanto corta o cortador, é tudo registrado.

Pesquisador: – É a partir do peso cortado, então, né? É uma porcentagem, mesmo?

“Empreiteiro”: – Sim, sim. Hoje está na base de 15%.

A partir de outras conversas ficamos sabendo que a base para o cálculo do rendimento do “empreiteiro” era, na região, de 20% (PITTA, 2011). A mudança no regime de contratação não alterou o pagamento por produtividade e a porcentagem ganha pelo empregador sobre o trabalho no corte de cana. Assim, se tivemos a passagem histórica das empresas terceirizadas encabeçadas pelo “gato” para um empreiteiro registrado pelo fornecedor de cana ou usina, principalmente a partir do século XXI, o

aumento da exploração do trabalho continuou, independente da legislação que o regulamentou.

Ao “gato” ou “empreiteiro” cabe selecionar os cortadores e estabelecer o pagamento. Para além da possibilidade de não se pagar ao cortador aquilo que ele cortou, sempre presente como forma de ser da mais-valia absoluta, a possibilidade do cortador ficar desempregado e não poder se mediar pelo assalariamento está personificada pelo “gato” / “empreiteiro” que estabelece aqueles que continuarão ou não contratados, o que move a pressão pelo aumento da produtividade do próprio cortador.

José Graziano da Silva (1981a), ao pesquisar a modernização de agricultura no Brasil, centra o critério qualitativo para as transformações engendradas neste processo justamente no desenvolvimento das forças produtivas aplicadas ao campo brasileiro. Diferentemente de como Silva (1999) analisou, destacando a insuficiência da explicação tecnicista para o fenômeno, Graziano estabelece inclusive gradações, relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, para interpretar as diferenças nas características das relações de trabalho que o volante ou “boia-fria” apresentou desde sua formação.

A classificação da modernização agrícola por Graziano da Silva como tendo sido uma “modernização incompleta” (1981a), ou “dolorosa” (1981b), já pressupõe o desejo dualista de que a mesma se completasse e de que seria justamente nesta incompletude do processo, entendido no caso como desenvolvimento tecnológico, que poderíamos encontrar as causas da superexploração do trabalho no campo brasileiro após iniciada tal modernização.

Primeiro, o volante não podia ser visto apenas como um resultado particular do desenvolvimento capitalista no Brasil, mas também como produto da insuficiência desse desenvolvimento na agricultura, de maneira geral e de um modo mais específico nas regiões atrasadas. Segundo, o capitalismo já não pode mais ser visto apenas como aquela força revolucionária de transformação do campo, tal qual descrito na sua fase concorrencial; na etapa monopolista do desenvolvimento do capital tornam-se visíveis as suas formas parasitárias de dominação, que limitam o próprio desenvolvimento das forças produtivas na agricultura (SILVA, 1981a, p. 2).

Daí ser mais correto afirmar que, além do assalariamento temporário ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura (enquanto embrião da formação do proletariado rural) ele é, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento (SILVA, 1981a, p. 119).

Em Graziano da Silva (1981a), a crítica ao que o mesmo concebe como ausência no processo de modernização da agricultura brasileira, a incompletude da automatização da produção, se faz central. Assim, a causa principal, para ele, para o surgimento do “boia-fria” no campo está nos setores da agricultura que não foram modernizados, ou

seja, está na necessidade da agroindústria obter trabalhadores manuais para certas etapas do processo produtivo, como a colheita, no caso da cana, isso pelo lado do destino da migração; e no baixo desenvolvimento das forças produtivas nas pequenas propriedades, o que fez com que parte daqueles que viviam sob o regime de agregação ou de colonato permanecessem na terra, pelo lado da origem da migração. Daí ele formular a passagem dos leilões quase diários para o trabalho assalariado nas lavouras parcialmente mecanizadas, nos anos 1960, para a formação das turmas terceirizadas dos anos 1980. Tal passagem teria ocorrido em razão da estabilização da mecanização da lavoura canavieira no plantio e nos tratos culturais, deixando de fora a colheita. A oscilação da demanda por trabalhadores assalariados manuais para este momento da produção de cana teria permitido a constituição, para o período de março/abril a novembro/dezembro, das turmas fixas (ainda temporárias, mas já contratadas para a safra) de cortadores de cana.

Graziano da Silva (1981a) ao trazer a temática do capital monopolista, que lucra com a formatação do esquema, nos permite problematizar um momento importante da argumentação desenvolvida nas teorias sobre a modernização do campo que é a do desejo da troca “justa”. O argumento desenvolvimentista, preconizado no Brasil por Celso Furtado (2007), vislumbrava um processo de industrialização nacional a fim de alcançar o nível de produtividade dos países do centro do capitalismo, tendo-os como paradigma para superação do subdesenvolvimento. Em Caio Prado Jr. (2004)¹⁵³, a crítica do imperialismo também pensou sobre o capital monopolista que se apropriava da superexploração do trabalho no campo por meio da troca de não equivalentes em mercadorias por deter o monopólio (na compra) do mercado.

A crítica por meio da interpretação de uma “modernização incompleta” (SILVA, 1981a), com as relações de trabalho assalariado superexplorado que viemos destacando, entende que tal processo teria rearticulado o nível de desenvolvimento das forças produtivas na periferia, sem desfazer o esquema de transferência de riqueza nacionalmente produzida para os centros imperialistas. Ou seja, a periferia continuaria aquém do centro em desenvolvimento das forças produtivas o que reproduziria a desigualdade das trocas entre os países e entre as classes internamente aos países. A mais-valia produzida pelo trabalhador volante continuava a “beneficiar” certas classes

---

¹⁵³ Ver principalmente o “Posfácio” (PRADO JR., 2004), no qual o autor aborda justamente a formação do trabalho assalariado agrícola e a necessidade de uma política que legislasse sobre o mesmo que, se acompanhada por reforma agrária, levaria ao desenvolvimento das forças produtivas das agroindústrias, sendo a mais-valia relativa o ponto de chegada ideal ao qual sua crítica também conduzia.

sociais em razão da superexploração dos trabalhadores, fosse no centro, fosse em relação às classes dominantes brasileiras.

O resultado permitia o corolário da necessidade de atingir, via planejamento por meio do Estado¹⁵⁴, o nível de desenvolvimento do centro do capitalismo, o que significa para nós a defesa da reprodução do capitalismo já que tal crítica visava e visa a superação do que era entendido como atraso, que parecia colocar a superexploração. Em certo sentido, tal resultado parecia permitir uma melhor distribuição, em termos de mais-valia relativa, do fruto do trabalho do trabalhador que supostamente deveria retornar ao mesmo.

A temática da troca “justa”, para tentarmos aqui sugerir uma problematização das formulações acerca da modernização do campo, no Brasil, hipostasia uma ideia de igualdade que está assentada na noção de troca de equivalentes abstratos própria à forma mercadoria de relação social. Como já destacamos em nossos Capítulos 1 e 2, é a forma mercadoria que permite a quantificação de coisas e homens, qualitativamente distintos (abstração real), a partir do critério abstrato e crítico de tempo socialmente necessário para produzir as coisas ou o trabalho. Aqueles que não se encontram no tempo médio, depois de um período curto ou longo de tempo, vão à falência ou não conseguem se reproduzir como trabalhadores expropriados que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviverem.

É o impulso para a concorrência que sujeita criticamente as personificações sob esta forma social socializadas a serem sujeitos e terem de desenvolver as forças produtivas. Em nível nacional, isso aparece como uma concorrência entre a produtividade dos países, alguns sempre supostamente mais desenvolvidos que os demais. Atingir os níveis de produtividade dos países do centro não supera a dominação impessoal da forma social da mercadoria e suas contradições críticas, desdobradas como impulso concorrencial para o desenvolvimento das forças produtivas. Gostaríamos de nos adiantar parcialmente aqui para nos perguntarmos por que, com a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro e com a mecanização do

---

¹⁵⁴ Ademais, o desenvolvimento por meio do planejamento do Estado é o horizonte de alcance das teses de Graziano da Silva (1981a e 1981b). Sem o mesmo, a industrialização da agricultura geraria o desemprego, que só poderia ser mitigado com desenvolvimento planejado e equilibrado. No limite, sua apropriação de Marx na forma de teoria do valor visa apreender o mundo como objeto a ser “trabalhado”. Tal posição se aproxima da concepção tecnocrática de planejamento que abordamos em Belluzzo (2012) ao se apropriar de uma “lei do valor” a fim de compreender o real, não para suplantá-lo, mas na tentativa de controlá-lo. A própria posição de teórico crítico na qual o autor se coloca, separado de seu objeto para apreendê-lo (como verdade hipostasiada que o reifica enquanto teórico) e manipulá-lo, posição que o mesmo não pretende implodir, também expressa sua concepção acerca da sociabilidade em que está inserido.

corte de cana, no século XXI, no Brasil, casos cada vez mais frequentes de trabalho análogo ao escravo e de mortes nos canaviais passaram a ocorrer (PITTA, 2011)?

Assim, pedir por outra modernização conserva ontologizado o pressuposto da mediação social pelas coisas (forma mercadoria) e a mantém não tematizada pela própria crítica social. Ao se tematizar a mediação social, sob o capitalismo, no máximo se procura desvendar qual a forma social que permite a uma dada classe se apropriar do trabalho de outra, e a pergunta que comumente se faz é a de como e quem, nos diferentes momentos históricos (inclusive anteriores ao capitalismo), se apropriou do trabalho da classe trabalhadora explorada, essa pressuposto trans-histórico: por meio da escravidão, da servidão, do assalariamento.

O pressuposto da igualdade, ao não ser fundamentado historicamente na forma da mercadoria que o realiza na troca de equivalentes (e que já é criado no momento da produção) e que constitui também a própria desigualdade – a qual aparece assim sob os critérios desta mesma forma social, como quantidade de coisas –, acaba servindo para hipostasiar esta forma mesma. A modernização que levaria a periferia a atingir os níveis de produtividade e de distribuição de riqueza dos países centrais do capitalismo é a própria aplicação desta hipostasia na forma do planejamento econômico: valorização do valor como finalidade social tautológica.

A formação e realização do humano nas coisas, como resultado da forma mercadoria como mediação social capitalista e da lógica identitária como forma de se subjetivar o fetichismo da mercadoria, conforme já desdobramos pormenorizadamente, faz confundir a distribuição igualitária do fruto do trabalho com a possibilidade de destruição dos fundamentos desta forma de sociabilidade. Conceber, inclusive que se fica mais perto desta superação, pois o trabalhador poderia se apropriar mais e mais daquilo que foi dele alienado por retornar à sua propriedade, também não possibilita tal destruição. A crítica pela “modernização conservadora” recoloca, assim, a modernização, enquanto lógica identitária, como fruto do que aparece como essência humana, o trabalho¹⁵⁵, e incide na apropriação injusta de seus resultados, seja pela burguesia, seja pelos financistas, seja pelo imperialismo que subjuga o trabalhador. O advento idealizado de uma mais-valia relativa a partir da realização de outra forma de modernização é a defesa, inclusive, da continuação da exploração do trabalho, enquanto

---

¹⁵⁵ Positivização de uma identidade sujeito – objeto (mesmo como dialética positiva), sujeito a se realizar na produção das coisas como resultado do seu trabalho. Esta concepção não critica o fetichismo da mercadoria conforme, ressaltamos novamente, tentamos sugerir nos capítulos 1 e 2 deste texto ao dialogarmos com Belluzzo (2012) e Harvey (2011).

troca justa de equivalentes entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores. Como tentaremos abordar, até mesmo estes que aparecem como beneficiados pela desigualdade da sociabilidade produtora de mercadorias estão sujeitados às suas determinações contraditórias e críticas, sendo a modernização o próprio processo que conduz à crise do fundamento desta forma social e nos submete às suas implicações, assim como conduz às crises econômicas fenomênicas, como aquela de 2007/2008, a qual nos perpassa como discussão de fundo da presente tese.

Thomaz Jr. (2002) tenta romper com a formulação distributivista do resultado do trabalho ao interpretar a luta de classes como imanente ao capitalismo e suas conquistas como insuficientes para superação desta forma social. Mesmo assim, Thomaz Jr. (2002) concorda com a difundida crítica dualista da modernização caracterizando-a por “conservadora”, justamente por tal modernização aprofundar a produtividade do trabalho, mas para benefício de uma classe frente àquela explorada, representada pelo cortador de cana. Assim, Thomaz Jr. (2002) refaz, como um momento de sua crítica, uma formulação que vislumbra a possibilidade de uma modernização mais distributivista como um dos critérios desta. Apesar disso, sua formulação não tem no distributivismo seu ponto de chegada e o explicita como insuficiente para tematizar a superação do capital.

Mesmo enraizado no mesmo processo que o capital, ou seja, na produção propriamente dita, ao trabalhador cabe parte ínfima da riqueza socialmente produzida na forma de salário. Desdobrando-se das relações de produção, o trabalho, já fragmentado a partir da divisão social e técnica, manifesta-se geralmente como luta organizada sindicalmente que apresenta no plano do mercado a sua base de assentamento, ou seja, apesar de o trabalho apresentar como sua raiz o lócus da produção, suas ações se dão fundamentalmente na esfera da circulação, isto é, o sindicato atua no terreno da repartição da riqueza social, em particular, as lutas salariais (THOMAZ JR. 2002, p. 228).

A partir do que se discutiu até aqui, pode-se afirmar que, [...] a retomada das ações do movimento sindical do conjunto dos trabalhadores da agroindústria sucro-alcooleira paulista, a partir de 1984, com o Movimento de Guariba [...], põe em discussão a superexploração do trabalho e os projetos de dominação do capital.

Isso estimula a reflexão em torno da necessidade de um redimensionamento político da estrutura, organização e ação sindical, apontando claramente rumo ao controle do processo de produção, que teve como resposta do capital, como se viu, a intensificação do processo de tecnificação.

[...] Poder-se-ia, então, dizer que o sindicato tem uma relação contraditória com o capitalismo, afirmando-o e negando-o ao mesmo tempo, cuja síntese se dá no movimento essencialmente contraditório de construção do real (THOMAZ JR. 2002, p. 229).

Assim, para o autor, a modernização da agricultura, a partir dos anos 1950 e 60, formou o “boia-fria” para “subsumi-lo” (THOMAZ JR. 2002) ao capital agroindustrial.

Sob a relação “capital x trabalho” (THOMAZ JR. 2002) o trabalhador não é capaz de superar a dominação social de uma classe sobre a outra e acaba tendo o resultado de seu trabalho alienado para os benefícios da “classe dominante”, sendo este o sentido do processo capitalista, mesmo quando há uma redistribuição social da riqueza produzida por ele.

Thomaz Jr. (2002), centra sua análise concreta da luta de classes na greve de Guariba de 1984 e argumenta que no conflito “capital x trabalho”, a conquista de direitos por parte dos trabalhadores teria mobilizado os proprietários de terras e meios de produção a mecanizar o corte de cana com vistas a desmobilizar a união dos trabalhadores.

A greve de Guariba foi objeto de estudos de diversos pesquisadores, dentre eles Thomaz Jr. (2002), Francisco Alves (1991) e Maria Aparecida Moraes Silva (1999). Esta ocorreu justamente em um momento em que a reprodução capitalista, no Brasil, se dificultava em razão da incapacidade de rolagem de seu endividamento e em que a hiperinflação aumentava descontroladamente, aumentando o custo de vida no país como um todo. São duas as principais causas do deflagrar da greve: a mudança do corte de cana de 5 para 7 ruas e, assim, a piora nas condições de trabalho; assim como o aumento do custo de vida. Em 1984, o Proálcool entrava em uma fase de diminuição dos créditos subsidiados (THOMAZ, JR. 2002), o que acarretaria em cada vez maior dificuldade de reprodução de fornecedores e usineiros. Vale lembrar que a crise das dívidas da América Latina, de 1982/83, transformava a capacidade de endividamento externo do Estado brasileiro, e a criação fictícia interna de dinheiro alimentava o processo inflacionário (DELGADO, 1985).

Diversos trabalhadores iniciaram a greve que se transformou na sublevação da cidade de Guariba. Ficou famosa a tomada e destruição do prédio da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), em Guariba, em razão de um aumento no preço da água que havia acabado de acontecer, assim como a destruição de um supermercado.

O aumento do corte para 7 ruas acarretava em que o trabalhador carregasse cana por maior percurso para empilhá-la na rua do meio (entre as 7 ruas cortadas) a fim de a carregadeira a coletar para depositá-la no caminhão que se dirigiria à usina. Tal mudança fazia aumentar o desgaste do trabalhador e diminuía o tempo de trabalho disponível com o corte da cana em si, sem aumento da remuneração. A greve se espalhou por diversas outras cidades do estado de São Paulo. Algumas reivindicações

teriam sido atendidas como a manutenção do corte em 5 ruas, o estabelecimento de um piso e de uma política de renegociação salarial anual e a expansão do registro em carteira de trabalho (THOMAZ JR., 2002).

A interpretação de Thomaz Jr. (2002) tenta destacar que o aumento do poder de mobilização e luta dos trabalhadores teria acarretado no processo de mecanização do corte de cana, em razão da intenção deliberada por parte dos proprietários dos meios de produção de controlar o trabalhador e seu poder de disputa. Thomaz Jr. visualiza a contradição capital X trabalho como o cerne da contradição sob o capitalismo e a luta de classes como uma disputa direta pelos resultados do trabalho para ver quem se beneficia do acesso às mercadorias produzidas. Assim, a mecanização do corte de cana aparece como um resultado consciente dos dominantes como sujeitos do processo social para fazer frente à mobilização da greve de Guariba e não como uma determinação do impulso concorrencial para diminuição dos custos de produção de certa mercadoria, o que permite a reprodução da empresa capitalista conforme determinações da mediação da mercadoria. De nossa parte, sugerimos que os proprietários dos meios de produção estão sujeitados a serem sujeitos por meio de tal determinação da concorrência e por isso levam a cabo processos de modernização.

Em nossa dissertação de mestrado (PITTA, 2011), enquanto dialogávamos com tal interpretação de Thomaz Jr. (2002), buscávamos argumentar que para a mecanização do corte de cana ocorrer era necessário que a mesma pudesse reduzir os custos de produção por unidade de mercadoria, efeito e sentido do desenvolvimento das forças produtivas. Neste caso, para o capitalista, tanto os gastos com maquinário quanto com força de trabalho aparecem como custo de produção. O mesmo não pensa em extrair mais-valia do trabalhador como sua finalidade (KURZ, 2014). Esta ocorre como resultado do processo global da produção, na formação da taxa média de lucro (MARX, 1984c, L. III, Tomo I, Seção II, cap. IX), e está apagada como realidade da totalidade sobre suas partes pelo próprio processo de objetificação do trabalho na mercadoria. Se assim não o fosse, ao capitalista, bastava contratar o maior número de trabalhadores possível para sugar-lhes diretamente mais-valia absoluta. Porém, sob a forma mercadoria, se assim o fizer, vai à bancarrota.

O próprio Thomaz Jr. demonstra que a mecanização do corte de cana reduz os custos de produção por unidade de mercadoria (R\$/tonelada) entre 35% e 40% (THOMAZ JR. 2002, p. 197) e que as condições para que ela ocorresse estavam se constituindo no princípio dos anos 1980. Ou seja, não foram as greves que

determinaram o desenvolvimento das forças produtivas a fim de acabar com o corte manual, já que tal desenvolvimento já vinha sendo pautado pela concorrência, sentido do devir impessoal (com o qual se relaciona o resultado contraditório da ação do homem enquanto sujeito) dos desdobramentos contraditórios da mediação da mercadoria como relação social capitalista.

A mecanização do corte de cana, que se acelerou a partir de meados da década de 1980, como uma das últimas etapas da lavoura canavieira a se automatizar, mobilizou, nas pesquisas levadas a termo na época, a discussão do aumento da composição orgânica do capital a ponto de reduzir a remuneração do cortador de cana por tonelada cortada, assim como o de forçar o aumento de sua produtividade do trabalho. Thomaz Jr. estima que, em 1996, 30% do corte em São Paulo estava mecanizado, sendo que hoje se chega a uma taxa de 70 – 80% (BACCARIN, GEBARA e SILVA, 2013). Também estima que em 1996, um cortador cortava 15 toneladas de cana diária, número que teria mais que dobrado em relação à década de 1980.

Em Thomaz Jr. (2002), a mecanização do corte de cana teria levado à “subsunção real” do trabalho ao capital, por meio da extração da mais-valia relativa, combinada com a da mais-valia absoluta, em razão da permanência do corte manual superexplorado. Essa estratégia de combinação das formas de exploração do trabalho, conforme o autor, se responsabilizaria por reproduzir a acumulação da agroindústria canavieira por meio da exploração do trabalho. Mesmo ao analisar a reprodução por meio da rolagem de dívidas do agronegócio, no Brasil, em geral, da década de 1960 aos anos 1990, desde a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965) – com créditos subsidiados também para a agroindústria canavieira –, Thomaz Jr. continuaria lendo no sugar da riqueza do trabalhador a possibilidade da então continuidade da acumulação capitalista.

Perguntamo-nos sobre as consequências de uma interpretação que se faz independentemente de atentar para o momento em que se encontra a forma social em devir contraditório como totalidade. O pressuposto naturalizado da continuidade da acumulação foi por nós tratado, no capítulo 2 do presente texto, como fetichismo de capital e desejamos desdobrar agora mais pormenorizadamente tal sugestão crítica.

Thomaz Jr. (2002) reconhece, por sua vez, que se transforma a forma de exploração do trabalho que sustentaria a apropriação por parte dos proprietários dos meios de produção – contradição na própria interpretação do trabalhador como sujeito do processo social –, já que o central na sua leitura é que a greve de Guariba teria

forçado o aumento da exploração do trabalho no corte de cana. O pesquisador está preocupado com a forma de exploração do trabalho para benefício do capitalista, e assim, apesar de criticar as interpretações que se reduzem a especular sobre a distribuição de riqueza produzida sob a “contradição capital x trabalho” (conforme seus termos – THOMAZ JR., 2002), dirige sua preocupação para a apropriação do trabalho alheio e a partir deste critério interpreta o que considera uma superação possível desta relação. É aí que reside a crítica pela qual o autor envereda.

A partir dos excertos supracitados de Thomaz Jr. (2002), seria a apropriação do trabalhador dos meios de produção que levaria à superação da “contradição capital x trabalho”. Se para Thomaz Jr. (2002), a distribuição de “riqueza social” não aparece como o ponto de chegada de sua crítica, elaborada por meio do estudo da “modernização conservadora” da agricultura brasileira, expressa na agroindústria canavieira, o cerne de suas preocupações seria a propriedade privada dos meios de produção, a qual determinaria a exploração do trabalho pelo capitalista, entendido este como sujeito da sujeição do trabalhador para seu próprio benefício. O trabalho, hipostasiado como ontológico ao homem é interpretado como verdadeiro sujeito – objeto, inclusive sob o capitalismo. O trabalho abstrato, como produtor do valor sob o capitalismo, não é entendido no sentido de uma mediação social por meio das coisas, conforme nossa sugestão crítica, forma social em devir contraditório, que o sujeita na forma do sujeito produtor de valor e valor de uso:

Vamos, então, ao primeiro movimento: de que maneira pode-se entender o significado de trabalho? A princípio pode-se afirmar que “trabalho” é “troca energética” e, nesse sentido, é possível entender o duplo movimento que se consubstancia no trabalho humano: exatamente o fato de que, ao exercermos qualquer movimento, trocamos com o meio um amplo e complexo conjunto de energias, que se desdobra num processo concomitante de transformações, tanto nossa quanto dos elementos que em “dupla mão” fazem parte do processo (THOMAZ JR., 2002, p. 223).

Thomaz Jr. (2002) parte de uma formulação de dialética (positiva conforme Adorno, 2009) que vislumbra no fim da apropriação do fruto do trabalho por uma classe dominante o superar de um tipo de alienação negativa frente outro tipo de alienação que permitiria a realização da relação de “dupla mão” entre o homem e o fruto do seu trabalho.

Estamos aqui sugerindo que a crítica à sociabilidade capitalista pode considerar uma crítica à relação social por meio das mercadorias, o que a visada para uma reformulação da relação sujeito – objeto para se chegar a outra relação com as coisas

parece não tematizar ou não ter por central. Estamos partindo da crítica ao capitalismo de Thomaz Jr. (2002) para sugerir que uma crítica por meio da ontologia do trabalho, desta maneira, impediria a concepção de destruição do próprio trabalho como cerne desta forma de sociabilidade. Historicizar o trabalho, pesquisando sobre seu processo capitalista de formação e crise, conforme já viemos fazendo, nos permitirá colocar a crítica incidindo sobre diferentes preocupações, como veremos. Chamamos atenção para as diferentes consequências que tais preocupações críticas implicam em relação ao que significaria a suplantação do capitalismo.

Thomaz Jr. (2002 e 2009), ao tematizar a mecanização do corte de cana, como abordaremos adiante¹⁵⁶, sustenta a elaboração de que há um trabalho em geral, “troca energética” com o “meio”, o qual passa da subsunção formal à real pelo capital. Há aqui algo como uma teoria do “valor – energia”, que sempre teria existido imanente ao trabalho (ontológico); e, por isso, Thomaz Jr. (2002) não visa a sua destruição como sendo a destruição da própria contradição basilar da forma mercadoria (valor e valor de troca). Assim, como tentamos explicitar ao escrevermos sobre a ontologia do trabalho em Harvey (2011) e em Lukács (2012), o trabalhador, conforme tal pensamento pela ontologia, ao deter os meios de produção faria o valor de uso submeter o valor às suas supostas “verdadeiras necessidades” e controlaria o processo social, como dialética positiva, realização do homem nas coisas.

Viemos sugerindo, porém, que a continuidade da mediação social na forma mercadoria, mesmo com a propriedade por parte do trabalhador dos meios de produção, não supera as contradições fundantes da relação sujeito – objeto, relação que aparece como realização dos homens nas coisas e que é ideologicamente hipostasiada para outras formações sociais, mas é dominação abstrata (da valorização do valor) da forma mercadoria por meio do trabalho, o qual sugerimos ser constituído com esta forma social (KURZ, 2014). Assim, a forma mercadoria forma o trabalho que está sujeitado aos seus desdobramentos contraditórios e críticos. Em certo sentido, a mediação social por meio das coisas, ao ser reproduzida como idealidade em Thomaz Jr. (2002), reproduziria, hipostasiando, a aparente relação de identidade sujeito – objeto (mesmo como dialética positiva), o que repõe a concorrência, a propriedade privada, a concentração dos meios de produção e a exploração da substância do trabalho como

---

¹⁵⁶ O faremos ao desdobrarmos o momento atual da colheita de cana-de-açúcar como começamos a problematizar a partir da exposição de nossas pesquisas de campo e de nossa entrevista com o cortador de cana Luís Ferreira, no início deste capítulo 4.

finalidade tautológica e crítica¹⁵⁷, características que acreditamos que Thomaz Jr. (2002) também desejaria superar.

Para concluirmos essa passagem sobre as formulações de Thomaz Jr. (2002 e 2009), desejamos retomar sinteticamente ressaltando que sua elaboração acerca do positivo e do negativo da luta de classes e do movimento sindical – entendido por ele como distributivismo, mas também movimento de dialética positiva por ser processo progressivo de aproximação do trabalhador da propriedade dos meios de produção – se baseia em uma concepção ontológica e positiva de sujeito, que se mantém como núcleo quase intocado de sua crítica. As transformações nas relações de produção promovidas pela modernização da agricultura seriam “conservadoras” por sujeitarem os trabalhadores à dominação por outra classe, que se beneficiaria do suposto controle que detém sobre o processo social e que elaboraria novas estratégias de subordinação conforme a luta de classes avançasse. Thomaz Jr. (2002) dá muita ênfase aos

---

¹⁵⁷ Kurz (1999) escreveu *O Colapso da Modernização* justamente para tematizar como a revolução russa (1917) reproduziu a forma mercadoria e suas contradições na forma de uma *modernização retardatária*. Ou seja, com a socialização da propriedade dos meios de produção pelo Estado, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS: 1922 – 1991), teria empreendido um processo de exploração do trabalho internamente a seu território com a finalidade de alcançar o nível de desenvolvimento dos países centrais capitalistas, concorrendo com estes. Com a tentativa de supressão jurídica do mercado, internamente falando, para total controle por parte do Estado de tal desenvolvimento das forças produtivas, diversas teriam sido as formas de aparecimento das contradições iminentes à perpetuação da mediação social pela mercadoria: manutenção da exploração do trabalho como finalidade tautológica, valor de uso negativo, alto endividamento do Estado, perda na concorrência com os países capitalistas e sua consequente inviabilidade de se reproduzir. Kurz estava interessado em questionar o fim da propriedade privada dos meios de produção, como tentado pela URSS, como equivalente a um suposto fim da sociabilidade capitalista, a qual o autor, na verdade, caracteriza como *sistema mundial produtor de mercadorias* ou *sociedade do trabalho* (KURZ, 1999).

Por sua vez, Marx (1983), ao se enveredar pela crítica a Proudhon, em relação direta com seu momento histórico, faz a crítica da manutenção da forma social da mediação dos homens pelas coisas como continuidade dos fundamentos da sociabilidade capitalista na proposta anarquista de autogestão da produção, circulação e consumo de mercadorias por parte do trabalhador. De certa maneira, Marx (1983) enfatiza que a continuidade da mediação pela mercadoria mantém a troca de equivalentes entre as diferentes produções autonomizadas e não suplanta a abstração real que caracteriza a existência da mais-valia, recolocando a acumulação e a dominação social por meio do trabalho como fundamentos do que deveria ser o cerne da crítica social:

“A inepta concepção de que o preço de custo da mercadoria constitui seu verdadeiro valor, mas que a mais-valia se origina da venda da mercadoria acima de seu valor, que, portanto, as mercadorias são vendidas por seus valores quando seu preço de venda é igual a seu preço de custo, ou seja, igual ao preço dos meios de produção nelas consumido mais salários, foi trompeteada por Proudhon com a habitual charlatanice pretensamente científica, como segredo recém-descoberto pelo socialismo. Essa redução do valor das mercadorias a seu preço de custo constitui, de fato, a base de seu Banco Popular. (...) Pois mesmo se valor da força de trabalho, duração da jornada de trabalho e grau de exploração do trabalho fossem equalizados em todos os lugares, mesmo assim as massas de mais-valia contidas nos valores das diferentes espécies de mercadorias seriam completamente desiguais, conforme a diferente composição orgânica dos capitais adiantados para sua produção” (MARX, 1984c, L. III, tomo I, p. 32).

Marx (1983) está interessado nas consequências da formação da taxa média de lucro, que estabelece, nos diferentes níveis de desenvolvimento das formas produtivas das diversas unidades produtivas, quanto cada uma se apropria da mais-valia global socialmente produzida. A apropriação da mais-valia, assim, não ocorre de forma direta, como dominação de uma classe sobre outra, mas na circulação das mercadorias. O fim do Estado, como proposto pelos anarquistas, sem o fim do trabalho, ontológico para Proudhon, reproduziria a dominação da forma social sobre os homens nesta forma constituídos, com a mais-valia ficando ou nas mãos dos trabalhadores que recebessem o *preço de mercado* (MARX, 1984c, L. III, tomo I, p. 140) da mercadoria, ou nas mãos do consumidor, que também acumularia, caso a mercadoria fosse vendida por seu *preço de custo* (MARX, 1984c, L. III, tomo I, Seção I, cap. I: “Preço de custo e lucro”). Tal formulação pretende ressaltar que com a propriedade dos meios de produção nas mãos dos trabalhadores não se extingue necessariamente a concorrência como devir dos desdobramentos contraditórios do capital, nem a acumulação como sua finalidade tautológica.

mecanismos diretos da dominação de classe e por isso não tematiza os mecanismos impessoais da concorrência estes o cerne de uma dominação abstrata coisal social (*física metafísica*, nos termos de Marx, 1983, L. I, Tomo I, p. 198), por nós aqui sugerida.

Para sermos mais precisos, não estamos dizendo que Thomaz Jr. (2002) desconhece que a apropriação da mais-valia ocorre por meio do desdobramento da taxa média de lucro e de mecanismos para aumento da exploração do trabalho, como com o advento da mais-valia relativa por meio do desenvolvimento das forças produtivas. Estamos explicitando, porém, que ao focalizar a alienação e apropriação de classe do resultado do trabalho do assalariado, por meio de tais “mecanismos”, Thomaz Jr. apaga suas características de mediação física metafísica impessoal da mercadoria, como forma da dominação, e se centra na disputa entre supostos sujeitos autônomos pelo produto do trabalho social sob o capital como “dominação do homem sobre o homem”. Com isso, o fetichismo – da mercadoria, de capital, de sujeito – deixa de ser tematização central de sua crítica, o que temos para nós como o próprio fundamento daquilo que aparece socialmente como dominação do “homem sobre o homem” (para apropriação de uma riqueza também positivada e hipostasiada).

Maria da Conceição D’Incao, em seu estudo sobre o “boia-fria” na região da Alta Sorocabana, intitulado *O bóia-fria: acumulação e miséria* (1979), aborda o “sistema capitalista” definindo-o pela luta de classes e pela propriedade privada dos meios de produção. Aproxima-se, assim, bastante de Thomaz Jr. em sua acepção sobre os fundamentos do capital como forma de sociabilidade, o que leva a que enxergue na apropriação por parte do trabalhador dos meios de produção para sua realização por meio das coisas a superação desta forma de exploração de trabalho alheio. Formula, assim, consequentemente uma ontologia do trabalho, lógica identitária que viemos problematizando ao longo desta tese.

Apesar disso, a formulação que nos apresenta para o trabalhador “boia-fria”, relação de trabalho que nos interessa para abordarmos o cortador de cana na agroindústria canavieira, não o enquadra por meio de uma conceituação da modernização com uma adjetivação que a cinde em uma modernização negativa, “conservadora”, e outra positiva, desejável. Sua elaboração não faz uma mediação entre uma luta de classes reduzida, imanente ao capital, como o sindicalismo, que conforme suas conquistas o aproximaria da superação do sistema capitalista e a própria superação do capitalismo.

A formulação de D’Incao (1979) se pretende de partida revolucionária, não

permitindo a ela espaço para incorrer no dualismo que viemos tematizando, explicitado nas leituras que preconizavam ou advento da mais-valia relativa, ou a juridificação do trabalho para maior acesso do trabalhador ao fruto do seu trabalho, ou a complementação do processo inacabado de modernização. Tais argumentos, por meio da crítica à ausência, ao que faltou fazer, ao almejem outra forma de distribuição da riqueza fetichista, deixaram de tematizar e criticar a própria configuração do que é riqueza. D’Incao (1979), por sua vez, interpreta a formação do “boia-fria” como resultado da modernização em si do campo, no Brasil:

Para tanto, o recurso à Teoria da Acumulação, de Marx, mostrou-se satisfatório. A constatação de um sistema de aproveitamento da mão-de-obra emigrada do meio rural, na própria economia rural da região, fazia supor a existência de um processo de acumulação de capital, feito através de uma constante mudança qualitativa de sua composição, fazendo aumentar incessantemente o capital constante, às expensas do capital variável. Fazia supor também que esta possibilidade decorria, em última análise, da existência de uma população trabalhadora excessiva para as necessidades médias da exploração do capital, isto é, uma população remanescente ou sobrança. Fazia supor finalmente, e em síntese, que a população definida como objeto de investigação representava, quer do ponto de vista de suas causas estruturais, quer do de sua forma de participação no processo global de produção da economia rural da região, o “Exército Industrial de Reserva”, tal como o definiu Marx (D’INCAO, 1979, p. 31).

D’Incao (1979), ao mobilizar a “Teoria da Acumulação”, em Marx (1983 e 1984a), retomou a problemática da autonomização entre capital e trabalho como fundamento para a produção produtiva de mais-valia e para a valorização do valor, problemática que discutíamos em nosso capítulo 2 do presente texto no momento em que debatíamos a crise imanente ao devir da contradição capitalista.

Vale aqui um adendo de nossa parte. Para que a valorização do valor ocorra, é necessário que o capital encontre à sua disposição, no mercado, força de trabalho a ser contratada e explorada. Ou seja, deve haver trabalhadores que necessitem se mediar pela venda de sua mercadoria força de trabalho para acessar outras mercadorias e sobreviverem (MARX, 1983, L. I, tomo II, cap. XXIII¹⁵⁸). O capitalista, por sua vez, apenas leva a cabo um investimento produtivo na medida em que o custo da mercadoria força de trabalho seja menor que o valor que esta produza, ao ser engajada no processo produtivo. Além disso, tal valor, por unidade de mercadoria produzida, deve estar no tempo social médio, a fim de que ocorra valorização do valor e o processo recomece ampliadamente. O que define que uma mercadoria passe a ser útil socialmente, no nível

---

¹⁵⁸ Capítulo XXIII: “A Lei Geral da Acumulação Capitalista” (MARX, 1984a, L. I, t. II), temática que já abordamos anteriormente, mas retomamos aqui a partir de outro enfoque do problema.

do mercado, são estas condições.

O que regula o rebaixamento do preço da mercadoria força de trabalho são relações de mercado (mediações da determinação da forma valor¹⁵⁹), ou seja, seu excesso de oferta faz com que seu preço seja rebaixado, mesmo que isso a coloque em situação de miséria social. Vale retomar sinteticamente o tema, exposto no capítulo XXIII, do Livro I, de *O Capital* (1983). O capital, ao expandir sua produção, com manutenção da composição orgânica do capital (relação entre trabalho morto e trabalho vivo aplicados ao processo produtivo), demanda trabalho e determina o preço do mesmo a subir, reduzindo a mais-valia por ele apropriada, socialmente falando. Essa redução desmobiliza capital e trabalho, desemprega trabalhadores e fomenta a redução dos salários novamente. As determinações da mediação social da mercadoria estão sempre presentes.

Com o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela concorrência, aumenta a composição orgânica do capital, a qual expulsa relativamente força de trabalho do processo produtivo, ocorrendo o rebaixamento dos salários. A mais-valia relativa tem neste processo sua origem. Assim, o aumento ou não dos salários foge ao controle racional dos sujeitos sujeitos neste processo de acumulação.

Recorremos ao apoio no excerto de D’Incao (1979) já que para ela o “boia-fria”

---

¹⁵⁹ Baseamo-nos aqui na formulação crítica de Marx sobre o que aparece para a economia política clássica como “lei da oferta e da procura”, mas que tem na formação da taxa média de lucro sua relação com as determinações do valor. Assim, sob os conceitos de *valor de mercado* e *preço de mercado* (ver MARX, 1984c, L. III, tomo I, Seção II, cap. X: “Equalização da taxa geral de lucro pela concorrência: preços de mercado e valores de mercado supérfluo”), Marx relaciona o aparecimento ao nível do mercado da oferta e da procura com os desdobramentos críticos da lei do valor. Apenas para explicitação, destacamos o seguinte excerto que pensamos complementar a argumentação que tentamos acima:

“Quando procura e oferta coincidem, deixam de atuar, e justamente por isso a mercadoria é vendida por seu valor de mercado. Quando duas forças atuam igualmente em sentidos opostos, elas se anulam, não atuam exteriormente, e fenômenos que ocorrem nessas condições têm de ser explicados por outras causas e não pela intervenção dessas duas forças. Quando procura e oferta se anulam reciprocamente, deixam de explicar qualquer coisa, não atuam sobre o valor de mercado e nos deixam no escuro quanto ao motivo de o valor de mercado se expressar justamente nessa soma de dinheiro e em nenhuma outra. As leis internas reais da produção capitalista não podem evidentemente ser explicadas pela ação recíproca de procura e oferta [...], uma vez que essas leis só aparecem realizadas em sua forma pura quando procura e oferta deixam de atuar, isto é, coincidem. Procura e oferta de fato jamais coincidem, ou, se alguma vez coincidirem, é por mera casualidade; portanto, do ponto de vista científico, deve-se admitir esse evento como = 0, considerando-o como não ocorrido. [...] Pois as desigualdades são de natureza antagônica e, uma vez que se sucedem continuamente, elas se compensam reciprocamente devido a seus sentidos opostos, a sua contradição. Se, por conseguinte, oferta e procura não coincidem em nenhum caso dado, suas desigualdades se sucedem de tal modo – e o resultado do desvio num sentido é provocar outro desvio em sentido oposto – que, observando-se o todo durante um período de tempo maior ou menor, oferta e procura coincidem continuamente; mas apenas como média do movimento passado e apenas como movimento contínuo de sua contradição. Assim, os preços de mercado que se desviam dos valores de mercado, considerando sua média, se igualam aos valores de mercado, ao se anularem os desvios em relação aos últimos como *plus* e *minus*. E essa média não tem apenas importância teórica, mas também prática para o capital cujo investimento é calculado sobre as oscilações e compensações num período de tempo mais ou menos determinado. A relação entre procura e oferta explica, portanto por um lado, somente os desvios dos preços de mercado em relação aos valores de mercado, e, por outro, a tendência à anulação desses desvios, isto é, à anulação do efeito da relação entre procura e oferta” (ver MARX, 1984c, L. III, t. I, p. 146).

é resultado da formação de determinadas condições capitalistas para sua reprodução na agricultura brasileira e paulista. Com o processo de expulsão daqueles “trabalhadores” com anterior acesso parcial aos meios de produção das fazendas e com a intensificação da mecanização da produção agrícola pela industrialização do campo (ou seja, com o aumento da composição orgânica do capital), a necessidade de braços para o processo de produção de mercadorias agrícolas teria formado uma superpopulação relativa (MARX, 1984a), que garantiu a acumulação capitalista (aqui novamente conforme o argumento de D’Incao).

Não estamos diante de um argumento que enxerga um processo de “modernização incompleta”, mas sim do argumento por meio do próprio processo de modernização mobilizando trabalho assalariado que será ofertado ao capital, conforme sua disponibilidade no mercado de força de trabalho. Em razão da mecanização da produção agrícola este “exército industrial de reserva” (D’INCAO, 1979) conduziria à superexploração do trabalho em razão da concorrência entre trabalhadores frente aos poucos postos de trabalho disponíveis para lograrem se vender no mercado e poderem se mediar socialmente. Fica a pergunta: por que, mesmo com os míseros salários resultantes da superexploração do trabalho, a agroindústria canavieira, ao longo do Proálcool, não se reproduzia sem os créditos subsidiados do Estado brasileiro, conforme bancarrota apresentada ao final de tais “benefícios” (PITTA, 2011)?

Queremos nos apropriar aqui da concepção de autonomização entre capital e trabalho até aqui formulada pela autora (D’INCAO, 1979). Isso será importante para o caminho que a partir de agora esboçaremos. O conceito de superpopulação relativa (MARX, 1984a) permite que abandonemos uma apropriação da crítica do capitalismo que se baseie apenas e essencialmente na dominação direta de uma classe social sobre outra e possamos passar a centrar nossas preocupações na dominação impessoal social da mediação da mercadoria sobre as personificações mediadas nesta sociabilidade. A constituição das condições da acumulação passariam, desta forma, pela formação do trabalho, quando da constituição de um mercado nacional de força de trabalho.

Ademais, D’Incao (1979), apesar de se apropriar das determinações da forma mercadoria para formular a constituição do trabalhador assalariado “boia-fria” já inserido em um mercado nacional de força de trabalho, mantém sua crítica fundada na lógica identitária do fetichismo da mercadoria e do capital e, conseqüentemente, na ontologia do trabalho. Assim, a pesquisadora hipostasia a acumulação capitalista ao se centrar na continuidade da propriedade privada dos meios de produção, forma de

apropriação da mais-valia produzida no processo produtivo, como critério de sua crítica. Se há propriedade privada, para ela, há trabalho e consequentemente acumulação. Não se tematiza, assim, a crise de acumulação capitalista, mediada pela reprodução fictícia dos capitais, em expansão tanto intensiva quanto extensiva de produção de mercadorias, e relacionável com a crise da sociedade do trabalho, mesmo que haja necessidade de continuarmos trabalhando e, consequentemente, haja continuidade da exploração do trabalho mesmo que improdutivo. Estamos sugerindo aqui que esta necessidade é forma de dominação objetificada, a qual tem processo histórico crítico (que desejamos aqui observar) e consequentemente deve ser suplantada.

Apenas retomando formulação por nós anteriormente esboçada, sugeríamos que o aumento da composição orgânica do capital colocaria o próprio exército industrial de reserva em questão, já que uma parte da força de trabalho mobilizada parece ser cada vez menos necessária para produção de mercadorias, ao mesmo tempo em que ao não ser produtivamente utilizada não valorizaria o valor. Tentando fugir, assim, de uma formulação dualista para a formação do trabalho assalariado, com nosso olhar para o “boia-fria” da lavoura canavieira paulista, tentemos retomar o processo histórico a partir das formulações discutidas, mobilizando a mediação social pela mercadoria como cerne da crítica que estamos procurando apresentar.

4.2 – A crise da sociedade do trabalho na particularidade da modernização retardatária brasileira

Assim como tentamos fazer abordando a crise econômica iniciada em 2007 e sua inserção na crise histórica do capitalismo como forma social ao adentrarmos as formulações de Belluzzo (2009 e 2012) e Harvey (2011), necessitamos levar adiante conosco as interpretações logo acima apresentadas sobre a formação e as características do trabalhador volante ou “boia-fria”, no Brasil e em São Paulo, para podermos também tanto nos apoiar nas mesmas, quanto desdobrar a formulação crítica por nós apresentada até aqui. Apesar de neste segundo momento não termos podido esmiuçar em detalhes os caminhos percorridos pelos autores, partimos do pressuposto de que a apropriação que fizemos às críticas elaboradas por Belluzzo e Harvey, de certa maneira, couberam e puderam ser relacionadas pelo próprio leitor com os autores (apesar, agora, do recorte mais particular) sobre os quais viemos nos debruçando no presente capítulo 4 de nosso texto.

Importa retomarmos que nossa intenção ao longo de todo texto não tenha sido de tratar os interlocutores a partir de uma posição mais científica ou verdadeira de nossa parte em relação às críticas por tais interlocutores formuladas e por nós apresentadas. Não consideramos pertinente a entrada cientificista referente ao erro em relação ao objeto tratado, abordagem que seria completamente divergente com o próprio conteúdo da crítica que estamos assumindo como nossa tomada de posição.

Assim, se Belluzzo (2012) partia de uma posição teórica que o colocava como técnico conhecedor do objeto a fim de oferecer o “tratamento” mais correto para o mesmo por meio de instrumentos de manipulação racional da economia de um dado país, ou se Harvey também irrefletidamente se posicionava quase de fora do processo social a fim de visualizá-lo para propor a fórmula de sua superação, destacamos as características de lógica identitária que permeavam suas formulações políticas e o papel de teóricos que vislumbravam para si conforme seus posicionamentos.

Da mesma forma, os interlocutores que se engajaram no estudo da formação do trabalhador “boia-fria” assumem posições que vão desde a defesa de políticas modernizadoras do que aparecem como processos de reposição de um suposto “atraso” no campo brasileiro até aquelas que defendem a revolução socialista por meio da tomada dos meios de produção para a superação desta forma de ser da exploração do trabalho – miserável e necessária de ser suplantada, no que temos acordo.

Ao observarem centralmente as condições de trabalho no corte de cana, no Brasil, após seu processo de modernização do campo até as décadas de 1960 e 1970, as elaborações que viemos discutindo se deixam ater pelas características apresentadas pelo movimento de seus objetos de pesquisa, mas, por sua vez, relegam para um plano menos importante da abordagem, ou nem abordam, a temática do devir histórico contraditório da própria forma social da mercadoria como totalidade. De nossa parte, ressaltamos que a vinculação dos processos concretos (como a formação do “boia-fria”) a momentos do devir crítico da forma social pode nos mover no sentido de nos inserir criticamente na relação com a mediação social que nos determina. É tal determinação que conduz a uma forma de consciência social que concebe o mundo a partir da lógica identitária entre sujeitos e objetos do trabalho ou do conhecimento. Desta forma, mesmo a partir de uma crítica negativa incorremos no risco de nos reificarmos no lugar de sujeitos e, por isso, queremos nos criticar.

Assim, na relação com as acepções apresentadas se não as defrontamos como erros, o fazemos como formas de subjetividade postas pela mediação da mercadoria. É

esta que determina que as coisas apareçam como contendo propriedades em si e não como uma relação social. Por isso, nos debruçamos sobre as formulações em questão com a intenção de nos apoiarmos sobre suas “conclusões” para podermos, conseqüentemente, confrontá-las, inclusive, com o devir crítico da forma social em processo.

Queremos dizer que não é uma abordagem científica de um objeto do conhecimento que nos informa sobre o que é tal objeto, mas sim a própria mediação, a da forma mercadoria, forma social contraditória e crítica em devir. Assim, não nos interessa aqui parecer que estaríamos sugerindo a mudança de um objeto do conhecimento para outro: de uma particularidade concreta como sendo a de um certo objeto do conhecimento para a própria relação social como “o” objeto do conhecimento, mais correto. Retomando o que já dissemos, é em *totalidade concreta* (SCHOLZ, 2009), contradição entre como um objeto do conhecimento aparece para nós e o que o determina enquanto momento da mediação social como totalidade que alcançamos o lugar da crítica social que se tematiza como imanente a tal momento da forma social, dado também estar mediada pela mesma. A crítica da forma social contraditória em processo, como limite da subjetividade fetichista, nunca abarca tudo, mas visa a totalidade posta pela mediação que pretende criticar. Sua abordagem é sempre parcial, já que está determinada pelo momento histórico da forma social não acabada que a põe e assim, pode e deve, conseqüentemente, com o devir da própria totalidade concreta, também ser criticada¹⁶⁰. Se pode ou não mover a implosão almejada da forma social da mercadoria, ao visar contraditoriamente sua própria implosão, não o faz por uma relação causal entre meios e fins. Ao movermos uma crítica ao fetichismo – como momento particular negativo da própria subjetividade fetichista – não o fazemos instrumentalmente, mas apenas por não concebermos outra tomada de posição que não a crítica negativa como limite da autonomização do trabalho de teóricos, ao tratarmos da forma de subjetividade nesta forma social determinada.

O caráter histórico interno da forma social da mercadoria e da própria crítica que se volta para tal forma exige, assim, que tentemos apreendê-la em seu próprio movimento. Não por acaso, a formação e a crise da categoria trabalho nos importa e,

---

¹⁶⁰ “Esta é mais uma chamada de atenção para o caráter processual e, com ele, a historicidade das categorias reais capitalistas, o que não é tão fácil de reter na reprodução teórico-mental que tende para a abstração a-histórica, pois, mesmo o entendimento deste caráter não impede que a teoria se encontre vinculada ao lugar histórico em que se situam os seus produtores e, por isso, a unidade da determinação categorial e da análise histórica nunca pode ser total” (KURZ, 2014, pgs. 293 e 294).

apesar de não podermos explicitá-la por meio de comprovação empírica, o que de resto, nos parece um alívio, podemos por meio da relação entre particularidade concreta e movimento da totalidade, ou seja, como totalidade concreta, sugerir elementos que nos conduzem à formulação da historicidade do trabalho (substância do capital) e consequentemente da possibilidade de crítica negativa a tal categoria fundamental desta forma de sociabilidade. Pretendemos a crítica do trabalho, do trabalho de crítico radical e da forma do sujeito como limites do presente texto.

Ao partirmos da particularidade do trabalho do cortador de cana superexplorado desejávamos destacar a necessidade de vinculá-la a um ponto de vista de totalidade concreta que só pode ser alcançado se a articularmos com a forma social da mercadoria como a relação social em desenvolvimento posto por sua crise imanente. Desta maneira, o olhar para a formação do trabalho no Brasil poderá ser mediado com os momentos de constituição, reprodução e crise do capital a nível mundial, como generalização daquela forma mesma.

Assim, não pretendemos articular as características do trabalhador assalariado “boia-fria” conforme até aqui apresentamos com uma idealização do que seria um capitalismo mais “avançado”, mas, sim, pensar em como tais características nos informam sobre o momento da forma social, a qual desejamos criticar.

A caracterização de relações de produção que prevaleceram no Brasil em seus diferentes momentos históricos como “atraso” em relação a uma hipostasia de um suposto paradigma de assalariamento baseado na reprodução da mais-valia relativa, relativamente ao centro do capitalismo, moveu a compreensão de diversas interpretações sobre a formação brasileira.

As teses do Brasil como um “modo de produção escravista”, de 1500 a 1888, por exemplo – o qual apresentaria características que se assemelhavam a relações de produção supostamente provenientes de outros momentos históricos não-capitalistas – já podiam ser tematizadas criticamente sob a concepção de Caio Prado Jr. ao tratar do *sentido da colonização* (2000a), no Brasil. Para ele, o que determinava o sentido do escravismo era a produção de mercadorias para as metrópoles europeias. Marx (1984a) destacou que a “colônia revela o segredo da metrópole”, relacionando assalariamento e escravidão como estando mediados pela troca internacional de mercadorias, mesmo que baseada no exclusivo metropolitano, ou seja, na troca desigual entre colônias e suas metrópoles.

Ainda no que diz respeito ao sistema colonial, Fernando Novais (2005) entendeu

o escravismo como forma de ser da acumulação primitiva europeia, tendo no próprio tráfico do escravo como mercadoria o principal negócio daquele momento histórico, ou seja, immanentemente pertencente à relação entre países por meio do comércio de mercadorias com vistas à acumulação ampliada de capital, o sentido “profundo” do colonialismo. O resultado de tal acumulação primitiva teria desencadeado a formação do assalariamento na Europa, com a separação do trabalhador dos meios de produção nos processos de cercamentos ingleses (MARX, 1984a, L. I, tomo II, cap. XXIV) e a reprodução ampliada de capital baseada na exploração da mais-valia determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas como devir da mediação social da mercadoria que se generalizava.

Desta forma, uma acepção que não observasse a simultaneidade das aparentemente isoladas e distintas relações de produção nos diferentes países, mas também internamente aos países, e que se atentasse apenas para a exploração do trabalho presente nestas relações de produção, perderia o ponto de vista da totalidade concreta posta pela mediação social da mercadoria em processo. Como pensar, a partir da perspectiva que estamos sugerindo, as características apresentadas por relações de produção que pareciam divergir da idealizada liberdade do trabalhador surgido sob o capitalismo?

Marx, em seu capítulo XXV de *O Capital* (1984a, L.I, tomo II), nos sugere que nas colônias, onde havia terra em abundância e não havia sido formado um exército industrial de reserva que garantisse que o preço da mercadoria força de trabalho fosse menor que o valor por esta produzido no processo produtivo, o que garantiria a reprodução ampliada do capital, deveriam ser criadas as condições para a acumulação. Ao analisar as formulações de “colonização sistemática” de Wakefield para a América inglesa (MARX, 1984a), Marx destacou que não bastavam os investimentos na propriedade privada dos meios de produção para que uma empresa capitalista se reproduzisse:

De início, Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção ainda não faz de uma pessoa um capitalista se falta o complemento, o trabalhador assalariado, a outra pessoa, que é obrigada a vender a si mesma voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas (MARX, 1984a, L. I, tomo II, p. 384).

As condições de acumulação capitalistas no Brasil colonial – ao observarmos a formação histórica capitalista a partir da perspectiva da mediação da mercadoria como

sentido do processo – fizeram constituir, assim, condições particulares no que diz respeito a um fechamento da fronteira agrícola e de emprego da violência direta sobre o trabalhador como escravo, obrigando-o a esta relação de produção.

Onde a terra é muito barata e todos os homens são livres, onde cada um pode à vontade obter uma parcela de terra, o trabalho não somente é muito caro, no que diz respeito à participação do trabalhador em seu produto, mas a dificuldade está em conseguir trabalho combinado a qualquer preço (MARX, 1984a, L. I, tomo II, pgs. 386 e 387).

Tais condições de reprodução social no momento de formação nacional das categorias capitalistas, tais como Marx (1985) apresentou como capital, terra e trabalho, se transformaram conforme os desdobramentos críticos da forma social também em relação aos países em nível internacional. Desta forma, no Brasil, mesmo com o fim do “exclusivo metropolitano”, em 1808 (NOVAIS, 2005), e com a independência, em 1822, tais momentos não significaram de imediato a abolição da escravidão como relação de produção hegemônica, o que apenas aconteceria em 1888, mas tal abolição já tinha suas condições sendo estabelecidas ao longo da segunda metade do século XIX, com a Lei de Terras (1850), com a proibição do tráfico negreiro (1850) e com as experiências para a implantação do colonato como relação de produção, as quais já datavam de meados da década de 1840 (BOECHAT, 2009)¹⁶¹.

A passagem para relações de produção que não eram mais baseadas no escravismo, mas que também puderam ser entendidas como “atrasadas” em relação ao paradigma “moderno” do centro do capitalismo, ocorreu como tentativa do Estado brasileiro em se atualizar em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos. Boechat (2010) destaca, inclusive, as propostas de “colonização sistemática” baseadas nas ideias de Wakefield elaboradas pelo Estado brasileiro ainda em finais da década de 1880, reconhecendo em nível nacional a necessidade de um fechamento relativo da fronteira agrícola e de se importar mão-de-obra na tentativa de constituição de um exército industrial de reserva que rebaixasse os custos de reprodução da força de trabalho.

---

¹⁶¹ Não faz parte do escopo deste trabalho pesquisar o período anterior ao início do processo de industrialização da agricultura brasileira que periodizamos para meados de 1950. A retomada histórica que faremos aqui visa estabelecer as possibilidades desta industrialização, por meio de um olhar para as particularidades da forma mercadoria no Brasil ao longo deste processo histórico, ao tomarmos a forma mercadoria como momento necessário de nossa formulação para entendermos tais particularidades de um ponto de vista da totalidade concreta. Apoiar-nos-emos, assim, nas pesquisas já realizadas de Cassio Arruda Boechat (2009), que analisou o colonato, em São Paulo, para a produção de café; e de Ana Carolina Gonçalves Leite (2010), que pesquisou a posse e a agregação, no Vale do Jequitinhonha. Ambos nos ajudarão a fazermos a passagem para o “boia-fria” na formação e generalização do assalariamento no Brasil, quando da industrialização da agricultura. Vale destacar que foi a passagem de relações de produção particulares no Vale do Jequitinhonha para o assalariamento que moveram a migração de trabalhadores para o corte de cana em São Paulo, a partir dos anos 1950 a 1970, após o fim do colonato, nesta última região.

O esquema posto em prática, de 1888 até 1950/1960, assim como acontecia com o escravismo, parecia mimetizar relações de produção “atrasadas” (apesar de não o serem) em relação ao paradigma do assalariamento europeu. Boechat (2010), a partir de Stolcke (1986), discute o acesso parcial do colono aos meios de produção, já que recebia pelo trato nos cafezais e pela sua produção, mas também podia produzir para si, a fim de tentar acumular com a venda dos gêneros que produzisse, ora dentre os cafezais, ora em um setor separado para isso, dentro das fazendas.

Boechat (2010) discute o colonato como colonização sistemática, já que o Estado arcava com os custos de imigração e de alocação do trabalhador nas fazendas. Explicita também que a Lei de Terras, de 1850, teria estabelecido a inviabilidade do trabalhador em formação (o colono, por exemplo) ter acesso à terra, já que essa deveria ser comprada, mas garantia, na prática, a ocupação da terra por meio da expansão da fazenda cafeeira (inclusive com grilagem de terras), forma de ser da acumulação naquele momento histórico de formação das categorias capitalistas por meio do processo da autonomização destas.

Até 1930, inclusive, em razão da extinção da Guarda Nacional, era a personificação regional da violência nas mãos dos coronéis, os quais assumiam também a política local, assim como a propriedade da terra, que fazia com que as categorias capital, terra e monopólio da força física, que iriam se autonomizar na sequência, estivessem nas mãos de uma elite local.

O acesso parcial por parte do trabalhador dos meios de produção, por sua vez, fez com que tais relações de produção, a do colonato na região cafeeira do sudeste (BOECHAT, 2010) e a posse e a agregação, no Vale do Jequitinhonha (LEITE, 2011), fossem interpretados como apresentando características referentes a momentos históricos entendidos como “atrasados” ou “pré-capitalistas”, já que inclusive foram compreendidos como relações de produção “pré-capitalistas”, “não-capitalistas”, “não especificamente capitalistas”, ou como baseadas no “campesinato”.

Na própria discussão acerca da questão agrária no Brasil, Caio Prado Jr. (2000b) viria a entender tais relações de produção como formas escamoteadas de ser do assalariamento, negando a tese de que o Brasil apresentaria um modo de produção feudal no momento em questão. Já José de Souza Martins (1981) veria nestas relações de produção um “campesinato” formado contraditoriamente pelo próprio capitalismo, se contrapondo à formulação de Caio Prado Jr.

A sugestão que viemos elaborando, agora por meio de Boechat (2010) e Leite

(2011), de observarmos as particularidades assumidas pela forma social em processo crítico, permite que destaquemos que a forma mercadoria é a mediação social própria ao capitalismo, o qual determina tais relações de produção particulares e que se referem a momentos do processo de autonomização e generalização das categorias capitalistas na periferia do mesmo. Assim, tais relações de produção não deixam de ser parte do processo de modernização capitalista, ao mesmo tempo em que assumem características próprias às condições de reprodução da mediação social da mercadoria na periferia do capitalismo, na sua relação com os demais países.

O ponto de vista da totalidade concreta da mediação da forma mercadoria nos faz destacar que o parcial acesso aos meios de produção por parte do trabalhador em processo de autonomização em relação àqueles era a forma de ser da acumulação (sempre determinada pela crise imanente à forma social) por meio de sua mobilização do trabalho nestas relações de produção particulares, no caso a agregação e o colonato.

Leite (2011) explicita que tal acumulação interna regional, no Vale do Jequitinhonha, se baseava em um processo de expansão da fazenda pecuária, que fornecia carne como mercadoria para demais regiões brasileiras, e que tinha na posse e na agregação as relações de produção desta acumulação de capital. A produção de mercadorias e a acumulação de capital, na forma da terra, eram o sentido do devir histórico. Assim, a determinação da produção para troca de mercadorias pressionava o possessor a constantemente “abrir” novas fazendas para que no momento de expansão desta o fazendeiro pudesse incorporá-la como sua propriedade na produção de gado. Muitas vezes o possessor também era incorporado como agregado da fazenda. Este, por sua vez, devia produzir mercadorias que seriam divididas com o fazendeiro (na meação, na terça ou na quarta, por exemplo), além de estar o tempo todo disponível para trabalhar na fazenda, realizando diversos tipos de atividades. Na verdade, por estar o tempo todo disponível para o trabalho na fazenda é que o agregado podia ter acesso à terra para poder se reproduzir.

O mesmo acontecia com a produção de café na região do colonato. Sua acumulação ocorria por meio da expansão da fazenda. A necessidade de braços para todas as etapas da produção fazia com que fosse mobilizado a estar disponível para o trabalho o tempo todo na fazenda e para isso podia produzir em certos pedaços de terra para poder comercializar sua produção e sobreviver.

A apresentação, aqui, pretende mesmo ser sintética. Importa, porém destacarmos que a relação de produção que tentamos apresentar é de um trabalho que é

capitalista, é livre, mas não é totalmente assalariado (no caso do colono). O que está em questão é a constituição do trabalho assalariado por meio da acumulação da relação capital que a imigração do colono tentava fomentar.

Naquele momento histórico, por sua vez, não estando presentes a autonomização das categorias capital, terra e trabalho conforme constituídas no centro do capitalismo, a acumulação ocorria no sentido de “fechar” a fronteira agrícola, ocupando novas terras em desdobramento crítico da forma mercadoria. Foram diversas as situações em que tentativas de industrialização da agricultura não lograram se realizar já que os pressupostos para a mudança nas relações de produção particulares estariam ainda se formando (BOECHAT, 2010 e LEITE, 2011).

Em nossas visitas a campo, em diversas ocasiões, entrevistamos e conversamos com trabalhadores sobre suas condições de trabalho no corte de cana, em São Paulo. Mesmo estando no século XXI, em lavouras de fornecedores de cana para a Usina Guarani, em cidades como Severínia, Olímpia, Cajobi, Monte Verde e Bebedouro, pudemos encontrar narrativas do processo daquela transformação das relações de produção (em razão da modernização da agricultura) no Vale do Jequitinhonha, principal origem dos trabalhadores migrantes que vieram para São Paulo, a partir da década de 1960.

A entrevista com “Mineiro”, fiscal de uma turma de cortadores de um grupo de fornecedores da Usina Guarani, em Severínia / SP, nos contou sobre a passagem para o trabalho assalariado como migrante para São Paulo. “Mineiro” vive na periferia desta cidade e cortou cana para a Usina Guarani na década de 1980, quando começou a migrar para São Paulo, intermediado por um “gato”. Em entrevista de 22 de julho de 2009¹⁶², ele nos contou um pouco de sua trajetória.

Pesquisador: – Você podia começar nos contando onde você nasceu, na roça ou na cidade, onde seus pais moravam, com o que trabalhavam, como era sua vida, como você se tornou cortador de cana...?

“Mineiro”: – *Eu nasci na roça, no município de Turmalina, no Vale do Jequitinhonha. Meu pai tem um sítio. Até hoje ele tem um sítiozinho, lá. Eu me criei neste sítio. Plantava e colhia de tudo. Inclusive cana. Meu pai cultivava cana até hoje, pra engenho de rapadura, cachaça.*

Pesquisador: – Ele mesmo faz?

---

¹⁶² Parte dessa entrevista já apareceu em nossa dissertação de mestrado, Pitta (2011).

“Mineiro”: – *A rapadura ele mesmo fazia e ainda faz. Agora a cachaça, não. Ele vende a cana pra cachaça. Ele fornece a cana pros alambiques da região e depois divide a pinga. Ele tem uma porcentagem da pinga.*

Pesquisador: – Essa terra era de quem?

“Mineiro”: – *É do meu pai.*

Pesquisador: – Como ele conseguiu?

“Mineiro”: – *Uma parte de herança, do meu avô. E outra, há pouco tempo ele anexou, comprou.*

Pesquisador: – Vocês tinham papel?

“Mineiro”: – *Sim, meu pai tem. Eles falam INCRA, né.*

Pesquisador: – E seu avô trabalhava em quê?

“Mineiro”: – *Meu avô, meu pai, sempre na roça. Inclusive tem irmãos de meu pai que migraram pra São Paulo, que nunca mais voltaram. A gente nem tem mais notícia. Isso há sessenta anos atrás.*

Pesquisador: – O que você lembra de produzir, lá?

“Mineiro”: – *Cana, feijão, milho, arroz, mandioca...*

Pesquisador: – E o que você comprava?

“Mineiro”: – *Meu pai comprava sal, macarrão, querosene, carne.*

Pesquisador: – E criava o que de animal?

“Mineiro”: – *Galinha e porco. Mas a situação não dava pra criar outras coisas. Era muito trabalho.*

Pesquisador: – E de onde vinha o dinheiro?

“Mineiro”: – *A gente vendia na cidade. E meu pai era pedreiro e carpinteiro. Na entressafra ele construía casa na cidade, pro pessoal da região. Ele precisava trabalhar pra fechar as contas. E era diarista pros fazendeiros da região, carpindo, fazendo cerca. E eu trabalhava com meu pai de diarista. E ganhava metade do que meu pai ganhava, roçando, capinando.*

Pesquisador: – E com quantos anos você começou na roça?

“Mineiro”: – *Ah, com sete anos comecei. Não fui pra escola, né. Brincar mesmo eu não conheci, não tinha moleza, não.*

Pesquisador: – E vocês moravam onde, em Turmalina?

“Mineiro”: – *Uma parte no cerrado, mas outra parte era no chapadão, meu pai tinha terras no chapadão.*

Pesquisador: – Por que tinha, não tem mais?

“Mineiro”: – *Essa parte do chapadão hoje é eucalipto. Depois meu pai arrendou pro eucalipto uma parte do cerrado.*

Pesquisador: – E desde quando tem eucalipto, lá?

“Mineiro”: – *Desde o começo dos 1980 é que chegaram as empresas de reflorestamento. Foi meu primeiro registro em carteira.*

Pesquisador: – Você já tinha vindo pra São Paulo?

“Mineiro”: – *Não. Eu nasci em 1960, e foi em 1980. Eu tinha 20 anos. Chegaram duas empresas. A Suzano e a Acesita. Eu tenho vários primos e tios de parte de mãe que trabalharam nela.*

Pesquisador: – E o que vocês faziam?

“Mineiro”: – *Plantio e colheita. Hoje tem cada vez menos emprego, porque mecanizou muito. Trabalhamos muito nas carvoeiras. Tem parente que trabalha na carvoaria.*

Pesquisador: E como são as condições?

“Mineiro”: – *Eles não gostam muito, mas não migraram...*

Pesquisador: – Conta um pouco como foi a chegada do eucalipto, lá. De quem eram as terras?

“Mineiro”: – *Eram nas fazendas que ficavam nas chapadas. Apareceram as empresas e tiraram as pessoas. Pra algumas pessoas fizeram propostas, que não eram muito boas, mas pra quem não tinha dinheiro nenhum, acabou vendendo. Eles forçavam comprar também. Diziam que estava todo mundo vendendo e que depois as pessoas ficariam sem poder vender e não veriam dinheiro nenhum. Muita gente precisava do dinheiro.*

Pesquisador: – E teve gente que não recebeu nada pelas terras?

“Mineiro”: – *Sim, teve gente que entregou terra por quase nada. Isso porque o eucalipto secou as nascentes, né. Aí, não tinha mais como produzir nas terras mais baixas, mais do cerrado, entende. Aí vendiam por qualquer preço. Eu conheço área com minas de água que secaram por causa do eucalipto no chapadão.*

Pesquisador: – E qual a relação do eucalipto ter chegado e a migração?

“Mineiro”: – *Muita gente que vendeu essas terras, ou que não tinha mais água, foi migrando pra conseguir melhorar de vida. O dinheiro era muito curto. E a terra não*

dava pra todos os irmãos, principalmente depois que não tinha como aumentar o tamanho da terra. Aí o “gato” chegava lá prometendo arrumar emprego pro pessoal mais moço e muita gente vinha. Tinha gente que vinha e se dava bem, mas tinha gente que se dava mal. Mas mesmo esses mandavam algum dinheiro, ou voltavam com algum dinheiro pra própria família. E alguns tentavam comprar um pedacinho de terra, porque a terra do pai não dava pra todo mundo. Mas hoje o pessoal vem mais por outros motivos, mais por bens materiais, né. Uma moto, televisão, DVD, celular.

Pesquisador: – Você conheceu gente que estava passando necessidade e que teve que vir pra cá?

“Mineiro”: – *Sim, claro. Muita gente veio e nem quis voltar. Subiu na vida aqui, como eu, como fiscal de turma. E teve gente que veio e nem conseguiu voltar por falta de dinheiro.*

Pesquisador: – Como assim?

“Mineiro”: – *Tinha gente que não conseguiu ganhar dinheiro pra voltar. Era muita exploração na época. Eles roubavam na pensão, porque eram eles que forneciam comida. Eles roubavam no barzinho, era a pinga o que eles mais vendiam, né. E roubavam na hora do pagamento, que era o pior. Eles ficavam com o pagamento, descontavam tudo e o que sobrava era pouco.*

Pesquisador: – Sem contrato?

“Mineiro”: – *Tinha registro em carteira, mas não valia muito. Era registro de fachada. Como você recebia pela produção, o que estava na carteira não garantia nada. Era mais pra mostrar pra fiscalização.*

Pesquisador: – Por que o senhor veio pro corte?

“Mineiro”: – *Meu pai não tinha condições de dar uma vida melhor pra gente. A gente ganhava muito pouco e era pobre. Os “gatos” chegavam lá e faziam a cabeça das pessoas. Eu trabalhei seis meses no eucalipto e ela começou a dispensar gente, depois do primeiro plantio. Eu tive que sair. Aí apareceu um “gato” chamando pessoal pra fazer a safra de cana.*

Pesquisador: – Você veio com conhecidos?

“Mineiro”: – *Não, vim sozinho. Não conhecia ninguém. Apareceu um gato de Virgem da Lapa e eu vim. Ele prometeu emprego e muita gente que veio estava em condições desfavoráveis. Só tinha a carvoeira pra gente trabalhar.*

Pesquisador: – Carvoeira de madeira nativa?

“Mineiro”: – *Sim, a gente cortava lenha e trabalhava pro dono da carvoeira. Só que trabalhava trinta dias e depois voltava. Com quatorze anos eu fui com meu pai. Só que a gente não aguentava. Era no machado, né. O que meu pai tem hoje foi tirado das carvoeiras. A cerca do terreno com arame farpado foi com esse dinheiro. Um animal, burro, pra puxar cana foi com esse dinheiro. Ele comprou também um engenho pra*

fazer rapadura. Foi com esse dinheiro. Até 1979 eu fui pra carvoeira. Depois eu fui pro eucalipto, e depois vim pra São Paulo.

Pesquisador: – E depois da primeira vez que você veio, você ficou em São Paulo?

“Mineiro”: – *A gente vem com o “gato”, e chegou lá com um monte de promessa. Depois que você chega aqui é no alojamento. É péssimo.*

Pesquisador: – Na roça ou na cidade?

“Mineiro”: – *Na roça, no canavial. Esse alojamento era perto do trevo de Olímpia. O alojamento era um barracão feito de bloco, da Guarani. Só pintado e coberto de telha Brasilit. De dia era um calor insuportável e de noite era muito frio.*

Pesquisador: – Qual firma era isso?

“Mineiro”: – *Era pra própria Guarani. Mas era uma empreiteira de Barrinha. Chamava Nicoline a firma. Era terceirizada pela Guarani. Os “gatos” buscavam lá no Jequitinhonha pra gente trabalhar pra ela.*

Pesquisador: – Qual era a média de corte nessa época?

“Mineiro”: – *Não sei, não tinha média. Não passavam pra gente. Eles mediam pra receber da empresa, não pra gente. O gato descontava o que você devia pra ele e sobrava uma mixaria pra gente. Eu lembro que quando terminou a safra a gente não teve dinheiro pra ir embora. Tivemos que buscar outro lugar pra trabalhar. Fiquei no trecho, como dizem. Aí fui pra Usina Bonfim pra fazer o plantio. Foi terrível, nem consegui voltar pra casa. Já na primeira semana eu quis ir embora. A comida era horrível, o alojamento era horrível. Mas não tinha como sair. A gente devia. Eles tinham pago a passagem.*

Pesquisador: – E depois?

“Mineiro”: – *Na Bonfim eu consegui juntar um dinheiro e no final da safra eu consegui voltar pra Minas. Lá, na Bonfim, eu fiz o plantio e o corte no ano. Aí, como lá não tinha mudado muito as coisas, eu continuei vindo. Ganhava melhor aqui, né?*

Pesquisador: – E quando foi que acabou o vai-e-vem?

“Mineiro”: – *Voltei pra Minas em 1982. Em 1983 e 1984 eu não voltei pra Minas. Em 1985 eu voltei pra Minas. Em 1984 eu trabalhei com laranja, aqui em Severínia. Até 1986 eu fiquei na laranja. Depois eu voltei pra cana. De 1987 pra frente eu casei aqui e não voltei mais pra Minas. E em 1987 eu fui pra parte da indústria, na Guarani.*

A narrativa de “Mineiro” nos ajuda a retomar, por outra entrada, o processo de conformação de um mercado de trabalho nacional, a partir do processo de modernização da agricultura brasileira. Vínhamos destacando que, anteriormente à industrialização da agricultura brasileira (que datamos se iniciar a partir da década de 1950), a inversão de

investimentos na agricultura não resultava em desenvolvimento das forças produtivas, mas em expansão extensiva das fazendas, enquanto fechamento da fronteira agrícola e expulsão de agregados, posseiros e colonos das mesmas. “Mineiro” observa justamente que a chegada da produção de eucalipto nas áreas de chapada significou a expulsão de posseiros, a compra de suas terras e até mesmo a inviabilização de produção por tais posseiros em outras áreas em razão da falta de água. “Mineiro” explicita, também, que não havia mais terras que poderiam ser ocupadas e que as condições de reprodução nas terras nas quais sua família ainda manteve a posse eram insuficientes para sobreviver, sendo o corte de cana em São Paulo a alternativa que se delineou. O trabalho na própria produção de eucalipto, como assalariado, também não era em número e condições que permitissem empregar todos aqueles que estavam sendo separados da terra e que necessitavam vender sua força de trabalho como mercadoria para sobreviverem.

Leite (2011), ao discutir a chegada da produção de eucalipto no Vale do Jequitinhonha, explicita que os investimentos para modernização da região já aconteciam desde a década de 1940, sem lograr transformar as relações de produção da região. Mesmo com a construção de açudes, estradas, implantação de telefonia e eletrificação e com o investimento em projetos de infraestrutura, a acumulação capitalista reiterava as condições de reprodução por meio da expansão da fazenda pecuária. Teria sido apenas de meados da década de 1960, em diante, com a utilização de recursos subsidiados do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR – 1965), por meio do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e de programas ligados ao fomento da produção de carvão vegetal para abastecer a siderurgia mineira em expansão como política de substituição de importações¹⁶³, que a produção de eucalipto, em terras concedidas por meio de comodato às chamadas “reflorestadoras”, teria fomentado o fechamento da fronteira, impedindo a continuidade da dinâmica de reprodução precedente. Tais produções de eucalipto, conforme relata “Mineiro”, já se instalavam com parcial mecanização de sua produção, que só se aprofundaria ao longo das décadas seguintes. A subida do preço da terra teria inviabilizado, inclusive, a continuidade da agregação, sendo que tais agregados foram expulsos das fazendas e

---

¹⁶³ Leite (2011) destaca dentre tais programas, diretamente vinculados ao fomento para ampliação da siderurgia brasileira, o Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC) e o Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal (PSNCV) (do II Plano Nacional Desenvolvimento, de 1975); assim como a criação da CODEVALE, Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (1964), a fim de promover a modernização regional. Leite (2011) explicita também que, assim como analisamos para as empresas produtoras de açúcar e etanol, a reprodução das produtoras de eucalipto dependeu da continuidade dos créditos subsidiados por parte de políticas econômicas do Estado brasileiro.

tiveram que passar a se assalarar.

Boechat (2010), ao interpretar o mesmo processo para o campo, em São Paulo, por meio de Stolcke (1986), ressalta também investimentos do Estado na erradicação de cafezais pouco produtivos com programas do final dos anos 1950 e começo dos 1960, como o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Diversos dos cafezais pouco produtivos passaram a ser substituídos pela cana-de-açúcar, em um momento em que créditos subsidiados por meio do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA: 1933 – 1990), passaram a fomentá-la a fim de concorrer pelos mercados preferenciais de açúcar que o bloqueio econômico dos EUA a Cuba (1962) abriam, após a Revolução Cubana (1959), sendo Cuba o maior fornecedor de açúcar para os EUA até então.

No passado, sempre que os preços do café aumentavam, havia a possibilidade de abrir novas terras. Não se fazia nenhum esforço para melhorar a produtividade através de inovações técnicas, ou para manter ou recuperar a fertilidade do solo. Mas, nos anos 50, deixou de haver em São Paulo a possibilidade de cultivar terras virgens (STOLCKE, 1986, p. 189).

Com o fechamento da fronteira, também em São Paulo, e a subida do preço da terra com a conformação de um mercado de terras nacional (como destacamos no capítulo anterior), a realidade do colonato se transformou, fazendo com que fazendeiros passassem a cobrar pelas produções próprias que os colonos tinham dentro da fazenda ou até mesmo a expulsar os antigos colonos para ocupar as terras anteriormente utilizadas pelos mesmos.

A possibilidade de abertura do mercado de açúcar estadunidense, a partir de 1962¹⁶⁴, fomentou a substituição dos cafezais pela cana-de-açúcar, em São Paulo e no Centro-Sul, produção que já se generalizava com parcial mecanização, como veremos adiante.

A modernização retardatária da agricultura brasileira, a partir da formação das condições para tentativa de reprodução ampliada do capital por meio da exploração do trabalho assalariado, dependeu de um processo nacional de autonomização das

---

¹⁶⁴ “Essas perspectivas de uma demanda crescente de açúcar tanto pelo mercado livre mundial como pelo mercado preferencial dos Estados Unidos levaram o IAA a conferir a mais alta prioridade ao abastecimento dos mercados externos e a estabelecer em consequência, no ano de 1961, uma nova e poderosa Divisão de Exportação. Pelas mesmas razões, os controles governamentais até então prevalentes sobre a produção, os quais, por sinal, já haviam deixado de funcionar satisfatoriamente, foram não apenas relaxados, mas plenamente transformados em incentivos à produção. Créditos subsidiados de longo prazo começaram a ser concedidos à agroindústria canavieira, com o objetivo de ampliar a produção de açúcar e de cana. O propósito deste e de outros incentivos adotados na época era o de fazer voltar o Brasil à liderança mundial da produção e das exportações de açúcar. Estas últimas deixaram de ser encaradas como simples expediente para garantir a manutenção de altos níveis de produção, de preços e de lucros na agroindústria canavieira do país. Elas se tornaram *ipso facto* um objeto em si mesmo” (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991, pgs. 64 e 65).

categorias capital, terra e trabalho, como Marx formulou em sua “fórmula trinitária” (MARX, 1985, L. III, tomo II, cap. XLVIII): ao primeiro se auferem juros; ao segundo, renda; e ao terceiro, salário.

Mesmo com fomento estatal ao desenvolvimento das forças produtivas em momento anterior à década de 1960, a acumulação crítica se realizava como expansão da fronteira agrícola, por meio da ocupação de novas terras (e não pela compra da terra), o que apenas se transformou a partir da formação de certos pressupostos: se ocupou e se fechou relativamente a fronteira agrícola, o que fomentou a mudança nas relações de produção com hegemonização do assalariamento a partir dos anos 1960, no Brasil. O desenvolvimento das forças produtivas no campo seria a tentativa de acumulação por meio da incorporação de renda diferencial II pelos capitais aplicados a partir deste momento do processo produtivo capitalista brasileiro (conforme observamos no capítulo 3 por meio do ponto de vista da renda da terra). Não se necessitava mais de colonos e agregados disponíveis para todos os momentos da produção agrícola e se podia, assim, encontrar os trabalhadores necessários para trabalhar nas etapas não mecanizadas no mercado nacional de trabalho que se formava.

Alcançamos aqui um ponto importante da argumentação que desejamos desenvolver. As interpretações que apresentamos ao destacarmos o trabalho do “boia-fria” como resultado da modernização do campo brasileiro sugeriam outra forma (desejável para eles) de ser da modernização, como positiva. As interpretações mais “revolucionárias”, baseadas na crítica por meio da luta de classes, viam no trabalho o responsável pela produção da riqueza social no capitalismo, mas conseqüentemente, entendiam o proprietário dos meios de produção como aquele que se beneficiava do acesso às mercadorias, ou seja, se beneficiava dos processos de modernização. Uma teoria da dependência, que colocava a periferia em posição de suposta desigualdade em relação ao centro do capitalismo, que se beneficiaria das “riquezas” produzidas na periferia do capitalismo, que estava a ser “sugada” (conforme tais leituras), formulava que seria essa apropriação do produto do trabalho produzido na periferia, em razão das trocas desiguais entre os países, que manteria a existência de relações de produção “atrasadas” nestas mesmas periferias (de finais do escravismo, em 1888, até a hegemonização do assalariamento, em meados dos anos 1950/1960). Tal dependência, conforme esta teoria, impediria uma acumulação de capital interna à própria periferia para essa se modernizar.

A crítica pela “falta” ou pela “ausência” de outra modernização, supostamente

positiva, foi a hegemônica para a tematização da superexploração do trabalho assalariado, no Brasil, após 1950/1960, ao tratar das relações de produção não assalariadas que existiram até o momento; e também da relação do Brasil com os demais países como periferia do capitalismo mundial.

Viemos explicitando, porém, ao olharmos para a mediação social da mercadoria como o que caracteriza a sociabilidade capitalista, que em termos nacionais, não teria sido o “sugar” da riqueza do trabalhador que determinou um suposto “atraso” da periferia em relação ao centro do capitalismo, mas sim a forma de ser da mediação da mercadoria como totalidade concreta, no momento de constituição das categorias capitalistas na periferia, que determinava a existência de relações de produção não assalariadas e que apareciam a certas interpretações como “atraso”. Assim, ao mesmo tempo em que a mediação social capitalista determinava os diferentes momentos de constituição das categorias capitalistas, como *não-simultaneidade* (KURZ, 1999); tal mediação era a efetivação de uma *simultaneidade negativa* (KURZ, 1999) entre os países, relacionados por meio da própria forma da mercadoria.

Desejamos retomar aqui a noção de *modernização retardatária*¹⁶⁵ (KURZ, 1999), como o processo empreendido por meio dos Estados nacionais, com políticas de planejamento econômico, a fim de tentar alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo, modernização retardatária que consistiu na autonomização das categorias do capital (capital, terra e trabalho), em um primeiro momento, e que, posteriormente, a partir dos anos 1950, fomentou o desenvolvimento das forças produtivas a nível nacional em um momento da forma mercadoria em nível mundial completamente diferente daquele encontrado pela Inglaterra quando de seu processo de acumulação primitiva, do início do capitalismo (séculos XIII e XIV) até o século XVIII, na chamada Primeira Revolução Industrial.

Robert Kurz (1999) diferenciou o processo de modernização retardatária empreendido pelo Estado socialista da URSS, já a partir de 1917, com sua mobilização do trabalho para acumulação ampliada interna, daquele empreendido pelos Estados Nacionais do chamado “terceiro mundo”, no qual poderíamos incluir o Brasil. Neste último caso, o desenvolvimento das forças produtivas passa a poder se realizar quando a fronteira agrícola estava relativamente ocupada, quando o Estado havia centralizado o

---

¹⁶⁵ No capítulo 2 da presente tese já apresentamos e discutimos de passagem o conceito de modernização retardatária. Aqui o retomamos por meio de outra entrada, mais de um ponto de vista de autonomização das categorias capital, terra e trabalho em termos nacionais, com centralidade na categoria de trabalho.

monopólio da violência, e assim terra e capital estavam autonomizados, ao mesmo tempo em que uma superpopulação relativa, proveniente das relações de produção anteriores e não mais necessária permanentemente nas fazendas para produção de mercadorias vinha sendo mobilizada e devia se assalariar para se reproduzir.

Esse processo, longo, sem um marco definido, mas que pode ser caracterizado iniciado, em certo sentido, com centralidade no colonato (em 1888, ver BOECHAT, 2010); processo também que teve na chamada “Revolução de 1930” outro momento de inflexão no que diz respeito à centralização em termos nacionais do monopólio da violência; apresentou, nas décadas de 1950 e 1960, uma transformação importante. Foi a partir deste momento que, em consequência da superacumulação crítica de capitais provenientes do *boom fordista* nos países do centro do capitalismo (ALFREDO, 2013), vultosos créditos passaram a ser concedidos para realização da modernização da periferia do capitalismo. Teria sido, assim, a conjugação de uma série de pressupostos que determinaram a industrialização da agricultura brasileira a partir daquele momento.

A concepção de modernização retardatária nos permite enfatizar que a modernização da agricultura brasileira, com o desenvolvimento das forças produtivas no campo, ocorreu em relação com o nível de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo que logram continuar a reduzir cada vez mais o tempo médio de trabalho socialmente necessário ao mesmo tempo em que a periferia se modernizou, fazendo com que tal modernização não a tenha conduzido a “vencedora” na concorrência internacional, o que não significa que a mesma não se industrializou e nem que em diversos ramos não passou a ser mais produtiva que o centro.

A mediação da forma mercadoria, por sua vez, faz com que os países troquem seus produtos a partir da abstração real que os relaciona por meio deste tempo de trabalho médio, o que é uma troca de equivalentes (aqui tanto faz se ela é ou não desigual). Anselmo Alfredo (2013) argumenta, inclusive, que a modernização da agricultura do pós II guerra mundial (pós 1945) significou a necessidade de capitais ociosos tentarem, por meio da incorporação da renda da terra como sobrelucro ao seu lucro industrial, manter a reprodução ampliada. Neste momento, porém, a superacumulação, como queda tendencial da taxa de lucro, se expandia para a periferia, como crise de seus capitais (KURZ, 1995).

Ao observar-se apenas o centro como paradigma a ser alcançado, como forma positiva, como lócus daqueles que se beneficiaram da apropriação da riqueza produzida por trabalhadores em relações de produção “atrasadas”, não se tematiza a forma de ser

da dominação da mercadoria que submete os sujeitos (por esta formados como sujeitos) a seus desdobramentos contraditórios e, por isso, críticos, inclusive à necessidade de exportação de capitais (KURZ, 1999), que se desdobra na crise do *boom fordista*, na década de 1970, na ficcionalização da produção de mercadorias e no *desemprego estrutural* (KURZ, 1999).

Demandar uma superação do suposto “atraso” causado por uma suposta “dependência” que move a desigualdade das trocas significa tentar reproduzir processos de desenvolvimento das forças produtivas, em si críticos, para alcançar os níveis de desenvolvimento das produções com menor tempo médio de produção, o que reproduz a mediação da forma mercadoria – da qual participam em simultaneidade negativa – em suas contradições, como troca de equivalentes. É esta, como dominação social coisal e impessoal, que determina que para se reproduzirem, empresas e economias nacionais devem estar no tempo socialmente médio, fomentando um processo tautológico, que nos insere a todos, e que leva à apropriação por parte dos mais produtivos da mais-valia produzida pelos menos produtivos, enquanto há valorização do valor, por meio da própria troca de equivalentes.

O pressuposto da igualdade, que tentamos apresentar como fundado na mediação da mercadoria como abstração que se forma na produção e que se realiza na troca de equivalentes, repõe os processos tautológicos e críticos de dominação impessoal da mercadoria, que não são “falta”, “ausência” ou “atraso”, mas muito pelo contrário, são articulações simultâneas de suas particularidades no seu desdobrar como totalidade concreta.

A modernização retardatária brasileira ocorreu, por sua vez, em níveis de desenvolvimento das forças produtivas que incorporou parcialmente como trabalho assalariado aquelas massas de trabalhadores que passam a estar separadas dos meios de produção que parcialmente tinham acesso até então, em razão da alta composição orgânica dos capitais, a partir das décadas de 1950 e 1960 em diante (PITTA, 2011), conforme nos mostra o relato de “Mineiro”. De uma situação de acesso aos meios de produção, mas submetido à necessidade de se mediar pelas mercadorias, o trabalhador nos relata sobre a expansão da produção de eucalipto tecnificada, com baixa incorporação de força de trabalho, o que o mobilizou a estar determinado a vender sua força de trabalho nas produções de cana-de-açúcar paulistas, como assalariado, para sobreviver.

Como já destacamos, neste mesmo momento de inflexão, a crise do *boom*

fordista, em razão da queda tendencial da taxa de lucro dos capitais no centro do capitalismo (MANDEL, 1990), fez desvanecer o paradigma positivo do lócus de um funcionamento sem contradições do capitalismo, ou seja, de uma “modernização positiva” ou “desejável”, ou “democrática”.

Assim, aqui a tese que sugerimos, não seria uma “incompletude” da modernização brasileira – a qual teve seu impulso derradeiro a partir dos créditos internacionais contraídos no governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e seu auge no chamado “milagre econômico” (1969 – 1973) – que seria a responsável pela criação de relações de trabalho assalariado superexplorado, no Brasil (inclusive no campo), mas sim a própria realização da modernização retardatária empreendida por meio do planejamento estatal – dado o momento histórico mundial dos desdobramentos da forma social da mercadoria na qual se inseria – que, a fim de alcançar os níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo, autonomiza as categorias do capital, forma o trabalho assalariado no Brasil, generaliza um mercado nacional de terras e de força de trabalho, ao mesmo tempo em que não incorpora toda essa força de trabalho nos processos produtivos.

O olhar que se fixa na superexploração do trabalhador, mas não o fundamenta na forma mercadoria como totalidade concreta em processo, não pode explicitar o trabalho como formação própria desta forma social. Observa na apropriação do fruto do trabalho do trabalhador o cerne da crítica e por isso entende o capital em termos de propriedade privada dos meios de produção e sua superação como realização da identidade sujeito – objeto. Repõe, assim, a própria forma social da mercadoria que determinou, com a alta composição orgânica dos capitais em nível mundial e também nacional, aqui chegamos, o desemprego estrutural (tanto nos centros urbanos quanto no campo) que, para nós, explica a superexploração do trabalhador assalariado, no nosso caso estudado, do “boia-fria”. A possibilidade da realização do trabalho assalariado baseado na sua reprodução por meio da exploração de mais-valia relativa como cerne da reprodução ampliada do capital¹⁶⁶ estaria, a partir daquele momento e conseqüentemente, inviabilizada¹⁶⁷.

---

¹⁶⁶ Vale esclarecer que não estamos simplesmente dizendo que não há continuidade de processos de desenvolvimento das forças produtivas que movam uma redução do valor por unidade de mercadoria. Isso já ficou claro quando entrelaçamos continuidade do aumento da composição orgânica dos capitais e inflação dos ativos da empresa capitalista como reprodução ampliada fictícia.

¹⁶⁷ Anselmo Alfredo (2013), a partir da apreensão do movimento de constituição das categorias do capital no Brasil, entre 1940 e 1950, formula a passagem de relações de produção anteriores para o assalariamento como não formação do trabalho, entendido este como categoria real. Seu critério se baseia na necessidade de créditos subsidiados para as empresas capitalistas se reproduzirem, o que, para o pesquisador, significaria que, desde os anos 1950, quando comecem os investimentos estadunidenses como exportação de capitais, para o Brasil, o capital fictício demonstraria a inviabilidade da valorização do valor para tal momento. Vale lembrar que a não formação do trabalho não deixa de

Parece que se formou, para além do clássico “exército industrial de reserva” sugerido por D’Incao (1979), uma superpolulação relativa que não logra encontrar trabalho para se mediar socialmente ou que se media a não ser pelas formas de trabalho mais precárias, ou seja, as disponíveis na concorrência do mercado de trabalho. Até mesmo o roubo ou o tráfico de drogas (tidos juridicamente como ilegalidade) são muitas vezes, e cada vez mais, as únicas alternativas para a sobrevivência. Como, mesmo com tal forma de exploração do trabalho supramencionada, a agroindústria canavieira entra em crise econômica, após o fim dos créditos subsidiados, na terceira fase do Proálcool (1985 – 1990)?

Kurz, sobre a modernização retardatária do terceiro mundo, enfatizou o momento em que a mesma se realiza em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas como momento do devir crítico da forma mercadoria em processo:

O Terceiro Mundo, como tipo historicamente mais tardio da modernização, já percorreu este caminho. Aqui realizou-se a maior parte da acumulação primitiva¹⁶⁸ somente após a Segunda Guerra Mundial, isto é, num nível mais elevado do desenvolvimento do mercado mundial e da produtividade que no tipo soviético. Por isso, já não foi possível, desde o princípio, uma reclusão frente à lógica de produtividade e rentabilidade do mercado mundial, demasiadamente poderosa (KURZ, 1999, p. 180).

[...] depois de desarraigar as massas, deixou de integrá-las na moderna máquina de exploração em empresas (KURZ, 1999, p. 181).

A constituição da necessidade de se vender como força de trabalho assalariada, realidade para o “boia-fria” que passa a ser a principal forma de trabalho na agroindústria canavieira brasileira a partir da formação desta, nos anos 1960, se insere, desta forma, em um movimento de *dupla liberdade negativa* (GAUDEMAR, 1977). Estar *mobilizado para o trabalho* (GAUDEMAR, 1977), significa estar livre dos meios de produção como possibilidade de se reproduzir socialmente, assim como estar livre para procurar trabalho e vender sua força de trabalho onde encontrar comprador. A liberdade, abstração fundada na mediação social por meio do trabalho, surge como determinação da forma mercadoria de vendermos a força de trabalho livremente, sendo

---

ser trabalho na forma de sua negação, em termos dialéticos. Não nos preocuparemos em definir se, já para este momento, podemos dizer que se forma ou não trabalho, no Brasil. Importa, para o argumento que estamos sugerindo, propor a modernização retardatária brasileira como momento de transformação das anteriores relações de produção com acesso parcial do “trabalhador” aos meios de produção para outro momento em que o trabalhador necessita se vender como força de trabalho para se reproduzir. A esta relação capital estamos denominando assalariamento. Veremos como, a partir dos anos 1980, fica explicitada a necessidade do capital fictício para reprodução das unidades produtivas capitalistas, no Brasil, o que significa que podemos sugerir a impossibilidade de valorização do valor (enquanto o cerne da reprodução ampliada capitalista) como resultado do processo de modernização.

¹⁶⁸ Ao conceito de acumulação primitiva aqui por Kurz apresentado, destacamos que o autor se refere a este como modernização retardatária (KURZ, 1999), conforme viemos expondo, ou seja, uma acumulação primitiva que está em relação ao momento de desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais, e que estamos aqui ressaltando.

assim, forma de dominação.

Sendo a finalidade tautológica do capital a valorização do valor, como acúmulo dessa abstração, tanto faz produzir bombas de chocolate ou bombas atômicas, desde que o capital possa se reproduzir ampliamente e é isso que o define. É dessa finalidade tautológica e abstrata que provém a concepção abstrata de liberdade como hipostasia, assim como a possibilidade de subjetivarmos, como forma de consciência, que trabalho possa significar essa abstração em relação a qualquer atividade humana ou mediação com a natureza, fundamento real objetivo, fatasmagórico e historicamente determinado da possibilidade da concepção de uma ontologia do trabalho, os quais (fundamento e ontologia) desejamos criticar.

Chamar qualquer “mediação” ou “troca energética” com a natureza de trabalho significa dizer que dormir é trabalho, respirar é trabalho, sentir prazer é trabalho. O que pode até se tornar, desde que valorize o valor ou sirva para a especulação para reprodução fictícia do capital (trabalho improdutivo). A própria formulação de uma mediação com a natureza não nos ajuda em nada a tematizar a forma social da mercadoria que já faz naturalizarmos o que é socialmente constituído: o trabalho. Chamar de trabalho, por exemplo, o que escravos fizeram em outras formas sociais significa hipostasiar para o passado, inclusive, categorias do presente para se tematizar algo restrito a certas “atividades” como produzir certos alimentos, tidas socialmente como negativas, “atividades de escravos”; enquanto rezar ou escrever, por exemplo, não podiam ser consideradas “atividades” compulsórias a um escravo (eram inclusive interditas). O próprio conceito “atividades” se faz aqui com um uso aporético, já que pressupõe uma relação abstrata entre sujeito que produz um objeto qualquer que seja, ou seja, abstrato, que é a hipostasia da subjetividade moderna para outro momento histórico, ou seja, nos faltam inclusive os termos para fazer tal aproximação.

Questionamos aqui, destarte, a concepção que pressupõe, para outros momentos históricos para além da forma mercadoria, uma ideia de “trabalho concreto” que, para nós, aparece como uma categoria moderna própria à forma de se realizar determinado trabalho na produção concreta de determinado objeto, o qual deve ser trocado por outra mercadoria qualquer como forma de aparecimento do trabalho na corporeidade da mercadoria (KURZ, 2009). A abstração concretude, ou utilidade, não foge a uma determinação da forma mercadoria que hipostasia a relação abstrata sujeito – objeto, forma de dominação que cria o trabalho e a concepção, assim, de sujeito, uma reificação, como dominação da forma, própria do sistema produtor de mercadorias ou

sociedade do trabalho (KURZ, 1999).

Importa, assim, tensionarmos agora com a categoria historicamente determinada de trabalho, por meio da sugestão da possibilidade de interpretarmos sua crise social, já que viemos, até aqui, discutindo sua formação, no Brasil. A crítica à ontologia do trabalho ganha ênfase ao articularmos a forma de ser do trabalho assalariado no Brasil, quando da constituição de um mercado de trabalho nacional, a partir da década de 1950 e 1960 e o movimento da acumulação de capital (conforme viemos desdobrando no capítulo 2 do presente texto) a fim de tentarmos um ponto de vista de totalidade concreta. Assim, pensamos ser possível passarmos do momento de formação das categorias do capital, no Brasil, como determinado momento do devir contraditório e crítico da forma social para o momento de crise dessas categorias, com centralidade de nosso olhar agora na categoria trabalho, o que nos permitirá tematizar o ulterior desdobramento dessa forma mesma e historicizar suas categorias. Tentaremos fazê-lo por meio da articulação entre metamorfose da forma fictícia de reprodução capitalista, ocorrida na passagem do período dos 1970 – 1990 para o período dos anos 2000 em diante (que já apresentamos no capítulo 2 dessa tese); e a metamorfose do trabalho do “boia-fria” cortador de cana, para os mesmos períodos.

4.3 – A mecanização da lavoura canavieira paulista, a partir da década de 1960

A substituição de cafezais paulistas pela produção de cana-de-açúcar por meio da utilização de créditos subsidiados do GERCA e de financiamentos do IAA, colocou, a partir da década de 1960, a agroindústria canavieira (que se formava) como principal produção agrícola do estado de São Paulo, contexto que prevalece até os dias atuais, o que, aliás, apenas se aprofundou.

A vasta expansão então prevista para a agroindústria canavieira do Brasil foi incorporada num programa governamental de longo prazo, o *Plano de Expansão da Indústria Açucareira*, cuja execução teve início em meados da década de 1960. Uma boa parte dos recursos financeiros e das áreas necessárias para tanto acabou sendo proporcionada pelo programa de erradicação do café da mesma época, por meio do qual as autoridades governamentais daquele tempo pretendiam reestruturar e modernizar a cafeicultura, uma atividade tradicional mas então pouco lucrativa dentro da economia brasileira. Foi, aliás, esse mesmo programa de substituição e de reorganização de cultura que criou, pelo menos em parte, as condições necessárias para a expansão do cultivo da soja, um produto do qual o Brasil não tardaria a se transformar num dos principais exportadores mundiais (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 66).

Se, até então, a produção cafeeira era a principal produção de exportação brasileira, a qual tentava viabilizar uma balança comercial favorável com o chamado “confisco cambial” (STOLCKE, 1986) sobre os cafeicultores, foi o açúcar que em São Paulo passou a ter esse papel com as exportações para o mercado preferencial estadunidense (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991), a fim de viabilizar uma modernização retardatária nacional. Em Stolcke (1986) e Boechat (2010), as rendas auferidas para os produtores de café viriam do diferencial de renda de tipo I (MARX, 1985), já que na garantia de preços proporcionada pelas subvenções para exportação de café para os produtores menos produtivos os mais produtivos se apropriavam desta como sobrelucro.

Os autores que discutiram esse período de constituição e de expansão da agroindústria canavieira¹⁶⁹ ressaltaram que a modernização empreendida pelo Estado, por meio de subsídios, política de preços, e controle da produção de açúcar e etanol não incentivava que a livre concorrência entre as empresas fomentasse tal expansão por meio de renda diferencial II, com desenvolvimento das forças produtivas. Entenderam, no surgimento do cortador de cana, uma incompletude da modernização, conforme já apresentamos anteriormente.

Stolcke (1986), por sua vez, ao formular a substituição dos cafezais pela produção de cana-de-açúcar, por meio do GERCA, já ressaltou que as produções de café que se mantiveram, o fizeram por meio de um processo de modernização, como industrialização da agricultura, já que, ao não poderem mais se expandir extensivamente para novas terras a fim de auferirem sobrelucro por meio de renda diferencial I, tiveram de passar a tentar auferir sobrelucro por meio de renda diferencial II, diferença de produtividade em razão do desenvolvimento das forças produtivas aplicadas à agricultura.

Assim, mesmo que possamos dizer que a mecanização da colheita de cana-de-açúcar tenha passado a ser hegemônica no estado de São Paulo apenas a partir da primeira década do século XXI, só então substituindo o corte manual de cana-de-açúcar, diversos programas, com centralidade no Proálcool, fomentaram a expansão tanto intensiva quanto extensiva da lavoura canavieira, com a mecanização atingindo parte do plantio, a totalidade dos tratos culturais e parte da colheita.

Szmrecsányi e Moreira (1991) apresentam que até a década de 1960 o IAA

---

¹⁶⁹ Ver, por exemplo, Szmrecsányi e Moreira (1991); Szmrecsányi (1979); e Ramos (1999).

controlava e fomentava o (até então) denominado setor sucroalcooleiro, regulando os estoques, subsidiando o preço de exportação (o que fazia o prejuízo aparecer em sua contabilidade) e definindo cotas de produção. A exportação seria a “válvula de escape” da superprodução que ficava relativamente regulada (RAMOS, 2011). Quando da possibilidade de concorrer pelo mercado estadunidense, a partir dos anos 1960, previsões otimistas fomentaram o surgimento de programas subsidiados para expansão da produção de açúcar, que deveria aumentar sua produtividade para concorrer, com menores custos, pelo mercado potencial em questão. O sobrelucro auferido passava a ocorrer, como com a cafeicultura a partir de então, sobre a renda diferencial II (THOMAZ JR., 2002, p. 98), conforme argumentamos em nosso capítulo 3.

Por meio do IAA, a já agroindústria canavieira continuou a ser incentivada com subsídios para continuidade de sua modernização, nos anos 1960, pelo Plano de Expansão da Indústria Açucareira (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991). Até a crise de superprodução internacional de açúcar, de 1974 e 1975, a agroindústria canavieira se expandiu ainda por meio de programas do início da década de 1970:

O FEE [Fundo Especial de Exportação¹⁷⁰] se notabilizou pelo fato de ter potenciado, a partir da execução dos outros programas e planos, a modernização da agroindústria açucareira antes do Proálcool, com a inversão de elevadas somas de recursos. Pode-se dizer que articulados a um só tempo: a) estímulo a fusões, realocações e incorporações de empresas (Programa de Racionalização da Indústria Açucareira, de 1971), b) melhoramento da qualidade da matéria-prima e práticas agrícolas mais adequadas (Planalsucar: Programa Nacional de Melhoramento da cana-de-açúcar, de 1971) e, c) estímulo às exportações e financiamento propriamente dito à modernização tecnológica, fundamentalmente no setor fabril, produziram profundas alterações na territorialidade das empresas e na produção de cana e do açúcar, no final dos anos 60 até meados dos anos 70. Assim, enquanto se assistia a uma diminuição do número de empresas, a produção de açúcar crescia, juntamente à capacidade agroindustrial e performance técnica das empresas, materializando um processo de concentração e centralização jamais visto no setor até então (THOMAZ JR., 2002, p. 92, nota 75).

A concentração das unidades industriais e das terras agrícolas em grandes estabelecimentos era um objetivo prioritário explícita e ativamente perseguido por eles, junto com o aumento da capacidade produtiva da agroindústria canavieira como um todo. De acordo com eles, a elevação da produtividade do setor iria ser rapidamente alcançada através da obtenção de economias de escala (Szmrecsányi e Moreira, 1991, p. 68).

O aumento da composição orgânica dos capitais da agroindústria canavieira fica evidente, já para a própria década de 1960, quando falamos de centralização das

---

¹⁷⁰ O FEE foi criado em 1965 e acumulou reservas referentes aos superávits das exportações de açúcar brasileiro no período de alta dos preços desta mercadoria nos mercados internacionais. Tais recursos foram, a partir de 1973, revertidos para a modernização do setor sucroalcooleiro, fomentando o que aqui denominamos de agroindústria canavieira, em razão da industrialização desta cultura.

empresas. As mesmas só poderiam fazê-lo se pudessem auferir lucro extra e sobrelucro por meio de seus diferenciais de produtividade tanto agrícola quanto industrial.

O resultado do aumento da produção e da produtividade da lavoura canavieira movidos pela sua industrialização apareceu como crise de superprodução mundial em 1974 e 1975. Em 1974, o Brasil exportava 12 % do açúcar mundial, mas no final deste ano e início de 1975 as cotações internacionais do açúcar caíram vertiginosamente.

O declínio veio repentinamente e com grande intensidade no início de 1975. Os preços do produto alcançaram seu nível máximo nas bolsas internacionais de mercadorias em novembro de 1974: US\$ 1.388,56 por TM (ou US\$ 0,62 por libra-peso). Seis meses mais tarde, eles estavam reduzidos a US\$ 336,12 e, desde então, têm oscilado em torno de US\$ 300,00 por tonelada (ou US\$ 0,15 por libra-peso) (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 69).

Combinado com o choque do petróleo, de 1973, criou-se o Proálcool sob a intenção anunciada (conforme argumentos estatistas) de diminuir o déficit de balança comercial brasileira proporcionado por tais fatores econômicos¹⁷¹. O aumento da dívida externa brasileira, que já discutimos anteriormente, foi expressivo, e o Proálcool se inseriu no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), de Ernesto Geisel (1974 – 1979).

Conforme já destacado no capítulo 3, apenas revisito aqui para o leitor que na chamada primeira fase do Proálcool, de 1975 a 1979, os créditos subsidiados procuraram incidir sobre a construção de destilarias anexas às usinas já existentes, as quais fomentaram que o precedente excesso relativo de produção de açúcar fosse dirigido para a produção de álcool anidro a ser acrescentado à gasolina para abastecer principalmente os automóveis. Já na segunda fase do Programa, de 1980 a 1985, fomentou-se a criação de destilarias autônomas, responsáveis exclusivamente pela produção de álcool anidro e hidratado, sendo este último o combustível que iria abastecer os automóveis movidos somente a álcool e que passaram então a ser fabricados. Os subsídios cresceram exponencialmente neste período, até 1983, quando da crise das dívidas da América Latina, pela qual já passamos anteriormente. Na terceira fase do Programa, de 1985 a 1990, quando da extinção do IAA, diminuíram-se drasticamente os créditos à agroindústria canavieira, assim como foram mantidos baixos os preços repassados aos produtores em relação à inflação, como tentativa do Estado de administrá-la. Foi, principalmente neste período, que diversas unidades produtivas,

---

¹⁷¹ Para a análise dos estudos sobre a viabilidade econômica do Proálcool, como tentativa de substituição da matriz energética brasileira, ver nosso mestrado, Pitta (2011), no qual discutimos os trabalhos de Fernando Homem de Melo (1981; 1984) e de Borges, Freitag, Hurtienne e Nitsch (1988).

assim como fornecedores de cana-de-açúcar, foram à falência como consequência do esgotamento da capacidade de subsídio da economia brasileira baseada na rolagem de sua dívida externa.

O Proálcool, desta maneira, fomentou expressivo aumento da produção de cana-de-açúcar para a produção de álcool, tanto anidro quanto hidratado, dirigindo a capacidade produtiva relativamente excedente da agroindústria canavieira da produção de açúcar para esta outra mercadoria, o álcool, a abastecer o mercado interno. Por mais que diversos autores¹⁷² argumentem que a industrialização do então denominado setor sucroalcooleiro teria sido “incompleta”, isso de maneira nenhuma significa que a mesma não tenha ocorrido, inclusive no que diz respeito à parte agrícola, a da lavoura canavieira.

Rudá Ricci (1994), ao estudar as transformações na forma de produzir da lavoura canavieira com sua industrialização, desde sua modernização – iniciada, como vimos, entre as décadas de 1950 e 1960 – até o fim do Proálcool, no início dos anos 1990, destacou em relação ao impacto dessa industrialização na força de trabalho:

A introdução das inovações mecânicas na lavoura canavieira teve quatro tipos de repercussões imediatas e mutuamente relacionadas: o primeiro foi o de redução do tempo de realização de determinadas tarefas; o segundo foi o de redução da mão-de-obra empregada para a realização dessas tarefas executadas pelas máquinas; o terceiro foi o de reduzir a necessidade de mão-de-obra residente na propriedade; e o quarto, foi o de introduzir uma mudança qualitativa na demanda de trabalhadores, ao utilizá-los com maior grau de especialização (tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas) e trabalhadores sem especialização, redundando em mudanças na organização do trabalho.

As primeiras atividades a se tornarem mecanizadas na lavoura canavieira foram as de preparo do solo e plantio. Nestas, os efeitos da mecanização foram principalmente de reduzir o tempo de realização da atividade e de redução da utilização de trabalhadores (RICCI *et al.*, 1994, p. 105).

Apesar de já termos discordado da tese que formula a industrialização da agricultura como o fator responsável pela transformação das relações de produção na agricultura brasileira ao destacarmos que teria sido um processo de autonomização das categorias do capital que teria criado, inclusive, as condições para tal industrialização, o excerto acima nos interessa ao lograr destacar que iniciada a modernização da agricultura brasileira, a mecanização aprofundou a expulsão de trabalhadores do processo produtivo.

Se observarmos que a produção canavieira apresenta genericamente quatro fases, preparo de solo, plantio, tratos culturais e corte da cana, poderemos destacar que

---

¹⁷² Ver, por exemplo, Silva (1981a); Alves (1991); Ricci *et al.* (1994); e Ramos (1999).

em todas elas houve mecanização das atividades.

Em relação ao preparo do solo, a tratorização, iniciada na década de 1950 (STOLCKE, 1986) com o Plano de Metas (1956) de Juscelino Kubitschek, substituiu o uso do arado a tração animal. A tratorização permitiu também a mecanização dos tratos culturais, principalmente em relação à aplicação de adubação química e herbicidas. A quimificação dos tratos culturais substituiu a carpa, reduzindo o número de trabalhadores exigidos também para esta etapa da produção. Posteriormente, quando da mecanização da colheita de cana-de-açúcar, os tratores passaram a ser utilizados no carregamento da cana cortada pelas colhedadeiras a fim de transportá-la até os caminhões que levam a cana até as usinas.

O plantio de cana é hoje, em algumas unidades produtivas, parcialmente mecanizado. Existem casos de utilização de trabalho apenas manual no plantio, com o auxílio de caminhões. A mecanização exige que a cana seja cortada pela colhedeira para que os toletes sejam distribuídos pelas máquinas nos sulcos abertos no terreno e, segundo diversos relatos obtidos em nossos trabalhos de campo, isso pode piorar o rendimento da brotação dos toletes de cana se não for realizado adequadamente. Ricci *et al.* (1994) destacou a combinação de trabalho manual e mecanizado como a prática mais comum no plantio da cana, até os anos 1990, quando de seu estudo. Por sua vez, já destacamos que a preparação do solo para o plantio de cana é totalmente mecanizada.

Em relação aos tratos culturais, a mecanização da aplicação de herbicidas, inseticidas e adubação química está presente na agroindústria paulista desde meados da década de 1950 e só se aprofundou desde então. Apesar de ainda hoje ser possível encontrar turmas de aplicadores manuais de insumos químicos, a tratorização faz muito que é amplamente utilizada.

A última etapa a passar pelo processo de mecanização, como já mencionamos, foi a colheita de cana. Apesar de ter sido majoritariamente manual até a primeira década do século XXI, diversas das etapas da própria colheita também foram se mecanizando até alcançar o corte propriamente dito. Podemos recorrer novamente a Ricci *et al.* (1994):

A colheita de cana compreende três fases interdependentes: o corte; o carregamento e o transporte até a usina. A mecanização da colheita de cana se dá lentamente, atingindo primeiro o transporte, com o desenvolvimento de caminhões cada vez maiores e mais adaptados ao transporte de cana. Posteriormente, a mecanização atinge o carregamento. Até a década de 50, o trabalhador cortava e enfeixava a cana, amarrando os fardos com as folhas, quando era executado o corte de cana crua, sem queimar.

Esta cana cortada e enfeixada era transportada nas costas dos homens até os pequenos caminhões, ou carroças puxadas a animais. Nesta etapa, os talhões de cana eram de menor tamanho, cada trabalhador cortava em duas ou três ruas e em cada talhão operava um número reduzido de trabalhadores [...].

[...] A queima da cana antes do corte foi a primeira grande inovação introduzida na organização do trabalho e data do início da década de 60. Com a queima, a produtividade do trabalho do cortador cresce de 2 toneladas/dia para 5 toneladas/dia, e passa a ser necessário também o trabalho de carregadores, que eram homens mais fortes fisicamente, que transportavam, nas costas, a cana desamarrada e a atirava nos caminhões. Desse modo, ao se elevar a produtividade do corte passa a ser necessário que outros trabalhadores que não os carregadores executem o carregamento da cana. Com a separação da atividade do cortador e carregador é introduzido o pagamento por produção, para aumentar a intensidade do trabalho. Nesta etapa, os caminhões de transporte de cana também cresceram de tamanho para transportar uma quantidade maior de cana.

Na etapa seguinte, final da década de 60, os carregadores foram substituídos pelos guinchos mecânicos, que empilham e carregam a cana do chão para as carrocerias dos caminhões, que também cresceram em tamanho e passaram a levar, em alguns casos, um ou dois reboques: os famosos “Romeus e Julietas” ou “treminhões”.

[...] Com a introdução do corte mecânico de cana, ocorre a substituição do trabalhador pela máquina, isto é, uma máquina executa o trabalho de muitos homens. A introdução do corte mecanizado, assim como de qualquer inovação tecnológica, é antecedida pelo cálculo comparativo entre custo de operação da máquina e o salário pago por unidade colhida (RICCI *et al.*, 1994, pgs. 106 – 108).

Como já ressaltamos previamente, a formação do assalariamento no Brasil ocorreu em concomitância (após fechamento relativo da fronteira agrícola) à industrialização da agricultura como modernização retardatária brasileira. Concorrer nos mercados internacionais demandou o aumento da composição orgânica dos capitais (MARX, 1984a, L.I, t. II, cap. XXIII), a partir do aumento do capital constante em relação ao capital variável aplicado ao processo de produção. O desenvolvimento tecnológico, aplicado à agroindústria canavieira, foi fomentado pela possibilidade de inversão de créditos subsidiados ao setor, políticas de preços, redução de impostos e políticas para exportações, assim como pelos investimentos necessários para a criação do carro à álcool.

Tabela 7 – Produção, área colhida, produtividade da lavoura canavieira paulista; não-residente e total de trabalhadores da agropecuária em São Paulo: 1970/71; 1980/81; 1990/91¹⁷³

São Paulo	1970/71	1980/81	1990/91
Produção de cana (ton)	3.630.000	7.313.000	14.389.000
Área de cana colhida (ha)	617.000	1.055.000	1.864.000
Produtividade de cana (ton/ha)	58,3	69,3	77,2
Não-residentes trabalho agrícola paulista	402.655	536.645	600.000
Total de trabalhadores agrícolas paulista	1.441.387	1.345.826	1.271.795

Fonte: Compilado pelo autor a partir de Yoshii *et al.* (1993, p. 164-165) e Gonçalves (1996, p. 26).

A expansão tanto extensiva quanto intensiva da lavoura canavieira, em São Paulo, estava acompanhada do trabalho do “boia-fria”, majoritariamente utilizado no corte de cana. Tal momento da produção de cana-de-açúcar só passa a ser expressivamente mecanizado no século XXI. Isso não significa que o processo de modernização não tenha movido, como vimos, a substituição do trabalho vivo, produtor de mais-valia, por trabalho morto, no processo produtivo em questão, já dos anos 1960 em diante.

Apesar da dificuldade¹⁷⁴ em se calcular o número de trabalhadores empregados na lavoura canavieira entre as décadas de 1960 e de 1990, algumas estimativas podem ser feitas para tentarmos apresentar a redução tanto relativa quanto absoluta dos mesmos.

Em um primeiro momento de apreciação das informações da Tabela 7, podemos destacar a redução absoluta do número de trabalhadores da agricultura paulista, de 1.441.387 para 1.271.795, números referentes às safras 1970/1971 e 1990/1991. Se recorremos a Ricci *et al.* (1994, pgs. 5 e 6) constatamos que a redução foi ainda mais expressiva, principalmente a partir dos subsídios do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), já que em meados da década de 1960 calculava-se que a agricultura empregava aproximadamente 1.700.000 trabalhadores. Ou seja, ao final da década de 1980, quando do fim do Proálcool, a força de trabalho explorada na agricultura havia reduzido em aproximadamente um terço (1/3) e tal processo de redução não findou então, como

¹⁷³ Para outra forma de nos apropriarmos de tais dados, assim como para uma interpretação mais detalhada, ver Pitta (2011).

¹⁷⁴ Ramos, 2005, ressalta que como o trabalho na agropecuária estava baseado na exploração do “boia-fria”, na maioria das vezes contratado pelos “gatos” terceirizados, não havia registro preciso do número de trabalhadores que foram utilizados nesta cultura ao longo da segunda metade do século XX. Isto vale tanto no que diz respeito ao Brasil, quanto para o estado de São Paulo. Assim, teremos que inferir, aqui, algumas informações, apesar de considerarmos que estas são suficientes para os propósitos do argumento que tentamos apresentar por meio de indícios.

veremos.

Ao mesmo tempo, podemos observar também o aumento do número de trabalhadores não-residentes para a agricultura de 402.655 para 600.000, entre as safras de 1970/1971 para a de 1990/1991. Consequentemente, constatamos que tal aumento não compensa a dispensa de trabalhadores que a modernização retardatária da agricultura brasileira empreendeu, e, assim, devemos dialogar com os autores que se restringiram a observar o aumento no número de “volantes” como prova do aumento da acumulação capitalista das usinas de açúcar e álcool. Vale lembrar que estes volantes, em sua maioria, estavam sendo utilizados nas lavouras canavieiras, entre as décadas a que viemos nos referindo acima.

Ricci *et al.* (1994, p. 6) destaca que entre 1975 e 1986 o número de trabalhadores “volantes” cresceu de 334.162 para 439.974. Sendo assim, podemos inferir que o número de volantes trabalhando na agricultura paulista englobava quase a totalidade dos chamados trabalhadores não-residentes. Gonçalves (1996, p. 26) apresenta que para a safra 1993/1994, inclusive o número de não-residentes começara a declinar, corroborando a formulação de decréscimo absoluto do trabalho “volante” na agroindústria canvieira, sentido do processo que se aprofundaria nos anos subsequentes.

Devemos ressaltar aqui que a expansão intensiva e extensiva da produção de cana-de-açúcar substituiu diversas outras atividades agrícolas em São Paulo e passou a ser a maior empregadora de força de trabalho do estado, para o período que estamos tematizando. A lavoura canvieira foi a cultura que mais cresceu no que diz respeito à agropecuária paulista de 1970 a 1990, com números no período de 737.937 ha (12% da área agropecuária do estado), na safra 1970/1971, para 2.118.425 ha (29,30% da área agropecuária do estado), na safra 1990/1991 (GONÇALVES, 2009, p. 5)¹⁷⁵. Isso permite-nos dizer, sem muita chance de equívoco, que houve a diminuição absoluta do número de trabalhadores na agricultura paulista apesar do aumento do número de volantes concomitante ao aumento da área plantada com cana no estado de São Paulo ao longo do Proálcool. Gonçalves (2009) ainda apresenta que na safra 1970/1971 a pecuária ocupava aproximadamente 65% da área com produção agropecuária em São Paulo, sendo que já entre 1990/1991 havia passado a ocupar 60% da mesma.

---

¹⁷⁵ A diferença entre estes números de Gonçalves (2009) e de Yoshii *et al.* (1993), conforme Tabela 7, dizem respeito à diferença entre área plantada e área colhida com cana apresentadas respectivamente pelos dois estudos. Ambos têm por fonte as pesquisas do IEA (Instituto de Economia Agrícola, vinculado à Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo).

Considerando que a utilização de mão-de-obra na criação pecuária é relativamente muito mais baixa do que na produção agrícola, mesmo após a industrialização, concluímos poder partir da hipótese acima formulada de redução absoluta do número de trabalhadores com concomitante aumento do número de volantes (sem compensar tal redução), para a lavoura canavieira paulista¹⁷⁶, para o período em questão. Podemos ressaltar ainda que a industrialização da agricultura, com o desenvolvimento das forças produtivas aplicadas à mesma, elevou a produtividade do trabalho na lavoura canavieira paulista, o que fez com que a produção média de toneladas por hectare, para as safras em questão, saltasse de 58,3 para 69,3 e depois para 77,2 (ton/ha), conforme a Tabela 7.

Mesmo que muitos autores, conforme já destacamos, observem no aumento do número de trabalhadores volantes a possibilidade de valorização do valor deste momento da agroindústria canavieira, o que podemos sugerir com os dados apontados a partir do que estamos tentando formular é que há um aumento da composição orgânica dos capitais na lavoura canavieira paulista, já que há cada vez menos trabalho dispendido por tonelada de cana, conseqüentemente ao aumento da produtividade do trabalho (ver Tabela 8 adiante).

Como já tentamos criticar, Graziano e Kageyama (1983) são autores que enxergam no “boia-fria” a incompletude da modernização da agricultura, e por isso, dirigem seu olhar apenas para a superexploração do trabalho existente na agricultura paulista e não para os desdobramentos da forma social em processo, como forma de ser de uma relação social específica e crítica, o que os leva a se posicionar a favor da continuidade dos processos de modernização:

Portanto, poderia haver uma “compensação” entre a redução das necessidades de mão-de-obra por unidade de área, devido à mecanização das atividades do preparo do solo e dos tratos culturais, e a expansão da área trabalhada no estado de São Paulo. Isto ocorreria à medida que esta última implica um aumento das exigências de trabalhadores nas épocas de colheita, atividade que não sofreu grande impacto em termos de mecanização na década de 1960 (SILVA e KAGEYAMA, 1983, p. 249).

Ao incorporarmos um ponto de vista da forma de ser da reprodução ampliada do capital para o momento em questão, como veremos logo, podemos sugerir que, mesmo com aparente expansão absoluta dos trabalhadores “volantes” contratados, relativamente ao capital investido se incorporaria menos força de trabalho no processo

---

¹⁷⁶ “Na primeira metade da década de 1980 o uso de trabalhadores temporários no corte de cana cresceu significativamente, em função do Proálcool” (RAMOS, 2008, p. 2-3).

produtivo, movendo um processo que, conforme já destacamos, Marx denominou queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 1984c). O mesmo pode ser argumentado em relação a uma queda tendencial da taxa de renda da terra (MARX, 1985, L. III, T. II, Seção VI, Cap. XLII) para aqueles capitais aplicados na agricultura.

Tal diminuição relativa entre capital investido, como capital constante, em relação ao aumento do capital variável utilizado no processo produtivo, só pode ser assim considerada se observamos apenas o crescimento do número de trabalhadores volantes para agricultura paulista, ainda descartando que nem todos estes volantes foram usados nas lavouras canavieiras, mas o foram também nas produções de café que restavam, assim como na cultura da laranja.

Ao nos voltarmos, entretanto, para a diminuição absoluta do número de trabalhadores empregados no processo produtivo, em razão da substituição de trabalho vivo por máquinas em diversas das etapas da produção de cana-de-açúcar, como a preparação do solo, o plantio, os tratos culturais e o corte de cana, podemos destacar uma característica particular para o momento em questão, principalmente para as décadas de 1970 e 1980. Pelos números que destacamos acima, há redução absoluta no número de trabalhadores empregados na agricultura paulista em geral, mas também na própria lavoura canavieira.

Estariamos diante de uma realidade diferente inclusive daquela vislumbrada por Marx ao abordar a queda tendencial da taxa de lucro, em *O Capital* (1984c, L. III, t. I, Seção III), quando formulava apenas a diminuição relativa do capital variável em relação ao constante aplicado ao processo produtivo. Ou seja, a quantidade absoluta de trabalhadores no processo produtivo continuava a aumentar, mas não na mesma velocidade do desenvolvimento das forças produtivas.

O que estamos aqui destacando é que uma diminuição relativa (de capital variável em relação ao capital constante de uma produção de mercadorias) não pode mais ser compensada com a expansão absoluta de uma determinada produção¹⁷⁷, no caso a lavoura canavieira, já que o nível de desenvolvimento das forças produtivas é tal, na tentativa de alcançar o nível de desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais do capitalismo, que há expulsão do trabalho do processo produtivo (como

---

¹⁷⁷ Já argumentamos que Robert Kurz (1995 e 2014) formula essa possibilidade de compensação ao tematizar o período de *boom fordista* entre a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e a crise de estagflação do centro do capitalismo, de meados da década de 1970 (sobre este último momento ver Mandel, 1990). Para Kurz, após a revolução microeletrônica, da década de 1970, a possibilidade de compensação da queda tendencial da taxa de lucro, em termos de valorização do valor para o capital mundial, não é mais possível devido à redução absoluta do trabalho (e da mais-valia) utilizado nos processos de produção de mercadorias produtivos de valor.

valorização do valor), expulsão expressa aqui na particularidade da agroindústria canavieira paulista, mas que diz respeito à realidade do trabalho tanto em nível nacional quanto mundial.

Vale apenas lembrar que inserimos tal processo de expulsão do trabalho vivo do processo produtivo na lavoura canavieira em um processo mais geral, que apareceu, tanto para o centro do capitalismo – a partir da revolução microeletrônica, da década de 1970 – como para a modernização retardatária brasileira – a qual incorporava a industrialização do capitalismo destes países centrais – como *desemprego estrutural* (KURZ, 1999) e aprofundamento da precarização das relações de assalariamento¹⁷⁸ existentes.

Queremos sinteticamente retomar, aqui, após este percurso acerca da modernização retardatária da agroindústria canavieira paulista, nossa sugestão de que tal processo teria sido o responsável pela constituição de uma superpopulação relativa em termos absolutos (que se aprofunda conforme a mecanização da lavoura canavieira continua, como veremos para o século XXI), o que autonomiza os trabalhadores em um mercado nacional de trabalho com superoferta destes como mercadoria (dados os níveis de mecanização dos processos produtivos), os quais passam a concorrer inexoravelmente entre si pelos postos e condições (cada vez piores) de trabalho existentes.

---

¹⁷⁸ Abordamos e problematizamos como tal fenômeno aparecia em Harvey (2011) como luta de classes no capítulo 1 desta tese.

Tabela 8 – Evolução do salário do trabalhador volante, do pagamento, do rendimento físico e monetário do corte de cana e do salário mínimo, 1969-2013, São Paulo (todos os valores monetários expressos em R\$ de julho de 1994)

Anos	Sal. Diário médio do trabalhador volante (1)	Pagto. Colheita de cana. Em R\$/t (2)	Rend. médio corte. Em t/homem/dia (3)	Remun. diária (2) x (3)	Salário mínimo diário em São Paulo (4) (5)
1969	3,86 (apenas março)	2,73	2,99	8,16	4,94
1970	4,36	2,02	3,05	6,16	4,92
1972	5,11 (apenas março)	2,50	3,00	7,50	4,98
1973	5,90	2,51	3,30	8,28	5,02
1977	7,59	2,57	3,77	9,69	5,33
1980	6,60	2,29	3,97	9,09	6,03
1982	6,23	2,17	4,50	9,77	5,68
1985	5,72	1,92	5,00	9,60	5,51
1988	3,70	1,25	5,00	6,25	3,86
1990	3,95	0,96	6,10	5,86	2,30
1992	3,12	0,84	6,30	5,29	3,11
1994	5,67 (só novembro)	0,83	7,00	5,81	2,22 (= em US\$)
1996	6,36	1,05	7,00	7,35	2,52
1998	6,27	1,06	7,00	7,42	2,63
2000	5,40	0,88	8,00	7,04	2,47
2002	5,13	0,88	8,00	7,04	2,67
2004	4,54 (v. c.: R\$ 15,42)	0,86 (v.c.:R\$ 2,93)	8,00	6,88	2,48 (v.c.:R\$ 8,44)
2005	4,83 (v. c.: R\$ 17,47)	0,86 (v.c.:R\$ 3,11)	8,11	6,97	2,64 (v.c.:R\$ 9,56)
2006	5,34 (v. c.: R\$ 19,51)	0,85 (v.c.:R\$ 3,11)	8,48	7,21	3,08 (v.c.:R\$ 11,25)
2007	5,83 (v. c.: R\$ 22,24)	0,85 (v. c.:R\$ 3,27)	8,74	7,42	3,62 (v.c.:R\$ 13,83)
2008	5,90 (v. c.: R\$ 25,84)	0,79 (v. c.:R\$ 3,45)	8,61	6,80	3,43 (v.c.:R\$ 15,00)
2009	6,69 (v. c.: R\$ 29,00)	0,84 (v. c.:R\$ 3,65)	8,79	7,38	3,88 (v.c.:R\$ 16,83)
2010	7,12 (v. c.: R\$ 32,73)	0,85 (v. c.:R\$ 3,93)	8,67	7,37	4,06 (v.c.:R\$ 18,66)
2011	7,55 (v. c.: R\$ 37,57)	0,89 (v. c.:R\$ 4,46)	8,93	7,95	4,02 (v.c.:R\$ 20,00)
2012	8,03 (v. c.: R\$ 42,91)	0,89 (v. c.:R\$ 4,80)	8,71	7,75	4,31 (v.c.:R\$ 23,00)
2013	8,77 (v. c.: R\$ 49,09)	0,94 (v. c.:R\$ 5,27)	8,86	8,32	4,50 (v.c.:R\$ 25,16)

(1) Média dos dois dados (o de abril e o de novembro), com as exceções indicadas;

(2) Tal como o salário mínimo e demais valores monetários, corrigidos com base no IGP-DI da Conjuntura Econômica/FGV;

(4) Para os anos de 1980, 1982 e 1985, trata-se da média dos dois salários mínimos (maio e novembro). Depois daqueles anos, os valores correspondem às médias anuais, quaisquer que tenham sido as periodicidades dos reajustes (em 1994, igualando os de janeiro e fevereiro aos de março/agosto);

(5) Com a lei estadual nº 12.640/2007, de 11/07/2007, o Estado de São Paulo dividiu o salário mínimo em três grupos de trabalhadores, usamos os valores do grupo 1, onde estão inseridos os trabalhadores agropecuários.

Obs.: A atualização dos dados para os anos de 2007 em diante foi realizada por Fábio T. Pitta em relação à tabela de Pedro Ramos (2007, p.16), a qual apresenta os dados até 2006. A atualização da última coluna à direita “Salário mínimo diário em São Paulo” foi feita por Leonardo Ferreira Reis, para os anos posteriores a 2007.

Índice para deflação referentes a julho de cada ano, retirados do sítio de internet do Bacen (Banco Central do Brasil)¹⁷⁹.

Fonte: IEA, Informações Estatísticas e Anuários Estatísticos, vários anos. (v. c. = valor corrente), apud Ramos (2007, p. 16).

Podemos considerar que, desde a hegemonização do “boia-fria” no assalariamento do corte de cana-de-açúcar, a partir da década de 1960, a produtividade de seu trabalho (aqui medido em toneladas/dia) só fez aumentar, assim como caiu o

¹⁷⁹ Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Sítio consultado em 28 de março de 2014.

pagamento por tonelada de cana-de-açúcar cortada, demonstrando a pressão dos desdobramentos contraditórios da forma mercadoria em processo sobre o trabalhador, o qual para se reproduzir deve se vender como força de trabalho para acessar dinheiro e consumir mercadorias.

Se observarmos apenas as informações apresentadas na Tabela 8 é possível uma interpretação que destaque apenas a ocorrência de processos de exploração do trabalho por meio da mais-valia absoluta. O ponto de vista que pressupõe a defesa do trabalho e não sua superação como categoria historicamente determinada sob o capitalismo parte da hipostasia da disputa de classes pelos produtos do trabalho social, o próprio *fetichismo da mercadoria* criticado por Marx (1983, L.I, T. I, cap. 1). Assim, tal ponto de vista observa também que o processo de industrialização da agricultura brasileira, ao não ter mecanizado o corte de cana se perpetuaria em uma relação de “atraso” no que diz respeito aos níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo, “atraso” que deveria ser superado para superar a superexploração do trabalho.

Tal formulação pode ser encontrada, por exemplo, também em Pedro Ramos (1999, p. 165). Em razão dos níveis de produtividade da agroindústria canavieira se manterem abaixo daqueles apresentados por países concorrentes, o pesquisador infere que seja por um suposto “atraso” ou “ineficiência” da lavoura canavieira paulista que não teria se passado da mais-valia absoluta para a relativa, como forma de ser da acumulação na agroindústria em questão, assim como na agropecuária brasileira em geral. Ora, neste sentido, nos deparamos com uma formulação que exige algum tipo de política pública modernizadora, justamente um corolário da modernização retardatária, que de nosso ponto de vista, como modernização, é sempre conservadora dos pressupostos fundamentais contraditórios de reprodução da forma social da mercadoria como relação social capitalista.

Todo esse processo concentracionista foi, contudo, justificado como algo indispensável para conferir ao Brasil um poder de competição diante de seus concorrentes no mercado internacional. Por meio dela confunde-se o verdadeiro sentido do processo: deve-se levar em conta que, pelo que vimos ao longo deste capítulo, os baixos rendimentos do complexo canavieiro no Brasil constituem uma decorrência do processo concentracionista que levou à sua atual estruturação interna (RAMOS, 1999, p. 163).

O reconhecimento do acima afirmado permite entender por que, em meados da década de 1970, nossa produção ainda tinha rendimentos abaixo dos que eram obtidos por produtores concorrentes. [...] Mesmo em São Paulo, o rendimento agroindustrial somente era maior que o de Cuba e o da Argentina (RAMOS, 1999, p. 164).

Tal aparente “atraso”, diz respeito à relação com níveis de produtividade de concorrentes internacionais, o que de forma nenhuma nega a interpretação que estamos sugerindo de que foi justamente o processo de modernização por meio da industrialização da agricultura brasileira que inviabilizou a criação de postos de trabalho produtivo capazes de incorporar a força de trabalho mobilizada para o mercado após a substituição do colonato ou da agregação pelo assalariamento, substituição historicamente findada na passagem da década de 1950 para a de 1960. Ou seja, uma reiteração contemporânea da industrialização da agricultura aprofundaria as condições estruturais para a existência da superexploração do trabalho do cortador de cana, fomentando inclusive o aprofundamento de tal superexploração, justamente o que podemos observar ao destacarmos o aumento da produtividade do trabalho e a redução do preço pago por toneladas de cana cortadas, quando da hegemonização da mecanização do corte de cana, no Centro-Sul do país, a partir do século XXI (BACCARIN, GEBARA e SILVA, 2013). Aliás, tal continuidade do desenvolvimento das forças produtivas e de aumento da composição orgânica de processos produtivos não é uma escolha, mas resultado do dever determinado pelo impulso crítico da concorrência e faz parte da contradição mais simples da forma social da mercadoria. Aqueles países, empresas ou trabalhadores que não a acompanham não se reproduzem ao não lograrem realizar suas mercadorias ou se realizar como mercadoria e vão à bancarrota ou caem em miséria, respectivamente. Pedir por modernização, um processo socialmente impessoal como determinidade da mediação social da mercadoria é o reiterar da própria forma social.

Novamente, nossas indagações devem se dirigir para o processo histórico das categorias do capital (a de trabalho, no caso que estamos abordando aqui) como totalidade concreta e por isso importa nos perguntarmos sobre como incorporar em nossa formulação o endividamento e inadimplência de fornecedores, usinas e destilarias anexas ao longo do Proálcool (TCU, 1990; THOMAZ Jr., 2002; PITTA, 2011), assim como seu entrelaçamento com a dívida externa brasileira para o período de tal programa no contexto que viemos explicitando. No Proálcool, créditos subsidiados com juros reais negativos (TCU, 1990), política de preços e garantia de demanda, além de redução de impostos e políticas de preços para exportação, reproduziram as unidades produtivas da agroindústria canavieira, com aprofundamento do processo de industrialização de tal agroindústria após a crise de superprodução de 1974/1975. Vimos que tais políticas já haviam incidido sobre tal agroindústria do início dos anos 1960 até tal crise como

constituição da industrialização do setor sucroalcooleiro.

Conforme relatório do Tribunal de Contas da União, de 1990, ao longo do Proálcool a agroindústria canavieira brasileira teria recebido em torno de 7 bilhões de dólares em empréstimos, sendo que mais da metade destes foram em recursos públicos a juros reais negativos¹⁸⁰ (THOMAZ Jr., 2002, p. 102). Ao final do Proálcool (1990), 160 unidades produtivas de 394 (BACCARIN, 2005), no Brasil, eram inadimplentes em 2,5 bilhões de dólares e, sem contar as anistias, apenas 42% de todos os empréstimos estatais (já subsidiados, destacamos novamente) haviam sido reavidos pelo Estado (BNDES via Banco do Brasil e IAA) (THOMAZ Jr., 2002, p. 103).

São Paulo detinha aproximadamente 420 milhões de dólares, 17,3 % da dívida total, tendo sido o estado que mais recursos recebeu. 10 % das unidades produtivas foram à bancarrota (fora as incorporações), 15 de 146 unidades (THOMAZ JR., 2002, p. 79), mesmo com as anistias, rolagem das dívidas das unidades inadimplentes e novas políticas de preços garantidas pelo governo Collor (1990 – 1992) e Itamar Franco (1992 – 1994), já após o fim do IAA (1990)!

Importa dizer ainda que os créditos privados recebidos pelas unidades produtivas tinham a União como avalista e em diversas situações de inadimplência foram cobertos pela mesma (THOMAZ Jr., 2002), o que motivou, inclusive Davidoff (1984) a denominar tal prática por “estatização das dívidas” (1984).

Apesar de tais mediações financeiras e das características do principal trabalhador empregado, o “boia-fria”, a agroindústria canavieira não logrou se reproduzir com o fim dos créditos subsidiados, principalmente após 1984/1985, sendo que diversas unidades foram à bancarrota ou foram incorporadas por outras ao final dos anos 1980 (THOMAZ Jr., 2002, p. 101 – 106). Sugerimos, assim, que, mesmo com superexploração do trabalho e aumento de sua produtividade por meio de sua mecanização, as unidades produtivas não logravam valorizar o valor, enquanto reprodução ampliada, sem a ficcionalização de sua produção por meio da rolagem crítica de suas dívidas. A alta composição orgânica dos capitais em questão teria movido o desdobramento da queda tendencial, tanto da taxa de lucro, quanto da taxa de renda da terra (MARX, 1985), exigindo que consideremos o papel da exploração do trabalho, *substância negativa do capital* (KURZ, 2004), na forma de ser da reprodução crítica do capital contemporaneamente falando. A inexorável ampliação da exploração do

---

¹⁸⁰ Para maiores detalhes, como as mudanças nas taxas de juros cobradas, por exemplo, ver Thomaz Jr. (2002); Pitta (2011); e TCU (1990).

trabalhador, resultado, não do atraso, mas da própria modernização, foi incapaz de reproduzir as empresas na agroindústria canavieira, dada a incapacidade de exploração de força de trabalho das mesmas, também resultado não do atraso, mas da própria modernização.

[...] o fator decisivo neste processo não é o salário baixo, mas sim a incapacidade destas produções altamente automatizadas de absorver massas suficientes de mão-de-obra (KURZ, 1999, p. 165).

Desta forma, o mesmo poderia ser dito, conforme o fizemos no capítulo 2 do presente texto¹⁸¹, em relação ao Brasil, no que diz respeito à crise das dívidas da América Latina, de 1983, à hiperinflação dos anos 1980 (DAVIDOFF, 1984) e à moratória brasileira, de 1986. A modernização retardatária brasileira, em seu momento de industrialização da agricultura conforme a hegemonização do assalariamento no campo, e por isso no Brasil como um todo, a partir das décadas de 1950 e 1960, se inseriu no bojo de um processo de desdobramento da crise imanente à forma mercadoria como forma da relação social que, no que diz respeito à acumulação capitalista nos países centrais, principalmente nos EUA e na Europa, foi caracterizado pelo acúmulo de capitais ociosos em busca de valorização que passaram a financiar tal modernização retardatária.

Os créditos aos países da periferia do capitalismo, a juros baixos, como tentativa de saída da crise de estagflação de início da década de 1970 dos países centrais, não fomentou tampouco a valorização do valor em nível suficiente na periferia do capitalismo a ponto desta lograr pagar tal endividamento. Até o início da década de 1980, principalmente após os baixos juros para crédito à periferia ao longo do milagre econômico e ao longo da segunda metade da década de 1970 (justamente o momento do IIPND e do Proálcool), a forma de ser fictícia da reprodução do capitalismo passou pela hipoteca de acumulação de capital como promessa futura de exploração de trabalho produtivo, a qual mobilizou produções de mercadorias, como o álcool combustível, para ficarmos com a particularidade estudada aqui por nós. A continuidade dos empréstimos, que pagaram dívidas anteriores com novas promessas de lucratividade, ao se esgotar no início dos anos 1980, levou à bancarrota as economias nacionais periféricas endividadas e as empresas que haviam passado pelo planejamento estatal desenvolvimentista. No

---

¹⁸¹ A retomada do argumento apresentado ao final do capítulo 2 se faz aqui necessária, já que agora o fazemos sob o ponto de vista da crise da própria categoria trabalho. No capítulo 2, a ideia era observar a reprodução do próprio capital, o que nos permite entrelaçá-la, no presente momento do texto, com a crise de sua própria substância, o trabalho.

centro do capitalismo, como já tentamos explicitar, novas formas de ser da reprodução fictícia e crítica do capitalismo intensificaram a circulação do dinheiro e a criação fictícia de capital, aprofundando o desenvolvimento das forças produtivas e a continuidade inexorável do aumento da composição orgânica dos capitais. A chamada “securitização” das dívidas e a constituição dos mercados “secundários” de negociação das duplicatas e títulos de propriedade também abrangeram a renegociação das dívidas externas dos países da periferia (Plano Brady), ensejando o aprofundamento e metamorfose qualitativa na forma fictícia e crítica de reprodução do capital em nível mundial e nacional.

Os capitais nacionais, em razão da alta composição orgânica incorporada pela modernização retardatária então ensejada, não eram capazes de se reproduzir por meio da exploração do trabalho. Ao discutirmos o movimento histórico das categorias capital, terra e trabalho como totalidade concreta, pudemos destacar que, nacionalmente falando, diversas relações de produção que existiram até meados da década de 1950 foram substituídas pelo assalariamento, com a autonomização entre tais categorias, sendo que, porém, logo em seguida – processo que podemos considerar ter aparecido fenomenicamente com as crises das dívidas dos anos 1980 – não se logrou incorporar a força de trabalho disponível no mercado como trabalhadores produtivos em termos de acumulação capitalista.

Sugerimos, assim, que a reprodução crítica fictícia da mediação social da mercadoria, já para o último quarto do século XX, significa a crise fundamental desta forma social em seu desdobramento como totalidade concreta, já que o fundamento da própria acumulação de capital – valorização do valor por meio da apropriação de trabalho explorado em processos de produção de mercadorias – está em crise. A *crise da sociedade do trabalho* (KURZ, 1999) como processo histórico dos desdobramentos contraditórios da forma social (aparente na crise de suas categorias), permite-nos tematizar, ao observarmos a categoria trabalho, que a mesma é parte de uma formação social específica, o que nos permite sugerir que a critiquemos por um caminho diverso daquele usado por formulações que entendem o trabalho ontologicamente.

No que diz respeito aos trabalhadores nesta forma e naquele momento histórico constituídos, *sujeitos monetários sem dinheiro* (KURZ, 1999), já que livres (como dominação impessoal) para procurar sem encontrar trabalho, diversas são as formas particulares concretas de destacarmos os resultados do colapso do processo de modernização da periferia: desemprego, bolsões de miséria e favelização das cidades,

criminalização da pobreza, encarceramento em massa, genocídio dos pobres e negros nas periferias das cidades e metrópoles, as quais se formaram no bojo deste mesmo processo.

A reprodução crítica e fictícia da mediação social da mercadoria, em relação à necessidade de nos mediarmos pelo trabalho, forma da dominação social abstrata, também transformou qualitativamente as formas de ser do assalariamento. No Brasil, no século XXI, ao longo do processo de mecanização do corte de cana, ocorreram diversos casos de birola – câimbras generalizadas pelo corpo muitas vezes seguidas de morte de cortadores (PITTA, 2011) – em razão do desgaste físico destes para lograr alcançar os níveis de produtividade do trabalho e permanecer empregados frente à diminuição absoluta dos postos de trabalho no corte de cana.

A crise do trabalho também se impõe diante de nós como autocrítica. Como nos posicionar diante da necessidade de trabalharmos, assim como diante da necessidade de criticar o trabalho, sob domínio da sociedade do trabalho em seu momento de crise fundamental?

4.4 – A mecanização do corte de cana, em São Paulo, neste início de século XXI

Ao longo deste Capítulo 4 apresentamos uma formulação sobre a formação e crise do trabalho, no Brasil, crise que, conforme nossa sugestão de interpretação, permite que apreendamos o trabalhador volante ou “boia-fria” como particularidade concreta da agroindústria canavieira paulista e brasileira. Esta última também se constituiu, concomitantemente, no bojo do processo de industrialização da agricultura como modernização retardatária brasileira.

Tal crise do trabalho como processo de *dessubstancialização* (KURZ, 2004) do capital, sendo o trabalho o fundamento deste, só pode ser abordada ao observarmos o capital como relação social, ou seja, em sua totalidade. Nossa sugestão seria que o advento do capital fictício teria passado a determinar a reprodução crítica do capitalismo, sem conseguir este explorar trabalho produtivo nos montantes necessários para se reproduzir, sendo o cerne desta a valorização do valor. Sendo assim, tal advento se relaciona com a crise imanente aos desdobramentos da contradição da forma social da mercadoria até chegar na crise da substância do valor (a partir dos anos 1970), o trabalho. Destacamos também que o mesmo não significa que as pessoas tenham deixado de ter que trabalhar e tampouco que apenas os setores da economia diretamente

voltados ao comércio do dinheiro como mercadoria exista com exclusividade. Nunca se produziu tantas mercadorias (ou objetualidades) como na crise histórica das categorias fundamentais do capital.

As interpretações clássicas sobre a realidade do trabalhador “boia-fria” da agroindústria canavieira foram por nós aqui estudadas e criticadas. Não por pensarmos propor uma formulação mais correta sobre a particularidade social pesquisada, mas para podermos contrapor uma tomada de posição em crítica teórica que pensamos ser possível apresentarmos ao adotarmos o ponto de vista da historicidade das categorias do capital a partir da totalidade concreta da forma social em movimento. Apenas assim, a partir da formulação de sua historicidade, é que podemos destacar o que concebemos como necessário de ser suplantado. No nosso caso, estamos embasados na particularidade da agroindústria canavieira, nas suas relações de produção (o trabalhador “boia-fria”) e na sua forma fictícia de reprodução capitalista, a qual pode demonstrar ter a própria forma social alcançado seus limites históricos.

Dizer do limite interno do capital não significa dizer que o mesmo deva ruir por si, mas muito menos que o capital como relação social continuará a se reproduzir, ficticiamente, no caso, *ad infinitum*. Também não significa que o capital deva sempre se desdobrar em mecanismos distintos de acumulação que se reporiam indefinidamente até o dia da revolução messiânica. Queremos dizer que a crítica à mercadoria como relação social, pressuposto da sociedade do trabalho, nos coloca em relação à crítica do sujeito como fetichismo, o que faz com que a crítica social não se reifique em si mesma e não deixe de ser crítica às práticas reprodutórias (inclusive a da própria crítica teórica reificada) ou às formulações teóricas que hipostasiam momentos fundamentais da forma social da mercadoria como se pudessem ser reproduzidos (como o trabalho) para a suplantação do capitalismo.

As subjetivações dos pesquisadores do trabalho volante na agroindústria canavieira brasileira e paulista, as quais visitamos, conclamavam por outro tipo de modernização, crítico ao que concebiam como modernização “trágica”, “conservadora”, “incompleta” e por isso acabavam por hipostasiar os processos modernizadores, o que os fazia incorrer na naturalização da forma social da mercadoria e em uma ontologia do trabalho, em diversos sentidos. Ao não observarem, destarte, o movimento histórico da própria forma social, não tematizada, ou ao nosso ver, observada apenas como luta de classes, repunham teoricamente as próprias condições sociais que haviam determinado o surgimento do trabalho assalariado superexplorado na agroindústria em questão, mas

não apenas aí, já que a superexploração do trabalho passava a ser encontrada em todos os setores da economia, no Brasil, mas também nos antigos centros do capitalismo.

Ao dirigirem com forte ênfase suas críticas para a superexploração do trabalho acabaram fazendo, nas que julgamos serem as formulações mais importantes e que nos ajudam a avançar no debate, uma defesa a partir do ponto de vista do trabalho e não uma crítica do trabalho como categoria socialmente constituída com a forma da mercadoria e submetida ao seu devir como desdobramentos do movimento contraditório e crítico dessa forma mesma. Ao não observarem tais desdobramentos, tais pesquisadores negligenciaram e negligenciam o que concebemos como necessidade de desdobramento tanto dos conteúdos quanto da forma da própria crítica que necessita se criticar e se problematizar conforme a própria forma social se desdobra sobre si mesma.

O entrelaçamento entre as relações de produção da agroindústria canavieira como forma de ser particular da forma social com as formas de reprodução capitalista dessa agroindústria nos trouxe elementos concretos para formularmos a crítica à modernização retardatária brasileira e para explicitarmos que foi tal modernização, determinada pelo momento inicial da determinação da reprodução capitalista por meio do capital fictício, que moveu o aumento da composição orgânica dos capitais nacionalmente, incluída aí a agroindústria canavieira, e que criou o trabalhador “boia-fria”, no caso aqui estudado, como resultado da crise do trabalho.

Naquele momento, os críticos do trabalho volante do ponto de vista do trabalho (THOMAZ JR. 2002 e D’INCAO, 1979) e, na grande maioria das críticas, de sua superexploração, não relacionavam a modernização da agricultura brasileira com a forma da reprodução ampliada capitalista ocorrer em termos de processo global de reprodução do capital (MARX, 1984c e 1985, L. III), o que os poderia ter levado a considerar a determinação do capital fictício na reprodução da forma social, por isso em processo. Destarte, vislumbraram nos processos de modernização a possibilidade do advento da mais-valia relativa, positivamente a nosso ver anacrônica, dados os níveis da composição orgânica dos capitais irreversíveis e determinados pela concorrência como impulso do movimento da própria forma social da mercadoria.

Se, naquele momento, tal defesa teórica, com consequências práticas, já fazia reproduzir as contradições da própria relação social da mercadoria, sendo seus desdobramentos históricos causa da superexploração, não podendo essa ser descolada da modernização retardatária, o que dizer da perpetuação dos mesmos pontos de vista de defesa do trabalho em relação ao que se tornou concretamente a hegemonização da

mecanização do corte de cana, no início deste século XXI, estritamente entrelaçado à metamorfose na própria forma de ser da reprodução fictícia e crítica do capital?

Veremos que as críticas às relações de produção apresentadas pelos pesquisadores da agroindústria canavieira, na atualidade, reproduzem, já no atual momento histórico da forma social, os mesmos pontos de vista apresentados entre as décadas de 1970 a 1990. Tais pontos de vista vão desde a defesa da continuidade dos processos de industrialização (ALVES, 2006; ALVES e REIS, 2013; RAMOS, 2007 e 2008); passam pela crítica da superexploração, mesmo nos processos produtivos de colheita de cana já mecanizados (SILVA, BUENO e MELO, 2014); até chegarem à crítica da mais-valia absoluta e da relativa por meio da crítica à exploração de classes (THOMAZ JR., 2002). Apesar de incorporarem ao seu argumento as transformações concretas, apresentadas pelas relações de produção, como a mecanização do corte de cana e o surgimento de novas formas de ser do trabalho concreto manual na produção de cana, não logram ensejar um movimento teórico de apreensão da relação destas transformações concretas com aquelas da própria forma social em seu momento de crise da própria reprodução fictícia do capital (com exceção de Thomaz Jr., 2009).

Ao manterem os pontos de vista de suas críticas não criticam o que consideramos os fundamentos sociais reproduzidos e reprodutíveis, inclusive pela teoria que não os tematiza, causa do aprofundamento dos próprios processos de superexploração do trabalho do “boia-fria”. Ademais, pedir pelo alcançar da mais-valia relativa em tal momento histórico do capitalismo é se postar a favor da continuidade de processos críticos de ficcionalização da reprodução do capital o que implica na defesa indireta (e muitas vezes irrefletida) para que continuemos determinados pelo capitalismo de cassino como forma desdobrada e inexorável da relação social capitalista. Por sua vez, não podemos dizer que Thomaz Jr., já em sua livre docência (2009), continua a enquadrar sua crítica em um lugar teórico que despreza a crise do capital expressa no capital fictício, conforme abordaremos. Nossa principal interlocução, então, será aqui esta sua pesquisa (que na verdade apresenta muito mais do que uma pesquisa, mas seu próprio percurso de teórico crítico do capitalismo).

Nos Capítulo 1 e 2 da presente tese formulamos os processos de desdobramento da reprodução crítica fictícia do capital, na passagem da década de 1990 pra o século XXI. Podemos dizer que ao longo da década de 1990, apesar de o Estado ter mantido a rolagem das dívidas da agroindústria canavieira, assim como uma política de preços (mantida até 1999 – BACCARIN, 2005), não foram reproduzidos os créditos

subsidiados para a reprodução fictícia industrial nacional em sua totalidade, incluída aí a agroindústria canavieira.

Como já apresentamos nos capítulos anteriores, teria sido apenas após a crise econômica de 1998 – com a maxidesvalorização cambial brasileira a partir de janeiro de 1999, em razão da “fuga de capitais” especulativa para com moedas dos países da denominada “periferia” do capitalismo – que o segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002) passou a retomar o fornecimento de créditos subsidiados para o agronegócio, na tentativa de fomentar uma balança de comércio favorável a fim de fechar sua conta de capitais. A entrada dos investimentos estrangeiros passou a ser insuficiente para fazê-lo, após 1998 (CARNEIRO, 2002).

Apesar de isso ter iniciado a possibilidade de especulação sobre a agroindústria canavieira, que a partir daquele momento retomou o processo de industrialização de sua lavoura, teria sido apenas a partir do ciclo de *boom* das *commodities* (DELGADO, 2012), de 2003 em diante, que a especulação sobre a imagem da promessa de rendimento futuro fomentou a inflação dos ativos da agroindústria em questão. Até tal momento os preços do açúcar no mercado internacional e os do etanol no mercado interno estavam abaixo dos preços de produção e diversas unidades produtivas continuavam a falir ou a serem centralizadas por outras empresas (BACCARIN, 2005).

A retomada das políticas estatais de preços para a agroindústria canavieira (por exemplo, com as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico: CIDE – BACCARIN, 2005), assim como dos créditos subsidiados; mas principalmente, a possibilidade de endividamento por meio dos preços futuros de açúcar em razão, inclusive, da valorização do real frente ao dólar (com juros baixos no mercado externo) permitiram um novo momento de desenvolvimento das forças produtivas da agroindústria canavieira, com seu auge em 2007, momento imediatamente anterior à crise econômica de 2007/2008. Em 2005, a Cosan S/A abriu seu capital na BM&FBOVESPA S. A., seguindo um processo de ficcionalização da reprodução ampliada por meio da inflação de ativos para as grandes empresas nacionais. A Cosan S/A foi a primeira a realizar sua abertura e foi seguida por diversas outras no período subsequente.

A concorrência capitalista por aumentar a produção e a produtividade que podemos observar por meio desta agroindústria, a qual baseava seu endividamento em promessas de pagamento da dívida contraída em dólar por meio da entrega em açúcar, foi determinada pela inflação dos preços do açúcar como especulação com tal

commodity e pela promessa espetacular e especulativa de transformar o etanol em outra *commodity*, o que pretendia replicar o momento de inflação do ciclo especulativo. É nesta metamorfose da forma de ser da reprodução crítica fictícia do capital que podemos inserir o aprofundamento da mecanização do corte de cana como retomada do desenvolvimento das forças produtivas na agroindústria canavieira brasileira, no século XXI, em especial, a partir de 2005.

A necessidade de especulação com as *commodities* açúcar, álcool e posteriormente energia elétrica para que tal agroindústria continuasse se reproduzindo determinou o aumento da área, da produção e da produtividade das unidades produtivas da agroindústria canavieira, que deviam em açúcar, e que, com a continuidade da inflação de suas mercadorias como ativos financeiros (como duplicatas de mercadorias), apresentaram lucros fictícios até a crise econômica de 2007/2008. Eis, aqui para nós, a retomada sintética da determinação no que diz respeito à forma de ser da reprodução fictícia e crítica do capital para os movimentos concretos da agroindústria canavieira brasileira, no início do século XXI, e que pretendemos entrelaçar com as transformações nas relações de produção que apareceram a partir de então. Tal nos permitirá desdobrar uma apreensão das características apresentadas pelo assalariamento no corte de cana neste século XXI, com suas mortes por exaustão nos canaviais, aumentos de produtividade, superexploração de pilotos de tratores e colhedoras e desemprego em massa.

a) A mecanização do corte de cana e a reprodução do corte manual

Em relação ao período do Proálcool (1975 – 1990), a principal diferença no desenvolvimento das forças produtivas da lavoura canavieira para a atualidade diz respeito à mecanização do corte de cana. A possibilidade desta mecanização gerar redução de custos a partir de um dado nível de produtividade do canavial, em toneladas por hectare (aproximadamente 80 ton/ha – ALVES e REIS, 2013), aliada à capacidade de financiamento das usinas e fornecedores por meio da promessa de entrega futura de açúcar, com sua negociação na bolsa de futuros de Nova York, fez com que as unidades produtivas se endividassem no limite da capacidade de expansão de sua produção, a qual veio acompanhada da expansão da produtividade e da velocidade desta se realizar a fim de aproveitar, no menor tempo possível de rotação do capital fictício por meio da produção da mercadoria açúcar, a tendência altista do preço desta *commodity*. Quanto

maior o financiamento como promessa de produção futura, maior a promessa de aumento da capacidade de produtividade e produção. Com menor custo, maiores os lucros fictícios e maior a dessubstancialização crítica do capital.

A mecanização do corte de cana, atualmente, em São Paulo, está aproximadamente entre 70% e 80% das lavouras (BACCARIN, GEBARA e SILVA, 2013):

Tabela 9 – Taxa de mecanização do corte de cana por Região Administrativa, São Paulo, 1989 – 2012

Regiões Administrativas	Taxa de Mecanização (%)								
	1989	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Araçatuba	-	-	33,4	47,3	55,4	57	58,3	65,8	72,5
Barretos	-	-	23,1	41,7	44,8	61,4	63,9	74,3	76
Bauru	-	-	31	42	42,5	50,5	47,5	59,2	66,3
Campinas	-	-	40,3	54,7	51,7	60,7	53	58,5	70,4
Central	-	-	36,4	51,3	48,6	61,2	60,1	67,9	82,8
Franca	-	-	29,9	45,7	47	50	54,4	70,8	73,2
Marília	-	-	28,1	38,9	43,1	43,7	54,1	62,8	75,1
Presidente Prudente	-	-	21,3	51,7	59,9	49,2	50,2	64,1	74,5
Ribeirão Preto	-	-	38,7	46	48,9	56,6	57,6	63,1	64,7
São José do Rio Preto	-	-	44,5	46,7	49,9	59,8	57,7	69,2	75,3
Sorocaba	-	-	41,8	45,1	48,4	57,9	52	56,6	62,2
Estado de São Paulo	18 (1)	22,8 (2)	34,2	46,6	49,1	55,6	55,6	65,2	72,6

(1) Conforme Baccarin, 2013, pg. 23.

(2) IDEIA (2002/2003).

Fonte: BACCARIN, GEBARA e SILVA (2013).

Org.: Leonardo Ferreira Reis.

É possível, consequentemente, apontarmos para o aprofundamento ainda mais significativo da composição orgânica das unidades produtivas da agroindústria canavieira com a continuidade da diminuição absoluta do trabalho utilizado nos processos agrícolas – tendência que já destacávamos fundamentar a necessária reprodução fictícia desta agroindústria ao longo do Próalcool – mas que atinge sua forma mais explícita com a hegemonização da mecanização do corte de cana, em São Paulo, mas também, apesar de que com um pouco menor intensidade, no Brasil (BACCARIN, GEBARA e SILVA, 2013)¹⁸².

¹⁸² Para o aprofundamento do aumento da composição orgânica dos capitais na parte fabril da agroindústria canavieira favor consultar o mesmo artigo de Baccarin, Gebara E Silva (2013); assim como Baccarin, Gebara E Borges (2010). A planta fabril já havia passado por tal processo na própria década de 1990, o que teria se acentuado no século XXI. Ademais, o número de trabalhadores empregados em tal etapa da produção nesta agroindústria é relativamente menor do que aquele explorado no corte manual de cana, número que se reduziu exponencialmente nos últimos anos.

Tabela 10 – Evolução da área colhida mecanicamente e do número de trabalhadores manuais na agroindústria canavieira do estado de São Paulo, 2007 – 2012

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Tx. Cresc. (%)
Nº de trab. manuais	178.510	171.228	154.274	140.459	126.538	112.267	- 37
Área total (1000ha)	3.790	3.921	4.076	4.728	4.796	4.658	23
Área mec. (1000ha)	1.764	1.924	2.266	2.627	3.125	3.381	92
Tx mec	46,6	49,1	55,6	55,6	65,2	72,6	56

Fonte: CANASAT (2013); BACCARIN, GEBARA e SILVA (2013).
Org.: Leonardo Ferreira Reis.

As mais recentes estimativas, para 2014, demonstram que houve uma diminuição ainda mais relevante do número de trabalhadores na agroindústria canavieira paulista para 94.500 trabalhadores aproximadamente, no estado de São Paulo, conforme dados do RAIS / CAGED (Relação Anual de Informações Sociais / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)¹⁸³. O número de trabalhadores contratados como tratoristas e pilotos nas frentes de corte mecanizado é ínfimo frente à demissão de cortadores manuais (BACCARIN, GEBARA e SILVA, 2013), apontando para a impossibilidade de compensação da diminuição dos postos de trabalho na lavoura canavieira, mesmo em expansão da área com lavoura. Ricci *et al.* (1994, p. 6) auferiu, em 1986, 439.974 “volantes” em São Paulo, sendo que vimos anteriormente que sua imensa maioria era trabalhador da lavoura canavieira. A redução é significativa, sendo o número atual de 94.500 trabalhadores equivalente a apenas 21,47% daquele número registrado para o ano de 1986. Perguntamo-nos, assim, sobre a forma da reprodução dos capitais da agroindústria canavieira, com diminuição absoluta do trabalho a ser explorado para a valorização do valor, apesar do expressivo aumento dos montantes com capital constante necessários para a expansão da produção e da produtividade da lavoura canavieira paulista.

Já formulamos acerca da impossibilidade de valorização do valor com o aumento da relação entre capital constante e capital variável das unidades produtivas na agroindústria canavieira e da necessidade de rolagem das dívidas externa brasileira e as dessa agroindústria, ao longo do Proálcool, como tentativa de exploração da mais-valia relativa, absoluta e de renda da terra diferencial II na lavoura em questão, a qual não

¹⁸³ Conforme metodologia para estimar tais números apresentada por Baccarin, Gebara e Borges (2010).

logrou se realizar nos termos de uma reprodução ampliada produtiva dos capitais, a não ser como reprodução fictícia dos mesmos. Atualmente, o aumento inexorável da composição orgânica destes capitais, para o século XXI, nos faz perguntar acerca da relação entre inflação do preço do açúcar como *commodity*, conforme reprodução crítica fictícia do capital atualmente, e o aumento da superexploração do trabalho em todos os momentos da lavoura canavieira paulista e brasileira¹⁸⁴.

O processo de incremento da mecanização do corte de cana, neste século XXI, aprofundou como nunca havia ocorrido a produtividade do trabalho no corte manual de cana-de-açúcar. Ao observarmos a Tabela 8 temos que, na série histórica apresentada, um cortador praticamente triplicou sua capacidade de corte de cana manual em toneladas por hectare. Vale ressaltar, porém, que apesar de significativos, tais dados do IEA são questionados por diversos outros pesquisadores do tema. Muitos relatam que a produtividade do corte manual atingiu 15 toneladas em média por dia (THOMAZ, JR., 2002, p. 206), enquanto Alves (2006) estipulou uma média de 12 toneladas por dia para finais da década de 1990.

Em conversa informal (registrada em caderno de trabalho de campo), em julho de 2012, com o Sr. Antônio, morador de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha mineiro, ele nos contou que fora cortador da Cosan S/A e que chegava a cortar 40 toneladas de cana em um dia. Essa não era sua média, já que não mantinha tal produtividade constante. Vale apenas para demonstrarmos um pouco o extremo que pode alcançar a produção diária de um cortador impelido ao trabalho sob as condições que o processo de mecanização do corte de cana passou a imputar sobre o trabalhador manual, principalmente a partir de 2003 em diante. Sr. Antônio nos contou que a própria usina promovia competições entre os trabalhadores mais produtivos, com prêmios para os chamados “campeões”, o que servia como mais uma maneira para “incentivar” (por meio da pressão como violência) o aumento da produtividade do trabalhador com a concorrência entre os mesmos. Aqueles menos produtivos foram e são dispensados na medida em que o corte manual dá lugar ao mecanizado.

Com o auxílio da Tabela 10 podemos apontar tal substituição, significativa, do corte manual pelo mecanizado, situação amplamente constatada pelas pesquisas que

---

¹⁸⁴ A lavoura canavieira que se expandiu neste íterim para o Mato Grosso do Sul, por exemplo, utiliza-se do corte manual de cana por Guaranis – Kaiowas (PITTA e MENDONÇA, 2012c). Com a redução dos postos de trabalho aumentou ainda mais uma tendência apresentada pelos membros desta etnia ao suicídio, dadas as péssimas condições de trabalho, alta produtividade exigida e diminuição nos postos de trabalho disponíveis para sua reprodução. A média dentre os Kaiowas é de um suicídio a cada 10 (dez) dias (PITTA e MENDONÇA, 2012c), o que implica em um genocídio em curso.

iremos abordar a seguir e que formularam a relação desta substituição com o aumento da exploração do trabalho do cortador manual. Este passou a cortar cada vez mais e a receber cada vez menos pela tonelada de cana. Em termos de salário médio diário, mesmo com o aumento de sua produtividade, o cortador manual não conseguiu compensar as perdas em razão da queda no preço pago por tonelada de cana, pelo menos até 2009. Desta data em diante, o preço da tonelada passou demonstrar certo aumento, inflexão que abordaremos adiante.

Em relação à forma do trabalho concreto quando da hegemonização do corte mecanizado frente ao manual, pode-se dizer que, por um lado, as características do corte manual se mantiveram majoritariamente semelhantes ao que já descrevemos. Corte em cinco ruas, com empilhamento da cana pelo cortador nas ruas do meio e remuneração por produção por metro convertido em toneladas na pesagem, sob responsabilidade das usinas (ALVES, 2006).

Assim, encontramos nos estudos de Pedro Ramos (2007 e 2008) e de Francisco Alves (2006) a apresentação do corte manual atualmente como qualitativamente diferente em termos do aumento da produtividade e da exploração do trabalho, em relação ao momento do Proálcool. Os autores reconhecem, para a relação de trabalho em questão, a relação existente entre aumento da produtividade do trabalho, diminuição da remuneração em reais por tonelada e o aumento da taxa de mecanização. Ou seja, suas apreensões do movimento concreto servem como ponto de partida para o que desejamos desdobrar:

O fato de os trabalhadores terem uma produtividade duas vezes superior à da década de 1980 ocorreu em função de um conjunto de fatores:

- O aumento da quantidade de trabalhadores disponíveis para o corte de cana devido a três fatores:
  - i. O aumento da mecanização do corte de cana.
  - ii. O aumento do desemprego geral, provocado por duas décadas de baixo crescimento econômico.
  - iii. A expansão da fronteira agrícola para as regiões do cerrado, atingindo o sul do Piauí e a região da préamazônia maranhense, destruindo as formas de reprodução da pequena propriedade agrícola familiar, predominante nestes estados, disponibilizando força de trabalho [...] (ALVES, 2006, p. 96).

Já destacamos, para as décadas de 1960 a 1980, que a formação de uma superoferta de força de trabalho havia determinado a possibilidade de rebaixamento dos salários para o trabalhador da agroindústria canavieira. O que os autores pesquisadores do tema que viemos estudando e que continuaram a se debruçar sobre o trabalhador

volante, no século XXI, assumem é justamente que o que entendem por superexploração do trabalho, neste momento, se deve ao desemprego causado pela mecanização do corte de cana. Ou seja, mecanização e superexploração estão relacionados atualmente para aqueles que entenderam a superexploração do volante como modernização “conservadora”, “trágica” ou “incompleta” para os anos 1950 –1980 e pleiteavam o suposto alcançar de uma mais-valia relativa idealizada por eles. Pedro Ramos (2007 e 2008) segue o mesmo argumento de Francisco Alves para explicar o que enxerga como aprofundamento da superexploração para o que formula como continuidade da acumulação da agroindústria canavieira, no século XXI.

Fenomenicamente, se apenas nos atentarmos para as transformações nas relações de trabalho, prática teórica que viemos problematizando nos diversos pesquisadores que estamos revisitando, temos sim consequências atuais, anteriormente menos relatadas, e que estão em relação com o aumento da produtividade com queda nos preços da tonelada de cana no corte manual, as quais parecem ser causadas pelo aumento da superexploração do trabalho estritamente falando: a saber, as mortes nos canaviais, como consequência mais grave. Alves (2006) formula tal fenômeno da seguinte forma:

Além de todo este gasto de energia andando, golpeando, agachando-se e carregando peso, o trabalhador utiliza uma vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu, ou boné, quase sempre sob sol forte. Esse dispêndio de energia sob o sol, com esta vestimenta, faz com que os trabalhadores suem abundantemente e percam muita água e junto sais minerais, levando à desidratação e à frequente ocorrência de câimbras. As câimbras começam, em geral, pelas mãos e pés, avançam pelas pernas e chegam ao tórax; elas são chamadas pelos trabalhadores de birola e provocam fortes dores e convulsões, dando a impressão de que o trabalhador está tendo um ataque nervoso. Para conter as câimbras, a desidratação e a birola, algumas usinas levam para o campo e ministram aos trabalhadores soro fisiológico e, em alguns casos, suplementos energéticos, para a reposição de sais minerais. Em outros casos, os próprios trabalhadores, ao chegarem à cidade, procuram os hospitais onde lhes é ministrado soro diretamente na veia (ALVES, 2006, p. 95).

Com todo este detalhamento da atividade do corte de cana, fica fácil entender por que morrem os trabalhadores rurais cortadores de cana em São Paulo: por causa do excesso de trabalho (ALVES, 2006, p. 96).

As mortes nos canaviais por excesso de trabalho no corte de cana, resultante da concorrência desenfreada entre cortadores pelos postos de trabalho remanescentes, passaram a ser relatadas para a opinião pública por pesquisadores do tema e pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), especialmente em São Paulo (mas não apenas) a partir de 2005. E até 2008/2009 o número de mortes não havia se reduzido, justamente o

período de inflexão da passagem do corte manual para o mecanizado como nos mostra a Tabela 10.

Conforme Maria Aparecida Moraes Silva (2009), de 2005 a 2009, haviam sido relatadas ao Serviço Pastoral dos Migrantes 23 mortes nos canaviais paulistas. O excesso de trabalho é sua principal causa, já que são antecedidos da birola, a câibra generalizada no corpo do cortador de cana, que muitas vezes não resiste e acaba por falecer.

Por mais que possamos dizer que o trabalho no corte manual de cana se assemelhe em termos de trabalho concreto ao que os cortadores realizavam nas décadas de 1960 – 1990, no Brasil; em termos de produtividade o ritmo é qualitativamente distinto. Alves (2006)¹⁸⁵, assim, se concentra em analisar, inclusive, o aumento do número de flexões corporais, golpes de podão, quantidade de cana carregada entre as ruas, metros percorridos, entre outros momentos concretos do trabalho do corte manual, conforme excerto acima.

Uma diferenciação pode ser destacada entre os estudos que dissertam sobre a superexploração do trabalho na agroindústria canavieira, no século XXI, no Brasil, entre as pesquisas de Alves (2006), Alves e Reis (2013), Ramos (2007, 2008 e 2011); e as de Silva, Bueno e Melo (2014), por um lado; e a livre docência de Thomaz Jr. (2009), por outro.

Principalmente porque Alves (2006); Alves e Reis (2013); Ramos (2007, 2008 e 2011), apesar de relacionarem superexploração e mecanização do corte de cana, o fazem novamente por meio da crítica à “incompletude” do processo de mecanização. Assim, conforme argumento que encontramos em Graziano (1981a) quando tematizávamos as diferentes críticas ao processo de modernização da agricultura brasileira, para as décadas de 1960 – 1980, vimos que este pesquisador se debruçou em uma crítica do que entendeu por “modernização incompleta”, crítica que justamente projetava a causa da superexploração do trabalho do cortador de cana manual na modernização brasileira, que para ele não havia se realizado plenamente e que deveria terminar por fazê-lo por meio da mecanização do corte de cana.

A solução para esse problema, não se dará através de mudanças que não vão ao cerne da questão, como a estipulação de um limite máximo de cana que deve

---

¹⁸⁵ A quem interessar se aprofundar na questão são significativos os textos de Alves (2006), Silva (2014), Ramos (2007 e 2008), entre outros.

ser cortado em um dia, ou a mecanização completa do corte de cana (ALVES, 2006, pgs. 96 e 97).

Os empregos diretos, mantidos e/ou gerados por essa ocupação qualificada na lavoura, mais os que estão sendo criados pela constituição de novas usinas e destilarias, dificilmente serão suficientes para compensar a menor utilização de trabalho na lavoura canavieira em decorrência daquela mecanização, mesmo em face dos ritmos estimados de crescimentos das produções envolvidas (cana, açúcar e álcool).

Não parece ser adequado considerar isto como um aspecto negativo do futuro da agroindústria canavieira do Brasil já que envolve a extinção (ou uma grande diminuição) de uma prática e de uma tarefa indefensáveis quando remetidas à noção de desenvolvimento sustentável.

O que fica explicitado é a necessidade de buscar alternativas, seja de emprego e de trabalho, portanto, de sobrevivência, para aqueles que serão desalojados e para a oferta de mão-de-obra que não será ocupada (parcial ou integralmente) na lavoura canavieira, o que envolve iniciativas e medidas dos governos central e/ou estaduais, combinadas ou não com as de agentes privados. Entre elas convém lembrar a re-estruturação fundiária, principalmente nas áreas onde residem os atuais cortadores de cana queimada (RAMOS, 2008, p. 323).

Apesar dos autores reconhecerem que a mecanização da lavoura canavieira produziria desemprego, o que aparece negativamente em suas análises, tal desemprego deveria ser resolvido por meio de políticas públicas de reincorporação deste contingente de trabalhadores por meio da criação de outros postos de trabalho. A naturalização do trabalho passa inclusive pela reprodução do Estado e do mercado – nos argumentos dos autores – como aqueles responsáveis pela resolução do problema do desemprego que, de nosso ponto de vista, está relacionado a um desdobramento das contradições presentes na forma fundamental da mercadoria como relação social capitalista. Se, desde a modernização retardatária brasileira, já formulamos o desemprego estrutural como crise do trabalho e a consequente inviabilidade da mais-valia relativa como cerne da reprodução ampliada crítica do capital, os processos recentes de aprofundamento da mecanização do corte de cana, acompanhados da continuidade de processos de aumento do capital constante com redução do variável para o capital como totalidade, não podem “resolver” o “problema” do desemprego, resolução que alias não cabe como defesa teórica.

Os pesquisadores Alves (2006); Alves e Reis (2013); Ramos (2007, 2008 e 2011), além disso, não formulam a mediação do capital fictício como devir da reprodução crítica da forma social da mercadoria e, justamente por isso, não tematizam a existência de produções de mercadorias improdutivas do ponto de vista do capital, ou seja, para eles trabalho é sempre produtivo, já que ontológico.

Por sua vez, Pedro Ramos (2011) tematiza o endividamento secular da agroindústria canavieira, mas não do ponto de vista da relação entre transformação na

forma das relações de produção, nesta agroindústria no caso, com o processo histórico imanente à forma social da mercadoria, processo referente ao seu desdobramento contraditório e crítico. Seu argumento faz uma crítica à distribuição dos financiamentos estatais que privilegiaria os usineiros e fornecedores, permitindo-lhes continuar a superexplorar trabalho para uma suposta acumulação de capital e para a realização daqueles “privilegiados” como sujeitos do processo social, inclusive por meio do acesso “privilegiado” às mercadorias. Assim, financiamento diz respeito, para Ramos (2011), somente a uma forma de ser da luta de classes e não à ficcionalização do sistema produtor de mercadorias, o que permitiria ao autor tematizar a própria historicidade do trabalho. Como veremos adiante, quem mais se aproxima desta tentativa de historicização como totalidade concreta é Thomaz Jr. (2009).

Ora, como apresentamos, Alves (2006); Alves e Reis (2013); Ramos (2007, 2008 e 2011), continuam relacionando superexploração do trabalho à permanência do trabalho manual ou braçal na agroindústria canavieira, tendo na realização da mecanização um ponto de chegada de hipostasia positiva do processo modernizador, o que apaga, como veremos, a existência atual da superexploração do trabalho na colheita mecanizada, inclusive, superexploração essa que não pode, por isso, de forma alguma ser explicada pela incompletude da mecanização da colheita de cana, mas, a nosso ver, como resultado imanente à realização da própria modernização.

Alves e Reis (2013) inclusive apresentam o argumento de que com uma produtividade do trabalho aplicado à terra menor do que 80 toneladas de cana por hectare os custos de produção são mais vantajosos para o corte manual em relação ao mecanizado. Justamente por isso, para eles, valeria a pena para o capitalista continuar a explorar o trabalho manual. Sob tal argumento, embasam o interesse do trabalhador pela mecanização, desde que criadas as condições para o mesmo se manter trabalhando, o que no limite significa, no mínimo, reproduzir a exploração do trabalho como finalidade tautológica da dominação abstrata e impessoal da forma social da mercadoria.

O uso de máquinas para corte em talhões de baixa produção de cana não compensa o investimento e os custos de manutenção necessários a esse sistema de operação da colheita. Esse fator não impossibilita tecnicamente o uso das máquinas, mas atua como um fator econômico de restrição à substituição do corte manual pelo mecanizado¹⁸⁶ (ALVES e REIS, 2013, p. 16).

---

¹⁸⁶ Não estamos aqui relativizando as consequências sociais da reprodução do corte manual, com suas mortes nos canaviais, apesar de importar destacarmos que mortes também ocorrem no corte mecanizado. Queremos apenas problematizar um ponto de vista de posituação do trabalho que, sugerimos aqui, deva ser criticado tanto em sua forma de apreensão do corte manual quanto do mecanizado.

Novamente, o que está em questão aqui diz respeito estritamente à exploração do trabalho do cortador de cana para acumulação de capital dos proprietários dos meios de produção como usinas de açúcar e etanol e fornecedores de cana. Em razão de um olhar que parte da ontologia do trabalho, não se tematiza a ficcionalização da forma mercadoria e não se considera, em termos do devir de crise imanente da forma social da mercadoria, a impossibilidade de reprodução da acumulação ampliada com redução dos postos de trabalho, ou seja, da massa de mais-valia disponível a ser explorada para valorização do valor. Parece apenas que o aumento da exploração do trabalho em razão do aumento da produtividade do corte manual e do rebaixamento da remuneração por toneladas de cana explica *per se* a reprodução das unidades produtivas da agroindústria aqui pesquisada, reprodução que parece, sob tal enfoque, ser sempre igual.

Já passamos pela discussão acerca de redução da produtividade média do hectare de cana, em São Paulo e no Brasil, a partir da safra 2011/2012, como relacionada à crise econômica de 2007/2008 e consequência da impossibilidade de diversas unidades produtivas se financiarem a fim tanto de renovarem seus canaviais como de ampliarem extensivamente sua área plantada para pagar, em açúcar, suas dívidas junto às *tradings* transnacionais de açúcar. Poderia parecer, desta forma, que seria a superexploração do trabalho manual um elemento capaz de fomentar a retomada da acumulação das unidades produtivas no período de crise econômica, já que fariam com que seus custos de produção pudessem ser rebaixados.

Em entrevista com fornecedores e gerentes de usinas, ficou-nos mais patente por que esta solução não pode ser adotada. Em primeiro lugar, nas produções mecanizadas, o custo de produção deve incluir não só o pagamento dos salários dos cortadores de cana no caso de uma dada unidade produtiva resolver “encostar” suas máquinas a fim de empregar apenas trabalho manual. Ele deve incluir também a amortização do financiamento da colhedeira, o que eleva seu custo total (manuais mais colhedeira parada) de produção a níveis economicamente inviáveis.

Em entrevista realizada em 25 de junho de 2014, na Usina Santa Cândida, do Grupo Tonon, em Bocaina, com os gerentes de Recursos Humanos (Décio Mattos) e Agrícola (Póli) do grupo, tentávamos entender o processo de substituição do corte manual pelo mecanizado e os motivos para a redução da produtividade em toneladas por hectare da lavoura canavieira após a crise econômica de 2007/2008, na relação agora

com o tipo de corte de cana utilizado¹⁸⁷:

Décio: – Então o perfil mudou muito nos últimos anos, nos últimos 14, 15 anos. A realidade tem sido muito diferente pra gente, então o setor ele já tinha um dinamismo próprio dele porque você tem dois negócios. Você tem a produção propriamente dita, e você tem a produção da matéria-prima. Então são dois negócios em um, o processo industrial ele tem um nível de complexidade muito menor. Qualquer pessoa que entende de processo de produção entende rapidamente. Se você fizer uma visita à usina você vai entender a lógica da produção do açúcar e do álcool. Mas o processo agrícola, a logística, a questão das áreas, tudo que vem acontecendo nos últimos anos, a proibição da queima, então a necessidade de mecanização e você não ter... se você montasse uma usina você olhava se tinha área disponível, mas você não analisava a colheabilidade dela, a topografia. Tudo isso era secundário, o importante era ter a maior área pelo menor custo de arrendamento. O perfil mudou completamente porque hoje você vai procurar, você vai ver a colheabilidade dela. Porque isso vai ter um custo muito grande no seu custo de colheita. É uma transformação muito grande.

Aqui, Décio Mattos já nos conta que o custo é maior nas áreas não mecanizáveis, por isso importa escolher as áreas com características propícias à mecanização. Uma área deve ter “colheabilidade” para ser economicamente viável para a colheita mecanizada. Sem “colheabilidade”, seu custo, tanto da colheita manual quanto mecânica, são maiores. Podemos retomar aqui, formulação pela qual já passamos no capítulo 2 do presente texto, que a necessidade de manter os custos de produção de uma unidade produtiva abaixo do preço de mercado de seu produto permanece determinante, apesar da lógica da inflação dos títulos de propriedade como determinação da reprodução de tais unidades produtivas. A concorrência não se extingue, mas, pelo contrário, opera em toda sua potencialidade.

Pesquisador: – E tem muita gente argumentando que... eu acho que vocês são os melhores pra explicar isso pra gente. Porque você pega um fornecedor com duas colhedeiras, é diferente de vocês lidando com 30. Mas tem muita gente dizendo que tem um manuseio equivocado da colhedeira, que ela destrói mais a rebrota, e isso derruba a produtividade do talhão. E que se ela fosse corretamente manuseada, o custo dela cairia em termos de tonelada de cana colhida.

---

¹⁸⁷ No capítulo 3 tematizamos a produtividade da produção de cana-de-açúcar em toneladas por hectare em relação ao trabalho para preparo do solo, tratos culturais, incluído aqui tratorização e quimificação. Agora estamos nos relacionando com a produtividade agrícola da lavoura canavieira em relação ao tipo de corte utilizado. Em entrevistas pudemos constatar que a média de aumento na produtividade agrícola da cana-de-açúcar (também em toneladas por hectare) pode ser de até 15% no caso de uma colheita mecanizada com o talhão preparado para receber “adequadamente” a colhedeira. Ou seja, um talhão “corretamente” mecanizado poderia produzir 15% mais cana do que a média.

Póli: – *Nós temos um problema operacional ainda, nós temos muito o que evoluir realmente. Mas hoje eu falo pra você, que de um parque com trinta máquinas, eu consigo aproveitar uns 80% já dela implementada.*

Pesquisador: – E mesmo assim o custo...

Póli: – *Não abaixa e você ainda tem bastante dano na soqueira. Na verdade o que tem acontecido, é diferente de outras culturas. Você pega grãos por exemplo. A colheita mecanizada na cana-de-açúcar nasceu da máquina de colheita de outra cultura, e o que vem acontecendo ao longo dos anos aí, uns 30 anos já é sempre a lavoura se adequando à máquina. Jamais teve o trabalho da máquina se adequando ao que realmente é importante pra nossa cultura que é a cana. Como que eu vou produzir mais? Eu vou produzir mais cana se eu plantar a 1 metro e vinte, 1 metro e trinta. Certo? Só que eu não consigo colher, eu não tenho máquina pra colher aquilo lá. Eu tenho que plantar a 1 e cinquenta. Ponto, se eu quiser colher com máquina eu tenho que plantar a 1 e cinquenta.*

Pesquisador: – Você fala de diminuir a rua?

Póli: – *É, um exemplo, que é uma forma de eu produzir mais. Então, sempre a parte agrícola foi atrás da mecanização. A mecanização não se adequou. Por isso que tem um grande índice de perda, por quê? Porque não houve essa preocupação. Simplesmente eles adequaram uma máquina de uma cultura pra outra e ela está aí, você se vira pra ela trabalhar. Ah, eu tenho espaçamento de um metro, a Barra [Usina da Barra] tinha, por exemplo, eu não consigo colher, então é uma dificuldade que tem a máquina. Ela ainda é mal operada? Em grande parte ainda tem, tem muita coisa que a gente consegue melhorar, mas eu falo pra você que hoje nós estamos utilizando de 80%, 90% de uma capacidade de ela dar o melhor.*

Pesquisador: – Porque eu estou usando os argumentos do próprio setor, pra falar da queda de produtividade do talhão. Porque nos últimos anos os dados mostram um aumento da produtividade da tonelada de cana por hectare até mais ou menos 2008, 2009. Aí depois começa a cair. E aí estão explicando por falta de renovação dos canaviais, entrada em pasto pra substituição, pra compensar essa falta de renovação.

Décio: – *Clima.*

Pesquisador: – Clima... E a mecanização destruindo a produtividade do talhão?

Póli: – *Mas aí é o que eu estou te falando, grande parte de 2008 até 2012, 2011, o que aconteceu? Eu saí de 30, 40 pra 70, 80%. Eu dobrei a colheita mecanizada. Essas áreas que estão tendo essa perda são as áreas que não estavam preparadas pra colheita. Então o que houve? Um pisoteio enorme de soqueira de cana, que eu perco até 15% de um corte pro outro. Só no pisoteio. Além do que você já perderia normalmente. Então tem um conjunto de fatores que veio atrelado ao declínio da produtividade. Você pega, por exemplo, uma usina que a gente fala assim, pode pegar a Barra, mas você pode pegar a São Martinho. O que a São Martinho perdeu de produtividade nesse mesmo tempo, aí você compara com as outras. Você vai ver que a São Martinho manteve a produtividade dela sempre, porque ela já vem com mecanização há trinta anos. E o canavial dela está adequado à máquina, então não tem pisoteio, não tem um mundo de*

coisas que faça com que você perca produtividade.

[...]

Póli: – Então, muitas empresas, por exemplo, a Paraíso, onde eu trabalhava, era 100% manual. [...] Que 100% das áreas mecanizáveis você tinha que estar fazendo curva, então a maioria das empresas já passou para isso. E o primeiro ano, o segundo ano que você pegou uma empresa que não tinha colheita mecanizada, e que começou a fazer. Do primeiro ano pro segundo ano o dono já vai sair de 10% pra 60%, por quê? Porque ele colheu as melhores áreas que tinham na unidade dele, e o custo do manual que era de 20 conto. Ele fez com 15 com o mecanizado. Ele fazia tranquilamente, porque ele só colhia em área boa.

Pesquisador: – Então ele fazia antes?

Póli: – Mas nessa condição que nós estamos hoje, como nessa mesa. Aí ele saiu de 10% e foi pra 50%, pô, empatou o custo, né? Empatou porque ainda tem 50% que eu pude escolher, então coloquei a máquina em 50% melhor. Na hora que eu cheguei em 80, 90% cara, aí acabou. Aí não tem mais jeito, aí eu vou ter que colher o ruim e o bom. O que aconteceu, o teu custo subiu, porque a máquina não consegue fazer as 600 toneladas que ele fazia quando ele tinha 15, 20%. Hoje ele faz 400, mas por quê? Porque realmente ele cobriu a área dele com a colheita mecanizada e ele não tem onde por. É lá que ele tem que colher.

Pesquisador: – Pra mim você esclarece bastante.

Póli: – Então nisso, inverteu. Inverteu muito. E muita gente foi nessa. Até porque na época... Depois dessa crise que nós tivemos final de 2008, 2009 que quase faliu todo mundo. 2011 o mercado abriu dinheiro e abriu crédito, pô, nego foi lá e comprou máquina de monte. Ah, vou mecanizar, porque esse trem é bom demais. O custo, vendo o custo. E aí chegou agora no patamar que nós estamos.

Pesquisador: – Então tinha uma promessa que o custo era mais baixo?

Póli: – Não, não tinha não. Se você pegar o histórico daqui, das duas unidades nossas, você vai ver que quando começou a colheita mecanizada, a colheita mecanizada era 30, 25% mais barata que o manual.

Pesquisador: – Então o custo era de fato mais barato. E aí ao generalizar...

Póli: – E vai ser...

Pesquisador: – Vai ser como?

Décio: – Com a adequação da lavoura. Se você estiver com o terreno adequado, comparativamente é vantajoso. Comparativamente ele é vantajoso, ele não está sendo vantajoso porque você ainda está adaptando o seu canavial a isso. Se você estiver na condição de excelência da colheita mecanizada, ela é mais barata que a colheita manual. Principalmente hoje com a colheita crua.

Pesquisador: – O fator principal é a sistematização?

Póli: – *Tem sistematização, tamanho de propriedade, tem um monte de coisa, arruamento...*

Décio: – *Ela seria mais barata que a colheita manual queimada, com relação com o que é hoje que ainda é cana crua é mais vantajoso ainda.*

Póli: – *Eu vou te dar um exemplo da Paraíso de 2009. 2009 o custo manual, ele custou 2,32, só o corte. O corte mecanizado custou 5,38.*

Pesquisador: – *Você põe a mecanizada só nas áreas ótimas.*

Décio: – *Onde está própria pra ser mecanizada.*

Póli: – *E esse ano aí eu colhi 125mil toneladas por máquina.*

Pesquisador: – *É bastante porque 100 mil é a média pra amortizar né? O financiamento.*

Póli: – *A São Martinho, por exemplo, eu falo a São Martinho que é o exemplo do estado com relação à produtividade.*

Pesquisador: – *E teve problema financeiro mesmo assim.*

Póli: – *Hoje, na Paraíso, se eu fechar a safra com 85 mil eu estou dando pulo, e nós estamos falando de quantas toneladas à menos? 50 cara! E é a condição de trabalho. Antes eu punha elas pra trabalhar nessa mesa, hoje eu estou colocando ela pra trabalhar nesse telefone. Às vezes eu não consigo entrar nem com quatro máquinas dentro de uma propriedade, e é a condição, por quê? Porque você está com uma condição de corte manual extremamente cara, então você está fazendo isso pra colheita mecanizada. Consequentemente o seu custo vai aumentar, não tem jeito.*

As explicações de Décio e Póli nos ajudam a confrontar os argumentos que enxergam na prevalência do corte manual a forma de possibilitar a reprodução ampliada dos capitais da agroindústria canavieira. Dados os níveis de concorrência internacionais, o corte mecanizado parece ser mais viável economicamente que o manual, num momento de reprodução fictícia do capital que for “propício” para o setor (ou seja, dependendo dos preços do mercado de futuros). O processo de implantação da colheita mecanizada passa pela necessidade de ajuste do canavial às particularidades deste tipo de corte para que o mesmo seja mais produtivo que o corte manual, necessidade que ficou inviabilizada em razão da dificuldade de financiamento das unidades produtivas após a crise econômica de 2007/2008, o que fez reduzir a produtividade da lavoura em termos de toneladas por hectare (como vimos no capítulo 3 dessa tese). De certa forma, defender a realização da mecanização do corte de cana significa defender a reprodução desta forma fictícia de ser da reprodução do capital, irreprodutível em seus próprios

termos, diga-se de passagem, já que crítica e por isso indefensável.

Robert Kurz, em *Dinheiro sem valor* (2014), dialoga diretamente com o argumento daquilo que o autor denomina de marxismo tradicional para explicar a reprodução da superexploração do trabalho na atualidade.

[...] é necessário, sob pena de naufrágio na concorrência, mover cada vez mais material e produzir cada vez mais mercadorias recorrendo a cada vez menos força de trabalho (política de redução de custos da economia empresarial). É um fato que a força de trabalho a aplicar de acordo com o respectivo padrão produtivo tem de ser extorquida, aproveitada ao máximo e espremida da melhor maneira; mas o que conta para a economia empresarial não é, evidentemente, ter a maior quantidade possível dessa mão-de-obra porque isso conduziria a uma produção de mais valor em termos absolutos, mas, pelo contrário, minimizar, na medida do possível a força de trabalho própria aplicada (KURZ, 2014, p. 236).

Assim, para Kurz (2014), uma unidade produtiva, se olharmos para sua concepção empresarial e contábil (como sua forma ideológica de subjetivar a realidade social capitalista), está interessada em reduzir seus custos de produção, independentemente se estes aparecem para a análise marxista como capital constante ou capital variável (sendo somente este elemento capaz de produzir valor, apesar da ideologia empresarial não o perceber). Uma unidade produtiva não pensa em termos de aumento do número de trabalhadores (força de trabalho) superexplorados a fim de acumular por meio da extração de mais-valia (absoluta, no caso), ainda mais porque, como estamos sugerindo desde nossas discussões com Thomaz Jr. (2002) e D’Incao (1979), a distribuição da mais-valia se dá por meio da formação da taxa média de lucro, remunerando com sobrelucro aquelas unidades com maior composição orgânica. Para formularmos a crise da reprodução ampliada capitalista, tivemos que recorrer a um olhar que especulou sobre a possibilidade real e concreta de observarmos uma queda tendencial da taxa de lucro no nível do capital global, com a redução absoluta do trabalho produtivo também em nível global. Apenas assim pudemos sugerir a impossibilidade de reprodução ampliada – que só pode ocorrer se for produtiva de valor em certos montantes – das unidades empresariais capitalistas. Um olhar que se concentre na relação de produção de um ramo específico do capitalismo, que não observe as mediações críticas do capital fictício que ali podemos encontrar e que pense poder comprovar a acumulação ampliada por meio da superexploração do trabalho ali supostamente realizada acaba por incorrer em uma defesa da continuidade da própria modernização como devir da sociabilidade capitalista.

Como Marx já demonstrou, a expansão que passa pela produção de mais-valia absoluta depara com limites históricos, pois a própria fisiologia humana tem limites e não pode ser sobrecarregada sem restrições, o dia de trabalho não pode ser prolongado até ao finito e o processo de trabalho não pode ser condensado até ao infinito [...] (KURZ, 2014, p. 251).

Nada mais próximo do que a inviabilidade de continuidade da acumulação que as mortes nos canaviais pelo excesso de trabalho pode nos dizer. Por mais superexplorados que estes trabalhadores possam ser, tal não é suficiente para manter a reprodução das unidades produtivas, que apenas logram se reproduzir sob mediação da ficcionalização de suas produções de mercadorias. A pergunta sobre a permanência do trabalho manual no corte de cana da agroindústria canavieira continua a se fazer presente no caminho que vamos percorrer.

Ademais, o nível de concorrência das unidades produtivas impeliu que a produtividade do trabalho aplicado à lavoura canavieira tenha uma capacidade potencial em média muito acima dos 80 toneladas por hectare (estipulados em Alves e Reis, 2013, para a viabilidade da mecanização do corte de cana), para além deste momento de crise econômica. Assim, se as unidades produtivas voltarem a lograr se financiar em razão de uma nova rodada especulativa com seus títulos e duplicatas de mercadorias, a concorrência moveria facilmente a retomada dos níveis de produtividade anteriormente alcançados dados os níveis de desenvolvimento das forças produtivas atualmente para a lavoura canavieira. Aquelas produções fora do tempo médio socialmente necessário estariam fadadas a “naufragar” (ou a continuarem “naufragando”, como já está ocorrendo) sob a concorrência determinada pelo critério atual da capacidade de se financiarem, o que inclui nas falências aquelas que permanecem utilizando o trabalho manual no corte de cana como principal relação de produção em suas lavouras. Tal forma de trabalho persiste muito mais em razão do ritmo e condições do processo de financiamento para aquisição de colhedoras e de renovação dos canaviais do que pela necessidade econômica das unidades produtivas de manterem seu corte de cana hegemonicamente manual para lograrem se reproduzir.

As formulações de Alves (2006); Alves e Reis (2013); Ramos (2007, 2008 e 2011) parecem reproduzir, como viemos sugerindo desde nossas observações acerca do Proálcool, na prática inclusive, o que sabemos pretenderem atacar com centralidade em suas críticas, a saber a superexploração do cortador manual de cana-de-açúcar. Se, para nós, teria sido a superoferta da mercadoria força de trabalho em razão do processo de modernização aquilo que fomentou a superexploração do trabalho ao longo do

Proálcool, sem se realizar como reprodução ampliada dos capitais, seria o aumento dos investimentos em capital constante (“completando” a modernização, conforme perspectiva dos autores aqui criticados) que aprofundaria tal superoferta no mercado de trabalho atualmente. Tal característica estrutural do mercado de trabalho na crise da sociedade do trabalho significa a concorrência entre os trabalhadores pelos postos de trabalho existentes, sob as condições existentes. Os trabalhadores passam a se submeter a quaisquer condições de trabalho oferecidas, já que haverá sempre um concorrente para aceitá-las em seu lugar. Isso, independentemente deste trabalho dizer respeito ao corte manual ou a trabalhos mais complexos existentes nas lavouras mais mecanizadas, como veremos a seguir.

b) As mudanças na forma do trabalho concreto na lavoura canavieira e as explicações baseadas na acumulação por meio de mais-valia absoluta e relativa

Começamos neste presente capítulo 4 a tematizar o trabalho na agroindústria canavieira apresentando os “canudeiros” Luís Ferreira e Luís Carvalho, os dois cortadores mais produtivos que permaneceram empregados após a mecanização da colheita de um grupo de fornecedores de cana-de-açúcar, na região de Severínia e Olímpia – SP. Diferentemente das turmas de cortadores de cana que continuam a existir no estado de São Paulo e no restante do Brasil podemos de antemão adiantar que o trabalho de “canudeiros” parece ser uma forma assumida pelo corte de cana manual residual e passageira.

Isso porque a necessidade do “canudo” está em relação à colheita em talhões de cana ainda não reformados para atenderem às necessidades da colheita mecânica e que necessitam da abertura de uma ou algumas ruas de cana para a colhedeira poder entrar no talhão e iniciar a operar. Na maioria dos casos, conforme nossas entrevistas com os gerentes agrícolas Décio e Póli, após a reforma do canavial para tornar o corte mecanizado mais produtivo, o espaço para entrada da colhedeira no talhão já está estruturado, o que faz dispensar a necessidade do trabalho do “canudeiro”. Desta forma, o corte manual continua a existir apenas para lavouras em área de declive acentuado, nos quais as colhedeiros não podem ser utilizadas sob o risco de tombamento, o que acarretaria em imensos prejuízos para os produtores de cana.

Em diversas situações ouvimos de fornecedores que suas colheitas estavam 100% mecanizadas, mas mesmo assim ali encontrávamos os chamados “canudeiros”

trabalhando nesta forma do corte manual. De certa maneira, a própria mecanização acaba por esconder a existência desta forma de trabalho. Deslindar as novas formas assumidas pelo trabalho nas colheitas de cana após o processo de hegemonização da mecanização da colheita é um dos principais objetivos de Silva, Bueno e Melo (2014). Ademais, suas preocupações se centram em explicitar a existência de novas formas de trabalho manual que, de certa maneira, estão apagados pelo discurso de apologia à mecanização do corte de cana como superação das condições de trabalho historicamente presentes na lavoura canavieira, condições que viemos problematizando até aqui. Além disso, Silva, Bueno e Melo (2014) pretendem também (como veremos), por outro lado, abordar as recentes formas do trabalho assumidas na colheita mecanizada.

Já mencionamos anteriormente que em muitos casos os “canudeiros” estão sozinhos no eito do canavial. A turma da qual fazem parte se responsabiliza por ir para uma frente de corte manual. O “canudeiro” é transportado, por sua vez, para uma frente mecanizada, sem o apoio logístico atualmente exigido pela legislação e muitas vezes cumprido nas frentes manuais por causa do aumento da fiscalização das condições de trabalho. Nas frentes mecanizadas, nem “canudeiros”, nem a própria equipe da frente mecanizada, com seus operadores, tratoristas, mecânicos e bombeiros recebem estrutura para trabalhar na lavoura. Parece que se condensou uma interpretação na qual as formas de superexploração do trabalho se coadunam à existência do corte manual de cana-de-açúcar. Desta forma, basta um grupo de produtores declarar ter mecanizado seu corte de cana que as vistorias e a fiscalização cessam.

Por sua vez, não em razão da ausência de fiscalização estritamente, mas pelas determinações do próprio momento de reprodução fictícia do capital, como veremos, é que é possível encontrar situações de enquadramento jurídico no que se denomina de “trabalho análogo ao de escravo” também sobre trabalhadores de frentes mecanizadas, atualmente. Isso recoloca em outro patamar a questão acerca da relação de exclusividade entre corte de cana manual e superexploração do trabalho.

Intentamos ainda nos manter no mesmo caminho de estudo das pesquisas sobre as relações de produção na lavoura canavieira que viemos percorrendo, agora para falar destas no século XXI. Se reduzíssemos nosso ponto de vista às formas assumidas pelas relações de produção incorreríamos na possibilidade de nos restringirmos a entendê-las como formas de superexploração do trabalho para realização da acumulação capitalista.

O holerite do “canudeiro” Luís Carvalho de Sousa, ao qual tivemos acesso, nos explicita sobre o pagamento por produção, sobre a forma da remuneração em metros,

que deveriam ser conversíveis para toneladas de cana, e para uma remuneração que indica a alta produtividade dele como cortador.

Holerite 1 – Luís Carvalho de Sousa: 16/04/2009 a 30/04/2009

01.001 Emissão: 02/05/2009 Hrs: 15:21 Pagina: 48
 Demonstrativo Individual - 16/04/2009 a 30/04/2009 - Prg: FPAPR296 JR-Sistemas

---

RECIBO DE PAGAMENTO

Registro	Equipe
005605 LUIZ CARVALHO DE SOUSA	00112 EQUIPE PLANTIO 2009

Data	Tabela	Quantidade	Propriedade	Funcao	Unitario
16/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	276,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
17/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	210,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
18/04/2009	00100 CORTE P/PLANTIO	18,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,6500
18/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	261,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
19/04/2009	99980 D.S.R.	1,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	1,0000
20/04/2009	00100 CORTE P/PLANTIO	82,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,6500
20/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	238,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
21/04/2009	99997 FERIADO	1,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,0000
21/04/2009	00353 RECUBRICAO	10,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	5,8000
21/04/2009	00100 CORTE P/PLANTIO	59,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,6500
22/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	400,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
23/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	369,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
24/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	347,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
25/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	410,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
25/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	420,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
21/04/2009	00997 PROD FERIADO	96,3500	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	1,0000
25/04/2009	99002 COMPL. H IN ITI	43,2000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	1,0000

21/04/2009	99997 FERIADO	1,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	5,8000
21/04/2009	00353 RECUBRICAO	10,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,6500
21/04/2009	00100 CORTE P/PLANTIO	59,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
22/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	400,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
23/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	369,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
24/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	347,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
25/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	410,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	0,2200
25/04/2009	00357 ABERTURA DE CAN	420,0000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	1,0000
21/04/2009	00997 PROD FERIADO	96,3500	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	1,0000
25/04/2009	99002 COMPL. H IN ITI	43,2000	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	1,0000
25/04/2009	99995 DIF. PAGAMENTO S	40,5200	DIVS FAZENDAS	RURICOLA	1,0000

Verba	Descricao	Referencia	Vencimento	Desconto
035	DIF. PG PER. ANTERIOR	40,52	40,52	
042	COMPL. H ITINERE	43,20	43,20	
044	D.S.R.	2,00	56,33	
045	FERIADO	1,00	64,01	
046	PRODUCAO FERIADO	96,35	96,35	
050	I.N.S.S.	11,00		223,44
063	CONTR. CONFEDERATIVA 2%	0,00		35,44
231	CORTE P/PLANTIO	159,00	103,35	
232	ABERTURA CANUDO	2.931,00	644,82	
233	VR AJUSTE TALHAO	1.318,95	674,13	
721	HORA ITINERE	0,00	57,60	
723	PLANTIO - RECUBRICAO	10,00	58,00	
			1.838,31	258,88
			Liquido ----->	1.579,43

Salario Base	Salario Contrib	Base FGTS	FGTS Mes	Base IRRF	Faltas
557,000000	2.899,35	1.838,31	147,06	1.838,31	0,00

Declaro ter recebido a importancia liquida discriminada acima;

Aqui, podemos observar que o pagamento pela abertura de “canudos”, principal atividade de Luís Carvalho, é feito por produção do cortador, sobre os metros cortados por ele. Tradicionalmente, conforme Alves (1991), Silva (1999) e Thomaz Jr. (2002), para ficarmos em alguns estudos, a frente manual recebe por metros convertidos em toneladas, fruto de reivindicações dos cortadores na Greve de Guariba, de 1984. Os acordos, definidores dos preços pagos por toneladas, são feitos municipalmente pelos sindicatos.

No caso do “canudo”, o pagamento está sendo feito por metro, com o metro pagando 0,22 centavos de real. Esta base é uma conversão aleatória do preço da tonelada acordado entre unidades produtivas e sindicatos municipais. A conversão não está informada para o cortador, nem quanto de cana em toneladas ele cortou. Aqui já temos uma forma que possibilita ao proprietário dos meios de produção pagar menos do que em tese o cortador poderia ter cortado. Este tipo de mecanismo de exploração do trabalho com a possibilidade de apagamento da produção do cortador, reduzindo sua remuneração por meio da manipulação do cálculo da quantidade de cana cortada, pode ser encontrado historicamente para o volante da cana-de-açúcar, como já destacamos.

No caso, nos interessa aqui ressaltar que o trabalho deste cortador depende deste processo de não realização da reforma do canavial para a frente mecanizada ser economicamente viável. Até por isso, como apagamento, sua produção nem passa pela pesagem na usina e ocorre por meio da remuneração por metro, com o preço deste já estipulado de antemão independentemente do peso da cana cortada, ou seja, independentemente do desgaste do cortador no carregamento da cana cortada para depositá-la em montes a serem coletados pelas carregadeiras. Tal esforço está excluído, ademais, no pagamento por toneladas convertidas em metros.

Outro aspecto que nos holerites dos “canudeiros” não aparece é o da remuneração por corte de cana crua. No caso, os 0,22 centavos de real dizem respeito ao corte deste tipo de cana. Na frente manual, o corte ocorre com a cana queimada. Seu corte é mais fácil para o cortador e por isso ele recebe menos para realizar este trabalho.

Não é casual que é justamente a partir dos anos de 2008 e 2009 que podemos relacionar as tabelas 8 e 10 no que diz respeito à taxa de mecanização e ao aumento do preço da tonelada de cana paga ao cortador. Com a taxa de mecanização tendo ultrapassado os 50%, o corte de cana crua, cortada pelas colhedeiras e também pelo corte manual, em razão das proibições municipais da queima da cana (como veremos a seguir), passa a ser cada vez mais utilizado. Tal prática aumenta o custo de produção

com salários para cortadores manuais para as unidades produtivas e fomenta a necessidade da mecanização da colheita, inclusive.

Décio Mattos e Póli, da Usina Santa Cândida, em Bocaina, pertencente ao Grupo Tonon, tentaram nos dizer, em entrevista realizada em 25 de junho de 2014, sobre a recente tendência de aumento do preço da tonelada de cana pago ao cortador, de 2009 em diante. Este aumento parecia destituir nosso argumento de que o aumento das taxas de mecanização e do desemprego estrutural nas lavouras canavieiras fazia aumentar a produtividade dos trabalhadores e diminuir o preço pago por toneladas cortadas, historicamente falando:

Pesquisador: – Essa pergunta é mais de pesquisador, a gente também faz pesquisa de dados, e tem uns dados do IEA falando sobre o corte manual nos últimos anos que têm demonstrado um aumento também do pagamento por tonelada colhida manualmente, aí eu queria entender um pouco melhor esse processo. E talvez vocês possam ajudar, porque o gráfico vai assim, de 2003 a 2008, que é a virada desse processo de mecanização, tem essa substituição do corte manual pro mecanizado, e tem muitas demissões acontecendo. Então o pagamento vai caindo vertiginosamente.

Décio: – *O pagamento do trabalhador? Na nossa região não.*

Pesquisador: – De real por tonelada, isso eu estou falando de dados do IEA, então eu queria saber como vocês estão vendo isso.

Póli: – *No corte mecanizado, depois você faz uma continha que você vai ver quanto que custa. O corte manual, desculpa. O corte manual queimada, eu pagava pro colaborador 38 reais, por dia em média.*

Póli: – *E a média de tonelada de cana por dia, 10? Então 3,8 por tonelada. Só pra ele, direto pra ele.*

Pesquisador: – Tá, por produção.

Póli: – *Hoje eu pago 38 reais por dia e ele corta 4 toneladas. Isso o que houve? Houve um acréscimo no valor da tonelada, e o ganho dele, pela produtividade dele, não diminuiu. E isso vem acontecendo desde o aumento, do boom, de 2008 pra frente quando foi o marco da nossa mecanização.*

Décio: – *Você aumentou o preço individual da tonelada, porque o ganho dele tinha que ser contado da mesma forma. Não mudou.*

Pesquisador: – E por que aumentou esse preço?

Décio: – *Porque ele passou a colher um terço do que colhia, e pra ele eu tinha que manter.*

Póli: – *Porque se não ele não trabalha, ele vai embora.*

Pesquisador: – Mesmo o manual? Isso que quero saber. Porque a gente estava falando da dificuldade de arrumar um operador especializado.

Póli: – *A diária dele, em média, a gente está falando em 24 reais.*

Décio: – *Porque no final ele olha por dia, porque ele vê o ganho da produção por dia, ele recebe o estrato por dia do que ele ganhou. Num dia ele recebe o do dia anterior. Então é muito assim, se meu ganho caiu, eu já reclamo hoje. E esse ganho era por dia em média 38 reais, e ele continua em média 38 reais.*

Pesquisador: – Quer dizer, o preço pago por tonelada aumentou, apesar da produtividade dele não ter aumentado?

Décio: – *Sim, porque senão você não tinha mão-de-obra.*

Póli: – *Ele não trabalha, se não pagar esse tanto você não acha.*

Décio: – *Eu não sei o que essa pesquisa dizia. Existia, e isso explica um pouco isso aí, esse pessoal tinha um poder de barganha muito grande, porque era um volume de gente muito grande. Então eles tinham muita conquista durante a safra. O cara começava a colher uma cana lá, achava que a cana era um pouquinho difícil que não ia dar as 10 toneladas que ele achou que tinha que dar. Ele já parava ali com uma hora, e dizia: “Oh! Ou melhora o preço da tonelada aqui, se não eu não vou não”. É lógico que com isso ele acabava conquistando um pouco mais, porque você cedia mais, porque você tinha uma dependência ali de 70% da cana que vinha dele. Se não você não moía. Esse pessoal perdeu totalmente a pressão, você não vê mais greve de cortador de cana.*

Pesquisador: – O dado diz o seguinte, de 2000 a 2008 vem caindo o real por tonelada. O quanto ele ganha por tonelada cortada. De 2008 em diante começa subir, eu estava perguntando dessa subida, eu acho que vocês estão explicando...

Póli: – *Agora, a subida se dá porque ele está recebendo um preço diferente por estar colhendo cana crua! É exatamente isso. Eu tirei a condição dele de colher 10 toneladas.*

Décio: – *É quase humanamente impossível.*

Póli: – *Não, ele não vai fazer. Então o que eu estou balizando ele, pelo que ele consegue fazer em cana crua, pagando um salário que vai dar em média o que ele ganhava por dia.*

Décio: – *Consequentemente o preço da tonelada explodiu, ele está ganhando a mesma coisa por um terço do que fazia antes.*

As falas são expressão estrita do cálculo capitalista em termos de custos de produção independentemente se para o salário do trabalhador, capital variável ou para o rendimento da máquina, capital fixo e constante. A despeito de nossa falta de acordo do

início do excerto da entrevista, quando os representantes da usina diziam que o salário do cortador não caíra ao mesmo tempo em que perguntávamos sobre a subida do preço da tonelada de cana nos anos recentes e não do salário em si, parece que tal aumento do preço da tonelada compensa, mas muito parcialmente, a queda da produtividade do cortador por cortar cana crua.

Vale lembrar, porém, que tal queda da produtividade do corte manual não pode ser constatada de forma generalizada. Luís Ferreira e Luís Carvalho, os “canudeiros” que entrevistamos, eram os cortadores mais produtivos quando da mecanização do grupo de fornecedores para quem trabalhavam nas turmas de corte manual de cana queimada. Após a mecanização, na atividade de “canudeiros”, diziam receber em média mais de 3 mil reais por mês abrindo “canudos”, o melhor salário que tiveram, conforme nos disseram. Vale ressaltar que o holerite de Luís Carvalho, acima apresentado, diz respeito a uma quinzena, período de realização dos pagamentos, na qual cortou mais de 1.800 reais de cana e recebeu mais de 1.500 reais, já descontados INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e contribuição sindical...

Apesar da falta de uma base comparativa, já que seu salário no “canudo” é calculado em metros, e não em toneladas, como vimos, podemos inferir que Luís Ferreira e Luís Carvalho estavam realizando, pelo salário recebido e pelo baixo valor pago pelo metro de cana crua (0,22 centavos de real), uma altíssima produtividade de corte, mesmo na cana crua. Ou seja, mesmo com a maior dificuldade para se cortar cana crua, a concorrência dos trabalhadores pelos postos de trabalho restantes continua a impeli-los a manterem uma alta produtividade, o que inclusive aparece nos comentários de Décio Mattos sobre a perda do poder de barganha dos cortadores frente ao processo de mecanização da lavoura canavieira.

O holerite de Luís Carvalho demonstra que o cortador não realizou apenas abertura de “canudo”, apesar desta ter sido sua principal atividade entre 16 e 30 de abril de 2009. Luís Carvalho também cortou para plantio e também realizou “recubrição”. Para realizar a renovação do canavial os produtores cortam de sua própria cana, normalmente canas de primeiro corte, mais produtiva e com produtividade maior de brotação, e as enterram. Com a diminuição do corte de cana, muitas usinas passaram a realocar seus antigos cortadores para outras funções na lavoura. O plantio, por exemplo, quando ainda não mecanizado, fica a cargo de alguns destes cortadores de cana. O plantio é geralmente realizado na entressafra, que vai, mais ou menos de dezembro a março, no Centro-Sul do Brasil. No caso de Luís Carvalho, ele estava cortando para

plantio e fazendo “recubrição” em abril.

Ainda na mesma entrevista com Décio e Póli, do Grupo Tonon, conversamos sobre a polivalência dos trabalhadores da lavoura canavieira:

Póli: – *Hoje o trabalhador manual, ele corta cana crua, só crua. Ele faz esse corte dessas curvas, algumas áreas que ainda estão plantadas em cima e a máquina não entra. Então ele abre eito, que a gente fala. Abertura de eito [também chamado “canudo”, como vimos]. E eventualmente ele corta muda, que também é crua, e é a mesma atividade do corte manual. E faz uma “recubrição” de um plantio, então você faz um plantio mecanizado, dependendo da muda que você usar. Você vai ter muito arrepio que a gente fala, então na hora que o cobridor passa, fica muita ponta de cana pra fora. Então o que você tem que fazer, tem que ir lá com a enxada e recobrir aquilo. Isso é o repasse no plantio.*

Pesquisador: – Na sistematização do talhão tem alguma atividade manual?

Póli: – *Não, tudo máquina. Não tem nada manual. E a catação química, mas a catação química é uma equipe específica, até por conta de lei, exames, né, Décio? Ela é a mesma o ano todo, então não muda. Então o cortador de cana não faz aplicação química.*

Décio: – *Tem que ter um treinamento específico, tem que ter exame médico diferenciado, então tem uma turma exclusiva pra isso.*

Póli: – *E eu trabalho sempre o seguinte, eu quero que eles só façam o corte de cana, porque eu vou ter o mínimo possível de gente. Nas outras atividades a gente tem que dar um jeito de fazer de outra forma, que é possível mecanizar.*

Interessadas nas transformações pelas quais passou o trabalho do “boia-fria” na lavoura canavieira após o processo de hegemonização da mecanização do corte de cana Silva, Bueno e Melo (2014) se dedicaram a centrar suas pesquisas justamente na crítica das novas formas de superexploração do trabalho daí surgidas. Para elas, tais formas ficam apagadas pelo processo de mecanização que tem o papel de parecer resolver a contradição capital x trabalho, conforme suas formulações a fim de interpretarem o trabalho na agroindústria canavieira contemporânea.

As autoras (SILVA, BUENO e MELO, 2014) também relacionam as formas assumidas pelo trabalho concreto na lavoura canavieira paulista com a intensificação do processo de mecanização da colheita de cana, conforme o fizeram Alves (2006) e Ramos (2007 e 2008). Por sua vez, apesar de centrarem suas interpretações nas relações de produção, não ficam restritas a uma crítica da incompletude do processo de mecanização / modernização, principalmente por encontrarem formas de

superexploração do trabalho também sobre pilotos de colhedadeiras e tratoristas. Desta forma, sua crítica não se restringe à existência do corte manual na lavoura canavieira, mas se debruça sobre a crítica à exploração do trabalho por uma classe de proprietários dos meios de produção sobre outra de trabalhadores, o que, de nosso ponto de vista, acarreta em outras questões e indagações que poderemos formular sobre suas análises.

Seu (SILVA, BUENO e MELO, 2014) enfoque principal serve de contraposição aos discursos de Décio e Póli, representantes de um grupo usineiro. Enquanto os mesmos se restringem a pensar por meio do cálculo capitalista de redução de custos – o qual não leva em consideração a exploração do trabalho como o momento da produção de mercadorias para produção do valor e reprodução ampliada do capital – Silva, Bueno e Melo (2014) adotam o procedimento de “desvelamento” do trabalho concreto e das formas de exploração deste, os quais estariam apagados pelo processo de mecanização da lavoura canavieira, neste século XXI.

Os achados de nossa pesquisa trazem ao palco, no entanto, esses atores escondidos atrás das cortinas pelos fabricantes da imagem da produção canavieira – proprietários, técnicos, meios de comunicação, cientistas, fabricantes de máquinas etc. Assim sendo, objetivamos ao entendimento desse processo à luz não apenas dos aspectos econômicos como também das estratégias de dominação que asseguram o poder da classe patronal e desvendam formas de submissão ao capital que são tão ou mais perversas do que aquelas até então vigentes. Desta feita, além de tornar visível a presença de trabalhadores, nossos achados de pesquisa mostram que a mecanização não só eliminou postos de trabalho como também aprofundou a exploração da força de trabalho daqueles que foram empregados. Para tanto, analisaremos a situação dos operadores de máquinas, considerados qualificados e os mais bem pagos, e também a daqueles(as) que desempenham tarefas como: a recolha de pedras para evitar que estas danifiquem as lâminas das máquinas; a extração do colmo nas fileiras de cana com a utilização de enxades; a distribuição de veneno com bombas costais de até 20 ou 30 quilos no meio das canas; a recolha da bituca (restos de cana) deixada pelas máquinas; a limpeza das curvas de nível e dos canais de vinhaça; o plantio da cana por meio da retapagem dos sulcos ou até mesmo por meio do plantio manual. É preciso, de antemão, ressaltar que essas atividades (exceto a dos operadores) não são tornadas visíveis, inclusive pelos estudos que levam em conta o trabalho [...] (SILVA, BUENO e MELO, 2014, p. 90)

O excerto acima é elucidativo das novas formas de trabalho que surgiram a partir do processo de mecanização do corte de cana, neste século XXI. Muitas delas dizem respeito a atividades relacionadas à própria mecanização. A recolha de pedras, por exemplo, atividade na maioria dos casos relegadas às mulheres¹⁸⁸, é criticada como uma

---

¹⁸⁸ Poderíamos aqui trazer à tona a discussão acerca da crítica de Roswitha Scholz (2004 e 2009) à sociedade capitalista como determinada pela mediação do *valor-dissociação*. Sua concepção de valor-dissociação se centra em uma crítica a uma forma de subjetividade da sociedade da mercadoria que imputa ao momento produtivo do valor as características sociais constituídas como masculinas e concebidas como superiores àquelas imputadas ao feminino, normalmente incidentes sobre as mulheres. Ademais, a mulher, sob o capitalismo, está relegada ao momento da

forma de trabalho que parece apontar para o ressurgimento de formas de “trabalho humano degradadas” (SILVA, BUENO e MELO, 2014, p. 97), de dominação sobre uma pressuposta liberdade do trabalhador que passaria a ser subsidiário da máquina. No caso da recolha das pedras, por exemplo, o que está em questão é a limpeza do terreno para permitir a entrada da colhedeira de cana. Em locais com muitas pedras, suas lâminas, que cortam rente ao solo, se danificam, causando prejuízos aos produtores de cana. A preocupação das autoras está em descrever os processos de trabalho, que incluem, neste caso, o carregamento das pedras, e os malefícios à saúde do trabalhador; assim como está em criticar os processos de trabalho como forma de alienação do trabalhador frente à sua atividade concreta e ao fruto de seu trabalho.

O mesmo procedimento, no texto (SILVA, BUENO e MELO, 2014), é seguido para as demais atividades que aparecem no excerto acima, como a aplicação de veneno, a “retapagem” (“recubrição”), a catação do colônio, para ficarmos com algumas delas. Interessa-nos desdobrarmos um pouco mais as características do trabalho de tratoristas e pilotos de colhedeiros, o que nos permitirá, aqui, tematizar a superexploração do trabalho sobre a frente de corte de cana mecanizada, particularidade concreta apresentada pelas lavouras canavieiras mecanizadas e criticada por parte dos pesquisadores do tema.

Pela primeira vez no Brasil ocorre a libertação de trabalhadores submetidos a regime semelhante ao de escravidão em processos de colheita mecanizada. No total, foram resgatados 39 trabalhadores. Eles operavam máquinas para o corte de cana-de-açúcar em uma fazenda na cidade de Goiatuba (GO). A jornada de trabalho somava 24h ininterruptas, mais 3h para o deslocamento, todos os dias da semana, intercalando descansos de 21h seguidas. Foram registrados no local ao menos dois acidentes devido ao cansaço ao volante, envolvendo dois motoristas canavieiros que operavam as máquinas por mais de 20h (RÁDIO AGÊNCIA NP, 22/12/2011).

---

reprodução da força de trabalho por meio do cuidado (*care*) da família, momento apagado pelo lado produtivo como cerne da reprodução capitalista. Scholz (2004), ao abordar o momento da crise da sociedade do trabalho, em consonância com as formulações de Kurz (1999 e 2014), ressalta que a mulher, ao adentrar o mercado de trabalho, por personificar tais características imputadas ao feminino da sociedade capitalista, fica relegada às piores condições de trabalho, recebe os piores salários (para trabalhos igualmente realizados por homens), assim como fica encarregada de formas concretas de trabalho que parecem ser adequadas ao que aparece como natural das características do feminino (como no caso da recolha de pedras): a sensibilidade, o cuidado, a sensualidade. Não está formulada como política reduzida em Scholz (2009) que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens, em uma “valorização” do feminino que o reconhecesse como fundamental para a reprodução capitalista, mas sim a crítica que almeja a própria destruição da forma do *valor-dissociação* que cria tais características e as dissocia naturalizadamente em masculino e feminino, o que faz com que tais características possam ser personificadas tanto por homens quanto mulheres.

Gostariamos de poder nos apropriar com maior profundidade da categoria de valor-dissociação. Assumimos não termos dirigido nossas formulações trazendo tal categoria para o centro de nossas sugestões críticas. Isso diz respeito muito mais a uma dificuldade de nossa parte no que diz respeito a uma apropriação da categoria no presente momento do que a uma concepção que considere a formulação do valor-dissociação de menor importância, o que nos colocaria em um lugar social de posituação das características imputadas ao masculino...

Apesar da notícia acima se referir à existência de trabalho juridicamente considerado análogo ao de escravo em Goiás, o mesmo não significa, de forma alguma, que a superexploração do trabalho sobre tratoristas e pilotos de colhedoras não ocorra de forma generalizada. Em nossas visitas a campo, diversos foram os relatos acerca das condições de trabalho neste tipo de atividade.

Planilha 1 – Pagamento de uma frente mecanizada de um grupo de fornecedores, São Paulo, junho de 2009

Operadores Colhedora	Valdeci H Lima	Valdir dos Santos	Nilton Dalbelo
Salário Base	709,30	709,30	758,09
Produtividade 3%	21,28	21,28	22,74
Adicional Noturno	97,41	91,32	
Horas Extra 100%	166,04	172,68	191,66
Horas Extra 50%	124,53	129,51	143,74
Reflexo Hora Extra	58,11	60,44	67,08
Manutenção de Qualidade	300,00	300,00	300,00
Prêmio por liberalidade dh		48,71	52,06
Horas em Itinere	64,76	64,76	69,21
Complemento jornada noturna	106,27	99,62	
Total	1.647,70	1.697,62	1.604,58

Transbordos	Durvalino	Leirson	Marcio	Sidimar
Salário Base	709,29	709,29	709,29	696,03
Produtividade 3%	21,28	21,28	21,28	
Adicional Noturno	79,15	97,41	79,15	104,40
Horas Extra 100%	159,40	179,32	172,68	164,52
Horas Extra 50%	119,55	134,49	129,51	123,39
Reflexo Hora Extra	55,79	62,76	60,44	57,58
Horas em Itinere	64,76	64,76	64,76	61,69
Prêmio por liberalidade 1 dh		48,70	48,70	46,40
Complemento jornada noturna	86,34	106,26	86,34	113,90
Quinquênio			36,53	
Total	1.295,55	1.424,28	1.408,67	1.367,91

Org.: Fábio T. Pitta

O acesso à Planilha 1 de pagamento dos salários de uma frente mecanizada de corte de cana de um grupo de fornecedores pode nos revelar algumas informações importantes sobre tal trabalho na frente de corte mecanizada. Como já mencionamos, o capital variável, aqui, aparece como mero capital circulante, no cálculo de custos do capitalista, que mistura força de trabalho com máquinas e matérias-primas para calcular sua lucratividade. Ademais, tal confusão leva necessariamente a que a compreensão da sociedade na qual o capitalista está inserido seja de naturalização da acumulação como progresso humano, o que faz com que tal consciência não se atente para a diferença

entre trabalho produtivo e improdutivo, para o fim em si mesmo da exploração do trabalho na produção de mercadorias para a valorização do valor, o qual é justamente a dominação da forma social contraditória e crítica sobre nós.

Mesmo assim, queremos inferir algumas sugestões a partir da Planilha 1, com os pagamentos da frente mecanizada. Temos diante de nós o pagamento de alguns pilotos de colhedeira de cana e de tratoristas (transbordos). Uma colhedeira conta com duas ou três equipes que se revezam, em um total de mais ou menos 10 a 15 trabalhadores. Nestes estão incluídos dois ou três pilotos (no caso da Planilha 1, acima, são três), quatro ou mais tratoristas, mecânicos e bombeiros.

Vale pontuar, além disso, que nas usinas há trabalhadores que aplicam a vinhaça por meio de caminhões pipa, sendo esta mais uma forma de trabalho concreto da agroindústria canavieira atual. Grupos de fornecedores não se utilizam desta forma de trabalho já que a vinhaça é um refúgio da produção industrial e é utilizada como adubação nas lavouras das usinas (inclusive naquelas por estas arrendadas).

A colhedeira corta e despalha. A palha é jogada de volta na lavoura para servir de adubação. Ao lado da colhedeira correm os tratores chamados transbordos, já que é sobre eles que a colhedeira deposita a cada cortada. Estes transbordos carregam a cana cortada até os caminhões que a transportam para a moagem nas usinas.

O processo de mecanização foi fomentado pela imagem de promessa de expansão da produção de açúcar e etanol e endividou sobremaneira as unidades produtivas que para pagarem estas dívidas, em cana (no caso dos fornecedores) ou em açúcar (usinas), devem aumentar sua produtividade e produção. A necessidade de atingir metas de produção pressiona os trabalhadores da frente mecanizada. Isto ocorre por meio do pagamento por produção como podemos observar nas rubricas da Planilha 1: “Produtividade 3%” e “Manutenção da Qualidade”. A frente mecanizada, para alcançar uma produtividade que possa lograr pagar o financiamento das colhedeiras e ainda auferir lucro (fictício no caso, vale ressaltar) para as unidades produtivas, deve manter um ritmo de corte calculado em aproximadamente 100 mil toneladas/ano por colhedeira. Atingir tal meta demanda um treinamento da equipe e exige destreza e habilidade dos trabalhadores. Silva, Bueno e Melo (2014) nos ajudam ao analisarem tais habilidades:

Outra estratégia de controle existente advém da forma de organização do trabalho dos operadores. Pelo fato de trabalharem em três turnos, há um sistema de premiação, PAM (prêmio para atingir a meta), que consiste no seguinte: a média diária estipulada para cada operador é 718 toneladas. Se um deles não cumprir a meta, o prêmio (30% do salário em carteira) será

diminuído. Além da coação que um acaba exercendo sobre o outro, há também o controle de qualidade da cana colhida – impurezas, tais como palha, terra, capim –, que interferirá no montante do bônus a ser recebido. Se houver uma falta, eles perdem 50% do bônus; duas faltas implicam perda total. “Assim, eu me esforço e meu parceiro também faz o mesmo. Há uma combinação entre nós. Um não pode prejudicar o outro.” Por esse motivo, há conflitos entre operadores que “não trabalham combinados”, sobretudo quando há terceirização dos tratoristas dos transbordos (SILVA, MELO E BUENO, 2014, p. 111).

O piloto de colhedeira deve saber manobrar em certa velocidade para cortar a maior quantidade de cana possível, com certa potência do motor correspondendo à qualidade da cana que está à sua frente (em pé, deitada, de primeiro ou demais cortes) e com boa análise do terreno para não carregar terra nos caminhões, assim como para conseguir cortar o mais rente ao solo possível (a base da cana é o local de maior concentração da sacarose). Isso tudo com metas de produção a serem atingidas, o que teoricamente o levaria a aumentar a velocidade da máquina para fazê-lo mais rapidamente e para receber os prêmios prometidos. Porém, se o faz rapidamente, não atinge os parâmetros de qualidade acima destacados. Deve, então, seguir uma velocidade ideal, cabendo a ele defini-la como parte da destreza esperada em sua operação do maquinário.

O transbordo segue ao lado e ao ritmo da colhedeira. Enquanto a colhedeira não para, o transbordo também não o faz. São diversos os relatos de pilotos que devem comer ao volante e se utilizar do banheiro apenas nas pausas para manutenção da colhedeira, as quais ocorrem algumas poucas vezes durante o turno (abastecimento, lubrificação, troca de lâminas das colhedeiros, etc.). O ritmo da máquina determina as necessidades dos trabalhadores que se revezam em turnos diurnos ou noturnos, de oito, dez, vinte horas... A colheita ocorre durante 24 horas, sem parar.

Voltemos a Zé Luís, gerente agrícola do grupo de fornecedores de cana Bulle Arruda S/A, que tem uma frente mecanizada com duas colhedeiros. Em entrevista, realizada em 11 de setembro de 2013, ele nos contou sobre o trabalho na colheita mecanizada:

Pesquisador: – Uma coisa que tem no corte manual, em outras usinas eu já vi, é o pagamento por produção também de operador. Aqui tem? Como, por exemplo, quando tem uma necessidade maior, tem alguma forma de incentivo?

Zé Luís: – *Aqui a gente faz o seguinte. Cortadores, o pessoal da frente de colheita, o que a gente propõe pra eles: eles recebem em função da qualidade do corte.*

Pesquisador: – O operador?

Zé Luís: – *Não, a gente acaba fazendo toda a equipe. Porque você tem desde o mecânico, até o operador da máquina. Aí a gente leva em conta, a impureza, se vai mandar cana limpa pra usina. Rendimento do volume esperado na safra. E também o que a gente faz é da manutenção da máquina. Em função, tá quebrando, se quebrar muito. Ou então aquelas quebras que você fala: como você conseguiu quebrar um negócio desses? Aquelas coisas absurdas.*

Pesquisador: – Aquela quebra que não é natural do desgaste?

Zé Luís: – *É, então, quando você coloca uma máquina pra, ah você fala, preciso colher 600 ton/dia. Mas se tiver um transbordeiro que foi fazer uma manobra, atolou no brejo e segurou o trator lá em baixo, você já não vai colher mais aquelas 600. Então é uma forma que a gente faz de colocar um valor, atingiu aquele volume no final da safra, vezes o valor já pré-fixado por tonelada, multiplica, e a gente divide pra equipe.*

Pesquisador: – Mas isso então é só no final da safra, durante o pagamento mensal não tem nada?

Zé Luís: – *Não, o que tem é alguma bonificação em função do trabalho, mas é um valor mais ou menos fixo. Acaba ficando como salário. Todo mundo tem. O transbordeiro, mecânico, e o operador de máquina.*

[...]

Pesquisador: – Agora, aquele prêmio que você disse que eles ganham no final do ano. Você falou o cálculo mais ou menos, mas eu não peguei.

Zé Luís: – *O que a gente faz, estipulamos assim. 100 mil toneladas de cana por máquina.*

Pesquisador: – Por ano?

Zé Luís: – *Por safra, e eles têm dez centavos por tonelada, tá? Pra dividir pro grupo da colheita.*

Pesquisador: – Dez centavos por tonelada?

Zé Luís: – *Sim.*

Pesquisador: – Pra todo mundo, são umas 50 pessoas numa frente?

Zé Luís: – *Não, no caso nós estamos com duas máquinas, devem dar umas 17 pessoas, 16 pessoas.*

Pesquisador: – Contando com bombeiro, mecânico...

Zé Luís: – *Todo mundo. Então eles pegam 20 mil reais, mais ou menos, pra dividir pra 15, 16 pessoas.*

Pesquisador: – 15, 16 pessoas pras duas máquinas?

Zé Luís: – *Sim.*

Pesquisador: – E são 100 mil reais por máquina, então seriam 200 mil?

Zé Luís: – *Sim, se eles colheram 250... Mas o mínimo pra eles chegarem nessa bonificação é chegar nas 200 mil. Vai pra cima, mas se eles chegarem nisso eles ganham, se não chegar...*

Pesquisador: – E as máquinas alcançam isso com certeza?

Zé Luís: – *Tranquilo, tranquilo não...*

[...]

Pesquisador: – Mas e o pessoal que trabalha nessas atividades que não são na colheita, eles não ficam querendo entrar pra turma da colheita?

Zé Luís: – *Tem essa procura, mas o que a gente leva em consideração? O cara mais velho, o que está há mais tempo com a gente e o cara precisa ter habilidade praquilo ali. Porque tem pessoas que não tem habilidade pra tal operação. Ele é muito bom em uma, e de repente em outra ele não consegue. E sempre tem aquele cara que não quer ir, porque não quer trabalhar à noite, ele quer ter o domingo dele. E na safra não tem isso, né?*

Pesquisador: – Então, existe essa forma de seleção. Como isso acontece, o gerente da fazenda, que está mais perto ali no dia a dia, ele que vai julgar essa questão da habilidade? Quais são esses critérios?

Zé Luís: – *Hoje é assim, você pega hoje uma máquina. Antigamente você tinha assim, o cara mais idoso, mais experiente ele era bom no trator. Porque ele já tinha passado por todos os implementos, e o que você jogasse na mão dele, ele fazia. Hoje não, o que acontece, hoje os tratores estão praticamente... um videogame, você pega às vezes um cara muito bom no subsolador, na grade, alguma coisa, mas quando você pega ele pra trabalhar num equipamento desse, ele não consegue. Na verdade hoje o operador tem que ter informática, porque tem a tela, aquela coisa toda. Então hoje o que a gente tem, se você pegar nossa frente de colheita, eu tenho lá operadores que são jovens. Hoje o operador que eu tenho mais dificuldade é o operador com mais idade, tá? Só que é um operador que tem mais tempo na empresa também, então, pra não desprezar, e pra ser justo até, a gente dá a oportunidade pra ele ir. Tá lá, tá lutando, mas quando você vê: “oh, você passou em cima da soqueira!”; “oh, você jogou cana no chão!” A moçada assimila melhor certas coisas, pensa mais rápido, vamos dizer assim. Você está trabalhando e chega ao final do talhão. Está indo uma máquina atrás da outra, aí o que acontece, tem o transbordeiro que está na frente da máquina, o talhão aqui acabou. O daqui pula pra cá, até que ele chegou nesse daqui, ele entrou aqui e esse daqui andou um pouquinho mais, então o outro ficou. Quer dizer chegou aqui e encostou na outra máquina. Na hora que ele viu que estava acabando, era pra ele ter largado e pulado pra cá, pro outro entrar aqui. Ele tinha que ter visto. A hora de você sair pra manobrar,*

you are here, and this one from the front went to maneuver here. He comes and stops in the yard, this machine goes and she comes here. Here he comes here, this machine goes here, this tractor goes here. This machine maneuvers and turns, he comes and enters here and the machine enters behind. It is a synchronism that you do. The car has to have a vision.

Pesquisador: – Não é simples?

Zé Luís: – It is not simple, the car has to be organized, thinking about what is there and in the way of working. Then, the people already know. They cut cane that night! Who was there? You already know who was there. It is the way of working. Then, the people already know. But it is with the people for 20 and many years, I wanted to go to the front of the harvest, the people already resisted, I was resisting, resisting. Trying to value him where he was, that was in the sowing, but when it came time, he did not have the way.

Pesquisador: – E tem uma hora também que tem que tirar?

Zé Luís: – There is a time that has to be taken, this is the type of person that in this way, first opportunity that he has to say “tired!”, then he comes here and does this! Changes place so that he does not have time to think and turn back, the people work in this way. Even because the company has this policy, if it is in another place, it does not work, it sends him away.

O relato de Zé Luís é elucidativo da forma de pagamento, da pressão e da concorrência sobre trabalhadores da frente mecanizada na lavoura canavieira. Para se tornar tratorista ou piloto, um cortador manual de cana deve ser alfabetizado e deve passar por um processo de concorrência com outros cortadores de cana que almejam se tornar pilotos em razão da redução de postos de trabalho que a mecanização da colheita cria, conforme já vimos. Se um trabalhador da frente mecanizada não cumpre as metas de produção, ao final da safra corre o risco de ser demitido. O pagamento por produção realiza a concorrência entre os trabalhadores da lavoura canavieira após a mecanização do corte de cana e move um processo de pressão pelo aumento da produção e da produtividade sobre os mesmos.

A pressão sobre pilotos é agravada ainda mais em terrenos íngremes, nos quais a colhedeira se escora no transbordo para poder cortar, sob o risco de tombamento; assim como em situações em que a cana está deitada e oferece grande dificuldade de corte, o que pode levar a incêndios e até a casos de morte nos recorrentes acidentes que colocam em risco a vida de pilotos¹⁸⁹, inclusive causados por cansaço por excesso de trabalho.

Além de um processo histórico de redução do salário de pilotos que pudemos

---

¹⁸⁹ Para exemplos de casos concretos de acidentes, inclusive casos de morte de pilotos por incêndio, ver Silva, Bueno e Melo (2014).

averiguar nos relatos que encontramos em nossas visitas a campo, podemos constatar que o salário de um piloto ou tratorista pode ser até menor que o salário de um “canudeiro”, como constatado em uma rápida comparação entre a Planilha 1 e o Holerite 1, de Luís Carvalho.

A concorrência entre trabalhadores (complexos, já no caso) da frente mecanizada pelos postos de trabalho que restam após a hegemonização da mecanização do corte de cana moveu e move um processo de superexploração do trabalho a ponto de podermos encontrar situações de trabalho análogo ao de escravos, com extensão de jornadas de trabalho para mais de vinte horas em um dia, sobre tais formas de trabalho concreto...

Silva, Bueno e Melo (2014), por não centrarem suas críticas em uma incompletude do processo de industrialização da agricultura, nos auxiliaram na apreensão das formas assumidas pelas relações de produção existentes na lavoura canavieira atualmente. Mesmo após a hegemonização da mecanização do corte de cana, em São Paulo e no Brasil, podemos ali encontrar processos de superexploração do trabalho sobre pilotos e tratoristas.

Por outro lado, importa novamente aqui reiterarmos que nossa crítica se dirige à forma social da mercadoria como aquela que impele os sujeitos sujeitados nesta forma a terem que trabalhar para acessarem dinheiro e poderem se reproduzir por meio do consumo de mercadorias pelo trabalho produzidas. Se reconhecemos a existência, ou melhor, o predomínio de processos de superexploração do trabalho, em oposição a formas de trabalho que pagam o que supostamente valeria a mercadoria força de trabalho (tempo médio socialmente necessário para produzir uma certa mercadoria força de trabalho), isto não significa, de forma alguma, que estamos defendendo como ponto de chegada de nossa formulação o advento de formas de trabalho bem pagas¹⁹⁰, por exemplo, o que acreditamos termos deixado claro ao longo desta tese. Estamos relacionando as formas de trabalho existentes aos diferentes momentos dos desdobramentos do devir da forma social (que determinam tais formas de trabalho mesmas), justamente para criticar a forma social em seu processo histórico (que nos impele a trabalhar). A ambos estamos determinados por participarmos ativamente como sujeitos e personificações da própria forma social da mercadoria. É justamente tal relação entre as formas de trabalho e os desdobramentos históricos desta forma social da

---

¹⁹⁰ É óbvio que sabemos que para o trabalhador explorado é melhor receber mais pelo fruto de seu trabalho, isso não está aqui em questão. Estamos apenas sugerindo que a crítica não se detenha nos limites da disputa fetichista daquilo que é imanente à forma social, sob o risco de ter de se submeter às consequências contraditórias e críticas das determinações da reprodução da forma mesma.

mercadoria que sugerimos estar ausente nas críticas construídas e apresentadas aqui, por Silva, Bueno e Melo (2014).

Ao abordarmos o Proálcool, tentamos destacar que Silva (1999) formulara a crítica da industrialização da agricultura por meio da concepção de “modernização trágica”. Tal “modernização trágica” corresponderia a um momento de formação do trabalho do volante da cana-de-açúcar vinculada à legislação que (para ela) o criava, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), já que não o reconhecia como trabalhador. Ao passarmos pelos argumentos de Silva (1999), sugerimos que a crítica da pesquisadora visava a explicitação social da existência da superexploração do trabalho para benefício dos capitalistas.

Apesar disso, sua leitura, por se debruçar na crítica da insuficiência da legislação trabalhista, não tematizava a diferença entre quanto é o valor da mercadoria força de trabalho, do volante, no caso, daquele valor produzido por este no processo de trabalho que, para Marx (1983), constituiria a mais-valia. Essa mais-valia, por sua vez, não poderia ser recuperada pelo trabalhador por meio de uma legislação trabalhista que reconhecesse os direitos da força de trabalho receber o quanto ela vale como mercadoria, nos termos de trocas de equivalentes postos por esta forma social. Este valor é o tempo médio socialmente necessário para produzir determinada mercadoria força de trabalho, preço que estaria acima daquele pago para uma força de trabalho superexplorada, mas sempre abaixo do valor produzido pela força de trabalho no processo produtivo, o que inclui a mais-valia. Além disso, tentávamos sugerir, também, que mesmo o pagamento do valor da força de trabalho como mercadoria dizia respeito à hipostasia de um momento do capitalismo realizado nos países centrais ao longo do *boom* fordista (em razão da predominância da mais-valia relativa como forma da reprodução ampliada capitalista), momento este irreproduzível a partir da terceira revolução industrial, a microeletrônica, incorporado no Brasil justamente como modernização retardatária, que sugerimos ter constituído o próprio volante, argumento o qual já reproduzimos aqui mais de uma vez.

O que podemos tentar formular acerca das críticas que Silva, Bueno e Melo (2014) levam a cabo para o trabalho na lavoura canavieira hoje, de certa forma, reproduz a crítica que tentamos fazer para Silva (1999). Também aqui Silva, Bueno e Melo (2014) partem da legislação que parece ser a causa do aumento da exploração do trabalho, vinculado aqui ao processo de mecanização da colheita de cana:

Dois arranjos institucionais – o Protocolo Agroambiental, firmado pelo governo estadual e representantes da UNICA em 2007, e o Compromisso Nacional Para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar, firmado pelos representantes dos trabalhadores, CONTAG e FERAESP, governo federal e representantes do patronato em 2009 – marcaram a presença política do Estado em relação às queimadas, aos problemas ambientais, de um lado, e, de outro, à situação dos trabalhadores. Estes dois arranjos institucionais (estadual e federal) visavam, sobretudo, à consolidação da ideologia segundo a qual o etanol, extraído da cana, seria a solução para os problemas ambientais do planeta na medida em que seu uso causaria a diminuição de gases poluentes na atmosfera, responsáveis pelo efeito estufa, garantindo assim a segurança energética.

No que tange aos empresários, pressionados pelas notícias veiculadas nos países compradores de açúcar e etanol, o que poderia comprometer suas vendas, pelo Ministério Público e, ainda, pela resistência dos trabalhadores por meio de milhares de processos trabalhistas, a solução encontrada foi mascarar a realidade social e ambiental existente por meio da assinatura desses acordos e do incremento do processo de mecanização, aliás em marcha ascendente desde a década de 1990 (Silva, Bueno e Melo, 2014, p. 88)¹⁹¹.

Novamente aqui (a partir do excerto acima) a legislação serve diretamente para beneficiar uma classe, a dos proprietários dos meios de produção, sobre outra, a dos trabalhadores, que tem o produto de seu trabalho apropriado por aquela. Tais acordos acabariam por esconder a existência de formas de superexploração do trabalho, agora, inclusive com a hegemonização da mecanização do corte de cana. Tal mecanização teria promovido um processo de ampliação, inclusive, das formas de trabalho concreto realizadas pelo trabalhador, que passaria a ser polivalente. Silva, Bueno e Melo (2014) reconhecem a relação entre mecanização e superexploração do trabalho, mas têm por finalidade a defesa do trabalhador. Assim, não tematizam a forma mercadoria como forma de relação social que move processos às costas dos sujeitos (MARX, 1983), mobiliza a necessidade de mecanização da colheita de cana em razão da concorrência, até chegar na ficcionalização da produção de mercadorias e, inclusive, na possibilidade de distribuição estatista de capital fictício (com todas as implicações críticas de tal processo de dominação impessoal).

Como sua (SILVA, BUENO e MELO, 2014) intenção é explicitar a existência de

---

¹⁹¹ As duas legislações as quais o excerto se referem são o *Protocolo de cooperação* (2007) e o *Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar* (2009). O primeiro foi assinado entre o Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, em 4 de junho de 2007, e estipulou a modificação dos prazos estabelecidos pela lei estadual paulista número 11.241/02 (Lei Estadual de Queima) para a eliminação da queimada (utilizada para facilitar o corte manual) de 2021 para 2014, o que teria impulsionado o aumento na mecanização da colheita até os dias de hoje. Inclusive, em vários municípios do estado de São Paulo, a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo paulista) vem aplicando multas para queimadas realizadas em locais não autorizados ou com “colheabilidade”. O segundo estabeleceu parâmetros para o trabalho no corte de cana o qual, inclusive, promoveu a redução das mortes nos canaviais paulistas por meio do fornecimento de algumas condições básicas para o trabalho na lavoura canavieira, como a disponibilidade de água gelada e de soro nos locais de trabalho.

processos de superexploração do trabalho com a finalidade pelas autoras preconizada de que o produto do trabalho retornasse às mãos do trabalhador, ficamos sem saber se isto adviria de uma tomada dos meios de produção por parte do trabalhador – conforme argumento marxista de realização da luta de classes por vias revolucionárias (como vimos em Thomaz Jr., 2002) – ou de políticas distributivistas por meio de um suposto Estado de Bem-Estar Social, o que, poder-se-ia alegar, reconheceria o trabalhador como “verdadeira” fonte do valor e restituiria ao mesmo as mercadorias que atendessem suas necessidades: o advento da mais-valia relativa como cerne da reprodução capitalista.

Ao tematizarem a mecanização do corte de cana Silva, Bueno e Melo (2014) hipostasiam a continuidade da acumulação capitalista por meio da superexploração do trabalho apagado por aquela:

[...] trata-se de um processo técnico-científico que se acha combinado à permanência/recriação de atividades aparentemente anômalas (e impensáveis) como a recolha de pedras. Essa combinação é definidora da “nova” morfologia do trabalho nos canaviais paulistas e produz a dialética da racionalidade/irracionalidade, cuja essência é a busca da reprodução ampliada dos capitais assentada na dilapidação da natureza e da força humana de trabalho (SILVA, BUENO E MELO, 2014, p. 91).

Estamos aqui tentando problematizar mais uma formulação que tem na defesa do trabalho o ponto de vista de sua crítica. Silva, Bueno e Melo (2014) reconhecem, inclusive, que a mecanização do corte de cana é uma combinação entre exploração do trabalho por meio da mais-valia relativa, com aumento da produtividade do corte da cana e mais-valia absoluta, com a superexploração dos pilotos de colhedeira e tratoristas para acumulação ampliada capitalista.

Ao criticarem a combinação entre mecanização do corte de cana e superexploração do trabalho as autoras partem de uma formulação que hipostasia o trabalho (como ontologia do trabalho) e criticam a alienação do produto do trabalho do trabalhador por uma classe que se beneficia disso. A não incidência da crítica na forma mercadoria em processo, mas somente na relação de exploração, não permite às pesquisadoras problematizarem o desemprego estrutural causado pelo aumento da composição orgânica dos capitais da agroindústria canavieira como crise de sua acumulação e ficcionalização da produção de mercadorias.

Por partirem (SILVA, BUENO e MELO, 2014) de uma ontologia do trabalho e da defesa do trabalho, como defesa de sua reprodução, inclusive, enxergam a continuidade da própria reprodução ampliada capitalista (por meio da exploração do trabalho), o que formulamos anteriormente como fetichismo de capital para o momento

atual. É sobre tal lógica identitária entre sujeito – objeto, ou trabalho – mercadorias, que está embasada a formulação de Silva, Bueno e Melo (2014) de defesa de um trabalho humano “digno”, em oposição à crítica à existência de “atividades anômalas” / “formas de trabalho degradantes” (SILVA, BUENO e MELO, 2014). Além disso, nessa identidade sujeito – objeto está também implícita a continuidade de uma perspectiva de modernização “positiva”, em oposição à “modernização trágica”, crítica já presente em Silva (1999), pela qual passamos anteriormente. Apesar de Silva, Bueno e Melo (2014) não proferirem explicitamente, na formulação acerca da mecanização do corte de cana, a defesa de outra modernização, a idealização da realização do trabalho nos seus produtos não deixa de reproduzir momentos da forma social da mercadoria que nos sujeitam (como dominação social) ao processo modernizador, já que o mesmo aparece, nas autoras, como capacidade do homem controlar o produto de seus trabalhos para se satisfazer, ou seja, de positividade do trabalhador como sujeito da dominação sobre as coisas.

O argumento das autoras, de defesa do trabalho e não de crítica à sua reprodução, repõe a produção de mercadorias no nível de produtividade atual e a determinação crítica da ficcionalização para reprodução da mediação dos trabalhadores pelas mercadorias, o que reproduz: a dominação abstrata dos trabalhadores como sujeitos sujeitados à forma social da mercadoria (determinação aos seus desdobramentos contraditórios e críticos), mesmo se proprietários dos meios de produção; a concentração e centralização dos meios de produção; os processos de modernização; a alta composição orgânica dos capitais; o capitalismo de cassino em crise; a superexploração do trabalho; o desemprego estrutural...

Importa explicitarmos novamente que o reconhecimento do desemprego causado pelo processo de mecanização está em Silva, Bueno e Melo (2014) criticado como apagamento promovido pelo olhar que se dirige para o capital constante, no caso a colhedeira de cana. Apesar de no texto aqui abordado (SILVA, BUENO e MELO, 2014) não ficar explícita qual crítica o ressaltar do desemprego como particularidade concreta pode mobilizar, diríamos que nos parece ser possível especular que as autoras defenderiam a constituição de postos de trabalho que pudessem realizar os trabalhadores por meio de seu próprio trabalho. Parece que a crítica ao desemprego é uma crítica ao sentido do processo social ser de beneficiamento dos “empresários”, o que teria para elas movido, inclusive, a mecanização do corte de cana e o próprio desemprego.

Perguntamo-nos se as autoras Silva, Bueno e Melo (2014), ao enfocarem sua

crítica nas formas degradantes de trabalho e positivarem formas “mais humanas”, “dignas” ou “normais” de trabalho, não estariam reproduzindo, por meio de suas formulações teóricas, os próprios fundamentos sociais que determinam a existência destas formas de trabalho que sabemos pretenderem criticar. Pedir pela retomada do produto do trabalho pelo trabalhador, ou inclusive por mais trabalho frente ao desemprego, é apagar a mediação social da mercadoria e seu momento atual de ficcionalização da produção de mercadorias (reprodução do fetichismo da mercadoria) como ficcionalização da reprodução ampliada sempre crítica do capital e do próprio trabalho. Isso impede as autoras de reconhecerem a superexploração de trabalhadores complexos da frente mecanizada, assim como o próprio desemprego, como expressões da alta composição orgânica dos capitais na continuidade deste momento de reprodução fictícia (e não ampliada em termos produtivos de valor) do capital, momento que é o da própria crise do trabalho. Tal crise foi aprofundada com a mecanização do corte de cana no caso da agroindústria canavieira, neste século XXI. As autoras deixam, assim, de entender o trabalho como determinação historicamente constituída e que, para nossa sugestão crítica até aqui, não poderia ser hipostasiado.

c) Thomaz Jr. e o capital fictício como reprodução da luta de classes

Desejamos agora nos debruçar sobre a tese de livre docência de Antonio Thomaz Jr. (2009). Veremos que, na mesma, Thomaz Jr. encampa um movimento de autocrítica a partir do diálogo com formulações teóricas distintas daquela que apresentou em sua tese de doutoramento (2002): “é importante reconhecer que a opção pelo debate e busca de alternativas nos põem atentos aos tensionamentos e desafios próprios do trabalho intelectual” (THOMAZ JR., 2009, p. 63). Partindo do pressuposto de que o que entende por capitalismo passa por transformações a este imanentes, as interpretações de Thomaz Jr. (2009) se voltam para reformular aquilo que defendia em sua tese (2002), sobre a qual aqui já nos detivemos.

Interessa, pois, a abertura de Thomaz Jr. (2009) para o debate crítico como forma da apreensão das transformações sob a sociabilidade capitalista. Sob tal preocupação, destacamos que Thomaz Jr. (2009) desdobra uma interpretação das transformações na agroindústria canavieira que se aproxima da exigência crítica que viemos levando em consideração ao longo deste capítulo 4 de nossa tese, a saber, a necessidade de relacionarmos as transformações nas relações de produção da

agroindústria canavieira, desde o Proálcool até os dias atuais, com as transformações na própria forma da reprodução da acumulação capitalista em processo. Em nossos capítulos 1 e 2, intentávamos estabelecer as bases dessa última transformação, na passagem da reprodução ampliada do capital ao longo do *boom* fordista, até a década de 1970, para a determinação da reprodução fictícia do capital, que nós acreditamos poder estabelecer vigorar atualmente como forma de ser da reprodução da forma social da mercadoria em crise. Sugerimos naquele momento de nosso texto, também, a necessidade de apontarmos para uma transformação na própria reprodução fictícia do capital, após as décadas de 1990 até hoje. Tal transformação passava pela inflação dos ativos financeiros após a estruturação de mecanismos de circulação do dinheiro e de criação do capital fictício como forma de ser da própria reprodução fictícia.

Relacionamos o trabalho do cortador de cana, “boia-fria”, ao primeiro momento de reprodução fictícia do capital supracitado e confrontamos esta formulação com as críticas que focalizavam apenas a particularidade das relações de produção, o que as fazia reduzir sua compreensão crítica do capitalismo a uma crítica dos processos de superexploração do trabalho. A crítica a uma modernização supostamente negativa e a defesa de outra modernização perpassava as interpretações que por nós haviam sido revisitadas.

Retomamos a mesma exigência de totalidade concreta ao observarmos, no presente capítulo, as transformações nas relações de produção da agroindústria canavieira após a hegemonização da colheita mecanizada de cana-de-açúcar, neste século XXI. Abordamos as leituras de Alves (2006); Alves e Reis (2013); e Ramos (2007, 2008, 2011); que destacavam o aumento da produção e produtividade do cortador manual de cana com redução do preço pago por tonelada de cana; assim como a leitura de Silva, Bueno e Melo (2014), que destacaram a superexploração do trabalho de pilotos e tratoristas, já na colheita mecanizada, assim como o surgimento de outras formas de trabalho como a catação de pedras, por exemplo. Apresentávamos nestas interpretações a ausência de uma discussão sobre a forma da reprodução ampliada dos capitais que, se relacionadas com as transformações nas relações de produção da agroindústria canavieira, poderiam levar a um questionamento da naturalização de certas categorias que para nós são imanentes à forma social da mercadoria e precisam ser suplantadas. A categoria de trabalho, que aparece ontologizada em tais interlocutores, poderia assim, com o reconhecimento da ficcionalização da reprodução capitalista, ser repensada historicamente e por isso criticada.

Nossa sugestão, aqui, é que a crítica teórica negativa deve levar a termo a crítica às bases da sociabilidade capitalista, definida aqui por nós como forma social da mercadoria, para não reproduzir idealmente pressupostos fundamentais do funcionamento desta forma social, o que leva à possibilidade – justamente pela hipostasia teórica e consequentemente prática de categorias reais históricas e críticas (como o trabalho) – de reprodução dessa própria forma social.

Thomaz Jr. (2009) leva adiante justamente a necessidade de relacionar as transformações nas relações de produção na agroindústria canavieira¹⁹² com as transformações na forma da reprodução ampliada do capital, tanto em termos globais, quanto no que diz respeito à agroindústria canavieira:

Em outros termos, se faz parte da lógica do capital o permanente revolucionamento das forças produtivas, em algum momento desse processo, pode colocar em questão o próprio processo de acumulação. Assim, se a valorização do valor depende exatamente da exploração do trabalho vivo, humano, ao poupar trabalho de forma radical como se presencia por meio da 3ª revolução técnico-científica, este fenômeno, em consequência, estaria afetando a lei do valor pelo fato de evidenciar que o trabalho abstrato perde de forma crescente e ampliada a capacidade de ser a medida da própria acumulação de capital (THOMAZ JR., 2009, p. 44).

Thomaz Jr. (2009) se atenta para duas consequências inexoráveis da transformação na forma da reprodução ampliada do capital, ao atingir seu momento de ficcionalização, a partir da revolução microeletrônica, a saber: o aumento da composição orgânica dos capitais que leva a uma queda tendencial da taxa de lucro em razão da incapacidade de exploração de trabalho vivo nos processos produtivos, assim como a própria impossibilidade do trabalhador acessar trabalho para se reproduzir. Este segundo momento fica mais claro no excerto a seguir:

O produtivismo da sociedade burguesa alcançou seu limite, porque ao mesmo tempo em que as novas bases tecnológicas ampliaram a produção – a ponto de estarmos imersos em meio a uma crise de superprodução – isso não requereu o emprego de novos braços humanos (THOMAZ JR., 2009, p. 44).

Aqui, interessa pensarmos nas consequências teóricas que Thomaz Jr. (2009) desdobra a partir destas conclusões. Para ele, o cerne de suas preocupações de pesquisa passa a ser as transformações nas relações de produção com as transformações na reprodução da acumulação capitalista. Observa, então, que a dispensa de trabalhadores

---

¹⁹² Vale aqui uma observação. Thomaz Jr. (2009) não restringe sua interpretação à agroindústria canavieira, mas aborda também as formas do trabalho em diversos setores da economia nacional. Iremos aqui nos restringir às relações de produção na agroindústria canavieira em razão do recorte escolhido para o presente texto, mas também por considerarmos que as particularidades concretas neste ramo produtivo podem nos ajudar a alcançar formulações sobre a totalidade concreta da forma social da mercadoria em processo.

produz desemprego estrutural, precarização do trabalho, justamente o que vínhamos destacando aparecer apenas como superexploração para as leituras que não se atentavam para as mudanças nas formas de reprodução da acumulação capitalista e que demandavam o advento da mais-valia relativa:

Nesse amplo campo de externalizações do trabalho, cabem *novas* formas de exploração, sempre renovadas pelo incremento real mês a mês, ano a ano, inclusive com as hordas de desempregados que compõem o desemprego estrutural.

[...] não podemos nos esquecer de que, no bojo da 3ª revolução científico-tecnológica, que começou a dar os primeiros passos após a Segunda-Guerra e só se manifestou nas décadas de 1970-80, tem-se a (re)criação de um *novo* trabalhador, com novas qualificações e natureza multifuncional (polivalente) (THOMAZ JR., 2009, p. 49, grifos do autor).

Queremos aqui retomar a importância (de nosso ponto de vista) das preocupações autocríticas de Thomaz Jr. (2009) ao reconhecer as transformações na forma de reprodução do capital a ponto de fazê-lo derivar daí a crítica do processo modernizador como imanente ao movimento do próprio capitalismo:

É oportuno recuperar a defesa intransigente de Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, da emancipação da classe trabalhadora. Não é o caso de polemizar, tampouco de ampliar esse debate, mas de qualificá-lo para vincular teoricamente o quadro de barbárie e destrutivismo que se reserva aos trabalhadores no capitalismo. Da mesma maneira que, para Marx e Engels, barbárie não estava associada à regressão a um passado tribal, Rosa Luxemburgo enfatiza o fato de que se trata de uma barbárie eminentemente moderna, da qual a Primeira Guerra Mundial oferece um exemplo, muito mais cruel, em sua “desumanidade assassina, que as práticas guerreiras dos conquistadores ‘bárbaros’ do fim do Império Romano” (THOMAZ JR., 2009, p. 49).

Se viemos destacando que, para o momento de hegemonização da mecanização do corte de cana, na agroindústria canavieira paulista e brasileira, neste século XXI, era recorrente a interpretação, nas pesquisas que revisitamos, de que tal processo estava relacionado ao aprofundamento da exploração do trabalho, tal formulação não conduzia necessariamente a uma crítica da própria modernização, que ficava hipostasiada como identidade sujeito-objeto e progresso humano. Aqui, em Thomaz Jr. (2009), a crítica do processo modernizador o conduz a relacionar imanentemente aumento da produção e da produtividade do trabalho, incluído o trabalho na lavoura canavieira (THOMAZ JR., 2002), com o aumento da composição orgânica do capital, o que o faz ressaltar o advento do capital fictício para a reprodução (para ele ainda ampliada e “produtiva”) do capital ocorrer:

O “sistema global” do capital assume hoje um caráter sócio-histórico particular e a globalização, como mundialização do capital e como processo civilizatório humano-genérico, assume o caráter de um *sistema global de controle do capital financeiro*, de um capital fictício e rentista parasitário, ou aquele capital que busca sua valorização de modo fictício. Comparece nesse cenário o expediente dos negócios com papéis (ações, fundos de pensões, títulos da dívida pública e moedas), os quais tendem a se tornar objeto da lógica de valorização do empreendimento capitalista (THOMAZ JR., 2009, p. 117, grifos do autor).

Ao iniciarmos este capítulo 4 de nosso texto apresentamos o “canudeiro” Luís Ferreira como um daqueles cortadores de cana mais produtivos que lograram se reproduzir no grupo de fornecedores de cana que conhecemos após a mecanização do corte de cana-de-açúcar nas suas lavouras. Pudemos comparar dois momentos distintos de encontro com Luís Ferreira. Um primeiro momento, em 2009, se deu quando o cortador conseguia um salário de aproximadamente 3 mil reais e trabalhava todos os dias na abertura de “canudos” para a entrada da colhedeira no talhão de cana-de-açúcar. Depois, nos trabalhos de campo para o doutorado, de 2012 em diante, ao reencontrarmos Luís Ferreira, ele continuava a trabalhar para o mesmo grupo de fornecedores. Porém agora, seu salário havia se reduzido para mais da metade daquele que conseguia em 2009. Sabendo que ele era um cortador muito produtivo e também com o pressuposto do histórico de redução do preço pago pelos usineiros e fornecedores pela tonelada de cana cortada, tentávamos entender quais as causas da redução absoluta de seu salário.

Nem Luís Ferreira soubera nos explicar com certeza e continuava nos dizendo que estavam pagando muito mal pela cana por ele cortada, o que reiterava nosso pressuposto de redução do preço pago por tonelada de cana cortada. Ao conversarmos, porém, com Zé Luís, gerente agrícola do Grupo Bulle Arruda S/A; e com Póli, gerente agrícola do grupo de Usinas Tonon S/A (ambos os grupos de São Paulo), pudemos alcançar que o que estava em questão era a redução absoluta da quantidade de cana disponível para ser cortada por Luís Ferreira, em razão da reforma dos canaviais. Tal reforma dispensava a necessidade do “canudeiro” para abrir uma rua para a colhedeira mecânica adentrar o canavial. A cana passava a ser plantada de tal forma que os últimos cortadores de cana do grupo de fornecedores para quem Luís Ferreira trabalhava já praticamente não necessitavam dele.

Holerite 2 – Luís Ferreira de Araújo: Julho de 2014

Recibo de Pagamento de Salário

Código Nome do Funcionário Competência Julho / 2014 Fl. 70

004014 LUIS FERREIRA DE ARAUJO CORTADOR

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
001	SALARIO	7,00	210,00		
037	ATESTADO	1,00	30,00		
044	D.S.R.	4,00	130,60		
050	I.N.S.S.	8,00		104,98	
056	CONTRIBUICAO SINDICAL			29,00	
060	ADIANTAMENTO S/SALARIOS			828,48	
199	Producao Cortador	1.759,00	595,76		
721	Hora Itineri 50%	30,00	177,90		
799	COMPL. TICKET		168,00		
Total de Vencimentos			1.312,26	Total de Descontos 962,46	
Valor Líquido			349,80		
Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cál. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF
870,00	1.312,26	1.312,26	104,98	483,78	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

DATA 04/08/2014

Ao observarmos o Holerite 2 sabemos que Luís Ferreira está recebendo por produtividade, pelo trabalho a ser realizado como abertura de “canudos” para a entrada da colhedeira de cana em talhões ainda não reformados. Ao mesmo tempo Luís Ferreira realizava outras empreitas na diária, com pagamento fixo por dia trabalhado, conforme a rubrica “salário” (ver Holerite acima). Ali, podemos constatar inclusive o preço da diária de 30 reais, por sete dias trabalhados (relação entre as colunas “referência” e “vencimentos”). Desta forma, podemos dizer que Luís Ferreira passou boa parte do tempo trabalhando em outras atividades que não o corte de cana, pagamento este que aparece sob a rubrica “produção cortador”. O montante mensal que Luís Ferreira teria a receber, para julho de 2014, no meio da safra de cana-de-açúcar, foi de aproximadamente 1.300 (hum mil e trezentos reais). Este pagamento é muito inferior ao que alcançava trabalhando todo o tempo no corte de cana, quando este ainda exigia a presença do trabalho de cortadores manuais de cana-de-açúcar. Vimos que seu colega de trabalho, Luís Carvalho, cortando majoritariamente canudos ao longo do mês (Holerite 1, de 2009), ganhava mais de três mil reais. Vale ressaltar que ambos cortavam juntos, lado a lado, abrindo canudos, assim, o salário deles era praticamente o mesmo.

Um detalhe significativo que o holerite de Luís Ferreira nos apresenta está na coluna “descontos” e é referente à rubrica “adiantamento sobre salários”. Podemos ver a necessidade de Luís Ferreira pedir ao seu patrão um adiantamento sobre sua própria produção de cortador de cana. Tais adiantamentos são necessários, conforme relato do próprio Luís Ferreira, para pagar os vencimentos das dívidas relativas aos eletrodomésticos que comprou no crédito pessoal e que, com a diminuição de seu salário, têm sido parcialmente pagas e com muita dificuldade.

Já mencionamos que em uma de nossas visitas a Luís Ferreira encontramos o cortador realizando a catação do colômbio, com o auxílio de um enxadão. Estava recebendo na diária por tal trabalho. A retirada manual do colômbio foi uma das atividades que surgiram como trabalho para ex-cortadores de cana, assim como outras formas de trabalho concreto que apareceram após a hegemonização do corte de cana mecanizado, nesta primeira década do século XXI. Quando abordamos as formulações de Silva, Bueno e Melo (2014), já destacáramos estas novas formas de trabalho, as quais foram interpretadas pelas autoras, junto do trabalho na própria frente mecanizada, como formas de superexploração do trabalho e de reprodução ampliada do capital pela exploração de mais-valia.

Mesmo que reconhecessem o desemprego causado pela mecanização do corte de cana, as autoras (SILVA, BUENO e MELO, 2014) não se questionavam sobre a possibilidade de reprodução ampliada do capital por meio destas novas formas de trabalho na lavoura canavieira, mesmo com redução absoluta do número de trabalhadores frente ao aumento do capital constante e à mediação do capital fictício utilizados nesta produção agrícola.

O trabalho de Luís Ferreira, na catação do colômbio, acessório, inclusive, à catação química realizada também por este grupo de fornecedores de cana-de-açúcar é uma forma de trabalho concreto que se observado em si, pode parecer um trabalho qualquer, como qualquer trabalho em geral. Observado, porém, em sua relação com o processo histórico de substituição do corte manual de cana de açúcar por meio das determinações da reprodução fictícia do capital, fica-nos a pergunta acerca de sua capacidade de valorização do valor, assim como no que diz respeito a outras formas de trabalho já destacadas anteriormente e que se fazem presentes atualmente na lavoura canavieira, como a catação de pedras, por exemplo.

Tais formas de trabalho parecem ínfimas e incipientes frente ao processo produtivo de cana-de-açúcar mesmo em termos de trabalho concreto nesta lavoura.

Apesar de serem formas de trabalho concreto, quando as relacionamos com o cerne da produção de cana-de-açúcar, elas são periféricas e, inclusive, em número reduzido.

Thomaz Jr. (2009), reconhece, de sua parte, que o que formula como “polivalência” e “precarização” do trabalho no surgimento destas novas formas de trabalho após o aumento da composição orgânica dos capitais a partir da década de 1970, em concomitância com o desemprego estrutural, podem ser resultado de uma redução do trabalho produtivo a ser explorado pelo capital, o que teria implicado em um primeiro momento na redução das taxas de lucro para acumulação capitalista e na necessidade de determinação de processos de ficcionalização sobre a produção de mercadorias para a reprodução das relações sociais capitalistas. Para ele, porém, a “acumulação flexível” (THOMAZ JR., 2009) – por meio de “processos de expropriação” e de “territorialização do monopólio” – continuaria a garantir a reprodução, inclusive fictícia do capital, por meio da exploração do trabalho, formulação da qual divergimos.

Ao apresentarmos nossas sugestões sobre a forma de acumulação da empresa capitalista e a relacionarmos com as relações de produção que encontramos vigentes ao longo do Proálcool (1975 – 1990) – importa-nos agora retomarmos tal argumento – destacávamos a possibilidade de observar-se já um aumento da composição orgânica dos capitais da agroindústria canavieira e sua crise de reprodução ampliada.

Explicitamos tanto o aumento do capital constante utilizado por tal agroindústria como o aumento da produtividade da sua lavoura de cana com redução do trabalho (capital variável) e daí inferimos uma queda tendencial da taxa de lucro e de renda da terra apagada pela reprodução fictícia que a mediava. Mesmo com o aumento do trabalho do cortador de cana, passamos pela redução do trabalho utilizado na lavoura de cana em geral, o que servia como fundamento de nosso argumento sobre não apenas uma redução relativa do capital variável em relação ao crescimento do capital constante, mas também servia para observarmos a manifestação da redução da massa absoluta de mais-valia produzida socialmente.

Com a hegemonização da mecanização do corte de cana, conforme pudemos explicitar para este século XXI, agora mediada por novas formas de reprodução fictícia dos capitais da agroindústria canavieira – formas universalizadas de reprodução crítica do capital global, como ressaltamos no capítulo 2 do presente texto – parece podermos sugerir que tal determinação da mediação fictícia aprofunda ainda mais o aumento da composição orgânica dos capitais e corrobora a discussão acerca de redução absoluta do

trabalho produtivo nas unidades empresariais produtoras de mercadorias, mesmo com o que aparece como aumento da superexploração do trabalho. Cabe-nos agora tentar responder sobre a necessidade para o capital destas novas formas de trabalho que parecem periféricas e incipientes para a própria produção de mercadorias (como a catação manual do colono ou de pedras na lavoura canavieira) com reprodução fictícia por meio da inflação destas mercadorias como ativos financeiros.

A crítica de Thomaz Jr. (2009) ao processo de modernização, importa retomarmos, é uma autocrítica em relação à sua tese de doutoramento (2002), a qual criticamos por, em parte, também defender a continuidade da modernização em outros moldes. Ao tematizar o Proálcool, Thomaz Jr. (2002) interpretou a industrialização da agricultura como aprofundamento da exploração do trabalho e a classificou por uma “modernização conservadora”, já que, apesar de possibilitar, sob sua leitura, o alcançar da mais-valia relativa, com distribuição da riqueza produzida em uma relação social capitalista, não teria realizado tal idealidade em razão da derrota dos trabalhadores na luta de classes (por meio do sindicalismo) contra a burguesia proprietária dos meios de produção. Para Thomaz Jr. (2002), a luta de classes, desdobrada, levaria à apropriação dos trabalhadores dos meios de produção, o que os faria dispor do fruto de seu trabalho para realização do trabalho humano nas coisas, superando a alienação como aquilo que caracterizaria o capitalismo.

Já em sua livre docência (2009), Thomaz Jr. abandona uma formulação que vislumbra outra modernização, positiva. Ao observar a continuidade dos processos de modernização, Thomaz Jr. reconheceu a negatividade imanente a estes enquanto devir próprio à sociabilidade capitalista, sendo tal processo responsável pela expulsão do trabalhador do processo produtivo e da própria ficcionalização da acumulação capitalista. Consequentemente, a partir da precarização do trabalho e do desemprego estrutural promovido pelo aumento da composição orgânica do capital, fica impossível esperar um suposto regresso à mais-valia relativa como cerne da retomada de uma impossível reprodução ampliada do capital. Tal síntese crítica aos desdobramentos do processo de modernização trazem, por sua vez, outros problemas para a crítica de Thomaz Jr. (2009) à sociabilidade capitalista que desejamos agora tematizar.

É por essa via que vinculamos a crise do capital – e não somente do capitalismo – seu destrutivismo imanente, próprio da sua forma metabólica e a crise do trabalho abstrato como elementos imprescindíveis para discutirmos a centralidade do trabalho e o futuro da sociedade, o que põe em relevo que “as

crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação” (THOMAZ JR., 2009, p. 47).

Dito de outra forma, o *processo de proletarização* que marca a ocidentalização do mundo, protagoniza um movimento sócio-histórico estrutural e impõe um *tipo humano* submetido às coisas ou ao poder das coisas, ou seja, o homem alienado ou homem desefetivado como sujeito (THOMAZ JR., 2009, p. 41, grifos do autor).

O trabalho, que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo, reduz-se à possibilidade de subsistência do despossuído. **Ricardo Antunes**¹⁹³ (THOMAZ JR., 2009, p. 23).

Não fica difícil de reconhecer, novamente agora em Thomaz Jr. (2009) uma formulação ontológica de trabalho, a qual explicitamos e sugerimos necessária de ser criticada em conjunto com a forma social que determina tal forma de consciência, a forma mercadoria e seu fetichismo.

Se viemos problematizando a necessidade de se vincular, como totalidade concreta, transformações nas relações de produção no processo de desdobramento da forma social da mercadoria com as transformações na forma de reprodução ampliada do capital, até chegarmos em sua ficcionalização, podemos dizer da insuficiência deste procedimento, já que não garante, como em Thomaz Jr. (2009), a realização da crítica que sugerimos ao longo desta tese, a saber, a crítica da forma mercadoria da relação social e de sua consequente naturalização na forma da ontologia do trabalho. Não cabe aqui cobrar nada enquanto uma crítica correta, mas sugerir para o debate (já aceito por Thomaz Jr., 2009) que ao não levarmos tal crítica a cabo incorremos no risco da reprodução teórica de fundamentos desta própria forma social, a qual determina nossa própria subjetividade das objetivações socialmente postas.

Assim, a crítica que Thomaz Jr. (2009) empreende – acirramos aqui com a abordagem a seguir – parece cindir trabalho abstrato e trabalho concreto, formulação que os excertos supracitados do autor nos permitem levar adiante. A crise de valorização do valor, com expulsão do trabalho do processo produtivo, a qual o leva a reconhecer a derrota do proletariado frente a uma luta por outra forma de modernização, seria uma crise apenas do lado abstrato do trabalho, entendido, assim, como histórico, já que com processo de formação e consequentemente de crise, a qual Thomaz Jr. (2009) parece reconhecer.

---

¹⁹³ O excerto citado é a epígrafe para o início da livre docência de Thomaz Jr. (2009), e está no capítulo intitulado “Apresentação”. Assim, optamos por deixar o nome do autor da epígrafe, Ricardo Antunes, conforme aparece em Thomaz Jr. (2009, p. 23). Vale pontuar que Thomaz Jr. (2009, p. 23) não explicita a referência bibliográfica de tal excerto.

Além disso, sua crítica aos processos de modernização, como “destrutivos”, em razão de sua inexorabilidade e das consequências irreversíveis destes para a classe trabalhadora, é uma crítica da relação social por meio das mercadorias em um sentido diverso daquele que viemos defendendo ao longo de toda a tese. Para Thomaz Jr. (2002 e 2009), a mediação da mercadoria é criticada por promover o apagamento, na subjetividade das personificações sujeitadas à sociabilidade capitalista, daquele que seria o verdadeiro produtor destas mercadorias, a classe trabalhadora. Isso fica explícito na epígrafe de Thomaz Jr. (2009) ao escolher o excerto supracitado de Ricardo Antunes, de positivação do trabalho, de ontologia do trabalho.

Assim, Thomaz Jr. (2009), localiza historicamente o trabalho abstrato, mas hipostasia o trabalho concreto, o qual, para ele, pela dominação de classe sob o capitalismo e por meio das próprias abstrações do capital, seria apropriado pela classe proprietária dos meios de produção para seu desfrute. Tal formulação, ademais, se aproxima muito das formulações em ontologia do trabalho de Harvey (2011) e Lukács (2012), as quais dedicamos grandes esforços para explicitarmos as diferenças entre estas e nossas interpretações ao longo do capítulo 2 desta tese.

Thomaz Jr., assim, continua por compreender a essência da sociabilidade capitalista como luta de classes, como contradição entre capital e trabalho, assim como o fez em sua tese de doutorado (THOMAZ JR., 2002). Sua crítica incide no “sugar do sangue do trabalhador” (HARVEY, 2011) por parte da burguesia, anacrônica neste momento de incapacidade de reprodução ampliada capitalista em razão de sua crise do trabalho. A defesa da tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora como realização da identidade sujeito-objeto (dialética positiva) parece, assim, continuar a ser um momento importante de nosso distanciamento em relação à sua crítica ao capital (THOMAZ JR., 2002 e 2009).

Para encaminharmos a conclusão acerca da sugestão crítica que viemos percorrendo ao longo da presente tese, e que a aproximação à Livre Docência de Thomaz Jr. (2009) nos permite realizar, ressaltamos que para nós a relação social da mercadoria não se destitui necessariamente com a tomada dos meios de produção pela classe sem acesso aos mesmos. O fetichismo (da mercadoria, de capital, de trabalho), como forma de consciência da sociedade produtora de mercadorias, determinaria a hipostasia da positivação da realização do homem nos objetos ou do trabalho nos seus produtos, o que apagaria a negatividade da continuidade da relação social por meio das mercadorias com a socialização dos meios de produção. A defesa da realização dos

homens por meio das coisas reproduz a mediação social da mercadoria e seus desdobramentos contraditórios que incluem a determinação da concorrência, a concentração dos capitais (propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho como finalidade tautológica do capital), a formação da taxa média de lucro, a queda tendencial da taxa de lucro e a determinação de crise de sociabilidade como crise da forma mercadoria de mediação social, com os processos de ficcionalização da produção de mercadorias. É desse desdobramento concreto que advém o supracitado anacronismo de fundarmos a contradição basilar capitalista na luta de classes entre capital e trabalho.

Sugerimos, assim, que uma formulação que hipostasia o trabalho se preocupa com a realização do homem nas coisas e não com a forma da relação social (da maneira que viemos sugerindo até aqui) entre os homens (constituídos nesta sociedade) e que apontamos necessária de ser suplantada. O entendimento que cinde trabalho abstrato e trabalho concreto, como se um fosse determinado pelo capital e o outro ontológico, idealizando o último como realização do sujeito, deixa de tematizar que a própria abstração “concretude” é uma forma de consciência determinada pelo fetichismo da mercadoria que idealiza uma identidade sujeito – objeto na forma da riqueza própria a esta sociedade, a mercadoria, e é uma forma de dominação social abstrata sobre os sujeitos sujeitados, formados nesta forma mesma.

A crítica de Thomaz Jr. (2009) à dominação das coisas, presente no excerto supracitado, é uma crítica à alienação (como em Lukács, 2012) do trabalhador em relação ao fruto de seu trabalho por outra classe social e não uma crítica ao trabalho como dominação social. A determinação da necessidade de continuar a trabalhar, como necessidade de continuar a se mediar por meio das mercadorias e de submeter os sujeitos sujeitados a esta forma social, parece não se extinguir com a hipostasia de uma dialética positiva entre trabalhadores e o fruto de seu trabalho, a partir da apropriação dos meios de produção para sua realização nas coisas.

Ao tematizarmos a reprodução crítica fictícia da agroindústria canavieira, tentamos sugerir que a determinação da inflação de seus ativos (sejam ações das empresas em bolsa, seja o preço do açúcar no mercado de futuros) é a mediação crítica contemporânea para sua produção de mercadorias. Esta produção, que demanda cada vez menos trabalho para se realizar, não logra valorizar o valor como cerne da reprodução capitalista atual; mesmo que produza açúcar, o realize com sua venda e este seja consumido. A ficcionalização da produção de mercadorias nos exige formularmos o

problema da crise do *sistema mundial produtor de mercadorias* (KURZ, 1999) e do próprio trabalho (KURZ, 1999). Formulávamos o fetichismo da mercadoria¹⁹⁴ como subjetividade positiva da forma de aparecimento do valor na corporeidade da mercadoria – já que não deveríamos entender aquele como contido nesta corporeidade (KURZ, 2004) – o que Marx denominou por *fantasmagoria* (MARX, 1983). A contradição imanente a tal fantasmagoria, entre valor produzido pelo trabalho e valor de uso das mercadorias já exige uma crítica negativa da relação sujeito – objeto. O que estamos sugerindo, ressaltamos novamente como síntese de nossa crítica, é que o fetichismo da mercadoria – no momento da crise do trabalho e consequentemente, no momento de crise desta própria forma social – ocorre com a continuidade da fantasmagoria por meio da ficcionalização da identidade sujeito – objeto. Em razão da criação fictícia de dinheiro se repõe a aparência da corporeidade das mercadorias ser contida de valor.

A diminuição do trabalho vivo, na agroindústria canavieira, como parte de um processo que abrange o capital a nível global, se aprofundou ainda mais neste momento de reprodução fictícia do capital, neste século XXI. A necessidade de certos trabalhos concretos, reduzida a certos trabalhos manuais, por exemplo, como a catação do colônio e a catação de pedras, não são universais para a lavoura canavieira, nem paulista, nem brasileira. Estas atividades estão presentes, mas em muitas situações a agroindústria canavieira pode se reproduzir sem as mesmas. Já os pilotos de tratores e colhedoras são essenciais para a produção de cana-de-açúcar, mas mesmo estes estão sendo substituídos pela automação dos processos produtivos por meio de computadores controlados via GPS (*Global Positioning System*). Ou seja, inclusive tal forma de trabalho na colheita mecanizada poderá ser desnecessária, mas ainda não sabemos ao certo.

Concomitantemente, a necessidade social de se vender como força de trabalho no tempo médio de produtividade para receber dinheiro e acessar mercadorias continua a operar como forma de dominação abstrata real sobre os sujeitos sujeitados à forma mercadoria de mediação social. A necessidade de trabalhar continua a nos oprimir como dominação social. Estamos determinados ao devir impessoal da sociabilidade capitalista em processo crítico e autodestrutivo. Formulamos que a modernização retardatária

---

¹⁹⁴ Neste momento pretendemos apenas repassar argumentação anteriormente desdobrada e fundamentada. Para maiores detalhes favor ver capítulo 2, item 2.3 – “Fetichismo de valor de uso e crítica negativa à lógica identitária”.

brasileira, dos anos 1950 aos 1980, teria constituído um mercado nacional de força de trabalho, autonomizado da capacidade de exploração de trabalho por parte das empresas capitalistas, incluída aí a agroindústria canavieira, que mesmo com a disponibilidade de força de trabalho superproduzida, não lograva se reproduzir sem mediação fictícia, a partir dos anos 1960 e 1970.

Para o momento atual, desejamos formular que tal superoferta de trabalhadores se aprofundou ainda mais conforme as transformações na forma de reprodução fictícia do capital global, as quais determinaram seu processo de aumento da composição orgânica, o aprofundamento de sua dessubstancialização e a ampliação da lacuna (autonomização) entre a necessidade de trabalhadores por parte das empresas capitalistas frente a necessidade de arranjar trabalho por parte dos trabalhadores. Assim posto, a concorrência desenfreada pelos postos de trabalho determina, na crise da forma social da mercadoria, a luta de todos contra todos pela sobrevivência nesta forma mesma, justamente o que fundamenta a criação de trabalhos periféricos à própria produção de mercadorias, quase desnecessários, como no caso da lavoura canavieira. Aceitamos as piores condições de trabalho, sob alta produtividade, como necessidade socialmente posta de sobrevivência, dominados pelos desdobramentos da crise do sistema mundial produtor de mercadorias.

Nem mencionamos aqui os impactos, que aprofundam tal processo de crise de sociabilidade, relativos às falências que o processo de desindustrialização atual da agroindústria canavieira (com diversos fechamentos de unidades produtivas, conforme já destacado) estão gerando em termos de postos de trabalho. Tal desindustrialização está estritamente relacionada à forma atual de reprodução fictícia do capital, a saber, o capitalismo de cassino da inflação e deflação dos preços dos títulos de propriedade e duplicatas de mercadorias. Fica aqui apenas a constatação e a reiteração da necessidade de crítica da mediação da mercadoria e do trabalho (como sua consequência) como potencialidade contraditória da superação do capital como relação social.

Sugerir a crise da reprodução ampliada capitalista e a crise do trabalho não nos interessaria se não pudéssemos, através destas como particularidades concretas – que supomos termos logrado apresentar por meio da agroindústria canavieira, sua espacialização e suas relações de produção – alcançar o devir contraditório da própria forma social da mercadoria como totalidade concreta. A atual crise fundamental da forma social só pode ser sugerida se tivermos sido bem sucedidos em apresentar, como crítica negativa, uma forma de compreensão desta crise a partir da apresentação da

apreensão das suas formas de aparecer nas transformações das particularidades concretas acima citadas, o que pudemos explicitar como processo de autonomização e crise das categorias capital, terra e trabalho (referentes aos capítulos do presente texto), conforme categorias marxianas de *O Capital* (MARX, 1985, L. III, tomo II, cap. XLVIII).

A crise da sociedade do trabalho como crise fundamental atual da forma social, ao mover a possibilidade de criticarmos a identidade sujeito – objeto como fetichismo (da mercadoria, de dinheiro, de capital, de trabalho), de certa maneira apreensível em razão de sua atual ficcionalização, exige que derivemos uma crítica do fetichismo de sujeito, inclusive do sujeito teórico crítico, conforme nosso lugar na divisão social do trabalho. Aqui, formulamos a necessidade reiterada da crítica às práticas reprodutoras, dada a contradição imanente sujeito – objeto, assim como a insuficiência da crítica teórica para a suplantação da forma social da mercadoria. Para nós, não há prática transcendental, a qual deve sempre ser criticada teoricamente naquilo que reproduz dos fundamentos da forma social. Tampouco há crítica negativa da forma social da mercadoria que garanta sua destruição, precisando, por isso, se criticar e se implodir conforme processo de destituição desta forma mesma. Reconhecemos, no próprio processo de desdobramento contraditório da forma social da mercadoria, o qual viemos tematizando como totalidade concreta, a insuficiência e parcialidade de nossas formulações, já que determinadas e imanentes a tal processo. Por isso, não proferimos um ceticismo em relação à crítica teórica negativa dos fundamentos de reprodução da forma social, não abrimos mão da crítica teórica às práticas e teorias reprodutoras (inclusive para não cairmos no cinismo) e, tampouco, supomos a crítica negativa como efetivação de uma relação sujeito-objeto positiva no que tange ao próprio processo de implosão da forma social da mercadoria e de seu fetichismo.

Considerações Finais

Devemos, por fim, problematizar alguns dos aspectos que conseguimos formular ao longo desta tese, agora terminada. Aparentemente, teríamos assumido um recorte privilegiado para abordarmos a crise do capital e do trabalho como sua substância. A agroindústria canavieira paulista, conforme a apresentamos ao longo deste trabalho, teria nos permitido observar um ramo da economia brasileira que esteve profundamente entrelaçado com o *boom* das *commodities*, se aproveitou dos bons preços do açúcar para especular nos mercados de derivativos de câmbio, se endividou e se expandiu exponencialmente (em produtividade, produção e área) e expulsou trabalho de seu processo produtivo em números absolutos. Não seriam casuais, assim, as falências generalizadas que vêm ocorrendo em tal agroindústria nos últimos anos.

Desta forma, assumimos aqui a possibilidade de relacionarmos a agroindústria estudada nesta tese com outros ramos da economia nacional ou até mundial, como por exemplo, a expansão recente da produção de soja no Brasil, concomitante à da cana-de-açúcar. Também ao nível das formas de aparecimento da empresa capitalista no mercado, a produção de soja parece não ter sido “abalada” pelos fenômenos de crise econômica, a partir de 2007/2008.

A deflação dos preços das *commodities*, incluído aí os da soja no mercado de derivativos internacional, não tem conduzido à bancarrota de empresas deste setor, mas inclusive à continuidade da sua expansão em produção, produtividade e área, mesmo tendo que exportar muito mais para manter as mesmas “receitas” (sendo a soja um exemplo dentre algumas outras *commodities* que têm apresentado características de mercado semelhantes). O que explicaria tal diferença para além da concomitante subida do preço do dólar em relação ao real? Obviamente não cabe aqui tentarmos responder de forma suficiente a esta pergunta, já que nos demandaria outra pesquisa como a que acabamos de apresentar.

Trazemos tal problemática, por sua vez, de maneira nenhuma para relativizarmos o que acabamos de finalizar, mas sim para tentarmos argumentar contra a aparente insuficiência da parcialidade do recorte que nesta tese apresentamos.

Uma indagação semelhante poderia se dirigir às nossas formulações sobre a redução dos postos de trabalho na agroindústria canavieira. Poder-se-ia argumentar que, nos últimos anos da primeira década do século XXI, o trabalho na construção civil, tanto paulista como brasileira, por exemplo, teria aumentado em números absolutos.

Mesmo tal argumento – apesar de que, com o aprofundamento das aberturas em bolsa de valores por parte de incorporadoras, empreiteiras e construtoras e com seu consequente desenvolvimento das forças produtivas, tenhamos podido observar recentemente o aumento da composição orgânica dos capitais na explicitação da redução dos postos de trabalho (isso pra não falar da crise atual) neste setor –, que vem acompanhado da caracterização do crescimento do chamado “trabalho com carteira assinada” no país até mais ou menos 2012/2013, poderia ser concebido como contraposição às nossas formulações.

Diríamos que desde o início desta tese tentamos relacionar a particularidade da agroindústria canavieira paulista com uma concepção de totalidade da forma social da mercadoria, a qual acessamos no diálogo com autores que abordam tal totalidade, seja por meio da discussão acerca da acumulação global do capital, seja por meio da discussão da própria reprodução deste como forma social.

Assim, o movimento que nosso texto tentou apresentar não foi o de supor alcançarmos o capital global por meio de características que abstraíramos a partir da própria agroindústria canavieira, o que nos faria incorrer em uma metonímia (ADORNO, 1995), no sentido de tomarmos a parte pelo todo.

Muito pelo contrário, tentamos por meio de indícios (KURZ, 2014) apresentados pela agroindústria canavieira, ou seja, indiretamente, mediar sua particularidade com a totalidade em processo da forma social e com o capital social a nível global, este último conforme apresentados pelos autores que abordamos ao longo do presente texto. Somente desta forma poderíamos encontrar na parte (agroindústria canavieira) imanentemente o todo da forma social.

Isso não quer dizer que a parte seja apenas reflexo do todo e vice-versa. É somente por meio dos indícios de diversos pontos de abordagem das partes que podemos conceber uma ideia de totalidade concreta, a qual deve ser sempre novamente contraposta às particularidades acessadas por nossa subjetividade, a fim de apreendermos os desdobramentos da própria forma social como totalidade em devir contraditório.

Tal movimento deveria ser, assim, realizado se desejássemos abordar a agroindústria da soja ou a construção civil, o que nos levaria a observar suas mediações com a totalidade da forma social e com a reprodução global do capital para podermos questionar o que não apareceria como reprodução crítica ou crise do trabalho se ambos os setores, respectivamente, fossem observados estanques em si mesmos.

Por fim, algo como uma pesquisa sobre o capital a nível global tampouco seria de menor interesse, mas também só poderia se dar por meio de indícios de diversas de suas partes, o que também exigiria diversas mediações. Desta forma, a agroindústria da soja, no Brasil, hoje, não deixa de estar determinada pela inflação e deflação dos preços da soja como derivativo no mercado de futuros, assim como o *boom* imobiliário brasileiro do segundo governo Lula e do primeiro governo Dilma está intimamente relacionado a uma capacidade de financiamento por parte do Estado brasileiro e das empresas do setor em questão que para nós nada tem a ver, por exemplo, com uma acumulação prévia produtiva de capital, conforme pretendemos ter explicitado no percurso desta tese.

Ainda seguindo nossa chave interpretativa, a própria “ascensão das camadas médias” brasileiras ocorrida por meio do crédito pessoal e que conduziu a um crescimento do trabalho com carteira assinada, em razão do “aquecimento” da economia nacional medido por meio do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), absolutamente não significa crescimento do trabalho produtivo em termos categoriais. Aliás, tal crescimento só poderia ser constatado, ainda sim indiretamente, ao observarmos o processo de produção de mais-valia em termos do capital global. Pelo contrário, para nós, estaríamos justamente diante de um fenômeno que abordamos no capítulo 2 desta tese ao caracterizarmos as formas de reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira com sua inflação de ativos (ações em bolsa, terra, açúcar). Destacamos ali que tal inflação de ativos aparecia no balanço das empresas como altos lucros, mas explicitamos a intermediação da reprodução crítica fictícia para produção de mercadorias, no caso o açúcar, o que não deixa de ser uma reprodução improdutiva do capital em termos de valorização do valor, a qual só se realiza quando há exploração do trabalho nos níveis necessários para a reacoplação do capital em questão ao processo produtivo na ou abaixo da média social, atualmente significando tal média muito pouco trabalho a ser explorado para poder valorizar valor.

A incapacidade das usinas de açúcar, etanol e eletricidade em se reproduzirem quando da deflação de ativos, a partir de 2007/2008, nos traz fortes indícios da determinação do capital fictício em sua reprodução. Porém o aparente inverso, a não manifestação da bancarrota generalizada em um ramo da economia capitalista ou no capital de um país, ou até mesmo generalizadamente ao nível global, por sua vez, não significaria de forma alguma sua não determinação por processos críticos de ficcionalização.

Eleutério Prado, em seu ensaio *O marxismo oracular de Robert Kurz* (2012b), questiona as formulações deste último acerca do colapso do capitalismo. Prado (2012b) afirma ter Kurz se equivocado em prever que a crise do capitalismo ocorreria por meio de uma depressão profunda e generalizada que estaria próxima de ocorrer, em razão da crise do trabalho e da intermediação do capital fictício para reprodução da sociabilidade capitalista.

Ora, Kurz (1995 e 2014) estava muito menos preocupado em prever como apareceria socialmente a dissolução final do capitalismo ao sugerir a crise irreversível dos fundamentos da valorização do valor em termos de reprodução do capital social global do que em se posicionar em relação à imanência do devir contraditório da forma da mercadoria a fim de criticá-la com determinidade histórica, sempre com a intenção mediada de superá-la. Desta forma, para Kurz, não caberia uma crítica acerca de suas previsões, já que o mesmo não pretende se antecipar às consequências catastróficas das ações fetichistas dos sujeitos sujeitados a esta forma social, antecipação que cabe na maior parte das vezes àqueles que acreditam poder realizá-la no afã de salvar e reproduzir tal forma mesma. Kurz (1995) destacara a possibilidade de reprodução fictícia do capital parecer com a continuidade de sua reprodução ampliada produtiva, isso se observássemos apenas os lucros das empresas, o crescimento do PIB, a expansão do número de mercadorias produzidas ou o aumento da superexploração do trabalho. Para nós, a não generalização de falências de empresas e países está relacionada às políticas de compra de títulos “podres” por parte de países do centro do capitalismo que imprimiram dinheiro como nunca, aumentaram as dívidas destes mesmos países, empresas e sociedade civil, o que obscureceu no fenômeno a crise desta forma de reprodução fictícia do capital, apesar disso não alcançar em nada seus fundamentos e por isso não poder ocorrer *ad infinitum*. Aliás, mesmo uma bancarrota generalizada não significaria a saída do capitalismo, mas sim a sobrevivência nesta forma social em crise, o que já ocorre ao entendermos o *colapso da modernização* (desde os anos 1970 – KURZ, 1999) como a crise histórica irreversível das categorias do capital (capital, terra e trabalho) e não simplesmente como as suas manifestações de crise na superfície das relações econômicas entre Estado e mercado.

A crítica do valor e do trabalho, à qual Robert Kurz se dedicou, parece preocupada em ressaltar as mudanças qualitativas na forma de reprodução social capitalista com a intenção de apreender seus próprios desdobramentos internos, a relação destes com mudanças na forma do sujeito moderno, nas relações de trabalho, ou

seja, as mudanças internas à forma da relação entre os homens por meio das mercadorias. Para isso, Kurz (1995 e 2014) não poderia simplesmente aplicar as formulações críticas de Marx para a atualidade, mas precisava desdobrá-las, o que tentou fazer ao formular uma crítica teórica radical capaz de incorporar os desdobramentos concretos da forma social em devir. A crítica negativa, assim, não se apresentou para ele como pronta ou definitiva (KURZ, 2014).

De nossa parte, não poderíamos adivinhar o que ocorrerá com a agroindústria canavieira paulista ou brasileira, nem com a forma de reprodução fictícia do capital em termos globais. A partir do conceito de reprodução fictícia do capital, que atualmente ocorre por meio da inflação de títulos de propriedade e duplicatas de mercadorias, podemos nos perguntar acerca da possibilidade desta agroindústria parecer se reproduzir por meio de lucro quando de uma nova rodada de inflação dos preços das *commodities* ou de suas ações em bolsa de valores. É impossível dizer, inclusive, se esta forma de reprodução fictícia continuará a ser determinante, se nova forma de reprodução fictícia se estabelecerá (o que não significa a saída da crise histórica fundamental da forma mercadoria) ou se a própria “estabilidade crítica” estará em rodadas cada vez mais rápidas de inflação e deflação dos preços de ativos de ramos econômicos, nichos do mercado financeiro ou países. Justamente este cassino tem sido a realidade atual.

No que diz respeito à espacialização atual da agroindústria canavieira, poderíamos sugerir que o investimento no açúcar como ativo está cada vez mais crítico em termos econômicos, o que levou a um descolamento entre o investimento desta agroindústria nesta *commodity* ou na terra como ativo. No geral também, o preço da terra, no Brasil, se descolou do preço das *commodities*, em queda no mercado internacional.

A expansão em área por parte da produção de cana-de-açúcar continuou a acontecer, nesta segunda década do século XXI, mas as últimas informações nos mostram que já ocorrem desativações de algumas áreas por parte de usinas que vão à bancarrota e não têm suas produções incorporadas por concorrentes. Ao mesmo tempo em que muitos trabalhadores não estão recebendo os salários atrasados, principalmente após a falência das empresas, algumas ocupações de terra já foram promovidas nos últimos meses. A queda no preço da terra como acompanhamento da queda nos preços das *commodities* é imprevisível e nada garante que isso ocorra. Ou seja, as terras podem ser recompradas e ao mesmo tempo não produzirem nenhuma mercadoria. Aliás, nada garante que os preços das *commodities* não voltem a subir e depois, novamente, a cair...

A crítica negativa deve se manter aberta a se modificar conforme a objetividade fantasmagórica da sociabilidade capitalista também se transforma, como devir interno a si mesma.

No limite, as condições de reprodução da vida do trabalhador, sob os critérios imanentes à forma social da mercadoria, retrocedem ainda mais, conforme os fenômenos de crise se aprofundam no Brasil. Isso significa, por sua vez, que vamos sendo arrastados pelo sentido autodestrutivo da crise do capital. Isso não significa, por outro lado, maior tomada de consciência da necessidade de sua implosão. O aprofundamento do racismo, da xenofobia, do machismo, do antissemitismo, manifestando-se em sua superfície também como desigualdades sociais, é neste momento o contexto hegemônico.

Tal aprofundamento da luta de todos contra todos, por sua vez, já se mostrava na “ascensão das camadas médias” promovida pelos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), na primeira década do século XXI. Postas as determinações de reprodução fictícia do capital, tal “ascensão” só podia ocorrer por meio do crédito pessoal lastreado em políticas distributivistas (como o crédito consignado, por exemplo), os quais fomentaram a ampliação generalizada da produção e do consumo das mercadorias, superproduzidas como reprodução particular da ficcionalização. De certa forma, o aparecimento da crise em termos globais desta forma de reprodução fictícia do capital pode significar também a crise da espetacularização como momento da forma social da mercadoria.

Qualificando sugestivamente isto ainda mais, poderíamos dizer que tal “ascensão das camadas médias”, nos últimos anos da primeira década do século XXI, no Brasil (mas não só, isto foi um fenômeno presente em diversos países de modernização retardatária), não parece ter se desdobrado em formas de subjetividade críticas desta forma social, mas sim aprofundado a guerra social total. Tal guerra aparece em certas manifestações que são polarizadas, mas fazem parte da própria contradição imanente. Ao mesmo tempo em que a família do cortador de cana migrante recebe Bolsa Família, ele se endivida para comprar certas mercadorias e morre de tanto cortar cana. O negro pobre da periferia “trabalhando” ora com carteira assinada, ora como assaltante do banco onde trabalhou, compra celular e moto e morre encarcerado ou chacinado pelo próprio Estado. A mulher da periferia que conseguiu trabalho no comércio local e contrata outra mulher para cuidar dos filhos em casa é estuprada pelo marido alcoólatra desempregado. A própria “ascensão” em números nacionais do

“trabalho” traz em sua forma a *humilhação secundária* (HEIDEMANN, 2004) da “catação de pedras” e do “piloto de colhedeira movida a GPS”; do atendimento no telemarketing e dos “homens-placa” das esquinas das grandes metrópoles. Trabalhar não tem nenhum sentido, mas é necessidade vital social, o fim em si fetichista fictício em crise.

O mesmo Estado que distribui renda só o pode fazer por meio da forma da ficcionalização, a qual alimenta a inflação dos ativos das empresas que promovem o desenvolvimento das forças destrutivas, inclusive. A inflação crítica dos ativos destas empresas (sua capacidade de ficcionalização) está por sua vez lastreada na promessa de necessidade de contenção social e de administração de crise que o próprio desenvolvimento das forças destrutivas / produtivas promove na forma da humilhação secundária: ao mesmo tempo em que produção e consumo de mercadorias para super-auto-produção de imagens (pelo celular e redes sociais, por exemplo) é o critério de sociabilidade, todos o almejam de maneira niilista. Esta super-auto-produção como síntese da abstração própria à sociabilidade da mercadoria formata a “viralização” da imagem como fim em si mesmo, totalmente indiferente ao seu conteúdo, dos colegiais ou universitários amoques estadunidenses ao Estado Islâmico. A “pulsão de morte e a paranoia narcísica” (ARANTES, 2007, pg. 51) são apenas manifestações criadas pelo próprio devir de crise imanente da forma social que servem para justificar a perpetuação nunca idêntica de tal devir. A consequente e atual manifestação do fenômeno de redução dos postos de trabalho disponíveis, que apresenta a mesma forma da recente “ascensão do número de postos de trabalho” da humilhação secundária, impele à concorrência pela própria sobrevivência, explicitação do desemprego como fundamento estrutural e imanente à totalidade deste momento de ficcionalização da acumulação de capital.

Chegamos ao limite no qual a subjetividade coisificada do fetichismo da mercadoria – em seu momento atual de crise da sociedade do espetáculo (o que não é necessariamente o seu fim) – significa a finalidade obsessiva narcísica da superprodução e superconsumo de mercadorias a qualquer custo e a depressão e frieza para com o próprio eu da descartabilidade resultante da crise do trabalho. Não por acaso, a concepção de Paulo Arantes de uma *era de expectativas decrescentes* (ARANTES, 2014), no que ele chamou de *estado de sítio mundial* (2007), se relacionada ao sentido global da sociedade da mercadoria de que podemos estar rumando para o *amoque nuclear*, de Robert Kurz (2003), se coadunam tão bem para

expressar a autodestruição para qual somos impelidos enquanto sujeitos sujeitados na crise desta forma social da mercadoria e do trabalho, forma social por nós criada e reproduzida e que acreditamos poder controlar.

Referências:

Bibliografia:

ADORNO, Theodor. “Sobre sujeito e objeto”. Em: *Palavras e Sinais: modelos críticos* 2. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.

_____. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo, Ed. Ática, 1998.

_____. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2009.

ALFREDO, Anselmo. *Formação econômico-social brasileira; Mobilização do trabalho e configurações territoriais*. Edição do autor, 2005 (mimeo).

_____. *Modernização e contradições espaço-temporais. Geografia Econômica e relação agrário urbana na formação brasileira dos anos 50*. Edição do autor, 2006a (mimeo).

_____. “Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação”. *Revista Geosp*, n. 24, São Paulo, Discurso, 2006b.

_____. *Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica*. Edição do autor, 2010 (mimeo).

_____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo, Editora Annablume, 2013.

ALVES, Francisco J. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. Campinas, UNICAMP, 1991. Tese de Doutorado

_____. “Por que morrem os cortadores de cana?”. *Revista Saúde e Sociedade* v.15, n.3, p.90-98, set-dez 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>>. Sítio consultado em: 30 de setembro de 2014.

_____ e REIS, Leonardo. “Mecanização parcial do corte de cana no estado de São Paulo: o que resta aos trabalhadores manuais?”. Em: *Anais do VII Congresso Latino da Associação Latino-Americana de Estudos do trabalho (ALAST)*, 2013. Disponível em: <<http://congressoalast.com/wp-content/uploads/2013/08/287.pdf>>. Sítio consultado em: 30 de setembro de 2014.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. *A Fronteira Agrícola Centro-Norte Brasileira: Regionalização, Mobilidade do Trabalho, Modernização, Propriedade da Terra e Processo de Urbanização*. Projeto de Auxílio Pesquisa FAPESP, UNICAMP, Campinas, 2011 (mimeo).

ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

_____. *O novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.

BACCARIN, José G. *A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira*. Brasília, Editora Unesp, 2005.

_____; GEBARA, José J. e BORGES, Júlio. “Avanço da mecanização canavieira e alterações na composição, na ocupação, na sazonalidade e na produtividade do trabalho em empresas sucroalcooleiras, estado de São Paulo”. Em: *Informações Econômicas*, SP, v.40, n.9, set. 2010.

_____; GEBARA, José J. e SILVA, Bruna M. “Aceleração da colheita mecânica e seus efeitos na ocupação formal canavieira no estado de São Paulo, de 2007 a 2012”. Em: *Informações Econômicas*, SP, v. 43, n. 5, set./out. 2013.

BASILE, Piero; PORTUGAL, Marcelo. “Os efeitos da dinâmica cambial sobre os ganhos de arbitragem com ACCs e ativos domésticos”. Em: *Textos para discussão do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2007_01.pdf>. Acesso em: setembro de 2013.

BASTIAAN, Reydon. *Mercados de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil*. Campinas, UNICAMP, 1992. Tese de Doutorado.

BASTOS, André da Cunha. *Fornecimento de cana-de-açúcar e integração vertical no setor sucroenergético do Brasil*. Piracicaba, ESALQ, 2013. Dissertação de Mestrado.

BELLENTANI, Natália Freire. *A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético*. São Paulo, USP, 2015. Tese de Doutorado.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Os antecedentes da Tormenta*. Campinas, Editora UNESP, 2009.

_____. *O capital e suas metamorfoses*. Campinas, Editora UNESP, 2012.

BOECHAT, Cássio Arruda. *Região do Colonato: Mobilização do Trabalho e autonomização do Capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista*. São Paulo, FFLCH – USP, 2009, Dissertação de Mestrado.

_____. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. São Paulo, FFLCH - USP, 2014. Tese de Doutorado.

BRAGA, José Carlos Braga. “Financeirização Global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. Em: FIORI, José Luis; TAVARES, Maria da Conceição. *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. São Paulo, Editora Vozes, 1997.

BRASIL ECONÔMICO. “Bolha de crédito do etanol quebrou usinas”. *Brasil Econômico*, de 07 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.brasileconomico.com.br/noticias/nprint/72927.html>> . Sítio consultado em 15 de abril de 2015.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

CAMARGO, A.M.M.P. de; CASER, D.V; CAMARGO, F.P. de; OLIVETTE, M.P.A.; SACHS, R.C.C.; TORQUATO, S.A. “Dinâmica e tendências da expansão da cana-de-açúcar sobre as demais atividades agropecuárias, estado de São Paulo, 2001 – 2006”. São Paulo, IEA, *Informações Econômicas*, v 38(3), pgs. 47-66, 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo e SABADINI, Mauricio. “Capital fictício e lucros fictícios”. Em: *Blog Observatório Internacional de la Crisis*, postado em “Artigos da equipe / Sobre a atual etapa capitalista”, 8 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodelacrisis.org/2011/02/capital-ficticio-e-lucros-ficticios/?lang=pt-br>>. Sítio consultado em 9 de maio de 2015.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Campinas, Editora UNESP, 2002.

CARNEIRO, Ricardo; ROSSI, Pedro; CHILIATTO-LEITE, Marcos; MELLO, Guilherme. “A quarta dimensão: os derivativos em um capitalismo com dominância financeira”. *Texto para Discussão – Instituto de Economia Unicamp*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2011.

CINTRA, Marcos Antonio; FARHI, Maryse. “A arquitetura do sistema financeiro internacional contemporâneo”. *Revista de Economia Política* [online]. 2009, vol.29, n.3, pp. 274-294. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572009000300017&script=sci_arttext>. Acesso em: março, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. *Espaço e Geografia: observações de método*. São Paulo, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2008, Tese de Livre-docência.

DAVIDOFF, Paulo. *Dívida Externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 1970*. Editora Brasiliense, SP, 1984.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura: 1965-1985*. São Paulo, Ícone, 1985.

_____. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2012.

DGF NOTÍCIAS. “FIP Terra Viva espera adquirir mais duas usinas neste ano”. São Paulo, *DGF Notícias*. Disponível em: <<http://www.len.com.br/clientes/dgf/index.php/pt/noticias/arquivo/155-fip-terra-viva-espera-adquirir-mais-duas-usinas-este-ano>>. Acesso em 5 de junho de 2014.

D’INCAO, Maria da Conceição. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes, 1979.

ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura*. São Paulo, Edusp, 2003.

FARHI, Maryse e BORGUI, Roberto Alexandre. “Operações com derivativos financeiros das corporações de economias emergentes no ciclo recente”. *Anais do II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Porto Alegre, UFRGS, setembro de 2009. Disponível em:

< <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2009/02.pdf>>. Acesso em: março, 2013.

FARHI, Maryse. “Derivativos financeiros: *hedge*, especulação e arbitragem”. *Revista Economia e Sociedade*, IE/Unicamp, Campinas (13), p. 93 – 114, dez. 1999.

_____. “O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária”. Em: *Política Econômica em Foco*, nov. 2005 – abr. 2006. Campinas, Instituto de Economia – UNICAMP, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 34ª edição, 2007.

GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Estampa, 1977.

GLOBO RURAL. “Etanol à deriva”, *Globo Rural*, março de 2015, pgs. 14 e 15.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Considerações sobre a expansão recente da lavoura canavieira no Brasil. *Informações Econômicas*, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, v. 39, n. 10, out. 2009.

GONÇALVES, Fernando P. Botafogo. *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília, Tribunal de Contas da União, 1990.

GONÇALVES, José Sidnei. “Salário, Emprego, Modernização e Sazonalidade na Agropecuária: as contradições do processo excludente do desenvolvimento brasileiro”. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 23-39, jan. 1996.

_____. “A eficiência setorial de longo prazo e a concentração da terra e da renda no complexo sucroalcooleiro paulista”. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, v. 38, n. 2, p. 69-115, 1991.

_____. *Do mar de café ao mar de cana ou ainda um mar de braquiária: transformações estruturais e composição da área agropecuária paulista*. São Paulo, IEA, Edição do autor, 2009, (mimeo).

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo, Expressão Popular / Ideias Baratas, 2012.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

HEGEL, G. W. *A ciência da lógica* (excertos). São Paulo, Ed. Barcarolla, 2011. Tradução Marcos Aurélio Werle.

HEIDEMANN, Heinz Dieter, “Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação”. Em: *Migrações: discriminação e alternativas*. São Paulo, Editora Paulinas / Serviço Pastoral dos Migrantes, 2004, pp.25-40.

IG NOTÍCIAS. “Negócio de terras ‘inventado’ pela Cosan já vale R\$ 2,3 bi e pode ajudar ações: A Radar, uma imobiliária high tech de fazendas, que segundo analistas possui valores ‘escondidos’, passará a fazer parte do balanço da empresa”. Em *IG Notícias*, São Paulo, 28 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/empresas/2012-11-28/negocio-de-terras-inventado-pela-cosan-ja-vale-r-23-bi-e-pode-ajudar-acoes.html>>. Sítio consultado em janeiro de 2013.

KAGEYAMA, Ângela. *Modernização, produtividade e emprego na agricultura brasileira: uma análise regional*. Campinas, 1985, tese de doutoramento.

KLIMAN, Andrew. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Londres, PlutoPress, 2012.

KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*. *Revista Krisis*, n. 16-17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em: fev., 2013.

_____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____. *Razão sangrenta*. Junho de 2002. Tradução de Lumir Nahodil, revista por Boaventura Antunes. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

_____. *A guerra de ordenamento mundial*. 2003. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz133.htm>>. Acesso em: abril, 2013.

_____. *A substância do capital*. *Revista Exit!*, n. 1 e 2, 2004. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>>. Acesso em: abril, 2013.

_____. *Mais-valia absoluta*. 2008. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz190.htm>>. Acesso em abril de 2014.

_____. *O fim do boom das matérias-primas*. 2011. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz395.htm>. Acesso em: abril, 2013.

_____. *Dinheiro sem valor*. Lisboa, Editora Antígona, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Edição dos tradutores, 2006. (mimeo).

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador bóia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. São Paulo, FFLCH – USP, 2010. Dissertação de Mestrado

LOHOFF, Ernst e TRENKLE, Norbert. *Die Grosse Entwertung: warum spekulation und Staatsverschuldung nicht die Ursache der Krise sind* [A grande desvalorização: porque a especulação e a dívida estatal não são as causas da crise]. Münster / Alemanha, Editora Umrast, 2012.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2012.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Série “Os Economistas”).

_____. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Editora Ensaio, 1990.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

_____. *Migrações temporárias: problema para quem? Migrantes Temporários: Peregrinos da Resistência*. São Paulo, Publicações Serviço Pastoral dos Migrantes, 1991.

_____. *Não há terra para plantar nesse verão*. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

_____. *Camponeses e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, Tomo I. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, Tomo II. São Paulo, Abril Cultural, 1984a (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro II. São Paulo, Abril Cultural, 1984b (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III, Tomo I. São Paulo, Abril Cultural, 1984c (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III, Tomo II. São Paulo, Abril Cultural, 1985 (Série “Os Economistas”).

MATTICK, Paul. *Business as usual: the economic crisis and the failure of capitalism*. Londres, Reaktion Books, 2011.

MELO, Fernando Homem de; FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Proálcool, Energia e Transportes*. São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 1981.

MELO, Fernando Homem; PELIN, Eli Roberto. *As soluções energéticas e a economia*

brasileira. São Paulo, Hucitec, 1984.

MENDONÇA, Maria Luisa. *Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio*. Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2013. Tese de Doutorado.

MILANEZ, Artur, BARROS, N. R. & FAVARET, P. “O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro”. Em: BNDES Setorial, nº 28, Rio de Janeiro, p. 3-36, setembro de 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar*. Brasília, 2009; Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaoacadeacucar.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2011.

MOREIRA, Lourenço. *A Corporação Cosan e a Conquista de um Território em Torno de sua Usina de Etanol em Jataí, Goiás (2007-2012)*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2013.

NETO, Afonso; MOREIRA, Irene e COELHO, Paulo. “Divisão Regional Agrícola e Região Administrativa do estado de São Paulo: Histórico, Semelhança, Diferença”. *Informações Econômicas*, IEA, SP, v.23, n.06, jun. 1993.

NORMA REGULATÓRIA 31 (NR-31). *Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura*. Ministério do Trabalho, 2005. Disponível em: <<http://www.riscorural.com.br>>. Acesso em: 04 mar. 2011.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª edição. São Paulo, Hucitec, 2005.

NOVAIS, Pedro (deputado relator). “Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País”. Câmara dos Deputados, Brasília, maio de 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Crise atinge quase 20% das usinas de cana no Centro-Sul”. *O Estado de São Paulo*, 18 fev. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/crise-atinge-quase-20-das-usinas-de-cana-no-centro-sul?page=3>>. Acesso em: 29 abril 2013.

_____. “Valor da terra sobe 300% desde 2002”. *O Estado de São Paulo*, “Caderno Economia”, pg. B8, 19 de setembro de 2014.

_____. “O tamanho da crise do etanol”, *O Estado de São Paulo*, “Editorial”, pg. A2, 27 de outubro de 2014.

OGATA, Leandro Marcel. *O setor sucroalcooleiro no Brasil: desenvolvimento*,

modernização e competitividade. Trabalho de Conclusão de Curso, FEA-USP, 2009 (Mimeo).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. “O Econômico na Obra “Geografia Econômica” de Pierre George: elementos para uma discussão”. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, junho de 1977.

_____. *O modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo, LABUR Edições, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 04 jan./2010.

_____. “A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial”. In: ROSS, Jurandyr. *Geografia do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2005, 5ª edição.

_____. “A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês”. Em: *Revista Agrária*, número 12, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/702>. Acesso em: 22 de outubro de 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. “O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público”. Em: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. São Paulo, Vozes, 1997.

_____. *Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. São Paulo, Boitempo, 2008.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

PITTA, Fábio T. *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20102011-110312/pt-br.php>>. Acesso em: 29 abril 2013.

PITTA, Fábio; MENDONÇA, Maria Luisa. “O etanol e a reprodução do capital em crise”. Em: *Revista Agrária*, São Paulo, vol. 13, p.4 – 33, 2012a.

_____. “A crise do agronegócio canavieiro”. São Paulo, *Brasil de Fato*, n. 503, 18 – 24 outubro, 2012b.

_____. “Crise Financeira e danos do agronegócio no Mato Grosso do Sul”. São Paulo, *Caros Amigos*, n. 184, julho, 2012c.

_____. “O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil”. Em: *Mural Internacional*, UERJ, RJ, vol. 5, n. 1, jan – jun, 2014a. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/11304/9210>>. Acesso em: 5 de novembro de 2014.

_____. “Financial capital and land speculation in Brazil”. Em: GUTTAL, S.

Keeping Land Local: Reclaiming governance from the market, n. 3, outubro, 2014b. Disponível em:
<http://focusweb.org/sites/www.focusweb.org/files/LandStrugglesIII_HIRES.pdf>. Acesso em: 5 de novembro de 2014.

_____. “O impacto da especulação com terras no Brasil”. Em: *Direitos Humanos no Brasil*, 2014. São Paulo, Editora Outras Expressões, 2014c. Disponível em:
<<http://www.social.org.br/index.php/artigos/artigos-portugues/178-lancamento-do-livro-direitos-humanos-no-brasil-2014-15-edicao.html>>. Acesso em: 30 de novembro de 2014.

POSTONE, Moishe. *Lukács and the Dialectical Critique of Capitalism*. 2003. Disponível em:
<http://home.comcast.net/~platypus1848/postone_lukacsdialecticalcritique2003.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2009.

_____. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 2000a.

_____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2000b.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2004.

PRADO, Eleutério. “O marxismo pé-no-chão de David Harvey”. Em: *Blog Economia e Sociedade*, 20/02/2012 (2012a). Disponível em:
<<http://eleuterioprado.wordpress.com/2012/02/20/o-enigma-do-capital/>>. Acesso em: 29 abril 2013.

_____. “O marxismo oracular de Robert Kurz”. Em: *Blog Economia e Sociedade*, 01/11/2012 (2012b). Disponível em:
<https://eleuterioprado.wordpress.com/2012/11/01/depressao-ou-colapso/>. Acesso em: 28 de setembro de 2015.

RÁDIOAGÊNCIA NOTÍCIAS DO PLANALTO. “Primeiro resgate de trabalhadores escravizados em colheita mecanizada ocorre no país”. *Rádio Agência NP*, 22 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/10474-primeiro-resgate-de-trabalhadores-escravizados-em-colheita-mecanizada-ocorre-no-pais>; Acesso em: 9 de julho de 2012.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. “Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira: uma (outra) análise do período 1930-1985”. Em: RAMOS FILHO, Luiz O.; ALY JUNIOR, Osvaldo (Editores). *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), p. 87-128, 2005.

_____. “O Uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho super-explorado na atualidade”. *Anais II Seminário de História do Açúcar: Trabalho População e Cotidiano*. Itu, SP, 11-15 novembro de 2007. São Paulo, Editora do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. “O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas”. Em: *Emprego e trabalho na Agricultura Brasileira*. Coordenadores Antonio Márcio Buainain e Claudio S. Dedecca, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9, p. 304-325. Brasília, IICA, 2008.

_____. “Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e ... atual”. Em *Revista História Econômica & História de Empresas*, v.14, n.2 (2011). Brasília, Editora da Universidade Federal de Brasília, 2011.

RANGEL, Armênio e NOGUEIRA JR., Paulo. “O Brasil no Plano Brady: Avaliação de alguns aspectos do acordo de 1994”. Em *Indicadores econômicos FEE*, Porto Alegre, 1995, vol. 2, n. 4. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/872/1151>>. Acesso em: abril de 2014.

RICCI, Ruda *et al.* *Mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil*. Brasília, IPEA, 1994.

SAMPAIO, Mateus. *360° O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do Centro-Sul do Brasil*. Tese de doutorado, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, USP, 2015.

SCHOLZ, Roswitha. *A nova crítica social e o problema das diferenças*. Revista Exit!, n. 1, 2004. Disponível em: < <http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz3.htm>>. Acesso em: abril de 2013.

_____. *Forma social e totalidade concreta*. Revista Exit!, n. 6, 2009. Disponível em: < <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>>. Acesso em: abril de 2013.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Protocolo de cooperação*. São Paulo, 2007. Disponível em:

<<http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/files/2011/10/protocoloAgroindustriais.pdf>> Sítio consultado outubro de 2014.

SERIGATI, Felipe. “Fundamentos X mercado financeiro”. Em: *Agroanalysis*, São Paulo, agosto de 2012. Disponível em:

<http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=1314>. Sítio consultado em: outubro de 2014.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981a.

_____. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e*

trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981b.

_____. e KAGEYAMA, Ângela. “Emprego e relações de trabalho na agricultura brasileira: uma análise dos dados censitários dos anos 1960, 1970 e 1975. Em: Rio de Janeiro, *Revista Planejamento Econômico*, n. 13, p. 235 – 266, 1983.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. “De camponesas a proletárias”. Em: *Migrantes Temporários: Peregrinos da Resistência*, São Paulo, Publicações Serviço Pastoral dos Migrantes, 1991.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Editora UNESP, 1999.

_____. “Trabalho e trabalhadores na região do mar de cana e rio de álcool”. *Migrantes*. São Carlos, EDUFSCAR, 2008.

_____. “Trabalho nos canaviais, o que mudou?”. Em *Revista Teoria e Debate*, edição 84, setembro de 2009.

_____, BUENO, Juliana e MELO, Beatriz. “Quando a máquina ‘desfila’, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas”. Em: *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 1 p. 85-115, Jan.–Jun. 2014.

SILVA, Sérgio. *Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo*. São Paulo, Editora Pólis, 1981c.

_____. “Observações sobre a Questão Agrária”. *Estudo número 3*, UNICAMP, 1984. (mimeo)

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil*. São Paulo, Hucitec; Campinas, UNICAMP, 1979.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. “O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial”. Em: *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11; jan./abril 1991.

TANAKA, Eline; PEREIRA, Jonathas; PIGATTO, Gessuir. “Substituição da pecuária de corte e expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: o impacto nas regiões oeste e noroeste do estado”. Em: *Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, Acre, 20 -23 de julho de 2008.

TAVARES, Maria da Conceição. “A retomada da hegemonia norte-americana”. Em: FIORI, José Luis; TAVARES, Maria da Conceição. *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. São Paulo, Editora Vozes, 1997.

_____. “O movimento Geral do capital: um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista”. Em: *Estudos Cebrap*, n. 25, São Paulo, 1980, p. 7 – 26.

THOMAZ JR., Antônio. *Por trás dos canaviais: os nós da cana*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2002.

_____. *Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)*. Tese (livre-docência) – Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009.

TOSCANO, Alberto. “Gaming the plumbing: high frequency trading and the spaces of capital. Em: *Mute Magazine*, 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.metamute.org/editorial/articles/gaming-plumbing-high-frequency-trading-and-spaces-capital>>. Sítio consultado em 19 de outubro de 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília, TCU, 1990.

ÚNICA. “Investimentos e endividamento na indústria da cana”. *Única Notícias*, 19/09/2013. Disponível em: <http://www.unica.com.br/noticia/38156175920338415501/investimentos-e-endividamento-na-industria-da-cana-por-cento0D-por-cento0A-por-cento0D-por-cento0A/>>. Sítio consultado em 20 de setembro de 2013.

VALOR ECONÔMICO. “Perdas com derivativos nas usinas atingem até R\$ 4 bi”. *Valor econômico*, 31 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&exibir=clipping&notid=18953>>. Sítio consultado 29 de setembro de 2013.

_____. “Aralco vai a mercado para pagar credores: os recursos a serem captados com os bônus serão usados para quitar boa parte dos passivos”. *Valor econômico*, 15 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.novacana.com/n/industria/usinas/aralco-mercado-pagar-credores-150413>>. Sítio consultado 02 de setembro de 2013.

_____. “Usinas do Centro-Sul têm dívidas de R\$ 56 bi”. *Valor Econômico*, 24 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.novacana.com/n/industria/usinas/usinas-centro-sul-dividas-56bi-240513/>>. Sítio consultado 23 de setembro de 2013.

_____. “Desembolsos do BNDES para aportes agrícolas de usinas já superam 2012”. *Valor Econômico*, 30 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3215292/desembolsos-do-bndes-para-aportes-agricolas-de-usinas-ja-superam-2012>>. Sítio consultado 29 de setembro de 2013.

_____. “Cenário ainda adverso para construção de novas usinas”. *Valor Econômico*, 31 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.novacana.com/n/industria/investimento/cenario-adverso-construcao-novas-usinas-310713/#>>. Sítio consultado em 23 de setembro de 2013.

_____. “Sucroalcooleira CMAA levanta mais de R\$ 20 milhões em capital de giro”. *Valor econômico*, 18 de setembro de 2013. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/agro/3273222/sucroalcooleira-cmaa-levanta-mais-de-r-20-milhoes-em-capital-de-giro>>. Acesso em 23 de setembro de 2013.

VIEGAS, Thales. “Por que os estímulos federais não satisfazem os produtores de etanol?”. Em: *Blog Luis Nassif Online*, 29 de março de 2013. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-estimulos-federais-para-os-produtores-de-etanol>>. Acesso em 23 de setembro de 2013.

XAVIER, Carlos Vinicius. *Análise sobre a concentração de terras na agroindústria canavieira: estudo de caso na região de Andradina*. FFLCH – USP, 2012. Dissertação de Mestrado.

XAVIER, Carlos Vinicius; PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa. *A Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2012a. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2013; versão também em inglês.

_____. “A crise econômica mundial e a dívida do agronegócio canavieiro”. Em: *Direitos Humanos no Brasil 2012*. São Paulo, Editora Outras Expressões, 2012b.

YOSHII, Regina *et al.* “Estudo da integração vertical na agroindústria sucroalcooleira no Estado de São Paulo”. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 157-182, 1993.

Sítios da internet consultados (para obtenção de informações e dados, para além dos sítios informados na bibliografia):

Banco Central do Brasil (BACEN), disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Sítio consultado em 28 de março de 2014.

IDEA – Instituto de Desenvolvimento Agroindustrial. 2002 e 2003. Disponível em: <www.ideaonline.com.br>. Acesso em: abril 2005.

IEA – Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Preços da cana-de-açúcar: disponível em <ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/vp.aspx?cod_sis=15>. Sítio consultado em: 16 de março de 2015.

TIAA-CREF – Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund. Disponível em: <<https://www.tiaa-cref.org/public/about-us/who-we-are-at-tiaa-cref>>. Sítio consultado em agosto de 2015.

Entrevistas (na ordem em que aparecem no texto):

Informações verbais de Márcio Borella, da corretora Isis Negócios, em entrevista realizada em 10 de setembro de 2013, em Bebedouro – SP.

Informações verbais de Plácido Boechat, produtor de cana-de-açúcar da Bulle Arruda S/A Agropastoril, em entrevista realizada em 8 de setembro de 2013, em Bebedouro – SP.

Informações verbais de Célio Recco, da COCRED (Cooperativa de Crédito), em entrevista realizada em 09 de setembro de 2013, em Severínia – SP.

Informações verbais de Humberto Casagrande, sócio-diretor da DGF, gestora do FIP Terra Viva, em entrevista realizada em 22 de outubro de 2013, na cidade de São Paulo – SP.

Informações verbais de Aluizio Machado (diretor agrícola), Décio Mattos (gerente de recursos humanos) e Póli (gerente agrícola) do Grupo Tonon S/A, em entrevista realizada em 25 de junho de 2014, na Usina Santa Cândida, em Bocaina – SP.

Informações verbais de Plácido Boechat, produtor de cana-de-açúcar da Bulle Arruda S/A Agropastoril, em entrevista realizada em 7 de março de 2015, em Bebedouro – SP.

Informações verbais de Luís Ferreira, cortador de cana, em entrevista realizada em 9 de setembro de 2013, no estado de São Paulo.

Informações verbais de Zé Luís, gerente do Grupo Bulle Arruda Agropastoril S/A, em entrevista realizada em 11 de outubro de 2013, em Monte Verde – São Paulo.

Informações verbais de “Empreiteiro”, em entrevista realizada em 28 de julho de 2009, em Olímpia, São Paulo.

Informações verbais de “Mineiro”, fiscal de turma da usina Guarani, em entrevista realizada em 22 de julho de 2009, em Severínia – SP.

Anexos

Anexo 1: Prancha 1 - Intensidade da expansão canvieira por área (ha): Região Administrativa - SP, 2003 - 2012.

Área (ha)

Regiões Administrativas (RA)

Regiões Administrativas:

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

- 1 - Registro
- 2 - Santos
- 3 - São José dos Campos
- 4 - Sorocaba
- 5 - Campinas
- 6 - Ribeirão Preto
- 7 - Bauru
- 8 - São José do Rio Preto
- 9 - Araçatuba
- 10 - Presidente Prudente
- 11 - Marília
- 12 - Central
- 13 - Barretos
- 14 - Franca

Fonte dos dados: Xavier, 2012, pg.112.

Elaboração: Bianchetti, F.S.

Anexo 2: Prancha 2 - Produtividade Agrícola da lavoura canavieira por Região Administrativa, São Paulo, 2003 – 2014

Produtividade (t/ha)

Regiões Administrativas (RA)

Regiões Administrativas:

- RMSP - Região Metropolitana de São Paulo
- 1 - Registro
  - 2 - Santos
  - 3 - São José dos Campos
  - 4 - Sorocaba
  - 5 - Campinas
  - 6 - Ribeirão Preto
  - 7 - Bauru
  - 8 - São José do Rio Preto
  - 9 - Araçatuba
  - 10 - Presidente Prudente
  - 11 - Marília
  - 12 - Central
  - 13 - Barretos
  - 14 - Franca

Fonte: IEA/CATI - SAAESP, 2014.

Elaboração: Bianchetti, F.S.

Anexo 3: Prancha 3 - Evolução da Área Total Plantada com Cana-de-açúcar, por Divisão Regional Agrícola (DIRA), Estado de São Paulo, 1970/71 - 1990/91

Anexo 4: Prancha 4 - Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha), por DIRA – São Paulo: 1970/71 – 1990/91

Produtividade (t/ha)

Divisão Regional Agrícola (DIRA):

- 2 - Registro
- 3 - São José dos Campos
- 4 - Sorocaba
- 5 - Campinas
- 6 - Ribeirão Preto
- 7 - Bauru
- 8 - São José do Rio Preto
- 9 - Araçatuba
- 10 - Presidente Prudente
- 11 - Marília
- 12 - Vale do Paranapanema
- 13 - Barretos
- 14 - São Carlos
- 15 - Franca

Divisão Regional Agrícola (DIRA)

Fonte dos dados: Yoshii *et al*, (1993), pg. 164.

Elaboração: Bianchetti, F.S.